



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ**  
**INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS**  
**FACULDADE DE HISTÓRIA**  
**PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL DA AMAZÔNIA**

**ANNDREA CAROLINY DA COSTA TAVARES**

**“Partindo mais ou menos pobre, voltando mais ou menos rico”**

**A emigração de aveirenses ao Pará (1882-1918)**

Belém/Pará

2021



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ**  
**INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS**  
**FACULDADE DE HISTÓRIA**  
**PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL DA AMAZÔNIA**

**ANNDREA CAROLINY DA COSTA TAVARES**

**“Partindo mais ou menos pobre, voltando mais ou menos rico”**

**A emigração de aveirenses ao Pará (1882-1918)**

Tese apresentada à Banca Examinadora da Universidade Federal do Pará, como exigência parcial para obtenção do título de Doutora em História, sob orientação da Profa. Dra. Cristina Donza Cancela.

Belém/Pará

2021

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD**  
**Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará**  
**Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)**

---

T231p Tavares, Anndrea Caroliny da Costa.  
Partindo mais ou menos pobre, voltando mais ou menos rico :  
A emigração de aveirenses ao Pará (1882-1918) / Anndrea Caroliny  
da Costa Tavares. — 2021.  
320 f. : il. color.

Orientador(a): Prof<sup>ª</sup>. Dra. Cristina Donza Cancela  
Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de  
Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em  
História, Belém, 2021.

1. Imigração Portuguesa - Pará. 2. Borracha. 3.  
Desterritorializações. 4. Associativismo. I. Título.

CDD 981.15

---

Aos meus pais, Sandra e Jovino Junior, meu irmão Felipe, e a todos os aveirenses que partiram ao Pará, cujas trajetórias sustentaram a escrita deste trabalho.

## Agradecimentos

A Deus, provedor de toda vida e sabedoria, fiel testemunha da escrita deste trabalho, todos os dias e em todas as horas.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior financiadora da pesquisa ao longo de 4 anos. Financiamento, que igualmente só foi possível, graças a milhões de brasileiros que, através dos seus impostos, financiam a educação pública no Brasil. Meu muito obrigada!

Agradeço à Universidade Federal do Pará, por todas as oportunidades oferecidas ao longo dos meus 10 anos de formação, entre a graduação, o mestrado e agora o doutorado. E nela ao Programa de Pós Graduação em História Social da Amazônia, aos coordenadores, agentes de secretaria – especialmente Lílían e Arthur –, à Cíntia, e a todos os docentes. Aos discentes da turma de Doutorado 2016, pelos debates acadêmicos sempre enriquecedores e auxílios nos momentos de necessidade.

Ao RUMA – Grupo de Estudos População, Família e Migração na Amazônia – o qual integro desde sua fundação. Onde empreendi competentes discussões historiográficas e fiz grandes amizades que, direta ou indiretamente, colaboraram a feitura da tese, como Luiz Valente – com quem divido os casos da imigração portuguesa –, Daniel Barroso, Filipe Mercês, Paula Rosa, Ferdinand Moura, Adnê Moura, Marília Imbiriba, Neto Imbiriba e João Antônio Lima. Faço um agradecimento mais que especial ao prof. Otaviano, líder do Ruma, mas também um amigo incansável em me fazer evoluir profissionalmente e pessoalmente, quando nos delega grandes responsabilidades a frente do Ruma, meu sempre muito obrigada. E mais especial ainda à profa. Cristina Donza Cancela, vice líder do Ruma, e minha orientadora desde 2011. Cristina que me apresentou aos portugueses em 2011, que me fez mergulhar nos inventários *post mortem*, nas trajetórias, nomes, famílias, tensões. Logo depois vieram as habilitações consulares e os passaportes. Esta tese só foi possível porque Cristina, mais uma vez, segurou minha mão e me apresentou a riqueza dessas fontes em uma conversa despreziosa na sala da Coordenação do PPHIST, ao findar do ano de 2015, logo depois de me perguntar: “e o doutorado?”. Professora Cristina Cancela é uma profissional como poucas, e de uma humanidade – algo que falta a muitas pessoas do universo acadêmico – imensa, e eu apenas tive muita sorte de tê-la como amiga e orientadora ao longo de quase 10 anos. Professora, muito obrigada! Sempre lhe serei grata por tudo!

Ao Centro de Memória da Amazônia – com quem tenho um caso de amor eterno, e onde sempre me senti em casa – na figura de todos os servidores – especialmente à Nice –, D. Madalena, e todos os bolsistas, sempre solícitos e pacientes, na busca pelos Inventários, Testamentos, Casamentos, Estatutos, Rol dos culpados, e outra diversidade de fontes.

Agradeço a Portugal, um país que sempre me acolheu com alegria, leveza e me proporcionou as melhores experiências pessoais e profissionais. E a Aveiro, um distrito que aprendi a amar, por suas belezas naturais, arquitetônicas e muito mais por sua gente, um lugar onde fiz grandes e especiais amizades. Agradeço de todo coração ao sr. António Augusto Silva Rodrigues – grande escritor e estudioso da história de Estarreja, Murtosa e suas gentes – que conheci em uma manhã de outono na Biblioteca Municipal de Estarreja, e que gentilmente, me apresentou ao concelho e às pessoas, me trouxe as fontes mais preciosas sobre a família Amador Leite (sem ele o capítulo 4 não teria sido possível), me levou à Murtosa, à Torreira, me fez ganhar livros e a admirar, ainda mais, as histórias de um concelho tão importante na emigração de Aveiro ao Pará, que foi Estarreja e Murtosa. Um amigo sempre presente na memória e nos e-mails trocados entre as duas margens do Atlântico. Ainda em Estarreja, agradeço a Câmara Municipal na figura de d. Maria e Sónia Campos, funcionárias do arquivo da Câmara, e que foram incansáveis na busca por documentos para a pesquisa, pois tinha pouco tempo disponível em Estarreja para a reunião das fontes, sempre solícitas e amáveis. Através de sr. António Augusto também conheci o trabalho de Ana Marques sobre sua família – os Fernandes Rendeiro – com a qual troquei fotos, documentos, curiosidades, livros, sempre muito querida, disponível e que, gentilmente, enviou da Bélgica – onde mora – um exemplar do “Livro de Agosto”, Ana você é maravilhosa, muito obrigada! Agradeço ao Marco Pereira, grande investigador e escritor sobre a história de Estarreja e de Aveiro, que gentilmente dividiu comigo muitos documentos inéditos sobre a emigração da região, fotografias, e muitas outras curiosidades. Por fim, a Augusto Leite, bisneto de Augusto Carlos Leite, aquele que teve uma “viagem desgraçada” ao Pará em 1896, por ter compartilhado comigo a carta de seu bisavô que várias vezes norteou os escritos deste trabalho. Todos vocês foram fundamentais à escrita da tese, minha eterna gratidão.

Aos meus amigos de longe e de perto. À Maylem Gomes com quem sempre dividi os piores e melhores instantes da vida. Aos Imbiriba – sim, porque é a família toda, mesmo! – Marília, Neto, Laís e Lucas por uma década de amizade e por todas as coisas mais maravilhosas que já vivemos: sorrisos, lágrimas, abraços, crises de riso, vinhos, petiscos e viagens que de tão leves e maravilhosas, nunca pareceram serem a trabalho. Em Portugal me deram casa, um lar

onde dividimos as alegrias e angústias da pesquisa, além de refeições, passeios e muitas descobertas na nossa Lisboa, e junto deles também veio Mary Neves, amiga querida e sempre presente, mesmo com as distancias geográficas. Gratidão à Roberta Sauaia por ser sempre uma amiga fiel, disponível e que me ensina todos os dias a ter força e coragem, como só ela tem. A João Antônio Lima, com quem dividi toda a trajetória acadêmica na Ufpa, e à nossa amizade de mais de uma década. Meus amigos, obrigada por tudo até aqui compartilhado, amo vocês! Aos outros amigos queridos que a Ufpa me deu e os quais tornaram essa jornada mais leve: Adnê, Erita, Ana Terra, Patrícia Luz, Filipe Mercês e Luciana Backsman, obrigada por tudo!

E para encerrar toda essa gratidão, está minha família que, em meio ao ano turbulento de 2020 em função da pandemia de Covid-19 e no instante em que a doença bateu em nossa porta, se mostrou meu melhor refúgio. Meus pais, sempre incansáveis no amor e no suporte para que eu pudesse encerrar esse ciclo. Não existem palavras capazes de expressar a gratidão e o amor por vocês, por tudo que já vencemos até aqui. Na simplicidade da vida, vocês me tornaram a pessoa mais rica, pois nunca me faltaram os bens mais valiosos: o amor, a paciência, as chamadas de atenção, as viagens de julho para a Ponta Negra, os banhos de rio, o deitar na ponte para ver as estrelas, os almoços regados a muito açaí, os abraços e risadas mais gostosas. Sou o que sou e cheguei até onde cheguei graças a vocês. Agradeço ao meu irmão pelo amor e zelo, mesmo em meio as brigas do dia a dia, nunca deixamos de nos ajudar e cuidar um do outro. Ao meu eterno “bebê” Athos, meu cachorro, o amor sincero e desprezioso da minha jornada, e dono dos “beijos e abraços” mais quentes, úmidos e sinceros. Vocês são o bem mais precioso, e eu os amo desmedidamente. Às minhas avós Elcy e Zita por todo afeto e amor que só as avós sabem dar. A Manoel, que chegou ao final da escrita e segurou minha mão, sempre amoroso e zeloso (obrigada, meu amor!). E a todos os meus familiares que, direta ou indiretamente, apoiaram essa jornada.

Foi uma jornada turbulenta, demorada, as vezes pareceu infundável, mas, acima de tudo, ela foi feliz!

## Resumo

O presente trabalho analisa a emigração de portugueses, naturais do Distrito de Aveiro, ao Pará entre os anos de 1882 e 1918, com o qual o Pará manteve longos períodos de afinidades. A temporalidade sobre a qual desenvolvemos as análises é marcada por diversos e significativos movimentos de desterritorialização das populações mundiais, especialmente a europeia, conjugados ao desenvolvimento socio econômico do continente americano – e notadamente o regional, no Pará –, reestruturações permissivas à emigração e igualmente alinhadas aos interesses particulares dos emigrantes. Partindo do uso de fontes privilegiadas e ainda pouco utilizadas na historiografia regional – os registros de passaportes –, pudemos não apenas quantificar essa emigração, analisando-a sobre o prisma de outros contextos nacionais como São Paulo e Rio de Janeiro, como também qualificar os emigrados, dentro de suas naturalidades, formação profissional, condição matrimonial, faixa etária e instrução. Tendo o nome como fio condutor, rastreamos diversas trajetórias que materializaram os infortúnios e os sucessos no processo migratório. Condições aprofundadas no estudo da trajetória dos irmãos Amador Leite no Pará que, em uma série de solidariedades e animosidades, abalizaram a história da imigração portuguesa na região, retrataram a pluralidade em torno desse grupo e reforçaram a diversidade como marca das sociedades amazônicas.

**Palavras – chave:** imigração portuguesa, Pará, borracha, desterritorializações, associativismo.

## **Abstract**

This doctoral thesis analyzes the Portuguese emigration of Aveiro District natives, to the state of Pará (Brazil), between the years of 1882 to 1918, developing long periods of affinities. World population deterritorialization, especially Europeans, combined with the social and economic development of the American continent – regionally, notably in Pará -, permissive restructuring to emigration aligned to the personal interests of those emigrants, are the most meaningful movements that mark this particular period. Accessing privileged and still rarely used by the regional historiography sources – the passport records -, was possible not only to quantify this emigration, enabling national comparisons with São Paulo and Rio de Janeiro, as well as quantify those emigrates: their places of birth, education, profession, marital condition and age. Having their names as compass was possible to trace many different personal trajectories, misfortunes and successes that derived from the migratory process. Situations deeply observed through the brothers Amado Leite personal trajectories in Pará, they, in a series of solidarity and animosity events, marked out the Portuguese emigration history in the region, portrayed the plurality of this group and reinforcing the diversity as a marking trend of the Amazonian societies.

**Key words:** portuguese emigration, Pará, rubber, deterritorialization, associativism.

## **Lista de Abreviaturas**

ADAVR – Arquivo Distrital de Aveiro.

BMA – Biblioteca Municipal de Aveiro.

BNDP – Biblioteca Nacional Digital do Brasil.

BNP – Biblioteca Nacional de Portugal.

CMA – Centro de Memória da Amazônia.

## Lista de Imagens

<b>Imagem 1</b> – Formação Distrital de Aveiro (1899).....	55
<b>Imagem 2</b> – Domingos Joaquim da Silva.....	63
<b>Imagem 3</b> – Passaporte de viajante (1908).....	78
<b>Imagem 4</b> – Termo de abertura de Livro de Registro de Passaporte, 1909.....	84
<b>Imagem 5</b> – Registro de passaporte do Governo Civil de Aveiro, 1909.....	85
<b>Imagem 6</b> – Anúncio de agência de viagens na Murtosa.....	105
<b>Imagem 7</b> – Anúncio de pacotes saindo de Lisboa ao Brasil.....	110
<b>Imagem 8</b> – Anúncio de passagens e serviços de viagem do agente Manuel Sobreira.....	131
<b>Imagem 9</b> – Mapa administrativo de Aveiro (2018).....	147
<b>Imagem 10</b> – Fragata tradicional, fabricada em Ovar, no Tejo.....	151
<b>Imagem 11</b> – “Irmãos” Rendeiro em Belém.....	159
<b>Imagem 12</b> – “Casa da Ribeira” de Manoel Joaquim Fernandes Rendeiro – Fachada virada à via pública (01).....	163
<b>Imagem 13</b> - “Casa da Ribeira” de Manoel Joaquim Fernandes Rendeiro – Fachada virada à via pública (02).....	164
<b>Imagem 14</b> – “Casa da Ribeira” de Manoel Joaquim Fernandes Rendeiro – Vista interna ao portão (01).....	165
<b>Imagem 15</b> – “Casa da Ribeira” de Manoel Joaquim Fernandes Rendeiro – Vista interna ao portão (02).....	166
<b>Imagem 16</b> – “Casa da Bicha-Moira” de Joaquim Maria Fernandes Rendeiro – Vista externa (01).....	167
<b>Imagem 17</b> – “Casa da Bicha-Moira” de Joaquim Maria Fernandes Rendeiro – Vista externa (02). .....	168
<b>Imagem 18</b> – Casa de Joaquim Manoel Fernandes Rendeiro – Vista externa e detalhe do ano de construção (01). .....	169
<b>Imagem 19</b> – Casa de Joaquim Manoel Fernandes Rendeiro – Vista externa e detalhe do ano de construção (02). .....	170
<b>Imagem 20</b> – Casa de Manoel Francisco Fernandes Rendeiro – Vista externa.....	171
<b>Imagem 21</b> – Casa de Joaquim Manoel na Torreira – Antes “Vila Rendeiro”, atualmente “Café 86”. .....	173
<b>Imagem 22</b> – Casa de Manoel Joaquim na Torreira – “Vila Alice” (01).....	173

<b>Imagem 23</b> – Casa de Manoel Joaquim na Torreira – “Vila Alice” (02).....	174
<b>Imagem 24</b> – Cartão postal “Pescador da Murtosa”.....	186
<b>Imagem 25</b> – Rótulos de bebidas produzidas pela Fábrica Gram Pará – Cerveja <i>Quinobeer</i> . 199	
<b>Imagem 26</b> – Rótulos de bebidas produzidas pela Fábrica Gram Pará – Refrigerante Natural <i>Frاندols</i> .....	199
<b>Imagem 27</b> – Azeite <i>Paraense</i> .....	200
<b>Imagem 28</b> – Superfino <i>Cognac Velho</i> .....	200
<b>Imagem 29</b> – Família Simões.....	201
<b>Imagem 30</b> – Área anterior a edificação de Francisco Maria Simões.....	202
<b>Imagem 31</b> – Residência em Arte Nova da Família Simões, 1914 (Foto atual).....	203
<b>Imagem 32</b> – Proposta de símbolo da Associação a partir da descrição.....	211
<b>Imagem 33</b> – Ilustração de Agostinho Antônio Leite.....	229
<b>Imagem 34</b> – José Antônio Martins – Barão de Monte Córdova.....	231
<b>Imagem 35</b> - Família de Ângelo Amador Leite.....	238
<b>Imagem 36</b> – Propaganda da União Paraense (1897).....	241
<b>Imagem 37</b> – Propaganda da Seguradora “A Comercial” no Anuário de Belém (1915).....	243
<b>Imagem 38</b> – Chegada de Joaquim Maria Leite ao Acre, com destino ao seringal Veneza....	257
<b>Imagem 39</b> – Parada de Joaquim Maria Leite em Manaus, com destino ao Acre.....	257
<b>Imagem 40</b> – Joaquim Maria Leite chega à capital Rio Branco, Acre.....	257
<b>Imagem 41</b> – Seringal ‘Andirá’ no Acre.....	258
<b>Imagem 42</b> – Região dos seringais da Leite & Companhia.....	259
<b>Imagem 43</b> – Botes do <i>Anselm</i> em socorro aos naufragos do Cyril.....	261
<b>Imagem 44</b> – O <i>Cyрил</i> pouco antes de submergir e em alto mar, ao centro.....	261
<b>Imagem 45</b> – Submersão do <i>Cyрил</i> e naufragos resgatados a bordo do <i>Anselm</i> .....	262
<b>Imagem 46</b> – Planta do palacete de Joaquim Maria Leite, em Estarreja.....	274
<b>Imagem 47</b> – Imagens internas do palacete, anteriores a reforma atual (01).....	277
<b>Imagem 48</b> – Imagens internas do palacete, anteriores a reforma atual (02).....	277
<b>Imagem 49</b> – Imagens internas do palacete, anteriores a reforma atual (03).....	278
<b>Imagem 50</b> – “Palacete dos Leite”, atual Biblioteca Municipal de Estarreja.....	279
<b>Imagem 51</b> – Quinta de São Gonçalo, de Ângelo Amador Leite.....	280
<b>Imagem 52</b> – Capela de São Lourenço de Pardelhas anterior a edificação da torre.....	284
<b>Imagem 53</b> – Capela de São Lourenço de Pardelhas edificada a torre (1909).....	285

## Lista de Tabelas

<b>Tabela 1</b> - Outros Destinos Internacionais (1882-1918).....	50
<b>Tabela 2</b> – Imigração “em massa” no Brasil (1872-1931).....	97
<b>Tabela 3</b> – Fluxo anual de pedidos de passaportes ao Pará (1882-1918).....	121
<b>Tabela 4</b> – Razão de sexo dos aveirenses emigrados ao Pará (1882-1918).....	135
<b>Tabela 5</b> – Gênero em função de grupos etários (1882-1918).....	136
<b>Tabela 6</b> – Grau de instrução em função da faixa etária (1882-1918).....	139
<b>Tabela 7</b> – Naturalidade dos imigrantes (1882-1918).....	148
<b>Tabela 8</b> – Perfil Socio Profissional Declarado nos Pedidos de Passaportes (1882-1918).....	178
<b>Tabela 9</b> – Exportações de borracha do porto de Belém, por área de origem, 1900-1909 (quilos).....	254
<b>Tabela 10</b> – Seringais de propriedade da firma Leite & Companhia .....	255
<b>Tabela 11</b> – Carregamentos para a Leite & Company no Porto de Manaus (1910-1918).....	270

## Lista de Gráficos

<b>Gráfico 1</b> – Passaportes solicitados à África pelos aveirenses (1882-1918).....	69
<b>Gráfico 2</b> – Pedidos mensais de passaportes ao Pará (1882-1918). .....	125
<b>Gráfico 3</b> – Principais destinos brasileiros declarados pelos titulares (1882-1918).....	126
<b>Gráfico 4</b> – Distribuição dos titulares por grupos etários (1882-1918).....	137
<b>Gráfico 5</b> – Gênero e grau de instrução (1882-1918).....	140
<b>Gráfico 6</b> – Reemigração de Pescadores e Lavradores em números absolutos (1882-1918).....	183
<b>Gráfico 7</b> – Percentuais de Reemigrações entre Pescadores e Lavradores (1882-1918).....	184
<b>Gráfico 8</b> – Reemigração de Marítimos, Proprietários e Comerciantes em Números Absolutos (1882-1918).....	194
<b>Gráfico 9</b> – Percentuais de Reemigrações entre Marítimos, Proprietários e Comerciantes (1882-1918) .....	194
<b>Gráfico 10</b> - Condição civil dos imigrantes (1882-1918).....	214

## Lista de Genealogias

<b>Genealogia 1</b> – Núcleo Familiar de Rosa Clara de Oliveira e Inácio Leite Brandão (1882-1896).....	206
<b>Genealogia 2</b> – Núcleo Familiar de Rosa Gomes e João Leite Brandão (1884-1896).....	207
<b>Genealogia 3</b> – Núcleo Familiar de Maria dos Santos e José Leite Brandão (1887).....	207
<b>Genealogia 4</b> – Núcleo Familiar de Ana Gomes e Antônio Leite Brandão (1892-1908).....	208
<b>Genealogia 5</b> – Núcleo Familiar de Ana de Oliveira da Cunha e Dionísio Leite Brandão (1906).....	209
<b>Genealogia 6</b> – Núcleo Familiar do 1º casamento de Agostinho Antônio Leite.....	227

## Sumário

<b>Lista de Abreviaturas .....</b>	<b>9</b>
<b>Lista de Imagens .....</b>	<b>10</b>
<b>Lista de Tabelas .....</b>	<b>12</b>
<b>Lista de Gráficos .....</b>	<b>13</b>
<b>Lista de Genealogias .....</b>	<b>14</b>
<b>Introdução .....</b>	<b>17</b>

## Capítulo 1

<b>1 - “CIDADES DE AFINIDADES LITORAIS” .....</b>	<b>40</b>
1.1 – A desterritorialização das nações europeias .....	43
1.2 – O Distrito de Aveiro: formação e desenvolvimento .....	53
1.3 A legalidade da emigração distrital entre a Monarquia Constitucional e a I República ...	65

## Capítulo 2

<b>2 - ESPAÇOS DE MOBILIDADE: DA VENEZA PORTUGUESA À FLOR DO GRÃO PARÁ .....</b>	<b>88</b>
2.1 – Apontamentos sobre a imigração de portugueses: subsidiados e espontâneos .....	91
2.1.1 – São Paulo: famílias subsidiadas à lavoura .....	102
2.1.2 – Portugueses ao Pará: espontâneos e “aventureiros” .....	108
2.2 – “Terra de Possibilidades”: o fluxo entre o Pará e outros destinos nacionais .....	119

## Capítulo 3

<b>3 - “PARTINDO MAIS OU MENOS POBRE, VOLTANDO MAIS OU MENOS RICO”</b>	
<b>– A CARACTERIZAÇÃO DO FLUXO .....</b>	<b>144</b>
3.1 – A inconstância vivida – entre a terra e o mar .....	146
3.2 Uma sociedade “anfíbia”: as profissões daqui e do além-mar .....	176
3.3 Composição civil dos imigrantes .....	213
<b>Capítulo 4</b>	
<b>4- OS IRMÃOS AMADOR LEITE .....</b>	<b>225</b>
4.1 – A não pobreza: os Leite em Estarreja e os contatos para além da aldeia .....	227
4.2 – “Um negócio em família” – a nova Leite & Companhia .....	236
4.3 – Portugal é bem ali: entre estar aqui, mas também estar lá .....	271
4.4 – Teria sido esse o momento derradeiro?.....	288
<b>Considerações Finais .....</b>	<b>296</b>
<b>Fontes documentais .....</b>	<b>300</b>
<b>Referências bibliográficas .....</b>	<b>305</b>

## Introdução

O trabalho apresentado é um desdobramento das pesquisas iniciadas ainda como bolsista de Iniciação Científica na graduação, durante os anos de 2011 e 2013. Os levantamentos ao longo desses anos culminaram tanto na produção do Trabalho de Conclusão de Curso, quanto na dissertação de Mestrado desenvolvida no Programa de História Social da Amazônia, na Universidade Federal do Pará, defendida em março de 2016<sup>1</sup>, ambos sob orientação de minha atual orientadora Prof.<sup>a</sup> Dra. Cristina Donza Cancela.

Ainda na graduação realizamos o levantamento de inventários *post mortem* e testamentos<sup>2</sup> para o estudo da imigração portuguesa entre os anos de 1840 e 1920, com enfoque nos arranjos familiares e comerciais estabelecidos. Ao final do arrolamento, contamos com pouco mais de 400 indivíduos, cujas informações foram inseridas em base de dados e compiladas para a escrita da monografia, defendida em 2013. Neste trabalho tratamos de apresentar o estado atual das pesquisas em imigração portuguesa à época, e o perfil deste fluxo, sobretudo quanto ao sexo, condição civil, condição socioprofissional e naturalidade.

Analisando a composição dos inventários, nos chamavam atenção os bens descritos e o modo como o padrão de alocação das fortunas foi se modificando ao longo dos anos. Escravos, joias, roupas, baús, e mais uma variedade de bens foram substituídos por casas, terrenos, sobrados e outra diversidade de aplicações financeiras, entre as quais ações, apólices de seguros, letras comerciais e cadernetas de poupança, evidenciando uma sólida inserção no sistema econômico da cidade, fortalecimento das novas demandas financeiras, e a igualdade de acesso aos rendimentos em comparação aos nacionais. Essa mudança no padrão de acumulação e na demanda de investimentos dos portugueses nos fizeram elaborar a proposta desenvolvida no Mestrado. Organizamos o trabalho dissertativo em duas frentes: a primeira onde avaliamos a historiografia sobre a imigração lusitana para o Brasil, sob a perspectiva dos trabalhos portugueses, da historiografia nacional (com trabalhos concentrados na região sudeste) e

---

<sup>1</sup> TAVARES, Anndrea Caroliny da Costa. *Em busca das “Patacas”: patrimônio de portugueses na economia da borracha (Belém, 1840-1930)*. (Dissertação). Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, Belém, 2016.

<sup>2</sup> Para esta pesquisa foram consultados os seguintes fundos no Arquivo do Centro de Memória da Amazônia: 1ª Vara Cível – Cartório Santiago, 1889-1930; 2ª Vara Cível – Cartório Othon Rossard, 1866-1927; 4ª Vara Cível – Cartório Leão, 1862-1927; 11ª Vara Cível – Cartório Fabiliano Lobato, 1857-1930; 14ª Vara Cível – Cartório Sarmento, 1840-1923.

autores locais, referindo suas convergências e peculiaridades. Além disso, traçamos um perfil dos inventariados a partir de suas origens distritais, sua distribuição por sexo, estado civil, condição socioprofissional e as estratégias de herança aplicadas. Na segunda parte do estudo analisamos de forma ampla e fracionada a composição patrimonial dos portugueses em Belém entre os anos de 1840 a 1930, dialogando tanto com a economia local da borracha, quanto com as demais produções nacionais, a fim de entendermos a real – ou mais próximo dela – participação da borracha silvestre na economia nacional ao final dos oitocentos e início do novo século.

Os resultados alcançados ao longo destes anos de estudo convergiram para um padrão de imigrante português no Pará, semelhante ao encontrado em boa parte dos trabalhos sobre eles em diferentes regiões do Brasil. Encontrados sempre entre um volume excessivo de emigrados, oriundos das regiões nortenhas e centrais de Portugal, solteiros, jovens, e que a tempo de seus inventários se dedicavam ao setor terciário da economia. Porém uma condição também trabalhada ainda na monografia continuava inquietando nossas conclusões: como compreender a mudança de status do imigrante, a partir de suas condições de chegada?

Estávamos, porém, limitados pelas fontes utilizadas, já que os inventários *post mortem* são documentos que permitem a observação de um momento, quase exato da vida dos sujeitos, o instante da morte. Trazendo informações do fim da vida dos portugueses, essa documentação limitava a observação de suas características anteriores a migração, como a ocupação declarada no embarque, seu agregado familiar (se trouxera, ou não, esposa, filhos, parentes ou conhecidos) ou profissional, entre distintas informações que poderiam estar dispostas em outros documentos pessoais, como os passaportes. Em alguns casos trabalhados na dissertação conseguimos sanar esta lacuna cruzando as informações com outras fontes, como as Habilitações Consulares, mas não foram suficientes.

E foi sobre esse silêncio não sanado por nossos trabalhos anteriores que elaboramos o projeto submetido ao Doutorado no PPHIST/UFPA, partindo de uma série documental pouquíssimo utilizada para o estudo desse fluxo ao Pará: os registros civis de passaportes. O projeto de doutoramento se propunha analisar a prosopografia dos portugueses antes da chegada à Belém, no instante do pedido de passaporte, a partir do distrito de Aveiro, entre os anos de 1882 a 1930 – temporalidade posteriormente reduzida em função de demandas próprias da pesquisa –, observando o fluxo e as características dessa emigração através dos marcadores de origem, gênero, idade, ocupação socioprofissional, condição matrimonial e alfabetização. Recorremos a esta perspectiva teórico metodológica por propormos o estudo de um grupo social

– os imigrantes portugueses – a partir das características comuns de seus membros por meio de um estudo coletivo de suas vidas<sup>3</sup>, relevando suas similaridades dentro de uma dada temporalidade<sup>4</sup>, mapeando semelhanças e diferenças conforme os marcadores anteriormente mencionados, os quais revelaram ações de apoio mútuo, rupturas, tensões e assimetrias entre os sujeitos. A prosopografia, enquanto ciência auxiliar, nos ajuda a pensar uma quase história global dos indivíduos, já que acionando os princípios da antropologia, história, demografia e ciências sociais para observação dos agentes, podemos estudar o sujeito também em função da totalidade da qual faz parte<sup>5</sup>. A proposta ainda englobava o estudo de trajetórias individuais e coletivas com origem em aldeias e vilas deste distrito, a fim de observarmos além do perfil do emigrante, suas estratégias de migração, as permanências e mudanças ocorridas na condição social desde sua chegada até momento posterior, sua inserção e sociabilidade na sociedade paraense, bem como suas redes sociais (re) compostas.

Partindo dessa assertiva, defendemos a tese de que a imigração de portugueses ao Pará manteve singularidades em relação a outros contextos nacionais, sobretudo São Paulo, que mesmo estando atrás do Rio de Janeiro – antiga capital federal – sustentou amplamente a imigração de lusitanos sobre o regime subsidiado e familiar, sem desconsiderarmos as atuações individuais. Entendemos que a vinda de portugueses ao Pará foi predominantemente independente e individual, sustentada, sobretudo, sobre as redes sociais já estabelecidas em terras amazônicas, moderadas por familiares e agentes próximos aos candidatos à emigração, para os quais não mais se vislumbrava os conterrâneos como colonos, mas como empreendedores em uma sociedade que passava por intensa transformação. Além disso, diferente do contexto paulista e carioca, a ação subsidiada à vinda de imigrantes portugueses por parte dos governos paraenses foi em menor escala, favorecendo a ação de engajadores, que poderiam agir de forma independente ou atrelados a algum empreendimento local. Realces que vislumbramos a partir de um distrito português específico, Aveiro, do qual predominam imigrantes ligados ao setor primário da economia – especialmente da pesca e das atividades agrícolas – que, atrelando a vivência no Pará aos arranjos e redes familiares e profissionais, puderam, em grande medida, alterar seu status profissional, agregando valores ao seu nome, reconhecidamente como importantes agentes da economia local, sobretudo do setor comercial.

---

<sup>3</sup> STONE, Lawrence. Prosopografia. *Revista de Sociologia Política*, v.19; n.39, p. 115 – 137. Curitiba, 2011.

<sup>4</sup> HEINZ, Flávio(org). *Por outra história das elites*. Rio de Janeiro: FGV, 2006, p. 9.

<sup>5</sup> BULST, Neithard. *Sobre o objeto e o método da prosopografia*. In: POLITEIA: Hist. E Soc. Vitória da Conquista, v. 5, n. 1, 2005, p. 47-67.

A outros, porém, a emigração foi marcada por constâncias, fossem na esfera familiar, fossem na socioprofissional, sustentando a diversidade em torno dos imigrantes portugueses no Pará.

Para chegarmos a essa conclusão, foi fundamental contarmos com os passaportes, maior conjunto documental que sustenta nossas análises, auxiliando significativamente na compreensão dos contextos vivenciados antes da emigração, junto a outros materiais bibliográficos, periódicos, documentos pessoais, iconografias, entre outros. O perfil do sujeito, seus ofícios, estado civil, grau de alfabetização, entre outros aspectos, auxiliou na percepção das estruturas familiares e econômicas, na inserção desigual na estrutura capitalista, nas problemáticas em torno da realocação da mão de obra, enfim, uma diversidade de informações que revelaram quem eram e como viviam os sujeitos antes da travessia atlântica. Já os inventários, habilitações consulares, testamentos, livros de memorialistas, e outros documentos desenvolvidos no Pará, nos apresentam o outro extremo da vida dos sujeitos, indicando ou não as trajetórias e conexões estabelecidas entre os dois lados do Atlântico.

A escolha por estudar a corrente imigratória de Aveiro perpassa ainda pela ampliação e complementação dos estudos que o próprio Grupo de Estudos Ruma vem desenvolvendo sobre a temática da imigração portuguesa para o Pará. No que envolve os passaportes do distrito de Braga, tido como o segundo destino com maior número de emigrados, estes já passaram por um levantamento prévio e já tem seus dados inseridos em uma base de informações para pesquisa, levantada por um dos membros do Ruma cujos dados foram utilizados na elaboração do trabalho final de doutoramento, embora a temporalidade seja da primeira metade do século XIX<sup>6</sup>. Por outro lado, os passaportes do Porto – Distrito que concentra os maiores quantitativos de saída – estão sendo estudados a partir de projetos coordenados pela vice-líder do Grupo, Prof.<sup>a</sup> Dra. Cristina Cancela, faltando-nos, desse modo, um estudo mais amplo sobre a região de Aveiro, o terceiro distrito de maior fluxo emigratório ao Pará, atrás somente do Porto e de Braga, como mencionamos. Contribuímos, assim, à consolidação de um grupo de estudos da imigração portuguesa ao Pará, com novas temáticas, abordagens e fontes, em complementação aos trabalhos já realizados, resultando, igualmente, em uma atualização da temática que nunca se esgota, haja vista que os processos emigratórios à região, em suas diferentes temporalidades, das populações portuguesas são os mais significativos, de igual maneira à outras regiões do

---

<sup>6</sup> Os referidos dados podem ser encontrados na Tese “ [De Chegadas e Partidas Migrações Portuguesas no Pará \(1800-1850\)](http://pphist.propesp.ufpa.br/ARQUIVOS/teses/Dr%202011%20Luis%20Valente.pdf)”, de autoria do Prof.<sup>o</sup> Dr.<sup>o</sup> Luiz Antônio Valente Guimarães, defendida em 2016, disponível em <http://pphist.propesp.ufpa.br/ARQUIVOS/teses/Dr%202011%20Luis%20Valente.pdf>.

país<sup>7</sup>. Concorreu ainda para a escolha o fato de que, diferentemente de outros distritos portugueses, os livros de registros de passaportes de Aveiro se encontrarem disponíveis em uma plataforma digital *online*, admitindo a consulta sem a necessidade de nos deslocarmos aos arquivos daquela localidade, permitindo trabalhá-los em uma perspectiva serial.

De modo geral, o estudo do fluxo imigratório de portugueses e suas características utiliza uma série de fontes quantificáveis e padronizadas que permitem o tratamento serial, entre recenseamentos, listagem de passageiros, quadros de estatísticas institucionais, listagem de hospedarias, anuários e registros de passaportes. Sobre este último vários trabalhos se destacam, correspondendo a estudos monográficos em perspectivas locais, que analisam a movimentação de uma freguesia ou de todo um Distrito, embora outros trabalhos se ocupem em analisar os passaportes por outro viés.

Estudos baseados nos registros de passaportes são comuns entre os autores portugueses, sobretudo os que direcionam as análises aos emigrados para o Brasil<sup>8</sup>. Em comum, além do corpo documental principal, estes trabalhos se debruçam sobre a elaboração de um perfil dos emigrantes, em suas distintas territorialidades e temporalidades. Preocupam-se em organizar os dados em torno das informações sobre o destino escolhido, cálculo de quantitativos anuais de

---

<sup>7</sup> Sobre a imigração do Norte português para o Brasil, cf. FERREIRA, Diogo. *A emigração do Norte de Portugal para o Brasil: uma primeira abordagem (1918-1931)*. ROCHA, Ricardo. *A emigração do Norte de Portugal para o Brasil em 1912: o caso de todas as partidas*. In: *Entre Mares – O Brasil dos Portugueses*. Belém: Editora Paka-Tatu, 2010.

<sup>8</sup> Sobre o uso de passaportes para o estudo do fluxo migratório para o Brasil considerando diversos destinos e em conformação a temporalidade adotada neste trabalho, cf. SOUSA, Fernando de. *A emigração do norte de Portugal para o Brasil: uma primeira abordagem (1834-1950)*. In: *Deslocamentos e Histórias: Os Portugueses*. Bauru, SP: Edusc, 2008, p. 27-34. Além do trabalho de FERRARIA, Maria José & AMORIM, Paulo. *A emigração para o Brasil através dos Livros de Registo de Passaportes do Governo Civil do Porto (1880-1890)*. In: SOUSA, Fernando de et. al. *A Emigração Portuguesa para o Brasil*. Porto: CEPESE - Edições Afrontamento, 2007, pp. 209-220. FERREIRA, Diogo & ROCHA, Ricardo. *A Emigração do Norte de Portugal para o Brasil antes e após a I Guerra Mundial (1913 e 1919): Variações e Permanências*. In: SOUSA, Fernando de et. al. (org.) *Nas duas margens: os Portugueses no Brasil*, Porto: CEPESE – Edições Afrontamento, 2009, pp. 425-445. MARTINS, Ismênia de Lima. *Movimentação de Portugueses no Brasil: 1808 a 1842 – A base lusa do Arquivo Nacional*. In: In: SOUSA, Fernando de et. al. (org.) *Nas duas margens: os Portugueses no Brasil*, Porto: CEPESE – Edições Afrontamento, 2009, pp. 33-39. SILVA, Susana Serpa. *O Distrito da Horta no contexto da emigração açoriana: uma análise com base nos registros de passaportes (1836-1839)*. In: SARGES, Maria de Nazaré et al. *Entre Mares – O Brasil dos Portugueses*. Belém: Editora Paka-Tatu, 2010, p. 335-346. SALGADO, Maria da Conceição Cordeiro. *A Emigração do Distrito de Bragança para o Brasil no século XIX (1844-1890)*. In: SARGES, Maria de Nazaré et al. *Entre Mares – O Brasil dos Portugueses*. Belém: Editora Paka-Tatu, 2010, p. 130-144. FERREIRA, Diogo. *A Emigração do Norte de Portugal para o Brasil: Uma primeira Abordagem (1918-1931)*. In: SARGES, Maria de Nazaré et al. *Entre Mares – O Brasil dos Portugueses*. Belém: Editora Paka-Tatu, 2010, p. 145-160. MONTEIRO, Isilda Braga da Costa. *A Emigração do Distrito de Vila Real para o Brasil (1901-1930) – Realidade e Percepções*. In: SARGES, Maria de Nazaré et al. *Entre Mares – O Brasil dos Portugueses*. Belém: Editora Paka-Tatu, 2010, p. 161-172. ROCHA, Ricardo. *A Emigração do Norte de Portugal para o Brasil em 1912: O ano de todas as partidas*. In: SARGES, Maria de Nazaré et al. *Entre Mares – O Brasil dos Portugueses*. Belém: Editora Paka-Tatu, 2010, p. 207-222.

pedidos e saídas, a naturalidade dos sujeitos, grupos etários, estado civil, ocupação, grau de instrução, gênero e acompanhantes dos titulares de passaportes.

No contexto de Aveiro, o trabalho mais emblemático é o de Maria Tereza Braga “*A emigração legal do distrito de Aveiro, 1882-1894*”<sup>9</sup>, que constrói seus argumentos sobre um período que a autora denomina de “terceiro e último ciclo de emigração portuguesa”, em que coloca o Brasil como destino de maior impulso, dissertando ainda sobre os quantitativos dos emigrados, e suas naturalidades, ocupações, condição civil, entre outros marcadores sociais. Além disso, em comum com boa parte da historiografia especializada, a autora trabalha somente com fontes que sustentam a origem legal dos fluxos, produzidas pelos órgãos oficiais do Estado – entre eles Relatórios da Administração Pública, Recenseamentos e Legislações – sem, no entanto, desconsiderar o expressivo número de saídas ilegais que permearam os fluxos portugueses em diferentes períodos, e cujos dados podem ser conhecidos através de periódicos e notas de outros autores de importância durante o século XIX, que trataram das situações de “burla” à legislação portuguesa, os quais veremos alguns exemplos a seguir. E embora este e tantos outros trabalhos sejam importantes à visão geral da emigração ao Brasil e das características em torno dos emigrados, ainda são escassos os estudos mais específicos que utilizam os dados seriais como ponto de partida para maior densidade às trajetórias, detalhando movimentações individuais e coletivas, a representatividade dos acompanhantes, entre outras informações igualmente essenciais para a compreensão do processo migratório.

Embora não centralize seu estudo sobre os passaportes, o trabalho de Jorge Arroiteia, “*Os Ílhavos e Murtoseiros na emigração legal portuguesa*”, também figura como importante referência a respeito da emigração de Aveiro em direção ao Brasil, e aos Estados Unidos da América, em um cenário de diversificação dos destinos ao longo do século XX. Ílhavo e a Murtosa – hoje, ambos conselhos de Aveiro – registraram elevados índices de emigração como em todo território distrital, em resposta ao limitado desenvolvimento global capaz de fixar as populações residentes. Jorge Arroiteia construiu um rico quadro geral dessa emigração a partir dos Boletins Anuais da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e Emigração, Processos Individuais de Emigração das Câmaras locais de Ílhavo e Murtosa, Questionários, Entrevistas,

---

<sup>9</sup> LOPES, Maria Tereza Braga Soares. *A emigração legal do distrito de Aveiro, 1882-1894*. Faculdade de Letras da Universidade do Porto (Dissertação de Mestrado). Porto: 1993.

Periódicos, Recenseamentos, entre outras fontes, que avançaram os olhares sobre os fluxos ao longo do século XX<sup>10</sup>.

Poucos são os estudos que se utilizam amplamente de outros documentos em diálogo com os dados extraídos dos passaportes, ou que elaboram análises mais densas partindo do perfil encontrado nas séries de informações. Dentre estes, destacamos o estudo de Isilda Monteiro em *A emigração do Distrito de Vila Real para o Brasil (1901-1930) – Realidade de percepções*, preocupada em dialogar com uma série de periódicos distritais, a fim de entender a posição assumida pela temática da emigração nos discursos da imprensa, observando, entre outras questões, como as abordagens jornalísticas alinhavam seus discursos com os dados oficiais difundidos pelos órgãos civis distritais<sup>11</sup>.

Ainda entre a historiografia portuguesa, outros trabalhos incorporam os passaportes para além do enquadramento dos sujeitos aos marcadores sociais de gênero, ocupação e instrução. O importante trabalho de Joaquim da Costa Leite “*A Emigração portuguesa: a lei e os números*” se preocupa em analisar as diferentes nuances da legislação portuguesa em relação aos processos migratórios, e seu reflexo sobre a emissão de passaportes, entre os séculos. No século XVIII o autor ressalta que as leis europeias, e portuguesas, eram restritivas, e limitavam a emissão de passaportes ao Brasil a funcionários e pessoas que comprovassem negócios a tratar. Para o século XIX, o movimento de acesso aos passaportes para a movimentação livre dos sujeitos foi facilitado pelas “correntes liberais”, que afirmavam, entre outros aspectos, que “a escolha dos itinerários e locais de trabalho e residência pertenciam inteiramente ao indivíduo”. Na década de vinte do século XX as medidas restritivas de acesso ao passaporte retornam, em 1929, quando, a exemplo, “passou-se a exigir aos candidatos à emigração o certificado de 3º classe da instrução primária como habilitação literária mínima”, etapas de um processo contínuo de organização e controle que o Estado português estabelecia sobre os fluxos. Além do enfoque à legislação, Costa Leite trabalha com os regulamentos de acesso ao passaporte, a problemática do serviço militar, os custos dos documentos, a clandestinidade e as estatísticas da emigração<sup>12</sup>.

De mesma importância está a tese de Doutorado de Jorge Alves “*Os Brasileiros – Emigração e Retorno no Porto Oitocentista*”, na qual analisou a emigração distrital do Porto

---

<sup>10</sup> ARROTEIA, Jorge de Carvalho. *Os Ílhavos e os Murtoseiros na emigração portuguesa*. Universidade de Aveiro (Tese de Doutorado). Aveiro: 1982.

<sup>11</sup> MONTEIRO, Isilda Braga da Costa. *A Emigração do Distrito de Vila Real*, op. cit., p. 166-169.

<sup>12</sup> LEITE, Joaquim da Costa. *A Emigração portuguesa: a lei e os números*. *Análise Social*, v. XXIII, n. 3, p. 463-480, 1987.

ao Brasil ao longo do século XIX para além da perspectiva quantitativa no que se refere a caracterização do fluxo, inovando ao abordar uma ampla perspectiva histórica e social, além de analisar os impactos dos retornados à sociedade de origem, - os *brasileiros* – sobre os quais buscou entender os sentidos, modalidades e consequências de seus retornos e os impasses que estes sujeitos sofriam no instante de sua reintegração. As inovações do trabalho de Jorge Alves estão na perspectiva regional abordada para entender os diferentes níveis de proximidade com o Brasil, a precisa observação dos efeitos desse fluxo sobre a estrutura familiar local, o alinhamento das decisões pessoais e familiares sobre a emigração à estrutura jurídica das distintas resoluções da política portuguesa à emigração, e a elaboração de estatísticas gerais sobre esse fluxo apoiadas sobre os registros de passaportes. Jorge Alves sustentou grande parte de sua tese sobre mais de 120 mil registros de passaportes dos respectivos livros de registro do Governo Civil do Porto, levantados nominalmente, classificação que auxiliou também na organização dos retornados<sup>13</sup>.

Em estudo mais recente, Isilda Monteiro dedicou suas análises a duas conjunturas que envolviam os passaportes: o enquadramento legal e as ações práticas, ou seja, em que medida a jurisdição se concretizava entre as ações práticas de pedido e retirada de passaportes, sobretudo em situações de intensas saídas. A autora realiza ampla abordagem sobre a funcionalidade do documento à justiça portuguesa, suas necessidades, objetivos, e o protagonismo dos governos civis<sup>14</sup> para emissão e suas limitações. Como destaca,

O passaporte no quadro migratório português do final do século XIX e das primeiras décadas do século XX, assume diferentes significados. Para o Estado é o instrumento de controlo e restrição que, contra tudo e contra todos, sempre se manteve com carácter obrigatório para todos os que passavam legalmente a fronteira com destino a outro país. [...] Para a população, obrigada a obter um passaporte para sair do país, esse documento representava, sobretudo, o primeiro passo em direção a uma vida melhor. um passo exigente, moroso e dispendioso [...]<sup>15</sup>.

No Brasil, autores como Maria Izilda Santos de Matos tem utilizado os passaportes no desenvolvimento de temáticas relacionadas a preparação da viagem, a documentação necessária

---

<sup>13</sup> ALVES, Jorge Fernandes. *Os brasileiros: emigração e retorno no Porto Oitocentista*. (Dissertação). Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1993.

<sup>14</sup> O Governo Civil é, essencialmente, uma extensão do poder político central a todo o território nacional. Como órgão que representa administrativamente o Governo da República, o Governo Civil tinha por missão representar o Executivo e coordenar os serviços do Estado no território sob sua responsabilidade. MACEDO, Miguel. Os Governos Civis de Portugal e a Estruturação Político-Administrativa do Estado no Ocidente. In: SOUSA, Fernando (org.). *Os Governos Civis de Portugal e a Estruturação Político-Administrativa do Estado no Ocidente*. Porto: CEPESE, 2014, p. 30.

<sup>15</sup> MONTEIRO, Isilda. Os passaportes – Do enquadramento legal à prática (1855-1926). In: SOUSA, Fernando et al. *Um passaporte para a terra prometida*. Porto, Portugal: Fronteira do Caos & CEPESE, 2011, p. 117-136.

(entre ela os passaportes) ao deslocamento, a chegada ao novo país, o contato com a terra natal, e a escrita das missivas, ora saudosas ora de chamada para a reunificação familiar. Embora a autora tenha dedicado seus trabalhos mais recentes a discussão sobre as cartas trocadas entre os dois lados do oceano, tem se utilizado dos registros de passaporte de maneira a demonstrar sua funcionalidade dentro do contexto preparatório à viagem, seu enquadramento judicial e principalmente, como instrumento que concedia funcionalidade as cartas de chamada trocadas entre casais, por exemplo, que para além das lamúrias saudosas, validavam a chamada às mulheres (esposas, irmãs, mães) para a viagem transatlântica, já que a estas não eram possibilitadas as viagens sem autorização prévia de seus responsáveis (cônjuge, pai ou irmão). As cartas, específicas de chamada, compunham a documentação necessária para abertura do processo de pedido do passaporte e, segundo a autora, os processos frequentemente incluíam as cartas, endereçadas a familiares com os quais o requerente pretendia se unir. O candidato a emigração então esperava pela carta “para encaminhar os trâmites na burocracia lusitana”, ao pedido final do passaporte<sup>16</sup>.

Nos últimos anos os registros civis de passaportes passaram ao papel de destaque entre os trabalhos paraenses, sobretudo em função da disponibilidade deste corpo documental e sua conservação, permitindo com que os números de imigrados fossem contabilizados com maior precisão. Os trabalhos também se inserem em um novo contexto dos estudos sobre portugueses na Amazônia, preocupados não somente em revisar os elementos já tratados pela historiografia clássica sobre o tema, mas em trazer distintas abordagens para corpos documentais já trabalhados, junto a novas documentações que permitam inovações teóricas e metodológicas, como no caso dos passaportes. Os trabalhos regionais, que utilizam os registros de passaportes, têm buscado superar a construção, quase restrita, de perfis migratórios, fazendo dos perfis e marcadores sociais alavancas para interpretações consistentes a respeito dos fluxos e contextos, das estruturas – sociais, econômicas, políticas, culturais e familiares – envolvidas e como o perfil as refletem.

Em *Um estudo sobre a migração portuguesa para a Amazônia Joanina (Pará, 1808-1821)* Barroso e Vieira Junior analisaram o período joanino a partir do movimento de pessoas nos ir e vir entre a Amazônia, especificamente o Pará, e Portugal. Valendo-se do uso das solicitações de permissão de viagens feitas aos administradores portugueses durante a ocupação

---

<sup>16</sup> MATOS, Maria Izilda Santos de. Mobilidades e escritos: mensagens trocadas (São Paulo – Portugal 1890-1950). *História: Questões & Debates*. n. 56, p. 113-136, jan./jun. 2012. Curitiba: Editora UFPR. Além de MATOS, Maria Izilda Santos de. Travessias e Cartas: Viagem e mala do imigrante. *Revista de História e Estudos Culturais*. Vol. 12, Ano XII. nº 2, jul./dez. 2015.

francesa e ausência da família real, puderam construir um quadro dos movimentos, sem deixar de reconhecerem os limites quanto a exatidão dos quantitativos demográficos do movimento migratório, sobretudo porque o contexto favorecia que, possivelmente, uma diversidade de pessoas saíssem do reino sem autorização legal, especialmente pela precária estrutura burocrática durante tempos de guerra. Apesar disso, os autores encontraram a média de 17 pedidos de passaportes/ano que sustentam a elaboração dos balanços quantitativos de solicitações anuais, que os auxiliaram no rastreamento de trajetórias individuais que, conforme suas movimentações e características, contam a história do período joanino na Amazônia, das tensões peninsulares, das resistências, dos riscos em se lançar ao mar, e do protagonismo feminino na migração<sup>17</sup>. Consideramos que o estudo de Barroso e Vieira Junior seja o precursor na sistematização de informações sobre processos migratórios ao Pará a partir de registros de passaportes, sobretudo na primeira metade do século XIX, demonstrando a amplitude teórica e metodológica que estes registros alcançam.

O trabalho recente de Luís Valente Guimarães possibilitou um novo olhar sobre os passaportes portugueses durante a primeira metade do século XIX, já que boa parte da historiografia enfoca a segunda metade por representar o instante de maior e mais expressivo fluxo migratório lusitano às paragens brasileiras e paraenses<sup>18</sup>. Preocupado em entender o perfil desse fluxo e sua representatividade para o período citado, Valente se valeu de séries diferentes de passaportes distribuídos entre os anos de 1800 a 1850, entre os distintos arquivos distritais, a saber Lisboa, Porto, Faro, Coimbra e Braga. Os quantitativos encontrados por Valente permitiram não somente a construção de um perfil migrante no Pará, mas, a partir dele evidenciou a conjuntura social, política e econômica das turbulentas primeiras décadas do século XIX, tratando ainda do comportamento dessa população imigrante dentro da esfera econômica, das redes familiares e profissionais estabelecidas, das instituições de apoio mútuo, do comportamento do fluxo durante os levantes da Cabanagem, e finalmente a construção de trajetórias, a materialização das dezenas de milhares de pedidos de passaportes. Portanto, superando os limites vivenciados por boa parte da historiografia sobre portugueses no Brasil, que utilizam os passaportes como principal recurso analítico.

---

<sup>17</sup> BARROSO, Daniel Souza & VIEIRA JUNIOR, Antônio Otaviano. Um estudo sobre a migração portuguesa para a Amazônia Joanina (Pará, 1808-1821). In: *Entre Mares – O Brasil dos Portugueses*. Belém: Editora Paka-Tatu, 2010, p. 64-74.

<sup>18</sup> GUIMARÃES, Luís Antônio Valente. *De chegadas e partidas: migrações portuguesas no Pará (1800-1850)*. Tese (Doutorado). Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, Belém, 2016.

Também o estudo de Cancela & Cosme, embora não centre as análises sobre os registros civis de passaportes, utilizam os dados referentes a este corpo documental para discutir a imigração portuguesa para o Pará entre os anos de 1850 a 1920, problematizando o uso que a historiografia paraense tem feito das Habilitações Consulares para o enquadramento dos fluxos, propondo a utilização e cruzamento de novas fontes, entre elas os passaportes, para uma compreensão mais próxima da realidade vivenciada pelos imigrantes durante a segunda metade do século XIX na Amazônia<sup>19</sup>. A problematização do uso de fontes como as Habilitações Consulares para o estudo do fluxo é baseada, entre outras fontes, nos quantitativos encontrados para o Pará a partir dos passaportes distritais de Braga, entre os anos de 1868 e 1917, além dos registros distritais de Aveiro para o rastreamento de trajetórias. De modo que, embora não utilizem os passaportes como fontes principais às conclusões desse estudo, os autores conseguem demonstrar a riqueza em aliar esses registros a outros conjuntos documentais em busca de maiores aproximações com as experiências vividas pelos portugueses no Pará.

Mais recente ainda, Cristina Cancela dedicou trabalhos específicos às informações dispostas nos passaportes, superando análises estritamente quantitativas. Centrando seus estudos sobre o Distrito do Porto, a autora observa essa movimentação ao Pará entre os anos de 1834 e 1930, e toma os passaportes como ponto de partida à observância das condições econômicas e sociais que incitavam à emigração, como episódios de epidemias, revoltas sociais – a nível paraense a Cabanagem, e a nível mundial a Primeira Guerra. Além disso, Cancela deu espaço e sentido aos acompanhantes dos titulares dos passaportes, muitas vezes negligenciados, especialmente a figura feminina, e às reemigrações, elemento importante para as novas conformações dos espaços sociais em Portugal<sup>20</sup>.

Assim, nossa proposta de pesquisa busca colaborar no avanço dos estudos em torno da imigração portuguesa à região, para além da quantificação dos dados, utilizando-os como alavancas à compreensão das estruturas que rodeiam o migrante, os elementos condicionantes no instante da partida, a evolução dos sujeitos, suas circularidades, inserções e discursos. Acreditamos que os passaportes, por serem fontes produzidas no instante da saída, colaboram para o conhecimento mais exato desse grupo, de como saem e como possivelmente se inserem nos novos destinos. Promovendo, por fim, novas interpretações aos dados já trabalhados sobre

---

<sup>19</sup> CANCELA, Cristina Donza & COSME, João Santos Ramalho. Entre fluxos, fontes e trajetórias: imigração portuguesa para uma capital da Amazônia (1850-1920). *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, v. 42, n. 1, p. 232-254, jan.-abr. 2016.

<sup>20</sup> CANCELA, Cristina Donza. O fluxo imigratório do Porto para o Estado do Pará: borracha, conflitos, epidemias e gênero (1834-1930). *Revista Brasileira de Estudos de População*, v. 36, p. 1-22, 2 out. 2019.

os naturais de Aveiro ao Pará, sobretudo aqueles que utilizaram as Habilitações Consulares para a elaboração de um perfil desse grupo.

Por sua vez, as Habilitações realizadas junto ao órgão consular português em Belém, entre os anos de 1843 e 1979, correspondem aos registros de entrada de portugueses no Estado, portanto um instrumento de controle dos recém-chegados. O estudo pioneiro de Edilza Fontes, *Preferem-se portugues(as): Trabalho, cultura e movimento social em Belém do Pará (1885-1914)*, preocupou-se em analisar a imigração portuguesa na cidade sob o universo do trabalho e do movimento operário e sindical, para tanto, a autora elaborou diferentes análises sobre as habilitações, entre elas a elaboração do perfil desse imigrante português<sup>21</sup>.

Este mesmo corpo documental foi utilizado por Marília Emmi, cujo trabalho amplo sobre as correntes emigratórias portuguesas à Amazônia destaca suas características sociodemográficas, inserções socioeconômicas e contribuições ao desenvolvimento regional, pontuando o papel da Amazônia no quadro geral das migrações internacionais e a política de atração de imigrantes às colônias agrícolas disseminadas em grande parte do território paraense, sobre o qual objetivava-se a ocupação e exploração de áreas de recente expansão fronteiriça<sup>22</sup>. Conjunto documental igualmente trabalhado por Marcos Carvalho em seu trabalho de doutoramento, *Bebendo açaí comendo bacalhau: Perfil e práticas da sociabilidade lusa em Belém do Pará entre finais do século XIX e início do XX*. Além da elaboração de um perfil dos emigrados, Carvalho avançou na temática ao analisar as diferentes formas de inserção e sociabilidade dos portugueses em Belém, entre instituições, beneficências e produção cultural, sobretudo a produção dos jornais *A voz do Caixeiro* e *O Caixeiro*<sup>23</sup>.

Embora sejam análises ricas e pioneiras sobre o uso das fontes consulares, algumas fragilidades, quanto a elaboração das habilitações, devem ser ponderadas, como também os quantitativos apresentados referentes aos portugueses no Pará, que ao longo deste trabalho são confrontados pelas informações extraídas dos registros seriais de passaporte.

---

<sup>21</sup> FONTES, Edilza. *Preferem-se português(as): Trabalho, cultura e movimento social em Belém do Pará (1885-1914)*. Tese de Doutorado, São Paulo, Unicamp, 2002.

<sup>22</sup> EMMI, Marília Ferreira. *A Amazônia como destino das migrações internacionais do final do século XIX ao início do século XX: o caso dos portugueses*. XVII Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP Caxambú-MG. [http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2010/docs\\_pdf/tema\\_1/abep2010\\_2086.pdf](http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2010/docs_pdf/tema_1/abep2010_2086.pdf).

<sup>23</sup> CARVALHO, Marcos Antônio de. *Bebendo açaí comendo bacalhau: Perfil e práticas da sociabilidade lusa em Belém do Pará entre finais do século XIX e início do XX*. Tese (Doutorado em História) Porto/Portugal, Universidade do Porto/Faculdade de Letras/ Departamento de História e de Estudos Políticos e Internacionais, 2011.

Em pesquisa anterior, Cancela utilizou as Habilitações Consulares para o estudo da imigração durante os anos de 1850 a 1920, com um total de 10.596 registros consulares<sup>24</sup>. A análise desse período mais amplo, do que até então os trabalhos anteriores vinham dando conta, apontou duas fragilidades importantes daquele corpo documental: a primeira sobre a deficiência por parte do Consulado em controlar de forma estreita os portugueses que aportavam em Belém, uma vez que muitos não realizavam sua inscrição no momento exato de chegada ou mesmo a faziam tempos depois de sua residência no Pará, sobretudo por não encararem a inscrição como algo obrigatório, e por não haver aparente imposição por parte do Consulado. A segunda fragilidade decorre da maior procura pela inscrição daqueles portugueses que tinham algum interesse patrimonial, ou mesmo como critério para obtenção de documentos – como registros de terras, depósito de testamentos, emissão de certidões, entre outros – sob responsabilidade consular e, apenas por isso, precisariam estar em condição legal junto a representação portuguesa na capital. De algum modo, essas disposições condicionaram o perfil do imigrante nos registros, havendo entre eles uma proporção significativa de comerciantes e pessoas de posses, portanto, uma composição distinta daquela apresentada pelos estudiosos portugueses a respeito da caracterização dos emigrados no instante da saída – essencialmente homens, maiores de idade, solteiros e ocupados em atividades econômicas primárias. Dessa forma, era de se esperar que houvesse uma fragilidade na construção de um perfil que, dentro do intervalo entre a chegada e a habilitação, poderia ser alterado diversas vezes, por exemplo, no que diz respeito aos enquadramentos profissionais.

Percebemos, frente a estes limites das Habilitações Consulares, o quão importante se torna trabalhar com os registros de passaporte para o conhecimento de quem eram os recém-chegados, sobretudo pela padronização dos dados registrados, sua obrigatoriedade e periodicidade ampla, as quais possibilitam um tratamento quantitativo, serial e, principalmente, qualitativo. E mesmo com as entradas clandestinas, entendemos que o poder de controle junto a rede administrativa responsável pelos passaportes se mostrava mais eficiente que as representações consulares além-mar.

## **Demarcando Conceitos - Migrantes, Teorias e Redes**

---

<sup>24</sup>CANCELA, Cristina Donza. *Os portugueses em Belém: imigração, patrimônio, alianças e sociabilidade (1850-1920)*. 2012. Projeto de pesquisa, Universidade Federal do Pará, Belém & Universidade de Lisboa, Lisboa. CNPQ/CAPES, 2012.

Em função da complexidade do fenômeno migratório e de seus inúmeros desdobramentos, o termo “migração” constitui-se como um conceito múltiplo, que pode ser trabalhado de diversas formas<sup>25</sup>. Soma-se a isso a afirmativa de Sayad, que considera a migração um “fato social completo”<sup>26</sup> – ou a “terra de ninguém”<sup>27</sup> –, para dizer que as diferentes possibilidades de observação deste processo variam em conformidade com o cruzamento das ciências sociais com outra dezena de disciplinas – história, geografia, demografia, economia, psicologia, entre outras – e ainda, um fato social completo por conseguir envolver distintos olhares de maneira harmoniosa, na maioria dos casos, para a compreensão dos eventos.

De forma estrita, Sayad define a emigração/imigração/migração como:

“[...] em primeiro lugar, um deslocamento de pessoas no espaço, e antes de mais nada no espaço físico; nisto, encontra-se relacionada, prioritariamente, com as ciências que buscam conhecer a população e o espaço, ou seja, *grosso modo*, a demografia e a geografia, e principalmente porque esta, ao tratar da ocupação dos territórios e da distribuição da população, inclina-se a anexar aquela – não é por nada que a demografia é uma questão, em parte dos geógrafos e, em parte, dos historiadores. [...] também é um espaço qualificado em muitos sentidos, socialmente, economicamente, culturalmente[...] cada uma dessas especificações e cada uma das variações dessas mesmas especificações podem ser objeto de uma ciência particular”<sup>28</sup>.

Assim, falar da migração é tratar do todo social, das estruturas, seus funcionamentos, formação demográfica, histórica, e cultural, tendo cautela em não isolar os olhares, limitando sua abrangência e desfavorecendo a interação entre distintas perspectivas analíticas, responsáveis por garantir aos estudos migratórios a riqueza dos detalhes como resultado da interdisciplinaridade.

Para outros autores, como Jeffrey Lesser, a imigração representaria não somente a transferência física de uma nação à outra, mas também a transferência de identidade nacional. O autor justifica que muitos cidadãos são definidos popularmente por termos que sugerem a condição de estrangeiro – português, alemão, japonês, italiano –, mesmo que sua família esteja a gerações em um lugar diferente de seus ancestrais. Como uma identidade encaixada, forçada aos indivíduos que, muitas vezes de forma obrigatória, tendem a perpetuá-la, seja com as

<sup>25</sup> FERNANDES, J. A. F. & VACA, L. E. A. “Uma casa portuguesa com certeza”: Um estudo sobre a influência do Grêmio Literário e Recreativo Português na inserção produtiva de migrantes portugueses em Belém, Pa. Papers do NAEA. Nº 336, 2014, p. 8

<sup>26</sup> SAYAD, Abdelmalek. *A imigração ou os paradoxos da alteridade*. São Paulo: EDUSP, 1998, p. 15.

<sup>27</sup> PEIXOTO, João. *As teorias explicativas das migrações: teorias micro e macro-sociológicas*. SOCIUS Working Papers, Nº 11/2004, Lisboa, p. 3.

<sup>28</sup> SAYAD, op. cit., p. 15.

celebrações familiares ou os movimentos dentro das comunidades estrangeiras<sup>29</sup>, de caráter associativo.

E o imigrante/emigrante surge a partir destes movimentos. Agentes históricos que dividem a *face da mesma moeda*: na sociedade natural é o emigrante, aquele que sai, imerso nos êxodos, como um elemento fundamental à manutenção das redes de circulação de pessoas no espaço e tempo; o imigrante é o prolongamento do emigrante, aquele que chega, que continua o movimento agora preocupado em estabelecer sua nova territorialidade, construindo novos sentidos no espaço recém descoberto. Ademais, no caso português, o emigrante que viaja e retorna com proeminência financeira, tende a perder a identidade inicial de emigrante ou de português, sendo reconhecido como o *brasileiro*, um sujeito modificado que, embora tenha em comum com seus primeiros pares a nacionalidade lusitana, teve sua identidade ressignificada pela emigração que o transformou em um sujeito *à parte* da sociedade natural, um agente socialmente modificado. Portanto, cabe ao migrante “aprender a habitar, no mínimo, duas identidades, a falar duas linguagens culturais, e a traduzir e negociar entre elas”<sup>30</sup>.

Do mesmo modo, o imigrante também se insere em um movimento de dupla contradição, já que:

[...] não se sabe mais se se trata de um estado provisório que se gosta de prolongar indefinidamente ou, ao contrário, se se trata de um estado mais duradouro, mas que se gosta de viver com imenso sentimento do provisoriedade [...]<sup>31</sup>.

Para dizer que muitos sujeitos aventureiros a migrar veem esse movimento como algo temporário, o suficiente para que ele possa alterar suas condicionantes econômicas, garantindo estabilidade financeira para ele e seus agregados. O retorno, ainda para Sayad, pode ser uma percepção muito frágil à construção de vínculos, junto a ideia de fixação, pois são elementos sensíveis às preferências dos sujeitos, que podem optar por um e outro a qualquer instante. No entanto, algo que o autor não avalia com maior sensibilidade são as condições criadas para que, mesmo dividido entre ficar e partir, o imigrante alcance estabilidade na sociedade receptora, condições que passam, especialmente, entre as relações profissionais e pessoais, permitindo-o ponderar entre a permanência e o regresso.

<sup>29</sup> LESSER, Joffrey. *A invenção da brasilidade – Identidade nacional, etnicidade e políticas de imigração*. I. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2015, p. 22.

<sup>30</sup> HALL, Stuart apud MONDARDO, Leandro Marcos. *Estudos Migratórios na Modernidade e na Pós-Modernidade: Do Econômico ao Cultural*. Revista Terra Livre, Ano 23, v.2, n. 29, Ago-Dez/2007, p. 51-74, p. 66.

<sup>31</sup> SAYAD, Abdelmalek. *A imigração ou os paradoxos da alteridade*, op. cit., p. 45.

Sayad também define o imigrante como “essencialmente uma força de trabalho”, podendo ser provisória ou não, em trânsito, na qual a identidade de imigrante é conservada durante toda sua vivência na sociedade receptora. E o trabalho por ele exercido é passível de um enquadramento pejorativo, no dito “trabalho para imigrantes”, criando a miragem de ofertas profissionais exclusivas, sobretudo para grupos marcados pela miserabilidade, que tendiam a perpetuar estigmas historicamente construídos sobre os estrangeiros. Um exemplo dessa condição eram os anúncios de jornais circulantes em Belém que mencionavam os portugueses a ofertas específicas de trabalho, o que para Edilza Fontes, constituiu na construção de uma “cultura do trabalho que privilegiava a nacionalidade como critério de seleção de mão-de-obra”, em ambientes como padarias, botequins, vagas de caixeiro, entre outras, como vemos.

“**Caixeiro.** Precisa-se de um de quinze a dezesseis anos, português, que tenha prática de mercearia, a tratar a Rua Riachuelo, nº 1, canto da travessa São Mateus” (Jornal *Folha do Norte*, nº 4707, 18 de maio de 1890)<sup>32</sup>.

A mesma autora ainda acredita que a preferência por portugueses e algumas outras nacionalidades ao exercício de determinados ofícios resultava do esforço em se estabelecer uma rede de empregos para portugueses – entre outras nacionalidades –, que alinhados aos laços de conterraneidade, recrutavam aprendizes e trabalhadores gratos “às relações de exploração e submissão paternalistas”<sup>33</sup>.

Tais interpretações contemporâneas sobre os processos migracionais resultaram, sobretudo, das teorias desenvolvidas pelo geógrafo e cartógrafo inglês Ravenstein, que traria ao centro das discussões sobre migração conceitos como “atração/repulsão” ou “push/pull”, e o protagonismo estrutural da economia como motivador das saídas, ainda no século XIX<sup>34</sup>. As ideias desenvolvidas por Ravenstein – embora descritas como “economicamente deterministas”, “metodologicamente individualistas” e “terrivelmente antiquadas”<sup>35</sup> – inovaram sobre o pensar a importância da racionalidade dos sujeitos diante da oportunidade de êxodo, e incentivaram outra dezena de autores a elaborarem tipologias e justificativas para as migrações<sup>36</sup>. Este agente racional, a partir de informações sobre diferentes opções de destinos,

<sup>32</sup> FONTES, Edilza. *Precisa(m)-se de portuguesas (as)*, op. cit., p. 124

<sup>33</sup> Idem, p. 179.

<sup>34</sup> RAVENSTEIN, Ernest G. (1885), "The laws of migration", *Journal of the Royal Statistical Society*, Vol. 48, Part II, pp. 167-227.

<sup>35</sup> SAMER, M. apud KING, Russell. Theories and typologies of migration: na overview and primer. In: *Willy Series Working Papers in Internacional Migration and Ethnic Relations*. Malmö University, Malmö, 2013, p. 12.

<sup>36</sup> Sobre a evolução das tipologias migratórias a partir dos questionamentos clássicos de Ravenstein, cf. LEE, Everett S. (1969), “A theory of migration”, in J.A. Jackson (Ed.), *Migration*, Cambridge, Cambridge University Press, pp. 282-297 (originalmente publicado em *Demography*, Vol. 3, 1966; MASSEY, Douglas et. At. Theories

se decidiria pela migração ou não, de modo que “os fatores e as variáveis intervenientes”<sup>37</sup> apenas atuariam como precursoras da decisão de um agente racionalmente motivado”<sup>38</sup>, ou seja, a decisão de migrar, a priori, estaria associada a capacidade do sujeito de ponderar a ação, os riscos, e os benefícios, sendo esta a maior condição definidora da saída.

O protagonismo concedido ao agente individual durante o processo de ponderamento da migração é o elemento central do que a Sociologia contemporânea tem definido como “teorias micro sociológicas” das migrações. Significando que embora o sujeito esteja envolvido em conjunturas variadas de cunho econômico, político, social, cultural e familiar, “é a racionalidade individual que, no limite, conjuga estas envolventes e promove a decisão de mobilidade”<sup>39</sup>.

Além disso, alguns limites sobre o conhecimento do destino devem ser ponderados – e é neste íterim que, mais uma vez, a racionalidade do sujeito atua –, especialmente frente ao conhecimento imperfeito que os candidatos à migração dispõem sobre o novo lar, muitas vezes difundido por conhecidos, familiares, ou pelas agências de empregadores que a todo custo arregimentavam imigrantes para o exército de trabalhadores. Portanto, uma rede de informações facilmente manipulada conforme o objetivo dos agentes difusores, e mesmo em áreas em que a imigração portuguesa era expressiva – como São Paulo, Rio de Janeiro e Pará – as instituições ligadas as “colônias” portuguesas não podem ser consideradas como a origem mais fiel de informações sobre as oportunidades nos locais de destino, pois seus membros poderiam omitir ou mesmo manipular dados sobre empregabilidade, segurança, e outros referenciais importantes aos candidatos, visões abalizadas conforme a posição social em que estes sujeitos se encontravam. Ou seja, a emigração e o destino eram diferentemente percebidos por aqueles que alcançaram ocupar espaços sociais de prestígio, daqueles que constituíam o grosso das camadas populares. Apesar dessa conjuntura, e considerando seus limites, as instituições criadas pelos imigrantes portugueses – no Pará ou em outros destinos – ainda são entendidas como importantes instrumentos de acomodação dos imigrantes nas sociedades receptoras<sup>40</sup>.

---

of international migration: a review and appraisal. *Population and Development Review*, 19 (3) p. 431-466; TILLY, Charles. Migration in Modern European History. In: McNeill, William H. & ADAMS, Ruth S. (orgs.) *Human migration, patterns and policies*. Indiana University Press, 1978, p. 48-72;

<sup>37</sup> Variáveis ou obstáculos intervenientes são aqueles que se colocam entre dois pontos geográficos e que funcionam como fricção à possibilidade de movimento, podendo ser a distancia, os custos de deslocação, a dimensão da família ou das leis migratórias, entre outros. PEIXOTO, João, op. cit., p. 15.

<sup>38</sup> PEIXOTO, João. *As teorias explicativas das migrações: teorias micro e macro-sociológicas*, op. cit., p. 5.

<sup>39</sup> Idem, p. 13.

<sup>40</sup> FERNANDES, J. A. F. & VACA, L. E. A. op. cit. O artigo trabalha com a hipótese de que instituições, como o Grêmio Literário e Recreativo Português no Pará desenvolveu importante papel na inserção dos imigrantes e nacionais no mercado de trabalho, supostamente pelas formações oferecidas em suas dependências.

As teorias micro sociológicas ainda envolvem outras definições relevantes: a “teoria do capital humano”, na qual o deslocamento requer um investimento do agente em seu próprio potencial, que influenciaria “rendimentos monetários e psíquicos futuros através do aumento dos recursos nas pessoas, investimentos como escolarização, formação profissional, cuidados médicos, entre outros”<sup>41</sup>. Ainda a teoria do “ciclo de vida”, preocupada em avaliar a influência de eventos como casamento, nascimento dos filhos e divórcios na trajetória de mobilidade territorial dos sujeitos, exigindo novamente uma escolha racional do agente humano<sup>42</sup>, embora estudos concluam que em relação a imigração portuguesa ao Brasil a existência do casamento e de filhos não tenha atuado como elemento constrangedor do migrar<sup>43</sup>, percepção que desenvolveremos com maior atenção nos próximos capítulos.

Por fim, a teoria da “trajetória social” (ou mobilidade social e profissional), em que independente da influência das variáveis estruturais, na prática os sujeitos criavam a perspectiva de uma trajetória ascendente<sup>44</sup>, um progresso privado e profissional, e que apesar de no instante exato da saída o sujeito estivesse restrito a ofícios menos exaltados, a ideia geral de melhoria, crescimento e prosperidade é o que preside o abandono das condições “miseráveis” para interagir com outros contextos socioeconômicos.

Essa busca por uma trajetória social ascendente é um elemento comum aos diferentes grupos que enveredaram pela migração. Os portugueses no Brasil dão exemplos claros da busca pela dissociação da imagem de agricultores<sup>45</sup>, desinformados e rústicos, sobretudo ao buscarem trabalhos nos centros urbanos, no setor terciário da economia. A mudança de status do sujeito, em sua trajetória de vida ainda pode ser atribuída aos investimentos em seu capital humano. Em alguns casos o sujeito pode ter chegado na qualidade de trabalhador da terra ou da pesca e iniciado um negócio, alterando sua condição para comerciante, refletindo certa mobilidade social, transformando em realidade o sonho da ascensão, da fortuna, ou mesmo de melhores

---

<sup>41</sup> Sobre a teoria do capital humano e sua aplicabilidade no contexto migratório, Cf. BECKER, Gary. S. *Investment in human capital: theoretical analysis*. The Journal of Political Economy. Vol. 70., Nº 5, part. 2 (Supplement), p. 9-49.

<sup>42</sup> PEIXOTO, João, *As teorias explicativas das migrações*, op. cit., p. 17.

<sup>43</sup> Sobre o perfil do migrante e a influência da condição civil sobre o ato de migrar, cf. FERREIRA, Diogo Teixeira Guedes (2010a). A emigração do Norte de Portugal para o Brasil: uma primeira abordagem (1918-1931). In: *Entre Mares: O Brasil dos Portugueses*. SARGES, Maria de Nazaré [et al.] – Belém: Editora Paka-Tatu, 2010, p. 145-173.

<sup>44</sup> FORD, Reuben. *Migration and Stress Among Corporate Employees*. Thesis submitted for the degree of Doctor of Philosophy in the University of London, 1992, p. 30.

<sup>45</sup> Esta não é uma característica homogênea aos diferentes grupos lusitanos que adentraram ao Brasil, podendo ser visualizada com maior frequência entre aqueles imigrantes independentes, não subsidiados por facilidades governamentais, que empregavam sua mão de obra nas lavouras e áreas de colonização agrícola. Estes subsidiados geralmente já saíam das terras portuguesas com contratos de trabalho estabelecidos, e tinham a viagem custeada pelo futuro patrão junto aos órgãos governamentais. Mais detalhes sobre esse processo veremos nas análises seguintes.

condições, sem necessariamente alcançar prestígio social, desfrutando, apenas, de maior conforto para seus ascendentes ou descendentes.

Entre os portugueses erradicados no Pará, é comum localizarmos indivíduos que entre a chegada e fim da vida traçaram trajetórias ascendentes, alguns desses exemplos estão dispostos ao longo dos capítulos seguintes. O contrário, porém, também é comum e facilmente localizado em nossos registros, ou seja, aqueles que em diferentes entradas e intervalos de empregabilidade local, permaneceram em ofícios de pouco reconhecimento social, podendo caracterizar trajetórias não ascendentes, como José Domingues Vicente, que – ao longo de três entradas ao Pará entre os anos de 1899 e 1904 –, sempre declarou exercer o ofício de “trabalhador”, condição genérica aos que não possuíam profissão definida, configurando uma espécie de “faz tudo”. Casos de mobilidade descendentes – onde havia rebaixamento nas atividades profissionais exercidas – não foram localizados nos registros trabalhados.

É oportuno destacarmos que embora a sociologia estabeleça teorias, estratégias e motivações migratórias que partem do sujeito, na prática no momento de execução da migração ele tende a acionar os diferentes referenciais teóricos de uma só vez, corroborando à ideia da migração ser um fato social “completo”, integrado e variado.

Junto às teorias micro sociológicas, as ciências sociais ainda enquadram os fluxos em teorias macrosociológicas, que privilegiam a ação de fatores de tipo coletivo, ou estruturante, agindo, igualmente, como condicionantes da migração, são elas: a teoria do mercado de trabalho segmentado e da economia informal; a teoria das estruturas espaciais, sistemas mundo e sistemas migratórios; e a teoria das instituições, redes migratórias, laços étnicos e sociais<sup>46</sup>. Interessando-nos, principalmente, a primeira e a última abordagem por acreditarmos que são facilmente percebidas no comportamento migratório português ao Brasil, e ao Pará.

A teoria do mercado de trabalho segmentado e a economia informal tem defendido a existência de setores, sobretudo econômicos, diferenciados, que condicionam fluxos de regiões menos desenvolvidas para aquelas mais desenvolvidas, ou nem tanto, mas com oportunidades variadas de vagas no mercado de trabalho. É pensar na reconfiguração da mão de obra portuguesa em cidades como São Paulo, Rio de Janeiro e Belém, que imersas na ampliação dos setores terciários e secundários, sem desagregar a importância do primário, tenderam a atrair grupos diversos, com raízes nas atividades agrárias e marítimas. Ademais, é ajuizar que possam existir mercados de trabalho que se distanciam das práticas mais comuns dos nacionais,

---

<sup>46</sup> PEIXOTO, João. *As teorias explicativas das migrações*, op. cit., 22.

deixando para a massa de estrangeiros atividades em setores econômicos emergentes, ou mesmo por serem ofícios menos honrosos, recaindo sobre os estrangeiros, como atividades braçais no setor de serviços de restaurantes, padarias, aguadeiros, entre outros.

Em relação à ocupação dos portugueses no setor terciário da economia, alguns trabalhos acreditam que haja uma “disposição lusitana”<sup>47</sup> em dedicar-se ao comércio, embora acreditemos que essa disposição tende a ser vista como forma de rápida inserção no mercado de trabalho, sobretudo pelo agrupamento de terras que nas mãos de nacionais, propriedades de grande valia para o cultivo, extração e criação. Não à toa, Herbert Klein enfatiza que o século XIX registrou um fluxo permanente de portugueses do Norte para o setor comercial urbano do Brasil, a ponto de ter sido por vezes designado uma “migração de caixeiro”<sup>48</sup>.

Segundo João Peixoto, “o fato de existirem grupos de migrantes passa, então, não (só) pela vontade e cálculos individuais dos migrantes, mas pelos fatores estruturais que recorrem ao seu trabalho”<sup>49</sup>, a exemplo das diferentes políticas de incentivo à migração estrangeira ao Pará destinada às colônias agrícolas ao longo dos séculos XIX e XX, que, embora sem tantos êxitos com essa nacionalidade, visavam o aumento da produção paraense e a ocupação dos “espaços vazios” no mesmo território<sup>50</sup>, além das solicitações conjugadas a expansão e consolidação da economia do látex.

Outro posicionamento importante e que exerce papel fundamental nas migrações é o das instituições, laços étnicos e sociais, e redes migratórias/sociais. As instituições, a priori, são importantes por desencadear ou acompanhar o processo migratório, atuando como organizações empregadoras, entidades financeiras, departamentos governamentais ocupados com as migrações, e outros<sup>51</sup>. No enquadramento português, impossível não associarmos às agências de recrutamento e engajamento dos sujeitos no circuito migratório, os órgãos de incentivo, recebimento e distribuição dos imigrantes no contexto brasileiro, e as Ligas de Repatriação responsáveis pelo auxílio, sobretudo financeiro, aos menos afortunados interessados em regressarem à terra natal, como a “A Benemérita Liga Portuguesa de Repatriação” no Pará, que atuou entre 1908 e 1949. As atividades das ligas de repatriação foram

<sup>47</sup> FRUTUOSO, Maria Suzel Gil. “A presença portuguesa no comércio em Santos”. In. MATOS, Maria Izilda S. de [et al.]. *Deslocamentos e Histórias: os Portugueses*. Bauru/SP: Edusp, 2008. Maria Suzel Gil. *op. cit.*, p. 153.

<sup>48</sup> KLEIN, Herbert. *A integração social e econômica dos imigrantes portugueses no Brasil nos finais do século XIX e no século XX*. Análise Social, vol. XXVIII (121), 1993, p. 235-265, p. 243.

<sup>49</sup> PEIXOTO, João, *op. cit.*, 24.

<sup>50</sup> Sobre as políticas de ocupação e uso do território no Pará, cf.. NUNES, Francivaldo. *Terras de Colonização: agricultura e vida rural ao norte do império brasileiro*. São Paulo: Scortecci, 2016.

<sup>51</sup> PEIXOTO, João. *As teorias explicativas das migrações*, *op. cit.*, p. 28.

fundamentais para que o regresso – que poderia ser em condições ainda mais precárias que as de chegada – fosse realizado, já que em nenhum instante houve homogeneidade econômica e social dos portugueses no Brasil que, ao iniciar do século XX, distribuíam-se por uma larga escala social, indo desde operários e caixeiros, até o comerciante rico e proeminente que mantinha fluxos contínuos à terra natal. Tais instituições junto as redes estabelecidas entre seus partícipes, facilitadoras da inserção dos sujeitos no meio, muitas vezes também serviram como redes de “rejeição”, desprezando pedidos de ajuda, forçando-os a trabalhos insalubres<sup>52</sup>.

A teoria dos laços étnicos e sociais, que destaca as relações de natureza social e étnica que une algumas atividades no destino, próximo ao que as comunidades de imigrantes desenvolvem com seus membros que, investindo no “capital social”, criam mercados de bens e serviços de raiz cultural, ou mesmo agem como reserva de trabalho assalariado, qualificado, “disponíveis” à contratadores, condições de favorecimento individual e coletivo que suscitaria novas demandas por trabalhadores, e logo de imigrantes<sup>53</sup>.

Por fim, o enquadramento das redes sociais<sup>54</sup> – neste caso migratórias –, corrobora a assertiva do não isolamento dos sujeitos nos fluxos, principalmente durante a avaliação das condições, na realização dos percursos e nas formas de integração no destino, estando inseridos em redes de conterrâneos, familiares ou agentes promotores da imigração – tais como os engajadores –, responsáveis por fornecer as informações necessárias ao deslocamento<sup>55</sup>, e que, segundo Russell King, tenderam a ter um efeito multiplicador, perpetuador da migração, sem desconsiderar, no entanto, o fato de que assim como atuam em processos de inserção, as redes também podem ser excludentes, em relação ao capital social e humano dos membros inseridos em seus sistemas<sup>56</sup>, pensamos aqui nas redes essencialmente constituídas por sujeitos ocupantes de altos postos sociais – em instituições culturais portuguesas –, que, mesmo inconscientemente, cercearam o acesso de seus conterrâneos às suas estruturas, em decorrência

---

<sup>52</sup> HIDAKA, Ana Tereza Tomiko Vicente. “Os infortúnios da imigração portuguesa: A benemérita liga portuguesa de repatriação (1908-1949)”. 2013. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia), Universidade Federal do Pará, Belém, UFPA, 2013, p. 60-61.

<sup>53</sup> PEIXOTO, João. *As teorias explicativas das migrações*, op. cit., p. 30.

<sup>54</sup> As redes sociais também podem ser entendidas a partir da teoria dos gráficos e da sociometria, como um conjunto de pontos – os atores – vinculados por uma série de relações que cumprem determinadas propriedades, que variam em função da posição assumida pelo indivíduo dentro da rede – central ou periférica, da intensidade dos laços, da direção dominante nas relações, a densidade, duração, frequência, entre outros elementos possíveis de representação das diferentes ligações existentes entre os agentes. LEIVA, Pilar Ponce & AMADORI, Arrigo. *Redes sociales y ejercicio del poder em la América Hispana: consideraciones teóricas y propuestas de análisis. Revista Complutense de Historia da América*, vol. 32, 15-24, 2008, p. 21.

<sup>55</sup> PEIXOTO, João. op. cit., p. 29.

<sup>56</sup> KING, Russell. *Theories and typologies of migration...*, op. cit., p. 22.

da escassez de capital destes últimos à entrada nestas instituições, mediante pagamento das “joias” ou mensalidades.

Seguindo esta perspectiva, enquadrar os fluxos migratórios dentro de um sistema constituído por diferentes redes é dar ênfase na migração como movimento circular, multicausal, independente das mudanças de uma dada parte do sistema<sup>57</sup>, como Ravenstein atribuía – no século XIX – as migrações como respostas a desequilíbrios de carácter económico das sociedades.

Embora seja vista como um “método em construção”, a análise das redes sociais é eficiente por apresentar ao historiador os diferentes níveis em que os sujeitos se inserem, ou seja, como estas relações se comportam a nível macro dentro das demandas específicas solicitadas pelos sujeitos às estruturas sociais, e como a nível micro são equilibradas entre os distintos agentes e pontos de interesse. Por isso haja quem considere que entre a micro história e a análise de redes sociais o ponto de convergência seja o “reconhecimento da capacidade de ação dos atores, que determinam o espaço social em que pretendem desenvolver suas relações, ponderando as formas e limites de cada uma delas”<sup>58</sup>, garantindo às relações o protagonismo dos agentes conforme suas agências específicas.

Outro fator a considerar quanto ao recurso às redes sociais e o enquadramento migratório é a própria formação da rede, sua origem e percepção. Em determinados movimentos migratórios, como no caso português, e o expressivo fluxo de nortenhos, Jorge Alves afirma que a representação mais persistente é da expansão capilar das redes familiares e de vizinhança<sup>59</sup> nas sociedades acolhedoras que se responsabilizariam pela acomodação dos recém-migrados na sociedade, desse modo podemos pensar que a emigração sustentada nas redes previamente estabelecidas, fossem elas familiares ou não, propiciaram maior sucesso aos emigrados. Porém nem sempre é perceptível a estes sujeitos sua inserção dentro desse sistema e as relações diversas a quem estão arrolados, cabendo ao historiador a reconstrução dos laços, seus pontos de interseção, o cruzamento dos sujeitos e interesses, as dependências e consequências, ratificando o que Jean-Paul Zúñiga considerou sobre a não existência das redes “por si”<sup>60</sup>.

---

<sup>57</sup> Idem, p. 20.

<sup>58</sup> LEIVA, Pilar Ponce & AMADORI, Arrigo. op. cit., p. 24.

<sup>59</sup> ALVES, Jorge Fernandes. *Os brasileiros: emigração e retorno*, op. cit., p. 406.

<sup>60</sup> ZÚÑIGA apud LEIVA, Pilar Ponce & AMADORI, Arrigo. op. Cit., p. 26.

Charles Tilly ao escrever sobre as redes, defende ainda a existência de redes de confiança entre as partes envolvidas no processo, e a própria sobrevivência das relações de confiança transnacionais que atravessam gerações<sup>61</sup>, ponto evidente quando encontramos exemplos de sujeitos que partem ao Brasil por aqui conhecerem um vizinho, terem amigo da família, um primo distante que possa servir de referência. Acreditamos que a isso se acrescentem as relações de cumplicidade entre os sujeitos e os interesses que lhes cabem, que por fim refletem a sociedade, como um elemento estratégico ora para sua sobrevivência, ora para sua estabilidade. Seria a rede uma representação de um sistema migratório onde determinadas regiões espaciais trocam pessoas, recursos materiais (como as remessas que por muito tempo ajudaram no equilíbrio da balança comercial portuguesa<sup>62</sup>) e informações, estabelecendo laços ou conexões sólidas que expliquem a origem, o desenvolvimento e o recrudescimento de tais fluxos<sup>63</sup>.

Por fim, objetivamos que todos esses levantamentos possam ser percebidos nos capítulos que compõem esse trabalho, dividido em quatro unidades. O primeiro capítulo é construído sobre a perspectiva do conhecimento acerca dos antecedentes da emigração, desde os contornos geográficos e suas estruturas socioeconômicas, até as opiniões construídas sobre os mesmos movimentos, já que o processo migratório só é possível dentro de uma percepção temporal e, sobretudo, espacial. Os quantitativos referentes aos fluxos dos naturais de Aveiro para o Brasil e outros espaços, são desenvolvidos no capítulo dois, amparados por suportes jurídicos específicos que, propositalmente ou não, influenciaram a conformação dos referidos fluxos, acomodados a contornos geográficos específicos. No terceiro capítulo trabalhamos amplamente o perfil da corrente migratória de Aveiro ao Pará, a partir de três marcadores principais: a origem, o condicionamento socioprofissional e finalmente a condição civil dos titulares de passaporte. Por fim, no quarto capítulo, trabalhamos sobre a trajetória dos irmãos “Amador Leite” na Amazônia brasileira, buscando por meio da história da família entre Portugal e o Brasil, perceber as nuances do processo migratório, desde as clássicas raízes na conjuntura econômica, às circunstâncias pessoais que concretizaram as demandas de seu tempo, alinhadas sempre aos interesses dos agentes principais.

---

<sup>61</sup> TILLY, Charles. *Trust networks in transnational migration*. In: Sociological Forum, Vol. 22, No. 1. March, 2007, pp. 3-24.

<sup>62</sup> PEREIRA, Miriam Halpern. *A política de emigração portuguesa*, op. cit., p. 55.

<sup>63</sup> FAZITO, Dimitri. *A análise de Redes Sociais (ARS) e a Migração: mito ou realidade*. Anais do XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais-ABEP. Ouro Preto/Minas Gerais, 2002. Disponível em: [http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2002/GT\\_MIG\\_ST1\\_Fazito\\_texto.pdf](http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2002/GT_MIG_ST1_Fazito_texto.pdf).

**CAPÍTULO PRIMEIRO:**  
“CIDADES DE AFINIDADES LITORAIS”

Três dias após chegar a Belém, Augusto Carlos Leite, natural da freguesia da Murtosa, escreveu à sua esposa Emília, que ficara em Aveiro, as seguintes notas:

Minha querida Emília,  
Venho a dizer-te que cheguei a esta cidade no dia 23 do corrente pelas 2 horas da manhã em companhia de 140 companheiros, que muito bem me trataram apesar de termos uma viagem desgraçada [...] O clima é bom e a cidade uma coisa encantadora, para mim é mais linda que o Porto[...]. A minha demora fez com que hoje não estivesse sócio de uma casa dividida para duas, mas creio que cedo o serei em outra, reza e pede a nosso Deus e nossos filhos que me dê saúde.  
Pará, 26 de fevereiro de 1896<sup>64</sup>.

Dispersão familiar, volume expressivo de emigrados, viagens turbulentas e precárias, bem como o encantamento com a nova pátria são alguns dos aspectos característicos da emigração portuguesa contemporânea destinada ao Brasil vivenciados por Augusto, como descreve. O português parecia alimentar o encantamento por Belém em função das promessas de fortuna que chegavam à sua aldeia, provenientes do setor terciário da economia – e nele o comércio da borracha ou atividades atreladas a ela – o principal propulsor dos acúmulos de capitais por particulares e instituições públicas.

Desgraçada ou não, a travessia atlântica era talvez o primeiro desafio a ser vencido pelos emigrados, muitos lançados à sorte ou a uma oportunidade previamente acertada de trabalho, que buscavam “fazer na América” a fortuna que suas vilas não lhes dava, e viam no setor comercial brasileiro a possibilidade de concretização dos desejos de prosperidade, haja vista que as economias do Sudeste – no eixo São Paulo e Rio de Janeiro – viviam as voltas com as exportações de café, e mais ao Norte, no Pará, vivia-se o auge da economia extrativa do látex, ambas fomentando a modernização dos espaços de vivenda, com novos instrumentos de capitais, ampliação da rede comercial, incremento nos transportes, liquidez econômica e reformulação dos símbolos de riqueza.

Certamente Augusto deve ter procurado providenciar logo a sua chegada a Belém, possivelmente instigado pela próspera trajetória dos primos Joaquim, Ângelo e João Antônio Leite, irmãos, naturais de Aveiro e sócios na Leite & Company, firma comercial voltada para extração, transporte e negociação de borracha e mercadorias, com sede no Pará e representações em Manaus, Acre e Estados Unidos, aos quais dedicamos o capítulo quarto deste trabalho. Os irmãos Leite mantinham viagens frequentes à terra natal onde ostentavam a riqueza alcançada

---

<sup>64</sup>A cópia digitalizada da epístola foi gentilmente concedida por seu bisneto Augusto Leite, residente no Concelho da Murtosa, distrito de Aveiro, Portugal.

no Pará através da construção de palacetes, compra de automóveis, financiamento de reformas e festas religiosas, entre outras movimentações que materializavam o mito do *brasileiro*<sup>65</sup> de torna viagem nas pequenas aldeias, instigando a imaginação e o ego de inúmeros candidatos à migração. Infelizmente, Augusto não realizaria suas aspirações no Pará, pois falecera entre o final do mês de fevereiro e abril de 1896, tempo depois de enviar a missiva à esposa<sup>66</sup>.

Pensar a vinda de Augusto, porém, em função da história de sucesso dos primos e o mito da riqueza no Brasil seria desconsiderar que, embora a emigração passe por uma decisão pessoal e conjunta – no que diz respeito à família –, os movimentos são impulsionados por outras demandas que tendem a fomentar o abandono da terra natal em busca de uma nova realidade que sustente suas ambições. Demandas intimamente ligadas às conexões entre os países, os espaços de circulação dos sujeitos, as redes<sup>67</sup> pessoais e profissionais tecidas, aos meios de controle aos quais estão submetidos, as estruturas nacionais e desconstruções.

A consolidação e ampliação do sistema capitalista na Europa Ocidental, logo também sobre Portugal, modificaria os modos de vivência, fomentando necessidades e símbolos de poder que as vilas do interior não supriam. A inserção das maquinarias industriais nos meios básicos de produção local, “a profunda alteração no sistema de comunicação e de transportes nacionais e internacionais”<sup>68</sup> levou a expressiva parcela da população a ver a vida para além do seu morgado. A emigração ao Brasil, a exemplo, que antes lhes dera as minas de ouro e diamantes, agora oferecia-lhe terras, comércio e o mito da fortuna.

Ao longo do século XIX, sobretudo a partir da segunda metade, quando as economias contemporâneas veem desabrochar novos espaços de poder e disputa, é criada uma proximidade entre os espaços nacionais, que convergem à especialização no cenário mundial. As economias nacionais interligadas por um sistema econômico mundial alterariam as economias domésticas e as estruturas de empregabilidade nos países de “expulsão” e de acolhimento, reformulando

---

<sup>65</sup> Brasileiro é o emigrante retornado, cuja trajetória da migração é marcada pelo sucesso, agregando símbolos de poder e riqueza. Esses símbolos costumam materializar-se, em construções modernas e sofisticadas na aldeia, socorros a entidades filantrópicas, patrocínio de festejos religiosos, construções de escola, hospitais, e outras estruturas que agregam valor e status a sua pessoa. Devido a várias destas histórias de sucesso, que encobriam outras dezenas de histórias de fracassadas, muitos portugueses saíram de suas aldeias em busca também fazer fortuna além-mar.

<sup>66</sup> Esta previsão sobre a data de óbito de Augusto nos foi repassada por seu bisneto Augusto Leite, que não dispõe de certidão ou qualquer outro documento de óbito do bisavô, falecido no Pará.

<sup>67</sup> Para ampliar o debate sobre o conceito, suas armadilhas e potenciais ver: IMÍZCOZ, José Maria. “Actores, redes, processos: reflexiones para uma historia más global. In: *Revista da Faculdade de Letras*. História. Porto, III série vol 5. 2004. pp. 115-140. Sobre redes e ampliação da noção de cadeias migratórias ver: TRUZZI, Oswaldo. “*Redes em processos migratórios*”. In: *Tempo Social* (Revista de Sociologia da USP). São Paulo, vol. 20, nº 1. 2004.

<sup>68</sup> GONÇALVES, Paulo Cesar. Presença portuguesa no Brasil: uma abordagem histórica dos conceitos de colono, imigrante e emigrante. In: MATOS, Maria Izilda Santos de; AVELINO, Yvone Dias (orgs.). *Deslocamentos e Histórias: desafios territórios e tensões*. São Paulo: e-Manuscrito: PIPEq, 2018, p. 41-66, p. 52.

relações socioeconômicas e de interação nos ambientes, acionando ainda mais as redes sociais previamente construídas, fosse para mobilizar mais trabalhadores deslocados economicamente nos locais de nascimento, fosse para reagrupar e inserir os recém chegados<sup>69</sup>.

O objetivo desse capítulo é entender as demandas preliminares a emigração considerando que as estruturas e os espaços em torno ao sujeito agiram como elementos persuasivos de sua movimentação, junto as suas questões pessoais. Conhecer não apenas a estrutura distrital de Aveiro, mas de que modo Aveiro e Portugal se comportavam dentro do contexto europeu que, ao longo da segunda metade do século XIX e início do XX, sofrerá diferentes reestruturações socioeconômicas. Para isso, o capítulo se divide em três sessões: na primeira privilegiamos o contexto europeu imerso nas reestruturações do século XIX, o século dos grandes deslocamentos e câmbios das nações do velho continente, e como essa sequência de mudanças levou a diferentes populações europeias a optarem pela emigração à América, e nela destinos bem específicos, como Argentina, Brasil e Estados Unidos, concebendo a emigração portuguesa como mais um dos tantos movimentos de saída em função de diferentes demandas particulares.

Em seguida, buscamos conhecer o distrito de Aveiro em sua formação e desenvolvimento, compreendendo como este espaço dialogou com as micro relações estabelecidas pelos sujeitos, as quais convergentes, incitaram a emigração. Além disso, consideramos que os quantitativos dos emigrados de Aveiro refletiram comportamentos comuns a outros espaços da nação portuguesa, que igualmente tinham na emigração o escape para suas fragilidades.

Por fim, entendemos as opiniões em torno desse movimento distrital e a forma com que o Estado tratou a dualidade da emigração: ora um suspiro aliviado da economia portuguesa constantemente em crise, ora um problema a ser combatido, principalmente através das burocracias documentais para a realização das viagens.

### **1.1- A desterritorialização das nações europeias**

---

<sup>69</sup>MICAEL, Ana Luisa Martins. *Identidade, território e práticas familiares: a relação com a terra e a emigração em Sever do Vouga*. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, Lisboa, 2008, p. 13.

Ao olhar desprezioso pode parecer que a vinda de Augusto Leite e de seus 140 companheiros tenha resultado – apenas – de uma sequência de fatores internos a terra natal que incentivaram a emigração, e as escolhas pessoais que transcorriam pela opinião familiar, especialmente sobre quando e para onde emigrar. A viagem dos conterrâneos, no entanto, se inseria em um movimento de caráter global, de ambição e sobrevivência frente ao cenário da grande depressão da década de 1870 na Europa, que só chegaria ao fim em 1890 – quando em um “violento movimento de recolonização” europeia diferentes nações repartem a África e a Ásia em uma nova fase do capitalismo: o Imperialismo<sup>70</sup> –, resultante das limitações do capitalismo monopolista europeu frente a emergência de novos espaços em amplo desenvolvimento, concorrentes à velha ordem de domínio europeu sobre as redes mundiais de capital, influência, cultura e pessoas.

Os anos de depressão europeia e o êxodo, em grande medida de desocupados, seriam o afago às economias escravistas que viviam o cessar do tráfico. No caso brasileiro, a Lei Eusébio de Queiroz em 1850 dava sinais de que a abolição não tardaria e que a economia nacional precisaria se adequar às demandas contemporâneas de empregabilidade de uma mão de obra livre, fabricante e consumidora da mesma produção. Escravidão e emigração, dessa forma, podem ser entendidas como fases sequenciais na evolução do sistema capitalista contemporâneo dentro do território brasileiro, havendo – parcialmente – a transposição da escravidão pela imigração de maneira custosa e conflituosa, na qual os envolvidos compartilharam dos mesmos ambientes de exploração por décadas.

Embora a emigração transatlântica à América tenha sido a de maior exponencial da história europeia, com números próximos dos 50 milhões de emigrantes, as travessias dividiram espaços com outros movimentos que, menos numerosos, fizeram do século XIX e XX um período de desenraizamento dos indivíduos, conforme definiu Hobsbawm – anos antes – o “século XIX foi uma gigantesca máquina para desenraizar os homens do campo”<sup>71</sup>, comprovadamente distribuídos entre os emigrantes saídos da Europa em direção aos variados

---

<sup>70</sup> COGGIOLA, Oswaldo. *As Grandes Depressões (1873-1896 e 1929-1939)* – Fundamentos econômicos, consequências, geopolítica e lições para o presente. São Paulo: Alameda, 2009, p. 85.

<sup>71</sup> HOBBSAWM, Erick J. op. cit., p. 274. Estados Unidos e Argentina, bem como o Brasil e a Guiana foram destinos precocemente ocupados pelos ilhéus, açorianos e madeirenses por se posicionarem entre as rotas transatlânticas tiveram contatos antecipados a grande imigração da segunda metade dos oitocentos. Partiram com recursos próprios, livre e hipotecados, contratados ou não, no ofício de marinheiros ou baleeiros – alguns legais, outros clandestinos – distintas maneiras que abriram as “portas” a emigração de tantos outros conterrâneos. Para mais abordagens sobre as populações das ilhas portuguesas, cf. LEITE, Joaquim da Costa. População e crescimento econômico. In: LAIS, Pedro & SILVA, Álvaro Ferreira da (orgs.) *História Económica de Portugal (1700-2000)*. Vol. II – O século XIX. Lisboa: ICS. Imprensa de Ciências Sociais, 2005, 71.

rincões, ainda àqueles que num movimento de êxodo rural impulsionado pela dinamização econômica industrial, tomaram as cidades e foram inseridos no sistema fabril, ou a outro setor a ele ligado, ou mesmo engrossaram a massa de desocupados. A emigração transatlântica dividiu espaço na Europa com os polacos migrantes à Alemanha, euro-ocidentais chegados à França, e russos ocidentais saídos para a Rússia asiática<sup>72</sup>.

A inserção destas populações rurais nas estruturas urbanas foi um importante indicador do alto desenvolvimento econômico dos países de chegada na América, a exemplo de Estados Unidos e Argentina (bem como o Brasil, do qual trataremos mais a frente) que ao longo da segunda metade do século XIX apresentavam taxas de concentração urbana tão elevadas que só eram superadas pela Inglaterra – pioneira industrial – e nas áreas de maior concentração industrial da Alemanha<sup>73</sup>. Não à toa os dois países do continente americano, junto ao Brasil, apresentaram as maiores taxas de entrada de emigrantes europeus ao longo dos oitocentos e novecentos, em função da evolução de suas economias e eficaz inserção nos mercados mundiais, reforçados, ainda, pelas políticas internas de atração de trabalhadores e pela grande depressão europeia, classificada por Mike Davis como a pior recessão global do século XIX, quando a “inebriante expansão econômica da Era do Capital chegara a uma abrupta parada”<sup>74</sup>.

Oswaldo Coggiola define como marco inicial da depressão econômica europeia o craque da bolsa de valores de Viena, em 1873, que ganharia dimensões mundiais por afetar expressivamente a economia inglesa, pioneira da Revolução Industrial e centro indiscutido do capitalismo mundial, com a qual economias de menor porte e com certo retardamento industrial mantinham relações econômicas. Desse modo, a crise envolvendo a Inglaterra desencadearia um efeito dominó em diferentes estruturas, criando múltiplos cenários de depressão. A tensão contemporânea em torno do capitalismo pôde ser notada na contração brutal das economias, nas dificuldades de escoamento da produção industrial, na derrocada nos preços, falências, elevados índices de desemprego, redução de salários, tensões sociais e outra diversidade de questões agregadas, que, por fim, levaram ao craque da bolsa na Áustria<sup>75</sup>.

A era liberal tivera sob o domínio inglês o monopólio dos processos econômicos, sobretudo o industrial. Na fase pós-liberal os ingleses passaram a enfrentar uma maior competição no mercado internacional, com as economias estrangeiras em pleno

---

<sup>72</sup> PEREIRA, Mirian Halpern. A emigração portuguesa para o Brasil e a geoestratégia do desenvolvimento euro-americano. *Revista Ler História*, Dossier Emigração e Imigração, nº 56, 2009, p. 15-25, p. 15.

<sup>73</sup> HOBBSAWM, op. cit., p. 275.

<sup>74</sup> DAVIS, Mike. *Holocaustos Coloniais*. São Paulo: Editora Record, 2002, p. 74.

<sup>75</sup> COGGIOLA, op. cit., p. 71.

desenvolvimento industrial da II Revolução – como Alemanha e Estados Unidos –, com inovadoras fontes de energia, maquinários em novos materiais (sobretudo o ferro), e a indústria química que afetaria diretamente as tradicionais estruturas agrícolas, favorecendo o desenraizamento da população rural, indiscutivelmente a massa das emigrações. Se a concorrência afetara em cheio a economia inglesa, as demais industrializações tardias europeias sentiriam as mudanças de forma ainda mais brusca, entre elas a Bélgica, a Itália, França, Rússia e Portugal<sup>76</sup>, que tiveram grandes volumes demográficos deslocados à grande economia americana do período: os Estados Unidos.

Estes, por sua vez, ao longo do século XIX foram desenvolvedores de uma significativa industrialização, passando de mercado consumidor para exportador de matéria-prima à Europa, praticando uma política agressiva de preços – especialmente na comercialização do trigo –, e desenvolvendo um mercado extremamente atraente para a massa operária e camponesa europeia<sup>77</sup>. Junto aos Estados Unidos, Brasil e Argentina também eram cenários atraentes as populações “em depressão” num grande empenho de “fazer a América”, a isso somavam-se ainda as altas taxas demográficas do velho continente, que, entre 1800 e 1920, tivera um salto demográfico de 144 para 486 milhões de habitantes, crescimento cujo ápice, entre 1870 e 1880, coincidira com o boom da emigração, uma série de transferências de camponeses e trabalhadores rurais de regiões onde a terra tornara-se escassa e o trabalho abundante, para lugares carentes de trabalho em terras inesgotáveis<sup>78</sup>.

Assim, o “sonho americano” fertilizava suas raízes nos oitocentos. Os Estados Unidos com sua política agressiva de concorrência às velhas potências da Europa assumiram a liderança dos destinos preferidos no Novo Mundo: entre 1860 e 1913 recebeu mais de 26 milhões de europeus, dos quais, pelo menos, 18 milhões fixaram-se definitivamente no país. O surto demográfico foi substancial, passando de 5 milhões em 1800 para 100 milhões em 1914<sup>79</sup>. Reforçando estes indicativos, Douglas Massey coloca os Estados Unidos como o país que mais absorveu europeus ao longo do primeiro ciclo de globalização econômica – entre 1800 a 1929

---

<sup>76</sup> Na segunda metade do século XIX a indústria têxtil portuguesa, por exemplo, manteve valores absolutos muito abaixo da média inglesa, enquanto um operário inglês poderia manipular entre seis a quatorze teares mecânicos, em Portugal um operário não conseguia utilizar mais de dois ou três simultaneamente, reflexo de desalinhamentos nas técnicas, carências alimentares, precarização nos alojamentos, entre outros fatores que mantiveram o atraso industrial português por décadas. PEREIRA, Mirian Halpern. Diversidade de Crescimento Industrial. In: TENGARRILHA, José (org.). *História de Portugal*. Bauru, SP: EDUSP; São Paulo: UNESP; Portugal: Instituto Camões, 2000, p. 225.

<sup>77</sup> ARRUDA, José Jobson de Andrade. A expansão europeia oitocentista: Emigração e colonização. In: SOUSA, Fernando de [et. all]. *A Emigração Portuguesa para o Brasil*, Porto: CEPESE, 2007, p. 13-40, p. 17.

<sup>78</sup> ARRUDA, op. cit., p. 21 - 25

<sup>79</sup> ARRUDA, José Jobson, op. cit., p. 36.

– com percentuais próximos dos 60% dos emigrados do velho continente, cuja queda só seria sentida ao iniciar da I Guerra, retomando o ritmo logo após o fim do conflito<sup>80</sup>.

Mesmo absorvendo expressivos contingentes demográficos, é importante destacarmos que, no universo norte americano na história colonial e pós colonial, houve um racismo, muitas vezes velado, em relação aos portugueses, tidos como “não europeus” ou mesmo “inferiores” aos outros brancos de diferentes nacionalidades<sup>81</sup>. Mirian Halpern chama atenção à legislação norte americana que até 1875 garantia autonomia a cada Estado para desenvolver os regulamentos necessários a entrada de estrangeiros conforme suas necessidades, de modo que se tinham as portas abertas a praticamente todo europeu que quisesse entrar em território norte americano. A partir de 1875 essa autonomia é retirada e o Governo Federal assume total responsabilidade sobre os imigrantes, diferentemente do Brasil quando pela Constituição de 1891 transferiu-se aos estados a liberdade de legislar sobre a imigração e controle das terras públicas<sup>82</sup>. Seguindo a década de 1880 desenvolve-se nos EUA uma política restritiva à asiáticos – sobretudo em relação aos chineses e japoneses – quando os norte-americanos passaram a preferir os emigrantes do norte europeu, o que justifica a numerosa entrada de irlandeses ao longo de todo o século XIX<sup>83</sup>. Para Hobsbawm a Irlanda teria enviado aos Estados Unidos da América “todo o seu excedente” populacional<sup>84</sup>.

Na Argentina – outro promissor destino dos europeus na América – dois ditados populares trazem à tona a relação que os portenhos mantem com seu passado emigrante: um primeiro diz que “o argentino é um italiano que fala espanhol, e que se vê como um francês”, o outro “os mexicanos descendem dos Astecas, os peruanos dos Incas e os argentinos do barco”<sup>85</sup>. O político e escritor argentino Juan Bautista Alberdi, um dos inspiradores à escrita da Constituição argentina, formularia um propósito para o território argentino – em *Bases y putos de partida para la organización política de la República Argentina* – o de que “governar é povoar” ou mesmo “povoar é civilizar”<sup>86</sup>, para ele o atraso econômico argentino seria superado

---

<sup>80</sup> MASSEY, Douglas S. Patterns and Processes of International Migration in the 21st Century. Paper prepared for Conference on African Migration in Comparative Perspective, Johannesburg, South Africa, 4-7 June, 2003, p. 1-3.

<sup>81</sup> HARNEY, Robert. “Portuguese and other caucasians: Portuguese migrants and the radicalismo f the English-speaking world”. In: HIGGS, David. Portuguese Migration in Global Perspective. Toronto, 1990.

<sup>82</sup> OLIVEIRA, Márcio. Políticas de imigração na Argentina e no Brasil, 1886-1924: semelhanças e diferenças. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*, São Paulo, julho 2011, p. 9.

<sup>83</sup> PEREIRA, Mirian Halpern. “A emigração portuguesa para o Brasil e a geo-estratégia do desenvolvimento euro-americano”. In: *Ler História*, nº 56, 2009, p. 15-25, p. 15-17.

<sup>84</sup> HOBBSAWM, op. cit., p. 273.

<sup>85</sup> OLIVEIRA, Márcio. op. cit., p. 1.

<sup>86</sup> ALBERDI, Juan Bautista. *Bases y putos de partida para la organización política de la República Argentina*. Buenos Aires, 1852.

quando o ator responsável pelo mesmo atraso fosse “substituído”: o nativo, e cuja substituição deveria ser por homens de nações desenvolvidas, especialmente as do norte da Europa. Alberdi defendia que os europeus seriam os novos atores da história argentina, e para isso a imigração era fundamental, pois para além do redirecionamento de trabalhadores, ela transportaria às terras do sul “agentes civilizadores”<sup>87</sup>.

Outro grande intelectual – que ocupou o cargo de presidente da Argentina entre 1868 e 1874 – Domingos Faustino Sarmiento, concordava com a entrada de emigrantes no território, por muito tempo esquecido pela política metropolitana espanhola que, concentrando o controle em maior escala nos vice reinos ao norte – como de Nova Granada – mantinha os “pampas” entregues aos nativos, que para ele perpetuavam o vazio demográfico e a barbárie, fazendo-se necessário povoar “verdadeiramente” a Argentina com braços que trouxessem uma “nova agricultura” digna de inserir o país no caminho da civilização<sup>88</sup>.

Em um esforço nacional, a Argentina organizara diferentes conjuntos de leis que recaiam sobre a atração e inserção de imigrantes no território, tendo interpretações próximas as jurisdições aplicadas no Brasil, ao longo dos oitocentos. A Lei de Imigração e Colonização de nº 817 estabeleceu o programa público de colonização, criando o Departamento Geral da Imigração, semelhante ao do Brasil, responsável pelo controle sanitário, transporte, alojamento e instalação dos recém-chegados. No entanto, as políticas nacionais enfrentavam problemas com o elevado número de imigrantes espontâneos naturais de regiões menos desenvolvidas da Europa – como a Itália –, em resposta, entre os anos de 1881 e 1895, o governo argentino iniciou uma série de subsídios de passagens a europeus, com o objetivo de rebater a política brasileira de imigração encabeçada pela elite paulista e sua estratégia de subsidiar as viagens.

Porém, os argentinos buscavam por um modelo ideal de emigrante – como os irlandeses nos Estados Unidos –, para os quais as ofertas argentinas não superavam os benefícios norte americanos à atração do “imigrante ideal”. Na prática, o que os argentinos tiveram foi a ampliação na entrada de italianos que, como os aveirenses ao Pará, optavam por iniciativas espontâneas de viagem, de maneira oposta aos subsídios governamentais. O grande volume de itálicos em território nacional argentino acendeu o alerta sobre o governo central, levando as

---

<sup>87</sup> DEVOTO, Fernando. Imigração Europeia e Identidade Nacional nas Imagens das Elites Argentinas (1850-1914). In: FAUSTO, Boris (org.). *Fazer a América*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000, p. 33-60, p. 34.

<sup>88</sup> OLIVEIRA, op. cit., p. 35.

autoridades a redobram a atenção sobre qualquer ameaça de criação de colônias italianas autônomas, livres do controle estatal argentino<sup>89</sup>.

Os subsídios de passagens e acomodações a emigrantes pelo governo argentino foram destinados principalmente aos espanhóis. Assim como Portugal, Espanha passava por um lento processo de industrialização, e sua estrutura produtiva não absorvia de forma eficiente a massa da população assalariada, liberta das atividades na agricultura de subsistência, resultando em um numeroso contingente demográfico não absorvido nem pela indústria, e nem no campo, nesse último devido a grande burocracia em torno da posse da terra, portanto, uma massa de “desocupados” suscetíveis às ações de engajadores e suas promessas de riqueza emanadas da América desde o século XVII<sup>90</sup>. Em uma polêmica declaração, o cônsul argentino em Barcelona dizia que “era necessário povoar o país com gente da nossa própria raça”<sup>91</sup>, referindo-se aos espanhóis, no entanto, a Argentina seguiu como um dos destinos preferenciais de portugueses – nem tanto dos naturais de Aveiro como veremos nos quantitativos a seguir – sobretudo dos naturais do Algarve, de onde 80% dos emigrados no ano de 1912 teriam escolhido a Argentina como novo lar<sup>92</sup>.

Fragilizadas, as políticas nacionais argentinas de subsídios de viagens foram abandonadas em 1890, em virtude de crises financeiras locais e porque a imigração subsidiada teria trazido a “ralé das cidades europeias” com elevada taxa de retorno, logo um comportamento inverso ao que se via nas entradas de espontâneos, expressivamente entre os italianos. Márcio Oliveira acredita que um dos diferentes elementos de repulsão das populações europeias à Argentina teria sido sua política de construção nacional que tornava o serviço militar obrigatório ao estrangeiro, a obrigatoriedade da educação para assimilação de uma cultura argentina e a nacionalização forçada a todos, condições que geravam profundas insatisfações, uma vez que o acesso aos direitos políticos implicava na renúncia de sua nacionalidade. E, também por isso, a política de “argentinização” dos estrangeiros era constantemente confrontada<sup>93</sup>. Apesar dessas limitantes, a Argentina teria recebido, entre 1880 e 1930, o volume de 3 milhões de europeus – dos quais a presença italiana foi a mais perpetuada –, economicamente atraídos por um forte desenvolvimento agrícola, fruto da união do capital

---

<sup>89</sup> OLIVEIRA, op. cit., p. 5.

<sup>90</sup> ARRUDA, José Jobson, op. cit., p. 32-33.

<sup>91</sup> OLIVEIRA, op. cit., p. 6.

<sup>92</sup> BORGES, Marcelo J. Muitas américas: padrões de migração transatlântica e escolha do destino no sul de Portugal (séculos XIX e XX). *Ler História* [Online], 56 | 2009, posto online no dia 15 outubro 2016, consultado no dia 19 julho 2021. URL: <http://journals.openedition.org/lerhistoria/1957>.

<sup>93</sup> Idem, p. 6 – 7.

estrangeiro, especialmente inglês, e das facilidades de conexão com os “caminhos de ferro” que fez do Pampa um polo mundial à produção agrícola e pecuária<sup>94</sup>.

Os portugueses de Aveiro, mantiveram preferência na emigração à ex-colônia tropical que aos EUA e a Argentina, embora entre os destinos internacionais declarados – em 1.841 pedidos de passaporte, excetuando os destinados à África e ao Brasil – os EUA se mantiveram em segundo lugar de preferência, seguido por Espanha e Argentina, números que dialogam com o levantamento da emigração nacional com destino ao continente americano realizado por Joel Serrão, para o intervalo entre 1880 e 1960, no qual pouco mais de 1.474.202 portugueses emigraram, dos quais 75,7% (1.242.496) optaram pelo Brasil; 3,6% (59.193) para os EUA; e 2,3% (37.469) à Argentina<sup>95</sup>. Para Jorge Arroteia, além de concordar com os destinos e quantitativos levantados por Serrão, salienta outros espaços emergentes na escolha dos portugueses, especialmente Canadá e Venezuela<sup>96</sup>.

Outra variedade de destinos escolhidos pelos naturais de Aveiro dispomos a seguir.

**Tabela 1**

<b>Outros Destinos Internacionais (1882-1918)</b>	
<b>Países</b>	<b>Nº de Solicitações</b>
Alemanha	2
Argentina	65
Bélgica	3
Canadá	2
Chile	3
Espanha	113
Estados Unidos da América	1.494
França	56
Índia	2
Inglaterra	42
Panamá	2
Peru	5
Suíça	1
Uruguai	44
Não Identificados	7
<b>Total</b>	<b>1.841</b>

Fonte: ADAVR - Livros de Registro de Passaportes do Distrito de Aveiro (1882-1918)

<sup>94</sup> PEREIRA, Mirian Halpern, *A emigração portuguesa para o Brasil e a geo-estratégia...*, p. 4.

<sup>95</sup> SERRÃO, Joel. *A emigração portuguesa: sondagem histórica*. Coleção horizonte, n.12, Lisboa/Portugal, Livros Horizonte, 1974, p. 45-47.

<sup>96</sup> ARROTEIA, Jorge Carvalho. *A população portuguesa: memória e contexto para a acção educativa*. Aveiro: Universidade de Aveiro, 1947, p. 182-187.

Nos barcos a vapor abarrotados de cargas e emigrantes se reunia as duas faces da nova fase do capitalismo monopolista: a riqueza e a miséria, sem as quais a emigração e a colonização – posteriormente as trocas comerciais entre antigas metrópoles e ex-colônias – não fariam sentido<sup>97</sup>. O continente americano atraía, entre outros aspectos, pelo amplo desenvolvimento de suas economias, muitas inseridas efetivamente na rede do capital globalizado, na era da segunda revolução industrial. Embora, numericamente, os Estados Unidos tenham atraído o maior contingente demográfico europeu ao longo do século XIX e início do XX, é importante destacarmos que no contexto português a escolha pelo destino destoou da opção dominante norte-americana, já que elegeu o Brasil como destino preferencial, como esperávamos, reforçando a combinação entre as macroestruturas nas quais os sujeitos se inseriam, e as estratégias micro sociais individuais, como suas agências e redes sociais, solicitando distintos filtros para a escolha final.

Portugal por construir sua história sobre movimentos, descobertas, fluxos demográficos e colonizações, fez da desterritorialização uma das principais características de seu povo, e da emigração um de seus predicativos incontornáveis, e por isso seu destaque na evolução histórica ao apresentar variações consideráveis da emigração de sua população ao Brasil. A sazonalidade dos transportes, perseguições políticas, crises econômicas, epidemias, a obrigatoriedade do serviço militar por longos anos e ambições pessoais, são alguns fatores recorrentes que fomentaram a consolidação e diversificação de seus movimentos migratórios. Em resposta, o Estado tentava manter uma política conciliatória, ao dirigir uma parte do excedente demográfico desocupado às colônias africanas, com objetivo de manter o aparato administrativo metropolitano – em relação aos naturais de Aveiro veremos que a preferência por engrossar os números às ex-colônias africanas foi ínfimo –, para a outra parte se permitiu uma emigração “livre”, emissora das remessas, de maneira que a emigração – também resultante do subdesenvolvimento capitalista português – tornou-se em um elemento eficiente à preservação do “status quo” lusitano, de um país em desenvolvimento<sup>98</sup> às custas das remessas de sua ex colônia, o Brasil.

Após a independência e num esforço político em construir a nação, o sentimento de pertença e a soberania nacional, o governo brasileiro tutelaria o controle à entrada de

---

<sup>97</sup> ARRUDA, José Jobson, op. cit., p. 19.

<sup>98</sup> Idem, p. 33.

estrangeiros, criando uma comissão responsável em propor um plano geral de colonização para todas as províncias. O documento assinado pelo Visconde de Barbacena – membro do Conselho, Ministro e Secretário de Estados dos Negócios da Fazenda de D. Pedro I – inicia o apontamento destacando o desejo em aumentar a povoação do Império também em função da necessidade de tão extenso território<sup>99</sup>.

Nas décadas seguintes, Paulo Gonçalves constatou que a introdução de imigrantes em território nacional se deveu a série de deduções fiscais concedidas pelo Império, sobretudo no “imposto da ancoragem” para embarcações que trouxessem mais de 100 colonos brancos<sup>100</sup>. Esse movimento de fomento a entrada de estrangeiros, logo nas décadas seguintes à Independência, não pode ser dissociado das imposições inglesas a respeito do tráfico de escravos, como condicionantes ao reconhecimento do projeto independentista. A hegemonia econômica e política britânica no início do século XIX influenciou a diferentes abolicionistas em distintas regiões do hemisfério sul a lutarem pela liberdade, e difundiu o ideário de civilização e modernização vinculando-os ao uso da mão de obra livre nos processos produtivos.

Ainda no contexto pós independência o fluxo legal de portugueses ao Brasil, e ao Pará, apresentaria números amortizados, que contrastariam com os quantitativos expressivos a partir da segunda metade do século XIX. Essa suposta diminuição dos números ao longo da primeira metade do XIX pode estar associada a escassez de dados específicos sobre a imigração, sobretudo após 1822, quando se reformula o status sociopolítico dos portugueses. A partir de 1855 com o adensamento dos desembarques lusitanos no Brasil, e sobretudo em 1880 com as correntes imigratórias em massa, é que dispomos de indicativos mais seguros sobre as movimentações transatlânticas<sup>101</sup>.

Ao se aproximarem da década de 1850, as entradas de portugueses ao Pará se fizeram representativas. Já em 1842 se contabilizavam 152 pedidos de passaportes, em resposta as políticas migratórias implementadas em Portugal e a descentralização da emissão de passaportes, agora sobre o controle dos governos distritais, facilitando o acesso à documentação necessária e ao próprio deslocamento. Além disso, acredita-se que os números indicavam a

---

<sup>99</sup> Decreto de D. João VI de 1º de setembro de 1808. In: *Coleção das Leis do Brasil 1825 - Cartas de leis, alvarás, decretos e cartas régias*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional de 1891, p. 92-93. Disponível em <file:///C:/Users/admin/Downloads/collecao leis 1825 parte1.pdf>.

<sup>100</sup> GONÇALVES, Paulo Cesar. *Mercadores de Braço: Riqueza e Acumulação na Organização da Emigração Europeia para o Novo Mundo (Tese de Doutorado)*. Programa de Pós Graduação em História Econômica – Universidade de São Paulo. São Paulo, 2008, 138.

<sup>101</sup> MENDES, José Sacchetta Ramos. *Laços de Sangue: Privilégios e Intolerâncias à Imigração Portuguesa no Brasil (1822-1945)*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fapesp, 2011, p. 123.

confiança reestabelecida na “tranquilidade pública no Pará” que anteriormente vivera os conflitos entre cabanos e portugueses durante a Cabanagem<sup>102</sup>. No entanto, ao adentrar a década de 1850, os pedidos de documentos de viagem ao Pará tornaram-se inexpressivos quantitativos<sup>103</sup>. Para José Sacchetta essas primeiras décadas subsequentes a Independência, foram importantes ao avanço da nova caracterização social dos portugueses em solo brasileiro, agora como “súditos empobrecidos de outro reino que imigravam em busca de trabalho agrícola”, colocando igualmente a prova as facilidades de acesso a viagem, aos documentos e outros instrumentos facilitadores do tráfego quando o Brasil ainda era colônia<sup>104</sup>.

Nas décadas seguintes, os números tornaram-se a alcançar elevados padrões, caracterizando a era da “imigração em massa”, quando emergiram com fôlego as redes de recrutamento, os avanços nos transportes, e os engajamentos profissionais feitos por familiares ou conhecidos àqueles que buscavam na emigração o melhoramento nas condições de sobrevivência. Diversas medidas intimamente relacionadas, portanto, aos espaços nos quais os candidatos a emigração se inseriam, aos desdobramentos internos à sociedade natal, ao desenvolvimento humano, e outras demandas que culminaram na emigração. Torna-se, dessa maneira, fundamental conhecermos o espaço de onde os emigrantes buscavam partir.

## 1.2- O Distrito de Aveiro: formação e desenvolvimento

Muitos reconhecem Aveiro como a “Veneza Portuguesa” pelos canais que cortam a sede do Concelho de mesmo nome, braços que nascem ao longo da extensão de sua Ria, que corresponde a uma laguna que se prolonga desde Vagos até seu ponto mais extenso e denso entre os concelhos de Aveiro e Estarreja, neste último ocupa grande parte da área da então

---

<sup>102</sup> Revolução social, no período regencial, que dizimou boa parte da população amazônica e abarcou um território muito amplo, entre os anos de 1835 e 1840. Contrastando com este cenário amplo e internacional, foi, e ainda é analisada como mais um movimento regional, típico do período regencial do Império do Brasil. A bandeira de luta dos levantados resumia-se na morte aos portugueses e aos maçons. Neste primeiro momento, as mortes e as perseguições a estes dois grupos foram pontuais, culminando no assassinato das duas autoridades máximas da Província. Os cabanos e suas lideranças vislumbravam perspectivas políticas e sociais, autodenominavam-se patriotas, mas ser patriota não necessariamente era sinônimo de ser brasileiro. Esse sentimento fazia surgir no interior da Amazônia uma identidade comum entre povos de etnias e culturas diferentes. Indígenas, negros de origem africana e mestiços perceberam lutas e problemas em comum. Essa identidade se assentava no ódio ao mandonismo branco e português e na luta por direitos e liberdades<sup>102</sup>. Chegaram a constituir governos revolucionários para o comando da Província, porém sem forças para enfrentar as tropas do governo central foram destituídos do poder, presos e perseguidos. In: RICCI, Magda. *História Amotinada: Memórias da Cabanagem*. In: *Cadernos do CFCH*, Belém: v. 12, n. 1/2, p.13-28, jan.-dez. 1993.

<sup>103</sup> GUIMARÃES, Luiz Valente. *De chegadas e partidas – Migrações portuguesas no Pará (1800-1850)*. (Tese de Doutorado). Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia. Universidade Federal do Pará, 2016, p. 87-88. Para este indicativo de pedidos de passaportes, o autor utilizou registros de diferentes distritos, são eles: Viana do Castelo, Porto, Vila Real, Lisboa e Coimbra.

<sup>104</sup> MENDES, José Sacchetta Ramos. *Laços de Sangue*, op. cit., p. 121.

freguesia da Murtosa. Mais da metade da Ria é ocupada por água, e o restante por sapais e antigas marinhas de sal<sup>105</sup>, sob influência de sua proximidade ao mar tem parte de sua extensão navegável.

O distrito dos “ovos moles”, dos barcos moliceiros, das antigas marinhas e do pescado se colocou ao longo do século XIX e início do XX como um dos principais espaços de emigração transatlântica portuguesa ao Pará. É fato que a história do distrito está intimamente ligada ao movimento das águas, e a vida nos diferentes concelhos tem girado há séculos em torno do que as marinhas e as águas doces proveem à população, o que também caracteriza constantes mobilidades internas, já que o movimento de trabalhadores, a fim de usufruírem dos benefícios das águas, se fez constante. Aveiro é privilegiado por sua disposição geográfica, com ampla faixa litoral, fronteiro ao distrito do Porto, de onde saíam os emigrantes pelos portos de Leixões e a Barra do Douro, e pouco acima da zona distrital de Lisboa, com intensa movimentação portuária para todos os cantos do mundo conhecido.

A topografia plana no litoral português, desde Espinho ao Vale do Tejo, facilitaria o fluxo de pessoas e bens, além de dar vida a uma intensa atividade marítima, como a pesca de arrasto na costa – muito comum ao longo de Aveiro. Nesta faixa litoral é comum encontramos uma fusão de atividades profissionais entre a pesca e a agricultura, a última favorecida pela penetração do mar, como vemos na formação e manutenção da Ria de Aveiro, fomentando a concentração populacional ao longo de toda a orla<sup>106</sup>. A província da Beira Alta – onde está o distrito – concentraria 995.076 mil habitantes em 1890, atrás somente do Minho com um total de 1.091.936 mil habitantes<sup>107</sup>, confirmando sua expressiva demografia. Repartindo-se entre o Norte e o Centro, na temporalidade adotada neste estudo, o distrito e seus concelhos se dividiam como ilustramos a seguir.

---

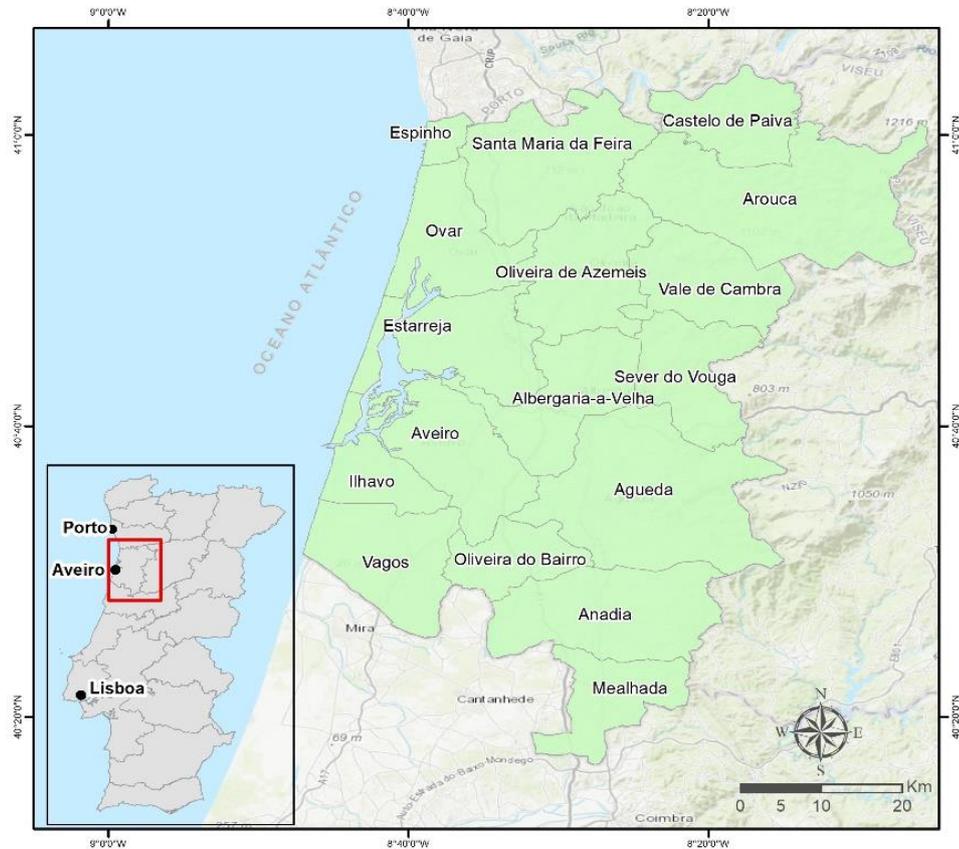
<sup>105</sup> O sal também é um elemento característico do distrito, embora não esteja na ampla base de sustentação da economia local. A produção fora facilitada pela entrada das águas do mar, ocupando os marnotos na extração, refinamento e venda da produção. Ao longo dos anos sua produção também passaria por diferentes momentos de crise, como em 1903, quando a quantidade de sal produzido no litoral do distrito encontrara-se quase esgotado, e o pouco que estava armazenado não era suficiente nem para as encomendas prévias, e nem para as necessidades do comércio fora do distrito, o que levava aos marnotos “embaraços para satisfazer alguns pedidos”. In: Jornal “O Concelho de Estarreja”, de 31 de janeiro de 1903, p. 2.

<sup>106</sup>ARROTEIA, Jorge Carvalho. *A população portuguesa: memória e contexto para a acção educativa*, op. cit., p. 95.

<sup>107</sup> Relatório do Censo da População Portuguesa, de 1890, p. 56.

## Imagem 1

### Formação Distrital de Aveiro (1899)



#### Legenda

- Concelhos do Distrito de Aveiro (1899)
- Distritos

Sistema de Coordenadas Geográficas  
Datum - WGS84  
Elaborado por: Anndrea Tavares<sup>1</sup>  
e Maria Melo<sup>2</sup> (IGOT- Universidade de Lisboa)  
<sup>1</sup> Programa de Pós-Graduação em História  
Universidade Federal do Pará (PPHIST-UFPA)  
2019

Fonte: Instituto Nacional de Estatísticas, baseado no Decreto de 1899.

A organização distrital variou ao longo de décadas. Desde a fundação do reino português até o Decreto de 1833, as circunscrições administrativas eram restritas às províncias, que no continente correspondiam às do Minho, Douro, Trás os Montes, Beira Alta, Beira Baixa,

Estremadura, Alentejo e Algarve. Nas ilhas são criadas as Províncias da Madeira e a dos Açores<sup>108</sup>.

Com as constantes reorganizações administrativas do território, decidiu-se criar uma “divisão territorial intermediária” entre as províncias e as comarcas – que regulamentavam a governança local – assim, se fundaram os “distritos” pela Lei de 25 de Abril de 1835, dentre os quais Aveiro<sup>109</sup>. Desde a criação, Aveiro sofrera diferentes intervenções na organização de seus concelhos – instituição local de caráter municipal – que em 1835 correspondiam a 52 unidades, número problemático e criticado por diferentes instâncias, as quais argumentavam que numerosas organizações dificultavam ainda mais a governança e desrespeitavam a identidade criada pelos sujeitos a seus primeiros espaços de vivência<sup>110</sup>.

O problema seria sanado ao longo de anos, através de decretos. A evolução na organização distrital iniciou em 1836, quando se reduziu o número de concelhos para 25, que passam a ser 17 em 1842, e em 1855 foram reduzidos a 16, que permaneceram até 1899, quando por novo decreto, se estabeleceu 17 concelhos – portanto, a divisão adotada neste trabalho – que correspondem a Águeda, Albergaria a Velha, Anadia, Arouca, Aveiro, Castelo de Paiva, Espinho, Estarreja, Feira, Ílhavo, Macieira de Cambra, Mealhada, Oliveira de Azeméis, Oliveira do Bairro, Ovar, Sever do Vouga e Vagos. A última mudança significativa em termos administrativos no distrito foi em 1926, quando a então freguesia da Murtosa, pertencente ao concelho de Estarreja, foi elevada a concelho, assim como São João da Madeira, antes pertencente a Oliveira de Azeméis. O que nos leva a 19 unidades, atualmente.

Aveiro se manteve entre os distritos de maior saída de portugueses que buscavam ao Pará como destino, conforme aponta a produção historiográfica local mais recente<sup>111</sup>. Além destes, estudos portugueses igualmente contemporâneos colocam o Pará em destaque na preferência

---

<sup>108</sup>LOPES, Maria Tereza Braga Soares. *Emigração Legal Portuguesa no Distrito de Aveiro*. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, 1993, p. 94-97.

<sup>109</sup> Idem, p. 95.

<sup>110</sup>LOPES, Maria Tereza Braga Soares, op. cit., p. 96-99.

<sup>111</sup>Sobre o quantitativo de saídas e naturalidade dos imigrados no Pará, cf. FONTES, Edilza. *Preferem-se português (as): Trabalho, cultura e movimento social em Belém do Pará (1885-1914)*. Tese de Doutorado, São Paulo, Unicamp, 2002; CARVALHO, Marcos Antônio de. *Bebendo açaí comendo bacalhau: Perfil e práticas da sociabilidade lusa em Belém do Pará entre finais do século XIX e início do XX*. Tese (Doutorado em História) Porto/Portugal, Universidade do Porto/Faculdade de Letras/ Departamento de História e de Estudos Políticos e Internacionais, 2011; TAVARES, Anndrea Caroliny da Costa. *Em busca das “Patacas”: patrimônio de portugueses na economia da borracha (Belém, 1840-1930)*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, Belém, 2017.

dos aveirenses na travessia atlântica, como o trabalho de João Cosme a partir dos passaportes registrados no Governo Civil de Lisboa, cujos titulares tinham origens distritais diversas. Entre 1886 e 1900, em um corpo documental de 782 passaportes, 134 foram solicitados por naturais de Aveiro, a segunda maior taxa de emigração registrada, atrás somente dos naturais de Lisboa que somavam 242 registros em números absolutos<sup>112</sup>.

Litorâneo, Aveiro se manteve densamente povoado, sobretudo em função do clima, da fertilidade do solo e do trato com o mar. Entre os anos de 1878 e 1890 a média geral de crescimento populacional em Portugal girou em torno de 12% no continente, entre os distritos Aveiro alcançaria a mesma média, chegando em 1890 com 287.437 mil habitantes. Junto com o Porto, Braga, Lisboa, Viana do Castelo, Coimbra e Viseu, Aveiro concentrava 58% da população continental<sup>113</sup>. No recenseamento de 1900 o distrito registrava 303.169 habitantes com uma média de 110 h/km<sup>2</sup><sup>114</sup>, já em 1911 registraria 340.392 mil habitantes, atrás somente dos grandes centros de Lisboa, com 847.784 mil habitantes, e do Porto com 680.134 mil habitantes, e a província da Beira Alta continuaria a registrar as maiores densidades populacionais, com 1.112.374 habitantes<sup>115</sup>.

Na emigração, a população do distrito escolhera ao Brasil como trajetória habitual ao longo dos oitocentos – e, dentro dele, o Rio de Janeiro – destino de sempre: 49.32%; o Pará, cidade de afinidades litorais: 13.08% e, logo depois em importância São Paulo, pela crescente economia do café: 10.8%; e Rio Grande do Sul, que ganhara gradual importância: 7%, em função da produção agrícola e a defesa das fronteiras<sup>116</sup>. Dentro do continente, manteve a segunda e a quinta maior taxa de emigração por mil habitantes nos levantamentos realizados em 1890 e 1911, respectivamente: em 1890 Aveiro sustentou uma taxa de emigração de 8,53 emigrantes/mil habitantes, atrás apenas de Vila Real com 9,70 emigrantes/mil habitantes. Em 1911, os contextos de Guerra fomentaram a emigração de outros distritos, realocando Aveiro

---

<sup>112</sup>COSME, João. Quadros da emigração portuguesa para o Pará (Brasil): 1886-1900. In: *População e Sociedade*, 24, pp. 75-91. Porto: CEPESE, 2015, p. 81-82.

<sup>113</sup>Relatório do Censo da População Portuguesa, de 1890, p. 69.

<sup>114</sup>Censo da população do Reino de Portugal, Lisboa: Imprensa Nacional, 1905, p. 48-59.

<sup>115</sup>Censo da população de Portugal, vol. 1, Lisboa: Imprensa Nacional, 1913, p. 17-63.

<sup>116</sup>LOPES, Maria Tereza Braga Soares. *Correntes de opinião pública e emigração legal no Distrito de Aveiro (1882-1894)*. CEPESE/Publicações, 1995, p. 215.

para o quinto lugar de maior êxodo, com uma taxa de 16,72 emigrantes/mil habitantes, atrás de Bragança (36,79), Vila Real (23,53), Viseu (21,53) e Guarda (19,50)<sup>117</sup>.

Oscilante entre os mandos da Monarquia Constitucional e da República, a economia distrital se equilibrava sobre a produção agrícola e a rede pesqueira, e embora densamente povoado, Aveiro manteve reduzidas taxas de urbanização ao longo de todo o Oitocentos, reafirmando seu caráter essencialmente rural<sup>118</sup>. No tocante a agricultura, ainda na primeira metade do século XIX, o principal gênero cultivado eram as vinhas, que já na década de 1820 ocupavam as áreas que outrora cultivavam o trigo e o milho. Seguindo o desenvolvimento agrícola e as demandas internas e externas ao distrito, experimentou-se a cultura do arroz, que alcançou máximo desenvolvimento em 1850 quando valorizou “terrenos alagados onde outrora apenas vegetavam plantas aquáticas”<sup>119</sup>. Na década de 1877 a agricultura dividiria importância com a criação de gado, que ganharia expressão junto a busca por maiores rendimentos agrícolas<sup>120</sup>. Em geral, a agricultura marcaria toda a base produtiva portuguesa, embora constantemente acusada de ser a ruína da economia, por conservar métodos rudimentares e retrasar a instalação dos sistemas automáticos de cultivo, caracterizando Portugal – e Aveiro – como um país fundamentalmente agrícola e rural, como comprovam os dados censitários do distrito para o ano de 1890, quando 78,1% dos aveirenses viviam na zona rural<sup>121</sup>.

O fato é que mesmo com limitações, se buscou auxiliar a agricultura a fim de desenvolvê-la com liquidez. Desde a década de 1820 as Cortes propunham a criação de sociedades patrióticas de agricultura, com os “principais e mais inteligentes” lavradores das cidades, a fim de aperfeiçoar os processos de plantio, conservação e trato de espécies importantes à produção nacional<sup>122</sup>. Em 1854, depois de criada a Sociedade Agrícola do Distrito de Aveiro, a Junta

---

<sup>117</sup>Recenseamentos e Inquérito Parlamentar e Movimento da População compilado por LEITE, Joaquim da Costa. População e crescimento económico. In: LAIS, Pedro & SILVA, Álvaro Ferreira da (orgs.) *História Económica de Portugal (1700-2000)*. Vol. II – O século XIX. Lisboa: ICS. Imprensa de Ciências Sociais, 2005, p. 72.

<sup>118</sup>Na compilação feita por Joaquim da Costa Leite, a partir de censos e literatura especializada, entre os anos de 1801 e 1911 as dez principais cidades portuguesas, respectivamente, eram Lisboa, Porto, Setúbal, Funchal, Braga, Coimbra, Évora, Ponta Delgada, Covilhã e Faro, as quais também apresentavam as maiores taxas de urbanização do continente e ilhas. LEITE, Joaquim da Costa. População e crescimento económico. In: LAIS, Pedro & SILVA, Álvaro Ferreira da (orgs.) *História Económica de Portugal (1700-2000)*. Vol. II – O século XIX. Lisboa: ICS. Imprensa de Ciências Sociais, 2005, 70.

<sup>119</sup>FONSECA, Helder Adegar. A ocupação da terra. In: LAINS, Pedro & SILVA, Álvaro Ferreira da (orgs.). *História Económica de Portugal, 1700 – 2000*. Lisboa: ICS. Imprensa de Ciências Sociais, 2005, p. 93.

<sup>120</sup> Idem, 94.

<sup>121</sup>Relatório do Censo da População Portuguesa, de 1890, p. 84.

<sup>122</sup>RODRIGUES, Manoel Ferreira. O associativismo agrário na sub-região de Aveiro, 1854 – 1923, contributo ao seu estudo. In. *Terras de Antuã – Histórias e Memórias do Concelho de Estarreja*, nº 2, ano 2, 2008, p. 59-80, P. 64

distrital autorizaria despesas para a realização de cursos de lavradores e agrônomos, a fim de introduzirem nas práticas locais as mais modernas técnicas, pondo fim às constantes críticas a permanência, entre os agricultores, de sistemas rotineiros de plantio menos produtivos pela ausência de capitais. Instituição que terminaria sem desenvolver seus objetivos de maneira efetiva, mantendo, portanto, a agricultura em feições tradicionais<sup>123</sup>.

Na década de 1880 a produção vinícola no distrito, junto a lavoura nacional, entraria em crise, intensificada nas proximidades do ano de 1890, em função do avanço da *filoxera*, uma praga que atacaria as vinhas em toda a Europa, favorecendo a formação de uma massa de sujeitos “sem ocupação”, que veriam no movimento migratório – fosse ele interno ou externo – uma estratégia à superação da crise produtiva do setor rural, amplamente condicionado as vinhas. Maria Tereza Braga define que o ano de 1887 marcou o início da crise na viticultura, que se acentuaria em 1889, levando a “coincidências” entre os anos de maior crise e os maiores índices de saída dos sujeitos para a emigração<sup>124</sup>.

As tensões nas atividades agrícolas vinham tanto das pragas, quanto das falhas naturais na produção de gêneros, e sendo Aveiro, como boa parte do país, dependente dos suprimentos da agricultura, qualquer desequilíbrio se materializava em crises de carestia e fome entre a população. O problema do milho foi constantemente reclamado nos periódicos locais, o *Concelho de Estarreja* chamava atenção sobre a falta e carestia do cereal nos mercados locais, que correspondia a base alimentar do expressivo número de populares que, sem recursos para arcar com os valores do mercado, se viam entregues à fome<sup>125</sup>. As soluções aos episódios de crise partiram quase sempre das autoridades locais, no caso do milho, o problema foi parcialmente resolvido quando o governo enviou para as áreas afetadas vagões abarrotados do cereal a serem vendidos nos mercados a preços favoráveis aos populares padecidos da fome, “a má conselheira”<sup>126</sup>. Em outros momentos, era o inverno rigoroso que afetava os plantios e a criação do gado, uma vez que os campos todos alagados não abasteciam aos animais de alimento. Desequilíbrios naturais que ameaçavam toda a base produtiva de múltiplas localidades<sup>127</sup>.

---

<sup>123</sup> Idem, p. 65-68.

<sup>124</sup> LOPES, *Correntes de opinião*, op. cit., p. 217.

<sup>125</sup> BNP, *Concelho de Estarreja*, 14 de junho de 1902, p. 3.

<sup>126</sup> BNP, *Conselho de Estarreja*, 21 de junho de 1902, p. 3.

<sup>127</sup> BNP, *O Povo da Murtosa*, 20 de fevereiro de 1915, p. 2.

Dentro da conjuntura agrícola em crise, em 1893 seria apresentado ao Parlamento português um projeto de lei com o objetivo de fundar sindicatos agrícolas, espaços para estudo e propaganda da produção, algo semelhante a Sociedade Agrícola Distrital criada em 1854. Entre tantas apreciações que o projeto trazia, em 1899 a Junta Distrital efetivara a criação de seu sindicato, com uma ampla lista de objetivos, entre eles a instrução agrícola, a aquisição de adubos e sementes, a ampliação dos mercados, a intermediação entre os produtores e os transportadores da produção, e a compra ou exploração de máquinas agrícolas<sup>128</sup>. No entanto, a ampla inserção das maquinarias nos processos rurais, desde a preparação do solo à colheita, pode ser entendida como uma das causas da desocupação de agricultores, já que as máquinas de debulha de cereais reduziam drasticamente a necessidade de trabalhadores, de maneira que, desde os finais do século XIX até a Primeira Guerra Mundial, o processo de mecanização na agricultura foi intensificado<sup>129</sup>, e os não absolvidos pela nova estrutura agrária – ora positiva ora problemática – engrossariam os números da migração interna e/ou externa, ao Distrito e ao país.

A modernidade sugerida pelas instituições agrícolas também incluía a ampla utilização de adubos químicos, em concorrência com o tradicional uso do moliço – planta aquática usada na fertilização do solo, retirada das lagunas pelos moliceiros, que também dão nome a uma tradicional embarcação do Distrito –, cuja extração empregava um número significativo de trabalhadores, só em 1884 se acreditava que 6.000 mil moliceiros se dedicavam a atividade em Aveiro<sup>130</sup>, os quais frente a inserção da química na fertilização dos solos, tiveram que buscar novas ocupações, fossem elas dentro ou fora do país.

Quanto a atividade piscatória, esta se fazia ampla e expressiva desde o século XIII nas lagunas, voltando-se para o litoral a partir do século XVII, onde permaneceu de forma expressiva nos séculos seguintes. A ampla faixa litoral de Aveiro facilitava a atividade, especialmente ao longo das costas de Ovar – concelho – e da Murtosa – freguesia pertencente ao concelho de Estarreja, amplamente banhadas pela Ria. A Ria garantia o sustento de grande parte dos concelhos próximos, sobretudo pela pesca de subsistência e comercial, o transporte de pessoas e cargas, e a agricultura irrigada por suas pequenas lagunas. Marco Pereira, citando Amorim Gião, acrescenta que os habitantes próximos a ela são como os do Mediterrâneo

---

<sup>128</sup>RODRIGUES, Manoel Ferreira, op. cit., p. 71-72.

<sup>129</sup>MATA, Maria Eugénia. O capital. In. LAINS, Pedro & SILVA, Álvaro Ferreira da (orgs.). *História Económica de Portugal, 1700 – 2000*. Lisboa: ICS. Imprensa de Ciências Sociais, 2005, p. 9174-175.

<sup>130</sup>Idem, p. 62.

definidos por Platão, “um agrupamento humano assim como rãs em volta de um pântano”<sup>131</sup>. Atividade árdua, fazia-se em condições limitadas pela geografia e pelo calendário, cujos meses de verão marcavam o tempo propício a empregabilidade das populações marítimas nas principais áreas, a saber: Ovar – de agosto a outubro –, Torreia<sup>132</sup> – entre agosto e novembro –, Murtosa – de maio a outubro –, e São Jacinto – entre junho e novembro. Todas em torno da pesca da sardinha<sup>133</sup>.

Assim como na agricultura, a pesca sofreria intervenção direta e ampla da mecanização moderna, principalmente com o desenvolvimento de companhias pesqueiras que tornavam o trabalho do pescador tradicional rudimentar e insipiente. Tais companhias – fossem portuguesas ou estrangeiras, a exemplo das inglesas – em função da ampla exploração do litoral português, “ameaçavam em um curto prazo destruir as espécies comestíveis que eram abundantes”<sup>134</sup>. Os periódicos aveirenses emitiram diferentes críticas a esse processo, destacando a miséria entre os trabalhadores ligados ao mar. No entanto, mesmo sendo essa condição excludente para muitos, Inês Amorim acredita ter tido ela um fator positivo – embora excludente – o acesso de homens e mulheres ao emprego industrial, entre camponeses, migrantes e mulheres, e sobretudo em relação a última, ampliou seu cenário de possibilidades e independência financeira da figura masculina<sup>135</sup>.

Os trabalhadores da pesca ainda sofriam com os períodos de defeso de determinadas espécies<sup>136</sup>, que os forçava a buscar ocupação nos setores urbanos – de forma temporária – ou como fez a grande maioria, recorrer a migração, fosse ela sazonal – dentro do território português – ou transatlântica, para territórios cuja costa marítima fosse atraente, como ocorria com o Rio de Janeiro e o Pará. Em Aveiro, obedecer ao defeso era um desafio ao grosso da população, tanto aos que dependiam diretamente da pesca e apanha do moliço, quanto aos

---

<sup>131</sup>PEREIRA, Marco Paulo Marques. *Migrações Portuguesas: O caso dos concelhos de Estarreja e Murtosa*. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2017, p. 31

<sup>132</sup>A Torreia, que hoje é uma freguesia do concelho da Murtosa, corresponde a uma área de praia banhada pelo Atlântico, muito utilizada à pesca quando as lagunas da Ria se colocavam em defeso.

<sup>133</sup>AMORIM, Inês. *Da pesca a salga da sardinha: Recursos, tecnologia da pesca e tecnologia da conservação, na costa de Aveiro (2ª metade do século XVIII a inícios de XIX)*. Livro de Atas de Conferência Nacional. Repositório Aberto da Universidade do Porto: Faculdade de Letras, 2014, p. 25-26.

<sup>134</sup>BNP, *Progresso de Aveiro*, de 15 de junho de 1905, p. 1.

<sup>135</sup>AMORIM, Inês. Mulheres no sector da pesca na viragem do século XIX – Formas de participação na organização do trabalho. *Revista Arquipélago*. Vol. 9. Ponta Delgada: Universidade dos Açores, 2006, p. 661-683, p. 661.

<sup>136</sup>Em geral, os defesos se articulavam entre o mexilhão, de março a junho; o moliço, de abril a julho; e a pesca de arrasto de maio até junho podendo chegar a outubro, conforme o pescado. *Almanaque Ilustrado de A Liberdade para 1913*. Aveiro: Edição da Empresa a Liberdade, 1912, p. 55.

agricultores, uma vez que praticando métodos ainda tradicionais de fertilização do solo, dependiam do moliço para fertilizar as culturas. Desse modo, se desenhavam os cenários de tensões, pelo defeso, sem pescados, sem moliço, sem agricultura, e sem trabalho.

As distintas leis de defeso da fauna e flora da Ria foram, em diferentes momentos, apontadas como as causadoras da miséria dos trabalhadores ligados a pesca, consideradas “incompreensíveis nos tempos de liberdade”<sup>137</sup>, já a época da República. Na Murtosa onde a maior parte da população ativa se dedicava as atividades piscatórias e ao trato com o moliço – além da agricultura – homens e mulheres ficavam nas ruas implorando por comida, ou em confrontos para chamar atenção do Governo Civil à precariedade da situação. Embora um mal necessário, e boa parte dos trabalhadores entendessem a necessidade em se preservar as espécies nos períodos de reprodução, a maior contestação sobre o governo recaia na ausência de medidas paliativas que acompanhassem ao intervalo de proibição da pesca e apanha do moliço. Como manter a população de pescadores e moliceiros ocupados durante os meses de março a junho, quando não poderiam trabalhar? E mais, muitos chegavam em março com poucas ou nenhuma reserva financeira, haja vista que o inverno – findado entre janeiro e fevereiro –, por vezes avassalador na costa, impedia o trabalho, forçando um significativo número de trabalhadores do litoral a buscarem ocupações em Lisboa ou Cezimbra. Uma vez que as companhias de pesca costeira não saíam ao mar invernosos, e por não terem o que fazer – seja na pesca ou mesmo na agricultura – muitos desocupados dedicavam-se a trabalhos diversos nas cidades<sup>138</sup>.

Com menor impacto econômico no distrito estava a produção têxtil, destinada a abastecer mercados internos médios e populares, especialmente do Porto. A produção se desenvolvia nas áreas rurais e interioranas, também entre os distritos de Braga, Viana do Castelo e o próprio Porto, onde os tecidos de menor qualidade tornavam-se competitivos a produção fabril, impactando positivamente sobre a precificação das mercadorias. Com uma produção ínfima, Aveiro em nenhum momento aparece nas análises sobre a tecelagem portuguesa no Inquérito Industrial de 1881, e nem nos seguintes<sup>139</sup>.

Imersos nesses cenários cíclicos de crises, a emigração se mostrava uma saída necessária e promissora em superação da miséria, estimulada pelas diferentes materializações dos sucessos

---

<sup>137</sup> BNP, *O Povo da Murtosa*, de 20 de fevereiro de 1915, p. 1.

<sup>138</sup> PEREIRA, Marco, op. cit., p. 45.

<sup>139</sup> PEREIRA, Mirian Halpern. Diversidade de Crescimento Industrial. In: TENGARRILHA, José (org.). *História de Portugal*. Bauru, SP: EDUSP; São Paulo: UNESP; Portugal: Instituto Camões, 2000, p. 222-233.

do *brasileiro*, que vindo para o Brasil, terra de trabalho e fortuna, voltava de tempos em tempos à terra natal, mandando nela construir palacetes, escolas, hospitais, torres e relógios nas igrejas, alimentando sonhos e esperanças no além mar. Entre os mais emblemáticos *brasileiros* de Aveiro, esteve o Visconde de Salreu, Domingos Joaquim da Silva.

## Imagem 2

### Domingos Joaquim da Silva



Fonte: ACÁCIO, Lino. *Visconde de Salreu*, 1934. Original de arte, óleo sobre tela, exposto no Salão Nobre do Hospital Visconde de Salreu.

Natural da freguesia de Salreu, concelho de Estarreja, Domingos era filho de pequenos proprietários rurais. Se lançou a emigração rumo ao Brasil por imposição da falhada indústria e de “uma agricultura em permanente crise”<sup>140</sup>. Desenvolveu ainda em Portugal o ofício de serrador à mão, habilidade que trouxera ao Brasil quando aqui chegou aos 16 anos, em 1870, se erradicando no Rio de Janeiro. Na capital federal trabalharia primeiro como empregado numa casa de materiais de construção, e aos 26 anos reaparece estabelecido, sozinho, em uma “empresa de serração com o nome de Domingos Joaquim da Silva”, que viria a figurar como umas das maiores empresas no ramo da construção civil no Rio de Janeiro.

---

<sup>140</sup> SILVA, Maria de Jesus Sousa de Oliveira e. As elites locais e sua influência nos fins do século XIX e primeiras décadas do século XX – Um exemplo: Domingos Joaquim da Silva, Visconde de Salreu (1854-1936) – Parte I. In. *Terras de Antuã – Histórias e Memórias do Concelho de Estarreja*, nº4, ano 4, novembro de 2010, p. 157-187, p. 157.

O português desenvolvera também atividades de importação de materiais portugueses de construção – sobretudo madeira – para a edificação civil brasileira, além de ferros, arames, cimento e ferramentas diversas, na Domingos Joaquim da Silva & Cia. A essa altura já mantinha empresas em Portugal, atuando entra a construção civil, moagem de arroz e laticínios na região de sua freguesia natal<sup>141</sup>.

Já como grande industrial, e bom *brasileiro*, Domingos edificaria suas obras na freguesia de Salreu. Primeiro com um belo palacete de morada, seguido da escola “Domingos Joaquim da Silva” (escola das Ladeiras) administrada por sua irmã Violante, edificada em 1907, mesmo ano em que recebera o título de Visconde por decreto do rei D. Carlos I<sup>142</sup>. Como Visconde, manda edificar a “Escola Visconde de Salreu” (Senhora do Monte) em 1933, e um chafariz público, em 1934, próximo ao hospital que mandara edificar fruto de uma promessa, o “Hospital Visconde de Salreu” que ficaria pronto em 1935, tendo em anexo o “Asilo Viscondessa de Salreu”, doados no mesmo ano à Misericórdia de Estarreja, da qual figurou como primeiro provedor<sup>143</sup>.

O agora Visconde de Salreu, estava imerso na perspectiva do fluxo ascendente, uma trajetória marcada pela mobilidade social e profissional em função da condição de emigrado<sup>144</sup>. Um progresso privado, e mesmo submetido a um ofício pouco exaltado no instante da saída ao Brasil – como serrador – alcançou orientar suas estratégias de inserção no Brasil em perspectiva da prosperidade, interagindo com as novas e prósperas estruturas socioeconômicas. Além disso, embora a trajetória anterior a emigração de Domingos não fosse marcada pela miserabilidade extrema, sua saída de Aveiro nos ajuda a compreender que o recurso à emigração não derivava apenas da estrutura econômica, mas era pautada no interesse privado do sujeito, amparado por suas agências e redes. Ansiava-se por uma direção ascendente, nem que para isso tivessem de dissociar a imagem de subalternos e rurais que traziam nas malas<sup>145</sup>, demandando investimentos em seu capital humano de forma contínua.

---

<sup>141</sup>PEREIRA, Marco. Domingos Joaquim da Silva – 1º Visconde de Salreu. Disponível em: <http://historia-estareja-murtosa.blogspot.com/2010/12/domingos-joaquim-da-silva-1-visconde-de.html>. Acesso em: 05 de abr. 2019.

<sup>142</sup>SILVA, Maria de Jesus Sousa de Oliveira e, op. cit., , p. 174 – 175.

<sup>143</sup>PEREIRA, Marco. Domingos Joaquim da Silva – 1º Visconde de Salreu. Disponível em: <http://historia-estareja-murtosa.blogspot.com/2010/12/domingos-joaquim-da-silva-1-visconde-de.html>. Acesso em: 05 de abr. 2019.

<sup>144</sup>FORD, Reuben. *Migration and Stress Among Corporate Employees*. Thesis submitted for the degree of Doctor of Philosophy in the University of London, 1992, p. 30.

<sup>145</sup>Esta não é uma característica homogênea aos diferentes lusitanos que adentraram ao Brasil, incidindo com maior frequência entre os imigrantes independentes, os não subsidiados por facilidades governamentais, que empregavam sua mão de obra fora nas lavouras e áreas de colônias agrícolas. Os subsidiados, ao contrário, saíam

Domingos Joaquim da Silva materializava junto a pequena freguesia a fantasia em torno do Brasil como a terra de esperanças e oportunidades. A imagem de sucesso poderia, por vezes, ofuscar da visão dos conterrâneos os esforços e limites em torno da emigração, onde buscava-se amealhar a pequena fortuna para a construção da casa, educação dos filhos, a compra da quinta, entre outros desejos. A emigração no contexto português, embora concebida como solução, também passava pelo status de problema, sobretudo às estruturas do Estado. O condicionamento legal da mobilidade era mais um dos tantos obstáculos na esteira dos movimentos.

### **1.3- A legalidade da emigração distrital entre a Monarquia Constitucional e a I República**

Apesar de ampla e expressiva, a emigração portuguesa ao longo dos séculos foi vista com dualidade pelo Estado, intelectuais e populares nos círculos regionais portugueses. O caráter contraditório da emigração foi sentido de maneira mais pontual a partir da segunda metade do século XIX, quando a Monarquia Constitucional implementou uma legislação repressiva – embora não tenha alcançado reprimir a emigração como planejado – sobre a saída de trabalhadores em favor da burguesia agrária e da classe senhorial carentes de operários, apesar de reconhecer o valor das remessas internacionais à manutenção do equilíbrio financeiro nacional. A I República instalada em 1910, que prometia novas medidas sob a ótica republicana moderna, também buscou inativar a “sangria” populacional, depositando sobre os documentos de viagem – como passaportes, identidades e passagens – a maior responsabilidade do estancamento desse fluxo.

Embora as legislações portuguesas para a emigração na Monarquia Constitucional e na I República fossem frutos de distintos momentos históricos sobre a administração estatal, ambas convergiram quanto ao estancamento e regulação às saídas em massa ao Brasil, agora um país estrangeiro, arranjo que para Jorge Alves acarretava ainda mais empecilhos à mobilidade<sup>146</sup>. Todavia, apesar destas investidas legislatórias, a política migratória transatlântica seguiu como uma “exportação de gado humano ao Brasil”, nas palavras de Oliveira Martins, que igualmente

---

com contratos de trabalho estabelecidos, e tinham a viagem custeada pelo futuro patrão, que os empregaria nas diferentes lavouras, sobretudo de café na região Sudeste. Mais detalhes sobre esse processo veremos nas análises seguintes.

<sup>146</sup> ALVES, Jorge. *Os Brasileiros: emigração e retorno no Porto oitocentista*. Porto: Gráficas Reunidas, 1994, p. 127.

criticava a forma com que os agentes migratórios alistavam as populações, por vezes de modo agressivo, e como os contratos de trabalho eram firmados desprovido os emigrados de quaisquer garantias. Neste mesmo cenário, outras discordâncias do autor ganharam fôlego, quanto as más condições de viagem a que os sujeitos eram submetidos, e ao silenciamento de muitas autoridades previamente conhecedoras da intensa exploração servil a que muitos seriam expostos, e que nenhuma medida eficaz, de fato, fora tomada para regulamentar as saídas<sup>147</sup>. Ao mesmo tempo, as partidas e a dispersão familiar seguiram como elementos fundamentais ao envio de remessas financeiras que por décadas equilibraram a balança comercial portuguesa, ainda arcaica para os padrões europeus a época.

No Brasil, os movimentos transatlânticos obedeciam ao sucesso das redes de recrutamento e engajamento, burocraticamente organizadas “sob a forma empresarial”, na qual diferentes companhias e agentes recebiam incentivos do Estado, podendo também trabalharem diretamente para as unidades provinciais<sup>148</sup>. Organizações como a Associação Central de Colonização que funcionou de forma ilegal no Brasil e foi constantemente criticada pelas comunidades portuguesas locais, por criar contratos para propriedades inexistentes, instalando os imigrantes em áreas de acolhimento temporário, onde aguardavam por contratos de trabalho, os obrigando ao pagamento do referido alojamento<sup>149</sup>. Os agentes transportavam as populações das pequenas aldeias em função desses acordos, e bloqueavam “em grande medida a aplicação da legislação”<sup>150</sup>, já que a obtenção de uma documentação falsa era uma das diferentes operações a que o negócio do engajamento ficaria responsável.

Segundo Mirian Halpern Pereira esse tipo de negócio em Portugal atuou de forma individual ou em sociedades comerciais, desdobrando-se em “uma sucessão de operações” que envolviam desde o transporte dos sujeitos, às questões em torno da chegada e instalação no Brasil. As agências de recrutamento ainda contavam com a atuação direta dos capitães de navios, “banqueiros do mar”, que creditavam a viagem ao indivíduo em troca de serviços prestados a bordo<sup>151</sup>, e permitiam a viagem de outros sem as documentações oficiais emitidas pelas juntas de controle emigratório. Portanto, uma rede lucrativa de engajadores que garantia cem por cento de lucro nas transações<sup>152</sup>, e que esteve na mira dos órgãos da administração civil dos distritos, o que não significou, necessariamente, em sua repressão, já que a redes de

<sup>147</sup>MARTINS, Oliveira. "Exportação de gado humano para o Brasil". In: *Dispersos*, 1924: 273-274.

<sup>148</sup>PEREIRA, Mirian Halpern, *A política de emigração portuguesa*, op. cit., p. 29.

<sup>149</sup>Idem, p. 39.

<sup>150</sup>PEREIRA, Mirian Halpern, op. cit., ... p. 34.

<sup>151</sup>Idem, p. 36.

<sup>152</sup>OLIVEIRA, Martins. *Fomento Rural e Emigração*. Lisboa: Guimarães Editores, 1994.

negócios em torno dos emigrantes também envolviam pessoas dos governos locais, que agiam, a exemplo, facilitando a posse de documentos à viagem, como consta nos diferentes inquéritos parlamentares sobre a emigração em Portugal feitos pela Comissão Parlamentar para o Estudo da Emigração Portuguesa.

No inquérito parlamentar de 1885 – que faz um balanço da emigração na década de 1874 e 1884 –, a comissão organizou as perguntas em torno de quatro eixos: Indústria Agrícola, Outras Indústrias, Assuntos Diversos e Emigração, contanto ao todo com 44 inquirições. Na sessão “Emigração” a comissão parlamentar arguiu sobre: o volume e a classificação profissional dos emigrados nos últimos 10 anos; desses quantos haviam saídos sozinhos e quantos levavam família; para que país se dirigiam; as causas locais para as saídas; sobre os regressados; o direcionamento dos emigrados para as colônias africanas; e finalmente sobre a clandestinidade; os engajadores de colonos e as condições dos contratos realizados. Responderam de forma completa ao questionário os distritos de Angra do Heroísmo, Aveiro, Braga, Bragança, Faro, Ponta Delgada, Porto e Viana. De forma incompleta os distritos do Funchal, Guarda, Portalegre e Viseu. Não responderam os distritos de Beja, Castelo Branco, Coimbra, Évora, Horta, Leiria, Lisboa, Santarém e Vila Real. Mesmo incompletos, os resultados deste inquérito foram publicados sob o título de *Comissão Parlamentar para o Estudo da Emigração Portuguesa, 1885*, e publicados em 1886<sup>153</sup>.

Em Aveiro, os concelhos de Castelo de Paiva, Estarreja, Santa Maria da Feira e Ílhavo chegaram a conclusões semelhantes quanto aos questionamentos, apontando a saída majoritária de homens em idade de alistamento militar, desocupados, de áreas densamente povoadas, que partiam solteiros e não levavam rendimentos consigo, se dirigindo sobretudo para o “império do Brasil”, e nele para o Pará e Rio Grande do Sul onde tinham parentes e vizinhos que o incentivaram a migrar e/ou os inseriam na sociedade receptora. Apontam a “ausência de engajadores” e no caso de Ílhavo indicam uma movimentação clandestina “em pequena escala”. A “ausência” de engajadores nos concelhos de Aveiro também é sentida nos periódicos, onde há pouca ou nenhuma nota sobre a ação direta desses agentes nas pequenas freguesias, ou por se concentrarem nas regiões mais próximas aos portos de saída do continente como nas praças do Porto e Lisboa, ou por serem encobertos por uma rede de apoio às movimentações clandestinas e de contratos mal intencionados, envolvendo membros da sociedade civil e agentes do governo local, o que nos parece ser mais provável, pois nos custa acreditar que os

---

<sup>153</sup> SALGADO, Conceição. O Inquérito Parlamentar de 1885 e o Discurso sobre a Emigração. In: SOUSA, Fernando [et. Alt.] *Um Passaporte para a Terra Prometida*. Porto: CEPESE, 2011, p. 219-232, p. 222.

volumes expressivos de saídas de uma população tipicamente rural – que abordaremos mais a frente – tenham se concretizado de forma autônoma, sem apoio de terceiros, especialmente na obtenção e pagamentos dos documentos e taxas precursoras a viagem.

Sobre a África, os concelhos mencionados concordam que o direcionamento das populações locais às colônias não pôde ser feito, ou se feito somente mediante a oferta de gratificações aos candidatos, corroborando à visão de abandono e pobreza que as possessões africanas manifestavam no imaginário metropolitano<sup>154</sup>. É claro, porém, que as tentativas em redirecionar as saídas de portugueses para a África são anteriores ao período de maior êxodo do continente a partir da segunda metade do século XIX. Em 1838 o parlamentar Sá da Bandeira já defendia a necessidade desse desvio de braços para a África em confrontação com o Brasil, quando neste ecoava o antilusitanismo – recordemos que entre 1835 e 1840 no Pará e a Cabanagem, um dos gritos dos revolucionários era de “morte aos portugueses” –, assim fazia-se necessário manter a integridade da gente portuguesa e, principalmente, ocupar as possessões quase desconhecidas na África que, se não tivessem a posse garantida pelo Estado português, em breve estariam à mercê da “voracidade europeia”<sup>155</sup>. No entanto, a nível legislativo, o empenho em redirecionar os emigrantes para a África era a novidade trazida pela lei de 28 de março de 1877 – resultado do 1º Inquérito Parlamentar da emigração portuguesa –, na qual o artigo 3º autorizava o governo a “despender somas necessárias ao transporte, e meios para o primeiro estabelecimento agrícola, contanto que os indivíduos se obriguem a residir em qualquer das colônias pelo menos por cinco anos”<sup>156</sup>. Desenvolver e ocupar efetivamente as colônias na África seria responder às acusações de ineficiente capacidade colonizadora dos lusitanos, e, principalmente, evitar a partilha dos territórios do ultramar entre ingleses e alemães, que tanto se discutia<sup>157</sup>.

O desagrado em ocupar as colônias portuguesas africanas se reflete no quantitativo irrisório de pedidos de passaporte ao continente ao longo dos anos pesquisados. Entre 1882 e 1918 registramos nos demonstrativos de Aveiro somente 1.367 solicitações de passaportes para

---

<sup>154</sup>Comissão Parlamentar para o Estudo da Emigração Portuguesa – 1885. Documentos Apresentados a Camara dos Senhores Deputados por Ella Mandados Publicar na Sessão Legislativa de 1886. Lisboa: Imprensa Nacional, 1886, p. 12-139.

<sup>155</sup>MAIA, Fernanda Paula Sousa. A emigração para o Brasil no discurso parlamentar oitocentista. In: SOUSA, F.; MARTINS, I.; PEREIRA, C. (coords.) *A Emigração Portuguesa para o Brasil*. Porto: CEPES/Edições Afrontamento, 2007, p. 59.

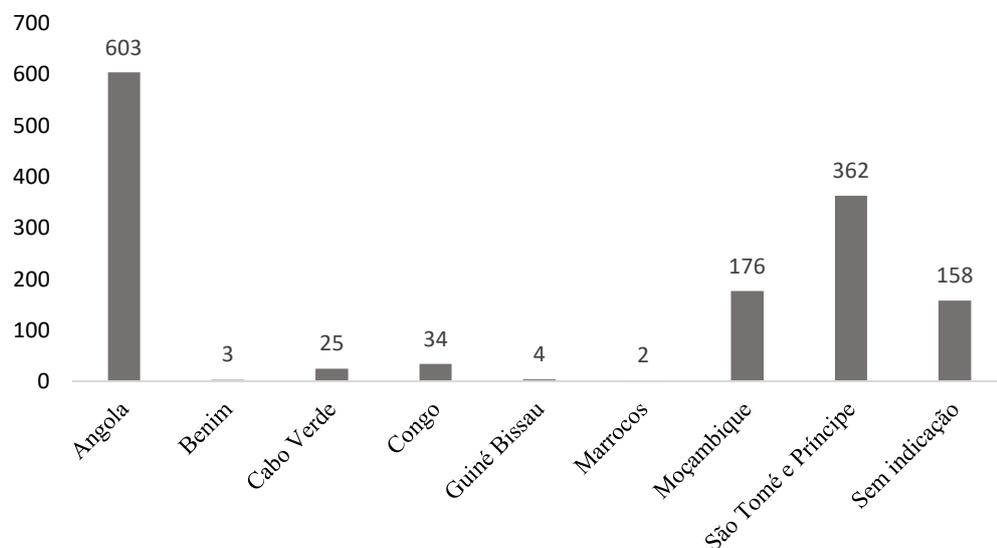
<sup>156</sup>PEREIRA, Maria da Conceição Meireles. Legislação sobre emigração para o Brasil na Monarquia Constitucional. In: MATOS, Maria Izilda Santos; SOUSA, Fernando de; HECKER, Alexandre (orgs.). *Deslocamentos e histórias: os portugueses*. Bauru, SP: Edusc, pp. 35-47, 2008, p. 41.

<sup>157</sup>MARQUES, A. H. de Oliveira. *A Primeira República Portuguesa*. Alfragide: Textos Editores, 2010, p. 91.

as possessões de Angola, Moçambique e São Tomé, que representam menos de 5% (4,38%) do total de pedidos para demais localidades – excetuando os registros ao Pará – que totalizam 31.167 pedidos de viagem, redução também devida ao afrouxamento legislativo sobre a documentação exigida para as viagens, as quais trataremos à frente. Embora os diferentes inquéritos portugueses sobre a emigração e os jornais mencionassem e criticassem a insuficiente escolha dos metropolitanos pelas possessões africanas, era consciente entre as partes que o controle político, demográfico e econômico de Portugal sobre as colônias era precário, e que ao contrário dos cenários americanos, não havia garantia alguma de enriquecimento e prosperidade nos territórios coloniais. Angola e São Tomé eram uma pequena exceção, na primeira era a produção de borracha que dava fôlego a economia, especialmente entre os anos de 1891 até, pelos menos, 1899, e absorvia 90% das exportações metropolitanas de algodão e vinho<sup>158</sup>; e na segunda o capital metropolitano português era aplicado em empresas de menor porte que apunham recursos nos roçados de cacau, cuja cultura se desenvolveu progressivamente na década de 1880, ultrapassando a do café<sup>159</sup>. Melhoramentos que podem justificar o porquê dos pedidos de viagem a Angola e São Tomé serem os mais representativos a partir de 1882, como ilustramos.

**Gráfico 1**

**Passaportes Solicitados à África pelos aveirenses (1882-1918)**



Fonte: ADAVR - Livros de Registro de Passaportes do Distrito de Aveiro (1882-1918).

<sup>158</sup> ALEXANDRE, Valentim. O Império. In. LAINS, Pedro & SILVA, Álvaro Ferreira da (orgs.). *História Econômica de Portugal, 1700 – 2000*. Lisboa: ICS. Imprensa de Ciências Sociais, 2005, p. 372-373.

<sup>159</sup> Idem, p. 372.

Os reduzidos números de passaportes à África contrastam com os diversos incentivos aos deslocamentos por parte do governo metropolitano, os quais não alcançaram êxitos significativos. A lei de 28 de março de 1877, dando a largada a política de ocupação das colônias, assegurava a redução dos custos processuais aos interessados em viajar a elas, e em 1896 garantiu-se a gratuidade dos passaportes. A década de 1890 foi conturbada à política colonial portuguesa, em 1891, após assinar o tratado que pôs fim à disputa territorial com a Inglaterra em África, o estado português se viu obrigado a desenvolver as colônias sob pena de expropriação pelas potências europeias. Imerso em mais um ciclo de crise financeira justificada pela drástica redução de dividendos enviados do Brasil, Portugal viu na concessão de partes do território colonial africano ao capital estrangeiro uma saída rápida e eficiente, cujo raio de atuação seria a costa oriental de Moçambique e o sul de Angola. Sem êxitos, a política foi suspensa em 1894, em parte justificada pela preocupação portuguesa na desnacionalização das economias coloniais<sup>160</sup>. Finalmente em 1907 Portugal suspende a exigência de passaportes às colônias africanas, fato que justifica, em partes, nossa dificuldade em acompanhar o movimento de aveirenses à ocupação destes territórios, no entanto mesmo antes da suspensão, recorrer a África – a terra do degredo – não era comum entre os sujeitos. Em função disso, acreditamos que não existiram câmbios significativos quanto ao número de aveirenses emigrados para as possessões africanas após 1907.

Mesmo com a suspensão dos passaportes, outros elementos limitavam a “aventura africana”, eram o custo das passagens, e a garantia de segurança e ocupação aos emigrados. Nos jornais de Aveiro uma e outra nota referenciavam o problema da emigração causada pela “crise de trabalho em função do estacionamento do país e o desfavor à agricultura, assombrada com tributos”. Em 1910, o autor de um manifesto defende que o governo deveria remediar os problemas que tem levado ao êxodo português, e conceder passagens gratuitas para as colônias e todas as proteções necessárias ali, para o bom desenvolvimento e progresso da região, assim se evitaria que Portugal se despovoasse tão rapidamente de suas “classes produtoras, em proveito do estrangeiro”<sup>161</sup>. Portanto, era fundamental que o governo não só facilitasse a ocupação e exploração das riquezas africanas para o funcionamento da sua máquina através da dispensa dos documentos, mas que assegurasse a chegada dos colonos ao continente africano, à manutenção de seus próprios domínios e benesses.

---

<sup>160</sup>ALEXANDRE, Valentim. O Império. op. cit., p. 370-372.

<sup>161</sup>BNP, *O Jornal de Estarreja*, de 9 de novembro de 1912, p. 1.

A I República portuguesa, instalada em 5 de outubro de 1910, não conseguiu conter as saídas ao Brasil e menos ainda incentivar as entradas em África. Para o intelectual português Alexandre Herculano, fossem às colônias africanas ou para a América, a emigração trazia a sensação de perda dos “homens válidos ao país, o laborioso, o artista perfeito e inteligente”<sup>162</sup>, um misto de ufanismo e crítica à “incapacidade” do país em manter suas gentes, e que, através da oscilante política migratória, colocava sobre um documento a maior parte da carga burocrática do Estado – ora permissivo, ora restritivo – à circulação de suas gentes: o passaporte.

### **O “passaporte à terra prometida”. De burocracia de Estado à fonte histórica**

Os movimentos agressivos aos emigrantes e financeiramente positivos para agentes e empregadores mencionados anteriormente, ocorriam em torno das dificuldades e limitações impostas sobre os passaportes, documentos oficiais de cunho policial que, dentro da política migratória portuguesa, objetivavam controlar o êxodo populacional, ou como defende Ioannis Baganha “selecionar os agentes envolvidos no processo migratório, optando pelos que pudessem garantir a dispersão familiar e, conseqüentemente, a manutenção do envio das remessas de valores”<sup>163</sup>, criando, portanto, sobre o documento uma atmosfera de dificuldade e utopia, facilitando aos meios clandestinos desenvolverem seus negócios.

A obtenção do passaporte era o primeiro obstáculo a ser vencido por quem almejava novos contornos sociais fora da terra natal, um obstáculo complexo, sobretudo aos menos habituados com as burocracias estatais e a instrução, já que o “analfabetismo e a inexistência ou fragilidade de laços sociais que lhes permitissem procurar, quer em Portugal quer no Brasil”, suporte para emigrar, tornavam-se dificuldades que nem todos os possíveis emigrantes conseguiam subjugar<sup>164</sup>.

O acesso aos passaportes garantia a saída legal de Portugal, embora não fossem suficientemente eficazes na contenção das saídas clandestinas, contínuas e paralelas às saídas legais. Na cidade do Porto, por exemplo, os navios e proprietários facilitadores da

---

<sup>162</sup>MAIA, Fernanda Paula Sousa, op. cit., p. 53.

<sup>163</sup>BAGANHA, Maria Ioanni *apud* MONTEIRO, Paulo Filipe. *Emigração: o eterno mito do retorno*. Oeiras: Celta Editora, 1994, p. 9.

<sup>164</sup>MONTEIRO, Isilda. Os passaportes – Do enquadramento legal à prática (1855-1926). In: SOUSA, Fernando [et. Alt.] *Um Passaporte para a Terra Prometida*. Porto: CEPSE/Edições Afrontamento, 2011, p. 117-135, p. 118.

clandestinidade eram facilmente identificados pelas estruturas civis, e realizavam não só as viagens clandestinas, como também efetuavam uma série de manobras ilegais<sup>165</sup>. À essa fragilidade no controle das egressões, se somam os discursos parlamentares sobre a eficácia do passaporte para o melhor controle estatal sobre a emigração, opiniões quase sempre destoantes, já que

“[...] para uns, a obrigatoriedade do passaporte com custos e condições restritivas que condicionassem a sua obtenção, podia assumir-se como o melhor instrumento de controle, fazendo com que o perfil e número de emigrantes correspondesse ao que, ao nível estatal, se considerava desejável, para outros, o passaporte era inutilidade sem qualquer tipo de eficácia sobre o movimento migratório. Enquanto os primeiros defendem sua manutenção, acreditando que os custos e condições funcionariam como entraves, os segundos dão exemplo de situações que comprovam sua pouca eficácia preconizando a gratuidade dos passaportes, ou sua abolição[...]”<sup>166</sup>.

Não menos importantes eram as notícias lançadas nos periódicos distritais de Aveiro, que enfatizavam o corrente conflito de opiniões sobre a funcionalidade do documento. O jornal *Progresso de Aveiro* distribuía notícias frequentes sobre os embates, por vezes em edições consecutivas e como notas de capa. Só em julho de 1905 lançou duas notas extensas a respeito das diferentes versões sobre o assunto.

“Levantou-se há pouco na imprensa, e com certo vigor, uma campanha contra os passaportes. Alegações várias se fizeram e a Sociedade de Geografia e a Associação Comercial de Lisboa entraram na contenda, cada uma delas com pontos de vista um tanto divergentes. No fundo, porém, a questão era a abolição dos passaportes, mais ou menos extensa”<sup>167</sup>.

“Continuam alguns órgãos da imprensa agitar a questão dos passaportes, mascarando argumentos e ? estilos numa ânsia de patriotismo tão engendrado que não compreendemos que haja espírito de homem público que se não tenha rendido ante a nutrida fuzilaria de tão assoladora campanha. [...] É nesta panaceia que alguns jornais recrutam as suas forças de campanha contra os passaportes e em defesa da emigração livre, martelando constantemente na falsa afirmação de que proveito algum advém para o tesouro público da existência de semelhante medida. Quanto interessa o Estado e determinadas instituições de beneficência, viram-no bem os que já leram”<sup>168</sup>.

<sup>165</sup>ALVES, Jorge Fernandes. *Os brasileiros: emigração e retorno*, op. cit., p. 178.

<sup>166</sup>MONTEIRO, op. cit., p. 122.

<sup>167</sup>BNP, *Progresso de Aveiro*, 6 de julho de 1905, p. 1

<sup>168</sup>BNP, *Progresso de Aveiro*, 13 de julho de 1905, p. 1

O fato é que a política de controle da emigração oscilou durante os anos, entre medidas mais restritivas e outras de cunho liberal, interferindo diretamente na própria interpretação e elaboração dos documentos de viagem. Sem apresentar restrições absolutas, a legislação aparentava ter três preocupações principais: manter os fluxos ao Brasil pela necessidade das remessas, deslocar outro contingente às colônias na África – indispensável à consolidação da administração colonial –, e conciliar estas demandas aos negócios da burguesia agrária e industrial, interessada na população rural empobrecida, candidata à emigração<sup>169</sup>.

Os documentos para controle dos viajantes eram exigidos em Portugal desde o século XVII, tanto aos deslocamentos internos e/ou externos ao reino, apoiados sobre uma tradição repressora oriunda das Ordenações Filipinas de 1603, as quais estabeleciam a “morte natural e o sequestro de bens” de todos aqueles que saíssem ou mandassem sair às possessões das Índias, Mina e Guiné, e daqueles que embora tenham se ausentado com licença não tenham guardado seus “regimentos”. Um novo alvará de 5 de setembro de 1646, mais brandamente, punia com sequestro de bens, “desnaturamento e perdas de honra”; na mesma linha a lei de 6 de dezembro de 1660 “excluía de suas sanções as viagens para conquista”, ações fundamentais que reafirmavam a manutenção do expansionismo português<sup>170</sup>. No século XVIII a segurança operacionalizada pela legislação pombalina continuaria com medidas restritivas, concedendo passaportes ao Brasil somente a funcionários ou pessoas que comprovassem negócios a tratar naquelas terras, essas e outras exceções estão dispostas na lei de 1720<sup>171</sup>.

Com as correntes liberais do século XIX, ganhou força a noção de que cabia ao indivíduo a escolha de seus itinerários, bem como seu local de moradia e trabalho, não devendo ao Estado limitar seus deslocamentos e escolhas. O olhar mais criterioso do Estado sobre o controle dos documentos de viagem se materializou em maio de 1825 ao criar a Secretaria Geral de Passaportes, a qual regulamentava e investigava as concessões e burlas dos documentos<sup>172</sup>.

---

<sup>169</sup>ALMEIDA, Cristina Matos; JERÓNIMO, Helena Mateus; LOPES, José Carvalho; ROVISCO, Maria Luís. A Emigração Portuguesa: uma breve introdução. In: GARCIA, José Luiz (orgs.). Portugal Migrante – Emigrantes e Imigrados, dois estudos introdutório. Oeiras: Editora Celta, 2000, p. 19-22.

<sup>170</sup>GONÇALVES, Paulo Cesar. op. cit., p. 57-58.

<sup>171</sup>É importante ressaltarmos que os deslocamentos migratórios portugueses para o Brasil são anteriores a este período e, pelo menos ao longo do século XVIII, esta emigração já se apresentava. Este fato desencadeou uma política de controle da emigração por parte da Coroa Portuguesa, a exemplo da Resolução de 16.07.1709, que restringia a partida de indivíduos para terras brasileiras; o decreto de 25.11.1709, que impunha a obrigatoriedade de passaporte para quem fosse viajar para o Brasil; e, finalmente, o Alvará emitido em 1755 que criava a Junta de Comércio a fim de reforçar as medidas de controle comercial. CANCELA, Cristina Donza & COSME, João Santos Ramalho. Entre fluxos, fontes e trajetórias: imigração portuguesa para uma capital da Amazônia (1850-1920). *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, v. 42, n. 1, p. 232-254, jan.-abr. 2016, p. 234.

<sup>172</sup>RODRIGUES, Henrique. *Emigração e Alfabetização – O Alto Minho e a Miragem do Brasil*. Viana do Castelo: Governo Civil, 1995, p. 24.

Criados os Governos Civis – uma instância governativa articuladora da comunicação entre o governo central e os locais, também com funções administrativas próprias – pelo decreto de 25 de abril de 1835, ficariam neles centralizadas as emissões de passaportes a nível dos distritos, evitando grandes deslocamentos da população aos centros de Lisboa e do Porto, o que deveria dificultar a ação clandestina de engajadores, muito comuns nas regiões portuárias, sobre as quais a lei de 20 de julho de 1855 deveria ser representativa, pois além de regular as condições de transporte e contratação de trabalhadores, a norma tornava mais punitivo o descumprimento da legislação com a repressão aos capitães e comandantes que admitissem viajantes sem passaporte em forma de um sistema de multas, no valor de 400\$000 réis cada<sup>173</sup>.

Pelo decreto de 18 de julho também em 1835, estabelecia-se ainda que “competia ao Administrador do Concelho dar e visar passaportes e passar bilhetes de residência, dando de tudo isto relação ao Governador Civil”<sup>174</sup>, o que já demonstra certa fragilidade no controle geral de todo o aparato de emissão dos documentos de viagem, uma vez que entre os administradores locais de concelhos e a instância superior civil se poderiam realizar burlas que corroboram a não exatidão para muitos dados sobre a emigração em determinados concelhos, envolvendo ainda a existência e articulação das redes locais de engajamento de trabalhadores, sobretudo os de cais rural imersos, usualmente, em contextos de miserabilidade.

A dimensão quantitativa crescente das saídas seguia reocupando as autoridades locais, sobretudo a clandestinidade sobre as Ilhas Atlânticas, como nos Açores, onde o passaporte não era obrigatório, onde contratos fraudulentos de trabalho no Brasil eram assinados, sujeitando os indivíduos a péssimas condições de viagem, que envolviam desde maus tratos a fome. Nesse cenário, a Lei de 20 de julho de 1855, dispensou sobre os capitães de embarcações punições mais severas, com penas pecuniárias e prisões quando: admitissem passageiros sem passagens, superlotação, precarização nos serviços de higiene e agressões físicas contra os “passageiros ou colonos”. A fiança aos navios desobedientes a legislação deveria ser de 4 mil réis, cabendo

---

<sup>173</sup>Idem p. 31.

<sup>174</sup>Curiosamente, anterior a criação dos Governos Civis, na região do Porto a *Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro (1756-1834)* criada com o objetivo de dinamizar e regular a produção do vinho na dita região, também desenvolvia atividades de caráter burocráticos quanto a emigração, uma vez que a companhia passou a emitir as “atestações”, documento prévio à solicitação de passaporte, em que os sujeitos deveriam justificar suas viagens, fornecendo informações pessoais bem próximas àquelas incluídas no passaporte em si, como nome, filiação, ocupação e sinais particulares. A Companhia no Porto começou a desenvolver estas competências frente a vontade do monarca em descentralizar a emissão das atestações, feitas exclusivamente na *Justa de Comércio deste Reino e seus Domínios* em Lisboa, para facilitar o cumprimento legal das disposições sobre a movimentação de reinóis. cf: CARDOSO, N. D; CIRNE, T.; SOUSA, F. A Companhia do Alto Douro e a emissão de passaportes para o Brasil. In: SOUSA, Fernando de. (org.) *O Vinho do Porto em Gaia & Companhia*, Porto: CEPES/Edições Afrontamento, 2005, p. 71-110, p. 91.

também aos agentes consulares a feitura de relatórios dos passageiros, colonos e quaisquer ocorrências a bordo.

Buscando conter a saída dos mais jovens, em 27 de julho de 1855, publicou-se uma nova lei de recrutamento militar, na qual os mancebos – entre 18 e 21 anos – só poderiam obter passaporte mediante o pagamento de fiança ou apresentação de seu substituto em caso de chamada. Novamente, sem êxitos na contenção dos fluxos de menores, a legislação reduziria a idade mínima dos mancebos para os 14 anos, pela Lei de junho de 1859<sup>175</sup>. Assim, ficam claras que as alterações legislativas eram respostas às diferentes estratégias dos emigrantes em burlar as normas, que implicavam em êxodos cada vez mais prematuros.

Em 1863 a Carta de Lei de 31 de janeiro extinguiu os passaportes internos, no entanto manteve-se uma legislação vaga e contraditória, já que ao mesmo tempo em que se exigia documentos de viagem a todos os interessados, seguiam-se limitando seu acesso, exigindo aos menores o consentimento dos pais, às mulheres casadas a permissão dos maridos e aos funcionários a autorização dos superiores hierárquicos<sup>176</sup>. Quanto aos homens sujeitos as obrigações militares, estes precisavam apresentar a comprovação de cumprimento do serviço obrigatório, ou que por alguma razão estavam isentos. Já sobre os mancebos, entre 14 e 21 anos, manteve-se o pagamento da fiança – calculada em 75\$000 réis – ou apresentação de fiador garantidor dos compromissos militares, além da estipulação de idade mínima para requerer ao passaporte, de 25 anos. Em 1877 uma nova lei redefiniu a faixa etária para o pagamento das fianças, passando a idade máxima para 22 anos completos<sup>177</sup>.

Mesmo centralizando a feitura do passaporte nos Governos Civis, com a portaria de 13 de janeiro de 1874, o requerente poderia escolher em qual governo gostaria de retirar o documento, não obrigando mais a ser em seu distrito natal, o que resultou na expressiva demanda de pedidos nas duas maiores cidades do país – Porto e Lisboa – que também possuíam os principais portos de saída de embarcações aos destinos transatlânticos, causando baixa nos índices de pedidos e nas receitas dos governos civis que sempre contribuíram expressivamente para o contingente emigratório, como em Braga, Aveiro e Bragança<sup>178</sup>.

---

<sup>175</sup> PEREIRA, Maria da Conceição Meireles. Legislação sobre emigração para o Brasil na Monarquia Constitucional, op. cit., p. 39 – 40.

<sup>176</sup> LEITE, Joaquim Costa. *Emigração portuguesa: a lei e os números*, op. cit., p. 463-480.

<sup>177</sup> PEREIRA, Maria da Conceição Meireles, 2008, op. cit., p. 41.

<sup>178</sup> MONTEIRO, Isilda. Os passaportes – Do enquadramento legal à prática (1855-1926), op. cit., p. 125.

De fato, a proximidade entre a cidade do Porto e o porto de Leixões, importante saída transatlântica, funcionaria como um elemento atrativo às populações de potenciais emigrantes. Mesmo com a não obrigatoriedade de retirada dos passaportes em seus distritos de origem desde 1874, muitos dos interessados em emigrar, para agilizarem a viagem “inventavam” residências fictícias no Porto e proximidades, podendo ser nas mesmas ruas em que estavam as agências de viagens e passaportes, situação aceita e conivente às autoridades legais que confirmavam a localização de moradia<sup>179</sup>. Essa condição, em geral, não influenciava na aquisição dos documentos de viagem – em virtude da nova legislação datada de 1874 – e por isso não agia como elemento de censura às viagens, porém, tornava os “recentes moradores do Porto” invisíveis nos censos distritais de onde eram naturais, bem como nos inquéritos sobre a emigração, levando a uma mascarada demografia do fluxo nacional e, possivelmente, limites às tomadas de decisões administrativas em torno das saídas.

Para Maria da Conceição Meireles Pereira, entre 1877 e 1896, – quando se concede gratuidade aos passaportes à África – houve um “vazio legislativo” sobre a emigração e os passaportes em Portugal, pois os documentos lançados mostravam-se insignificantes, mesmo com intensa fiscalização sobre as agências de viagem, e a criação da Polícia de Repressão da Emigração Clandestina, cuja finalidade era perseguir aqueles que burlavam as leis com documentações falsas, junto aos engajadores clandestinos, os fornecedores de passaportes falsos, bem como seus “cumplices e encobridores”, e fiscalizar as agências especializadas na emigração. Rompendo o “vazio”, em janeiro de 1897, assinavam um acordo Portugal e Espanha sobre o controle das saídas pelo porto de Vigo há muito conhecido pela constante informalidade – e por que não clandestinidade – das saídas com destino ao Brasil. Agora exigia-se que no instante do embarque os passaportes estivessem visados pelo respectivo cônsul<sup>180</sup>.

No século XX a preocupação com a clandestinidade nos fluxos se manteve. No decreto de 1901 estabeleceu-se prisão correcional no mínimo de um ano e multas entre 50\$000 e 2.000\$000 réis, mencionando penas também àqueles que tentassem viajar sem passaporte próprio, usando um de terceira pessoa ou portando documentos falsos, em idade de serviço militar. Em 1903 e 1904 houve nova repressão as saídas clandestinas pelos Açores e Ilha da Madeira sob o serviço da Polícia de Repressão da Emigração Clandestina, que exigia maior vigilância sobre as ilhas pois os interessados em emigrar ao Brasil costumavam viajar para as

---

<sup>179</sup>FERREIRA, Diogo & ROCHA, Ricardo. A emigração do distrito do Porto para o Brasil durante a I República Portuguesa (1910-1926). In: *De colonos a imigrantes: I(E)migração portuguesa para o Brasil*. ARRUDA, José Jobson de Andrade et. at. São Paulo: Alameda, 2011, p. 171.

<sup>180</sup> PEREIRA, Maria da Conceição Meireles, 2008, op. cit., p. 43.

elas e de lá saíam clandestinamente, recorrendo a companhias estrangeiras sobre as quais Portugal era impossível de legislar<sup>181</sup>.

No ano seguinte, a portaria de 14 de julho de 1905 estabelecia uma comissão responsável por elaborar o “Regulamento Geral da Emigração e Passaportes”, que resultou na Lei de 25 de abril de 1907 em que, apoiados sobre os termos da Lei italiana de 31 de janeiro de 1901, classificavam o emigrante como “o passageiro de última classe dos navios que se dirigiam aos portos estrangeiros”, para o qual se mantinha a exigência do documento de viagem, encarecido<sup>182</sup>. Aos não emigrantes os documentos simples de viagem custavam 2\$000 réis, enquanto aos classificados como emigrantes os custos eram de 7\$000 réis, dos quais 6\$000 réis iam para o Estado e 1\$000 réis ao Governo Civil correspondente. A Lei de 1907 também reduziu a idade mínima para requerer passaporte de 25 para os 21 anos, e dispensou-os aos estrangeiros, aos nacionais que saíssem à África e àqueles que saindo ao exterior não se enquadrassem na classificação do emigrante, referidos como “simples viajantes”<sup>183</sup>.

Aqui cabe um adendo a distinção entre emigrante e viajante nos passaportes de Aveiro. Poucos trazem ao lado do registro a menção “viajante”, em distinção aos demais, entendido como o passageiro independente, aventureiro, que ocupava a 1ª e 2ª classe nos navios, classificação dada ao comerciante Arthur de Almeida Batista, natural da freguesia de Pardilhó, concelho de Estarreja, nesta que seria sua 9ª viagem ao Pará. Aos 30 anos e casado, viajava sem acompanhantes<sup>184</sup>.

---

<sup>181</sup> PEREIRA, Maria da Conceição Meireles, 2008, op. cit., p. 44.

<sup>182</sup> GONÇALVES, Paulo Cesar, op. cit., p. 63.

<sup>183</sup> PEREIRA, Maria da Conceição Meireles, 2008, op. cit., p. 44.

<sup>184</sup> ADAVR, Registro de Pedido de Passaporte de Arthur de Almeida Batista, 1908. Livro 31, página 10, registro 49.

### Imagem 3

#### Passaporte de “Viajante” (1908)

Signaes caracteristicos

Edade 30 annos

Altura 1,70 e

Rosto amarello

Cabellos castanhos

Sobr'olhos castanhos

Olhos castanhos

Nariz regular

Boca regular

Côr amarello

Signaes particulares

Caracteris. no rosto  
do esp. e nariz  
na face direita

N.º 49

Em 11 de Junho de 1908 se concedeu passaporte para

para Arthur e Almeida Baptista

escri. commerciante, f.º de Bernardi Valente

O Mariz sipp. Bernardi e Mariz Valente de

Almeida e de Mariz Jose Leopes Baptista

Leva consigo 2000

para ir para o Rio Pardo para viver

no se estavel

Fonte: ADAVR – Livros de Registro de Passaporte do Distrito de Aveiro (1882-1918)

A distinção entre o viajante e o emigrante não era apenas obediência a jurisdições, era uma forma de enquadrar os sujeitos em estratos sociais. Aos emigrantes era comum a ideia da miserabilidade e por isso sua classificação atuava pejorativamente, pois era sabido as precárias condições vividas por esses sujeitos antes da emigração até a chegada e fixação nos destinos, especialmente sobre aqueles de raiz rural. Porém, aos viajantes ou como os jornais mencionam “os retirados” à além-mar, o status permaneceu como o indivíduo que “saía” para tratar de seus negócios, ou o desbravador, o turista, que tinha condições de arcar com os custos de viagem. Os jornais de Aveiro, ao longo de várias edições, tratavam aos emigrantes no anonimato, ao contrário dos viajantes ou retirados, os quais reconhecidos pelo nome, feitos e qualidades, tornavam-se distintos na sociedade natal. Como vemos.

“Despedida. Francisco Maria Nunes, natural de Salreu, **retirando-se** no paquete ‘Rio Pardo’ para o Pará, vem por este meio despedir-se dos seus amigos e ao mesmo tempo oferecer-lhes os seus limitados préstimos no Pará (Brasil), Avenida de S. Jerônimo, 84”<sup>185</sup>.

<sup>185</sup> BNP, *O Jornal de Estarreja*, 11 de maio de 1907, p. 3.

“**Retiraram-se** há dias para o Pará, onde são estabelecidos, os nossos queridos patrícios e amigos srs. Domingos Pereira de Almeida Junior, João Pereira de Almeida e Virgílio Pereira de Almeida, filhos do nosso respeitável amigo sr. Domingos Pereira de Almeida, honrado lavrador e proprietário de Avanca. Tenham uma boa viagem e sejam sempre muito felizes”<sup>186</sup>.

A República proclamada em 1910 comprometeu-se em tratar a emigração como prioridade. A Constituição promulgada em 5 de agosto de 1911 mostrou-se inquieta sobre a emigração ao Brasil, desde a travessia atlântica, passando pelas empresas engajadoras, até os locais de desembarque. Antes da Constituição, porém, o novo governo assinou o Decreto com força de Lei de 4 de novembro de 1910, dando anistia aos indivíduos que na data da publicação fossem considerados “refratários do exército e da armada, e residentes em país estrangeiro”<sup>187</sup>, ou seja, aos supostos fugitivos do serviço militar obrigatório.

Nos anos seguintes, diferentes circulares e portarias sobre a emigração seriam publicados pelo Ministério do Interior, pela sua Direção Geral da Administração Política e Civil. Em 1911 uniformizou-se a concessão de passaportes a reservistas desde que tivessem a licença do comandante de sua divisão, válida por 60 dias, regulamentou-se as fianças àqueles em idade de alistamento, e obrigou-se aos Governos Cívicos a enviar semanalmente ao Comissário da Polícia Especial de Emigração o mapa de todos os passaportes emitidos<sup>188</sup>.

Em 1912, a Circular de 27 de fevereiro reiterava a responsabilidade exclusiva dos Governos Cívicos na emissão dos bilhetes de identidade e passaportes. Em 13 de abril uma nova Circular garantia a concessão de passaportes somente nos distritos de origem, ou que os interessados fizessem prova de serem residentes a mais de um ano em distritos diferentes. Medida pontual frente a facilidade com que alguns governos locais emitiam documentos de viagem a sujeitos sem provas de residência. Fatos comuns em cidades portuárias como o Porto – conforme tratamos anteriormente – quando os potenciais emigrantes idealizavam residências fictícias com ajuda das agências de viagens, tornando-os invisíveis aos censos distritais de origem sobre a mobilidade, caracterizando as migrações intranacionais de curto prazo<sup>189</sup>. No

---

<sup>186</sup> BNP, *O Jornal de Estarreja*, 02 de março de 1905, p. 3.

<sup>187</sup> PEREIRA, Maria da Conceição Meireles & SANTOS, Paula Marques dos. Legislação sobre emigração para o Brasil na I República. In: SOUSA, Fernando de (org.). *Nas duas Margens: Os Portugueses no Brasil*. Porto: CEPESE/Edições Afrontamento, pp. 307-327, 2009, p. 308.

<sup>188</sup> PEREIRA, Maria da Conceição Meireles & SANTOS, Paula Marques dos, 2009, op. cit., p. 307-308.

<sup>189</sup> THOMSON, Alistair. Histórias (co) movedoras:

História Oral e estudos de migração. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 22, nº 44, pp. 341-364, 2002, p. 346.

mesmo ano o Ministério do Interior, responsável por legislar sobre a emigração, estabeleceu as *Instruções de 25 de novembro de 1912* que reiteravam a dispensa de passaporte aos “simples viajantes” e classificavam como emigrantes:

- a) Os nacionais embarcados em 3ª classe;
- b) A mulher casada desacompanhada ou que não comprove estar legalmente separada, viajando em 1ª, 2ª ou classes intermediárias nos navios;
- c) Os menores embarcados nas mesmas classes desacompanhados de pais ou tutores;
- d) Os menores de 40 anos sujeitos ao recenseamento e serviço militar;
- e) Os embarcados em 1ª, 2ª ou classes intermediárias no navio com intenção de fixar residência em países do ultramar;
- f) Os nacionais com títulos de nacionalização emitidos pelo governo brasileiro, cujos portadores tenham menos de 30 anos e estejam sujeitos ao serviço militar<sup>190</sup>.

Eclodindo a I Grande Guerra em 1914, partiria do Ministério da Guerra os enquadramentos da emigração, sobretudo em função dos mancebos maiores de 14 anos sujeitos ao serviço militar, e dos membros de tropas ativas e de reserva do exército, e seus interesses na aquisição de bilhetes de identidade ou passaportes para se ausentarem ao estrangeiro. O Decreto nº 978 de 27 de outubro de 1914 põe em vigor o regulamento de 30 de junho do mesmo ano sobre a emigração, especialmente daqueles em idade de serviço militar com interesses em viajar para o estrangeiro. Entre as diferentes formalidades, o decreto normatiza as exigências à movimentação desse grupo em torno das taxas a pagar à Tesouraria da Fazenda Pública, dos pedidos de licença no Ministério da Guerra, apresentação anual dos praças beneficiados pelo decreto nos consulados ou vice consulados em que se encontrarem no estrangeiro<sup>191</sup>, entre outras exigências<sup>192</sup>.

Quando os alemães declaram guerra a Portugal, em 9 de março de 1916, o Ministério do Interior português recrudescer as matérias em torno dos passaportes e a obrigação do serviço militar. A Portaria nº 613, de 14 de março de 1916, estabeleceu a perda de validade dos passaportes e bilhetes de identidades concedidos a militares que não fossem vistoriados por autoridades competentes. No mesmo dia, a Portaria nº 614<sup>193</sup> ordenava a suspensão da dispensa de passaportes e documentos de viagem – enquanto se mantinha o estado de guerra – a todos os indivíduos de que trata os artigos 1º ao 3º da Lei de 25 de abril de 1907, anteriormente

---

<sup>190</sup> PEREIRA, Maria da Conceição Meireles & SANTOS, Paula Marques dos, 2009, op. cit., p. 310.

<sup>191</sup> Os faltosos nas apresentações anuais deixariam de ser entendidos como “com licença ao estrangeiro”, e em caso de serem chamados e não comparecerem, eram classificados como desertores.

<sup>192</sup> Decreto nº 978 de 27 de outubro de 1914, disponível em: <https://dre.pt/web/guest/pesquisa/-/search/490034/details/normal?q=decreto+978+de+1914>, acessado em 29 de outubro de 2019.

<sup>193</sup> Ambas as Portarias estão disponíveis em <https://dre.pt/web/guest/pesquisa/-/search/610231/details/normal?q=portaria+613+de+1916>, acessado em 29 de outubro de 2019.

mencionados<sup>194</sup>. O aparato de contenção das saídas clandestinas durante o estado de guerra foi reforçado pelo aumento no número de agentes fiscais na Polícia Especial de Repressão de Emigração Clandestina, pelo Decreto nº 2546, elevando para 10 guardas oriundos das polícias cívicas do Porto e de Lisboa. Um ano depois, em 23 de novembro de 1917 mantendo uma legislação repressora das saídas em função dos esforços de guerra, e encurralando os candidatos a clandestinidade, o Decreto nº 3593 elevou para 20 os agentes provisórios<sup>195</sup>.

No último ano da Grande Guerra, mesmo com um fluxo ainda permanente de saídas, embora em menor número, a legislação nacional portuguesa não tomaria medidas drásticas, mesmo reconhecendo ao final do conflito que o fluxo emigratório de nacionais voltaria a crescer. O governo reforçou as vistorias sobre passaportes e identidades, e em 26 de abril de 1918, determinou a criação de uma comissão tripla para a verificação e validação de vistos em passaportes, nas principais cidades portuárias do continente: Porto e Lisboa<sup>196</sup>.

Findada a Guerra, a burocracia portuguesa ciente do recrudescimento das saídas, resolveu uniformizar e atualizar seus procedimentos administrativos em termos de emigração. Nessa perspectiva, criou o Decreto nº 5624 de 10 de maio de 1919, considerado a “grande peça legislativa da República sobre essa matéria, um dos marcos fundamentais nos domínios da emigração”<sup>197</sup>, ao tratar da emigração de modo abrangente no país e as liberdades de trânsito, estabelecendo medidas de caráter tutelar, reprimindo a clandestinidade, regulamentando agências e órgãos de emissão de passaportes e passagens, além de estabelecer obrigações das companhias marítimas nacionais ou estrangeiras e seus agentes, tratou dos casos de repatriação, e, entre outras medidas, estabeleceu o passaporte como documento individual que além de dispor informações pessoais do portador, deveria mencionar a condição de saída do mesmo, se contratado ou espontâneo, além de voltar a definir juridicamente quem era o emigrante – com mudanças pontuais em relação a definição contida na legislação de 1912 – cuja apresentação de passaporte tornava-se obrigatória, a saber:

- 1º os nacionais que com passagem de 3ª classe embarquem para portos estrangeiros;
- 2º os nacionais que, embarcando e, 1º e 2º ou classes intermediárias, pertençam a algumas das seguintes categorias
  - a) Os que tiverem o propósito de estabelecer residência fixa no estrangeiro;

---

<sup>194</sup> Informação citada na página 38 deste documento. A saber, se cancelava a dispensa de passaporte e documentos de viagem aos estrangeiros, aos nacionais saídos às possessões no ultramar e aos nacionais que, saídos ao estrangeiro, não se enquadravam na classificação legal de emigrante.

<sup>195</sup> PEREIRA, Maria da Conceição Meireles & SANTOS, Paula Marques dos. Legislação sobre emigração para o Brasil na I República, op. cit., p. 311.

<sup>196</sup> Idem, p. 312.

<sup>197</sup> Idem, p. 312.

- b) As mulheres casadas desacompanhadas dos maridos, salvo provando estarem legalmente separadas de pessoa e bens;
- c) Os menores desacompanhados dos pais ou tutores;
- d) Os indivíduos com menos de quarenta e cinco anos sujeitos ao serviço militar;

3º os nacionais que pretendam sair pela fronteira terrestre para embarcar em 3ª classe, com o fim de se esquivarem ao cumprimento das disposições deste decreto, e os compreendidos no nº 2 que com o mesmo fim pretendem embarcar em porto estrangeiro<sup>198</sup>.

Na contramão da legislação, os valores pagos pelo passaporte entre a segunda metade do século XIX e a primeira década do século XX mostraram-se pouco oscilantes. Em 1863 o custo do passaporte correspondia a 2\$600 réis, em 1882 o valor permanecia o mesmo da década de sessenta, variando somente em 1910 quando alcançou o valor de 7\$000 réis. O crescente valor do documento também acompanhou o custo das passagens, ao Brasil sobretudo que possuía a “passagem mais barata anunciada pelas companhias marítimas” – em 1863 a mesma custava 38\$000 réis, caindo para 36\$000 em 1882, e finalmente crescente em 1910 chegando a 43\$000 réis – valores que poderiam sofrer abatimentos se fossem passaportes coletivos<sup>199</sup>. A quantia desembolsada para custear os processos para obtenção do passaporte era suficiente para se comprar itens básicos da culinária portuguesa em quantidades para estoque, como 10 volumes de 20 litros de trigo, 10 volumes de 20 litros de feijão preto, 10 centos de ovos, 5 volumes de 20 litros de batatas<sup>200</sup>, justificando em partes o porquê de tantos sujeitos se prestarem a exploração de engajadores e seus fadados contratos de trabalho para conseguirem sair de Portugal. Para um demonstrativo mais claro de como esses montantes se manifestam na vida dos requerentes, Joaquim Leite exemplifica:

“[...] em 1882, um trabalhador indiferenciado podia ganhar \$200 réis por dia e um operário especializado quatro vezes mais; só a viagem para o Brasil custava assim o equivalente a 180 jornas do primeiro ou 45 jornas do segundo”<sup>201</sup>.

Dados como estes instigam, especialmente por ser Aveiro um distrito rural, à época, e o quanto que os interessados em emigrar teriam de acumular para o pagamento dos papéis. Mais

<sup>198</sup> Decreto nº 5624 de 10 de maio de 1919, disponível em <https://dre.pt/web/guest/pesquisa/-/search/271583/details/normal?q=decreto+5624>, acessado em 30 de outubro de 2019.

<sup>199</sup>LEITE, Joaquim Costa. *Emigração portuguesa: a lei e os números*, op. cit., p. 467.

<sup>200</sup>Dados extraídos e calculados conforme os valores do Mercado Municipal de Estarreja, em “O Jornal de Estarreja” de 05 de março de 1920, p. 2.

<sup>201</sup>LEITE, Joaquim Costa. *Emigração portuguesa: a lei e os números*, op. cit., p. 467.

ainda quando os jornais locais e inquéritos parlamentares afirmavam pouca ou nenhuma ação de engajadores e contratadores na região, condição que reforça a ideia de que a rede de apoio – que inclui agentes de viagens, contratadores, capitães, funcionários dos governos civis, e afins – ao emigrante era camuflada por uma estrutura que poderia agregar desde os contratadores, aos dirigentes de periódicos e membros de altos cargos no Governo Civil.

Imersos em situações cíclicas de crise na economia distrital, seja na agricultura ou na pesca, era certo recorrer às linhas de crédito de abonadores para a concretização da viagem, sem – obviamente – desmerecer os esforços individuais e familiares em amealhar os valores necessários em articulação com familiares e conhecidos além-mar. A atuação dos engajadores é um dos elementos que permanecem obscuros nas fontes. Os registros de passaporte de Aveiro não trazem referência alguma sobre engajados, ou mesmo abonadores de valores processuais que poderiam sugerir a integração dos imigrantes a uma rede de engajadores entre Portugal e o Pará.

Como fonte, os passaportes superam os índices quantitativos, trazendo à tona a história de sujeitos partícipes de diferentes movimentos entre os territórios, vidas que nos permitem compreender a movimentação da sociedade receptora e a de origem. Os registros seguem um modelo padrão a nível de jurisdição, embora determinadas informações sejam ausentes em uns, podendo ser facilmente encontradas em outros. A composição padronizada do documento facilita a alocação das informações em modelos quantitativos, de onde extraímos os qualitativos, os sujeitos.

Os processos de solicitação de passaporte eram compostos pelo termo de abonação de identidade, requerimentos e outros documentos de “peticionário”, ou, quando eram passaportes coletivos/familiares de todos os seus membros, em casos excepcionais, eram incorporados os bilhetes de viagem. Geralmente, incluíam-se missivas endereçadas por familiares com os quais pretendiam se juntar. O possível emigrante aguardaria pela carta para encaminhar os trâmites na burocracia portuguesa, já em posse desta o candidato deveria registrá-la em cartório, legitimando-a pela presença e assinatura de testemunhas<sup>202</sup>. No caso de mulheres casadas e filhos menores, estes deveriam apresentar autorização dos maridos ou pais para a emigração, formas de evitar a reunificação familiar, o que poderia resultar na contenção dos envios de remessas financeiras, importante instrumento de monetarização da vida rural nas pequenas vilas

---

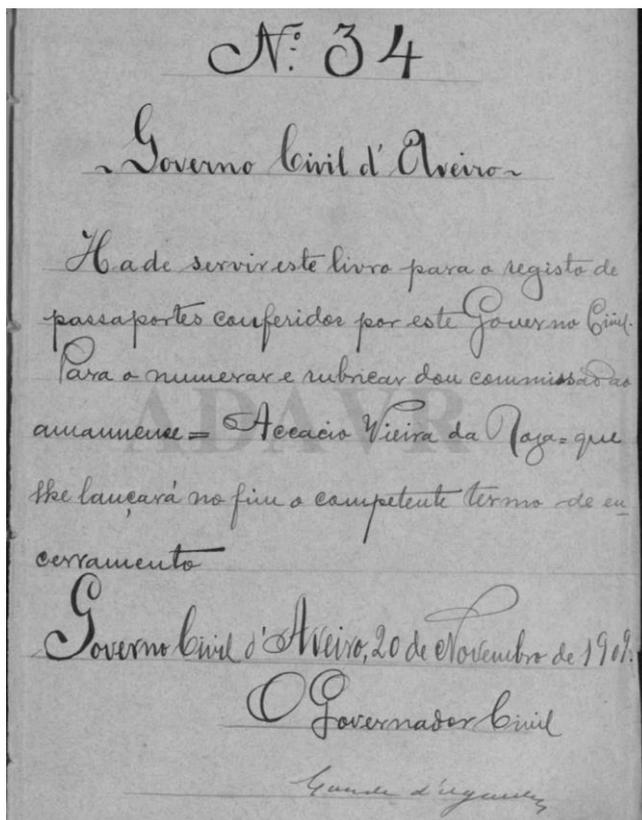
<sup>202</sup>MATOS, Maria Izilda Santos de. Mobilidades e Escritos: mensagens trocadas (São Paulo – Portugal 1890-1950). In: *Histórias: Questões & Debates*, Curitiba, n. 56, p. 113-136, jan./jun. 2012. Editora UFPR, p. 127-128

e freguesias, bem como estimuladoras de novos investimentos locais, como em propriedades fundiárias e edificações.

Os registros do Governo Civil de Aveiro estão organizados em livros, correspondendo a 82 unidades entre os anos de 1882<sup>203</sup> e 1966, dos quais trabalhamos o recorte entre 1882 e 1918. Cada livro possui um “termo de abertura” onde se indica a numeração, a finalidade do livro, o nome do responsável pelas informações inseridas e finalmente o reconhecimento do governador civil. Como ilustramos a seguir.

#### Imagem 4

##### Termo de Abertura de Livro de Registro de Passaporte, 1909.



N.º 34

Governo Civil de Aveiro

Há de servir este livro para o registo de passaportes conferidos por este Governo Civil.

Para o numerar e rubricar dou comissão ao amanuense = Acacio Vieira da Roza = que lhe lançará no fim o competente termo de encerramento

Governo Civil de Aveiro, 20 de Novembro de 1909.

O Governador Civil

Conde d' Agueda

Fonte: ADAVR – Livros de Registro de Passaporte do Distrito de Aveiro (1882-1918)

Seguindo o padrão dos demais registros, como os do Porto que também se encontram digitalizados, os livros contam com um número irregular de páginas que variam em torno de 400 por livro, sendo que a cada página conta-se frente e verso, logo se um livro contém 400 páginas, ao final podemos contabilizar 800 unidades, mesmo número correspondente em

<sup>203</sup>As unidades anteriores a 1882, segundo testemunhos locais, foram perdidas em um incêndio no antigo local onde os livros eram armazenados. Dos livros atuais, boa parte já se encontra disponível online, digitalizada, no site do Arquivo Distrital de Aveiro.

imagens digitalizadas. Em cada página (contando frente e verso) são inseridos seis registros de passaportes, em uma espécie de ficha, como se ilustra.

### Imagem 5

#### Registro de Passaporte do Governo Civil de Aveiro, 1909.

Signaes caracteristicos	<b>1</b> N.º 116
Edade 27 annos	Em 3 de 12 de 1909 se concedeu passaporte para
Altura regular	a Pará, Maria Josec Martins, casada, doméstica, filha de João Rodrigues e de Estima
Rosto oval	Martins, da freguesia de Recemuro, do concelho de Sever do Vouga
Cabellos castanhos	
Sobr'olhos	
Olhos	
Nariz regular	
Boca	
Côr natural	Leva consigo seus filhos Zenira, de 7 annos e Eustória, de 2 annos
Signaes particulares	

Fonte: ADAVR - Livros de Registro de Passaporte do Distrito de Aveiro (1882-1918)

O número “1” em destaque corresponde ao número do registro no livro, abaixo dele seguem informações de data e de destino. A seguir os dados pessoais do requerente: nome, filiação e naturalidade. Alguns registros indicam o porto de saída abaixo das informações pessoais. Seguindo, se inserem as informações dos acompanhantes, se existentes – como filhos, cônjuge, criados, sobrinhos, ou quem mais pudesse transitar seguindo a legalidade do passaporte coletivo, podendo-se indicar a idade, instrução e ofício dos mesmos – abaixo da nomeação de acompanhantes, seguem as informações de instrução, de sabe ler/escrever.

Em “sinais característicos” os escritvões indicam a idade do requerente titular, seus aspectos físicos e a “côr”. Em “sinais particulares”<sup>204</sup> mencionavam-se cicatrizes, deficiências

<sup>204</sup> A análise dos sinais particulares dispostos em documentações de cunho policial – como os passaportes – vem ganhando fôlego com o avanço da historiografia da justiça e as estruturas repressivas e policiais. Estes detalhes eram fundamentais à identificação de criminosos ou “indesejáveis” em distintos territórios, especialmente ao longo do século XX quando novas tecnologias para identificação dos indivíduos, como as fotografias e a papiloscopia, se difundiram, colaborando a formação de uma rede informacional ampla sobre práticas transgressoras e seus agentes, como estudado por Diego Galeano em *Criminosos Viajantes: circulações transnacionais entre Rio de Janeiro e Buenos Aires (1890-1930)*, no qual analisa a circularidade policial entre as fronteiras ao sul, em enfrentamento as práticas criminosas territorialmente elusivas. Para ampliação do debate, conferir GALEANO, Diego. *Criminosos Viajantes: circulações transnacionais entre Rio de Janeiro e Buenos Aires (1890-1930)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2016.

físicas (ausência de dedos, pernas de tamanhos diferentes, cegueira, gagueira, surdez, entre outros), tatuagens, marcas de doenças – as mais comuns são bexigas e varíolas – e de acne, defeitos em alguma parte do corpo, entre outros. Embora pareçam sem muita utilidade, os sinais particulares e tatuagens “a tinta azul” foram fundamentais para confirmar a identidade de diferentes sujeitos ao longo dos anos, especialmente as tatuagens em marítimos, marinheiros e pescadores, como na identificação de Gonçalo Antônio Pereira ao longo de suas dezessete viagens ao Pará, na condição de trabalhador e depois de marítimo<sup>205</sup>. “Água lusa”, como era conhecido, trazia tatuado no braço direito um Cruzeiro do Sul, símbolo comum aos homens do mar, mesmo símbolo tatuado por seu filho Manoel José Pereira também no braço direito<sup>206</sup>.

O número “2” em destaque indica numerações ainda incertas. Nos livros mais antigos – pelo menos até 1900 – os registros não possuíam estas numerações. Quanto mais próximos ao século XX, mais frequentes elas se tornam, ao que tudo indica correspondendo ao número de viagens ou solicitações requeridas pelo titular<sup>207</sup>. Alguns números, porém, nos deixam em alerta: determinados registros apresentam numerações elevadas, como 11 ou 17, no entanto não são exatamente os números que nos causam estranheza, sobretudo porque podem ser importantes indicativos da circularidade entre Portugal e Brasil, mas sim os ofícios a que estão relacionados, variando entre pescadores, trabalhadores, agricultores, entre outros, que, supostamente, não possuíam capitais suficientes disponíveis para o financiamento de constantes travessias, mesmo que seus ofícios sejam estritamente ligados a constantes movimentos, por temporadas. Só o pescador Miguel José Pereira, natural de Estarreja, solicitou ao registro civil 21 pedidos de passaporte ao Pará<sup>208</sup>. Igualmente as mulheres, a doméstica Maria José, natural do concelho de Sever do Vouga, casada, com 39 anos, trazia ao lado do nome o número “3a”, o que supomos corresponder a três pedidos diferentes de passaporte<sup>209</sup>. Semelhante a viúva Rosa Maria de Jesus, de 56 anos, lavadeira, natural do concelho de Estarreja, que traz a indicação de “5a”<sup>210</sup>.

<sup>205</sup> ADAVR, Registro de Pedido de Passaporte de Gonçalo Antônio Pereira, 1888. Livro 13, p. 14, registro 76.

<sup>206</sup> ADAVR, Registro de Pedido de Passaporte de Manoel José Pereira, 1910. Livro 35, p. 43, registro 254.

<sup>207</sup> Embora tenhamos consultado conhecedores desta documentação no arquivo em que ele se encontra, não obtivemos sucesso na comprovação dessa indicação, no entanto em alguns registros junto ao número achamos a palavra “vez”, o que nos fez inferir o real objetivo deste indicativo, elemento que auxilia grandemente a quantificação das reemigrações, para além do cruzamento nominal. Junto aos números também encontramos letras – variando entre “a”, e “e” “f” – cuja finalidade também é incerta.

<sup>208</sup> ADAVR, Registro de Pedido de Passaporte de Miguel José Pereira, 1906. Livro 28, p. 154v, registro 916.

<sup>209</sup> ADAVR, Registro de Pedido de Passaporte de Maria José, 1903. Livro 25, p. 194v, registro 1174.

<sup>210</sup> ADAVR, Registro de Pedido de Passaporte de Rosa Maria de Jesus, 1904. Livro 25, p. 255, registro 2131.

Outra informação avulsa que encontramos foi o indicativo do status de “viajante” ao lado do nome do requerente, que mencionamos anteriormente. Se para os emigrantes, anônimos, o passaporte era obrigatório, para o viajante não necessariamente o seria, independentemente do destino e do tempo que pretendia ficar fora do país<sup>211</sup>. Ao todo, foram localizados três passaportes de viajantes: o de Arthur mencionado anteriormente, e os de Raul Emídio da Costa Souto, proprietário, filho de pai “doutor”, com 32 anos, viajava pela primeira vez ao Pará<sup>212</sup>, e o também proprietário Manoel Martins Jorge, de 38 anos, em seu quinto pedido de passaporte ao Pará<sup>213</sup>.

Um universo de sujeitos e histórias que só ao Pará contabilizaram 13.680 registros, entre primeiras viagens e reemigrações. Quantitativos que servem de ponto de partida à observação dos fluxos e perfis dos emigrados, bem como o estudo de trajetórias individuais e familiares, que falem sobre as estruturas existentes entre os cenários transatlânticos, e como elas agiam sobre suas vidas, ora como elementos permissivos, ora reguladores dos fluxos. Buscas orientadas, especialmente, por um elemento: o nome, sobretudo com a multiplicidade de fontes e informações fragmentadas que dispomos sobre os indivíduos<sup>214</sup>. Questões sobre as quais nos dedicaremos a seguir.

---

<sup>211</sup> MONTEIRO, Isilda, *Os passaportes – Do enquadramento legal à prática (1855-1926)*, op. cit., 2011, p. 129-130.

<sup>212</sup> ADAVR, Registro de Pedido de Passaporte de Raul Emídio da Costa Souto, 1908. Livro 31, p. 182v, registro 1086.

<sup>213</sup> ADAVR, Registro de Pedido de Passaporte de Manoel Martins Jorge, 1908. Livro 31, p. 235v, registro 1401.

<sup>214</sup> GINZBURG, Carlo. O nome e o como: Troca desigual e mercado historiográfico. In: *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa: DIFEL, 1991.

**CAPÍTULO SEGUNDO:**

ESPAÇOS DE MOBILIDADE: DA VENEZA PORTUGUESA À FLOR DO GRÃO PARÁ

Erick Hobsbawn qualificou a segunda metade do século XIX como o período de maior migração de povos da terra, ao considerar nesse processo o êxodo rural às cidades industriais, a transposição demográfica entre os oceanos, a ocupação das fronteiras em função das reconfigurações espaciais, e outros procedimentos que reformularam caracterizações geográficas e populacionais. As economias do Novo Mundo se beneficiaram dos êxodos demográficos do continente europeu, num quase movimento de “retorno” da exploração colonial sofrida na era dos descobrimentos, e os imigrantes passaram a ser uma “carga útil” tanto às sociedades em desenvolvimento nas Américas – especialmente – quanto às nações de origem pelos retornos financeiros às estruturas familiares deixadas na terra natal, que movimentavam as economias regionais.

A emigração maciça desse período, embora previamente pensada como temporária por grande parte dos emigrantes, se caracterizou pelo não retorno definitivo, já que a maior parte deles se manteve em condições modestas que proporcionavam esporádicos, ou nulos, intervalos de visitas a terra natal. E ao contrário do que acreditou Hobsbawn, o fluxo contemporâneo acrescentou elementos inéditos às conjunturas, sim, pois trabalhadores, agricultores, pescadores, vendedores, carroceiros e outros grupos que já eram viajantes de algum modo na vida a níveis locais<sup>215</sup>, tiveram seu status ressignificado para de um transeunte transatlântico conforme a extensão mundial das novas sociedades solicitasse.

Nos anos seguintes a 1850 a emigração de portugueses acompanhou o crescimento das economias americanas, optando por destinos faltosos em mão de obra e empreendedores<sup>216</sup>. No Pará, quando a borracha consolida suas bases e alarga os valores de arrecadação provincial, entre os anos de 1856 a 1863, o número de estrangeiros ingressos chegou a 3.160, a maioria de origem portuguesa<sup>217</sup>. No entanto, o maior impacto demográfico e econômico deste negócio só viria a ser amplamente sentido com o advento dos “anos dourados”, entre 1880 e 1910, embora desde a década de 1860 as exportações do látex já impactassem de forma positiva as “estatísticas vitais” do Pará<sup>218</sup>.

Augusto e seus 140 companheiros de viagem – que conhecemos no capítulo anterior – chegam na Belém que respirava a *belle époque*, a *idade do ouro* da cultura urbana burguesa,

<sup>215</sup> HOBBSAWM, Erick J. *A Era do Capital (1848-1875)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996, p. 271-282.

<sup>216</sup> TELO, António José. *População e Sociedade*, op. cit., p. 160.

<sup>217</sup> BULAMARQUI, Ruth. *Transformações demográficas numa economia extrativa: Pará (1872-1920)*. (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Paraná. Curitiba, 1984, p. 35.

<sup>218</sup> WEINSTEIN, Bárbara. *A borracha na Amazônia: expansão e decadência (1850-1920)*. São Paulo: HUCITEC/EDUSP, 1993, op. cit., p. 55-56.

ativa nos mesmos canais de trânsito das mercadorias, do capital e bens de produção, definindo o sentido da mundialização econômica capitalista, cujos símbolos se espelhavam da cultura burguesa da Paris *fin de siècle*<sup>219</sup>. Belém se conectava com diferentes partes do mundo pelas linhas submarinas da Westen & Brazilian Telegraph Company e da Company Française des Cables Telegraphiques, além das vias térreas do Telegrapho Nacional. Nos boulevards e avenidas arborizadas estavam os cafés, como o Café da Paz e o Café Rique, importantes centros das elites locais. A cidade ainda foi pioneira na instalação de bondes elétricos, sob responsabilidade da firma inglesa Pará Electric Railways and Lighting Company<sup>220</sup>. Melhoramentos, em grande parte, financiados pelos rendimentos advindos do extrativismo da borracha que, em 1882, estava a uma posição atrás do café no quadro de exportação nacional<sup>221</sup>. Neste cenário deslumbrante projetado pelas elites burguesas regionais, a fala de Augusto ao dizer que Belém era mais bonita que o Porto, ganha sentido.

Analisando o crescimento urbano da cidade ao longo da segunda metade do século XIX, o administrador Pedro Vicente de Azevedo, em seu relatório de 1875, assim se expressou: “as ruas da capital começam a tomar um aspecto mais agradável, com o seu calçamento por paralelepípedos”<sup>222</sup>. De modo que boa parte dos viajantes que passaram por Belém na primeira metade do XIX, reconheciam os melhoramentos, o crescimento populacional e a ampliação do centro urbano, quando de seus retornos na segunda metade do mesmo século. Uma cidade entendida como “moderna” seria capaz de atrair mão de obra, financiamentos, lojas, comércios, entre outros interesses de forma espontânea.

Melhoramentos, sobretudo nas áreas centrais da cidade por onde a elite<sup>223</sup> da borracha – também entendida como a “nova elite amazônica”, a elite mercantil do látex, composta em boa parte por estrangeiros – circulava, financiados pelo excedente econômico, tendo na figura do Estado o maior patrocinador das benfeitorias. As ruas receberam calçamentos de forma ordenada e seletiva: os paralelepípedos de granito foram postos nas principais vias, sendo a 15 de Agosto, Nazaré, Independência, São Jerônimo, todo o bairro do comércio, as principais ruas

<sup>219</sup> COELHO, Geraldo Martirez. Na Belém da *belle époque* da borracha (1890-1910): dirigindo os olhares. *Revista Escritos*, Revista da Fundação Casa de Rui Barbosa, Rio de Janeiro, Ano 5, nº 5, p. 141 – 168, 2011, p. 142.

<sup>220</sup> SOARES, Karol Gilet. *Formas de morar na Belém da Belle Époque (1870-19010)*. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, Universidade Federal do Pará, Belém, 2008, p. 46-62.

<sup>221</sup> CRUZ, Ernesto. *História de Belém*. Belém: Universidade Federal do Pará, 1973, p. 310-311.

<sup>222</sup> SARGES, Maria de Nazaré. *Riquezas produzindo a Belle Époque*. Belém: PakaTatu, 2010, p. 80.

<sup>223</sup> Atentamos para a caracterização dessa elite, cujo termo não apresenta um consenso entre os estudiosos, mesmo sobre quem são e quais suas características. Empregado de forma ampla e descritiva, o termo refere-se a categorias ou grupos que parecem ocupar o “topo” de “estruturas de autoridade ou distribuição de recursos”, onde podemos enquadrar os dirigentes, pessoas influentes, os abastados ou privilegiados. Para ampliação do debate, conferir HEINZ, Flávio (org.). *Por outra história das elites*. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

do Reduto e da Cidade Velha, Avenidas Generalíssimo Deodoro até a Gentil Bitencourt; calçamentos mais simples foram dispostos nas travessas de menor trânsito, além dos arredores do Teatro da Paz, aterrando ainda maior parte das zonas baixas de Belém e quase todo bairro de Batista Campos, Marco, Cremação, Guamá, Telégrafo, Umarizal e São Braz<sup>224</sup>.

Para além da superfície das vias, a construção de redes de esgoto, de água, coleta de lixo e drenagem dos pântanos foram importantes iniciativas na concretização da nova estética da cidade, com ares de Europa<sup>225</sup>. A preocupação sanitária no governo de Lemos foi constante e para suprir as necessidades de limpeza e manutenção da cidade foi criada, em 1898, a Repartição Sanitária Municipal, destinada a fiscalização sanitária para prevenção de doenças e epidemias<sup>226</sup>. A Usina de Cremação foi outro projeto inovador refletindo a preocupação com a produção do lixo e higiene pública.

Além de financiar todos estes avanços, o látex atraiu à região amazônica contingentes demográficos expressivos, que exigiam aparelhos diversos, como moradia e subsistência, qualificando a oferta de serviços e o comércio como espaços de rápida inserção no mercado de trabalho aos recém-chegados, que ano após ano engrossaram os censos nacionais, regredindo somente nos anos de guerra, com novo fôlego ao fim do conflito.

Este capítulo tem por finalidade examinar este fluxo de portugueses naturais do distrito de Aveiro chegados entre os anos de 1882 e 1918. Para tanto objetiva-se, em um primeiro momento conhecer, de maneira geral, os suportes jurídicos da imigração no Brasil e sua coparticipação no condicionamento da imigração portuguesa em dois espaços distintos – as antigas províncias de São Paulo e do Pará – demonstrando como as resoluções locais seguiram, ou não, as diligências da política nacional de imigração, fomentando condutas imigratórias diferenciadas. Em seguida, nos interessa demonstrar a evolução dos quantitativos de entrada no Pará dos imigrantes legais naturais do referido distrito português, ponderando a representatividade destas entradas frente a outros espaços nacionais – sobretudo o sudeste e sul –, a fim de que os dados nos falem sobre as perspectivas acionadas na tomada de decisão pelo lugar de destino na emigração.

## **2.1 – Apontamentos sobre a imigração de portugueses: subsidiados e espontâneos**

---

<sup>224</sup> Idem, p. 185.

<sup>225</sup> Idem, p. 160.

<sup>226</sup> SOARES, Karol Gilet. *Formas de morar na Belém da Belle Époque (1870-19010)*. op. cit., p. 56.

De antemão, é importante pontuarmos que as jurisdições sobre a imigração em território nacional – especialmente após a independência – foram elaboradas, em grande medida, em função da ascensão oligárquica cafeeira do Sudeste. Conforme esse agrupamento se inseria nos espaços econômicos globais e modernizava suas estruturas, sobretudo com uso da mão de obra livre, a imigração para povoamento e exploração do território nacional ganhava forma, sanando, a priori, às necessidades desse núcleo de poder político e econômico nacional.

Os oitocentos permitiram à emigração enquadrar os locais de acolhimento nos sistemas socioeconômicos mundiais, por meio da circulação e interação de pessoas e ideias. Antes da independência a vinda e fixação de famílias portuguesas foi uma prática comum para resguardar as fronteiras em frequentes disputas, como na região platina. Logo da chegada em 1808 da Corte ao Brasil, D. João solicita a vinda de 1.500 famílias açorianas para ocupar a fronteira ao sul, explorando e produzindo subsídios à capitania. A escolha pelos açorianos – segundo o Príncipe Regente – se fazia pela elevada demografia a que a ilha estava sujeita e a precária divisão das terras, fazendo-se necessário manter o equilíbrio populacional para que “o número de habitantes se conserve na sua conveniente proporção com a quantidade das produções do seu solo”<sup>227</sup>. Todavia, no pós independência o fluxo acelerado dos ilhéus ao Brasil passou a ser encarado como problema pelos deputados portugueses, sobretudo pela prática de leilões das transferências atlânticas, assemelhando-se ao comércio de escravos, o que também desencadeou uma larga propaganda de escravidão branca no Brasil em diferentes países europeus, no entanto as acusações não foram suficientes para estancar os fluxos que, ao longo dos oitocentos, tomariam maior concretude<sup>228</sup>, sem melhoramentos nas condições de recrutamento e transporte dos indivíduos<sup>229</sup>.

---

<sup>227</sup> Decreto de D. João VI de 1º de setembro de 1808. In: *Coleção das Leis do Brasil 1808 - Cartas de leis, alvarás, decretos e cartas régias*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional de 1891, p. 129. Disponível em [file:///C:/Users/admin/Downloads/collecao\\_leis\\_1808\\_parte1.pdf](file:///C:/Users/admin/Downloads/collecao_leis_1808_parte1.pdf).

<sup>228</sup> MENDES, José Sacchetta Ramos. *Laços de Sangue: Privilégios e Intolerância à Imigração Portuguesa no Brasil (1822-1945)*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fapesp, 2011, p. 121.

<sup>229</sup> A contínua “desumanidade” que se aplicava no transporte dos ilhéus atlânticos incentivou a monarquia portuguesa, mais tarde, a emitir a Portaria de 17 de junho de 1836 na qual proibia a concessão de passaportes aos mancebos das ilhas em idade para o recrutamento militar; exigia vistoria nas embarcações destinadas a América, examinando se havia cômodos necessários a todos e mantimentos suficientes para a viagem; convocava os capitães para que prestassem “fiança idônea” e deixassem sair livremente os passageiros logo da chegada ao destino; e notificava aos agentes consulares residentes no porto de destino para assistir aos contratos que os viajantes viessem a aceitar. Portaria de 17 de junho de 1836. *Collecção de Leis e outros Documentos Officiaes publicados desde 15 de agosto de 1834 até 31 de Dezembro de 1835*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1837. Disponível em [https://www.cepese.pt/portal/pt/investigacao/bases-de-dados/legislacao/anexos/downloads/96\\_Portaria%20destinada%20a%20limitar%20e%20regular%20a%20sa%20c3%20adda%20dos%20naturais%20e%20habitantes%20das%20ilhas%20dos%20A%20c3%20a7ores%20e%20da%20Madeira%20\(17.6.1836\).pdf](https://www.cepese.pt/portal/pt/investigacao/bases-de-dados/legislacao/anexos/downloads/96_Portaria%20destinada%20a%20limitar%20e%20regular%20a%20sa%20c3%20adda%20dos%20naturais%20e%20habitantes%20das%20ilhas%20dos%20A%20c3%20a7ores%20e%20da%20Madeira%20(17.6.1836).pdf).

Entretanto, foi a partir de 1810 com a assinatura do tratado com a Inglaterra sobre o tráfico negroiro<sup>230</sup>, que a política brasileira de incentivo a vinda de imigrantes se consolidaria, com objetivo de prover a nação de mão de obra assalariada e livre<sup>231</sup>, em detrimento do escravo, agenciando ainda a ampliação das regiões agrícolas por meio da ocupação dos “espaços vazios”. Ao longo dos anos, o Estado se esforçaria com ações sistemáticas de povoamento do território, junto a iniciativas de financiamento da imigração europeia e sua alocação em núcleos coloniais<sup>232</sup>. O imigrante era concebido essencialmente como força de trabalho subserviente as necessidades agrárias, para isso os “privilégios” – como pagamento de passagens e contratos de trabalho – eram destinados preferencialmente às povoações de caráter rural.

Pós independência, o controle e incentivo a entrada de estrangeiros no país seguiu tutelado pelo Estado, que pela Lei de 20 de outubro de 1823, deu forma aos Governos Provinciais, estabelecendo como um de seus objetivos a colonização local sustentada nos estrangeiros<sup>233</sup>. Reforçando o controle sobre a política de conquista, o Decreto de 2 de dezembro de 1825 estabeleceu um plano comum de colonização à todas as províncias<sup>234</sup>, mas o que poderia indicar homogeneidade na política nacional de imigração e justa aplicabilidade entre as províncias, configurou-se em mais uma diretriz sem grande impacto, sobretudo nas províncias distantes do Centro-Sul, como no Pará, cujos dirigentes teceram distintas críticas sobre a não atenção do governo central ao desenvolvimento regional amazônico.

Na década de 1830, visando suprir a agricultura nacional de braços e fomentar a ocupação de terras devolutas, além das regiões de fronteira, o governo imperial incentivou a introdução de imigrantes em função de deduções fiscais para as embarcações que trouxessem mais de 100 novos colonos brancos<sup>235</sup>. Contínua e numerosa nos registros de chegada, a presença portuguesa nos portos do Rio de Janeiro superava todas as outras nacionalidades, nos anos de 1831 e 1832 as listas de passageiros apontavam a presença de 56,5% e 56,9% de portugueses entre os

---

<sup>230</sup> Sobre as relações entre o Brasil e a Inglaterra, quanto a abertura dos portos e acordos sobre escravidão, cf. ARRUDA, José Jobson de Andrade. *Uma colônia entre dois impérios: a abertura dos portos brasileiros 1800 – 1808*. Bauru, SP: EDUSC, 2008.

<sup>231</sup> PEREIRA, Mirian Halpern. *A política de emigração*, p. 27

<sup>232</sup> GONÇALVES, Paulo Cesar. Presença portuguesa no Brasil: uma abordagem histórica dos conceitos de colono, imigrante e emigrante. In: MATOS, Maria Izilda Santos de; AVELINO, Yvone Dias (orgs.) *Deslocamentos: desafios, territórios e tensões*. São Paulo: e-Manuscritos, PIPEq, 2018, p. 41-66, p. 2.

<sup>233</sup> Lei de 20 de outubro de 1823. Collecção das leis do Império do Brasil, 1822-1889. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, disponível em [file:///C:/Users/admin/Downloads/collecao\\_leis\\_1823\\_parte1.pdf](file:///C:/Users/admin/Downloads/collecao_leis_1823_parte1.pdf), p. 10.

<sup>234</sup> Decreto de 2 de dezembro de 1825. Collecção das leis do Império do Brasil, 1822-1889. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, disponível em [file:///C:/Users/admin/Downloads/collecao\\_leis\\_1825\\_parte1%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/admin/Downloads/collecao_leis_1825_parte1%20(1).pdf), p. 92.

<sup>235</sup> GONÇALVES, Paulo César. *Mercadores de braços: Riqueza e Acumulação na Organização da Emigração Europeia para o Novo Mundo*. (Tese de Doutorado). Programa de Pós-Graduação em História Econômica – Universidade de São Paulo. São Paulo, 2008, p. 137-138.

desembarcados – respectivamente –, a maior parte encaminhada a agricultura. Outros ocupados nos centros urbanos se dedicavam aos setores de produção e serviços, fato que sustenta em partes a fala de João Baptista Moreira, encarregado dos negócios de Portugal no Rio de Janeiro, ao afirmar que “o governo do Brasil tem frequentes vezes reconhecido que os súditos portugueses são os mais proveitosos à sua agricultura, indústria e comércio”<sup>236</sup>.

Foi com a interrupção do tráfico transatlântico de escravos pela Lei Eusébio de Queiroz em 1850 que os projetos de estímulo à chegada de imigrantes se acirraram. A suposta falta de fontes alternativas ao suprimento de trabalhadores no próprio país fez com que cafeicultores paulistas importassem trabalhadores europeus, dando início a uma série de permutas entre a mão de obra cativa pela livre<sup>237</sup>. Seria o futuro inevitável da escravidão, convertida em força de trabalho “livre” na agricultura de exportação<sup>238</sup>. O estancamento do tráfico estimulou a parceria entre o governo brasileiro e as empresas de navegação, que naquele instante almejavam firmar uma rota regular entre Hamburgo e os portos do Brasil, estreitando as relações comerciais e a imigração<sup>239</sup>. No mesmo ano, o Decreto n. 1584 autorizava e aprovava o estatuto da Associação Central de Colonização cuja sede no Rio de Janeiro – estabelecida pelo bacharel Bernardo Augusto Nascentes de Azambuja – objetivava a “importação de emigrantes morigerados, agricultores e industriais que espontânea ou subsidiadamente quisessem vir para o Império”, cuja colonização se faria “em regra por famílias, e especialmente de agricultores”<sup>240</sup>.

Na década posterior a Eusébio de Queiroz, o recrudescimento da política de imigração nacional se traduziu em insistentes ações de incentivo a entrada de europeus. Em 1865, por ordem do Ministério dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, os cônsules brasileiros na Europa eram autorizados a divulgar em periódicos de grande circulação os benefícios do governo imperial aos interessados em emigrar, entre as benfeitorias estava o repasse da diferença entre o valor das passagens aos portos do Brasil e os da América do Norte<sup>241</sup>.

---

<sup>236</sup> MENDES, José Sacchetta Ramos. *Laços de Sangue*, op. cit., p. 127.

<sup>237</sup> COSTA, Emilia Viotti. *Da Senzala à Colônia*. 3ª. ed. São Paulo: Brasiliense, 1989, p. 111.

<sup>238</sup> QUEIROZ, Jonas Marçal de. *Artífices do Próspero Mundo Novo: colonos, migrantes e imigrantes em São Paulo e no Pará (1868-1889)*. (Tese de Doutorado). Programa de Pós-Graduação em História Social – Universidade de São Paulo. São Paulo, 2005, p. 12.

<sup>239</sup> GONÇALVES, Paulo César. *Mercadores de braços*, op. cit., p. 140

<sup>240</sup> Decreto n. 1584 de 2 de abril de 1855. *Collecção das leis do Império do Brazil, 1822-1889*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional. Disponível em: [file:///C:/Users/admin/Downloads/collecao\\_leis\\_1855\\_parte2.pdf](file:///C:/Users/admin/Downloads/collecao_leis_1855_parte2.pdf), pp. 311-313.

<sup>241</sup> GONÇALVES, Paulo César. *Mercadores de braços*, op. cit., pp. 142-143.

No ano seguinte se autorizava o funcionamento da Sociedade Internacional de Imigração, no Rio de Janeiro, pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, Antônio Francisco de Paula Souza. Cabia a instituição facilitar o estabelecimento dos imigrantes em território nacional bem como livrá-los de possíveis embargos; intermediar a relação destes com autoridades e representá-los legalmente em tribunais; acompanhar o planejamento dos núcleos coloniais em todo o território; e remover os entraves da imigração ao Brasil<sup>242</sup>.

Outra importante medida do governo na década de 1860 foi a regulamentação e uniformização da criação de colônias agrícolas em território nacional, atendendo a questões sobre sua fundação, administração, recepção e estabelecimento dos colonos<sup>243</sup>, estruturas que incentivaram e formalizaram a contratação de numerosos trabalhadores nas diferentes províncias brasileiras, sob a justificativa de ocupar terras devolutas, desenvolver técnicas agrícolas com os saberes europeus, equilibrar a produção agrícola regional, e outros argumentos que movimentaram um volumoso e rentável negócio, o qual reafirmava o interesse do governo imperial em arregimentar trabalhadores rurais estrangeiros à consolidação da economia exportadora nacional. Europeus agora eram “novas peças” na crescente engrenagem dos estados nacionais<sup>244</sup> americanos, que os utilizam para transpor as antigas estruturas socioeconômicas herdadas do antigo regime.

As incitações à imigração dirigida de famílias rurais às colônias agrícolas agiram, inicialmente, com ingresso de alemães prometidos ao sul do Brasil, porém as dificuldades de trato e remuneração levaram o governo alemão a proibir a emigração, o que não impediu a entrada deste grupo em outros momentos, já que eram preferidos por serem laboriosos, industriais, sóbrios e quase sempre artistas e ilustrados<sup>245</sup>. Também houve a incorporação de algumas centenas de trabalhadores asiáticos, os *coolies*<sup>246</sup>, na produção da fazenda do Governo Imperial no Rio de Janeiro, trazidos pelos acordos firmados pelo Barão de Mauá e sua

---

<sup>242</sup> Decreto n. 3628 de 16 de março de 1866. Collecção das leis do Império do Brazil, 1822-1889. Rio de Janeiro: Typographia Nacional. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/doimperio>

<sup>243</sup> Decreto n. 3784 de 19 de janeiro de 1867. Collecção das leis do Império do Brazil, 1822-1889. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-3784-19-janeiro-1867-553854-publicacaooriginal-72121-pe.html>.

<sup>244</sup>GARCIA, José Luiz (orgs.). *Portugal Migrante – Emigrantes e Imigrados: Dois estudos introdutórios*. Oeiras: Editora Celta, 2000, p. 16.

<sup>245</sup> Idem, p. 161.

<sup>246</sup> O termo não apresenta uma tradução específica, mas representava, sobretudo, os chineses. Segundo Jonas Queiroz, eram trabalhadores de várias regiões do oriente, que emigravam temporariamente para a América e, dizia-se, sujeitavam-se a baixos salários e condições precárias de trabalho e de vida. E por isso o uso de sua força de trabalho era visto como um regime de escravidão dissimulado. Cf. QUEIROZ, Jonas Marçal de. *Artífices do Próspero Mundo Novo: colonos, migrantes e imigrantes em São Paulo e no Pará (1868-1889)*. (Tese de Doutorado). Programa de Pós-Graduação em História Social – Universidade de São Paulo. São Paulo, 2005, p. 83.

Companhia de Comércio e Navegação do Amazonas, junto ao governo brasileiro<sup>247</sup>. Os italianos foram alvos “fáceis” das políticas migratórias, alcançando maiores percentuais de entrada entre os anos de 1886 e 1900, correspondendo a 57% do total de europeus chegados ao Brasil. Assim como o governo alemão, tomando conhecimento das péssimas condições em que seus cidadãos eram submetidos nas lavouras paulistas, o italiano proibiu em 1902 a vinda de novos subsidiados à cafeicultura. No Brasil, o estado de São Paulo foi o grande reduto italiano, concentrando 70% dos ingressos entre 1870 e 1920<sup>248</sup>.

O findar da década de 1880 foi crucial à política brasileira de imigração em função da abolição, quando em um movimento crescente a massa de europeus se amontoava nos portos, enquanto as antigas estruturas de recepção a eles já se mostravam insuficientes. Entre as medidas emergenciais a esse contingente, esteve a fundação das hospedarias, instaladas em propriedades públicas, para as quais o Estado encaminhava e abrigava os recém-chegados, ao passo em que conseguissem contratos de trabalho, ou fossem recolhidos por seus contratadores. Para Paulo César Gonçalves, em termos de logística, a criação da Hospedaria da Ilha das Flores, no Rio de Janeiro, foi a mais representativa. A Hospedaria suportou o massivo fluxo de imigrados até 1896, quando a República reformulou a política nacional de imigração em prol da descentralização do controle imigratório defendido pela elite paulista<sup>249</sup>. O Decreto republicano de 28 de junho de 1890, além de reformular as leis de imigração, aprovando a instalação de núcleos coloniais em propriedades particulares e terras – antes devolutas – adquiridas, definiu quem eram os imigrantes indesejáveis pelo governo, a saber: os indígenas, asiáticos e africanos cuja legislação impedia, entre outros detalhes, seus desembarques sem autorização do Congresso Nacional<sup>250</sup>.

A promulgação da Constituição da República em 24 de fevereiro de 1891 confirmou, entre tantas medidas, o decreto naturalizador de 1889, classificando como brasileiros “os estrangeiros que, achando-se no Brasil aos 15 de novembro de 1889, não declararem, dentro de seis meses depois de entrar em vigor a Constituição o ânimo de conservar a nacionalidade de origem”<sup>251</sup>. Garantindo direitos análogos aos dos nacionais, a naturalização seria o primeiro passo no câmbio legislativo sobre a vinda de estrangeiros, que para o governo federal no início do século XX, espontâneos ou não e acompanhados de sua família, seriam fixados como

---

<sup>247</sup> QUEIROZ, Jonas Marçal de. *Artífices do Próspero Mundo Novo*, op. cit., p. 83.

<sup>248</sup> TRUZZI, Oswaldo. *Italianidade no interior paulista: percursos e descaminhos de uma identidade étnica (1880-1950)*. 1º ed. – São Paulo: Editora Unesp, 2016, pp. 21-23.

<sup>249</sup> GONÇALVES, Paulo César. *Mercadores de braços*, op. cit., pp. 151- 152.

<sup>250</sup> Decreto n. 528 de 28 de junho de 1890, disponível em <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-528-28-junho-1890-506935-publicacaooriginal-1-pe.html>.

<sup>251</sup> MENDES, José Sacchetta Ramos. *Laços de Sangue*, op. cit., pp. 173-174.

proprietários rurais em lotes nos núcleos coloniais ou em outras terras que satisfizesse ao decreto<sup>252</sup>, portanto não mais apenas como empregados rurais, cujo desígnio era a exploração para o enriquecimento da burguesia rural. Nos anos seguintes, novos decretos regulamentaram a disposição e posse das terras devolutas da União, entre eles o de nº 10.105 de 5 de março de 1913, que solidificava a política de povoamento nacional na contínua participação de estrangeiros<sup>253</sup>.

Ao longo desses processos, os portugueses foram sempre contínuos nos fluxos transatlânticos, ganhando vulto após a abolição em 1888, embora desde 1860 até, pelo menos 1885, formassem a “única grande corrente imigratória”<sup>254</sup> europeia ao Brasil.

Para melhor compreensão desse massivo fluxo, Renato Venâncio estabeleceu fases à emigração lusitana: a primeira teria sido a de “imigração restrita” entre os anos de 1500 e 1700, quando a circulação dos indivíduos deveria se adequar ao projeto metropolitano de ocupação e exploração efetiva do território colonial; a segunda fase entre os anos de 1701 e 1850 teria sido a de uma “imigração de transição”, rompendo o pacto colonial e inserindo a antiga colônia no sistema econômico mundial independente e nacionalista; entre os anos de 1851 e 1930 tivemos a “imigração em massa” onde enquadrámos todo o debate privilegiado neste trabalho; e a última fase entre os anos de 1960 e 1991 quando os sistemas presenciaram uma “imigração de declínio” fruto de novas acomodações econômicas em distintos contextos, com políticas desenvolvimentistas mais endógenas<sup>255</sup>.

No contexto das imigrações em massa – excetuando algumas décadas por escassez de fontes –, o ingresso de portugueses no Brasil se mostrou oscilante em função de diferentes condições externas e internas ao país de origem, embora sempre representativo, como se vê.

**Tabela 2**  
**Imigração "em massa" no Brasil (1872-1931)**

<b>Quinquênios</b>	<b>Portugueses</b>	<b>Imigração Total</b>
1872-1876	31.985	99.630
1877-1881	9.380	36.004
1882-1886	45.111	154.550
1887-1891	101.257	574.216
1892-1896	122.178	600.931

<sup>252</sup> Decreto n. 6455 de 19 de abril de 1907, disponível em <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-6455-19-abril-1907-502417-publicacaooriginal-1-pe.html>.

<sup>253</sup> GONÇALVES, Paulo César. *Mercadores de braços*, op. cit., p. 157.

<sup>254</sup> PEREIRA, Mirian. *A Política Portuguesa de Emigração*, p. 29.

<sup>255</sup> VENÂNCIO, Renato (2007, p. 61-77) *apud* GONÇALVES, Paulo César. *Presença portuguesa no Brasil...* pp., 12-13.

1897-1901	59.163	396.261
1902-1906	82.189	268.939
1907-1911	172.236	452.871
1912-1916	208.265	509.030
1917-1921	85.730	213.615
1922-1926	38.791	446.841
1927-1931	130.889	362.363
<b>Total</b>	<b>1.087.174</b>	<b>4.115.251</b>

Fonte: MENDES, José Sacchetta Ramos. *Laços de Sangue: Privilégios e Intolerância à Imigração Portuguesa no Brasil (1822-1945)*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fapesp, 2011, p. 224.

Para portugueses, o Brasil apresentava vantagens quanto aos salários, por serem mais altos no Rio de Janeiro, do que em São Paulo, do que em Portugal<sup>256</sup>. A permuta de informações sobre vantagens salariais era fundamental aos interessados, embora fossem economias distintas com preços diferentes de custo de vida, era possível perceber a disparidade entre os salários de “profissões como carpinteiro, pedreiro, ou mesmo em tarefas não qualificadas, que davam vantagens ao Brasil”<sup>257</sup>.

Eram agora estrangeiros em um Brasil em desenvolvimento, com diferentes vetores de encorajamento a viagem, como a língua, a cultura, religiosidade, hábitos e, sobretudo, a ampla e forte rede de relacionamentos pessoais e profissionais existentes no contexto anterior a emigração. Processos que durante muitos anos foram justificados – quase absolutamente – pelos desequilíbrios econômicos, embora muitos estudiosos há tempos sustentem que a economia, por si só, não amparava a emigração<sup>258</sup>. Se de um lado as crises nos setores econômicos agiram como elementos repulsivos – como classicamente nomeou Ravenstein – à população nacional portuguesa, no outro estavam economias em crescente desenvolvimento, cuja agricultura, indústria e rede de serviços careciam de mão de obra. As economias americanas pulsantes – no Brasil a indústria, o café e a borracha durante boa parte do século XIX até início do XX – propagandeavam suas riquezas às nações em crise, seja pela economia, pelo desequilíbrio demográfico, guerras e epidemias.

<sup>256</sup> LOBO, Eulália M.L., op. cit., p. 19.

<sup>257</sup> LEITE, Joaquim da Costa. O Brasil e a emigração portuguesa (1855-1914). In: FAUSTO, Boris (org.). *Fazer a América*. 2.ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000, pp. 186-187.

<sup>258</sup> Esta percepção já vem sendo descortinada por diferentes estudos que buscam, além de desconstruir a imagem de atraso econômico vinculada a Portugal, problematizar estas historiografias, trazendo novas interpretações, sobretudo aos estudos da década de 1960, quando o atraso econômico português se tornou pauta entre as análises. Sobre a ampliação destes debates, cf. REIS, Jaime. Causas históricas do atraso econômico português. In: TENGARRINHA, José (org.) *História de Portugal*. Bauru: SP; São Paulo, SP:UNESP; Portugal, PO: Instituto Camões, 2000, pp. 241-261.

Cenários de carestia no custo de vida e crise nas atividades econômicas mais tradicionais, como ocorriam em Aveiro, corroboraram a atribuição aos temas de ordem econômica o protagonismo frente as saídas, alimentado pelas agências periódicas que estampavam longas críticas a economia, fossem as intranquilidades naturais – como dificuldades na produção agrícola e escassez de gêneros – fossem às ações diretas de grandes setores capitalistas sobre as atividades tradicionais. O periódico aveirense *Progresso de Aveiro* – controlado pelo Partido Progressista distrital – estampou distintas notas sobre a conjuntura opressora às comunidades tradicionais, como vemos.

“Continua a falta de milho a fazer-se sentir em todo o nosso distrito, onde o preço d’este gênero de primeira necessidade tem atingido um preço excessivo, com grave prejuízo das classes trabalhadoras para quem o milho continua a principal base da alimentação”<sup>259</sup>.

“[...] Alguns jornais do distrito começaram já a ocupar-se da pesca a vapor com redes d’arame. Está em perspectiva para as populações marítimas da nossa circunscrição administrativa, a fome, a miséria, em exclusivo proveito para os argentários lisboetas [...]”<sup>260</sup>.

A mecanização introduzida pelos investimentos capitalistas nos setores da pesca e da agricultura também foi alvo de críticas, pois como consequência às populações tradicionais esteve a diminuição da necessidade de mão de obra, levando ao acréscimo do desemprego, e incentivando a emigração de trabalhadores desses setores. Condições que, na percepção de Mirian Halpern Pereira, reduziram as reservas de mão de obra e permitiram a imposição de salários mais baixos, de modo que a mesma diminuição de trabalhadores, causada pela mecanização nos setores de produção, ironicamente, atuava como incentivadora à modernização das atividades<sup>261</sup>. Em Aveiro, o impacto sobre as populações de ofícios primários se refletiu no perfil profissional dos emigrados: entre os anos de 1882 e 1918 registraram-se 1.351 passaportes de trabalhadores da pesca<sup>262</sup> e 4.455 pedidos de passaporte de agricultores<sup>263</sup>.

Os grupos envolvidos nos contextos de carestia e limitações ao acesso dos itens básicos de sobrevivência foram alvos fáceis de engajadores, que arregimentavam saídas conforme

<sup>259</sup> BNP, *Progresso de Aveiro*, 6 de agosto de 1908, p. 1.

<sup>260</sup> BNP, *Progresso de Aveiro*, 10 de dezembro de 1903, p. 1.

<sup>261</sup> PEREIRA, Mirian Halpern. *Livre – Câmbio e Desenvolvimento Económico*. 2ª Ed. Lisboa: Editora Sá da Costa, 1983, p. 37.

<sup>262</sup> Considera-se aqui somente os que declaram a ocupação de “pescador” nos autos, estando de fora os declarados como marítimos, moliceiros, canoieiros e outros afins.

<sup>263</sup> ADAVR - Livros de Registro de Pedidos de Passaporte. Arquivo Distrital de Aveiro, anos de 1882 a 1918.

demandas locais e do além-mar. Aportando no Brasil, o destino do imigrante, geralmente, dependia de como este havia realizado a viagem: os subsidiados – sobretudo famílias, cuja viagem fora garantida por algum industrial, fazendeiro ou agenciador de trabalhadores, com quem possuíam um contrato de trabalho pré determinado – poderiam ser encaminhados às lavouras do Sudeste; se fossem imigrantes espontâneos, que arcavam com todos os trâmites da viagem, estavam livres para escolher o destino entre os grandes centros econômicos à época, como São Paulo e Rio de Janeiro, ou os destinos emergentes como o Pará, com promessas de ocupação no setor terciário da economia.

Muitos espontâneos, embora tivessem origem profissional em atividades no setor primário, no novo destino procuravam se desvencilhar da imagem de trabalhadores braçais, concentrando-se nos centros urbanos. Outros até experimentavam a atividade agrícola, mas com a manutenção das dificuldades financeiras tenderam a buscar novas oportunidades nas cidades<sup>264</sup>. Na região Sudeste, o comércio varejista foi dominado pelos lusitanos, acirrando a disputa entre eles e os nacionais pela empregabilidade. O domínio português sobre as atividades mercantis tem íntima relação com o sentimento antilusitano desencadeado no século XIX, em resposta ao sentimento de continuidade do antigo regime sobre as atividades econômicas na ex-colônia. As reivindicações antilusitanas, porém, não eram restritas a nacionais brancos e livres interessados na estrutura comercial, negros e mulatos libertos começaram a engrossar os levantes contra os portugueses nas praças comerciais, quando estes formaram um “exército de reserva” de mão de obra nos grandes centros, aceitando empregos que não lhes exigiam maior qualificação profissional, passando a ocupar e disputar oportunidades com brasileiros negros e pardos, que segundo a percepção à época eram os que se ocupavam em atividades não qualificadas<sup>265</sup>.

Sobre os portugueses, Maria Izilda Matos acredita que o perfil dos emigrados seguiu uma tendência no Brasil, definindo que:

“[...] numa primeira, notam-se os que vinham por conta própria, destacando-se os jovens solteiros. Alguns solteiros e com certo capital, vinham em busca de constituir uma trajetória profissional [...] já outros jovens, os caixeiros, ocupavam-se nos centros urbanos em atividades de comércio. Um segundo grupo de homens adultos, muitas vezes casados, artesãos de profissão (pedreiros, ferreiros, alfaiates, entre outros), fixava-se nas cidades (preferencialmente, São Paulo e Rio de Janeiro). Muitos destes buscavam retornar a Portugal depois de

---

<sup>264</sup> MATOS, Maria Izilda Santos de. Mulheres imigrantes portuguesas: Ações, resistências e lutas – São Paulo 1870-1945. In: BOSCHILIA, Roseli & ANDREAZZA, Maria Luiza (org.). *Portuguesas na Diáspora: Histórias e Sensibilidades*. Curitiba: Ed. UFPR, 2011, p. 179.

<sup>265</sup> MACHADO, Igor José de Renó. Ressentimentos e estereótipos: ensaios sobre as representações a respeito do português no Brasil (século XIX). *Topoi*. Rio de Janeiro, v. 19, n. 37, p. 125-143, jan./abr. 2008, p. 131.

juntar algum pecúlio. Outro conjunto era dos que vinham subsidiados, majoritariamente iam para as lavouras do café. Embarcavam em família, motivados pelas dificuldades econômicas, sem entrever possibilidades efetivas de regresso. Por fim, uma série de imigrantes que trabalhavam como serviçais e criados, aguadeiros, carreteiros [...] em geral, eram analfabetos e enfrentavam o cotidiano com dificuldades”<sup>266</sup>.

São Paulo e Rio de Janeiro já eram importantes centros econômicos à época, principalmente em função das exportações de café, do protagonismo nas estruturas sociopolíticas nacionais, do pioneirismo industrial e por terem os principais portos de desembarque de estrangeiros, inserindo muitos em suas estruturas e redistribuindo outros às demais regiões. O café como o maior gerador de riquezas regionais, corroborou para impactos significativos na diversificação das atividades econômicas, assemelhando-se ao que a borracha promoveria na Amazônia<sup>267</sup>, condição que amparava a contínua necessidade de trabalhadores às lavouras. O Pará se posicionava como um cenário emergente em termos de economia, entre o período de *boom* do látex até, pelo menos, 1911 quando as produções asiáticas assumem a liderança no comércio mundial, levando a crise do extrativismo amazônico.

Os cenários pareciam promissores, as economias crescentes, a oferta de terras, a ampliação e diversificação da rede comercial foram informações importantes a serem ponderadas no ato de emigrar. Os panoramas de miserabilidade em que muitos portugueses se encontravam, mesmo que não justificassem por eles só a migração, eram fatores importantes<sup>268</sup> e puderam ser contornados, mesmo que temporariamente, por iniciativas de capitalistas e industriais que, junto as agências de contratantes e engajadores, deram início a uma política intensa e ampla de subsídios aos grupos que decidissem pela emigração ao Brasil, sediados precisamente na região sudeste brasileira.

No entanto, em áreas em que as políticas de subsídio a vinda de portugueses mostraram-se incipientes, é possível constatar que a espontaneidade dos fluxos se sustentava nas redes sociais preestabelecidas, variando entre parentes, conterrâneos ou colegas de trabalho, que assumiriam a responsabilidade de inserção dos novos agentes nas esferas locais.

---

<sup>266</sup> MATOS, Maria Izilda Santos de. *Portugueses: Deslocamentos*, op. cit., p. 49.

<sup>267</sup> MELO, Hildete Pereira de. O Café e a Economia Fluminense: 1889-1920. In. *História Econômica da Primeira República*. Silva & Szmrecsányi (orgs). 2ª Ed. São Paulo: HUCITEC/Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica/EDUSP/ Imprensa Oficial, 2002, pp. 216-217.

<sup>268</sup> Embora fosse representativo, já é sabido na historiografia da emigração portuguesa que seus fluxos não podem ser interpretados somente em função da miserabilidade dos envolvidos, uma vez que as movimentações intercontinentais se faziam também em função da cultura, política, religiosidade, preconceitos, e outros aspectos limitantes ao desenvolvimento pessoal dos envolvidos.

São Paulo e Pará, espaços distintos e centrais no desenvolvimento de suas macrorregiões encararam de forma diferente as normativas da imigração formuladas pelo governo central, adequando-as às suas realidades, incitando comportamentos migratórios diferenciados.

### 2.1.1- São Paulo: famílias subsidiadas à lavoura

Pontuamos anteriormente que as regulamentações do governo central, quanto aos imigrantes, confundiram-se constantemente com os interesses das elites do Sudeste cafeeiro, amplamente inseridas na governabilidade nacional. Por isso, é quase impraticável dissociarmos os interesses particulares daqueles que controlavam o produto de maior exportação – o café – e a tendência em criar e legitimar políticas de imigração que, a priori, sanassem as necessidades das mesmas elites.

Com diversas medidas facilitadoras a entrada dirigida de estrangeiros para operarem nas colônias agrícolas e lavouras de café, as oligarquias do Sudeste optaram pela introdução de europeus, o que para Iraci Salles

“se justificava pela esperança que se tinha em que esse europeu reabilitasse o ato de trabalhar e que sua atividade regenerasse e imprimisse uma característica civilizadora ao trabalho. O imigrante laborioso, inteligente, vigoroso e que aspirava à fortuna representaria o progresso e a civilização”<sup>269</sup>.

A preferência paulista por europeus se materializou de diferentes formas. Uma delas foi a renovação de acordos entre a Associação de Emigração e Colonização de São Paulo, instituída em 1871, e agentes particulares para a introdução de 15 mil imigrantes, preferencialmente do norte europeu, cujos salários acompanhariam suas qualificações profissionais<sup>270</sup>. A instituição teria introduzido, em 1874, 68 imigrantes portugueses na província, junto a 131 alemães. Em 1883 as estatísticas paulistas apontavam a entrada de 157 portugueses, concorrendo com 683 italianos, 125 espanhóis, 33 alemães e 7 franceses<sup>271</sup>, alocados em zonas que, desde meados do século XVIII, voltavam-se à produção de açúcar e que, ao longo do século XIX, passaram “a constituir um dos principais polos” de produção cafeeira<sup>272</sup>. As lavouras paulistas forneceram

---

<sup>269</sup> SALLES, Iraci G. *Trabalho, progresso e a sociedade civilizadora*. São Paulo: Hucitec, 1986, p. 110.

<sup>270</sup> GONÇALVES, Paulo César. *Mercadores de braços*, op. cit., p. 144.

<sup>271</sup> QUEIROZ, Jonas. *Artífices*, op. cit., pp. 192-194.

<sup>272</sup> SCOTT, Ana Silvia Volpi. *As duas faces*. op. cit., p. 11.

metade do café mundial durante a década de 1890<sup>273</sup>, portanto, atrativo suficiente aos deflagrados europeus empobrecidos pelas evoluções do capitalismo, e a outros aventureiros seduzidos pelos trópicos.

A demanda crescente por trabalhadores e a necessidade em organizar e redirecionar os estrangeiros já ingressos, excitou a criação de diferentes instituições, dentre as mais significativas esteve a Sociedade Promotora de Imigração. A instituição, fundada pelos incentivos do Presidente da Província João Alfredo, objetivava “difundir, propagandear, atrair e recrutar trabalhadores na Europa, estabelecendo e racionalizando os custos de tal empreitada”. Entre as informações descritas nos folhetos distribuídos em diferentes idiomas, estavam as vantagens de emigrar à São Paulo, que envolviam a gratuidade dos transportes ferroviários, hospedagem, alimentação e tratamento médico aos engajados, os quais deveriam obedecer a critérios de idade, gênero, estrutura familiar e ofício. Os auxílios eram restritos aos solteiros, aos que demonstrassem interesse em outras áreas além da região paulista, e aos que já tivessem recebido passagem ao Brasil, mas haviam retornado a terra natal<sup>274</sup>.

A Sociedade materializou a especificidade da política paulista à imigração, cujas iniciativas buscavam agregar mão de obra ao ambiente rural, menosprezando a inserção da mesma força de trabalho em outros setores. Para Kátia Petri, a política foi estruturada sobre práticas de subvenção, na qual seria o poder público o responsável em financiar todos os processos em torno da vinda de estrangeiros ao Brasil, dando maior destaque a região paulista nacionalmente<sup>275</sup>. O financiamento das atividades da Sociedade provinha dos impostos paulistas, havendo pouca, ou nenhuma, interferência do governo central em seus trâmites, muito em função da autonomia provincial existente. Ainda, segundo Kátia Petri, não interessava à elite paulista a criação de núcleos coloniais, a ocupação de áreas de fronteira e a venda de terras para atrair trabalhadores empobrecidos da Europa, o projeto da Sociedade Promotora era claro ao objetivar “braços a lavoura”<sup>276</sup>.

---

<sup>273</sup> DAVIS, Mike. *Holocaustos Coloniais*. op. cit., p. 392.

<sup>274</sup> MATOS, Maria Izilda Santos de. *Portugueses: Deslocamentos*, op. cit., pp. 60-61.

<sup>275</sup> PETRI, Kátia Cristina. “Braços para a lavoura”: a subvenção paulista para imigração (1886-1896). *Revista Cordis: Revista Eletrônica de História Social da Cidade*. N. 3-4, ano 2009/2010, p. 2. Disponível em <https://revistas.pucsp.br/cordis/article/view/9549>, acessado em 06 de novembro de 2019. É importante destacarmos outra perspectiva da autora sobre as atividades paulista para a imigração, deixando claro que São Paulo se diferenciava de outros espaços por adotar uma “política imigratória” e não um simples “incentivo à imigração”. Utilizando a obra de Jair de Souza Ramos (2003, p. 24) o incentivo à imigração parte do princípio de autonomia dos sujeitos, cabendo as estruturas nos locais de recepção desenvolver atrativos a essa vinda, já na política imigratória é forte a presença de órgãos ou quaisquer outras estruturas do Estado ou sociedade civil que assumam os encargos da imigração, desde o pagamento das passagens até a colocação nos espaços produtivos nacionais, e visando sempre os movimentos familiares.

<sup>276</sup> Idem, p. 6.

Quanto a imbricada relação entre a elite paulista e o esqueleto político imperial, Thomas Holloway define que

“O governo de São Paulo era ele mesmo o instrumento dos fazendeiros de café. A elite paulista não via a Sociedade Promotora como um grupo de interesse privado usando subsídios estatais para benefício exclusivo de um segmento restrito do corpo político. Pelo contrário, era uma extensão do ramo executivo, um aparelho administrativo especial, estabelecido em circunstâncias críticas para servir a um propósito extraordinário”<sup>277</sup>.

Com o propósito de suprir as necessidades das lavouras ao longo da desagregação do regime escravista no Brasil, a Sociedade Promotora de Imigração se apresentava um órgão sob demandas particulares, recebedora de incentivos estatais e que, ao mesmo tempo, impedia a descapitalização dos cafeicultores paulistas. Importante considerarmos ainda que, enquanto a abolição não era assinada, a imigração foi vista como complemento ao trabalho escravo.

Ainda sobre a Sociedade, Ivison Poletto adiciona que, se apresentando como uma sociedade civil, fundada por importantes produtores de café e financiada pelo cofre provincial, os repasses adiantados forçavam a instituição a compor, preferencialmente, seus fluxos com famílias completas de imigrantes, a fim de se evitar a reemigração e a perda de investimentos sobre cada europeu. Trazidos em unidades familiares, os imigrantes permitiam aos patrões obterem suprimento de trabalho complementar barato, ao contar com o uso do trabalho feminino e infantil nas colheitas<sup>278</sup>, condição que para Poletto agilizava a colocação dos sujeitos no mercado de trabalho, por estarem “mais felizes” pela não desagregação da unidade familiar. O Estado tornava-se, assim, o principal cliente da instituição<sup>279</sup>.

Nessa estruturação, os patronos da imigração impuseram sua proposta, defensora de uma política de imigração em massa, contínua, familiar e subsidiada”, mantida até 1927, quando foi cerceada pelo governo de Júlio Prestes<sup>280</sup>. A esses imigrantes, futuramente, o Decreto n. 6.455 de 1907 passou a garantir – junto aos Estados – o auxílio à introdução e locação daqueles interessados em tornarem-se proprietários rurais<sup>281</sup>, assim sendo, um câmbio no status de explorados para de exploradores de terras devolutas da União.

---

<sup>277</sup> HOLLOWAY, Thomas H. *Imigrantes para o café: café e sociedade em São Paulo (1886-1934)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984, p. 7.

<sup>278</sup> MATOS, Maria Izilda Santos de. *Portugueses: Deslocamentos, Experiências e Cotidiano – São Paulo séculos XIX e XX*. Bauru, SP: Edusc, 2013, p. 63.

<sup>279</sup> SANTOS, Ivison Poletto. A Sociedade Promotora de Imigração: formação e influência, 1886 -1895. *Histórica-Revista online do Arquivo Público do Estado de São Paulo*. nº 25, ano 3, setembro de 2007, pp.10-16, p. 1.

<sup>280</sup> MATOS, Maria Izilda Santos de, *Portugueses*, op. cit, p. 62.

<sup>281</sup> Decreto n. 6.455 de 19 de abril de 1907, disponível em <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-6455-19-abril-1907-502417-publicacaooriginal-1-pe.html>.

Além-mar, diferentes incentivos eram apregoados em periódicos portugueses, como a venda de passagens e oferta gratuita de bilhetes às famílias de agricultores interessados em emigrar para São Paulo, como este que circulava em periódicos na antiga freguesia da Murtosa, em Aveiro:

### Imagem 6

#### Anúncio de Agência de Viagens na Murtosa

**Casa do Miguel**

**Albergaria a Velha**

~ ~ ~

**Agente de emigração e passaportes legalmente habilitado**

**Passagens para todos os estados do Brazil, da America do norte e mais portos da Europa**

Solicitam-se todos os documentos para se poder embarcar sem embaraço algum, tanto aos reservistas como aos que ainda não tiraram numero, mediante contracto especial; só teem que me entregar a caderneta, no caso de serem reservistas, e não sendo só a certidão de idade e resalva.

→ Passagens gratuitas para o Estado de S. Paulo ás familias de agricultores.  
Passagens de 1.ª, 2.ª e 3.ª classes a preços sem competencia.  
Seriedade em todas as transações.

Fonte: BNP, *O Povo da Murtosa*, 14 de março de 1914, p. 4. Grifo nosso.

Na concepção de Joaquim Leite a disposição de emigrar com toda a estrutura familiar era uma decisão drástica, que caracterizava emigrações de crise, pela falta de perspectiva de manutenção do bem-estar familiar em Portugal<sup>282</sup>. A transferência de toda família também é entendida a partir da perspectiva do trabalho para todos os membros, pois embora o pai pudesse ser o único nome descrito nos contratos empregatícios, na prática toda a família se ocuparia em funções: a mulher nos serviços domésticos, enquanto os homens poderiam ocupar-se aos serviços de jardinagem, faxina, terreiro, cuidado das hortaliças, dos animais domésticos, cocheiros ou motoristas<sup>283</sup>, sem extinguirmos o trabalho infantil.

Embora grande parte da historiografia considere a migração de grupos familiares em função de subsídios e contratos pré-estabelecidos de trabalho, não podemos desmerecer as outras que agiram de modo independente e, mesmo com poucos recursos, alcançavam pagar suas passagens e escolhiam o momento apropriado para migrar, e eram, sobretudo, “famílias

<sup>282</sup> LEITE, Joaquim da Costa. *Fazer a América*, op. cit., p. 194.

<sup>283</sup> MATOS, Maria Izilda Santos de. *Portugueses: Deslocamentos*, op. cit., p. 89.

transmontanas”<sup>284</sup>. Assim, não seria apenas o desenvolvimento econômico no destino a determinante da migração, mas a independência dos sujeitos, que escolhiam quando o evento deveria ser protagonizado por todos do núcleo.

Apesar de vista com bons olhos pelos burocratas e capitalistas nacionais, a emigração de famílias resultava em déficits à economia portuguesa, pois a dispersão familiar mantinha os vínculos entre parentes e, conseqüentemente, o envio de remessas que durante décadas auxiliaram na estabilidade econômica de Portugal. Partindo dessa premissa, torna-se compreensível as constantes mudanças burocráticas portuguesas que envolviam a facilitação, ou não, da saída de seus cidadãos, com regras que recaiam, sobretudo, às mulheres casadas e aos menores de idade em período de alistamento militar. Como resultado, a política imigratória portuguesa, restritiva – conjugada as condições de incerteza, a precariedade das viagens e de trabalho, além das questões de gênero –, acabou forjando um perfil aos portugueses egressos: homens, jovens e solteiros.

A recepção dos indivíduos ficou a cargo de diferentes instituições, cujo mote foram as hospedarias, receptoras e prestadoras de serviços básicos de acomodação e alimentação, até que os recém chegados tivessem seus destinos definidos. Entre as principais instituições no Sudeste estiveram a Hospedaria dos Imigrantes de São Paulo, Hospedaria de Imigrantes de Campinas, Hospedaria de Imigrantes de Alfredo Chaves – Espírito Santo – e a Hospedaria de Imigrantes da Ilha das Flores – Casa dos Imigrantes do Rio de Janeiro, Hospedaria Central –<sup>285</sup>. Em finais da década de 1880 a Assembleia Provincial Paulista elegeu um comitê responsável pela recepção aos imigrantes e planejamento por meio de uma hospedaria no bairro do Bom Retiro, com limite de 500 acomodações, nem sempre salubres, e deficiente quanto ao acesso as linhas ferroviárias mais distantes. Mesmo com limitações, a Hospedaria no Bom Retiro concentrou os maiores volumes de recém-chegados a região paulista, só em 1912 dos 32.813 mil portugueses desembarcados, pelo menos 16.781 haviam passado pelo Bom Retiro<sup>286</sup>.

Outras iniciativas, de cunho particular, financiavam a vinda de portugueses – e outras nacionalidades – sob o regime de parceria, que em São Paulo teve como pioneiro o senador Nicolau Vergueiro. O princípio básico desse sistema era o endividamento do trabalhador desde antes da saída, estabelecendo uma relação de dependência entre o imigrante e seu empregador<sup>287</sup>. A Vergueiro & Cia, entre outras funções engajava os imigrantes nas atividades

<sup>284</sup> LEITE, Joaquim da Costa. *Fazer a América...*, p. 195.

<sup>285</sup> KUSHNIR, Beatriz. A Hospedaria Central: a Ilha das Flores como ante-sala do Paraíso. In: MATOS, Maria Izilda S. de [at. eat]. *Deslocamentos e histórias: os Portugueses*. Bauru, SP: Edusc, 2008, p. 60.

<sup>286</sup> Idem, pp. 64-72.

<sup>287</sup> GONÇALVES, Paulo César. *Presença portuguesa no Brasil*, p., 14.

cafeiras em diferentes fazendas nas quais os portugueses se faziam expressivos, de modo especial na colônia “Nova Lousã” próxima de Campinas<sup>288</sup>, assim denominada em referência a origem de seu fundador, José Elisário de Carvalho Monte-Negro, natural de Lousã, Portugal. Adquirida em 1867, a fazenda “Nova Lousã” era conhecida pelo sistema de recrutamento de conterrâneos de José Elisário, os quais eram empregados nas atividades agrícolas de forma livre e assalariada, condição que a tornou um modelo na adoção do trabalho livre no estado de São Paulo, enquanto perdurava o regime escravista<sup>289</sup>.

Thomas Davatz, emigrante suíço que veio ao Brasil por meio do sistema de parceria de Vergueiro deixou notas sobre como essa relação funcionava. O suíço afirmou que:

“Os colonos que emigram, recebendo dinheiro adiantado tornam-se, pois, desde o começo, uma simples propriedade de Vergueiro & Cia. E em virtude do espírito de ganância [...] que anima numerosos senhores de escravos, e também da ausência de direitos em que costumam viver esses colonos na província de São Paulo, só lhes resta conformarem-se com a ideia de que são tratados como simples mercadorias, ou como escravos”<sup>290</sup>.

Por outro lado, os portugueses emigrados de forma espontânea, instalaram-se na região paulista muito antes da fase de expansão cafeeira, adquirindo contornos mais expressivos conforme o grão despontava na balança comercial nacional. A priori, de tendência masculina, jovem e solteira, a imigração portuguesa a São Paulo viu entre os sujeitos a cautela na travessia atlântica, antiga tática de enfrentamento do desconhecido<sup>291</sup>, buscando de início criar condições básicas – aqui incluímos o alcance de uma ocupação e a garantia de rendimentos permanentes – para chamar aos familiares, ou mesmo acumular recursos suficientes que garantissem o retorno “mais pomposo” à vila de onde eram naturais. Ao final dos oitocentos o caráter masculino e “solitário” dividiu espaço com a presença feminina, que na primeira década do século XX, representou mais de 25% das entradas, e no início da segunda década oscilou entre 35% e 40% das entradas, cuja maioria se ocupava em atividades agrícolas e fabris<sup>292</sup>.

Os ingressos de forma espontânea tenderam a buscar independência, profissional e financeiramente, dos subsídios públicos, articulando sua inserção local através dos canais não oficiais de receptividade. Como bem observou Maria Izilda Matos, os portugueses, assim como

<sup>288</sup> MENDES, José Sacchetta Ramos. *Laços de Sangue*, op. cit., p. 138.

<sup>289</sup> TRUZZI, Oswaldo & SCOTT, Ana Silvia Volpi. Pioneirismo, disciplina e paternalismo nas relações de trabalho entre proprietário e imigrantes no século XIX: o caso da colônia de Nova Lousã, em São Paulo. In: *Revista da Faculdade de Letras – História*. Porto, III Série, vol. 6, 2005, pp. 339-354.

<sup>290</sup> Idem, p. 139.

<sup>291</sup> MATOS, Maria Izilda Santos de. *Mulheres imigrantes*, op. cit., p. 178.

<sup>292</sup> MATOS, Maria Izilda Santos de. *Portugueses: Deslocamentos, Experiências e Cotidiano*, 2013, pp. 20-49.

outros grupos estrangeiros no Brasil, constituíram “redes de recepção e acolhimento”, que ampliavam as probabilidades de obter emprego em atividades urbanas, como nas fábricas, no setor de serviços, obras públicas, e outros<sup>293</sup>, fugindo a regra da política imigratória paulista, especialmente. Nesse sentido, a atuação portuguesa na cidade de Santos foi significativa onde, junto a outras nacionalidades, aproveitou-se da expansão demográfica, urbana e econômica, para investir no setor comercial alinhado a movimentação portuária, distribuindo-se entre a produção/exportação de banana, firmas importadoras, panificadoras, torrefações de café que poderiam incluir adegas, bares e restaurantes, estabelecimentos de sapataria, construção civil, tipografias, entre outros serviços.

Participando de praticamente todos os setores comerciais, os lusitanos contribuíram para o desenvolvimento econômico de Santos e da Baixada Santista numa época repleta de possibilidades<sup>294</sup>.

Assim, a ideia construída e perpetuada sobre o protagonismo da região sudeste/sul sobre as demais se encaixa na construção das estruturas facilitadoras de seus respectivos desenvolvimentos. A região paulista foi a que mais recebeu incrementos financeiros à contratação de imigrantes – também devido ao apelo rural de suas colônias agrícolas – exercendo hegemonia sobre as demais áreas, principalmente pelas origens locais dos membros do governo central, que procuravam manter seus interesses ativos, numa forma de governo centralizada e dominante, que refletia na divisão desigual entre as províncias (depois estados) dos financiamentos à contratação de estrangeiros, eternizando um discurso em torno do emigrante como valioso agente no enriquecimento do Sudeste<sup>295</sup>.

### **2.1.2- Portugueses no Pará: espontâneos e “aventureiros”**

Na segunda metade do século XIX o incremento de estrangeiros ao Pará apoiou-se nos discursos de povoar o “vazio”, abastecer a economia local com trabalhadores livres, e maximizar a produção agrícola, entradas que, a priori, deveriam ser dirigidas, aos moldes da subvenção do Sudeste. Essa política de introdução de estrangeiros por visar o povoamento e exploração – no formato das colônias agrícolas – presava por agricultores e artesãos, em

---

<sup>293</sup> MATOS, Maria Izilda Santos de. *Portugueses: Deslocamentos*, op. cit., p. 79.

<sup>294</sup> FRUTUOSO, Maria Suzel Gil. *A presença portuguesa no comércio em Santos*. In. MATOS, Maria Izilda S. de [et al.]. *Deslocamentos e Histórias: os Portugueses*. Bauru/SP: Edusp, 2008, p. 154.

<sup>295</sup> MONBEIG, Pierre. *Pioneiros e fazendeiros de São Paulo*. São Paulo: Hucitec, 1984, pp. 156-157.

detrimento de aventureiros que buscavam fixar-se nos centros urbanos<sup>296</sup>. O influente intelectual Frederico José de Sant’Anna Nery – Barão de Sant’Anna Nery –, escrevia de Paris ao Diário de Belém em 1886, que a instalação de núcleos coloniais – ou colônias agrícolas – de europeus no Pará deveria ser pensada sobre quatro pilares, eram eles a propaganda dos agentes no exterior, os contratos bem elaborados, o transporte e a boa instalação, aspectos que por si já fariam o contentamento dos imigrantes, os quais realizam a “verdadeira propaganda, já que encontrando aquilo que lhes prometem, dão testemunho da uberdade do solo e da lealdade do governo”<sup>297</sup>.

No entanto, a política local demonstrou-se pouco ampla em função da precária influência que o Pará exercia junto ao governo central para o desenvolvimento de subvenções de estrangeiros, como era feito em São Paulo<sup>298</sup>. Embora a borracha já estivesse demarcando seu lugar na exportação nacional, a incipiente influência paraense sobre o governo central fez o Presidente da Província Tristão de Alencar pedir ao “paternal governo” que auxiliasse a imigração à província, não mais com promessas de novos territórios, pois não era de terras que se precisava, mas sim das “migalhas dos avultados dispêndios que a este título desde largos anos fazia em São Paulo, no Paraná, em Santa Catarina e Rio Grande do Sul”<sup>299</sup>.

Embora muitas personalidades políticas responsabilizassem ao governo central pelo deficiente apoio ao desenvolvimento regional e o incremento da mão de obra livre e estrangeira na Amazônia, Bárbara Weinstein observou que entre a elite local havia pouco interesse nas questões em torno do desenvolvimento da agricultura atrelada aos estrangeiros, haja vista que seus negócios se assentavam na exploração da borracha e, conforme essa mesma elite se confundia com a comunidade mercantil, o entusiasmo com a agricultura e as animosidades às críticas de supervalorização do extrativismo, tornaram-se pouco atraentes<sup>300</sup>. Por isso, ao longo dos malogrados projetos de colonização estrangeira na região, as contestações da elite local foram pontuais, por vezes nulas, por estarem acomodadas ao sistema federalista instalado pela República, que lhes garantia o controle sobre a arrecadação das exportações, assim, no frenesi

---

<sup>296</sup> EMMI, Marília Ferreira. *A Amazônia como destino das migrações internacionais do final do século XIX ao início do século XX: o caso dos portugueses*. XVII Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP Caxambú-MG. [http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2010/docs\\_pdf/tema\\_1/abep2010\\_2086.pdf](http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2010/docs_pdf/tema_1/abep2010_2086.pdf), p. 10.

<sup>297</sup> BNDB, *Diário de Belém*, 10 de fevereiro de 1886, edição nº 31, página 2.

<sup>298</sup> FONTES, Edilza Joana de Oliveira. *Preferem-se portugueses (as): Trabalho, cultura e movimento social em Belém do Pará (1885-1914)*. Tese de Doutorado, São Paulo, Unicamp, 2002, p. 9.

<sup>299</sup> BNDB, *Diário de Belém*, 21 de março de 1886, edição nº 64, página 2.

<sup>300</sup> WEINSTEN, Bárbara. *A Borracha na Amazônia: Expansão e Decadência (1850-1920)*. São Paulo: HUCITEC/Editora da Universidade de São Paulo, 1993, p. 125.

sobre a borracha no exterior, a elite mercantil se viu em uma posição favorável economicamente, embora seguisse marginalizada pela centralização política no Centro-Sul<sup>301</sup>.

Outro aspecto deficiente sobre a política local de imigração corresponde as distintas posturas assumidas frente ao seu funcionamento, não exatamente em dissonância com as diretrizes do governo central, mas amparadas em interesses particulares a cada novo governo provincial e posteriormente estadual, deixando o Pará sem uma política uniforme, como veremos ao longo dos mandatos que se seguiram a instauração da República, constituindo o que Francivaldo Nunes denominou de “questão específica à Amazônia”<sup>302</sup>.

A busca em ocupar a “zona bragantina” e a costa paraense ao longo de Quatipuru, Salinas, São Caetano de Odivelas e Pinheiro promoveu diferentes incentivos à contratação de corpos de trabalhadores agrícolas, com maior fôlego a partir de 1889 quando o governo estadual toma a frente de importantes contratos. No entanto, as tentativas em desenvolver a agricultura no estado foram marcadas por distintos insucessos, entre colonos que se recusavam a desembarcar ao ver as precárias estruturas a eles destinadas, propagandas enganosas, contratos assinados e revogados por suas cláusulas abusivas, entre outros limites<sup>303</sup>.

Nessas experiências de colonização dirigida, fracassadas ou não, a presença portuguesa se mostrou pouco expressiva em comparação a outras nacionalidades, como a espanhola. Os portugueses no Pará reforçaram os movimentos espontâneos, apoiados por familiares e conhecidos, junto a constante oferta de transportes modernos e velozes nos circuitos à Amazônia. Embarcações sob diferentes bandeiras intercalavam as saídas de Lisboa em direção ao Norte, no qual Pará e a o Amazonas seguiam como importantes centros regionais. Só em dezembro de 1902 suas capitais receberam quatro diferentes embarcações vindas de Lisboa, as quais interligavam-nas a Europa por meio de trocas culturais e simbólicas, e não somente econômicas.

## **Imagem 7**

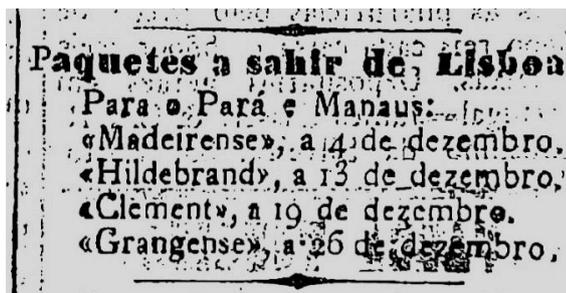
### **Anúncios de pacotes saindo de Lisboa ao Brasil**

---

<sup>301</sup> Idem, pp. 132-133.

<sup>302</sup> NUNES, Francivaldo Alves. *Terras de Colonização: agricultura e vida rural ao norte do império brasileiro*. São Paulo: Scortecci, 2016, p. 263.

<sup>303</sup> LACERDA, Franciane Gama. *Migrantes Cearenses no Pará: faces da sobrevivência (1889-1916)*. Belém: Ed. Açai/Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia (UFPA)/ Centro de Memória da Amazônia (UFPA), 2010, p. 306.



Fonte: *Jornal d' Estarreja*, 04 de dezembro de 1902, p. 2.

A constante circulação das embarcações estrangeiras em portos do Norte também se justifica pela manutenção de seu principal produto – a borracha – nas exportações nacionais, com alto valor agregado nos mercados estrangeiros. Além disso, o trânsito entre Portugal e Brasil foi fundamental à estabilidade na balança comercial do país europeu que, desde o final dos oitocentos, apresentava rendimentos insuficientes, em função – também, mas não somente – da redução no envio de remessas dos emigrados, o que teria desencadeado crises no sistema bancário e dificuldades em atrair investimentos estrangeiros ao país. Nessa perspectiva, contraditoriamente, facilitava-se o acesso aos transportes ao mesmo tempo em que se limitava a posse das documentações de viagem, condicionando um perfil preferencial aos emigrados (masculino, jovial e solteiro), destinando à figura feminina desiguais condições, como a obrigação de autorizações do marido, pai ou responsável legal para que ela pudesse efetuar viagens.

O fato é que a inserção de trabalhadores estrangeiros, embora ampliada ao longo do último quartel do século XIX, era resquício de uma política antiga alargada estrategicamente ao longo do I Reinado, que em 1829 deixava clara a importância em manter as entradas estrangeiras, sobretudo dos adeptos de novas e modernas técnicas de cultivo<sup>304</sup>, conformando discursos de superioridade laboral do europeu sobre a população nativa amazônica e aos africanos introduzidos ao longo dos séculos de colonização.

No ímpeto de dinamizar a região através do elemento europeu, a administração provincial cunha, em 15 de novembro de 1853, no Tesouro Nacional um caixa destinado a adiantar financiamentos a empresas que se animassem em incorporar estrangeiros nas lavouras e indústrias locais. Na ocasião, o governo receberia duas propostas interessadas: uma de Silvestre José de Sousa, da Vila de Óbidos, e outra do Consul português no Pará, que, por fim, ganhou o subsídio. Acordou-se que em 8 meses deveriam ser introduzidos no Pará 100 colonos

<sup>304</sup> Fala com que Sua Majestade o Imperador abriu a Assembleia Geral no dia 3 de maio de 1829. In: NUNES, Francivaldo Alves. *Terras de colonização: agricultura e vida rural no norte do império brasileiro*. São Paulo: Scortecci, 2016, p. 293.

portugueses nas terras de Arapiranga, próximo a capital, adiantando para isso um capital de 3:000\$000 réis<sup>305</sup>. No entanto, ao longo dos relatórios provinciais seguintes ao pagamento, não encontramos menção a continuação do contrato, levando-nos a crer que a iniciativa, como outras, havia fracassado.

Nas décadas seguintes foram comuns as queixas em relatórios provinciais a respeito das dificuldades de manutenção das colônias agrícolas, sobretudo quanto a presença de estrangeiros. Entre as contendas estava a ocupação, por parte dos imigrantes, na produção de gêneros que não eram de primeira necessidade na província, naquele instante. Além disso, os contratos firmados com particulares objetivavam inserir numerosos trabalhadores em curtos espaços de tempo, porém contava-se com estruturas receptoras insuficientes ao volume de ingressos. O relatório do Presidente da Província Ambrósio Leitão da Cunha, de 1858, insistia em desconsiderar o estabelecimento de colônias de estrangeiros, pois eram inaptos ao ambiente, a exploração e derrubada da mata. Eram trabalhadores que vinham sem a menor ideia de semelhante trabalho, e muitos, embora viessem sob contratos, teciam por fora destes a aquisição de “lucros fabulosos em qualquer indústria que lhes abracem, levados pelo exagero juízo de nossas riquezas naturais”, de modo que as cidades industriais e comerciais, lhes proporcionavam bons recursos à sobrevivência e lucros “muitas vezes avultados”, deixando no esquecimento os penosos trabalhos nas matas<sup>306</sup>. Uma das poucas colônias agrícolas civis que demonstraria estabilidade por alguns anos, com participação estrangeira, foi a de N<sup>a</sup>. S<sup>a</sup>. do Ó, na Ilha das Onças, criação de José do Ó de Almeida, dedicada ao cultivo de cana, cereais de arbusto, palmeiras e árvores frutíferas que, em 1859, abrigava 127 pessoas, distribuídas em: 7 famílias paraenses, 12 cearenses e 4 portuguesas<sup>307</sup>. Mas, assim como outras tentativas frustradas, a dita colônia viria a ruir em 1863, entregue à própria sorte<sup>308</sup>.

Em 1867, quando o Decreto nº 3784 regulamenta e uniformiza as colônias em território nacional, agentes particulares negociaram com o governo local a entrada de norte-americanos na colônia agrícola em Santarém, onde a província destinara-lhes 60 léguas quadradas de terras

---

<sup>305</sup> Falla que o exm. Snr. Conselheiro Sebastião do Rego Barros, presidente desta província, dirigiu à Assembleia Legislativa provincial na abertura da mesma Assembleia no dia 15 de agosto de 1854. Pará, Typ. Da Aurora Paraense, 1854, p. 32.

<sup>306</sup> Relatório lido pelo exmo. sr vise-presidente da província, dr. Ambrósio Leitão da Cunha, na abertura da primeira sessão ordinária da XI legislatura da Assembleia Legislativa Provincial no dia 15 de agosto de 1858. Pará, Typ. Commercial de Antonio José Rabello Guimarães, 1858, p. 30.

<sup>307</sup> Falla dirigida a Assembleia Legislativa da Província do Pará na segunda sessão da XI legislatura pelo Exmo. sr. tenente coronel Manoel de Frias e Vasconcellos, presidente da mesma província, em 1 de outubro de 1859. Pará, Typ. Commercial de A.J.R. Guimarães, [n.d.], p. 57.

<sup>308</sup> Relatório apresentado á Assembléa Legislativa da provincia do Pará na segunda sessão da XIII legislatura pelo excellentissimo senhor presidente da provincia, doutor Francisco Carlos de Araujo Brusque, em 1.º de novembro de 1863. Pará, Typ. de Frederico Carlos Rhossard, 1863, p. 10.

devolutas, para habitarem e produzirem. De um total de 109 norte americanos trazidos à Amazônia, 63 prosseguiram viagem à Santarém, enquanto o restante aguardaria o navio para o destino final. Na mesma colônia ainda era possível encontrar ingleses e nacionais<sup>309</sup>.

A colônia de Benevides, criada em 1875 na extensão da Estrada de Ferro de Bragança, foi outro espaço propício ao ingresso de nacionais e estrangeiros de maneira dirigida, entre os últimos estiveram portugueses, franceses, italianos<sup>310</sup>, espanhóis, alemães, belgas e suíços<sup>311</sup>. No entanto, em Benevides a preocupação dos governantes estava em atrair a população paraense dispersa nos interiores, configurando nela um perfil nacional que, nas palavras do Presidente da Província Francisco Maria de Sá, era a “nova empreitada em defesa da agricultura, do povoamento e substituição da cobertura vegetal da floresta por plantações de gêneros agrícolas<sup>312</sup>. Empreitada estimada por Roberto Santos como mais um “fracasso” na política provincial de povoamento e introdução dirigida de estrangeiros<sup>313</sup>.

Em resposta as instituições criadas no Sudeste para o ingresso de estrangeiros, o presidente da província Tristão de Alencar anunciava “com grande satisfação”, na fala de 25 de março de 1886, a instalação da Sociedade Paraense de Imigração, que objetivava “encetar a colonização das nossas terras, fomentando a imigração estrangeira, que traria braços laboriosos”. Tendo como presidente o Barão de Igarapé Miri – Sebastião José de Carvalho e Melo –, a Sociedade foi instalada no antigo compartimento do Convento dos Mercedários, onde já existiam algumas camas e outros preparativos ao alojamento daqueles que poderiam chegar.

Na mesma fala, Tristão de Alencar apresenta a autorização dada aos negociantes Calheiros & Oliveira para providenciar a entrada de 25 a 30 famílias açorianas destinadas a ocuparem terrenos ao longo da Estrada de Ferro de Bragança. Vindas no vapor inglês *Anselm*, as 15 horas da tarde de 7 de junho do mesmo ano, chegaram 21 famílias, um total de 108 indivíduos que, ao invés dos Açores, eram naturais da Ilha da Madeira<sup>314</sup>, e seriam levadas ao

<sup>309</sup> Emmi, Marília. *A Amazônia como destino...*, pp. 36-37.

<sup>310</sup> Sobre a imigração italiana para a Amazônia, cf: EMMI, Marília Ferreira. *Italianos na Amazônia (1870-1950) - Pioneirismo Econômico e Identidade*. Belém: Editora da UFPA, 2008.

<sup>311</sup> EMMI, Marília, *A Amazônia como destino*, op. cit, p. 9.

<sup>312</sup> NUNES, Francivaldo Alves. *A Semente da Colonização: Um estudo sobre a Colônia Agrícola Benevides (Pará, 1870-1889)*. (Dissertação) Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia – Universidade Federal do Pará, 2008, p. 12.

<sup>313</sup> SANTOS, Roberto. *História Econômica da Amazônia*, op. cit, p. 90.

<sup>314</sup> Embora esse grupo tenha escolhido ao Pará, os insulares da Madeira emigraram, preferencialmente, para o Sudeste brasileiro, especialmente a São Paulo. Assim como em Portugal Continental e Açores, a Madeira manteve sua economia em bases agrícolas rudimentares com ampla oferta de mão de obra, cuja emigração foi encarada por distintos grupos como um dos raros meios de fugir da precariedade laboral em torno da elevada concentração de terra entre poucos proprietários, e mesmo em períodos de estabilidade, os fluxos mantiveram-se constantes, fazendo da emigração não só uma necessidade, mas uma escolha pessoal. Entre os anos de 1886 e 1898, 260 navios deixaram o porto de Funchal, entre os destinos recorrentes estavam os portos de Santos, Rio de Janeiro e Belém, porém o maior volume foi registrado em direção a Santos com 160 navios que trouxeram ao Brasil em torno de

núcleo de “Araripe”<sup>315</sup>, na rota da estrada de ferro de Bragança. Ao chegarem no núcleo, os madeirenses recusaram-se a desembarcar por não ter a área condição alguma de os receber. O Barão de Igarapé Miri, em um apêndice a fala do presidente Joaquim da Costa Barradas, sucessor de Tristão de Alencar, descreveu o cenário encontrado pelos ilhéus em Araripe, onde

“as pequenas casas, pertencentes aos lotes de terra demarcadas, não estavam acabadas e apenas cobertas; o galpão (casa do recebimento de imigrantes) em estado imperfeito; a extensa área designada para o serviço rural e claro das habitações, por destocar, entorpecido e juncado de toros das árvores derrubadas e daí tornada essa área em capoeira (mato curto), e, portanto, repugnante o lugar. Nem poços de água potável, parcialmente, para suprimento dos imigrantes existiam, e os que se abriram não satisfazem”<sup>316</sup>.

No mesmo documento, o Barão enumera diferentes fatores para o atraso nas obras, entre eles a demora por parte da presidência da Província em autorizar a finalização dos serviços no núcleo. O periodista do *Diário de Belém*, porém, culpabilizou a comissão receptora de imigrantes subordinada a Sociedade de Imigração, pela recusa dos ilhéus a ficarem em Araripe, pois ao invés de encaminhar os portugueses, logo da chegada a Belém, ao interior, a comissão deixou com que passassem um dia e duas noites na capital, tempo suficiente para que “cheirassem a cidade, ouvissem aos amigos e ganhassem medo às nossas florestas e répteis”<sup>317</sup>. Ainda que desconsidere o mau estado das estruturas em Araripe, a fala do periodista é importante por destacar a relevância que os contatos, as interações, as redes sociais estabelecidas na cidade, algumas possivelmente anteriores a viagem, tinham na recepção e acomodação dos recém-chegados, como a interação entre conterrâneos ressignificava a emigração que, mesmo subsidiada, tinha na liberdade individual a habilidade de escolher o destino. Desligando-se do controle estatal, os sujeitos poderiam alcançar com maior eficiência e rapidez a trajetória social ascendente concebida ainda na aldeia<sup>318</sup>.

---

13.923 indivíduos, quase exclusivamente às fazendas paulistas de café. cf: FREITAS, Nelly de. *Des vignes aux caféiers: étude socio-économique et statistique sur l’émigration de l’archipel de Madère vers São Paulo à la fin du XIX siècle*. (Tese). Université Paris-Sorbone, 2013.

<sup>315</sup> Embora em nota publicada no Diário de Belém, edição 64 de 21 de março de 1886, o periodista mencione a esperada chegada dos açorianos ao “Apeú” – e não a Araripe e muito menos Benevides –, junto as escocesas, todas destinadas a trabalhos agrícolas. A primeira menção a instalação em “Araripe”, de fato, foi feita em nota publicada no Diário de Belém, edição 127 de 8 de junho de 1886, página 3.

<sup>316</sup> Fala com que o Exm. Sr. Desembargador Joaquim da Costa Barradas abriu a sessão extraordinária da Assembleia Legislativa da Provincial do Pará em 20 de novembro de 1886. Pará, Tipografia do Diário de Notícias, 1887, pp. 51- 54.

<sup>317</sup> BNDB, *Diário de Belém*, edição 130, de 11 de junho de 1886, p. 2.

<sup>318</sup> A teoria da “trajetória social”, ou mesmo mobilidade social e profissional, é um termo cunhado dentro da sociologia das migrações, que no seio das teorias micro sociológicas define que independente da influência das variáveis estruturais, na prática os sujeitos criam a perspectiva de uma trajetória ascendente, um progresso privado e profissional, e que apesar de no instante exato da saída o sujeito esteja restrito a ofícios menos exaltados, a ideia geral de melhoria, crescimento, prosperidade é o que preside o abandono às condições “miseráveis” para interagir

Outra minúcia importante referida pelos madeirenses desacreditou as atuações do governo provincial à sua vinda, e evidenciou as burlas e falsas propagandas realizadas pelos agentes nacionais no exterior. Antes de embarcarem, os madeirenses teriam solicitado a inserção no contrato de trabalho de uma cláusula específica para o pagamento de indenização das despesas com passagens e outros gastos feitos em Belém, no caso de não serem acomodados do núcleo de “Benevides”, como constava na propaganda espalhada por Funchal. Ao se recusarem desembarcar em “Araripe” acreditavam ter direito a compensação, mas foram surpreendidos com a negação do governo que afirmou não ter responsabilidade em arcar com os gastos, uma vez que a cláusula contratual fazia referência à acomodação em “Benevides” e não em “Araripe” para onde, de fato, foram levados. Na descrição do ocorrido feita pelo Barão de Igarapé Miri, infelizmente, não constam menções a reação dos portugueses com a falsa propaganda realizada na Madeira, o descuido com que foram tratados e o destino das famílias.

Junto aos açorianos – na realidade madeirenses –, também foi autorizada a entrada de 15 famílias escocesas trazidos pelo também escocês Roberto N. Niell, direcionadas a terrenos ao longo da estrada de ferro<sup>319</sup>. Assim como os madeirenses, os escoceses teriam declinado da proposta feita pela província, concretizando mais um insucesso das entradas estrangeiras de forma dirigida ao Pará. E ainda, era clara a intenção do governo provincial em introduzir estrangeiros em atividades agrícolas voltadas ao abastecimento da região urbana de Belém, contrastando com o cenário paulista no qual buscava-se empregar os sujeitos nos trabalhos da lavoura de exportação<sup>320</sup>.

A fragilidade no controle sobre os grupos alistados e as passagens concedidas a determinados indivíduos podem ter colaborado para a série de fracassos no engajamento local de trabalhadores, como argumentou Franciane Lacerda, uma vez que, sobretudo os estrangeiros, “serviam-se da passagem que lhes concedia o governo e faziam visitas a parentes”, antes impossíveis pela miserabilidade. A fragilidade em garantir a atuação de todos os trabalhadores nas zonas agrícolas do Pará era expressiva, e foi agravada pela própria interpretação que os imigrantes faziam da ocupação no campo, que se não lhes agradasse ou não lhes garantisse o sustento desejado, poderia ser prontamente abandonado<sup>321</sup>.

---

com outros contextos socioeconômicos. In. PEIXOTO, João. As teorias explicativas das migrações: teorias micro e macrosociológicas. *SOCIUS Working Papers*, Nº 11, Lisboa, 2004.

<sup>319</sup> Falla com que o exc. Sr. Conselheiro Tristão de Alencar Araripe, presidente da província do Pará, abriu a 1ª sessão da 25ª legislatura da Assembleia Provincial no dia 25 de março de 1886, p. 59 - 60, disponível em <http://ddsnext.crl.edu/titles/172#?c=0&m=102&s=0&cv=59&r=0&xywh=64%2C98%2C3399%2C1400>, acessado em 12 de novembro de 2019.

<sup>320</sup> FONTES, Edilza Joana de Oliveira. *Preferem-se português (as)...*, op. cit., p. 14.

<sup>321</sup> LACERDA, Franciane Gama. op. cit., p. 335.

Fugindo a ideia de exclusividade do engajamento de portugueses nas colônias agrícolas ou no extrativismo do látex, outra iniciativa ocupou-se em diversificar a empregabilidade do imigrante. José Maria Urbano de Figueiredo propôs trazer – de maneira dirigida – ao Pará pescadores portugueses para atuarem nas águas próximas a Belém. Urbano de Figueiredo solicita em petição à Assembleia Provincial em sessão ordinária, em 22 de outubro de 1884<sup>322</sup>, uma subvenção de 60 contos de réis para o estabelecimento próximo a capital de uma “*Companhia de Pescadores Portugueses*”<sup>323</sup> – pescadores de profissão – que seriam trazidos de Póvoa de Varzim, distrito do Porto, fronteiro a Aveiro. Para José Maria a proposta se justificava pela “insignificante” indústria pesqueira existente em Belém frente as novas demandas demográficas da Província<sup>324</sup>. O pedido, embora bem avaliado por diferentes membros da Assembleia Provincial, foi negado, e a recusa foi justificada em função da existência de uma companhia de pesca particular responsável pelo abastecimento da capital e proximidades. A proposta de José Maria Urbano, até agora, nos parece uma das únicas elaboradas com o objetivo de empregar a mão de obra imigrante fora da agricultura, confrontando o objetivo central do governo regional.

A instalação da República não trouxe às atividades locais de imigração câmbios significativos. Mas, a Lei nº 223 de 30 de junho de 1894, sancionada pelo governador Lauro Sodré, autorizou a introdução de estrangeiros interessados em desempenhar atividades não só agrícolas, como também industriais. Ao longo do documento descreveu-se o tipo ideal de imigrante, aquele de “boa conduta, disposto ao trabalho” vindo com toda sua família, por meio de incentivos particulares ou do Estado, apresentando documentos que atestassem sua boa conduta, desde que emitido pelas autoridades policiais, acompanhado de uma autenticação emitida pelo consulado correspondente<sup>325</sup>.

No ano seguinte, Lauro Sodré criou mais 10 núcleos coloniais em zonas próximas a Belém e da faixa litoral do Estado, evidenciando a intenção de desenvolver nas colônias produções destinadas ao abastecimento da capital e arredores. Ainda em 1895, o governo do Estado autorizou a “imigração luso-espanhola”, uma série de articulações que em 10 anos deveriam inserir no Pará 100 mil imigrantes. A empreitada resultou em contratos firmados entre

---

<sup>322</sup> Embora a nota não mencione em que José Maria Urbano se ocupa, podemos identificá-lo como sendo de “agências”, na rua Conselheiro João Alfredo, em uma nota com a listagem dos “eleitores qualificados”. O Pará, 03 de julho de 1898, edição nº 177, p. 3.

<sup>323</sup> BNDB, *A Constituição*, 22 de outubro de 1884, edição nº 240, p. 3.

<sup>324</sup> BNDB, *Diário de Notícias*, 21 de janeiro de 1883, edição nº 16, p. 2.

<sup>325</sup> CARVALHO, Marcos Antônio de. *Bebendo açai comendo bacalhau: Perfil e práticas da sociabilidade lusa em Belém do Pará entre finais do século XIX e início do XX*. 2011. Tese (Doutorado em História) Porto/Portugal, Universidade do Porto/Faculdade de Letras/ Departamento de História e de Estudos Políticos e Internacionais, 2011, pp. 85-88.

o Estado e os agentes de emigração Emílio Adolpho de Castro Martins e Francisco Cepeda, que agenciariam a vinda dos ibéricos, reforçados pela intensa propaganda do Pará em suas terras. Segundo dados apresentados por Marília Emmi, os contratantes alcançaram introduzir somente 13.322 colonos, a maioria de origem espanhola<sup>326</sup>.

Já no governo de Paes de Carvalho, em 1898, a colônia José de Alencar, entre Marapanim e Castanhal, receberia novos trabalhadores estrangeiros, também de maioria espanhola. O núcleo Santa Rosa, também criado em 1898, recebera espanhóis, alemães e italianos. O núcleo Ferreira Pena, contemporâneo aos anteriores, recebeu agrupamentos de espanhóis. No mesmo ano o Pará ainda ganharia duas novas colônias, desta vez específicas à introdução de italianos, foram os núcleos de Anita Garibaldi e Ianetama, esta última efetivada em 1899<sup>327</sup>.

Fica claro na evolução dos contratos que o incremento de trabalhadores portugueses, e de outras nacionalidades, alcançou pouca expressividade mesmo com os discursos desenvolvimentistas republicanos, que passaram a incentivar a entrada espontânea de lusitanos, a partir de suas relações profissionais e de parentesco, estratégia há muito utilizada por diferentes famílias, como os Fernandes Rendeiro, da Murtosa, cujos membros se articularam e migraram ano após ano, em função da chegada do primeiro familiar ao Pará, o irmão mais velho Manuel Joaquim Fernandes Rendeiro, cujo primeiro registro de viagem data de 1883. Nos anos seguintes seus irmãos Manuel Francisco, Joaquim Manuel e Joaquim Maria Fernandes Rendeiro solicitaram viagens ao Pará com passaportes datados de, respectivamente, 1884, 1886 e 1887. Assim, parece-nos fundamental a fixação do primeiro membro da família no novo destino para que os demais se motivem a emigrar. Do mesmo modo que os irmãos se fixaram juntos no Pará, também retornaram todos a terra natal onde construíram suas casas e viveram até o fim da vida<sup>328</sup>.

Na transição para o século XX, o governador José Paes de Carvalho diante da “situação desoladora” dos acordos firmados e malogrados, decidiu, em 1898, anular todos os contratos patrocinados pelo estado, justificando ser “impatriótica” a preferência por estrangeiros na ocupação e exploração regional, deslocando seu centro de interesse à colonização subsidiada

---

<sup>326</sup> Marília Ferreira. *Um século de migrações*, op. cit., pp. 41-42.

<sup>327</sup> EMMI, Marília Ferreira. *Italianos na Amazônia (1870-1950): pioneirismo econômico e identidade*. Belém: NAEA, 2008, p. 129.

<sup>328</sup> MARQUES, Maria Ana Rendeiro. *O Livro de Agosto – Recordações de uma família da Murtosa*. Torreira, 2017.

nacional, alcançando tanto aos paraenses quanto aos cearenses, fugidos das secas. Em seu discurso ao final do mandato, Paes de Carvalho apresentou dados referentes a entrada de estrangeiros de forma mais espontânea no estado: de um total de 27.652 estrangeiros, 20.000 haviam entrado após as rescisões de contratos, dos quais 18.406 teriam sido instalados em colônias agrícolas, porém reconhecia que a taxa de perda dessa população estrangeira para fora dos núcleos continuava expressiva<sup>329</sup>. Parece-nos que, no ímpeto de um discurso reverso sobre a inserção de estrangeiros no estado, Paes de Carvalho desconsiderava, como seus antecessores, que mesmo vindos de países cujas estruturas garantidoras de subsistência estavam deterioradas, os imigrantes não aceitavam ser encaminhados a espaços que, claramente, perpetuariam suas precariedades.

No início do século XX, os quantitativos pesquisados por Edilza Fontes – a partir de dados coletados por Roberto Santos – reforçam a pouca representatividade de estrangeiros de origem portuguesa nos núcleos coloniais. Em 1900 o total de colonos no estado chegava a 12.860 pessoas, que correspondiam 2.314 famílias, entre elas apenas 27 indivíduos eram portugueses, um total de 7 famílias, o grosso dessa imigração possivelmente já estava inserida nos centros urbanos<sup>330</sup>, feito sempre muito criticado pelos governadores em seus relatórios.

Ao assumir o governo do estado em 1902, Augusto Montenegro decreta a emancipação das colônias agrícolas, revogando todo e qualquer suporte à colonização. A medida foi justificada pela queda “violenta do preço da borracha e ao conseqüente déficit orçamentário”, que obrigava o Estado a contrair seu primeiro empréstimo externo sob o governo republicano<sup>331</sup>. No instante da revogação, acredita-se que as colônias possuíam 10.122 colonos, entre 8.396 brasileiros e 1.726 estrangeiros, sendo os últimos 1.582 espanhóis, 69 italianos, 50 portugueses, 16 cubanos, 5 norte-americanos, 3 belgas e 1 sueco<sup>332</sup>.

Percebemos, por tudo isso, que, embora a imigração estrangeira fosse um projeto importante ao desenvolvimento da Amazônia – na concepção de muitos de seus governantes – , a concretude de suas demandas não pareceu ser encarada como ideal à elite local, ocupada, sobretudo, no extrativismo do látex e na rede de serviços ligada a ele. A imigração à essa elite era entendida como um projeto auxiliar a economia principal, cuja produção deveria preencher os vácuos na agricultura para subsistência da capital e à exportação. Nesse cenário, embora

---

<sup>329</sup> WEINSTEIN, Bárbara. *A Borracha na Amazônia*, op. cit., pp. 145-146.

<sup>330</sup> FONTES, Edilza, *Preferem-se portuguesas (as)*, op. cit., p. 72.

<sup>331</sup> WEINSTEIN, Bárbara, op. cit., p. 148.

<sup>332</sup> EMMI, Marília Ferreira. *Um século de imigrações*, op. cit., pp. 44-45.

imigrantes subsidiados não fossem ausentes, o quantitativo daqueles vindos por conta própria sempre se mostrou superior. Independentes do controle estatal sobre suas demandas pessoais, os imigrantes articulavam com maior facilidade suas táticas para atuação na estrutura socioeconômica do Pará.

## 2.2 – “Terra de possibilidades”: o fluxo entre o Pará e outros destinos nacionais <sup>333</sup>

Com a abertura do rio Amazonas à navegação estrangeira – em meados do século XIX –, Belém passou a ser um espaço de fascínio a uma dezena de viajantes e naturalistas que por meio de descrições, gravuras e relatórios deixaram percepções e encantos sobre a cidade que brotava entre rios e florestas, comparada por alguns a cidades europeias de grande beleza, como fez François Auguste Biard em 1859, comparando-a com Veneza<sup>334</sup>. A vista da “cidade do futuro que ainda deve [ria] enriquecer o mundo com o seu comércio<sup>335</sup>”, na opinião de Herbert H. Smith, depois de semanas em alto mar e as intempéries da viagem, causava alívios a uma centena de imigrantes, esperançosos pela terra que lhes prometia fortunas.

Passadas as inquietações com a Cabanagem, a província tornou a organizar-se, preparando, inconscientemente, as bases à ampla expansão econômica que viria ao findar do XIX, apoiada nas exportações de fumo, cacau, couros, borracha e arroz<sup>336</sup>. Vista como “carro chefe” da economia local, a borracha saiu do quarto lugar para o topo das exportações em um intervalo de 50 anos, as cifras de exportação saíram de 15.979 arrobas – entre 1847 e 1852 –, para 1.374.931 arrobas entre 1862 a 1867<sup>337</sup>. Acompanhando o volume da produção, a cotação do produto, entre 1865 e 1866, manteve-se crescente, chegando a 1\$590 mil réis/quilo, duplicando para 2\$574 mil réis/quilo nos anos de 1870-71<sup>338</sup>.

Ao longo da década de 1880 promoveram-se profundas mudanças no Pará. Ampliou-se os investimentos na rede financeira local e a liquidez econômica demandou a criação de instituições bancárias e o alargamento dos setores de crédito. O primogênito Banco Comercial do Pará dividiria espaço com os Bancos do Pará e o Banco de Belém, o primeiro fundado, em

---

<sup>333</sup> Todos os quantitativos analisados ao longo do item são baseados nos titulares de passaporte. Não correspondendo ao número total de indivíduos envolvidos o deslocamento, quando se considera os acompanhantes, para os quais daremos maior atenção no capítulo seguinte.

<sup>334</sup> BIARD, Auguste François. *Deux années au Brésil*. Paris: Librairie de L. Hachette et C<sup>a</sup>, 1862, p. 310.

<sup>335</sup> SMITH, H. *Brazil. The Amazons and the Coast*. New York: Charles Scribners Sons, 1879, p. 35.

<sup>336</sup> SANTOS, Roberto. *História Econômica da Amazônia*, op. cit., p. 53.

<sup>337</sup> BATISTA, Luciana Marinho. *Muito além dos seringais: elites, fortunas e hierarquias no Grão-Pará, c. 1850-c. 1870*. (Dissertação de Mestrado em História Social). Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2004, p. 65.

<sup>338</sup> SANTOS, Roberto, *História Econômica...*, op. cit., p. 214.

9 de abril de 1883, o qual iniciou com um capital de giro no valor de 10.000:000\$000 réis (897.988 £), e mais 1.520:000\$000 réis (136.494 £) de reserva, e sua diretoria, já em 1900, era formada por pelo menos três portugueses: o presidente Bernardo Ferreira de Oliveira – que também assumiu a presidência da Companhia União Paraense de Seguros<sup>339</sup> e ocupou vários cargos na diretoria da Sociedade Beneficente Portuguesa<sup>340</sup> -, o vice-presidente Júlio Lambert Pereira e o diretor Antônio José Soares. A instituição também possuía correspondentes em diferentes países, entre eles Portugal, Inglaterra, França, Alemanha, Espanha e Estados Unidos, no Brasil ainda atuava nas praças do Rio de Janeiro, Baía, Pernambuco, Manaus e Maranhão<sup>341</sup>.

Concomitantemente, se acentuava o fim da escravidão, e junto a ela as demandas por trabalhadores livres, reprodutores do sistema de capitais. Em 1882 os cativos contabilizavam 24.763 habitantes, 9% do total da população da província, calculada em 274.883, números significativos como resultado dos novos incrementos populacionais que coincidem a crescente tendência entre 1882 e 1884 de entradas dos aveirenses no Pará, como veremos adiante. No ano da Lei Áurea, com a economia cativa desgastada, os diminutos escravos chegaram a 10.535 indivíduos, 3,75% da população geral, calculada em 280.676 habitantes<sup>342</sup>.

O excedente econômico da borracha na década em questão, se fez notar em diferentes estruturas urbanas da capital, desde os calçamentos, a ampliação das ofertas de entretenimento aos enriquecidos pelo látex – com os espetáculos internacionais no Teatro da Paz, e cafés de inspiração francesa – até a reorganização do espaço urbano com linhas de transporte e higienização. Além disso, iniciou-se a mudança na iluminação pública na capital com o uso do gás carbônico em substituição ao querosene, e os bondes elétricos já contavam com 6 linhas disponíveis, sob responsabilidade da Companhia Urbana de Estrada de Ferro Paraense<sup>343</sup>. Embora essa reestruturação urbana fosse atrativa a uma centena de indivíduos, outros recém-chegados preferiram fixar moradia nos interiores, como fez o coronel José Antônio de Resende Júnior, aveirense do concelho de Santa Maria da Feira, chegado em 1839 a bordo do patacho português “Júlio”, comerciante, era morador na vila de Oeiras<sup>344</sup> - que a época correspondia a

<sup>339</sup> CACCAVONI, Arthur. *Pará Commercial na Exposição de Paris*. Pará, 1900, p. 99.

<sup>340</sup> *História da Sociedade Portuguesa Beneficente*. Pará: Gillet de Torres & C<sup>a</sup>, 1914, pp. 76-160.

<sup>341</sup> TAVARES, Anndrea Caroliny da C. *Em busca das “Patacas”*, op. cit., p. 131.

<sup>342</sup> LAURINDO Junior, Luiz Carlos. *A Cidade de Camilo: escravidão urbana em Belém do Grão-Pará (1871-1888)*. (Dissertação) Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia – Universidade Federal do Pará, 2012, pp. 38-39.

<sup>343</sup> Idem, p. 118.

<sup>344</sup> CMA, Habilitação Consular de José Antônio de Resende Júnior. Arquivo do Grêmio Literário Português. Banco de dados Grupo de Pesquisa “População, Família e Migração na Amazônia-RUMA” / Centro de Memória da Amazônia-CMA. Código da habilitação: 31. Registro 652. Imagem: P1430153.

um pequeno núcleo urbano entre a Ilha do Marajó e o Tocantins, fundado em 1653 a partir da missão catequizadora de Pe. Antônio Vieira. José Antônio investiu capitais na manutenção de 235 pés de *hevea brasilienses* no seringal que tinha junto a casa de vivenda, onde também mantinha um barracão. A época de abertura de seu inventário *post mortem*, o seringal foi avaliado em 94:000\$000 réis (4.668 £), e cada seringueira na quantia de 400\$000 réis (19 £)<sup>345</sup>.

Voltando ao ambiente urbano, em consequência do incremento populacional sofrido na província, principalmente na capital, a população sofria com restrições habitacionais, sobretudo com altos custos imobiliários, cenário que levou ao Cônsul dos Estados Unidos afirmar que “Belém era a cidade mais dispendiosa do mundo civilizado”<sup>346</sup>. No entanto, a carestia da cidade não levou a quedas bruscas nas entradas de aveirenses, ao contrário, observadas ano a ano, as entradas – apresentadas a seguir – apresentam oscilações naturais, com quantitativos constantes e pouco discrepantes, com exceção do ano de 1891 – que avaliaremos com cautela a diante – e os anos seguintes a 1912 quando dois grandes problemas se conjugam: a crise na economia gomífera junto ao recrudescimento do seu extrativismo, e o contexto da I Grande Guerra, ensaiando, porém, novos sinais de recuperação conforme se aproximava o fim do conflito armado.

**Tabela 3**  
**Fluxo Anual de Pedidos de Passaporte ao Pará (1882- 1918)**

<b>Ano do Pedido</b>	<b>Quantitativos</b>
1882	105
1883	217
1884	221
1885	121
1886	166
1887	238
1888	201
1889	183
1890	174
1891 <sup>347</sup>	67
1892	136
1893	187
1894	301
1895	448
1896	325
1897	413

<sup>345</sup> Inventário de José Antônio de Resende Júnior, ano de 1903. Centro de Memória da Amazônia. 2ª Vara Cível – Cartório Odon Rhossard.

<sup>346</sup> Idem, p. 124.

<sup>347</sup> Livro incompleto.

1898	712
1899	519
1900	888
1901	529
1902	487
1903	525
1904	635
1905	764
1906	804
1907	589
1908	510
1909	600
1910	888
1911	934
1912	516
1913	1
1914	0
1915	0
1916	78
1917	132
1918	66
<b>TOTAL</b>	<b>13.680</b>

Fonte: ADAVR - Livros de Registro de Passaporte do Distrito de Aveiro (1882-1918)

A queda nos pedidos de passaporte em 1885, redução aproximada de 50% em comparação ao ano anterior, acompanhou a oscilação natural de acomodação da borracha no mercado externo, embora a década de 1880 seja avaliada positivamente pelo movimento comercial exibido pelo item. Roberto Santos utilizou-se da precificação da borracha de tipo fino para demonstrar as diferentes acomodações que o látex – e consequentemente grande parte da economia a ele vinculada – sofreu ao longo dos oitocentos: entre 1880 e 1881 cobrou-se 2\$600 réis/quilo na borracha fina; saltando para os anos de 1885 e 1886 observou que os valores se mantiveram aproximados, desta vez o quilo era cobrado por 2\$538 réis; nas últimas décadas do século XIX, entre 1890 e 1891, o valor cobrado no quilo da borracha fina foi de 2\$950 réis; somente em 1895 tivemos um salto expressivo para 6\$450 réis/quilo cobrado sobre o produto<sup>348</sup>.

A mesma redução de entradas no ano de 1885, foi destacada por José Sacchetta a nível nacional ao estabelecer os três picos de entradas dos portugueses. O autor aponta a inserção de apenas 7.611 portugueses em 1885, após uma onda crescente de ingressos, que em 1884 marcou

<sup>348</sup> SANTOS, op. cit., 214.

8 mil entradas e 12 mil em 1883, conforme as avaliações no Anuário Estatístico Nacional publicado em 1950. O autor, porém, não assinala justificativas à redução dos quantitativos em 1885<sup>349</sup>, igualmente observadas no Pará.

Em Portugal, o que se nota a partir dos anos 1870 é um afrouxamento na repressão da emigração – repressão que, de fato, se sentia mais nos discursos repressivos que nas práticas, já que era consenso as vantagens da emigração nacional ao Brasil –, preferindo-se a tolerância entre as saídas legais e clandestinas, mantendo os fluxos em níveis razoáveis que garantissem a manutenção do povoamento e a permanência das famílias nas aldeias, condição que nutria os envios de remessas, embora esses contornos levassem a constantes embates com a burguesia agrária, solicitante de braços à produção rural e industrial<sup>350</sup>. Nesse contexto, costumou-se caracterizar os movimentos como de caráter “liberal”, cuja postura menos repressora contrastava com a rigorosidade dos períodos anteriores, suportada por uma legislação mais aberta, “sem estabelecimento de quotas e restrições absolutas”<sup>351</sup>, não justificando também a queda brusca nas entradas em 1885.

Refinando o olhar sobre Aveiro, ao longo da década de 1880, percebemos que as informações são quase nulas. O hiato se deve, em grande parte, a não disponibilidade de periódicos e outras fontes sobre o período em questão, sobretudo pelo estado avançado de deterioração dos documentos. Além disso, boa parte dos estudos disponíveis sobre a temática na região valorizam a década de 1890 em diante, quando os números da emigração se mostram mais expressivos.

A exceção pontual a esse hiato é um exemplar do Jornal *O Povo de Aveiro* de 1882, que estampa em quase toda a capa uma longa crítica à emigração, demonstrando que a temática já simulava um entrave ao bem viver local, especialmente pela forma agressiva e pouco elaborada como ocorria, e o modo frouxo com que as autoridades interpretavam as ocorrências. Por outro lado, o periodista chama atenção para que a emigração – como perda dos braços laboriosos – incentivasse melhoramentos nos setores industriais portugueses, há tempos vistos como problemáticos, a fim de superar os cenários de miserabilidade nas comunidades locais, rotineiramente agravados quando a emigração era feita de forma não planejada, como vemos na citação.

---

<sup>349</sup> MENDES, José Sacchetta Ramos. *Laços de Sangue: Privilégios e Intolerância à Imigração Portuguesa no Brasil (1822-1945)*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fapesp, 2011, p. 224.

<sup>350</sup> PEREIRA, Mirian Halpern. *A política portuguesa*, op. cit., pp. 82-83.

<sup>351</sup> Idem, p. 476.

“[...] É mister não olhar apenas para os opulentos repatriados, mas também para o máximo número d’infelizes miseráveis que se amontoam nos cubículos imundos do Rio; n’esses cortiços onde a promiscuidade extingue os instintos de humanidade mais elementar, e a miséria gera a tuberculose e as elephantiasis, a crápula e a syphilis. É mister lembrar a sorte dos engajados da lavoura que trabalham do romper d’alva à noite escura, enfileirados como os escravos, sob o açoite do capataz, etc. Desenvolvâmos pois a indústria e a agricultura no paiz, exploremos todas as nossas forças vivas, levantemos as mortas, para que a miséria de que se foge aqui se não vá encontrar na emigração mais terrível ainda[...]”<sup>352</sup>.

O lento desenvolvimento do setor industrial português nas décadas finais do XIX, e as dificuldades que a agricultura tinha em manter concorrência com países cuja tendência evolutiva se mantinha superior – sobretudo no incremento à mecanização, a química moderna e a qualificação da mão de obra –, contribuiu à imagem de carência e pobreza da economia lusitana. Com mais de 60% de sua população ativa ocupada na agricultura sem características modernizantes, e uma deficiente distribuição das terras férteis ao longo da região Norte, forçava-se o excessivo fracionamento do solo entre as famílias numerosas, delegando à grande parte dos desprovidos de ocupação a emigração como escape a miserabilidade<sup>353</sup>. Outro elemento pontual ao período, e que pode ter incentivado a emigração, foi a quebra na produção vinícola causada pela filoxera, principalmente entre os anos de 1880 e 1886, com uma pequena recuperação em 1887, para em seguida decrescer novamente<sup>354</sup>. No instante em que a produção vinícola do distrito ensaia uma estabilidade em 1887, os quantitativos de passaporte duplicam, voltando a cair em 1888, acompanhando a queda geral da produção vinícola que adentra ao século XX em crise<sup>355</sup>.

Nesse ínterim, as entradas mensais no Pará se concentram nos períodos de outono e inverno no continente europeu, quando a lavoura naturalmente sofre uma queda, até a volta da primavera quando se pode arar e tratar os campos de forma intensiva, como se pratica na cultura do milho, de regra semeado em maio, amadurecendo e colhido ao final de agosto e ao longo de

---

<sup>352</sup> BNP, *O Povo de Aveiro*, 8 de outubro de 1882, p. 1.

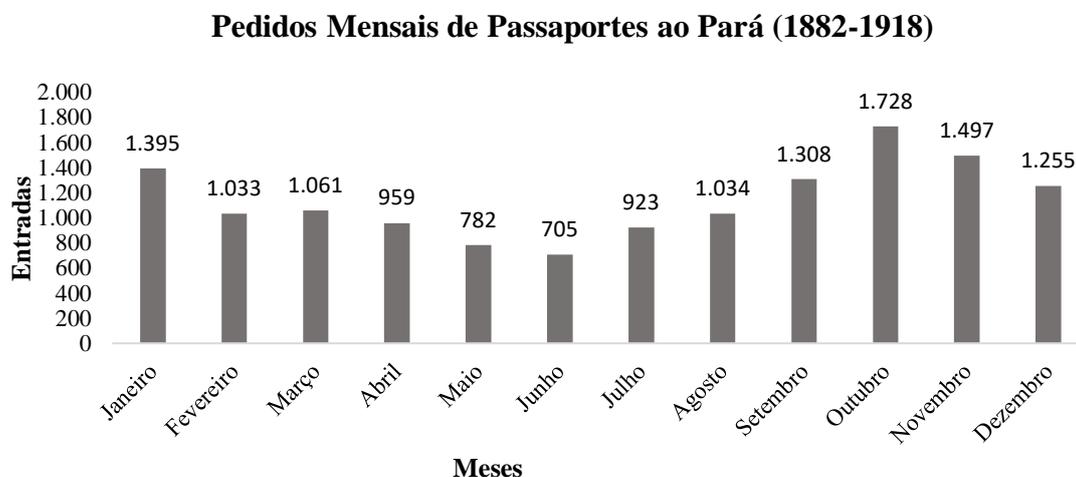
<sup>353</sup> SILVA, Álvaro Ferreira da. O Processo econômico. In: TEIXEIRA, Nuno Severiano (coord.) *História Contemporânea de Portugal, 1808-2010*. Vol. 3 – A Crise do Liberalismo, 1890-1930. Lisboa: Objectiva, 2014, p. 127.

<sup>354</sup> LOPES, Maria Tereza Braga. *Imigração Legal em Aveiro*. op. cit., p. 143.

<sup>355</sup> Idem, 145.

setembro<sup>356</sup>, projetando uma migração tipicamente sazonal como constatado, também, por Cristina Cancela ao estudar a emigração do distrito do Porto ao Pará<sup>357</sup>.

**Gráfico 2**



Fonte: ADAVR - Livros de Registro de Passaporte do Distrito de Aveiro (1882-1888)

Os ofícios mais afetados pelas oscilações climáticas foram de agricultores e pescadores. O “rigoroso inverno”, entre novembro e janeiro, impedia a saída das barcas ao mar ou a Ria para a pesca das sardinhas e tainhas. A miséria da classe piscatória poderia chegar a condições extremas, precisando do auxílio de diferentes instituições civis dos concelhos, como feito na Murtosa, cuja força de trabalho era em quase totalidade ligada ao setor marítimo, entre pescadores, moliceiros, marítimos, fragateiros e outros. O Hospital de São Lourenço e a Associação de Socorros Mútuos das Classes Laboriosas eram as que mais socorriam aos grupos, com cuidados médicos, alimentos e ocupações temporárias<sup>358</sup>. Além das dificuldades sofridas pelos pescadores e marítimos, a diminuição na oferta do pescado também acarretava dificuldades na alimentação das populações, que não podiam arcar com os altos valores cobrados, e lamentavam ver o escasso pescado ser despachado para outras áreas do país, para abastecimento das grandes redes distribuidoras de alimentos<sup>359</sup>.

<sup>356</sup> BRETTELL, Caroline B. *Homens que partem, mulheres que esperam – Consequências da emigração numa freguesia minhota*. Lisboa: Publicação Dom Quixote, 1991, p. 41.

<sup>357</sup> CANCELA, Cristina Donza. O fluxo imigratório do distrito do Porto para o estado do Pará: borracha, conflitos, epidemias e gênero (1834-1930). *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*, v. 36, 1-22, 2019.

<sup>358</sup> BNP, *O Jornal de Estarreja*, 4 de dezembro de 1902, p. 1.

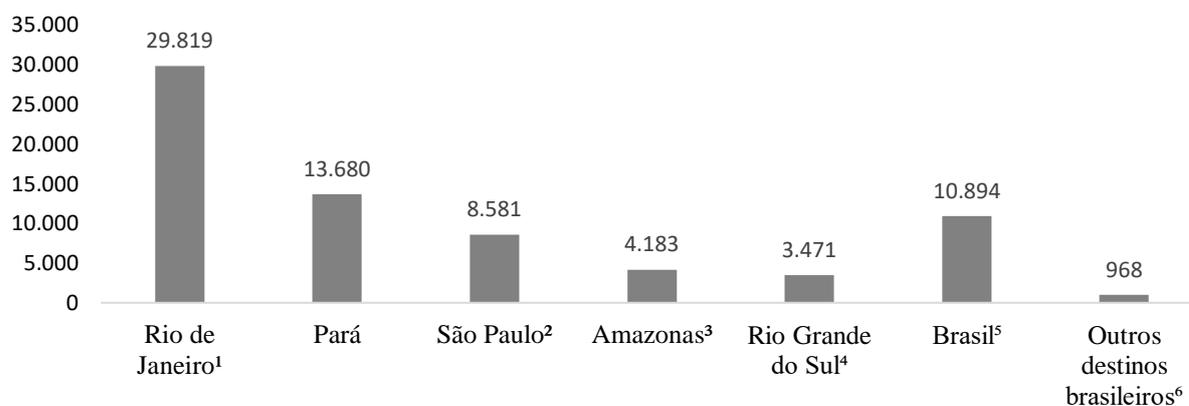
<sup>359</sup> BNP, *O Jornal de Estarreja*, 4 de dezembro de 1902, p. 2.

Se observadas em um contexto nacional, as entradas ao Pará mostram-se representativas, confirmando a importância do estado na perspectiva migratória, impulsionada por diferentes fatores, entre eles a dinamização socioeconômica advinda junto a borracha, e os arranjos familiares e de confiança para inserção local, já muito conhecidos desde o século XVII quando se introduz casais de açorianos para ocupação e exploração da região<sup>360</sup>.

Em geral, o Rio de Janeiro, como capital federal, concentrou os fluxos ao longo dos anos, e apresentou uma disposição diferenciada sobre os portugueses em comparação ao cenário paulista, pois na então capital do Império foi comum a chegada de não subsidiados que procuraram se ocupar nas redes de comércios e serviços. Somente de Aveiro, chegaram ao Rio de Janeiro, aproximadamente, 30 mil imigrantes, quase o dobro das entradas ao Pará, como diluímos a seguir.

**Gráfico 3**

**Principais Destinos Brasileiros Declarados pelos Titulares (1882-1918)**



- (1) Inclui as cidades de Rio de Janeiro e Petrópolis.
- (2) Inclui as cidades de Rio Grande do Sul e Pelotas.
- (3) Inclui as cidades de São Paulo e Santos.
- (4) Destinos variados.
- (5) Sem destino definido no país.
- (6) Aqui estão Pernambuco, Bahia, Maranhão, Minas Gerais, Ceará, Paraná, Piauí, Mato Grosso do Sul e Alagoas, em ordem decrescente de registros.

Fonte: ADAVR - Livros de Registro de Passaporte do Distrito de Aveiro (1882-1918)

<sup>360</sup> CHAMBOULEYRON, Rafael. *Povoamento, ocupação e agricultura na Amazônia colonial (1640-1706)*. Belém: Editora Açai, 2010, p. 62-63. Ainda sobre a presença açoriana na Amazônia, cf. VIEIRA JUNIOR, Antônio Otaviano. *Migração Açoriana na Amazônia: conexões entre a Ilha Graciosa, Lisboa e Grão-Pará (1751-1754)*. *Revista Territórios e Fronteiras*, v. 10, n. 2, 2017, ago.- dez., pp. 342-367.

No recenseamento de 1872 a população geral carioca correspondia a 274.972 mil habitantes – dos quais 226.033 mil eram livres e 48.939 mil escravos –, entre a população livre os estrangeiros correspondiam a 1/3, o equivalente a 73.310 indivíduos, de maioria portuguesa, um total de 55.933 mil pessoas. No censo seguinte em 1890, os índices duplicaram, e os portugueses chegaram a 97.434 mil moradores da capital federal<sup>361</sup>. Eram, em sua maioria homens solteiros, instalados no centro e cercanias – Gamboa, na Saúde, e no Castelo – e trabalhavam, quase sempre, em funções que não solicitavam maiores qualificações prévias, como caixeiros e estivadores, serviços mais pesados e de baixa remuneração<sup>362</sup>.

O Rio de Janeiro, como centro político, atraía muitos trabalhadores pela oferta ampla de serviços, o avanço na industrialização, e os salários que:

“[...] podiam multiplicar por três ou quatro os salários portugueses. Mesmo considerando os gastos acrescidos de alojamento e alimentação, um trabalhador português que exercesse no Brasil a mesma profissão que tinha em Portugal podia, depois de pagas as suas despesas, obter uma poupança equivalente ao total do salário português [...]”<sup>363</sup>.

Mais do que números, a presença portuguesa no Rio de Janeiro foi um distinto elemento auxiliar na dinamização da rede de capitais e serviços, além da indústria. Chegados com idade na faixa etária mais “produtiva”, entre os 15 e 30 anos, competiam ainda mais com nacionais, desenvolvendo pequenos monopólios que reforçariam o antilusitanismo na antiga capital federal<sup>364</sup>.

Conhecendo os problemas que muitos conterrâneos passavam na região paulista com a posse da terra, muitos imigrantes, embora tivessem origem camponesa, evitavam trabalhos no setor primário, concentrando esforços nos negócios da cidade do Rio de Janeiro, pioneira da industrialização, principal porto e centro comercial do país<sup>365</sup>. A visão de propriedade em torno do Brasil e a busca por “uma ascensão aos privilégios de vida”<sup>366</sup>, foi o sentimento compartilhado entre diferentes gerações de imigrantes, desde aqueles do comércio a retalho

<sup>361</sup> MENEZES, Lená Medeiros de. *A presença portuguesa no Rio de Janeiro segundo os censos de 1872, 1890, 1906 e 1920: Dos números às trajetórias de vida*. In. *Entre Mares – O Brasil dos Portugueses*. Belém: Editora Paka-Tatu, 2010, p. 103 – 119, pp. 103-104.

<sup>362</sup> OLIVEIRA, Carla Mary S. *O Rio de Janeiro da Primeira República e a imigração portuguesa: panorama histórico*. Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, n. 3, 2009, p. 149-168, pp. 151-153.

<sup>363</sup> LEITE, Joaquim Costa, *Emigração portuguesa: a lei e os números*, op. cit., p. 187.

<sup>364</sup> RIBEIRO, Gladys Sabina. “*Por que você veio encher o pandulho aqui*” – *Os portugueses, o antilusitanismo e a exploração das moradias populares no Rio de Janeiro da República Velha*. *Análise Social*, vol. Xxix (127), 1994 (3º), 631-654, pp. 633-637.

<sup>365</sup> LOBO, Eulália M. L. *Imigração Portuguesa no Brasil*. São Paulo: Editora HUCITEC, 2001, p. 21.

<sup>366</sup> PASCKER, Maria Luisa Nabinger de Almeida. *Notas sobre os imigrantes portugueses no Brasil (Sécs. XIX e XX)*. Revista História, São Paulo, n. 123-124, p. 35-70, ago/jul, 1990/1991, p. 87

mais simples, aos grandes industriais. Além do comércio, outro setor cujas ofertas de trabalho foram úteis foi o secundário. Fossem como ferreiros, sapateiros, jardineiros e outras qualificações, os portugueses alimentavam o imaginário em torno de si, de estarem sempre dispostos ao trabalho<sup>367</sup>.

O Rio Grande do Sul vai tomando importância entre a escolha dos aveirenses ao longo da década de 1880<sup>368</sup>, quando se incentiva a ocupação de terrenos cultiváveis sob a justificativa do “vazio demográfico” e defesa dos limites nacionais na região do rio da Prata. De fato, o Rio Grande do Sul recebeu ao longo dos oitocentos um volume considerável de europeus de origem rural, entre eles alemães e italianos, sobre os quais muitos estudos já se debruçaram, no entanto antes da migração em massa de europeus à América ao longo do século XIX, açorianos já ocupavam a região sul do Brasil desde o século XVIII, como frutos da política colonial de legitimação da ocupação do extremo sul do Brasil<sup>369</sup>. Conforme os dados gerais referentes a esse destino, entre os anos de 1887 e 1906, a quantidade de lusitanos atingiu de uma a três centenas de pessoas, fazendo da cidade do Rio Grande, especialmente, um “vasto centro da colônia portuguesa, quer no tempo do Império, quer no tempo da República”. Embora fossem instrumentos à ocupação do território pelo trato com a terra, outra parte da população buscou ocupar-se no tradicional comércio, outra na crescente indústria gaúcha ao final do século XIX. A agricultura manteve-se em segundo lugar na escolha profissional, e incentivou a criação de importantes núcleos populacionais ao redor da lavoura<sup>370</sup>.

Sobre o Amazonas, a despeito da capital Manaus, os arranjos socioeconômicos são aproximados aos do Pará. O crescimento da economia da borracha também atingira ao estado, e grande parte das empresas que ao longo dos séculos XIX e XX instalaram-se no Pará mantinham sucursais em Manaus, ou outros pontos no interior, ou o oposto, e de longa data os portugueses emigrados ao estado vizinho eram exímios empreendedores no comércio lojista, entre padarias e mercearias, onde também eram parte significativa dos empregados, configurando a expressiva “classe caixeral” manauense<sup>371</sup>.

O destino mencionado no passaporte genericamente de “Brasil” não indica a escolha específica do sujeito, ou pelos solicitantes não possuem destino certo – o que nos parece pouco provável –, ou por falta do escrivão responsável na pressa por preencher os livros, situação que

<sup>367</sup> OLIVEIRA, Carla Mary S. *O Rio de Janeiro*, op. cit., p. 161.

<sup>368</sup> LOPES, Maria Tereza Braga. *Correntes de Opinião Pública*, op. cit., p. 216.

<sup>369</sup> ALVES, Francisco das Neves. *A colônia portuguesa na cidade do Rio Grande: fragmentos de uma identidade*. Revista Estudos Ibero-Americanos. PUCRGs, v. XXVI, nº 1, p. 107-130, julho de 2000, p. 108.

<sup>370</sup> Idem, p. 112.

<sup>371</sup> PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. Migração, trabalho e etnicidade: portugueses e ingleses no porto de Manaus, 1880-1920. *Varia História*. vol.30 n.54, Belo Horizonte, set./dez. 2014, pp. 57-58.

se acentua a partir de 1914 com o contexto da guerra, o que leva a perdas significativas de informações sobre novos emigrados ao Pará, ou dos sujeitos em movimentos de reemigração.

Em menor quantidade os “outros destinos” correspondem a preferência por Minas Gerais, Espírito Santo, Pernambuco, Bahia e Ceará. Quando comparadas as entradas anuais e os destinos nacionais preferidos pelos aveirenses, observamos que os movimentos entre os espaços se assemelham, nas tendências de alta, de baixa e nas taxações em zero nos intervalos entre 1913 e 1915.

As décadas finais do século XIX assinalaram momentos decisivos para os movimentos migratórios de origem europeia em direção às Américas. Avanços nos transportes marítimos, a instalação de redes telegráficas transatlânticas e os adiantamentos na instalação das redes ferroviárias em diferentes países europeus, desde a década de 1880, agiram como importantes incentivadores ao trânsito de pessoas e informações entre os territórios, caracterizando aos anos 1890 e seguintes como a era das “grandes migrações”, pelo menos até 1915<sup>372</sup>.

O Brasil livre da escravidão, recém República, chegaria ao século XX mantendo-se como destino preferido dos portugueses nas Américas. As economias centrais entre Rio de Janeiro e São Paulo continuavam atraindo diversos contingentes de trabalhadores, para a rede de serviços, indústrias e agricultura. O Pará, a partir da década de 90, viveria os tempos áureos do extrativismo do látex, com preços vultuosos no mercado internacional, grande injeção de capitais nacionais e estrangeiros em diferentes setores, além do contínuo incremento demográfico e a nomeação de a “Paris na América”, até as crises ao longo na década de 1910. Essa fase de significativa injeção de capitais e modernização nos setores produtivos foi acompanhada pelas oscilações nas entradas de aveirenses, que apresentaram curtos intervalos de contínuo crescimento, logo seguidos por quedas, sendo possível, porém, identificarmos os anos de 1898, 1900, 1905, 1906 e 1910 como os de maior pico de entradas, conforme ilustramos anteriormente.

Em 1891 quando somente 67 passaportes são registrados ao Pará – agravado pela incompletude do livro de passaporte –, Portugal atravessava uma ampla crise financeira, deixando o recurso monetário escasso. Nos bancos a conjuntura dificultava o acesso a empréstimos, e os recursos existentes não garantiam os custos da viagem transatlântica. Externamente, o desequilíbrio financeiro foi agravado pela redução das remessas estrangeiras,

---

<sup>372</sup> KLEIN, Herbert S. Migração Internacional na História das Américas. In: FAUSTO, Boris (org.) *Fazer a América*. 2 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000, pp. 13-32, p. 23.

em grande medida oriundas do Brasil, que se acomodava às forças republicanas, com a convocação à Constituinte de 1890 e a elaboração da Constituição um ano depois. Além disso, Portugal teve restrição para aquisição de novos financiamentos externos, pois politicamente o *Ultimatum* inglês forçou a reformulação de suas forças políticas na África, fazendo Portugal perder o selo de credibilidade representado pelo padrão-ouro, lançando desconfiança entre credores sobre a capacidade do Estado em manter seus compromissos financeiros. Conjugados, estes eventos levaram à bancarrota parcial de 1892<sup>373</sup>, quando os passaportes ensaiam um aumento de quase 50% em relação ao ano anterior, chegando a 134 solicitações.

Ao adentrar o século XX a caracterização geral de Aveiro não sofreria alterações significativas, permanecendo com um contingente populacional excessivo e ocupado, sobretudo, no setor primário da economia<sup>374</sup>, embora presencie o desenvolvimento da indústria de papel<sup>375</sup> que fomentava não somente a variação produtiva, como também o incremento demográfico atraído pelas oportunidades industriais<sup>376</sup>. Assim, a agricultura e a pesca seguiam com a intensa mecanização de suas estruturas que cada vez menos solicitavam mão de obra, frente a um excessivo número de trabalhadores rurais dispensados pelas mesmas estruturas modernas de produção. Além da fome entre os mais desprovidos, e o recrudescimento nas leis de recrutamento sobre os mancebos, os aveirenses arcavam com as altas cobranças de impostos que recaíam sobre o valor de passagens e passaportes, certamente em função da eminente participação de Portugal no conflito mundial e a necessidade em arregimentar mancebos para o serviço militar. Ao final da primeira década do século XX só o passaporte custava 7\$000 réis (4,7£), e o bilhete para o Brasil na média de 43\$000 réis (2.886£)<sup>377</sup>.

O jornal *Concelho de Estarreja*, em 1913, anunciava a venda de passagens em 3ª classe para o Brasil por 35\$000 réis (2.33£), negociadas pelo agente de viagens Manuel Sobreira, residente na freguesia de Pardilhó, do mesmo concelho<sup>378</sup>. Concomitante – e curiosamente – ao aumento nos custos dos documentos de viagem, os registros de passaportes também cresceram. Somente na primeira década do século XX os quantitativos concentram, aproximadamente,

<sup>373</sup> SILVA, Álvaro Ferreira da. *O Processo econômico*. op. cit., p. 134.

<sup>374</sup> LOPES, Maria Tereza Braga Soares. *Correntes de Opinião Pública*, op. cit., p. 214.

<sup>375</sup> Embora haja incrementos capitalistas nos meios de produção, a mecanização dos instrumentos e ampliação espacial das áreas de exploração, estes elementos não foram suficientemente capazes de implementar um processo efetivo de industrialização em Portugal, resultando em uma diversidade de assimetrias entre a implantação do capitalismo industrial e as demandas das camadas produtoras agrícolas, que fomentaram a procura pela emigração dos atingidos pelo capitalismo divergente. Cf. PEREIRA, Mirian Halpern. *Diversidade e Assimetrias: Portugal nos séculos XIX e XX*. Lisboa: ICS, 2001.

<sup>376</sup> PEREIRA, Mirian Halpern. *Livre-Câmbio e Desenvolvimento*, op. cit., p. 31.

<sup>377</sup> LEITE, Joaquim Costa. *Emigração portuguesa: a lei e os números*, op. cit., p. 467.

<sup>378</sup> *Concelho de Estarreja*, 10 de outubro de 1913, edição nº 627, p. 3



cercado pelas autoridades militares, que só seria levantado em 22 de dezembro do mesmo ano<sup>379</sup>. O cerco foi reforçado por 2.500 homens de cavalarias distritais de Aveiro, Viana do Castelo, Guimarães e Chaves, e durante este período toda e qualquer circulação foi contingenciada, pessoas, bagagens e mercadorias para saírem precisavam ser encaminhadas anteriormente a um lazareto, onde seriam feitas as quarentenas e desinfecções. Qualquer desrespeito a normativa era motivo de prisões<sup>380</sup>.

Não é difícil imaginarmos o impacto que não somente a doença em si causou na manutenção das saídas ao Pará, como também o temor em adquiri-la circulando pelas ruas do Porto. O próprio cerco a cidade, as quarentenas e a busca desesperada em evitar contato com esse cenário seriam condicionantes à permanência de boa parte das populações em suas vilas. Quando em 1899 o cerco é instalado, registraram-se 519 solicitações de passaporte, uma queda de 28% em relação ao ano anterior, quando se pediram 712 documentos de viagem ao Pará. A mesma oscilação em função da epidemia e do cerco sanitário foi observada por Cristina Cancela ao analisar os passaportes dos naturais do distrito do Porto ao Pará. No ano de instalação do cerco registrou-se apenas 284 passaportes ao Pará, e tão logo erradicada a peste os números subiram para 492 pedidos, em 1900<sup>381</sup>.

Extirpada a doença – em janeiro de 1900 –, as saídas em Aveiro tornaram a ser estimuladas, com crescimento de 58% de passaporte em relação a 1899, alcançando a marca de 888 registros anuais. A retomada das viagens em 1900 também foi constatada por João Cosme ao estudar os passaportes solicitados em Lisboa, com destino ao Pará, cujos solicitantes tinham nacionalidades distintas, porém, em relação aos naturais de Aveiro, estes registraram as maiores solicitações, atrás apenas dos lisboenses<sup>382</sup>.

Todavia, para Eulália Lobo o ano de 1900 trouxera consigo uma forte baixa na corrente imigratória em geral. Analisando fontes internacionais sobre os fluxos, a autora contabilizou a entrada no Brasil de 40.300 imigrantes, dentre eles os portugueses representavam somente 15%, algo em torno de 8.250 imigrantes<sup>383</sup>. Junto ao recrudescimento geral da entrada de estrangeiros no Brasil, os transportes tornaram-se mais rápidos e eficientes, vapores como o inglês *Lanfrane*

<sup>379</sup> ALMEIDA, Maria Antônia Pires de. As epidemias nas notícias em Portugal: cólera, peste, tifo, gripe e varíola, 1854-1918. In: *História, Ciências e Saúde*. V. 21, n. 2, abr.-jun. 2014, pp. 687-708, p. 695.

<sup>380</sup> PONTES, David. *O cerco da peste do Porto – Cidade, imprensa e saúde pública na crise sanitária de 1899*. (Dissertação de Mestrado em História Contemporânea). Faculdade de Letras, Universidade do Porto, 2012, p. 53

<sup>381</sup> CANCELA, Cristina Donza. O fluxo imigratório do distrito do Porto para o estado do Pará: borracha, conflitos, epidemias e gênero (1834-1930). *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*, v. 36, 1-22, 2019, p. 10.

<sup>382</sup> COSME, João. “Quadros da emigração portuguesa para o Pará (Brasil): 1886-1900”, op. cit., p. 78.

<sup>383</sup> LOBO, Eulália M. L. *Imigração Portuguesa no Brasil*, op. cit., p. 24

eram capazes de realizar a travessia atlântica em 10 dias, aptidão constantemente anunciada nos periódicos do distrito.

“[...] o vapor *Lanfrane*, que aqui era esperado a 30 do mez, chegou no dia 29, fazendo a travessia de Lisboa ao Pará à apenas 10 dias. N’este vapor chegaram o industrial paraense Sr. Jose Maria Valente Cabral e sua esposa, D. Rozinha Tavares e Pinho”<sup>384</sup>.

No mesmo ano da nota sobre o *Lanfrane*, os jornais de Aveiro começaram a retratar a crise pela qual passava o comércio no Pará, em função das flutuações nas tarifas de exportação da borracha, que assegurava a maior parte do crescimento econômico da região. Discursos acalorados sobre misérias e descontentamentos com o que os contratadores pagavam aos trabalhadores foram comuns, como esse de 1907.

“[...]O commercio está atravessando uma crise dolorosa; pelas ruas d’esta cidade cruzam-se diversos pobres trabalhadores, que andam vagueando e até passando fome por falta de trabalho, e os que teem trabalho não ganham o suficiente para o seu sustento, por isso que os ordenados são excessivamente diminu’os[...]”<sup>385</sup>.

Embora os periódicos difundissem cenários pouco atraentes no além-mar, a primeira década do século XX concentrou 52% do total de passaportes, e diluídos os números entre os anos é nítida a manutenção dos pedidos, apesar das oscilações. Em 1908, quando o correspondente do *Jornal de Estarreja* em Belém escreve ao amigo “Costa” no concelho de mesmo nome, registraram-se 510 passaportes, que passariam a 600 em 1909, e cresceriam para 888 pedidos no ano de 1910. Ainda que oscilante e, por vezes decrescente, a conservação dos fluxos surpreendia ao periodista no Pará, que não entendia como em meio a um cenário tão lastimável à economia local, continuavam a chegar os navios cheios de “ambiciosos”, como descreve na nota.

“[...] As coisas aqui estão tão lastimáveis, que se Deus não nos acode, não sei o que será feito de nós. [...] Imagina a que desgraça chegou o Pará, grande amigo! Ainda há casas comerciais sortidas de viveres; porem, não há quem compre; por isso, os mesmos estão todo o dia quase desertos. Dão a ideia d’um cemitério, os estabelecimentos!

Mas parece impossível, amigo Costa, que este precário estado de cousas e os meus lamentos não tenham chegado aos ouvidos dos nossos patrícios d’ahi, pois por todos os vapores chegam aqui centenas e centenas d’esses

<sup>384</sup> BNP, *O Jornal d’Estarreja*, 29 de junho de 1907, p. 1.

<sup>385</sup> BNP, *O Jornal d’Estarreja*, 25 de dezembro de 1907, p. 6.

ambiciosos, que após a sua chegada veem colo com as forças perdidas, arrastando-se pelas ruas da cidade como ébrios, sem destino! [...]”<sup>386</sup>.

As palavras do periodista, embora possam sinalizar exagero, tinham fundamento. Um pouco antes de 1908 a economia do estado sentia os reflexos da depressão mundial, afetando diretamente as instituições financeiras. As cifras da borracha ensaiaram um declínio em 1905, alcançando estabilidade somente em 1909. No ano seguinte, quando “o esgotamento dos estoques de borracha no mundo e a ação altista dos especuladores se articularam, os preços explodiram, atingindo números sem precedentes e anormais, sinalizando o eminente colapso”<sup>387</sup>.

Embora o triênio, entre 1910 e 1912, aponte níveis elevados de solicitações de viagem ao Pará – 888, 934 e 516 registros, respectivamente –, ao longo da referida temporalidade – contrariamente – seguiu-se a desaceleração da economia regional, cuja maior parcela se assentava no comércio da borracha, e cujos déficits foram justificados pela concorrência asiática. Em mensagem dirigida à Assembleia Legislativa, o governador João Antônio Luiz Coelho reforçava “os efeitos perturbadores da boa finança, e prejudiciais à vida ordinária do Estado, do comércio e da própria indústria extrativa”, mesmo com o equilíbrio financeiro dos outros itens, desde o ouro até o algodão<sup>388</sup>. Contrariamente à desaceleração local, os pedidos de passaporte alcançam o patamar de 934 registros em 1911, um recorde que acreditamos ter sido incentivado pelo clima conflituoso que já pairava na Europa.

Efetivado o contexto de guerra no continente europeu, o declínio nos passaportes foi significativo. Entre 1914 e 1918 é ausente a definição de destinos específicos dentro do Brasil, resultado da possível pressa em se fazer o passaporte, acrescentando apenas “Brasil” como destino, o escrivão silenciou a escolha de 10.894 emigrantes. A esperada redução nas entradas de aveirenses também é sentida nos registros das Habilitações Consulares, documentação que, por si só, exercia condições excludentes sobre os portugueses no Pará. Entre os anos de guerra, apenas 190 dos habilitados no consulado português em Belém eram naturais de Aveiro,

---

<sup>386</sup> BNP, *O Jornal d’Estarreja*, 4 de julho de 1908, p. 4.

<sup>387</sup> SANTOS, Roberto. *História Econômica da Amazônia*, op. cit., p. 225.

<sup>388</sup> Mensagem dirigida em 07 de setembro de 1910 ao Congresso Legislativo do Pará pelo dr. João Antônio Luiz Coelho, governador do Estado. Belém: Imprensa Oficial do Estado, 1910, p. 98.

enquanto no ano anterior ao início do conflito, 81 aveirenses se registraram junto ao consulado<sup>389</sup>.

Na conjuntura da guerra é importante avaliar que Portugal declarou-se contra os Aliados em março de 1916, combatendo em duas frentes: no teatro africano e na Frente Ocidental do teatro europeu. A entrada na guerra há muito tem sido justificada pelo interesse em defender as colônias na África, embora outros discursos afirmem que Portugal queria assegurar um lugar no contexto europeu, e consolidar a recente ordem republicana instalada em 1910. Na visão de muitos só a ameaça externa e a intervenção militar junto aos “grandes” da Europa justificariam a unidade nacional em torno da República, conquistando não só os objetivos externos, como a consolidação e legitimidade democrática do novo regime<sup>390</sup>.

Outros aspectos fundamentais a compreensão do comportamento dos fluxos diz respeito a composição de gênero, a estrutura etária e ao grau de instrução básica dos emigrados, uma vez que o gênero, a idade e o capital humano atuam como indicadores de sucesso profissional, desde que conjugados a outras variáveis, como conexões profissionais hábeis.

O gênero da imigração aveirense acompanhou a tendência nacional, cuja predominância masculina resultou, entre outros aspectos, das configurações jurídicas em torno das viagens – como as imposições às mulheres e sua constante obediência e dependência à figura masculina para viajar –, e das disposições pessoais e familiares dos interessados em emigrar.

**Tabela 4**  
**Razão de sexo dos aveirenses emigrados ao Pará (1882-1918)**

Quinquênios	Homens		Mulheres		Total	Razão de Sexo
	Nº	%	Nº	%		
1882-1883*	320	2,41	2	0,46	322	160,0
1884-1888	931	7,04	16	3,71	947	58,18
1889-1893	733	5,54	14	3,25	747	52,35
1894-1898	2.133	16,1	66	15,31	2.199	32,31
1899-1903	2.867	21,64	81	18,79	2.948	35,39
1904-1908	3.184	24,03	118	27,39	3.302	26,98
1909-1913	2.838	21,42	101	23,43	2.939	28,09
1914-1918	243	1,84	33	7,66	276	7,36

<sup>389</sup> CMA, Livros de Registro das Habilitações Consulares Portuguesas no Pará. Arquivo do Grêmio Literário Português. Banco de dados Grupo de Pesquisa “População, Família e Migração na Amazônia-RUMA” / Centro de Memória da Amazônia.

<sup>390</sup> TEIXEIRA, Nuno Severiano. Portugal no Mundo. In: TEIXEIRA, Nuno Severiano (coord.) *História Contemporânea de Portugal, 1808-2010*. Vol. 3 – A Crise do Liberalismo, 1890-1930. Lisboa: Objectiva, 2014, pp. 87-101.

<b>Total</b>	<b>13.249</b>	<b>100</b>	<b>431</b>	<b>100</b>	<b>13.680</b>	<b>50,08</b>
--------------	---------------	------------	------------	------------	---------------	--------------

(\*) Quinquênio incompleto em função da perda dos livros de registro anteriores a 1882.

Fonte: ADAVR - Livros de Registro de Passaporte do Distrito de Aveiro (1882-1918)

A razão de sexo ao longo dos quinquênios evidencia a supremacia masculina no largo processo migratório. Ao longo dos trinta e sete anos analisados a média encontrada foi de cinquenta homens para cada mulher, em resposta – como já tratado – sobretudo, às limitações jurídicas às suas movimentações. Se diluirmos as saídas femininas entre os intervalos etários, veremos que 92% das viagens ocorreram entre os 15 e 49 anos, intervalo possivelmente marcado pelo casamento, viuvez ou ainda pela independência pessoal e financeira.

**Tabela 5**

**Gênero em função dos grupos etários (1882-1918)**

Faixa Etária	Homens		Mulheres		Total
	Nº	%	N	%	
0-4	0	0%	0	0%	0
5-9	13	0,10%	2	0,5%	15
10-14	869	6,6%	11	2,6%	880
15-19	878	6,6%	23	5,3%	901
20-24	3.238	24,4%	97	22,5%	3.335
25-29	2.809	21,2%	92	21,3%	2.901
30-34	2.127	16,1%	80	18,6%	2.207
35-39	1.465	11,1%	54	12,5%	1.519
40-44	880	6,6%	41	9,5%	921
45-49	505	3,8%	21	4,9%	526
50-54	253	1,9%	5	1,2%	258
55-59	139	1,0%	5	1,2%	144
60-64	43	0,3%	0	0%	43
65-69	8	0,1%	0	0%	8
70-74	4	0,03%	0	0%	4
75-79	0	0%	0	0%	0
80-84	1	0,01%	0	0%	1
Sem indicação	17	0,1%	0	0%	17
<b>Total</b>	<b>13.249</b>	<b>100%</b>	<b>431</b>	<b>100%</b>	<b>13.680</b>

Fonte: ADAVR - Livros de Registro de Passaporte do Distrito de Aveiro (1882-1918)

O silenciamento da figura feminina sempre foi comum ao longo das migrações, mesmo sendo uma importante agente na conjuntura da partida, viabilizando e administrando os bens da

família em Portugal. No Norte, cuja incidência da emigração mostrou-se numerosa, era um caso particularmente invulgar o predomínio das mulheres nas atividades agrícolas tradicionais<sup>391</sup>.

No decurso da década de 1890 a maior parte da imigração feminina ao Pará se deu em função do reagrupamento familiar, acompanhando do mesmo modo a elevação nos índices de entrada do elemento masculino, que seguiu expressivo ao longo de toda a primeira década do século XX. Se no intervalo entre 1884 e 1888 foi registrada a maior assimetria entre homens e mulheres, com a entrada de 58 homens para cada mulher, quanto mais nos aproximamos do novo século, mais presente era o elemento feminino, cuja razão de sexo – entre 1904 e 1908 – caiu para quase vinte e sete homens à cada mulher ingressa no Pará.

Embora a menor distância entre homens e mulheres na imigração apareça entre os anos de 1914 e 1918 com sete homens para cada mulher ingressa, precisamos considerar o deficiente controle sobre as solicitações de passaporte nesse intervalo, e sobre os destinos declarados, quando notamos um afrouxamento no controle da imigração, cujos locais de deslocamento dentro do território nacional brasileiro passaram a ser definidos apenas como “Brasil”. Além disso, embora com menor incidência, o acréscimo na entrada de mulheres também contou com solteiras, muitas delas com filhos, que fizeram da emigração um escape aos discursos moralizantes em torno da maternidade solitária, contornos que serão mais bem trabalhados no capítulo seguinte.

Sobre a disposição etária dos emigrantes, é importante entendê-la também como resposta às diferentes imposições jurídicas sobre os mancebos em idade militar, já que a obrigatoriedade do serviço forçava os mesmos à emigração cada vez mais precoce, a fim de fugirem das fianças e multas pelas deserções. Recrutamento militar que exigia tarifas elevadas a uma população com poucos recursos<sup>392</sup>. Vejamos os indicativos.

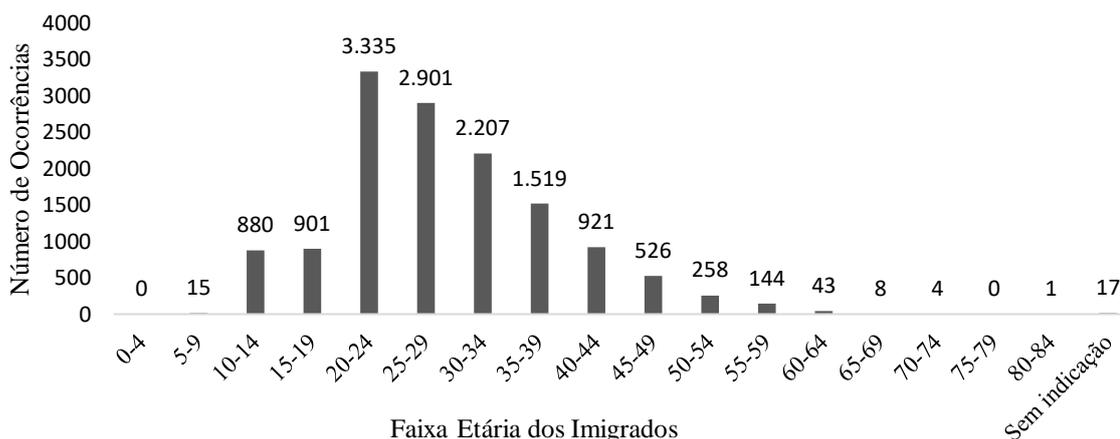
#### Gráfico 4

---

<sup>391</sup> KLEIN, Herbert. A integração social e econômica dos imigrantes portugueses no Brasil nos finais do século XIX e no século XX. *Análise Social*, vol. XXVIII (121), 1993, pp. 235-265. p, 240.

<sup>392</sup> ALVES, Jorge Fernandes. Lógicas migratórias no Porto oitocentista. In: SILVA, Maria Beatriz Nizza da; BAGANHA, Maria Ioannis; MARANHÃO, Maria José; PEREIRA, Miriam Halpern. *Emigração/ Imigração em Portugal. Actas do Colóquio Internacional Emigração/Imigração em Portugal (séc. XIX e XX)*. Lisboa: Fragmentos, 1993, p. 84.

### Distribuição dos titulares por grupos etários (1882-1918)



Fonte: ADAVR - Livros de Registro de Passaporte do Distrito de Aveiro (1882-1918)

O intervalo entre os 15 aos 19 anos era marcado, segundo Jorge Alves, por uma reduzida procura pela migração, devido a exigência em pagar a fiança à liberação do jovem, encarecendo a emigração, a contar ainda os gastos com passaportes e passagens. Para burlar estes limites etários, algumas famílias optavam por enviar os filhos cada vez mais novos à fora de Portugal<sup>393</sup>, por isso seja possível notarmos o expressivo número de saídas entre os 10 e 14 anos. Com a emancipação e comprovação de livrarem-se dos serviços militares, os níveis de emigrados aumentam a partir dos 20 anos de idade, prolongando-se até a média dos 30 anos, intervalo considerado mais produtivo, sobretudo aos homens que fossem ocupar cargos que exigissem maior esforço físico. A incidência de êxodo entre os mais novos também pode ser interpretada sobre o prisma das estratégias de distribuição das heranças e a necessidade precoce de ocupação e rendimento por parte dos excluídos do espólio familiar. Além disso, a emigração de jovens poderia simular a reunificação ou com o pai, o primeiro emigrante, ou com os irmãos, tios, entre outros agregados que tivessem efetivado a emigração.

A alfabetização também representava um elemento importante à inserção profissional no mercado local. Entre os imigrantes do Porto para o Brasil, segundo Jorge Alves, a existência do saber ler e escrever era um requisito mínimo para que o sucesso na emigração fosse possível, haja vista as exigências que os mercados em desenvolvimento demandavam, um artefato de distinção entre a massa trabalhadora recém-saída da escravidão<sup>394</sup>. A oferta, porém, de uma mão de obra minimamente qualificada não era igual em todos os distritos.

<sup>393</sup> Idem, 84.

<sup>394</sup> ALVES, Jorge. *Os Brasileiros*, op. cit., p. 249.

**Tabela 6**  
**Grau de Instrução em Função da Faixa Etária (1882-1918)**

<b>Faixa Etária</b>	<b>Titulares (Nº)</b>	<b>Ler e Escrever (Nº)</b>	<b>Percentual de alfabetizados (%)</b>
0-4	0	0	0%
5-9	15	7	0,1%
10-14	880	794	9%
15-19	901	727	8,5%
20-24	3.335	2.105	24,5%
25-29	2.901	1.763	20,5%
30-34	2.207	1.291	15%
35-39	1.519	845	9,8%
40-44	921	512	6%
45-49	526	280	3,3%
50-54	258	136	1,6%
55-59	144	84	1%
60-64	43	24	0,3%
65-69	8	6	0,1%
70-74	4	1	0,01%
75-79	0	0	0,0%
80-84	1	1	0,01%
Sem indicação	17	10	0,1%
<b>Total</b>	<b>13.680</b>	<b>8.586</b>	<b>100%</b>

Fonte: ADAVR - Livros de Registro de Passaporte do Distrito de Aveiro (1882-1918).

Partindo da primícia de que a tendência predominante entre os indivíduos em idade escolar nas regiões agrícolas de Aveiro era de frequentarem a escola sobretudo no inverno, pois ao longo do verão ocupavam-se junto aos pais na lavoura<sup>395</sup>, a manutenção de 62% (correspondente a 8.586 titulares alfabetizados) de imigrantes que sabiam ler e escrever é considerável, principalmente pela permanência de boa parte dessa população em ocupações que não necessitavam de grande instrução formal. O percentual alfabetizado do distrito ganha ainda mais destaque se comparado aos índices nacionais de analfabetismo, que ao romper da década de 1880 se aproximava dos 80%.

Se avaliado por gênero, o analfabetismo entre as mulheres desponta, já que poucas eram as escolas destinadas ao ensino feminino, e a disponibilidade de professoras suficientemente qualificadas fora dos espaços religiosos era escassa<sup>396</sup>, disparidade evidente entre os registros

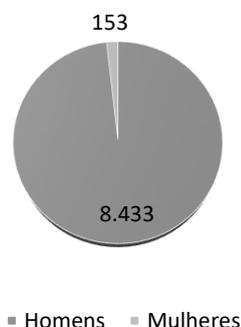
<sup>395</sup> PEREIRA, Marco. História do Ensino Primário no Concelho de Estarreja. In: *Terras de Antuã – Histórias e Memórias do Concelho de Estarreja*. n. 1, Ano 1, Estarreja: Câmara Municipal de Estarreja, 2007, pp. 176-179.

<sup>396</sup> RODRIGUES, Henrique. *Emigração e Alfabetização – O Alto Minho e a Miragem do Brasil*. Viana do Castelo: Governo Civil, 1995, p. 107

de passaportes, onde mais de 62% dos homens emigrados sabiam ler e escrever – equivalente a 8.433 registros –, percentual que cai drasticamente para 1,1% entre as mulheres, representando 153 emigradas em números absolutos, que sabiam ler e escrever como vemos.

**Gráfico 5**

**Gênero e grau de instrução (1882-1918)**



Fonte: ADAVR - Livros de Registro de Passaporte do Distrito de Aveiro (1882-1918).

Sobre aqueles com instrução formal, recaíam inúmeras revistas, periódicos e almanaques. Estes últimos contribuía bastante ao aperfeiçoamento da leitura e escrita, pois levavam às comunidades camponesas informações úteis de meteorologia, calendário das atividades agrícolas, astrologia, informações turísticas, resumos históricos dos distritos, entre outros conteúdos.

A formação secundária destinada a especialização formal em determinado ofício se restringia aos que podiam frequentar a sede do distrito – no Liceu de Aveiro – e as escolas particulares no Porto e arredores, encarecendo ainda mais o aprendizado<sup>397</sup>. Se o ensino básico era marcado por estas disparidades, o superior não se mostrava diferente, já que a prosperidade familiar se refletia nas oportunidades geradas àqueles cujos destinos seriam do diploma.

Ao abordarmos estes elementos fundamentais à compreensão da evolução quantitativa das entradas ao Pará, é importante considerarmos ainda as assimetrias entre nossos resultados e o de outros trabalhos que acarretam diferenças significativas em torno dessas entradas, especialmente os levantamentos a partir das Habilitações Consulares, documentação de responsabilidade do órgão consular português no Pará. Essa historiografia, ao valer-se somente das habilitações à quantificação das entradas de portugueses no estado tende a fragilizar as

<sup>397</sup> CASCÃO, Rui. Em casa: o quotidiano familiar. In: MATTOSO, José (dir.) & VAQUINHAS, Irene (coord.) *História da Vida Privada em Portugal – A Época Contemporânea*. Portugal: Temas & Debates, 2011, p. 229.

conclusões, uma vez que estes documentos apresentam imprecisões consideráveis sobre as entradas legais em comparação aos passaportes. Vejamos.

Entre as fragilidades das Habilitações à precisa quantificação dos fluxos estão os hiatos significativos entre o ano de chegada e o ano da habilitação, em função ou da falta de informação sobre a necessidade do registro, ao extravio de documentos oficiais necessários – por terem entrado no Pará na condição de clandestinos – ou, finalmente, pela carência de recursos para arcar com os gastos do registro. Entre tantos exemplos, podemos mencionar o registro de Manoel Maria Eusébio Pereira, natural de Aveiro, que chegou ao Pará em agosto de 1880, solicita habilitação junto ao consulado somente em abril de 1913<sup>398</sup>. Como também Antônio da Silva Tavares, natural do conselho de Estarreja, cuja solicitação de habilitação consular data de maio de 1913, embora tivesse chegado ao Pará em agosto de 1887<sup>399</sup>. Estes hiatos – mesmo que para poucos casos sejam preenchidos por fontes auxiliares – limitam à caracterização do fluxo migratório, dificultando a percepção de sua composição, e ainda camuflando diversas trajetórias. O fato de os imigrantes acionarem a habilitação consular somente em casos pontuais, como regularização de patrimônios, investimentos, e outras aplicabilidades<sup>400</sup>, subnotifica o número de registros e entradas ao Pará.

A incompatibilidade entre os números é clara. Entre os anos de 1850 e 1919 – partindo das datas de chegada ao Pará declaradas ao consulado – é possível levantarmos que 9.407 portugueses viviam no Pará. Se a este montante somássemos aqueles que não declararam a data de chegada ao estado, a soma chegaria a 10.300 portugueses habilitados, porém, neste total estão inseridos sujeitos naturais de todos os distritos portugueses<sup>401</sup>. Recordemos que – partindo dos passaportes de Aveiro – somente deste distrito 13.680 portugueses teriam solicitado documentos de viagem e em um intervalo de tempo mais curto, entre 1882 e 1918, enquanto o intervalo de cálculo das habilitações é de 68 anos, ou seja, entre as habilitações de portugueses no Pará – de todas as naturalidades – e os registros de passaportes somente de Aveiro, há uma

---

<sup>398</sup> CMA, Habilitação Consular de Manoel Maria Eusébio Pereira. Arquivo do Grêmio Literário Português. Banco de dados do Grupo de Pesquisa População, Família e Migração na Amazônia (RUMA). Código da habilitação: 10399, Registro 602, Imagem: P1080324.

<sup>399</sup> CMA, Habilitação Consular de Antônio da Silva Tavares. Arquivo do Grêmio Literário Português. Banco de dados do Grupo de Pesquisa População, Família e Migração na Amazônia (RUMA). Código da habilitação: 10417, Registro 661, Imagem: P1080383.

<sup>400</sup> CANCELA, Cristina Donza. *Os portugueses em Belém: imigração, patrimônio, alianças e sociabilidade (1850-1920)*. 2012. Projeto de pesquisa, Universidade Federal do Pará, Belém & Universidade de Lisboa, Lisboa. CNPQ/CAPES, 2012.

<sup>401</sup> CMA, Livros de Registro das Habilitações Consulares Portuguesas no Pará. Arquivo do Grêmio Literário Português. Banco de dados Grupo de Pesquisa “População, Família e Migração na Amazônia-RUMA” / Centro de Memória da Amazônia.

diferença de 3.380 registros, camuflados pelas brechas do registro consular. Mesmo que do total de 13.680 pedidos de passaportes de aveirenses, retirássemos as reemigrações – um total de 4.725 ocorrências – os registros de única viagem continuariam superiores aos dados contidos nas habilitações.

As informações trazidas pelas habilitações também amortecem a representatividade dos emigrados naturais do distrito de Aveiro no estado. Edilza Fontes, que desenvolveu trabalho de doutoramento sobre a imigração portuguesa ao Pará entre os anos de 1885 e 1914, a partir desse corpo documental, se utiliza dos dados para discutir, entre outros aspectos, a origem distrital dos imigrantes. Segundo a autora na temporalidade estabelecida, os naturais de Aveiro correspondem somente a 629 indivíduos. Em 1888, por exemplo, Fontes apresenta apenas 1 registro consular de um natural de Aveiro<sup>402</sup>, ano em que os passaportes levantados apontam 201 registros. Ainda segundo os passaportes, entre os anos de 1885 e 1914 o número de aveirenses que teriam viajado ao Pará foi de, aproximadamente, 12.800 sujeitos, quase vinte vezes o valor descrito pela autora.

Conclusão semelhante ao trabalho de Edilza Fontes chegou Marcos Carvalho, ao também estudar a imigração portuguesa no Pará a partir das Habilitações Consulares, em um recorte temporal ligeiramente menor, entre os anos de 1890 e 1914. Segundo o autor, o total de imigrados de Aveiro corresponde a 621 registros, aproximadamente 25% do total de 2.424 habilitações consultadas analisadas<sup>403</sup>, em contraponto aos 11.952 passaportes registrados no Governo Civil do distrito.

Longe de queremos supervalorizar os passaportes em detrimento das Habilitações Consulares na busca de quantitativos mais reais em torno da emigração de aveirenses ao Pará, mas chamamos atenção ao fato de que a elaboração de balanços gerais de entradas, bem como a especificação das naturalidades dos emigrados são ações que exigem cautela, e um amplo conjunto de fontes auxiliares que colaborem à formulação das conclusões.

A “urbe das riquezas”, como Maria de Nazaré Sarges definiu Belém durante a crescente exploração da borracha local, receberia centenas de milhares de imigrantes com ou sem profissões definidas, vindos sozinhos ou em família, e que embora compartilhassem da mesma

---

<sup>402</sup> FONTES, Edilza Joana de Oliveira. *Preferem-se portugueses(as): Trabalho, cultura e movimento social em Belém do Pará (1885-1914)*, Tese de Doutorado, São Paulo, Unicamp, 2002, pp. 105 -106.

<sup>403</sup> CARVALHO, Marcos Antônio de. *Bebendo açaí comendo bacalhau: Perfil e práticas da sociabilidade lusa em Belém do Pará entre finais do século XIX e início do XX*. 2011. Tese (Doutorado em História) Porto/Portugal, Universidade do Porto/Faculdade de Letras/ Departamento de História e de Estudos Políticos e Internacionais, 2011, pp. 129-131.

origem distrital, apresentaram repertórios pessoais diferenciados, refletidos no modo como acomodaram suas forças produtivas na Amazônia. O perfil dessa população colaborou ao enriquecimento cultural e socioeconômico do Pará ao longo de todo o século XIX e XX. E é sobre ele que dedicaremos as observações seguintes.

**CAPÍTULO TERCEIRO:**  
“PARTINDO MAIS OU MENOS POBRE, VOLTANDO MAIS OU MENOS RICO” – A  
CARACTERIZAÇÃO DO FLUXO

Na carta escrita por Augusto Leite à esposa Emília, logo da chegada em Belém, o português lamenta que, pela demora na viagem, tenha perdido a oportunidade de estabelecer sociedade em uma casa comercial dividida em duas. O desejo de Augusto não era aleatório, pois era nesse setor da economia paraense, ainda crescente em função dos benefícios da exportação de látex, que a expressiva parcela de imigrantes buscou ocupar-se em Belém, reconfigurando o perfil profissional de muitos.

Qualificada, por diferentes trabalhos locais, como uma imigração de comerciantes, caixeiros e outras ocupações ligadas ao setor de serviços, a organização socioprofissional dos portugueses no Pará foi desenhada em função das fontes utilizadas para tal<sup>404</sup>. Os inventários *post-mortem*, a exemplo, muitos elaborados a partir dos testamentos, feitos no “quase” fim da vida dos sujeitos, trazem informações resultantes de uma diversidade de simetrias e assimetrias convividas, que puderam ou não colaborar à construção de um perfil profissional distinto ao longo das diferentes etapas vividas. Assim como os inventários, boa parte do corpo documental até agora utilizado à identificação dos imigrados captura um perfil resultante de uma média ou longa estadia no Pará, diferindo das condições de chegada.

Nosso objetivo ao construir o perfil dos imigrados de Aveiro é identificar a caracterização no instante da chegada, o modo como saem de suas terras, e o quanto a formação desses fluxos responde aos elementos persuasivos à emigração, entre arranjos familiares, de vizinhança e enquadramentos político-socioeconômicos. A elaboração dessa caracterização é uma prática comum entre a historiografia portuguesa dedicada a temática, com destaque àqueles interessados em conhecer com maior precisão os grupos mais afetados pela emigração distrital. Em comum, esses estudos se sustentam, sobretudo, sobre os passaportes, o que pouco

---

<sup>404</sup> Sobre o perfil migratório de portugueses no Pará em diferentes temporalidades, cf. CANCELA, Cristina Donza & BARROSO, Daniel Souza. Imigração portuguesa e Casamento: Um olhar a partir do gênero, da geração e da atividade (Belém, 1908-1920). In: *Entre Mares: O Brasil dos Portugueses*. SARGES, Maria de Nazaré [et at.] – Belém: Editora Paka-Tatu, 2010; CANCELA, Cristina Donza & BARROSO, Daniel Souza. *Casamentos portugueses em uma capital da Amazônia. Perfil demográfico, normas e redes sociais*. Belém (1891-1920). *História*, v.15, n.01, Unisinos, jan-abril/2011.; CARVALHO, Marcos Antônio de. *Bebendo açaí comendo bacalhau: Perfil e práticas da sociabilidade lusa em Belém do Pará entre finais do século XIX e início do XX*. (Doutorado em História) Porto/Portugal, Universidade do Porto/Faculdade de Letras/ Departamento de História e de Estudos Políticos e Internacionais, 2011; EMMI, Marília Ferreira. *Um século de migrações internacionais na Amazônia brasileira (1850-1950)*. Belém: NAEA, 2013; FONTES, Edilza. *Preferem-se português (as): Trabalho, cultura e movimento social em Belém do Pará (1885-1914)*. Tese de Doutorado, São Paulo, Unicamp, 2002; GUIMARÃES, Luiz Valente. *De chegadas e partidas – Migrações portuguesas no Pará (1800-1850)*. (Tese de Doutorado). Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia. Universidade Federal do Pará, 2016; TAVARES, Anndrea Caroliny da C. *Em busca das “Patacas”: patrimônio de portugueses na economia da borracha (Belém, 1840-1930)*. (Dissertação). Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, Belém, 2017.

diversifica as metodologias e resultados<sup>405</sup>. Esse perfil, de modo geral, após a chegada tende a se acomodar às novas demandas, que podem promover – ou não – mudanças na constituição socioeconômica inicial do sujeito.

Para tanto, o item é dividido em três seções. A primeira com a origem natural dos sujeitos onde, além de apresentarmos a distribuição espacial dos imigrados entre os concelhos, abordamos com maior atenção os que registram maiores saídas, a fim de compreendermos como os contextos corroboraram à elaboração das estratégias migratórias. A segunda seção trabalha com a divisão socioprofissional dos sujeitos em função dos três setores da economia, e como a formação desse perfil pôde, ou não, se acomodar às demandas locais. Por fim, a distribuição da condição civil para visualizarmos se a corrente imigratória de Aveiro se aproximou dos estudos até então desenvolvidos pela historiografia portuguesa e brasileira mencionados nos capítulos anteriores, observando como os grupos envolvidos nesses processos se acomodaram ao cenário paraense.

### 3.1- A inconstância vivida – entre a terra e o mar

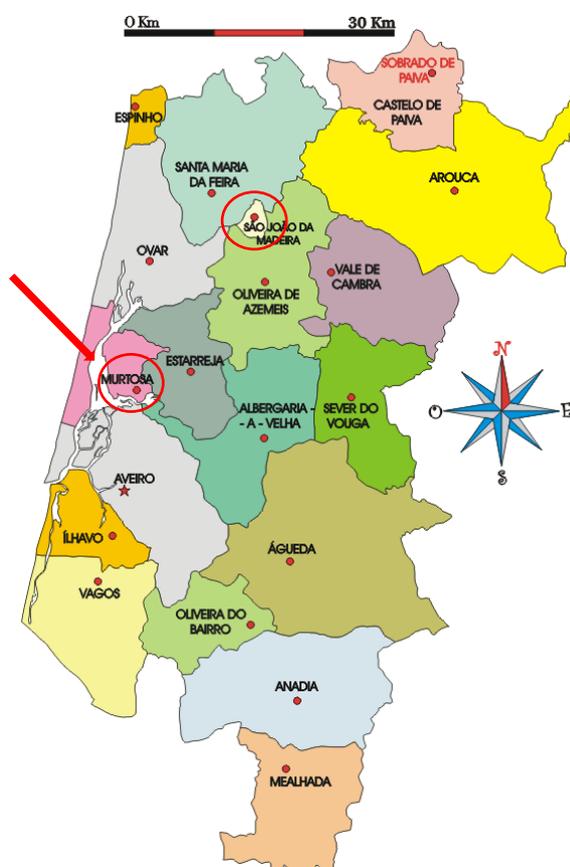
A divisão administrativa de Aveiro considerada neste trabalho corresponde a formação definida pelo Decreto de 1899 que estabeleceu a criação de 17 concelhos, a saber: Águeda, Albergaria a Velha, Anadia, Arouca, Aveiro, Castelo de Paiva, Espinho, Estarreja, Feira, Ílhavo, Macieira de Cambra, Mealhada, Oliveira de Azeméis, Oliveira do Bairro, Ovar, Sever do Vouga e Vagos. Composição que difere da atual em virtude da elevação das antigas freguesias da Murtosa – que pertencia a Estarreja – e de São João da Madeira – antes pertencente a Oliveira de Azeméis – a concelhos, pelo Decreto de 1926, o que leva a 19 concelhos, hoje. A distribuição espacial desas unidades administrativas, conjugada a elementos internos

---

<sup>405</sup>Entre os trabalhos monográficos, destacamos: ALVES, Jorge Fernandes. *Os brasileiros: Emigração e retorno no Porto oitocentista*. Gráficas reunidas: Porto, 1994; CASTRO, Celeste. *A emigração na freguesia de Santo André da Campeã (1848-1900)*. Porto: Edições Afrontamento/CEPESE, 2010; MONTEIRO, Miguel. *Migrante, Emigrantes e “brasileiros”: territórios, itinerários, trajectórias (834-1926)*. Fafe, 2000; SERRÃO, Joel. *A emigração portuguesa: sondagem histórica*. Coleção horizonte, n.12, Lisboa/Portugal, Livros Horizonte, 1974. Além dos vários artigos publicados nas coletâneas organizadas pelo CEPESE em parceria com universidades brasileiras. Dentre elas: MATOS et al. (org). *Deslocamentos & Histórias: Os portugueses*. Bauru/São Paulo: EDUSC, 2008. SOUSA, Fernando de & MARTINS, Ismênia. *A emigração portuguesa para o Brasil*. Porto/CEPESE & Rio de Janeiro/ FAPERJ, 2007; SOUSA, Fernando de; MARTINS, Ismênia & MATOS, Maria Izilda. *Nas duas margens: Os portugueses no Brasil*, Porto/Portugal, Afrontamento, 2009. SOUSA, Fernando de et al. *Um passaporte para a terra prometida*. Porto: Fronteira do Caos editores/ CEPESE, 2011. CIRNE, Teresa. *A emigração para o Brasil: Famílias de Vila Nova de Gaia (1834-1900)*. In: SOUSA, Fernando de [et. all]. *A Emigração Portuguesa para o Brasil*, Porto/CEPESE & Rio de Janeiro/ FAPERJ, 2007.

específicos, facilitaram a circulação de pessoas e informações, promovendo tendências maiores de emigração em algumas regiões em detrimento de outras.

**Imagem 9**  
**Mapa Administrativo de Aveiro (2018)**



Fonte: <https://br.pinterest.com/pin/453878468686909033/>. Grifo da autora.

Em destaque na ilustração estão os atuais concelhos da Murtosa e São João da Madeira, elevados recentemente a essa categoria, e a grande laguna da Ria – bem como suas extensões ao Sul e ao Norte do distrito – por ainda ser um espaço importante no contato marítimo entre as populações do entorno, por facilitar a viagem de contorno até a cidade do Porto ou mesmo ao porto de Leixões. Os pequenos canais que apontam para as extremidades do distrito também favoreceram ao transporte de bens quando os veículos particulares e o caminho de ferro ainda eram insuficientes. Além disso, grande parte das economias de Vagos, Ílhavo, Aveiro, Estarreja/Murtosa, Ovar e Espinho sofrera influência direta do uso das lagunas ao longo da Ria, de maneira que toda intervenção no uso destas águas representou quebras no desenvolvimento

econômico destes concelhos, que ao longo de suas extensões possuem terras cultiváveis irrigadas<sup>406</sup> pelas lagunas. O maior fluxo de imigrantes saía das áreas mais próximas ao centro da Ria, em grande medida de Ovar e Estarreja.

**Tabela 7**  
**Naturalidade dos Imigrantes (1882-1918)**

<b>Concelhos</b>	<b>Nº de Imigrantes</b>	<b>Percentual (%)</b>
Águeda	450	3,3%
Albergaria a Velha	912	6,7%
Anadia	76	0,6%
Arrouca	586	4,3%
Aveiro	439	3,2%
Castelo de Paiva	39	0,3%
Espinho	30	0,2%
Estarreja	5.403	39,5%
Santa Maria da Feira	633	4,6%
Ílhavo	180	1,3%
Macieira de Cambra	111	0,8%
Mealhada	10	0,1%
Oliveira de Azeméis	937	6,8%
Oliveira do Bairro	20	0,1%
Ovar	2.818	20,6%
Sever do Vouga	999	7,3%
Vagos	22	0,2%
Não Especificados	15	0,1%
<b>Total</b>	<b>13.680</b>	<b>100%</b>

Fonte: ADAVR - Livros de Registro de Passaporte do Distrito de Aveiro (1882-1918)

Entre menores e maiores taxas, Aveiro esteve entre os distritos com “tradição” em migrar. Nessa faixa litorânea, de onde a emigração foi expressiva, as práticas agrícolas em torno de cereais como o trigo, a cevada, e o milho eram semelhantes e, quase sempre, compartilhavam dos mesmos problemas, entre eles o novo sistema de fertilização do solo que, anteriormente feito a base do moliço, agora dava lugar aos adubos químicos – os quais prometiam maior eficiência e durabilidade da fertilização do terreno –, que solicitavam trabalhadores que os

<sup>406</sup> Para se conter o contato direto entre os terrenos agrícolas e as águas salgadas existe um sistema de muros, chamado de “valas” ou “motas”, com “cambeias” ou comportas destinadas às saídas das águas pluviais. In: PEREIRA, Marco. *Breve História...*, op. cit., p. 12.

soubesse manusear e proprietários com capitais para a compra das substâncias. Entre Ovar e Estarreja é clara a predominância de inconstâncias, entre elas as físicas – no que diz respeito ao solo e as águas, onde incluímos as demandas próprias de cada estação, e o defeso das espécies aquáticas, – que refletiam nas inconstâncias funcionais, ou seja, as diferentes formas de organização desses espaços em função dos ciclos da natureza sobre o uso da terra e do mar, refletiram no modo de ocupação demográfica e na classificação funcional dos sujeitos, que ora poderiam ocupar as regiões litorâneas nos tempos de liberação da pesca, nomeando-se pescadores, ora voltavam ao campo quando a agricultura apresentava maiores sinais de lucratividade, passando a nomearem-se agricultores. São regiões que dividem, ainda hoje, os esforços entre os tratos agrícolas e a pesca – no mar ou na Ria – intensificada nos meses seguidos ao inverno, pela menor oscilação das marés e maior limpeza dos canais<sup>407</sup>.

A pesca em Ovar é característica da região litorânea do Furadouro, com povoamento permanente de pescadores, e importante centro da pesca de arrasto<sup>408</sup> do litoral norte português, sobretudo da sardinha. As companhas – como era chamado o conjunto de pescadores que trabalhavam para empresas dedicadas a pesca de arrasto no mar – no início do século XX saíam em um barco único, com quatro remos, e uma tripulação média de 45 homens, carregando todos os utensílios necessários, o que reduzia os gastos com embarcações e tripulações auxiliares. O pescado era dividido entre a exportação, outro tanto aos mercantéis – negociantes de pescado – , às peixeiras da comunidade, e a maioria para os armazéns onde eram preparados para seguir o caminho de ferro até os grandes centros de abastecimento nacional<sup>409</sup>.

Ao final do século XIX pontuais crises entre a classe piscatória foram sentidas em decorrência de diferentes incêndios nos palheiros<sup>410</sup> da costa e no centro da vila do Furadouro. Entre 1881 e 1910, dez grandes incêndios afetaram a região, só em 31 de julho de 1881, Miguel de Oliveira elencou a destruição de 320 palheiros, levando dezenas de famílias a miséria pela

---

<sup>407</sup> VIEIRA, Joana Tavares. *Interpretação e Representação da Inconstância do entre terra-água em Ovar*. (Tese de Mestrado). Escola de Arquitetura, Universidade do Minho, 2016, p. 62

<sup>408</sup> Extenso pano de rede de malha quadrangular que, na forma de um saco, varre para dentro da rede o pescado, junto de crustáceos e outros elementos do mar. Seu maior problema está em retirar o pescado ainda filhote, não pronto ao consumo, e que na maioria das vezes não é devolvido ao mar, podendo levar a escassez de espécies. O “saco” regulava, em média, de 70m de circunferência, 40m de profundidade, e 8m de fundo. In: CASTRO, D. José de. *Pescadores*. (Estudos Etnográficos). Ovar: Museu de Ovar, 1999, pp. 17-21.

<sup>409</sup> PINHO, Manoel Cascais de. *A pesca no Furadouro – Ensaio, trabalho para ampliar*. 3ª ed., Ovar: Museu de Ovar, 2004, pp. 2-6.

<sup>410</sup> Habitações características dos pescadores na região litorânea, comumente construídas por madeiras de pinheiro, com passagem livre para a subida das marés. A parte inferior funciona como espécie de depósitos para o pescado e outras mercadorias, e acima a residência. Maior parte dos palheiros na beira mar pertencem aos pescadores, outros mais bem estruturados são de proprietários mais abastados, que alugam a estrutura nos períodos de safra na pesca. Outros palheiros também eram alugados à banhistas no período de férias. In: CASTRO, D. José de. *Pescadores*. (Estudos Etnográficos). Ovar: Museu de Ovar, 1999, p. 37

perda tanto de mercadorias, quanto dos aparelhos de pesca<sup>411</sup>. Para o autor, para alguns pescadores os incêndios eram tratados com indiferença, desmotivando as populações ao socorro das chamas, com declarações do tipo “ninguém se canse que é nos palheiros dos ricos, o seguro paga tudo”<sup>412</sup>, demonstrando clara divisão entre pescadores artesanais independentes e as companhias organizadas de maneira empresarial, com potenciais embates entre eles.

O incêndio ocorrido em junho de 1892 destruiu as melhores fábricas de sardinha do Furadouro, empregadoras de dezenas de operários e pescadores nas companhias, além de depósitos de sal e mais de 200 habitações populares. Curiosamente, nos meses que se seguiram ao ocorrido até dezembro de 1892 os registos de viagens dos naturais de Ovar foram de apenas 29 passaportes, em sua maioria de lavradores, trabalhadores e fragateiros, e nenhum pescador ou operário (como poderia ser designado o funcionário das fábricas locais de pescada), o que pode indicar a readaptação funcional dos sujeitos aos episódios de crises locais, ou mesmo migrações internas em busca de novos postos de trabalho em grandes centros, como observado por Alberto Lamy em 1887 quando, em crise, a indústria naval forçou muitos ovarenses a buscarem oportunidades em Lisboa – especialmente fragateiros –, Alto Douro e Beira, como mercantéis<sup>413</sup>. Essa mesma indústria foi um importante diferencial entre o concelho de Ovar e o vizinho de Estarreja, com o qual compartilhou boa parte de sua feição a terra e ao mar.

Em Ovar a carpintaria naval ou a arte dos calafates foi uma das mais florescentes e características atividades da unidade administrativa, empregando um expressivo contingente de operários navais, calafates e carpinteiros, que também iam à região de Lisboa para os serviços de reparo nas embarcações<sup>414</sup>. A construção mais característica eram as fragatas – embarcações utilizadas no Tejo para o serviço de cargas e descargas –, além daquelas de menor porte, que impactaram na organização da Companhia dos Caminhos de Ferro de Portugal, que mandou vagões especiais a região a fim de facilitar o transporte das embarcações aos portos de Lisboa e do Porto, o que também dinamizou a circulação de pessoas entre os distritos.

---

<sup>411</sup> OLIVEIRA, Mons. Miguel de. *O Furadouro e sua história antiga*. Ovar: Museu de Ovar, 2007, p. 15

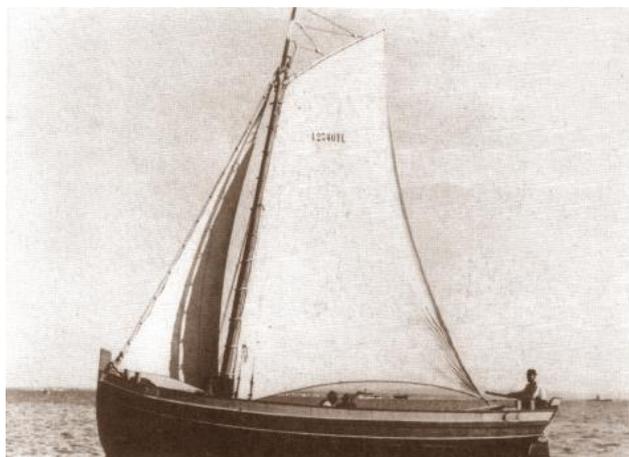
<sup>412</sup> LAMY, Alberto Sousa. *Monografia de Ovar – Freguesias de São Cristóvão e de São João de Ovar (1865-1916)*. Vol. 2. Ovar: Câmara Municipal de Ovar, pp. 158-159.

<sup>413</sup> LAMY, Alberto Sousa. *Monografia de Ovar*, op. cit., pp. 161-162.

<sup>414</sup> SARMENTO, Clara. O espaço e a economia da Ria de Aveiro: Pescas, agricultura e extração de moliço. In: *Revista de Ciências Empresariais e Jurídicas*. (5), 2005, pp. 207-254, p. 224.

## Imagem 10

### Fragata tradicional, fabricada em Ovar, no Tejo



Fonte: Fragatas e Varinos do Tejo – Ovarenses proprietários em Lisboa destas embarcações nos finais do séc. XIX e princípios do século XX. In: *Folha Informativa*. Ano 6, nº 238, Instituto Politécnico de Santarém, 2013, p. 2.

Silvério Rocha ao escrever sobre a abrangência jurídica da Capitania Portuária de Aveiro destacou como eram feitas as “enviadas”, como era chamado o transporte de embarcações fabricadas ao Norte – especialmente em Ovar – para o Centro e o Sul do território português.

Os estaleiros de Ovar e Pardilhó [este último em Estarreja], desde longa data construíam fragatas e varinos para o serviço de outros portos, principalmente Lisboa. Concluída a construção, estas embarcações, sumariamente aparelhadas e carregadas com madeira que servia de lastro e dava frente, tripuladas por três homens de boa têmpera, em geral ílhavos, aproveitavam a época dos ventos bonancosos do Norte, e seguiam costa abaixo para o porto de destino<sup>415</sup>.

Ao final do século XIX, porém, a indústria reconhecida dos calafates – e a anexa, dos fragateiros<sup>416</sup> – começava a ser prejudicada pelas obras no porto de Lisboa e a construção de “paredões” onde os maiores navios circulantes no Tejo ancoravam, dispensando o uso das embarcações menores, só em 1887 o serviço braçal nas fragatas ao longo do Tejo empregava, em média, 3 mil fragateiros de Ovar<sup>417</sup>. Para Clara Sarmento, já em 1895 a classe dos fragateiros, especialmente em crise, viu-se reduzida em um terço, fazendo da emigração ao

<sup>415</sup> CUNHA, Silvério Rocha e. *Notícias sobre as Indústrias Marítimas na Área da Jurisdição da Capitania do Porto de Aveiro*. Aveiro: Gráfica Aveirense, 1939, p. 26.

<sup>416</sup> Fragateiros poderiam ser os donos das embarcações no Tejo, ou os serventes nas mesmas.

<sup>417</sup> LAMY, Alberto Sousa. *Monografia...*, op. cit., pp. 162-163.

Brasil o escape ao problema<sup>418</sup>. O quantitativo de fragateiros vindos de Ovar, no entanto, não reflete o argumento declarado por Sarmiento sobre a demanda pela emigração, uma subnotificação diretamente ligada as inconstâncias físicas e estruturais da região, que implicava na inconstância funcional que mencionamos anteriormente, ou seja, embora o indivíduo tivesse trabalhado boa parte de sua vida como fragateiro, necessidades pontuais poderiam fazer-lhe alterar sua ocupação – temporária ou definitivamente –, reduzindo o quantitativo de uma determinada ocupação, consoante o aumento de outra. Essa flutuação profissional pode ser percebida na trajetória de vários emigrados, entre eles Antônio de Oliveira Manarte que vindo ao Pará em 1896<sup>419</sup> e 1901<sup>420</sup>, afirmou exercer o ofício de fragateiro, em sua terceira viagem, no entanto, se apresentou como marítimo, em 1906<sup>421</sup>, configurando ocupações aproximadas, embora para alguns se tratasse do mesmo ofício, distintas apenas na denominação.

Se considerássemos, para a observação da emigração de fragateiros, o intervalo entre 1890 – quando as obras no porto de Lisboa impactam negativamente sobre esse grupo – e 1896 – um ano depois do período de crise para Clara Sarmiento, os fragateiros constam apenas em 17 registros, entre eles mais um “Manarte” – José de Oliveira Manarte, com 21 anos – que solicita passaporte em novembro de 1895<sup>422</sup>, sem registrar reemigrações. Em contrapartida, 96 lavradores solicitaram documentos de viagem, seguidos por 82 pedidos de marítimos, e 42 de trabalhador, o sujeito sem ofício definido.

Pelo número de lavradores vindos no curto intervalo destacado, é perceptível a proximidade dos ovarenses – ou varinos – com a terra, especialmente na região da gelfa<sup>423</sup>, cuja fertilização era feita a partir do moliço<sup>424</sup>. Nesse trato, predominavam as culturas do milho grosso, feijão, trigo, cevada e centeio, com menos expressão a aveia, o linho, cebolas, batatas, hortaliças e legumes que sofrem queda significativa ao final do século XIX, quando as atividades se resumiam, em maior quantidade, a produção do milho e a engorda do gado, configurando cenários de miserabilidade entre diferentes grupos, fosse pela ausência de

---

<sup>418</sup> SARMENTO, Clara. Idem, p. 225.

<sup>419</sup> ADAVR, Registro de Pedido de Passaporte de Antônio de Oliveira Manarte, 1896. Livro 20, página 194, registro 1177.

<sup>420</sup> ADAVR, Registro de Pedido de Passaporte de Antônio de Oliveira Manarte, 1901. Livro 23, página 354, registro 2115.

<sup>421</sup> ADAVR, Registro de Pedido de Passaporte de Antônio de Oliveira Manarte, 1906. Livro 28, página 241v, registro 1440.

<sup>422</sup> ADAVR, Registro de Pedido de Passaporte de José de Oliveira Manarte, 1895. Livro 19, página 391, registro 2332.

<sup>423</sup> Literalmente, gelfa significa ato de pastar, daí a referência como o lugar de pastagem.

<sup>424</sup> Moliço corresponde a um conjunto de plantas aquáticas usadas na agricultura ao longo da laguna, como fertilizante natural, tornando solos arenosos em áreas de grande fertilidade. In: MONTEIRO, Norberto. *Frente Lagunar de Estarreja*, op. cit., p. 170.

trabalho, fosse pelo baixo rendimento alcançado, em função, muitas vezes, da excessiva repartição da terra, extensões muito retalhadas, “anãs”, que pouco ou nada contribuíam às necessidades de seus possuidores, quase sempre numerosas famílias, nas quais muitos membros ajudaram a engrossar os fluxos migratórios externos ao Brasil<sup>425</sup>.

Nesse movimento, Alberto Lamy destaca a emigração dos fragateiros – como Sarmiento – acrescentando ainda os oleiros, indivíduos que fabricavam e vendiam itens de cerâmica<sup>426</sup>, que ao Pará registraram apenas seis passaportes, entre 1882 e 1918, correspondendo – sobretudo – a dois grupos familiares, os “Pereira Silvestre” e os “Dias de Resende”, ambos registrando reemigrações. Entre os “Pereira Silvestre” o primeiro registro é de Antônio, que solicita passaporte em 1897, aos 51 anos, nessa que – pela marcação lateral em seu registro – correspondia a sua segunda viagem ao Pará<sup>427</sup>. Dois anos depois, era seu primo Simeão Pereira Silvestre que pedia os documentos de viagem, aos 26 anos<sup>428</sup>, retornando pela terceira vez em 1902, nessa que pareceu ser a última viagem<sup>429</sup>. Os irmãos “Dias de Resende” também viajaram em intervalos distintos entre 1906 e 1909, e tanto Manoel Maria<sup>430</sup> quanto Leopoldo<sup>431</sup> trouxeram ao lado do registro de passaporte indicações de que estas correspondiam, na realidade, as suas segundas vindas ao Pará.

O desencontro entre os emigrados e aqueles ficados em Portugal eram frequentes, em função de deficiências na comunicação transatlântica ou mesmo local. Era comum aos recém-chegados buscarem por seus parentes ou conhecidos na ânsia de reconstruir as redes anteriores a viagem. Foi o que fez o ovarense Antônio Pereira Valente que, recém-chegado ao Pará em janeiro de 1890, buscou pelo irmão Manoel Pereira Valente, pedindo que todas as informações sobre o paradeiro dele fossem encaminhadas ao rio Tajapurú, boca do Laguna – rio paralelo a fronteira entre os municípios de Breves e Melgaço, na Ilha do Marajó – a João Ferreira de Brito, ou na cidade de Belém, a J. F. da Silva & C<sup>a</sup>, a Rua João Alfredo<sup>432</sup>. Ao que tudo indica, Antônio

---

<sup>425</sup> LAMY, Alberto Sousa. *Dicionário da História de Ovar*. Vol. 1., Ovar: Câmara Municipal de Ovar, 2009, p. 40.

<sup>426</sup> Idem, p. 532.

<sup>427</sup> ADAVR, Registro de Pedido de Passaporte de Antônio Pereira Silvestre, 1897. Livro 21, página 95v, registro 569.

<sup>428</sup> ADAVR, Registro de Pedido de Passaporte de Simeão Pereira Silvestre, 1899. Livro 22, página 362v, registro 2168.

<sup>429</sup> ADAVR, Registro de Pedido de Passaporte de Simeão Pereira Silvestre, 1902. Livro 24, página 367, registro 2199.

<sup>430</sup> ADAVR, Registro de Pedido de Passaporte de Manoel Maria Dias de Resende, 1906. Livro 27, página 401, registro 2396.

<sup>431</sup> ADAVR, Registro de Pedido de Passaporte de Leopoldo Dias de Resende, 1909. Livro 33, página 121v, registro 724.

<sup>432</sup> BNDB, *Diário de Notícias*, 17 de janeiro de 1890, edição 13, página 1.

estaria a serviço de João Ferreira de Brito, ou mesmo o irmão Manoel fosse funcionário da firma que João Ferreira compartilhava com a esposa ao longo do Tajapurú, onde possuíam mercadorias, móveis, utensílios e três barracões<sup>433</sup>, tipo de estrutura comum na região das ilhas marajoaras, onde tradicionalmente praticava-se a criação de animais e, com a ampliação do comércio da borracha, se tornou uma das zonas preferidas ao extrativismo do látex<sup>434</sup>, na qual portugueses e outros estrangeiros dividiam propriedades com as tradicionais famílias naturais, herdeiras de sesmarias e benfeitorias. Os irmãos naturais de Ovar pareceram fugir à regra, ao ocuparem-se em atividades no interior, quando o maior volume dos emigrados buscou inserir-se nas zonas urbanas, nas quais as ofertas de trabalho pareciam volumosas e promissoras, aumentando as chances de mudança na categoria profissional.

A emigração em Ovar, assim como em outros conselhos, foi tema de preocupação para autoridades e intelectuais em resposta ao despovoamento das vilas, que era justificado em grande medida aos *brasileiros* que, na torna viagem à Portugal, levavam nas malas o espírito de aventura, a beleza do tropicalismo brasileiro e o “português com açúcar”<sup>435</sup>. Ao declarar, porém, que a emigração não era de toda negativa ao conselho, João Vasco de Carvalho a via como vantajosa conforme em Ovar se tinha “terra de menos e braços demais”, destacando ainda que Ovar, junto de Estarreja, eram os conselhos que mais forneciam “contingente emigrativo, quase que só para o Brasil”<sup>436</sup>.

Na vizinha Estarreja, que concentra a maior parcela de emigrados, a tradição agrícola e pastoril remonta ao século X, mais tarde no século XIII pequenas aldeias dedicavam-se não somente ao plantio e criação, mas também a exploração salineira e a pesca, esta última em destaque na freguesia da Murtosa, à beira da Ria e do Atlântico, densamente povoada por famílias que, ora dedicavam-se diretamente a pesca, ora tuavam nos setores de transporte para suprir as necessidades das atividades marítimas. A Ria, que antes era a principal rota de pessoas e mercadorias por entre os territórios, perderia parte de sua importância em função da chegada dos caminhos de ferro, a partir de 1862<sup>437</sup>. Nesta região Atlântica há uma introdução eficaz da cultura do milho e do trigo, este último de grande lavoura também no Sul de Portugal junto com

---

<sup>433</sup> BNDB, *O Democrata: Orgão do Partido Republicano Democrático*, 12 de abril de 1892, edição 81, página 3.

<sup>434</sup> WEISTEIN, Bárbara. *A borracha na Amazônia: expansão e decadência (1850-1920)*. São Paulo: HUCITEC/EDUSP, 1993, p. 57.

<sup>435</sup> QUEIROZ, Eça de *apud* LAMY, Alberdo Sousa. *Monografia...* op. cit., p. 163.

<sup>436</sup> CARVALHO, João Vasco de. *Boletim da Direção Geral da Agricultura*. N. 11, ano 5º, 1912.

<sup>437</sup> MONTEIRO, Norberto. Frente Lagunar de Estarreja e os seus Tesouros. In: *Terras de Antuã – Histórias e Memórias do Concelho de Estarreja*. n. 9, Ano 9, Estarreja: Câmara Municipal de Estarreja, 2015, p. 168.

o centeio, influenciando positivamente os dados produtivos da agricultura em Estarreja se comparada as vinhas e a produção de legumes e frutas<sup>438</sup>.

Estas diferentes produções e criações costumavam ser comercializadas diariamente, mas uma demanda de reserva era destinada às feiras mensais realizadas em diferentes freguesias, como a feira de “Santo Amaro”, conhecida como a “feira dos capados” por ser garantia de boas vendas e ofertas de suínos. Apresentada como uma das mais concorridas, seu comércio era visto como o mais importante aos diferentes negócios<sup>439</sup>.

A pesca, onde também incluímos a apanha do moliço, embora praticada ao longo das extensões da Ria e áreas lagunares menores, caracterizou a então freguesia da Murtosa, próxima ao centro da grande laguna, concedendo-lhe um perfil pesqueiro e marítimo. Esta atividade também ocupava um expressivo grupo de trabalhadores, entre pescadores, peixeiros e marítimos, condutores das diferentes embarcações, as quais são elementos caraterísticos do concelho de Estarreja, entre as mais famosas o barco moliceiro.

As demandas da pesca, que incluem as variações climáticas, a reprodução das espécies, as ofertas de mercado, a inserção das grandes empresas pesqueiras e a mecanização, são relevantes elementos a serem considerados frente ao expressivo número de emigrados naturais da Murtosa: dos 5.403 emigrantes de Estarreja, 2.935 saíram da Murtosa, um percentual de 54%, considerando que existem taxas de emigração em todas as freguesias de Estarreja, num total de 9, a saber Avanca, Beduído e Veiros, Bunheiro, Canelas e Fermelã, Monte, Murtosa, Pardilhó, Salreu e Torreia<sup>440</sup>.

A prática da pesca na Murtosa sempre girou em torno da Ria e sua extensão lagunar. Ao findar do século XVII a comunicação entre a Ria e o mar começaria a dar sinais de assoreamento, acabando por encerrar-se definitivamente no século XVIII, conseqüentemente, a pesca e a apanha do moliço ao longo da Ria foram comprometidas, e as águas paradas nas lagunas promoveram o desenvolvimento de diversas insalubridades, entre elas epidemias. A alternativa para a manutenção das famílias foi o direcionamento das forças produtivas da pesca lagunar às águas oceânicas, pescando entre os meses quentes, especialmente, nas áreas da Torreia, região de praia banhada pelo Atlântico. Quando nos meses de inverno as dificuldades se acirravam e a oferta de sardinhas, por exemplo, não era suficiente para alimentar a todos e

---

<sup>438</sup> PEREIRA, Mirian Halpern. *Livre Câmbio e Desenvolvimento...*, op. cit., p. 155.

<sup>439</sup> BNP, *Jornal d'Estarreja*, 13 de novembro de 1902, p. 1.

<sup>440</sup> Reforçamos que a atual divisão administrativa não corresponde ao mesmo componente de freguesias de Estarreja, que estamos considerando neste trabalho. Quando elevada a concelho, Murtosa anexou as freguesias de Bunheiro, Monte, Murtosa e Torreia, deixando para Estarreja um total de 5 freguesias.

nem mesmo à realização de comércios. Dentre as alternativas aos mais fragilizados na pesca, esteve a migração interna, sazonal, para áreas mais acessíveis, como o rio Tejo<sup>441</sup>.

Já no século XIX a Murtosa, e outras áreas de Portugal sobretudo ao Norte, sentiriam o extraordinário crescimento da população. Em 1800 a Murtosa contabilizava 4.000 habitantes, que saltaram para 10.000 em 1900, sendo a mais populosa de todo concelho de Estarreja. A volumosa demografia, com uma área produtiva insuficiente às novas demandas demográficas e atingida pela “modernidade” nas forças de trabalho no campo e nos mares, se veria diante da emigração como fator necessário a manutenção de seu bem-estar e da estrutura familiar.

Marco Pereira acredita que o intervalo entre o final do século XIX e o início do XX foi marcado por uma “crise demográfica”, resultante do êxodo de parte significativa da população, fossem pelos movimentos sazonais, fossem os externos a Portugal, significativamente ao Brasil e em termos regionais, ao Pará. As crises às populações marítimas continuariam durante anos, sobretudo frente a restrições normativas à pesca e o período de defeso das espécies, e a apanha do moliço, atividades mais tradicionais das populações “marinhoas”<sup>442</sup>.

A emigração ao Brasil duraria desde meados do século XIX até 1960. O destino preferido dos murtoseiros era o Pará, com poucos índices aos destinos comuns como o Rio Grande do Sul e o Rio de Janeiro, e esse movimento ao Brasil sofreria intervenções pontuais, sobretudo quando da I Grande Guerra e na década de 1930, com os reflexos da crise mundial de 1929 e as novas medidas de controle de imigrantes em solo brasileiro implementadas pelo governo varguista<sup>443</sup>.

O deslocamento de grupos familiares da Murtosa, imersos nas pescas e atividades marítimas é frequente nos registros de passaporte, demarcando não somente a primeira viagem, mas a manutenção de remigrações. O caso mais expressivo foi da família “Fernandes Rendeiro”, cujos membros podem ser encontrados em 120 registros de passaportes, entre 1882 e 1918. Os apontamentos da família distinguem dois setores principais de atuação econômica

---

<sup>441</sup> PEREIRA, Marco. *Breve História do Concelho da Murtosa*, op. cit., p. 28.

<sup>442</sup> O termo marinho refere-se ao fato das terras da Murtosa estarem em áreas de marinha, por isso também chamada de Terra da Marinha. In: Idem, pp. 28-29.

<sup>443</sup> PEREIRA, Marco. *Breve História...* op. cit., p. 30. Em relação a nova política migratória durante a Era Vargas, destacamos o Decreto n. 24.258 de 16.05.1934, onde se assinalava que a entrada de imigrantes em território nacional sofreria restrições necessárias a garantia da integração étnica e capacidade física e civil do imigrante, não podendo, porém, a corrente imigratória de cada país exceder, anualmente, o limite de 2% sobre o número total dos respectivos nacionais fixados no Brasil durante os últimos 50 anos. cf: MENDES, José Sacchetta Ramos. *Laços de Sangue: Privilégios e Intolerância à imigração portuguesa no Brasil (1822-1945)*. São Paulo: Editora da universidade de São Paulo: Fapesp, 2011.

dos membros: o primário, entre pescadores, moliceiros<sup>444</sup> e mercantéis<sup>445</sup>, e o terciário entre negociantes e comerciantes<sup>446</sup>.

Em constante movimento entre o território português e o Pará, José Maria Fernandes Rendeiro, emigra – por primeira vez – em novembro de 1894, aos 26 anos, casado e no ofício de moliceiro<sup>447</sup>. Na segunda solicitação de passaporte, em dezembro de 1895, José Maria já se dizia pescador<sup>448</sup>. As viagens seguintes de José Maria seguiram um padrão de deslocamento com intervalos de aproximadamente um ano, como atestam os pedidos de passaporte feitos nos anos de 1897 e 1899, continuando em 1902, 1904, 1906, e 1907, seu último pedido registrado, configurando deslocamentos anuais tipicamente circulares, visto que permanecia no Pará por um determinado período, e logo retornava à Portugal<sup>449</sup>. Em 1907, com 37 anos e ainda no ofício de pescador, José Maria trouxe consigo seu filho João Maria Fernandes Rendeiro, de 13 anos, que depois não mais apareceu nos registros de viagem<sup>450</sup>. A fim de evitar a proletarização e empobrecimento da unidade familiar, a emigração de mais de um membro da família com um único passaporte tornou-se comum na medida em que se buscava reduzir, ao máximo, os custos com documentos e licenças.

Embora João Maria não reapareça nos registros de passaportes ao Pará reemigrando como o pai, em 1912 no jornal *Estado do Pará* a nota “*Uma Abordagem – Indivíduos que atacam e saqueam. Quatro portugueses espancados. As vítimas em Belém*” traz um João Maria Fernandes Rendeiro como uma das vítimas atacadas e saqueadas quando trabalhavam nos rios. João, o português Américo Maria e outros dois compatriotas (os irmãos José e Guilherme Rodrigues) pescavam na ilha Tatuoca, próxima a Mosqueiro, quando foram atacados por dez homens armados com “terçados e cacetes”, que os espancaram e os mantiveram presos até o amanhecer do dia seguinte. Libertos, os quatro portugueses seguiram para Belém, onde prestaram queixa na polícia e foram socorridos<sup>451</sup>. Não há como precisarmos que este João Maria corresponda ao filho de José Maria Rendeiro, por não haver informações adicionais sobre

---

<sup>444</sup> Moliceiros é o nome dado às embarcações usadas para a coleta do moliço ao longo da Ria. Seus condutores também são chamados de moliceiros.

<sup>445</sup> Mercantel também corresponde a uma embarcação usada para navegação na Ria, especialmente para o comércio da sardinha. In: MONTEIRO, Norberto. *Frente Lagunar de Estarreja...* op. cit., p. 171.

<sup>446</sup> ADAVR, Registros de pedidos de passaportes do Distrito de Aveiro, 1882-1910.

<sup>447</sup> ADAVR, Registro de Pedido de Passaporte de José Maria Fernandes Rendeiro, 1894, livro 18, p. 195, registro 1.351.

<sup>448</sup> ADAVR, Registro de Pedido de Passaporte de José Maria Fernandes Rendeiro, 1895, livro 20, p. 44, registro 259.

<sup>449</sup> TRUZZI, Oswaldo. Redes em processos migratórios. In: *Tempo Social* (Revista de Sociologia da USP). São Paulo, vol. 20, nº 1. 2004, p. 200.

<sup>450</sup> ADAVR, Registro de Pedido de Passaporte de José Maria Fernandes Rendeiro, 1907, livro 29, p. 152, registro 909.

<sup>451</sup> BNDB, *Estado do Pará*, edição 345, 20 de março de 1912, página 2.

o agredido. Porém, na ausência de registros de saída e reingresso do jovem, é provável que tenha se fixado em Belém, o que faria do filho de José Maria Rendeiro uma das vítimas do ataque noticiado.

Os pescadores João Maria e Américo Maria<sup>452</sup> do fato anterior eram naturais da mesma freguesia, a Murtosa, e dividiam o mesmo ofício de pescador, firmando uma relação de proximidade que perpassava pela origem, profissão e, possivelmente, pelos mesmos contextos anteriores à emigração. Além disso, ambos se mantiveram no ofício declarado na chegada ao Pará: no caso de Américo, o murtoseiro emigra duas vezes, e em ambos os registros se nomeou pescador. Os dois aveirenses juntos aos outros dois portugueses, por trabalharem juntos, demonstravam as redes de afinidades profissionais e pessoais que rompiam o isolamento étnico e figuravam o êxito do processo migratório como algo possível.

Os outros Fernandes Rendeiro, inseridos no setor terciário, se aproximam aos anteriores por terem realizado viagens junto à familiares, na figura de quatro irmãos. O primeiro a viajar foi Manoel Joaquim Fernandes Rendeiro que, junto a 52 conterrâneos, chega a Belém em setembro de 1871, a bordo da barca portuguesa “Nova Palmeira”<sup>453</sup>. Manoel, como muitos outros portugueses emigrados, teria viajado pela primeira vez com – aproximadamente – 14 anos de idade, sujeita ao recrutamento militar obrigatório. Já instalado no Pará, rapidamente consegue se classificar como “caixeiro”, e sob tal ofício se habilita no consulado, aos 16 anos, como morador da travessa do Pelourinho – em Belém –, onde residia junto de “Tavares da Fonseca”<sup>454</sup>.

Até onde alcançamos saber, de caixeiro, Manoel passou a ter um negócio próprio, em sociedade com os irmãos emigrados ao longo da década de 1880 e 1890 e – possivelmente – outros sócios locais, no *Tartaruga & Rendeiro*<sup>455</sup>, ou somente *Tartaruga*<sup>456</sup>, negócio que segundo a tradição familiar, estava envolvido na exploração e comércio de borracha em Belém, embora o *Tartaruga* também apareça como um botequim no Almanaque do Pará de 1890, estabelecido na rua Conselheiro João Alfredo, sob a firma *Rendeiro & Irmão*<sup>457</sup>. A acomodação

---

<sup>452</sup> ADAVR, Registro de Pedido de Passaporte de Américo Maria da Silva, 1906, livro 27, p. 226v, registro 1349. Américo remigra ao Pará em 1909, agora com 24 anos, registrado no livro 33, p. 212, registro 1.266.

<sup>453</sup> BNDB, O Liberal do Pará, 27 de setembro de 1871, página 1.

<sup>454</sup> CMA, Habilitação Consular de Manoel Joaquim Fernandes Rendeiro. Arquivo do Grêmio Literário Português, Banco de dados do Grupo de Pesquisa População, Família e Migração na Amazônia (RUMA), Código da habilitação: 4910, Registro 4191, Imagem: P1500707.

<sup>455</sup> MARQUES, Maria Ana Rendeiro. *O Livro de Agosto*. Torreira, Portugal, 2017, p. 70.

<sup>456</sup> Assim é mencionada a “afamada casa Tartaruga”, em nota no jornal O Democrata (edição 108, 16 de maio de 1893, página 1), ao mencionar a retirada de “Joaquim Fernandes Rendeiro” à Europa. No entanto, Joaquim é tratado como “ex proprietário” do empreendimento.

<sup>457</sup> BARBOSA, Pinto (org.). Almanak do Pará – Comercial, Industrial e Administrativo – para o ano de 1890, Belém: Pinto Barbosa & C., p. 227.

profissional de Manoel Joaquim, ainda na década de 1870, foi importante incentivo a vinda dos irmãos menores e do primo – que por fim tornou-se seu cunhado – criado como irmão dos demais.

**Imagem 11**  
**“Irmãos” Rendeiro em Belém**



Fonte: MARQUES, Maria Ana Rendeiro. *O Livro de Agosto*. Torreira, Portugal, 2017, p. 70.

Ao centro, em uma postura que aglutina os personagens, como se a história dos demais familiares no Pará refletisse o protagonismo do sujeito central, está Manoel Joaquim Fernandes Rendeiro. Em pé da esquerda para a direita: Joaquim Maria Fernandes Rendeiro – emigrado em 1887 –, Manoel Francisco Fernandes Rendeiro – emigrado em 1884 –, Manoel Maria Fernandes Rendeiro – emigrado em 1890 –, e o primo Joaquim Manoel Fernandes Rendeiro – emigrado em 1886. Excetuando o irmão caçula Manoel Maria que teria casado e se erradicado no Pará, todos os outros optaram por casar-se com cônjuges naturais da Murtosa – incluindo primas diretas –, e sustentaram movimentos cadenciados de viagens à Portugal, em função de distintas finalidades, como a realização de casamentos e nascimento dos filhos. Fugindo a uma condição comum à boa parte dos emigrantes portugueses no Brasil e no Pará, que era o casamento com paraenses ou cuja origem familiar remontasse a Portugal<sup>458</sup>, os irmãos estabelecerem casamento

---

<sup>458</sup> Entre os trabalhos que já trataram amplamente das preferências matrimoniais dos portugueses no Pará, está o de CANCELA, Cristina Donza & BARROSO, Daniel Souza. *Imigração portuguesa e Casamento: Um olhar a*

com naturais de suas aldeias e mantiveram as esposas em Portugal junto dos filhos. Assim, os irmãos evidenciavam o sentido temporário que davam a emigração, estando no além mar tempo suficiente para amealhar recursos que afiançassem maior estabilidade no instante do retorno.

Em 30 de março de 1886, o mais velho dos Fernandes Rendeiro – Manoel Joaquim – divulgava em nota no *Diário de Belém* sua retirada à Europa, deixando procuradores para seus negócios na capital do Pará, entre eles o irmão Manoel Francisco<sup>459</sup>. A viagem de Manoel Joaquim foi para organizar os proclames de seu casamento com a prima Angélica Ludovina (irmã de Joaquim Manoel, emigrado no Pará), que trabalhava como peixeira, enlace ocorrido em 4 de julho do mesmo ano, na igreja paroquial de Santa Maria da Murtosa<sup>460</sup>. O ano de 1886 não seria importante à história de Manoel apenas pelo casamento, também por um episódio ocorrido na madrugada do dia 23 de junho na costa da Torreira, litoral da então freguesia da Murtosa, um grande incêndio que atingira palheiros e instrumentos de pesca da comunidade local, sinistro no qual Manoel Joaquim e outros moradores da região trataram de conter com esforços próprios. Pelo grande número de murtoseiros, ou de portugueses dos demais distritos, a calamidade logo chegaria aos jornais do Pará, promovendo entre os locais o interesse em auxiliar – de alguma forma – aos atingidos pelo incêndio. Para isso formou-se uma comissão constituída por Custódio Joaquim Braga, Francisco Joaquim Soares, Manoel Pereira Dias, Manoel Maria Marques e Luiz José da Silva Lima, todos portugueses, para delinarem os auxílios.

Depois de celebrar a união com a prima Angélica Ludovina, Manoel Joaquim retornou ao Pará, viagem que acreditamos ter sido na primeira quinzena de agosto de 1886, pois seu registro de passaporte é datado de 03 de agosto, já com status de casado, aos 28 anos<sup>461</sup>. Logo de sua chegada, junto as novidades familiares, Manoel descreveria aos locais como ele, junto de outros murtoseiros, haviam combatido ao incêndio na Torreira. O detalhe com que Manoel descrevia os fatos e relacionava os atingidos o fizeram ser convidado a integrar a comissão anteriormente mencionada, para que melhor assistirem aos flagelados. Assim, os documentos da comissão local para o socorro das vítimas do sinistro na costa da Torreira passaram a contar com a assinatura de Manoel Joaquim Rendeiro, sem a inclusão de seu segundo sobrenome “Fernandes”. Já em setembro de 1886, a comissão no Pará convocava o apoio do “público em

---

partir do gênero, da geração e da atividade (Belém, 1908-1920). In: *Entre Mares: O Brasil dos Portugueses*. SARGES, Maria de Nazaré [et al.] – Belém: Editora Paka-Tatu, 2010, pp. 32-41.

<sup>459</sup> BNDB, *Diário de Belém*, 30 de março de 1886, edição 70, p. 1.

<sup>460</sup> MARQUES, Maria Ana Rendeiro. *O Livro de Agosto*. Torreira, Portugal, 2017, p. 73.

<sup>461</sup> ADAVR, Registro de Pedido de Passaporte de Manoel Joaquim Fernandes Rendeiro, 1886, livro 12, p. 291v, registro 3541.

geral e da **colônia portuguesa em particular**”<sup>462</sup> para assistirem ao espetáculo no Teatro da Paz, organizado pela companhia dirigida por L. Penante & H. Balsemão, com o aplaudido espetáculo o “O Conde de S. Germano” ou “O Diabo em Paris”, cuja verba seria destinada aos atingidos na Torreira<sup>463</sup>.

Desde o dia do incêndio às articulações da comissão em Belém, foi comum encontrarmos por entre os depoimentos a ideia de comunidade entre os imigrantes, de colônia portuguesa<sup>464</sup>, forjadoras de um sentimento de dever entre os locais para com os conterrâneos necessitados, recorrendo à ideia de simetria entre os indivíduos, cunhando quase que naturalmente uma comunidade imaginada entre os portugueses erradicados em Belém<sup>465</sup>, cuja harmonia, na verdade, escondia os conflitos de uma sociedade complexa e dinâmica, como a do Pará na segunda metade do século XIX. Ao destacar a participação da colônia portuguesa em particular no espetáculo, o periodista acreditava recorrer a uma coesão – inexistente – na teia das relações interpessoais entre os portugueses locais. Uma série de fragilidades e tensões que ficaram “as claras” até mesmo entre os membros da comissão especial de socorro à Torreira.

O sucesso esperado, foi alcançado, com grande público de paraenses e portugueses, que para além da recreação tiveram a “oportunidade de praticar uma boa ação”<sup>466</sup>. O valor arrecadado de 622\$950 réis fortes (aproximadamente £48,46 libras) foi repartido em janeiro de 1887, entre dezoito indivíduos em um esforço de maior equidade, com atenção aos mais indigentes, considerando ainda a qualidade física com que os prédios atingidos se encontravam no instante do sinistro. Entre os favorecidos, o próprio Manoel Joaquim Fernandes Rendeiro que perdera um palheiro em bom estado e uma recoleta<sup>467</sup>, foi beneficiado com um total de 82\$400 réis fortes (aproximadamente £6,41 libras).

A simetria e harmonia esperadas da colônia portuguesa no Pará, mais ainda entre os conterrâneos da Murtosa organizados em comissão, foram estremecidas por declarações futuras – infundadas segundo os outros membros da comissão – de Manoel Joaquim, que em protesto

---

<sup>462</sup> BNDB, *Diário de Notícias*, 14 de setembro de 1886, edição 207, página 3. Na assinatura ao pé da nota, o nome de Manoel Joaquim foi escrito faltando o “Fernandes”, como habitualmente assinava nos comunicados sobre as ações em apoio aos atingidos pelo incêndio.

<sup>463</sup> BNDB, *Diário de Belém*, 15 de setembro de 1886, edição 208, página 1.

<sup>464</sup> Sobre o debate em torno do conceito de colônia e sua aplicabilidade no contexto amazônico, conferir CANCELA, Cristina Donza & GUIMARÃES, Luiz. *Imigração e presença portuguesa em Belém no século XIX: Entre deslocamentos, e pertencimentos (Pará-Brasil)*. História & Perspectivas, Uberlândia (59); 22-35, jul./dez. 2018.

<sup>465</sup> ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas: reflexões sobre a origem do nacionalismo*. Tradução Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

<sup>466</sup> BNDB, *O Liberal do Pará*, 18 de setembro de 1886, edição 210, página 2.

<sup>467</sup> Recoleta corresponde a uma pequena moradia em madeira.

publicado em periódico – infelizmente não localizado –, teria levantado três acusações contra a comissão: acusou-os de excluir sua assinatura das publicações referentes às atividades, como cartazes, ofícios, entre outros; diz que ele, Manoel Joaquim, foi o verdadeiro iniciador e promotor do benefício à Torreira, excluindo a comissão; e finalmente que o espetáculo havia sido oferecido pela companhia, não havendo necessidade de pagamento, desacreditando a prestação de contas, na qual emitiu-se notas de pagamentos à empresa artística<sup>468</sup>.

Seguramente, após trocas de farpas entre as partes, os membros da comissão Francisco Soares, Custódio Joaquim, Luiz José e Manoel Marques – ausente a assinatura de Manoel Dias – publicam no *Diário de Belém* uma longa resposta às acusações de Manoel Joaquim. Para contestar as colocações deste, os comissionados juntam ao exemplar contestatório diferentes documentos assinados pelo acusador, entre eles agradecimentos e ofícios. Possivelmente Manoel Joaquim estivesse contestando outros documentos anteriores a sua entrada na comissão – lembremos que o agrupamento se organizou antes de seu retorno, em agosto de 1886. Sobre quem havia iniciado as atividades em socorro à Torreira, concordaram que os primeiros foram Francisco Joaquim Soares e Manoel Maria Marques, o último natural da Murtosa, e ao longo das semanas atraíram os demais conterrâneos às atividades de socorro, mesmo os não naturais da região atingida. Quanto a acusação de que o espetáculo havia sido ofertado pela companhia, enviaram ao periódico o recibo comprovando o pagamento por ele<sup>469</sup>. Sem sentido, as denúncias de Manoel Joaquim criaram um profundo mal-estar entre ele e os conterrâneos, mais ainda por uma aparente falta de interesse ou conhecimento daquele sobre as operações desempenhadas pela comissão, incluindo contratos e gastos, o que justificaria, talvez, o desconhecimento do acordo fechado com a companhia teatral.

Longe do fim, os conflitos entre Manoel Joaquim Fernandes Rendeiro e Manoel Maria Marques – um dos signatários acima – saíram do Pará e fixaram-se na Murtosa, um conflito entre famílias que terminara em um “ambiente shakespeariano”, como descreve Ana Marques:

Vinte anos mais tarde, esta desavença não deixará de pesar na proibição que Manuel Joaquim imporá a sua filha Alice de falar com o sobrinho daquele homem que o injuriara, nem nos esforços que a família Marques fez para que o rapaz tirasse dali as ideias, com tanta rapariga que havia na Murtosa. É neste ambiente shakespeariano que se desenvolve o namoro secreto e sofrido dos meus avós<sup>470</sup>.

---

<sup>468</sup> BNDB, *Diário de Belém*, 04 de março de 1887, edição 50, página 3.

<sup>469</sup> BNDB, *Diário de Belém*, 04 de março de 1887, edição 50, página 3.

<sup>470</sup> MARQUES, Maria Ana Rendeiro. *O Livro de Agosto*, op. cit., p. 71.

Exceto por Manoel Maria, irmão mais novo e o último a emigrar entre os irmãos Fernandes Rendeiro, todos os outros regressaram à Murtosa no início do século XX. Sabemos que com os ganhos alcançados os irmãos puderam investir na educação dos filhos e na construção de moradias para o desenvolvimento urbano local.

No centro urbano da freguesia da Murtosa, Manoel Joaquim edificou a “Casa da Ribeira”, Joaquim Maria a “Casa da Bicha Moira”, Manoel Francisco e Joaquim Manoel ergueram também suas residências sem as atribuir nomes<sup>471</sup>, ilustradas a seguir.

**“Casa da Ribeira” de Manoel Joaquim Fernandes Rendeiro – Fachada virada à via pública**

**Imagem 12**



Fonte: Arquivo pessoal de Maria Ana Rendeiro.

---

<sup>471</sup> Idem, p. 73-78.

**Imagem 13**



Fonte: Arquivo pessoal de Celestino da Silva.

**“Casa da Ribeira” de Manoel Joaquim Fernandes Rendeiro – Vista interna ao portão**

**Imagem 14**



Fonte: Arquivo pessoal de Maria Ana Rendeiro Marques.

**Imagem 15**



Fonte: Arquivo pessoal de Maria Ana Rendeiro Marques.

**“Casa da Bicha-Moira” de Joaquim Maria Fernandes Rendeiro – Vista externa**

**Imagem 16**



Fonte: Arquivo pessoal de Paulo Horta Carinha.

**Imagem 17**

Fonte: Arquivo pessoal de Paulo Horta Carinha.

**Casa de Joaquim Manoel Fernandes Rendeiro – Vista externa e detalhe do ano de construção**

**Imagem 18**



Fonte: Arquivo pessoal de Paulo Horta Carinha.

Imagem 19



Fonte: Arquivo pessoal de Paulo Horta Carinha.

## Casa de Manoel Francisco Fernandes Rendeiro – Vista externa

**Imagem 20**



Fonte: Arquivo pessoal de Maria Ana Rendeiro Marques.

A “Casa da Bicha Moira” de Joaquim Maria e o palacete de Joaquim Manoel Fernandes Rendeiro trazem traços característicos das conhecidas casas de *brasileiros*, com linhas de *Art Nouveau*, ou *Arte Nova* como se conhece em Portugal. A figura do *brasileiro* ao norte do país se destaca por ter sido importante agente na transformação da paisagem arquitetônica natural, cujo estilo teve seu *boom* ao longo da segunda metade do século XIX e início do XX, acompanhando os grandes quantitativos da emigração nacional.

O caráter do *brasileiro* – o retornado com certa abastança e que materializava a riqueza em construções palacianas, benfeitorias religiosas e associativismo – se percebe pela opção arquitetônica escolhida à casa de vivenda, formando o binômio clássico, o de *brasileiro* – casa, no qual não há como se pensar no *brasileiro* sem associá-lo a construção da nova moradia, marcada por seu estilo de vida, gostos pessoais e memórias, alinhadas a caracterização da nova vida burguesa. No entanto, para Paula Peixoto, a casa do *brasileiro* também era percebida com

um visual caricaturado – como a própria imagem do retornado abastado era retratada pelos literatos<sup>472</sup>, que por terem origens, quase sempre, humildes eram:

retratados como rudes, cuja vontade de ostentação, ausência de sensibilidade estética e dos vernizes da educação se consumavam na construção de uma casa toda ela um paradigma de mau gosto. Os palacetes apresentavam uma cuidadosa orientação geográfica, escolhendo locais de alguma forma estratégicos sob o ponto de vista da visibilidade, como rotundas e praças, ou simplesmente uma favorável localização no mapa da cidade. Com jardins, entradas logo a rua, integrando o público ao privado<sup>473</sup>.

A colocação de Paula Peixoto sobre o *brasileiro* é importante para que possamos destacar que, embora essa caracterização agisse, por um lado, como elemento de distinção dos sujeitos entre suas comunidades naturais, por outro lado o vocativo era encarado como uma depreciação, do sujeito “impregnado” da cultura brasileira nem sempre tida como referencial de civilidade. O termo dual igualmente criava um sujeito tipicamente tratado com ironia, ou caricaturado como afirmou a autora.

Os irmãos Manoel Joaquim e Joaquim Manoel foram além das construções para moradia na Murtosa, construindo propriedades na região litorânea da Torreira, para férias e banhos, estendendo geograficamente a concretização de seus sucessos profissionais no Brasil para além da pequena vila de nascimento.

---

<sup>472</sup> Sobre o brasileiro na literatura portuguesa, conferir CASTELO BRANCO, Camilo. *Eusébio Macário*. 7ª ed., Porto, Liv. Chardon, s/d; CASTRO, José Maria Ferreira de. *A Selva*. Guimarães editores: Lisboa, 1976.

<sup>473</sup> PEIXOTO, Paula Torres. *Palacetes de brasileiros no Porto (1850-1930) – Do estereótipo à realidade*. Edições Afrontamento, 2013, p. 23-201.

**Casa de Joaquim Manoel na Torreira – Antes “Vila Rendeiro”, atualmente “Café 86”**

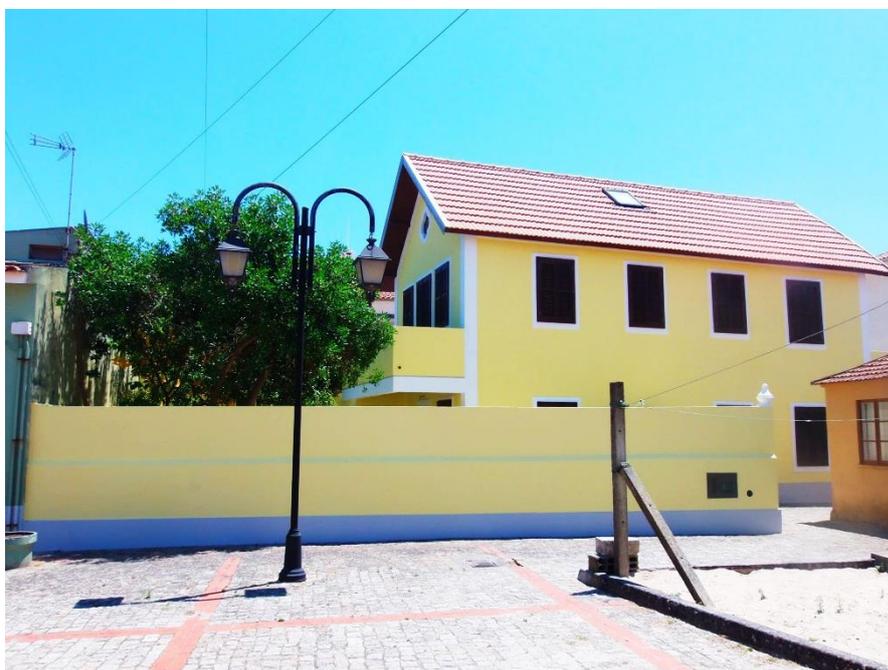
**Imagem 21**



Fonte: Arquivo pessoal de Maria Ana Rendeiro Marques.

**Casa de Manoel Joaquim na Torreira – “Vila Alice”**

**Imagem 22**



Fonte: Arquivo pessoal de Maria Ana Rendeiro Marques.

### Imagem 23 - aérea



Fonte: Arquivo pessoal de Maria Ana Rendeiro Marques.

Os estreitos laços entre Estarreja e o Pará superaram as esferas familiares, sendo reforçados pela grande circulação de periódicos entre eles. Em diversos jornais paraenses eram comuns as notícias vindas de Portugal, sobre os mais diversos temas, como a “abundantíssima” pesca de sardinha alcançada pelos pescadores na costa da Torreira no ano de 1880, cujos rendimentos foram detalhados nas páginas do *O Liberal do Pará*<sup>474</sup>. Se para muitos estas descrições não tinham importância, a outros especialmente aos naturais de Portugal, há muito emigrados no Pará, era fundamental manterem-se informados sobre a pátria, já que momentos pontuais de crise em suas aldeias quase sempre refletiam nos quantitativos de familiares e conhecidos interessados em emigrar.

As notícias do Pará chegaram à Estarreja nas páginas de dois grandes jornais do conselho, a saber o *Concelho de Estarreja* e o *Jornal d' Estarreja*. O segundo periódico, além de nomear representante oficial em Belém – em 1907 a representação estava com Albino Valente Cabral, residente na Rua Aristides Lobo, nº 126, para quem os interessados deviam pagar suas assinaturas e fazer reclamações e pedidos à redação, que aceitava publicar em suas páginas anúncios diversos<sup>475</sup> –, mantinha uma sessão fixa em suas edições chamada “Carta do Pará”, ausente em alguns exemplares em virtude de problemas no transporte das

<sup>474</sup> BNP, *O Liberal do Pará*, 14 de janeiro de 1880, edição 10, página 2.

<sup>475</sup> BNP, *O Jornal d'Estarreja*, 02 de novembro de 1907, página 1.

correspondências. As cartas do Pará também levavam às comunidades de Estarreja e entornos informações diversas sobre a movimentação dos patrícios e suas atividades políticas, sociais e beneméritas, bem como notas sobre a economia, artigos de opinião de conterrâneos sobre a vivência amazônica, felicitações de aniversário, reclamações, obituários, notas de chegada, propagandas de companhias teatrais em Belém, entre outros assuntos.

Os artigos de opinião tiveram grande importância, especialmente nos instantes em que Belém – como o *el dourado* na Amazônia em função da economia da borracha –, mostrava o *fausto* no início do século XX, que trouxe consigo grandes flutuações nas cotações do látex, refletidas no esvaziamento dos cofres públicos do estado e no reduzido crescimento comercial, sobretudo na capital onde o maior contingente de imigrantes se instalava. Vejamos.

“Carta do Pará

17 - 5 -1907

Meu caro amigo Costa

Pediste-me para algo te dizer com respeito às belezas e ao estado de cousas d’esta Capital; porém, eu dizendo-se a verdade, desmentirei o que tanto apregoam os filhos d’este concelho que já por aqui tem andado e que tão bem como eu conhecem o Pará, e em vista disto, estive algum tempo no firme propósito de não te responder, temendo que me julgasses um mentiroso. [...] Os operários além de ganharem muito pouco, tem falta de garantias; o comércio, meio paralítico e sobrecarregado de direitos; o policiamento das ruas muito péssimo, prendendo injustamente e espancando barbaramente os infelizes que lhes caíam nas garras ?; esses bosques, parques e praças ajardinadas, que os jornais do governo não se cansam de apregoar alto e bom som, tudo se deve ao estrangeiro; e não falemos agora n’esses pobres trabalhadores rurais a quem o município deve de 20 a 30 meses.

Ora aí tens, meu caro Costa, o que por hoje te posso contar a respeito das belezas e estado de cousas da elegante cidade de Santa Maria de Belém do Grão Pará.

E adeus, meu amigo. Perdoa-me, se me julgares mentiroso”<sup>476</sup>.

Embora não esteja assinado, acreditamos que o artigo seja de Albino Valente, correspondente do jornal no Pará, e destinada a Carlos Alberto da Costa, redator e administrador do periódico em Portugal. Descrições como estas abrem margem a importância que os meios de comunicação têm no processo migratório, e como a opinião daqueles radicados no Pará impactava sobre os candidatos a emigração, ainda que estas apreciações fossem construções pessoais daqueles que – embora compartilhassem da mesma cidade – experienciavam os espaços de forma distinta. Por isso, as ideias trocadas entre os dois lados do Atlântico não poderiam ser encaradas com imparcialidade, basta ver o empenho com que o autor do artigo acima demonstra

---

<sup>476</sup> BNP, *O Jornal d’Estarreja*, 08 de junho de 1907, página 3.

em “desmentir o que tanto apregoam os filhos” de Estarreja que pelo Pará haviam passado, e tão bem levavam às suas aldeias as paisagens e vivências amazônicas.

Nesse confronto de discursos, cabia ao candidato a emigração distinguir os argumentos. Aqui, somente para ponderarmos as entradas dos naturais de Estarreja no ano anterior a carta de Albino Valente, os pedidos de passaportes foram de 804 unidades, dos quais 306 foram só de Estarreja, em 1907, ano em que Albino escreve, de um total de 589 pedidos anuais, 251 foram de estarrejenses. Portanto, taxas significativas que reforçam a imaginação do Pará como um centro de grandes oportunidades, mesmo com limitações em torno de seu desenvolvimento socioeconômico, atraindo uma diversidade de ofícios que robusteceram a multiplicidade humana dos espaços.

E é sobre estes trabalhadores e suas ocupações que trataremos a seguir.

### 3.2 – Uma sociedade “anfíbia”: as profissões daqui e do além-mar

O histórico das seis viagens de José Pereira de Resende ao Pará exemplifica bem os limites e cuidados do historiador ao agrupar os imigrantes, especialmente a partir de registros de passaporte, em função da volatilidade dos ofícios dos envolvidos nesse processo.

Em 1891, em sua primeira vinda, José nomeou-se ferreiro<sup>477</sup>, dois anos depois apresentou-se como trabalhador<sup>478</sup> – designação àqueles sem ofício definido, porém, geralmente, atribuído a trabalhadores rurais –, por fim entre os anos de 1899<sup>479</sup> e 1903, descreveu-se como marítimo<sup>480</sup>. Para além da naturalidade com que muitos podem tratar a múltipla qualificação de José Pereira, como uma resposta às necessidades impostas, ao tratarmos de Aveiro, enquanto distrito, essa mobilidade ganha novo sentido, sendo importante recordarmos a inconstância funcional característica da população, resultante não só da instabilidade natural dos meios, como também da modernização das estruturas, e da empregabilidade pela burguesia rural na referida região. A “numerosa população anfíbia, a um tempo de lavradores e outro de pescadores”<sup>481</sup>, dividindo a vida entre os dois ambientes, deixou

---

<sup>477</sup> ADAVR, Registro de Pedido de Passaporte de José Pereira de Resende, 1891. Livro 15, página 159v, registro 951.

<sup>478</sup> ADAVR, Registro de Pedido de Passaporte de José Pereira de Resende, 1893. Livro 16, página 273, registro 1639.

<sup>479</sup> ADAVR, Registro de Pedido de Passaporte de José Pereira de Resende, 1899. Livro 22, página 189v, registro 1131.

<sup>480</sup> ADAVR, Registro de Pedido de Passaporte de José Pereira de Resende, 1903. Livro 25, página 83, registro 492.

<sup>481</sup> GIRÃO, Aristides de Amorim. *A Bacia do Vouga*. Coimbra, Imprensa da Universidade, 1922, p.100.

nos registros de passaporte provas de que suas ocupações flutuavam, constituindo uma mão de obra diversificada, condição também auxiliar na busca futura de ocupações nos novos espaços de vivenda. Espaços que também condicionavam novas qualificações, conforme demandas e predisposições pessoais. A inconstância funcional é facilmente percebida nas reemigrações, que veremos ao longo deste item.

Os dados que utilizamos para essa organização correspondem as condições no instante da partida, com limite à classificação profissional dos acompanhantes – comumente citados apenas pelo nome, idade e vínculo com o titular do passaporte –, e dos menores de idade, sobretudo abaixo dos 14 anos, que pouco ou nada informam sobre ofícios. Por ser uma fotografia do sujeito anterior a emigração, é normal que seus dados sejam divergentes daqueles que há muito foram difundidos sobre a população portuguesa no Pará, que construíram a imagem típica do português comerciante, dono da padaria, o aviador dos barracões, dos caixeiros, ou seja, indivíduos ocupados sobretudo no setor terciário da economia, na categoria do comércio. Desse modo, é importante recordarmos que essas diferenças entre as categorias profissionais dos emigrados se dão consoante as fontes utilizadas para tal constatação, ou seja, dependendo do tipo de fonte escolhida e em qual intervalo de vida dos sujeitos ela tenha sido elaborada, podemos encontrar perfis diferentes entre os mesmos emigrados.

Os registros de casamento trabalhados por Cancela & Barroso, entre os anos de 1908 e 1920, apontam que 78% dos nubentes do sexo masculino tinham nacionalidade portuguesa, e em sua maioria inseridos nas atividades comerciais, profissões liberais e transportes, em detrimento de 1,5% dos atuante entre a agricultura e a pesca<sup>482</sup>. Do mesmo modo os inventários *post mortem* – que funcionam como uma fotografia do sujeito no instante de sua morte – de portugueses no Pará, entre os anos de 1840 e 1930, sugerem a superioridade lusitana também no setor terciário – correspondendo a 49,9% de 561 inventários –, em contrapartida somente 5,2% dos inventariados mantinham atividades nos serviços primários, entre agricultores, horteleiros e fazendeiros<sup>483</sup>.

Os estudos que utilizam as Habilitações Consulares para o perfil ocupacional dos imigrantes chegam a conclusões semelhantes. Edilza Fontes considerou que entre as profissões mais citadas nos registros, estariam as de trabalhador do comércio, caixeiro e comerciante, que juntas correspondem a 46% do total de habilitações trabalhadas, que é de 3.154 registros entre os anos de 1884 e 1914<sup>484</sup>. Do mesmo modo, Marcos Carvalho ao avaliar as ocupações entre

---

<sup>482</sup> CANCELA, Cristina Donza & BARROSO, Daniel Souza. *Imigração portuguesa e Casamento*, op. cit., p. 38.

<sup>483</sup> TAVARES, Anndrea Caroliny da C. *Em busca das "Patacas"*, op. cit., pp. 78-85.

<sup>484</sup> FONTE, Edilza Joana de Oliveira. *Preferem-se português (a)*, op. cit., pp. 75-84.

1890 e 1914, com um total de 2.424 registros, assinala que os portugueses ocupados no comércio correspondiam a 42,9% do total<sup>485</sup>. No entanto, Carvalho chama atenção ao fato de que no momento de inquirição da habilitação, os portugueses costumavam responder sobre a ocupação que pretendiam desenvolver no Pará<sup>486</sup>, podendo haver distinções entre as profissões que os registros portugueses – como os passaportes – contabilizavam com os que as habilitações, e outras fontes, constataram.

Essa percepção de Marcos Carvalho, todavia, pode não se aplicar aos passaportes que, enquanto documentos emitidos pelos governos civis, passando ainda por um controle policial, eram preenchidos com informações atualizadas dos candidatos a emigração, contando com apresentação de documentos oficiais, os quais poderiam trazer informações para além dos dados pessoais, entre eles os subsídios profissionais.

Por ter atraído, em maior escala, a população dos serviços primários, a emigração dos aveirenses será expressiva nas áreas deste setor, seguida dos serviços terciários e secundários.

**Tabela 8**

**Perfil Socioprofissional Declarado nos Pedidos de Passaportes (1882-1918)**

<b>Atividades por Setores</b>	<b>Nº</b>	<b>Totais</b>	<b>Percentual (%)</b>
<b>1- Setor Primário</b>		<b>5.813</b>	<b>42%</b>
Agropecuária	4.455		
Pesca	1.351		
Minas	7		
<b>2- Setor Secundário</b>		<b>2.073</b>	<b>15%</b>
Construção Civil	146		
Vestuário, Têxtil e Calçado	515		
Metalurgia	61		
Ourivesaria	12		
Madeira e Mobiliário	907		
Alimentar e Panificação	309		
Tipografia/Edição	1		
Olaria	9		
Construção Naval	32		
Couros e Curtumes	0		
Diversos	80		
<b>3- Setor Terciário</b>		<b>5.100</b>	<b>37%</b>
Comércio	1.490		
Transportes	1.832		
Saúde e Higiene	20		

<sup>485</sup> CARVALHO, Marcos. *Bebendo açai, comendo bacalhau*, op. cit.,

<sup>486</sup> Idem, p. 154.

Artes	3		
Ensino	103		
Igreja/Religião	3		
Administração Pública	1		
Serviços	900		
Outros	748		
<b>4- Não declarados</b>		<b>694</b>	<b>5%</b>
<b>Total</b>		<b>13.680</b>	<b>100%</b>

Fonte: ADAVR - Livros de Registro de Passaporte do Distrito de Aveiro (1882-1918). O agrupamento em setores foi elaborado segundo a classificação disponível em GUIMARÃES, Luiz Valente. *De chegadas e partidas – Migrações portuguesas no Pará (1800-1850)*. (Tese de Doutorado). Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia. Universidade Federal do Pará, 2016, e COSME, João Ramalho dos Santos. *Oliveira (1640-1715) – População e Sociedade*. In: Revista de Estudos. Extremos, tomo LXII, n.º II (Mayo-Agosto), 2006, pp. 753-824.

Concentrando as saídas em maior escala no setor primário da economia, os dados de Aveiro dialogam bastante com as taxas encontradas para a cidade do Porto oitocentista, por Jorge Alves, que justifica a saída expressiva desses agentes em função de diferentes flutuações na agricultura, crises de produção, mudanças sociojurídicas no trato com a terra, bem como de sua distribuição e posse<sup>487</sup>.

Estes elementos destacados pelo autor podem ser sobrepostos para Aveiro e outras regiões cujas atividades de base davam maior empregabilidade à parcela considerável da população, e cujas forças produtivas eram incentivadas a manter os vínculos agrários, muitas vezes, de gerações. Neste sentido, qualquer desequilíbrio à manutenção dos padrões na agricultura e na pesca – agravado ainda pelo contínuo e expressivo crescimento demográfico português ao longo do século XIX – refletiria em novas acomodações produtivas, como coube a grande parte da população ao recorrer à migração, fosse ela interna ou externa, que para além da ideia de escape, também foi percebida com naturalidade, para muitos uma prática inevitável. Disposição que se estendeu ao longo do primeiro quartel do século XX, quando se continuou a “enviar para fora” as populações primárias, especialmente as ligadas a agricultura<sup>488</sup>.

Outros discursos justificadores à saída excessiva da população dos setores primários argumentavam sobre a inferioridade econômica portuguesa, nomeadamente pobre e excessivamente agrária, motivo de atraso ao desenvolvimento interno, perspectivas, porém, construídas em comparação a economias há muito desenvolvidas – como da Inglaterra e da França – nas quais os processos industriais, notadamente na primeira, dominavam grande parte

<sup>487</sup> ALVES, Jorge. *Os Brasileiros*, op. cit., pp. 236-237.

<sup>488</sup> SERRÃO, Joel. *A emigração portuguesa*, op. cit., pp. 132-133.

das categorias econômicas nos distintos setores, e mesmo na América, onde a indústria caminhava a passos largos, suscitando riquezas e meios para sua reprodução<sup>489</sup>.

Por outro lado, Mirian Halpern Pereira, citando um discurso de Oliveira Martins, diria que Portugal, durante boa parte da primeira metade do século XIX até a década de 1890, tornou-se “uma granja para a exportação”, “uma granja e um banco”, buscando rebater a máxima de que o setor agrícola sempre se manteve em atraso. As exportações de vinho, frutos, bovinos, cortiça e minerais foram amplos e sustentaram boa parte da economia oitocentista. Se assim vimos o crescimento da agricultura, o mesmo não ocorreu com a indústria, que nas palavras de Pereira era prejudicada por “uma situação quase colonial”<sup>490</sup>. No entanto, embora positivo, o recrudescimento agrícola foi acompanhado por frequentes oscilações, as demandas internas e externas sobre Portugal não foram supridas pela produção nacional, o que a longo prazo levou a depressões econômicas que, conjugadas a fatores pessoais e espíritos de “aventura”, fomentaram a manutenção da emigração da população de cais rural à outras paragens.

O setor agrícola foi o escolhido à integração do capitalismo na sociedade portuguesa concomitantemente a desestruturação das armações jurídicas do Antigo Regime, e não o setor industrial como se presumia<sup>491</sup>. Todavia, o ritmo da inserção capitalista não correspondia ao novo contexto institucional criado, e o insuficiente desenvolvimento da indústria portuguesa refletiu no aumento do consumo de produtos importados, privando a ampla agricultura de aproveitar extensivamente o mercado interno ao consumo de seus gêneros, suscitando uma produção extensiva com reduzido mercado consumidor capaz de sustentar os preços de produção das culturas. As modernas técnicas produtivas esbarraram em armações rústicas de produção, em grande medida ao Norte do país onde ainda predominavam antigas estruturas familiares de exploração fundiária, em oposição ao Sul onde a modernização pôde contar com espaçosa oferta de maquinaria e capital humano qualificado para manipulá-las<sup>492</sup>.

Aproveitando o cenário conflituoso na estrutura produtiva portuguesa, outras nações puderam ocupar o papel daquela nas exportações de produtos correntes e característicos, como o azeite, o vinho, cereais e o gado, reforçados por um maior nível industrial e baixo custo final do produto. O passar dos anos traria à Portugal um excessivo crescimento demográfico não absorvido por novas oportunidades de trabalho, sustentando volumes expressivos na emigração,

---

<sup>489</sup> REIS, Jaime. Causas históricas do atraso econômico português. In: TENGARRINHA, José (org.). *História de Portugal*, op. cit., 242.

<sup>490</sup> PEREIRA, Mirian Halpern. *Diversidade e Assimetrias*, op. cit., p. 115.

<sup>491</sup> SILVA, Álvaro Ferreira. *O processo econômico*, op. cit., p. 125.

<sup>492</sup> PEREIRA, Mirian Halpern. *Diversidade e Assimetrias*, op. cit., p. 120.

formando um período de “asfixia” às forças produtivas, sobretudo entre 1889 e 1900<sup>493</sup>, intervalo em que 4.353 pedidos de passaporte foram atendidos pelo Governo Civil de Aveiro, correspondendo a 31% das solicitações totais, de 13.680 registros.

A emigração de grupos familiares ligados a agricultura e atingidos, direta e indiretamente pelas oscilações no setor, é comum entre os registros. Um dos mais significativos é dos irmãos “Pereira Soares Teles” que, entre a primeira viagem e os retornos, realizaram a travessia atlântica 10 vezes, todos nascidos no concelho de Arouca, e alfabetizados, instigando-nos sobre uma aparente facilidade em realizar as viagens a contar dos tramites necessários e custosos à uma categoria comumente percebida com poucos recursos disponíveis, aos quais também não reconhecemos a intervenção de engajadores no processo de viagem.

O primeiro registro dos irmãos corresponde ao de Joaquim Pereira Soares Teles, em 1890, solteiro aos 26 anos<sup>494</sup>. Em 1892 o irmão Antônio Pereira Soares Teles faria a travessia, também solteiro, com idade de 30 anos e cego do olho direito<sup>495</sup>. Joaquim tornaria a pedir passaporte ao Pará em 1895, com 32 anos<sup>496</sup>, no ano seguinte novamente Antônio faria a travessia<sup>497</sup>. Em 1900, no mês de abril, um terceiro irmão pede passaporte, era José Pereira Soares Teles, casado, com 33 anos de idade<sup>498</sup>. No mesmo ano, em outubro, Antônio retornaria ao Pará, sendo este seu último registro encontrado<sup>499</sup>.

Anos depois, em 1908, no mês de março, Joaquim<sup>500</sup> e José<sup>501</sup> pediram passaporte, possivelmente vindos na mesma embarcação, seriam também seus últimos pedidos encontrados até 1918. Os irmãos, em todos os apontamentos, declararam-se lavradores<sup>502</sup>. Nenhum deles solicita registro junto ao órgão consular, corroborando com a ideia de que os grupos inseridos

---

<sup>493</sup> Idem, p. 122.

<sup>494</sup> ADAVR, Registro de Pedido de Passaporte de Joaquim Pereira Soares Teles, 1890. Livro 13\_1, página 286v, registro 1688.

<sup>495</sup> ADAVR, Registro de Pedido de Passaporte de Antônio Pereira Soares Teles, 1892. Livro 16, página 166, registro 993.

<sup>496</sup> ADAVR, Registro de Pedido de Passaporte de Joaquim Pereira Soares Teles, 1895. Livro 19, página 42v, registro 247.

<sup>497</sup> ADAVR, Registro de Pedido de Passaporte de Antônio Pereira Soares Teles, 1892. Livro 20, página 291, registro 1798.

<sup>498</sup> ADAVR, Registro de Pedido de Passaporte de José Pereira Soares Teles, 1892. Livro 23, página 92v, registro 549.

<sup>499</sup> ADAVR, Registro de Pedido de Passaporte de Antônio Pereira Soares Teles, 1900. Livro 23, página 255, registro 1523.

<sup>500</sup> ADAVR, Registro de Pedido de Passaporte de Joaquim Pereira Soares Teles, 1908. Livro 30, página 110, registro 657.

<sup>501</sup> ADAVR, Registro de Pedido de Passaporte de José Pereira Soares Teles, 1908. Livro 30, página 110v, registro 658.

<sup>502</sup> Segundo Caroline Brettell o termo lavrador se aplica a todo aquele que cultiva a própria terra, seja como pequeno ou grande proprietário. Os lavradores mais abastados poderiam cultivar as terras com ajuda de trabalhadores contratados esporadicamente, como os jornaleiros, e os ditos “trabalhadores” que não dispõem de uma classificação profissional específica. In: BRETTELL, Caroline B. *Homens que partem*, op. cit., p. 53.

nos setores primários da economia tenderam a não se registrarem junto ao consulado, ou por não acharem necessário, por desconhecerem a existência do registro, ou pelo custo que lhes causaria. Importante considerarmos também que os irmãos, nos anos em que mais de um entrou no Pará, não se valeram de passaportes coletivos, em todos os registros apresentam-se como titulares e sem a companhia de cônjuges ou filhos, possivelmente não conferindo às suas vindas um caráter definitivo.

Oposto ao que fez Antônio Rodrigues da Fonseca, lavrador, natural de Ovar, que requereu passaportes em três diferentes momentos. Na primeira viagem<sup>503</sup>, em janeiro de 1898, Antônio está casado e com 34 anos, viajando sozinho<sup>504</sup>. Na segunda viagem, em março de 1904, Antônio traz junto seus dois filhos menores: Manoel Maria de 10 anos, e José de 9 anos<sup>505</sup>. Na última vinda registrada, em outubro de 1909, Antônio retorna ao Pará sozinho, ainda na condição de lavrador<sup>506</sup>. Assim como tantos outros, Antônio não solicita registro junto ao consulado português em Belém. A vinda de sujeitos inseridos na agricultura e, por isso, muitas vezes taxados como empobrecidos, não extingue a inserção de outros familiares no mesmo passaporte, pelo contrário, foi uma prática comum, especialmente se avaliarmos os altos custos com as documentações de viagem, e a intenção de uma migração definitiva agregando junto ao documento de viagem todo o núcleo familiar.

Assim fez Narciso Antônio Martins, lavrador natural de Sever do Vouga, que entre as três solicitações de passaportes, trouxe em uma viagem a cônjuge, os filhos e irmãos. Na primeira viagem, em 1895, Narciso ainda era solteiro, com 22 anos de idade<sup>507</sup>. Três anos depois, trouxe consigo a esposa Maria Assunção, de 30 anos, a filha de Maria de nome Isaura com 7 anos, e a filha do casal Maria Olívia de 4 meses. Além de seu núcleo familiar, vieram os irmãos Antônio Martins do Cabo, com 24 anos, e Belmira Maria de Jesus, com 19 anos, todos alfabetizados<sup>508</sup>. Após trazer sua família e os irmãos ao Pará, Narciso retorna a Portugal, e

---

<sup>503</sup> O registro de Antônio em 1898 traz a numeração “5” ao lado da descrição, o que conforme apresentamos na introdução deste trabalho, tende a indicar o número de pedidos de passaportes realizados pelo sujeito, se assim o for, Antônio estaria no seu 5º pedido, na quinta viagem ao Pará, e não na primeira.

<sup>504</sup> ADAVR, Registro de Pedido de Passaporte de Antônio Rodrigues da Fonseca, 1898. Livro 21, página 252, registro 1507.

<sup>505</sup> ADAVR, Registro de Pedido de Passaporte de Antônio Rodrigues da Fonseca, 1904. Livro 25, página 354, registro 2125.

<sup>506</sup> ADAVR, Registro de Pedido de Passaporte de Antônio Rodrigues da Fonseca, 1898. Livro 33, página 208v, registro 1247.

<sup>507</sup> ADAVR, Registro de Pedido de Passaporte de Narciso Antônio Martins, 1895. Livro 19, página 64, registro 376.

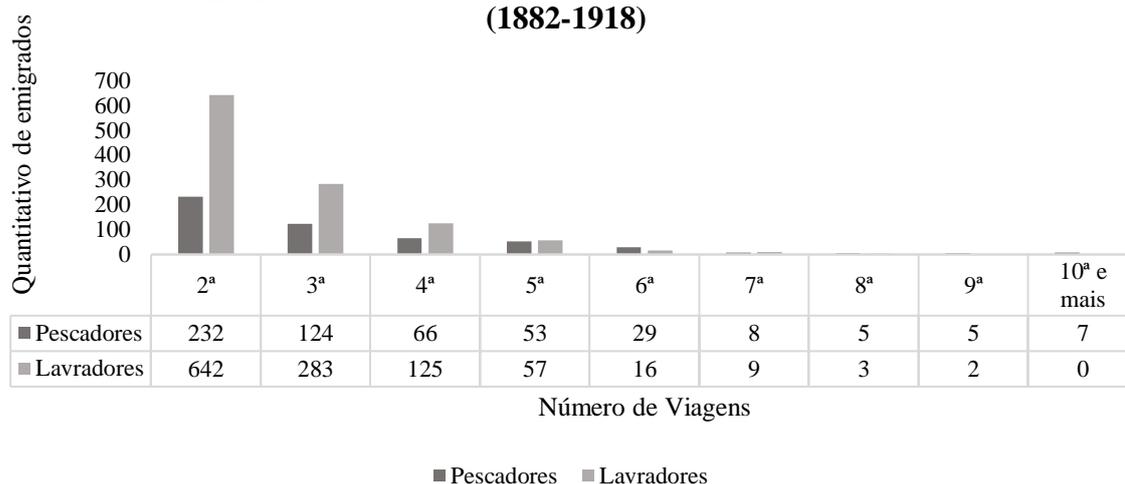
<sup>508</sup> ADAVR, Registro de Pedido de Passaporte de Narciso Antônio Martins, 1898. Livro 22, página 57v, registro 339.

solicita seu último passaporte localizado, em 1900, viajando sozinho<sup>509</sup>. Assim como outros tantos não recorreu a habilitação consular.

Em números absolutos, os ocupados nos serviços agrícolas mantiveram altos índices de reemigração. Essa movimentação pode estar relacionada aos intervalos das culturas, entre a plantação e a colheita, ou as diferentes oscilações do setor que vimos no início deste item.

**Gráfico 6**

**Reemigração de Pescadores e Lavradores em Números Absolutos (1882-1918)**



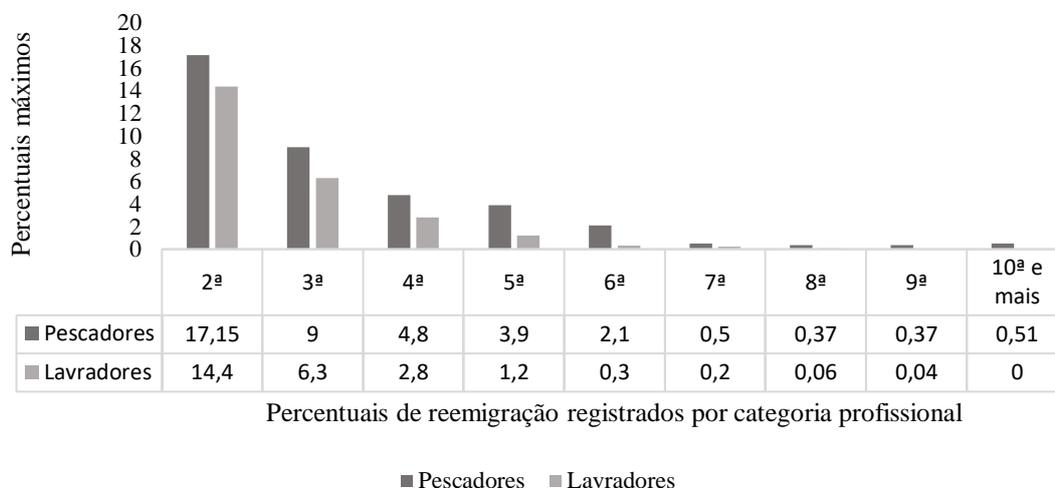
Fonte: ADAVR - Livros de Registro de Passaporte do Distrito de Aveiro (1882-1918).

Por outro lado, em percentuais, os pescadores sustentaram os maiores índices de reemigração, corroborando a sua classificação como agentes de alta mobilidade, igualmente motivados pelas intempéries laborais em suas comunidades de origem, e as oportunidades na região litorânea no além-mar.

<sup>509</sup> ADAVR, Registro de Pedido de Passaporte de Narciso Antônio Martins, 1898. Livro 23, página 310, registro 1850.

Gráfico 7

**Percentuais de Reemigrações entre Pescadores e Lavradores  
(1882-1918)**



Fonte: ADAVR - Livros de Registro de Passaporte do Distrito de Aveiro (1882-1918).

A presença desses imigrantes aveirenses saídos da pesca foi, de fato, numerosa, chegados ao Pará sozinhos ou na companhia de familiares e outros agregados.

Os irmãos Pereira – também da Murtosa – mantiveram viagens cadenciadas ao Pará, frequentemente na companhia de familiares, e mantiveram-se no setor das pescas. O pescador Miguel José Pereira registra 22 pedidos de passaportes, o último em 1907, sempre na condição de casado<sup>510</sup>. No intervalo entre 1882 e 1918, o primeiro pedido de viagem ao Pará encontrado de Miguel é somente de 1888, já casado com Ana Felizarda, no entanto, pela indicação do último pedido (de 1907), em 1888 ele já teria feito ao menos cinco viagens ao Pará. As viagens do português seguem a uma lógica anual, possivelmente em função das intempéries sazonais do ofício. Entre os anos de 1898 e 1902, a exemplo de vários conterrâneos, Miguel traria seu filho, Manoel Luís Pereira, como acompanhante – condição em que o garoto viaja dos 13 aos 16 anos, certamente inserido pelo pai nas atividades laboriosas locais.

Somente em 1904, com 19 anos (por cumprir), Manoel Luís Pereira reaparece, agora como titular de passaporte, solteiro e declarando ser um proprietário, nessa que seria sua 5ª viagem ao Pará<sup>511</sup>. Em 1908, em sua 9ª travessia<sup>512</sup>, o jovem solicita novo passaporte, alterando

<sup>510</sup> ADAVR, Registro de Pedido de Passaporte de Miguel José Pereira, 1905, livro 29, p. 171v, registro 1.025.

<sup>511</sup> ADAVR, Registro de Pedido de Passaporte de Manoel Luís Pereira, 1904, livro 26, p. 141, registro 840.

<sup>512</sup> ADAVR, Registro de Pedido de Passaporte de Manoel Luís Pereira, 1908, livro 30, p. 229, registro 1.368.

sua ocupação para a de negociante. Durante a guerra, quando a vinda de portugueses ao Brasil decresce em função das limitações impostas pelo conflito, Manoel Luís embarca em Lisboa rumo ao Pará, reaparecendo nos registros somente em 14 de março de 1918, quando solicita ao órgão consular português em Belém sua habilitação. No registro consular, Manoel disse estar com 32 anos e ter chegado ao Pará em 7 de outubro de 1914, saindo de Lisboa no vapor inglês *Augustine*, na condição de casado e profissão de marítimo, residindo em Manaus, na travessa Demétrio Ribeiro n. 8<sup>513</sup>. Sendo este seu último registro localizado.

A trajetória de Manoel Luís pode traduzir a ambição de outros emigrados que, vindos sem ofício definido ou como trabalhadores submetidos a terceiros, se tornaram independentes e assumiram as rédeas de sua força de trabalho. Certamente, ao vir na companhia do pai, o jovem estava a seu serviço, mas, ao se tornar negociante e, finalmente, marítimo, tenha passado a trabalhar em embarcações próprias, já que também se intitulava “proprietário”, devendo dispor de um bem que lhe proveesse o sustento. Uma história de ascensão – mesmo que não agregasse os símbolos da elite tradicional, como a ocupação de altos cargos políticos e articulação de redes profissionais e pessoais – que enchia aos olhos dos que ainda permaneciam em terras portuguesas.

Seu tio, Gonçalo Antônio Pereira, apelidado de “Água Lusa” – como consta em seu passaporte – realizou 17 viagens ao Pará, nas três primeiras, como trabalhador e, logo após, como marítimo. Embora se nomeasse trabalhador em 1888, uma designação genérica, Gonçalo já tinha tatuado no braço direito, à “tinta azul”, um símbolo comum aos homens do mar: um Cruzeiro do Sul<sup>514</sup>. No primeiro registro de viagem, de 1888, o português estava casado com Ana Rosa e embarcara ao Pará por Lisboa, contudo, essa não deveria ser sua primeira travessia, pois, em 1897, pela marcação lateral em seu passaporte, ele estaria em sua 12ª viagem. Ao longo das 17 travessias atlânticas, Gonçalo seguiu a mesma lógica do irmão Miguel, corroborando a ideia de um fluxo sazonal.

Em 1895, viajou na companhia do filho Manoel José Pereira, com 18 anos, que também trazia um Cruzeiro do Sul tatuado no braço direito, como o pai<sup>515</sup>, dando pistas de seu ofício. Percebemos com os irmãos Pereira que a inserção dos filhos, alguns ainda menores, nas travessias transatlânticas, e certamente na profissão, poderia ser uma prática comum entre os pescadores, os quais, desse modo, tutelavam suas emigrações frente à constante aparição de

---

<sup>513</sup> CMA, Habilitação Consular de Manoel Luís Pereira. Arquivo do Grêmio Literário Português, banco de dados do Grupo de Pesquisa População, Família e Migração na Amazônia (RUMA), Código da habilitação 7169, Registro 2778, Imagem: P1070283.

<sup>514</sup> ADAVR, Registro de Pedido de Passaporte de Gonçalo Antônio Pereira, 1888, livro 13, p. 14, registro 76.

<sup>515</sup> ADAVR, Registro de Pedido de Passaporte de Gonçalo Antônio Pereira, 1895, livro 19, p. 243, registro 1.458.

engajadores com contratos de trabalho confusos e mentirosos, além de garantirem reforços em suas atividades locais.

Gonçalo Pereira aparece nos registros de passaportes pela última vez em 1907, naquela que deveria ser sua 17ª viagem, já com 51 anos<sup>516</sup>. Três anos depois, o filho Manoel José pediria passaporte, aos 33 anos, na mesma ocupação do pai: marítimo<sup>517</sup>. Tanto ele quanto o genitor, o Água Lusa, não se apresentaram ao consulado para se habilitarem, reforçando a fragilidade do órgão português em controlar a circulação de seus nacionais, a qual era uma – se não a principal – de suas funções.

**Imagem 24**  
**Cartão Postal “Pescador da Murtosa”**



Fonte: PEREIRA, Marco. op. cit., p. 45.

O expressivo quantitativo de pescadores se alinhava não só as crises estruturais em Portugal, vistas ao longo deste trabalho, também se aproximava ao desenvolvimento da indústria pesqueira na região amazônica, cujas demandas atendiam a exportação e o consumo local, o qual foi intensificado consoante o incremento demográfico na região, embora para muitos, o setor de serviços seguisse alimentando o imaginário da fortuna.

---

<sup>516</sup> ADAVR, Registro de Pedido de Passaporte de Gonçalo Antônio Pereira, 1907, livro 29, p. 14v, registro 82.

<sup>517</sup> ADAVR, Registro de Pedido de Passaporte de Manoel José Pereira, 1910, livro 35, p. 43, registro 254.

As atividades pesqueiras repartiam-se entre a “grande” que, de forma menos periódica, era destinada ao abastecimento das indústrias locais de beneficiamento do pescado, voltada à exportação, em auxílio as receitas da província. Estando ocupada no manejo do pirarucu, do peixe boi, da gurijuba e da tartaruga, essa última dispunha de uma indústria anexa responsável em produzir os azeites a partir das gorduras e ovos do animal<sup>518</sup>. Atividades todas de responsabilidade de grandes companhias e empresas seguramente estabelecidas na região, que costumavam contratar pescadores qualificados da mesma forma.

A “pequena” pesca – onde maior parte dos aveirenses tenha debruçado seus esforços, partindo de experiências descritas –, de caráter constante e simultâneo a anterior. Embora pudesse complementar a “grande” indústria da pesca, estava mais ocupada em suprir o consumo local, nos pequenos investimentos alimentícios nos interiores ou na capital, fossem com itens frescos ou conservados em salmouras. Atividades comuns à trabalhadores independentes, locais, organizados em pequenas comunidades ou representações<sup>519</sup>.

Não há como precisar uma região exata à atuação destes grupos, pois de forma industrial ou artesanal, o trabalho era possível entre os infinitos braços de rios que cortam a paisagem regional, no entanto áreas mais amplas como a Ilha do Marajó costumavam atrair maior volume de pescadores e de pescado, preferida também por estar mais próxima da capital, principal centro de beneficiamento, consumo e comércio das espécies. Da mesma forma, na pesca marítima e submarítima, a região próxima à cidade de Vigia de Nazaré era ponto de encontro e abastecimento das tradicionais “vigilengas”, embarcações resultantes da combinação entre o barco de pesca tradicional português e a *igarité*, a canoa grande dos indígenas<sup>520</sup>.

Ao principiar da década de 1880 a demanda pelo pescado acendeu com a crise alimentícia na capital, em função da péssima qualidade da carne verde e sua insuficiência à demanda urbana. Nestes intervalos, as necessidades eram supridas pelo pescado, demandando o dobro ou ainda o triplo da produção costumeira<sup>521</sup>. Também sobre a pesca recaíam impostos e taxas de modo a ressaltar a não casualidade da prática – embora em diversos interiores, especialmente os mais afastados da capital, e com insuficiente fiscalização, a pesca não demandasse grandes fiscalizações, sobretudo aos pequenos agentes –, como se costumava descrever na literatura, com personagens comuns, que iam aos rios em busca dos peixes de

---

<sup>518</sup> VERÍSSIMO, José. *A pesca na Amazônia*. Monographias Brasileiras. Rio de Janeiro/São Paulo. Livraria Clássica de Alves & C., 1895, p. 15.

<sup>519</sup> Idem, p. 15-16.

<sup>520</sup> VERÍSSIMO, José. *A pesca...*, op. cit., p. 16 - 89.

<sup>521</sup> MACÊDO, Sidiana da Consolação Ferreira de. *Daquilo que se come: uma história do abastecimento e da alimentação em Belém (1850- 1900)*. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, Belém, 2009, p. 41.

forma simples, natural, sem equipamentos e métodos específicos<sup>522</sup>. Sob a responsabilidade de contratos para abastecimentos diários à capital – entre empresas especializadas, grupos de pescadores e a presidência da província –, entre os anos de 1897 e 1898, vieram dos interiores 386.115 kg de peixe seco, entre 1897 e 1899 a oferta duplicou para 661.451 kg<sup>523</sup>.

Ao longo destas atividades, os imigrantes experienciavam uma diversidade de eventos transcritos aos conterrâneos, por vezes incentivadoras à emigração, outras conflituosas. Na sessão “Carta do Pará”, o *Jornal de Estarreja* transcreve a má sorte que o murtoseiro Manoel da Silva Lopes tivera durante o trabalho nos rios. Dizia a nota:

De bordo da geleira *Progresso*, que se achava fundeada na Praia Grande, no distrito de Marapanim, as 5 horas da tarde do dia 20 saíram os tripulantes Manoel da Silva Lopes e Marcos de tal, em uma pequena montaria, a fim de irem buscar um barril d’água. Ao chegar a uma das margens a pequena embarcação, o primeiro que saltou em terra foi Marcos, a quem Lopes entregou uma arma de calibre 16, que levava consigo. Logo que Marcos recebeu a arma, Lopes dispôs-se a amarrar a pequena embarcação, para também desembarcar. Marcos, porém, ignorava que a arma estivesse carregada e, sem as precauções devidas, pôs-se a mexer do gatilho, tendo o cano voltado para o lado do seu companheiro. Num dado momento a espingarda disparou-se, indo a carga, que era de chumbo, alojar-se no terço superior da perna esquerda de Lopes. [...] por não haver ali onde o ferido recebesse os devidos curativos, fizeram-se de vela para esta cidade, aonde chegaram no dia 21 de manhã, recolhendo o ferido ao hospital D. Luiz I, onde ocupou o leito nº 49 da enfermaria Bocage. [...] Segundo ouvi, são da freguesia da Murtosa e a *Progresso* é propriedade dos srs. Vaz & Cia e fora a Marapanim a fim de comprar peixe<sup>524</sup>.

A região oceânica paraense – próxima a cidade de Vigia de Nazaré, grande centro pesqueiro desse litoral – também foi palco de conflitos entre distintos agentes. Outro pescador e proprietário de embarcações destinadas à venda de pescado, que teve o nome estampado negativamente nos jornais, foi Manoel Tumbelas, também natural da Murtosa.

Na edição de 14 de abril de 1917 do jornal *Estado do Pará*, Manoel é acusado de assassinar, com um golpe na cabeça, seu empregado Manoel da Costa após se desentenderem dentro da embarcação. Manoel Tumbelas, que era dono de “várias canoas geleiras”, havia saído em viagem em uma delas para a região do salgado, a fim de buscar pescado para o mercado em Belém, na companhia de vários tripulantes, entre eles a vítima, que discutiu com Tumbelas por

<sup>522</sup> Idem, p. 42.

<sup>523</sup> VILHENA, Sandra Helena Ferreira. *Belém: o abastecimento de gêneros alimentícios, através das mercearias (1890-1900)*. (Monografia) – Universidade Federal do Pará, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de História e Antropologia, 1990, p. 23.

<sup>524</sup> BNP, *Jornal d’Estarreja*, 15 de junho de 1907, p. 1.

“motivos fúteis” e recebeu uma forte pancada na cabeça com a cana do leme da embarcação, causando-lhe profunda hemorragia. Atracando a embarcação em Curuçá, o ferido foi levado pelos outros tripulantes para o socorro em uma farmácia, mas logo veio a óbito. Manoel Tumbelas, vendo a gravidade dos fatos, abandonou a embarcação, os empregados e fugiu para Belém, de onde seguiu para Soure, foragido. Embora a autoridade policial tenha aberto inquérito para investigar o crime e localizar o fugitivo, ficamos sem saber o desfecho da fuga<sup>525</sup>.

Harmonias e tensões que, configurando a dinamicidade do espaço, desafiam os historiadores em pensar os imigrantes como um grupo coeso, uma comunidade, embora compartilhem da mesma origem étnica e funcional. Relações matizadas por interesses profissionais e pessoais, como a briga que levou José Manoel Reis a óbito após oito anos de residência no Pará.

Chegado a Belém em 1905, o jovem de 21 anos, natural também da freguesia da Murtosa, declarou trabalhar como pescador<sup>526</sup>. Em abril de 1914, José Manoel proprietário da canoa geleira *Vaz e Sobrinho* foi assassinado por seu companheiro de trabalho, o também português Manoel Maria Henrique Valente, de 24 anos. Ambos saíram à noite do botequim *Minerva*, na doca do Ver-o-Peso, bêbados, desentendidos, em direção a suas embarcações. No calor da discussão, Manoel Maria, adentrando a canoa *Vamos a Ver*, voltou armado com uma pistola, que prontamente apontou para José Manoel e disparou, levando o companheiro a óbito. No furor dos fatos, Manoel tentou fugir, mas logo foi capturado e encaminhado ao presídio de São José. As testemunhas desde o botequim afirmavam que a discussão fora causada por “questões amorosas”<sup>527</sup>. Embora encaminhado ao presídio, entendemos que o processo criminal de Manoel Maria não foi concluso, pois sua inscrição no “rol dos culpados” indica apenas a “sentença de pronúncia”, que mesmo sendo uma sentença, não põe fim ao processo, apenas decide que existem indícios de crime doloso e, portanto, o acusado só pode ser culpado, a partir da decisão de um tribunal do júri. Em seu registro no livro de crimes, Manoel foi acusado pelo crime de homicídio<sup>528</sup>.

Apesar de suas afinidades oscilarem, determinados agrupamentos buscavam se articular em associações, a fim de amenizar o isolamento dos recém-chegados, auxiliando na articulação de redes de solidariedade, com interesses previamente estabelecidos. Objetivo compartilhado também pelos pescadores de Aveiro ao fundarem suas próprias comunidades no Pará, nas quais

<sup>525</sup> BND, *Estado do Pará*, 16 de abril de 1917, edição 2168, p. 3.

<sup>526</sup> ADAVR, Registro de Pedido de Passaporte de José Manoel Reis, 1905, livro 27, p. 97, registro 578.

<sup>527</sup> BNDB, *Estado do Pará*, 10 de abril de 1914, edição 1093, p. 2.

<sup>528</sup> CMA, Livro Rol dos Culpados, acusado Manoel Maria Henrique Valente, 1914, p. 265.

ansiavam tanto pela reafirmação e manutenção da identidade portuguesa na sociedade receptora, quanto a uma compensação à falta de assistência das autoridades consulares ao expressivo volume de emigrados. Cabendo às ações particulares nesses espaços a função de assistir a seus associados, e manter as trocas culturais entre os territórios. Configurações que abordaremos a diante.

No tocante ao setor secundário, vale considerarmos que o “saber fazer” também é uma importante condição à reinserção laboral. Os quantitativos da emigração deste setor a partir de Aveiro concordam com os dados levantados por outros autores portugueses no tocante a qualificação profissional, como para Joel Serrão, defensor que o setor secundário da economia era o que menor contribuiria aos fluxos de trabalhadores, dos quais sobressaiam os artífices<sup>529</sup>.

Ao analisar o contexto do Porto, Jorge Alves levanta importantes constatações sobre a migração dos sujeitos dotados do “saber fazer”, as quais alteraram as tendências migratórias. Na década de 1840, o percentual de imigrantes dotados de algum ofício, portanto enquadrados no setor secundário da economia, representava 59% do fluxo (para maiores de 14 anos de idade), nesse ínterim, os ligados a exploração da terra ou do mar mantinham-se próximos aos 17%. Nos anos de 1880 há uma inversão na tendência, fazendo com que em 1889, por exemplo, o setor primário significasse mais de 50% dos emigrados, enquanto o secundário rondava os 20% do total. Quanto ao terciário, principalmente ligado ao comércio, este se manteve “indiferente a estas oscilações”, mantendo ao longo do século números próximos aos 25% no fluxo da emigração para o Brasil<sup>530</sup>.

Entre os aveirenses, em ordem decrescente, predominam entre os passaportes os carpinteiros, em número de 646 imigrantes, seguidos dos alfaiates com 280 registros, e padeiros como 275 dos titulares.

Junto a indústria do papel, Aveiro também incentivava o desenvolvimento de pequenas indústrias de algodão, embora o cinturão têxtil estivesse circundado ao Porto onde a tecelagem manual dividia espaço com a mecânica. No distrito natural de nossos imigrantes predominava a produção têxtil aos estratos sociais médios e populares, com tecidos de baixa qualidade, porém com preços competitivos frente à ampla concorrência fabril<sup>531</sup>, condição que acreditamos ter incentivado à saída numerosa de alfaiates, uma vez que as variações na produção dos tecidos e suas cotações influenciariam diretamente a produção final em suas mãos, mais ainda em torno

---

<sup>529</sup> SERRÃO, Joel. *A emigração portuguesa: sondagem histórica*. Coleção horizonte, n.12, Lisboa/Portugal, Livros Horizonte, 1974. op. cit. pp. 127-132.

<sup>530</sup> ALVES, Jorge, *Os Brasileiros*, op. cit., pp. 198-199.

<sup>531</sup> PEREIRA, Mirian Halpern. Diversidade e crescimento industrial. In: TENGARRINHA, José (org.) *História de Portugal*. Bauru: SP; São Paulo, SP:UNESP; Portugal, PO: Instituto Camões, 2000, pp. 223-224.

da concorrência desleal entre eles e os meios industriais. Belém, e mesmo o Pará, com acentuado crescimento populacional, e a notória circulação dos hábitos europeus – nomeadamente franceses – no vestir e no viver podem ter acirrado a escolha dos sujeitos desta categoria a emigrarem à região, condição que pode ser estendida a carpinteiros e padeiros, no que se refere as demandas por moradia e alimentação.

Aos padeiros, ainda vale um adendo. A dinamização da zona urbana de Belém ao longo dos anos finais do século XIX e a necessidade de suprimir as necessidades do expressivo contingente demográfico desta zona, fizeram dos ofícios ligados a alimentação importantes aliados à acomodação das necessidades básicas de alimentação dos grupos. Mercarias, pequenas casas de aviação, padarias, entre outros estabelecimentos menores, espalhavam-se entre as áreas centrais e as mais afastadas da capital, empregando ou sendo empreendimento legítimos de portugueses, os quais tiveram a imagem associada, ainda hoje, aos estabelecimentos de padarias.

Esses trabalhadores não só se empregavam no “saber fazer” do pão, mas também assumiam a responsabilidade das vendas de forma casual, equilibrando o ofício de padeiro ao complementar de vendedor ambulante, demonstrando novamente a inconstância e diversidade laboral sobre esses estendida ao ambiente amazônico. O comércio casual dos padeiros ainda envolvia outros sujeitos do núcleo familiar, como o filho inserido na prática a fim de apreender o ofício, também comercializando as “sobras” das massas utilizadas na produção matutina da padaria, garantindo renda extra ao padeiro<sup>532</sup>. Um dos maiores empreendimentos e empregadores de padeiros portugueses na região urbana de Belém foi a Fábrica Palmeira, inaugura em 1892 pelo português Jorge Correia, cuja estrutura fabril produzia biscoitos, bolachas, cereais e pães, com renome internacional<sup>533</sup>.

Outras necessidades pontuais também forjaram novas demandas estruturais, induzindo aos trabalhadores readequações em suas produções, como de forma habilidosa fez o murtoseiro Manoel Fernandes de Oliveira, ao trazer à fabricação de embarcações para grandes cargas no Pará o conhecimento das tradicionais embarcações pesqueiras de sua freguesia natal, em Estarreja. Manoel pediu passaporte ao Pará em 1906, declarando-se calafate, solteiro e com 21 anos<sup>534</sup>, reemigrando em 1912, ainda no mesmo ofício, mas agora casado<sup>535</sup>. O hiato que se

---

<sup>532</sup> FONTES, Edlza Joana de Oliveira. *O pão nosso de cada dia: trabalhadores e indústria da panificação e a legislação trabalhista (Belém, 1940-1945)*. Belém: Paka -Tatu, 2002, p. 47.

<sup>533</sup> FONTES, Edlza Joana de Oliveira. *O pão nosso...* op. cit., p. 28.

<sup>534</sup> ADAVR, Registro de Pedido de Passaporte de Manoel Fernandes de Oliveira, 1906, livro 27, p. 404, registro 2414.

<sup>535</sup> ADAVR, Registro de Pedido de Passaporte de Manoel Fernandes de Oliveira, 1912, livro 37, p. 352, registro 2100.

segue na história de Manoel entre os anos de 1912 e 1918 se finda quando seu nome é estampado na primeira página do jornal *Estado do Pará*, na edição de 04 de setembro de 1918. Na notícia de capa “*O grave problema dos transportes: no Pará já se constroem grandes navios*”, o periodista descreve a crise que a praça comercial do Pará sofria pela ausência de transportes para os produtos locais, uma vez que os arranjos da I Guerra na Europa afastaram, quase por completo, a navegação estrangeira no porto da capital, e o governo central havia confiscado todos os navios de origem alemã. O comércio com a Europa se resumia a pequenas trocas com a Inglaterra, que negociava mais mercadorias nos portos do Maranhão e do Ceará, e com Portugal, de onde “muito raramente” vinham veleiros trazendo, no máximo, 800 toneladas de mercadorias, mesma quantidade que daqui levavam<sup>536</sup>.

Mas, graças à iniciativa de “um pobre, mas inteligente português carpinteiro naval”, o cenário de crise no Pará seria amenizado. O então calafate Manoel Fernandes de Oliveira era o responsável pela fabricação de uma nova embarcação no estaleiro Ferro, subsidiado pela construtora Manoel Pedro & Cia. Na entrevista, Manoel de Oliveira conta que, antes de vir para o Pará, trabalhava na fabricação de barcos para a pesca em sua terra natal, a Murtosa. Aqui começara a trabalhar na construção de cascos para motores movidos a gasolina, mas há dois anos tinha a ideia de construir um grande veleiro, por ele mesmo desenhado, e do qual se responsabilizaria pela execução, mas faltavam-lhe os recursos.

Quando a Manoel Pedro & Cia assina a parceria com o português, a construção do grande veleiro se inicia, projetado com 48 m de comprimento, 10 m de largura e 7 m de pontal, fabricado com uso de pau de arco, piquiá, itauba, freijó, andiroba, cedro e bacuri, descritas pelo construtor como madeiras “potentes”. Com 3 mastros, a embarcação poderia carregar até 1.200 toneladas, 400 a mais que os poucos veleiros portugueses que atracavam em Belém. Auxiliado por oito trabalhadores no estaleiro, Manoel Fernandes elaborava os desenhos, produzia os moldes, e encaminhava às oficinas para a produção final. O tempo de fabricação da embarcação foi calculado em 6 meses, tendo iniciado em 1º de julho daquele ano de 1918. Ao final da entrevista, o calafate, ou construtor naval, afirmava o desejo de fabricar embarcações ainda maiores.

Finalmente, o setor terciário com 37% do total de imigrados. Sobre a inserção no comércio, ao longo do trabalho pudemos mirar algumas justificativas à penetração dos portugueses neste setor, entre elas as demandas comerciais que viriam junto a evolução socioeconômica do Pará, ao longo da segunda metade do XIX e início do XX, quando a

---

<sup>536</sup> BNDB, *Estado do Pará*, Belém, 4 de setembro de 1918, p. 1.

economia da borracha alcançaria suas maiores cotações. A “urbe das riquezas” veria o surgimento de inúmeras firmas, de todos os gêneros imagináveis, o comércio urbano na capital e entre os interiores garantia aos cofres públicos grandes rentabilidades, corroborando a uma ideia de “predisposição” portuguesa em atuar no comércio<sup>537</sup>, embora nos pareça que a entrada nesta rede tenha ocorrido em função da ampla oferta de postos, frente a concentração das terras na mão do Estado e de nacionais, agrupando em torno de si os cultivos, a extração e a criação de animais.

Tendências ocupacionais que forjaram a classificação do fluxo de portugueses nortenhos como de uma “migração de caixeiros”<sup>538</sup>, fortalecendo a visão quase exclusiva de ofício dos imigrantes nos setores comerciais. Ao tratar da presença lusitana no Rio de Janeiro, por exemplo, Sênia Bastos defende que estudar os portugueses “significa mergulhar em um espaço privilegiado: o do comércio, destino mitificado para todos aqueles que acalentavam sonhos de promoção social além-mar”, enfatizando ainda o caráter urbano do movimento, com especial destaque às ocupações de caixeiro e negociante, figuras emblemáticas que se fizeram presentes nos espaços ao longo de todo o processo de urbanização<sup>539</sup>.

Porém, atentemos que o agrupamento “comércio” não representa o de maior ocupação entre os aveirenses – mesmo considerando as primeiras viagens e reemigrações –, mas sim o ajuntamento “transporte” com 1.832 registros, 35,9% do total de ocupações do setor terciário. Assim, se formos esmiuçar os grupos que compõem o “transporte”, veremos que 1.778 – de 1.832 – registros correspondem a indivíduos que atuavam no transporte marítimo, entre barqueiros, catraieiros, fragateiros, moliceiros, mercantéis e marítimos (que ainda podem aglutinar todas as categorias citadas anteriormente), só esses últimos satisfazem 1.130 imigrantes, 97% do total das atividades ligadas às águas.

## Gráfico 8

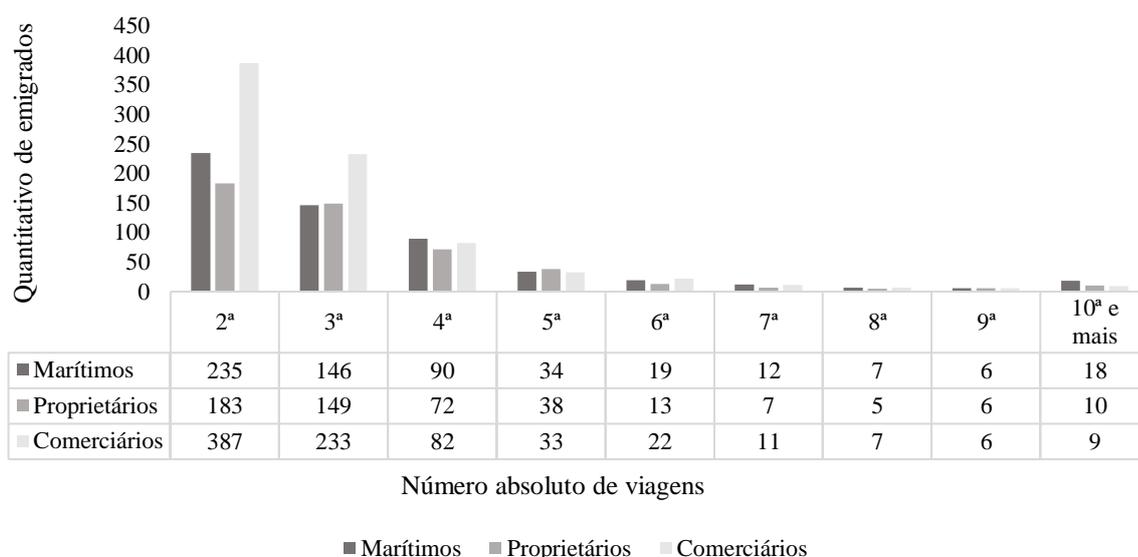
---

<sup>537</sup> FRUTUOSO, Maria Suzel Gil. A presença portuguesa no comércio em Santos. In. MATOS, Maria Izilda S. de [et at.]. *Deslocamentos e Histórias: os Portugueses*. Bauru/SP: Edusp, 2008. Maria Suzel Gil. *op. cit.*, p. 153.

<sup>538</sup> KLEIN, Herbert. *A integração social e econômica dos imigrantes portugueses no Brasil nos finais do século XIX e no século XX*. *Análise Social*, vol. XXVIII (121), 1993, pp. 235-265, p. 243.

<sup>539</sup> BASTOS, Sênia. Na cidade de São Paulo em meados do século 19. In. MATOS, Maria Izilda S. de [et at.]. *Deslocamentos e Histórias: os Portugueses*. Bauru/SP: Edusp, 2008, pp. 133-137, p. 164.

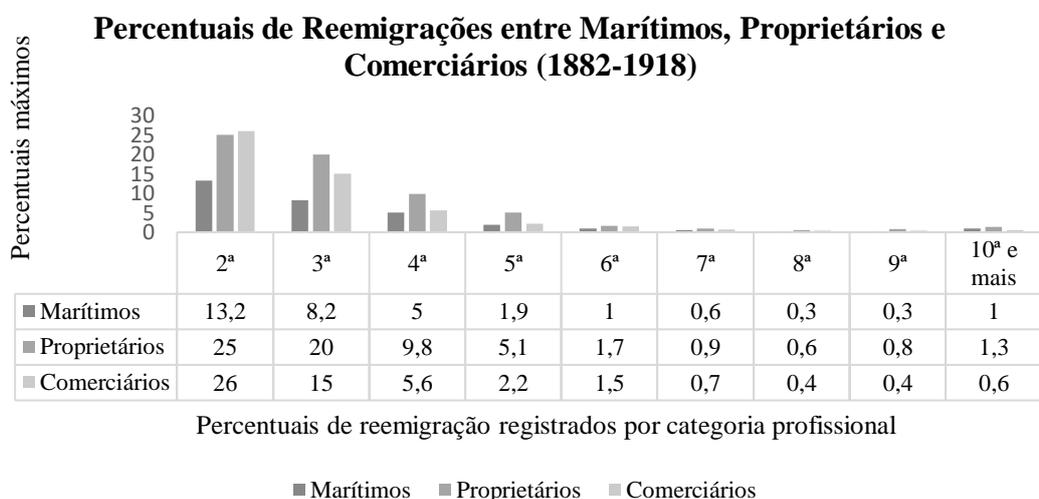
### Reemigração de Marítimos, Proprietários e Comerciantes em Números Absolutos (1882-1918)



Fonte: ADAVR - Livros de Registro de Passaporte do Distrito de Aveiro (1882-1918).

No entanto, mesmo que os trabalhadores inseridos nos transportes marítimos tivessem a mobilidade como grande característica de sua ocupação, mantiveram taxas de reemigração, em números absolutos e em percentuais, inferiores aos agentes do setor comercial, onde, especialmente, caixeiros e negociantes se mantinham em constante mobilidade, como observarmos abaixo.

### Gráfico 9



Fonte: ADAVR - Livros de Registro de Passaporte do Distrito de Aveiro (1882-1918).

Entre os integrantes dos comerciários estão os que se denominavam de caixeiros (301), comerciantes (390), negociantes (524) e empregados no comércio (244), atividades que igualmente demandavam mobilidades espaciais, embora condicionadas as demandas de cada função, recaindo, geralmente, aos caixeiros – de regra solteiros, alfabetizados, com idades inferiores aos 20 anos – a condição de viajante das firmas, estas muitas pertencentes aos seus compatriotas. Muito dos jovens caixeiros recém-chegados ao Pará buscavam ocupações em estabelecimentos de seus conterrâneos, interessados em estabelecer laços que diminuíssem a distância de casa, nem que para isso tivessem que se sujeitar a precárias condições de trabalho, que incluíam desde espaços insalubres para moradia no próprio estabelecimento comercial, a penosos salários e horários de trabalho.

Confrontando estas circunstâncias penosas, os caixeiros se mostraram ativos contestadores das posturas dos patrões – independentemente de sua nacionalidade – e tomaram os periódicos como espaços privilegiados de luta por direitos. Entre os mais conhecidos em Belém estiveram “*O Caixeiro*” e “*A Voz do Caixeiro*”, sobre o primeiro Aldrin Figueiredo destaca que ao contrário do que comumente era noticiado sobre os portugueses nos jornais, com anedotas e chacotas, este buscava enfatizar o aspecto trabalhador dos mesmos<sup>540</sup>, ainda que o acesso aos jornais e as críticas fossem restritas a um pequeno número de agentes, considerando a reduzida alfabetização dos indivíduos e o alto custo dos jornais para muitos.

Nestes veículos de comunicação, uma das principais reivindicações dos caixeiros girava sobre o descanso semanal com o fechamento das portas aos domingos, denunciando suas péssimas condições de vida e trabalho, cujas jornadas extenuantes – que incluíam desde as vendas no balcão, as cobranças, vendas externas e serviços de escritório – representavam ausência de lazer e quase total submissão ao empregador. É de se pensar, por isso, que as atividades de caixeiro e empregado no comércio não apresentassem distinções – esta última podendo representar uma forma menos pejorativa de descrever o ofício, uma vez que o caixeiro, em si, era tratado com desprezo e indiferença pelo patrão –, eram degraus iniciais de uma carreira que objetivava ser comerciante, ou seja o proprietário do negócio. Abaixo dos caixeiros e empregados do comércio ainda havia os marçanos, espécie de “aprendiz de caixeiro”, polivalente, desempenhando distintas tarefas, desde os atendimentos à limpeza<sup>541</sup>. A pressão dos caixeiros sobre as autoridades e patrões em prol de melhorias resultou na lei de 16 de janeiro

---

<sup>540</sup> FIGUEIREDO, Aldrin Moura de. “Uma história impressa: os jornais paraenses, 1822-1922 (parte final)”. *Revista ZYG360.com*, v. 2, n. 5, 2009, pp. 40-45, p. 41.

<sup>541</sup> MENEZES, Lená Medeiros de. Jovens portugueses: histórias de trabalho, história de sucesso, histórias de fracassos. In: GOMES, Ângela de Castro (org.). *Histórias de imigrantes e de imigração no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2000, p. 176.

de 1890, a qual determinou o fechamento dos comércios aos domingos na cidade de Belém, sobre a qual seguiram recaindo pressões para o devido cumprimento da norma<sup>542</sup>.

A caracterização dos caixeiros ou empregados comerciais confunde-se com a história dos irmãos “Nicolau Soares da Costa” em Belém. Antônio Nicolau Soares da Costa foi mais um em meio a tantos aveirenses saídos aos 12 anos de idade a fim de não arcar com os trâmites do alistamento militar e fianças, mas como poucos na sua idade, trouxe consigo seu irmão José Nicolau Soares da Costa, com apenas 10 anos, em 1893, ambos alfabetizados<sup>543</sup>. Há um hiato nas viagens de Antônio Nicolau até 1903 quando registra nova entrada ao Pará, aos 24 anos e declarando ser comerciante<sup>544</sup>, ao que tudo indica Antônio era proprietário da firma de comissões e consignações A. Nicolau da Costa & C<sup>a</sup>, localizada no Boulevard da República, n<sup>o</sup> 21, em Belém<sup>545</sup>. Seguinte a chegada de Antônio Nicolau, seu irmão Jaime Nicolau emigrou em 1896, aos 13 anos, como estudante<sup>546</sup>, e ao longo de sete viagens entre o Pará e Portugal alterou seu status profissional para empregado no comércio<sup>547</sup>, e finalmente para de comerciante, no qual se manteve até o último registro de passaporte, em 1910<sup>548</sup>.

Em 1902, José Nicolau, que havia se utilizado do passaporte de Antônio para viajar ao Pará, agora surgia como titular do documento, viajando aos 20 anos como empregado no comércio. Consigo trouxe outro irmão menor de nome Américo Nicolau Soares da Costa, com 15 anos<sup>549</sup>, que ao reemigrar em 1908, se declarou comerciante<sup>550</sup>, mesma qualificação do irmão José, em 1908<sup>551</sup>. Percebamos como os irmãos, de simples estudantes ou mesmo sem ofício declarado – como feito pelo primeiro a emigrar Antônio Nicolau – ao longo da estadia em Belém e das possibilidades forjadas pelo desenvolvimento econômico da cidade, junto ainda

---

<sup>542</sup> CARVALHO, Marcos Antônio de. Os caixeiros e a imprensa lusa em Belém do Pará. In: MENEZES, Lená Medeiros de & SUSA, Fernando (orgs.). *Brasil-Portugal: pontes sobre o Atlântico – múltiplos olhares sobre a emigração*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2017, pp. 95-107, p. 103

<sup>543</sup> ADAVR, Registro de Pedido de Passaporte de Antônio Nicolau Soares da Costa, 1893, livro 17, p. 8, registro 41.

<sup>544</sup> ADAVR, Registro de Pedido de Passaporte de Antônio Nicolau Soares da Costa, 1903, livro 25, p. 211, registro 1269.

<sup>545</sup> BNDB, *Almanack do Estado do Pará* (1904-1905), edição 1, ano 1904, p. 702.

<sup>546</sup> ADAVR, Registro de Pedido de Passaporte de Jaime Nicolau Soares da Costa, 1896, livro 20, p. 250v, registro 1516.

<sup>547</sup> ADAVR, Registro de Pedido de Passaporte de Jaime Nicolau Soares da Costa, 1900, livro 23, p. 306v, registro 1830.

<sup>548</sup> ADAVR, Registro de Pedido de Passaporte de Jaime Nicolau Soares da Costa, 1910, livro 35, p. 15, registro 87.

<sup>549</sup> ADAVR, Registro de Pedido de Passaporte de José Nicolau Soares da Costa, 1902, livro 24, p. 177, registro 1059.

<sup>550</sup> ADAVR, Registro de Pedido de Passaporte de Américo Nicolau Soares da Costa, 1896, livro 20, p. 250v, registro 1516.

<sup>551</sup> ADAVR, Registro de Pedido de Passaporte de José Nicolau Soares da Costa, 1908, livro 29, p. 431v, registro 2585.

das redes profissionais e pessoais entre eles, alteraram suas condições profissionais para de proprietários dos estabelecimentos mercantis.

José Nicolau, como comerciante, solicita sua habilitação consular no órgão responsável em Belém em 23 de março de 1918, portanto vinte e cinco anos depois de sua primeira viagem, em 1893, possivelmente motivado por demandas de seu ofício que exigissem maior legalidade em sua condição estrangeira. No documento, José consta casado e residente na Praça Saldanha Marinho, nº. 36 – onde também residia seu primo Manoel Nicolau Soares da Costa, habilitado no consulado português em janeiro de 1917, que como comerciante declarou-se sócio na firma Nicolau & Companhia<sup>552</sup> – apresentando passaporte emitido em Lisboa, condição que abre margem à subnotificação dos dados de emigrados ao Brasil – e ao Pará – considerando estritamente os documentos de seus distritos naturais para levantamento das viagens. Comentamos anteriormente que as cidades que abrigavam os mais importantes portos de Portugal, à época, à emigração e negócios – Lisboa e o Porto – serviam de residências temporárias a diversos interessados na viagem, dessa forma a emigração não se forja como um processo direto, com uma única conexão entre a cidade de saída e a de chegada, já que os espaços intermediários por onde circularam os indivíduos foram fundamentais na conformação de seus objetivos, podendo também reconfigurar suas características primárias, como a naturalidade, muitas vezes alterada para facilitar a concessão de documentos. Sobre o estado civil de José Nicolau, sabemos que contraiu casamento em Belém com a paraense de prendas domésticas Arminda da Costa Cruz, e que tinha 23 anos à data da união, em 05 de outubro de 1911<sup>553</sup>, relação que poderia garantir-lhe maior estabilidade local, com perspectiva de permanência definitiva no Pará, ao contrário do casamento do irmão Américo.

Américo Nicolau contraiu casamento em 15 de fevereiro de 1921, com a também paraense Ida Cristina Gonçalves Viana, de prendas domésticas de 25 anos de idade, destacando no registro de casamento civil que a união se fazia com justificativa de viagem, podendo indicar constantes movimentações de Américo entre Belém e Portugal, por isso a necessidade em garantir sua união com a jovem paraense<sup>554</sup>.

Aos proprietários dos grandes empreendimentos comerciais, cuja maior parte do núcleo familiar permanecera em Portugal, as viagens se justificavam mais em função da reunião

---

<sup>552</sup>CMA, Habilitação Consular de Manoel Nicolau Soares da Costa. Arquivo do Grêmio Literário Português. Banco de dados Grupo de Pesquisa “População, Família e Migração na Amazônia-RUMA” / Centro de Memória da Amazônia-CMA. Código da habilitação: 7224. Registro 2028. Imagem: P1030401

<sup>553</sup> CMA, Juízo de Direito da 1ª Vara, cx. 38 A, 1911.

<sup>554</sup> CMA, Juízo de Direito da 3ª Vara, cx. 109 A, 1921.

familiar e benfeitorias em torno de suas propriedades, que aos negócios de fato, como faziam os membros da família Simões.

O pai, Francisco Maria Simões, teria emigrado ao Brasil ainda jovem onde amealhou rendimentos com uma fábrica de mobiliários<sup>555</sup>. Com maior precisão sabemos que em 1890 Francisco Maria fundou em Belém a Fábrica Gram Pará, voltada ao segmento de bebidas e vinagre, mantendo uma filial no Rio de Janeiro. Nesse intervalo, o empreendimento de Francisco Simões era mais um entre tantos que Belém veria florescer no auge da economia sustentada pelos rendimentos da borracha, um investimento privado. No início da década de 1890 Francisco Maria Simões presenciou em Belém o avanço do capitalismo, com a modernização do mercado de capitais, refletida na criação de várias instituições bancárias e sociedades acionárias que dividiam o mercado com o crédito pessoal, sustentado por uma ampla e expressiva rede de relações de amizade, parentesco e dependência pessoal, auxiliares no controle dos devedores e débitos<sup>556</sup>.

A bebida mais famosa produzida pelos Simões – o “Guaraná Simões” – cuja fórmula foi atribuída ao filho Antônio Oliveira Simões, teve sua fabricação em larga escala a partir de 1904, com uma média de 4 mil meias garrafas por dia, momento em que o látex seguia em ascensão, e as benfeitorias na capital seguiam sob financiamento estatal. Mais a diante, a fim de suprir as necessidades próprias da fábrica de bebidas, o herdeiro Francisco de Oliveira “Guaraná Simões” fundara outro empreendimento, a Fábrica de Vidros “Condôr”, em 1923, uma das poucas na região amazônica, situada no bairro da Pedreira, junto ao igarapé do Una<sup>557</sup>, condição que lhe diferenciava das demais estruturas fabris estabelecidas há muito no bairro do Reduto, junto ao porto, o que garantia constante movimentação de transeuntes entre as estruturas. As ações fabris do pai Francisco Maria Simões, e do filho Francisco de Oliveira Simões compunham um amplo parque fabril sob propriedade de portugueses radicados em Belém<sup>558</sup>.

### **Alguns rótulos de bebidas produzidas pela Fábrica Gram Pará**

---

<sup>555</sup> PEREIRA, Marco. Casa de Arte Nova. In: *Salreu – Patrimônio Construído*, Ovar: Tipoarte – Tipografia, Lda., 2009, pp. 25-26, p. 25.

<sup>556</sup> TAVARES, Anndrea Carolyn da Costa Tavares. Em busca das “Patacas”: patrimônio de portugueses na economia da borracha (Belém, 1840-1930). (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, Belém, 2017, p. 131.

<sup>557</sup> CARINHAS, Teófilo. *Álbum da Colônia Portuguesa no Brasil*, Lisboa: Carinhas & Cia Lta., 1929, pp. 30-31.

<sup>558</sup> SARGES, Maria de Nazaré dos Santos. A árvore das patacas secou: o comércio português em Belém no primeiro quartel do século XX. In: MENEZES, Lená Medeiros de & SOUSA, Fernando. *Brasil – Portugal: pontes sobre o Atlântico: múltiplos olhares sobre a e/imigração*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2007, pp. 73-80, p. 73.

**Imagem 25**  
**Cerveja Quinobeer**



Fonte: SOUZA, Lorena & FONSECA, Regina Vitoria (orgs.). *Marcas do Tempo: registros das marcas comerciais do Pará (1895-1922)*. Belém: Secult, Jucepa, 2015, pp.56-59.

**Imagem 26**  
**Refrigerante Natural Frandols**



Fonte: SOUZA, Lorena & FONSECA, Regina Vitoria (orgs.). *Marcas do Tempo: registros das marcas comerciais do Pará (1895-1922)*. Belém: Secult, Jucepa, 2015, pp.56-59.

**Imagem 27**  
**Azeite Paraense**



Fonte: SOUZA, Lorena & FONSECA, Regina Vitoria (orgs.). *Marcas do Tempo: registros das marcas comerciais do Pará (1895-1922)*.

**Imagem 28**  
**Superfino Cognac Velho**



Fonte: SOUZA, Lorena & FONSECA, Regina Vitoria (orgs.). *Marcas do Tempo: registros das marcas comerciais do Pará (1895-1922)*. Belém: Secult, Jucepa, 2015, pp.56-59.

Curiosamente, em meio a vários nomes da família Simões no Pará, apenas Francisco de Oliveira Simões – fundador da fábrica de vidros – e o irmão Justino Maria de Oliveira Simões apresentam passaportes registrados em Aveiro, o que reforça a subnotificação dos números totais da emigração ao Brasil, e ainda a importância dos espaços intermediários de circulação, à conformação de documentações necessárias a viagem que não registravam os dados oficiais de origem. O primeiro teria vindo em 1898, como estudante, aos 12 anos, certamente viajara a fim de ajudar ao pai nos trâmites da fábrica de bebidas<sup>559</sup>. Seis anos depois, Justino Maria chegara para reforçar os trabalhos com os familiares, também aos 12 anos<sup>560</sup>. Dos demais irmãos, não alcançamos registros nos passaportes de Aveiro.

**Imagem 29**  
**Família Simões<sup>561</sup>**



Fonte: PEREIRA, Marco. Casa de Arte Nova, op. cit., p. 25.

<sup>559</sup> ADAVR, Registro de Pedido de Passaporte de Francisco de Oliveira Simões, 1898, livro 21, p. 406, registro 2437.

<sup>560</sup> ADAVR, Registro de Pedido de Passaporte de Justino Maria de Oliveira Simões, 1904, livro 26, p. 19, registro 111.

<sup>561</sup> Alguns membros são ausentes, como o filho Antônio Oliveira Simões, criador da fórmula do guaraná.

Inferimos que Francisco Maria Simões seja o primeiro da esquerda para a direita, ao lado o irmão médico Justino de Oliveira Simões, o militar – ao centro fardado – é Joaquim Maria de Oliveira Simões, à frente o pai, Francisco Maria Simões. Sobre as mulheres, infelizmente não alcançamos detalhes.

A história da família Simões na freguesia de origem – Salreu – no concelho de Estarreja não ficaria conhecida apenas pelo sucesso no empreendimento alimentício e de bebidas no Pará. Como enriquecidos pelas crescentes economias nortenhas do Brasil, tomariam para si também o status de uma família de *brasileiros*. Com a fábrica de bebidas fundada desde 1890, alcançaram construir uma das casas mais belas e representativas da região central da freguesia, na qual materializaram diferentes características das arquiteturas dos *brasileiros*, como da Arte Nova, ou *Art Nouveau*, azulejos, ladrilhos, e outros detalhes que forneciam ares de pompa e prosperidade ao imóvel, erguida de igual modo em uma área privilegiada próxima a igreja de Salreu.

### Imagem 30

#### Área anterior a edificação de Francisco Maria Simões



Fonte: Arquivo pessoal de Marco Pereira.

**Imagem 31**  
**Residência em Arte Nova da Família Simões, 1914 (Foto atual)**



Fonte: Arquivo pessoal de Marco Pereira.

A emblemática residência dos Simões foi vendida pelos herdeiros a Benjamim Marques da Silva, atualmente pertence aos seus respectivos descendentes<sup>562</sup>.

Quanto aos marítimos, segundo maior grupo de reemigrados, já deixamos pistas de que seu expressivo contingente fosse natural dos conselhos de Ovar e Estarreja, cuja relação com a Ria e o mar era de grande dependência, sobretudo na freguesia da Murtosa que ocupa a maior parte trafegável da grande laguna. De modo que, todas as oscilações e problemáticas que vimos em relação ao uso da Ria na altura de Estarreja – e ainda em Vagos, Ílhavo, Aveiro e Ovar –, e os entraves às práticas oceânicas cabem na justificativa da grande presença destes trabalhadores no Pará, que concentraram indicativos de até 19 pedidos de passaportes à uma única pessoa no intervalo analisado<sup>563</sup>. E contrariando ou fugindo a regra das tendências já conhecidas pela historiografia local e a quase sempre inserção automática dos portugueses no comércio, muitos

<sup>562</sup> PEREIRA, Marco. Casa de Arte Nova. In: *Salreu – Patrimônio Construído*, op. cit., p. 25.

<sup>563</sup> Pode parecer que 19 registros de viagens são poucos em relação a temporalidade estudada, porém consideremos aqui a grande incidência da clandestinidade, especialmente entre trabalhadores marítimos que pelo livre acesso aos mares, circulavam com maior facilidade e liberdade, podendo driblar o pagamento de documentos e impostos.

destes imigrados dedicados aos trabalhos marítimos – entre o transporte e a venda de produtos – mantiveram suas atividades profissionais anteriores no novo destino, possível graças ao alinhamento entre as demandas locais e a rede de sujeitos há muito estabelecidos na região, que facilitaram os acessos aos espaços de trabalho.

Vários são os indícios de que estes indivíduos seguiram – e tiveram condições para isso – praticando tanto o transporte marítimo quanto a pesca por entre os rios amazônicos, fossem por meio de eventos relatados em periódicos, demandas locais que refletiam na caracterização de grupos familiares migrantes, ou na criação de associações de socorro mútuos específicos aos sujeitos ligados as águas que compartilhassem da mesma naturalidade

O *Jornal d’Estarreja* entre diversas notas, traz um pouco da vivência nos rios da região pelos imigrantes, imersos em diferentes eventos nem sempre harmoniosos. Basta trazermos novamente aqui a história dos pescadores Manoel da Silva Lopes e Marcos “de tal”, que em uma das tantas viagens às tradicionais regiões de pesca regional – em Marapanim, conhecida como a região do salgado pela proximidade com o oceano – acidentalmente, disparou contra Manoel da Silva Lopes, ferido na perna esquerda e

[...] por não haver ali onde o ferido recebesse os devidos curativos, fizeram-se de vela para esta cidade, aonde chegaram no dia 21 de manhã, recolhendo o ferido ao hospital D. Luiz I, onde ocupou o leito nº 49 da enfermaria Bocage. [...] Segundo ouvi, **são da freguesia da Murtosa e a *Progresso* é propriedade dos srs. Vaz & Cia e fora a Marapanim afim de comprar peixe**”<sup>564</sup>.

Ao buscarmos o nome de “Manoel da Silva Lopes” nos registros de passaporte, localizamos 4 sujeitos, mas nenhum correspondia a descrição do Manoel “de Marapanim”. Os fatos ocorridos na geleira *Progresso* junto aos portugueses nos permitem visualizar as distintas possibilidades de manutenção dos ofícios anteriores a viagem a partir da demanda regional, que incluía a contratação desses trabalhadores por empresas locais responsáveis pelo abastecimento alimentício da capital, como vimos anteriormente ao tratarmos dos pescadores e das companhias de pesca em Belém. Dessa forma, a numerosa circulação de pescadores ou de marítimos<sup>565</sup> por entre os territórios do Pará e de Portugal se deveu não apenas as necessidades

---

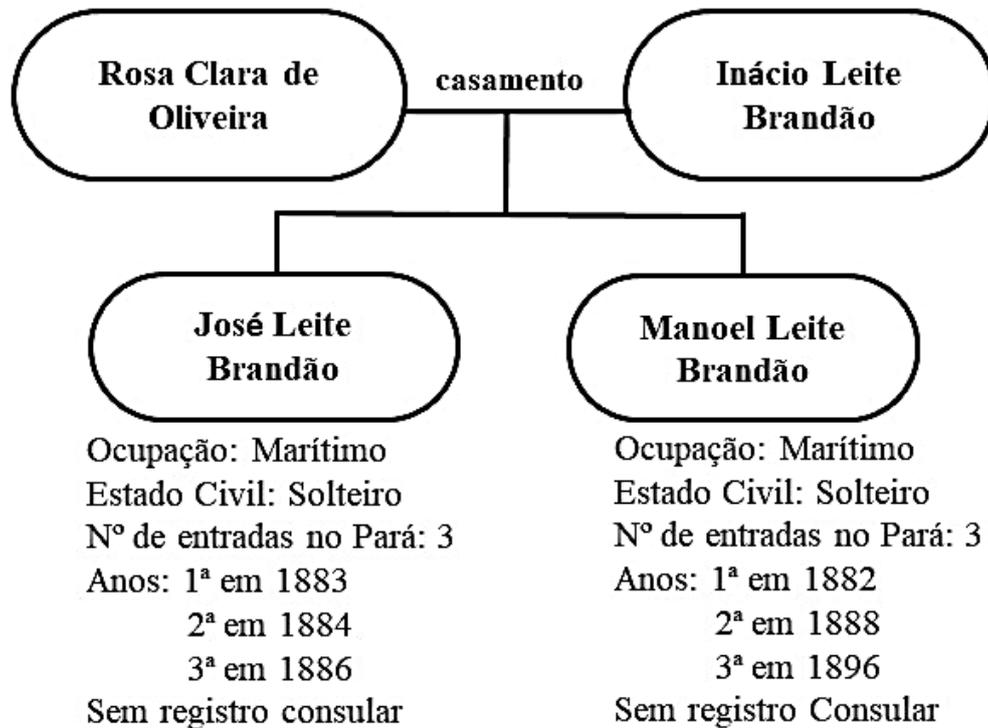
<sup>564</sup> BNP, *O Jornal d’Estarreja*, 15 de junho de 1907, p. 1.

<sup>565</sup> Chamamos atenção ao fato de que estes ofícios, muitas vezes, poderiam confundir-se, não cabendo aos sujeitos portadores dessas atividades uma clara divisão entre elas, para muitos o mesmo pescador, que se lança nas companhias é o mesmo marítimo, que trabalha junto as estruturas das embarcações sem, necessariamente, precisar exercer a pesca, de fato, o contrário também se aplica.

sazonais do ofício, como também pela aquisição de rendimentos suficientes que sustentassem os retornos.

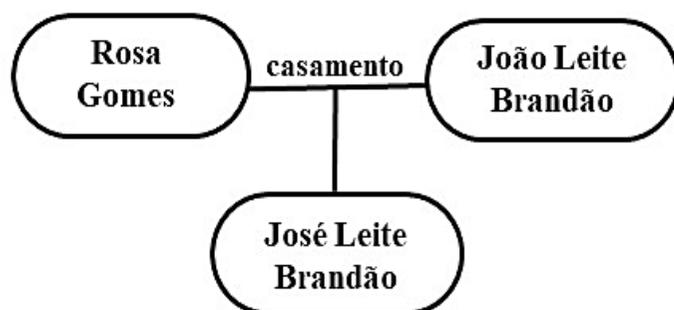
A conservação do ofício neste setor também se amparou sobre uma possível tradição funcional familiar, cujos membros há muito estabelecidos em determinadas atividades influenciavam aos demais familiares a seguirem as atividades de costume de sua linhagem, condição aparente à família “Leite Brandão”, cujos membros todos eram naturais do concelho de Ovar, e cujas genealogias demonstram, claramente, suas articulações e permanências laborais nas atividades marítimas, ao longo de diferentes entradas ao Pará. Como vemos.

**Genealogia 1**  
**Núcleo Familiar de Rosa Clara de Oliveira e Inácio Leite Brandão**  
**(1882-1896)<sup>566</sup>**



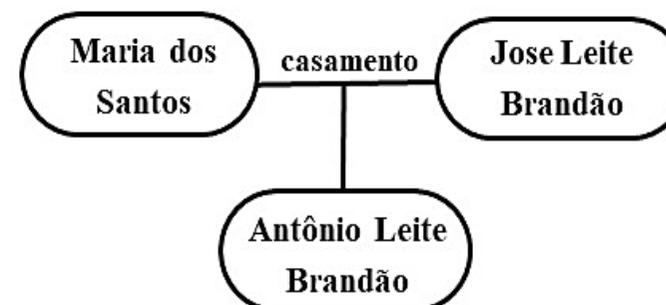
<sup>566</sup> ADAVR, Registro de Pedido de Passaporte de Manoel Leite Brandão, 1882. Livro 11, página 6v, registro 35.  
 ADAVR, Registro de Pedido de Passaporte de José Leite Brandão, 1883. Livro 11, página 102v, registro 626.  
 ADAVR, Registro de Pedido de Passaporte de José Leite Brandão, 1884. Livro 11, página 326v, registro 1969.  
 ADAVR, Registro de Pedido de Passaporte de José Leite Brandão, 1886. Livro 12, página 297v, registro 3577.  
 ADAVR, Registro de Pedido de Passaporte de Manoel Leite Brandão, 1888. Livro 13, página 225, registro 1247.  
 ADAVR, Registro de Pedido de Passaporte de Manoel Leite Brandão, 1896. Livro 20, página 129, registro 788.

**Genealogia 2**  
**Núcleo Familiar de Rosa Gomes e João Leite Brandão**  
**(1884-1896)**<sup>567 568 569</sup>



Ocupação: Marítimo  
 Estado Civil: Casado  
 Nº de entradas no Pará: 7  
 Anos: 1ª em 1886    4ª em 1896  
           2ª em 1889    5ª em 1898  
           3ª em 1893    6ª em 1901  
 Sem registro consular

**Genealogia 3**  
**Núcleo Familiar de Maria dos Santos**  
**e José Leite Brandão (1887)**



Ocupação: Marítimo  
 Estado Civil: Casado  
 Nº de entradas no Pará: 1  
 Ano: 1887  
 Sem Registro Consular

<sup>567</sup> Segundo indicações laterais no registro de passaportes de José Leite Brandão, em 1901 ele estaria solicitando seu 19º pedido de passaporte ao Pará.

<sup>568</sup> ADAVR, Registro de Pedido de Passaporte de José Leite Brandão, 1886. Livro 12, página 233, registro 3095.

ADAVR, Registro de Pedido de Passaporte de José Leite Brandão, 1889. Livro 13, página 176, registro 1027.

ADAVR, Registro de Pedido de Passaporte de José Leite Brandão, 1893. Livro 16, página 334, registro 2007.

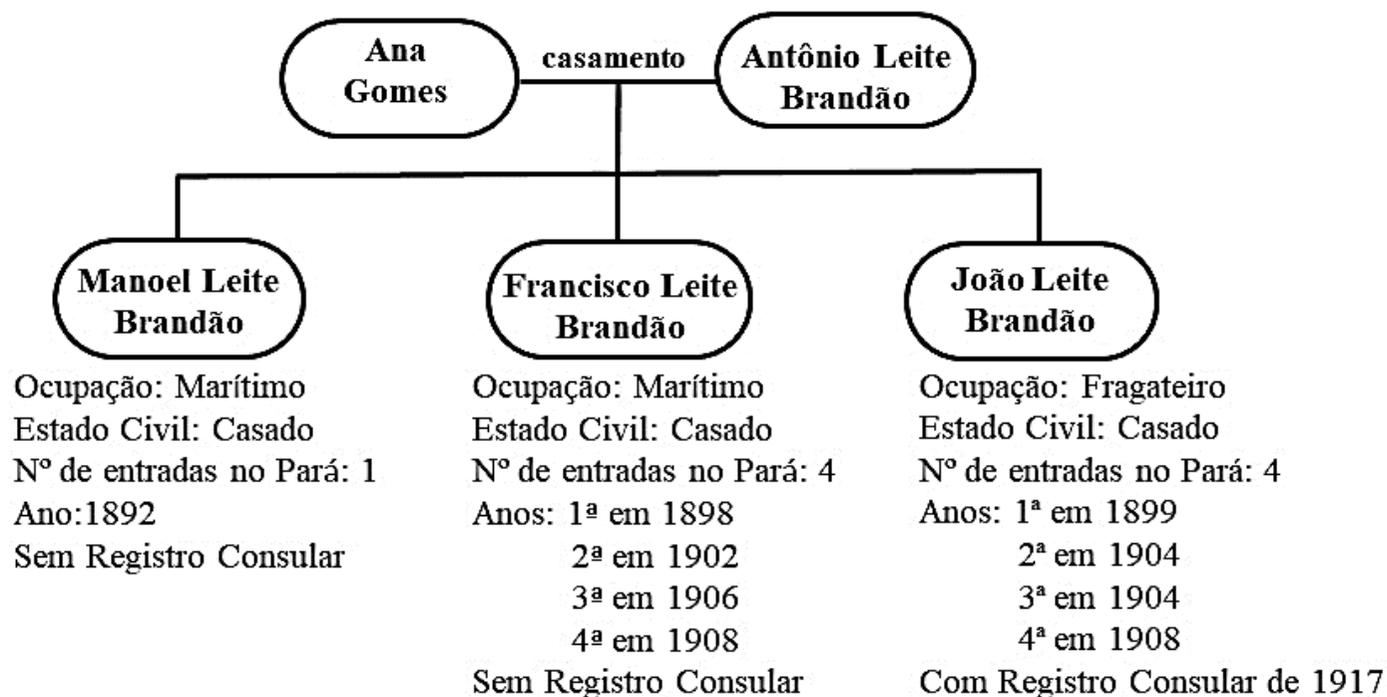
ADAVR, Registro de Pedido de Passaporte de José Leite Brandão, 1896. Livro 20, página 56, registro 332.

ADAVR, Registro de Pedido de Passaporte de José Leite Brandão, 1898. Livro 21, página 393, registro 2353.

ADAVR, Registro de Pedido de Passaporte de José Leite Brandão, 1901. Livro 24, página 58v, registro 347.

<sup>569</sup> ADAVR, Registro de Pedido de Passaporte de Antônio Leite Brandão, 1887. Livro 13, página 177v, registro 1060.

**Genealogia 4**  
**Núcleo Familiar de Ana Gomes e Antônio Leite Brandão**  
**(1892-1908)<sup>570</sup>**



<sup>570</sup>ADAVR, Registro de Pedido de Passaporte de Manoel Leite Brandão, 1892. Livro 16, página 265, registro 1594.

ADAVR, Registro de Pedido de Passaporte de Francisco Leite Brandão, 1898. Livro 22, página 122v, registro 728.

ADAVR, Registro de Pedido de Passaporte de João Leite Brandão, 1899. Livro 22, página 341, registro 2040.

ADAVR, Registro de Pedido de Passaporte de Francisco Leite Brandão, 1902. Livro 224, página 194, registro 1163.

ADAVR, Livro 26, página 181, registro 1084.

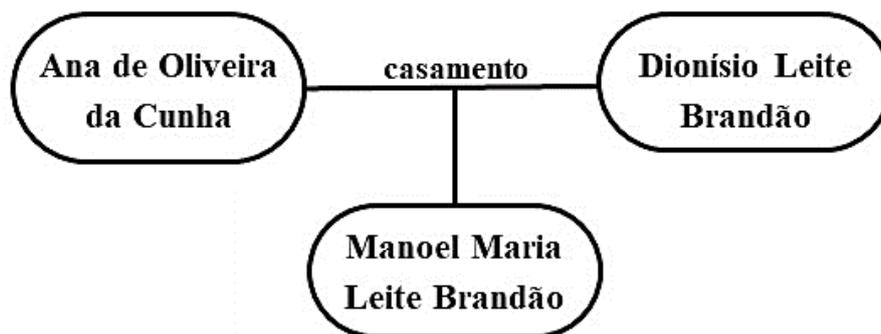
ADAVR, Registro de Pedido de Passaporte de João Leite Brandão, 1904. Livro 25, página 266, registro 1597.

ADAVR, Registro de Pedido de Passaporte de Francisco Leite Brandão, 1906. Livro 27, página 202, registro 1202. Nesta viagem trouxe o sobrinho Francisco, de 12 anos.

ADAVR, Registro de Pedido de Passaporte de Francisco Leite Brandão, 1908. Livro 32, página 28, registro 163.

ADAVR, Registro de Pedido de Passaporte de João Leite Brandão, 1908, Livro 30, página 1v, registro 6.

**Genealogia 5**  
**Núcleo Familiar de Ana de Oliveira da Cunha e Dionísio Leite Brandão**  
**(1906)<sup>571</sup>**



Ocupação: Marítimo  
 Estado Civil: Casado  
 Nº de entradas no Pará: 1  
 Ano: 1906  
 Sem Registro Consular

Fica claro que os Leite Brandão conservaram suas ocupações ao longo de diferentes entradas ao Pará, mesmo que localmente, possivelmente, tenham tido oportunidades de alterar essa condição.

Bastou a vinda de Manoel Leite em 1882 para que seus primos, ao que tudo indica, também buscassem pelas oportunidades que a nova terra propunha. Como não dispomos das habilitações consulares dos membros, exceto de João Leite Brandão, ou de outros vestígios da família no Pará, seria frágil afirmarmos, com precisão, que alguns destes membros pudessem ter fixado moradia em Belém, porém é possível pensarmos que a permanência deste parente no Pará agisse como provedor de novas migrações e a garantia de inserção no mercado de trabalho.

Em 1917, ao se habilitar no consulado, João Leite Brandão diz ter chegado em 01 de fevereiro de 1908 – coincidindo com o ano de seu último pedido localizado por nós –, saindo de Leixões no vapor *Valência*. Afirmou ser marítimo e declarou residência no Boulevard da República, nº 21<sup>572</sup>. O intervalo de 9 anos entre a última entrada e a

<sup>571</sup> ADAVR, Registro de Pedido de Passaporte de Manoel Maria Leite Brandão, 1906. Livro 27, página 236, registro 1408.

<sup>572</sup> CMA, Habilitação Consular de João Leite Brandão. Arquivo do Grêmio Literário Português. Banco de dados Grupo de Pesquisa “População, Família e Migração na Amazônia-RUMA” / Centro de Memória da Amazônia-CMA. Código da habilitação: 7700. Registro 2221. Imagem: P1030596.

habilitação nos permite inferir que João tenha, de fato, se fixado em Belém, reforçado pela citação de moradia e que continuaria exercendo a atividade de marítimo, ao considerarmos a ampla “oferta” de trabalho nas águas paraenses.

Se os Leite Brandão, do concelho de Ovar, fixaram-se em Belém, não podemos admitir com precisão, mas a existência de grande número de imigrantes vindos da Murtosa e ocupados nos serviços das águas, se fez notar de diferentes formas, talvez a mais emblemática tenha sido com a fundação da *União Protetora do Povo da Murtosa*, também chamada de *União Protetora dos Pescadores da Murtosa*, em 10 de janeiro de 1914. Segundo a notícia publicada pelo jornal português *O Povo da Murtosa*,

[...] A festa esteve concorridíssima assistindo toda a nossa colônia sendo a mesa constituída pelos srs. Francisco Soares, presidente; Antônio Soares Belo<sup>573</sup> e Antônio Matos, secretários. Congratulamo-nos ao sabermos que mesmo longe da sua pátria os filhos da Murtosa, embora moirejando com sacrifício o pão cotidiano, se constituem em associações de beneficência para socorrer aqueles conterrâneos a quem a felicidade não protege<sup>574</sup>.

Participaria da associação somente o “povo da Murtosa” – potencialmente inserido nas atividades pesqueiras –, e assim como em outras associações, os membros deveriam ajudar-se, em um mutualismo que reforçava – ou pelo menos deveria – a identidade portuguesa e, mais ainda, murtoseira. Se as condições de integração à sociedade local não eram homogêneas, mostrava-se importante garantir a integridade e reciprocidade entre um grupo já fragilizado pelas estruturas na terra natal e ainda afastado, além-mar, de regalias e, possivelmente, da assistência do órgão consular, que exercia um restrito controle sobre a população portuguesa local, conforme vemos com as limitadas habilitações consulares.

Meses após a fundação, o presidente da União Protetora, David José Rendeiro, enviou um diploma à redação d’*O Povo da Murtosa*, conferindo ao periódico a qualidade de “sócio honorário”. Em nota publicada em setembro de 1915, o redator descreveu com detalhes a composição do quadro:

À esquerda, em cima, veem-se dois remos cruzando sobre a água, e a direita um pescador conduzindo à cabeça um cabaz de peixe, embaixo,

---

<sup>573</sup> Os Soares Belo, nos registros de passaporte, correspondem a diferentes indivíduos naturais da Murtosa, que se distribuem entre pescadores, mercantéis, proprietários e comerciantes – à semelhança das diferentes ramificações dos Fernandes Rendeiro.

<sup>574</sup> BNP, *O Povo da Murtosa*, 20 de fevereiro de 1915, n. 492, p. 2.

a um dos cantos a alegoria da caridade acarinhando os filhos, e no outro Netuno de pernas aladas sentado junto ao mar coalhado de embarcações, no meio, ao fundo, e admiravelmente enquadrado na moldura do diploma, vê-se um grupo de pescadores recolhendo na água as redes, em que saltam peixes<sup>575</sup>.

### Imagem 32

#### Proposta de símbolo da Associação a partir da descrição



Fonte: Elaborado por Bruno Giovanni Afonso da Silva, a partir da descrição do diploma recebido pelo Jornal da Murtosa.

Trazendo ou não o termo “pescadores” em seu nome original, a conformação do símbolo da associação deixa clara os interesses dos organizadores, esforçados em dar suporte as comunidades envolvidas na pesca, especialmente por invocar figuras como Netuno, ou Poseidon para a mitologia grega, protetor dos mares e tempestades. Bem como a alusão a “Caridade” que também na mitologia grega corresponde a uma das “Três Graças”, representantes dos desígnios divinos para a humanidade, são elas a beleza, o amor e a própria caridade<sup>576</sup>. Sob a divina proteção de uma bricolagem religiosa,

<sup>575</sup> BNP, *O Povo da Murtosa*, 11 de setembro de 1915, n. 521, p. 1.

<sup>576</sup> CARDUA, Angelitas. *As três graças – Deusas da Felicidade*. Os sentidos da felicidade, 25 de setembro de 2008. Disponível em: <https://angelitascardia.wordpress.com/2008/09/25/as-tres-gracas-deusas-da-felicidade/>. Acesso em 20 de maio de 2020.

acionando elementos das antigas civilizações – muitas vezes alcunhadas pelo cristianismo como pagãs – e do catolicismo de suas aldeias portuguesas, estes homens lançavam-se em distintos eventos ao mar.

Das poucas aparições em periódicos da associação, em 1914 foi listada junto de outras entidades e particulares em apoio financeiro à Campanha da Cruz Vermelha Portuguesa, a quem destinava seus “auxílios pecuniários”<sup>577</sup>. Em 1917, a União voltaria a apoiar as ações da Cruz Vermelha, como também da Cruzada das Mulheres Portuguesas, com a doação de 500\$000 (quinhentos mil) réis<sup>578</sup>.

Outra entidade ligada a pescadores e com a presença de naturais da Murtosa foi a *Associação de Socorros Mútuos dos Pescadores no Pará*, fundada em 21 de setembro de 1916, em Belém, por Manoel Fernandes Rendeiro, responsável em organizar seu estatuto<sup>579</sup>. Manoel chegou ao Pará com passaporte emitido em 1911, aos 26 anos, vindo da Murtosa como seus outros familiares<sup>580</sup>. A associação organizada por ele objetivava ações comuns já praticadas por outros institutos de socorro mútuo, a saber: assistência aos associados enfermos – exceto por “moléstias venéreas” –, socorros médicos e farmacêuticos, fornecimento de passagens aos que precisassem retirar-se da capital, participação em funerais e ampliação de uma escola onde se ensinasse a língua portuguesa. Sendo vedada toda e qualquer manifestação política ou religiosa dentro da instituição, a fim de se manterem “inalterados o respeito e interesses comuns”. Embora organizada por um português, a associação não estabelecia um padrão étnico aos membros, acionando relações flexíveis e compatíveis ao contexto amazônico internacionalizado.

Tendo cada entidade suas peculiaridades, o exercício associativo se tornou importante instrumento de manutenção e elaboração de “práticas rituais na busca por reconstruir identidades”<sup>581</sup> e capacitar os sujeitos a habitarem e articularem as duas identidades: a deixada na pátria e a construída no novo destino. Essas estruturas também desafiaram a habilidade em articular os divergentes interesses de seus membros, pois é sabido que essas instituições, além de serem um espaço mutualístico, eram ambientes de

---

<sup>577</sup> BNDB, *Estado do Pará*, Belém, 14 de dezembro de 1914, n. 1 341, p. 2.

<sup>578</sup> BNDB, *Estado do Pará*, Belém, 12 de dezembro de 1917, n. 2 408, p. 2.

<sup>579</sup> CMA, Acervo Cível, série de Estatutos, *Associação de Socorros Mútuos dos Pescadores no Pará*, caixa 1-A, estante I.2.

<sup>580</sup> ADAVR, Registro de Pedido de Passaporte de Manoel Fernandes Rendeiro, 1911, livro 36, p. 358, registro 1972.

<sup>581</sup> ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz. *Das migrações às interculturalidades*. Porto: Edições Afrontamento, 2014.

conformação de uma elite, que geralmente ocupava postos de direção e obedecia a uma dupla agenda: ora em defesa dos interesses do grupo, ora em prol de anseios pessoais.

Com incidência sobre ofícios ligados as águas, possivelmente pouco auxiliados pelas associações já existentes, entendemos a necessidade que pescadores e marítimos tinham de defender suas demandas através de entidades legalmente estabelecidas e reconhecidas socialmente, proporcionando credibilidade e legitimidade às reivindicações.

Além das demandas profissionais, as redes familiares e de vizinhança estabelecidas no destino, a imigração também esteve condicionada a composição familiar dos sujeitos, de modo que a condição civil de cada um pôde atuar ou como elemento permissivo e motivador, ou impedidor à realização da viagem, bem como incentivadora dos regressos. A este aspecto nos dedicaremos a seguir.

### **3.3 – Composição civil dos imigrantes**

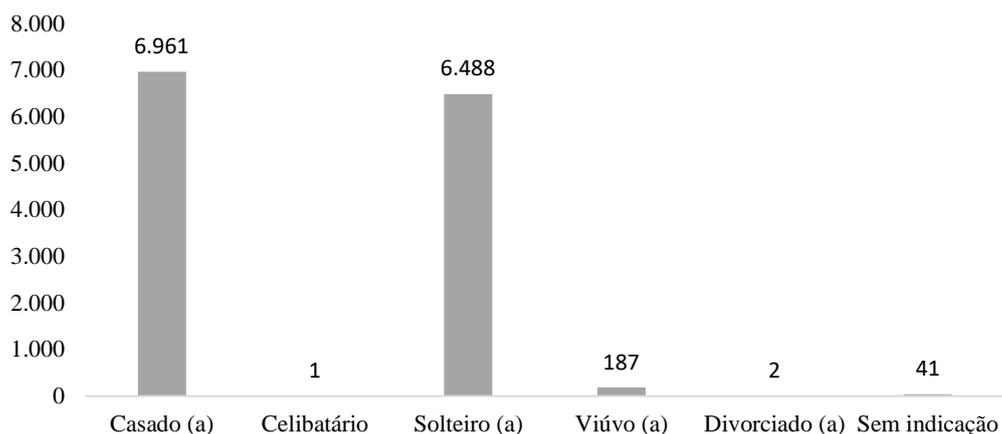
“Viúvas de vivos” foi como Alexandre Herculano nomeou as dezenas de milhares de mulheres ao longo da história portuguesa nas aldeias, vilarejos, quintas, cidades, portanto em todos os espaços nos quais a emigração levaria homens casados e solteiros em busca de experiências além da aldeia, ou mesmo do Atlântico.

E, embora coubesse ao sujeito a decisão final de migrar, a escolha acionaria a conjugação de diferentes fatores, alguns independentes dele, como os de ordem econômica, outros como o casamento, filhos, divórcio, doenças, entre outros componentes do seu ciclo de vida exerciam influência direta sobre a escolha.

Os registros de Aveiro demonstram equilíbrio entre os grupos de “solteiros” e “casados”, evidenciando que o ciclo de vida conjugado as estruturas socioeconômicas não foram constrangedoras à maioria dos sujeitos, mesmo se considerarmos as reemigrações.

#### **Gráfico 10**

### Condição Civil dos Imigrados (1882-1918)



Fonte: ADAVR - Livros de Registro de Passaporte do Distrito de Aveiro (1882-1918).

No entanto, pensar a problemática por trás das saídas de casados e solteiros é entender que ambas trazem consequências inevitáveis aos ambientes de saída. A vinda de solteiros insinuou redução no mercado matrimonial em determinadas localidades e na não obrigatoriedade de envio de remessas aos familiares que ficam, embora consideremos que o envio de rendimentos aos pais pudesse ser uma prática corrente. Por outro lado, a saída de casados levando a dispersão familiar nem sempre foi garantidora do envio de montantes à família na terra natal, em auxílio do sustento ou financiamento de futuras viagens para o reagrupamento familiar, especialmente quando no novo destino o emigrado acabasse constituindo um novo núcleo familiar.

Também se o reagrupamento fosse efetivado, a tendência poderia ser de fixação definitiva no novo destino, haja vista que arcar com os custos das travessias atlânticas não era empreitada fácil e constante. Dependendo dos valores de passaportes e/ou das passagens, o chefe da família deveria prover de uma quantia significativa de capitais que os forçava a numerosas jornadas de trabalho, conforme seu ofício. Todos esses gastos em torno do reagrupamento podem ter colaborado à manutenção de boa parte dos componentes familiares nas terras natais, entre os aveirenses, já que dentre os casados, a existência de passaportes familiares se mostrou mínima, com um percentual de 1,6% do total, correspondendo numericamente a 112 registros.

Sobre a incidência dos solteiros, acreditamos que um importante fator estrutural à escolha da migração seria a “lei de sucessão” entre as famílias, sobretudo as inseridas em atividades agrícolas. Em busca de manter a integridade da casa, como unidade econômica, seguia-se um regime sucessorial – o morgadio –, que beneficiava um herdeiro, o

primogênito, para o controle dos bens familiares, fazendo com que os não favorecidos com a herança buscassem diferentes formas de subsistência. A estes “não escolhidos” cabia uma compensação pelo herdeiro principal, que poderia ser em espécie ou em bens materiais, as chamadas “tornas” ou “terças”.

Essa lógica de reprodução e manutenção da “casa” limitava também as possibilidades matrimoniais, já que cabia aos pais a decisão de quem deveria se casar e continuar em casa e manter a propriedade. Cabia ao herdeiro escolhido à sucessão o casamento dentro da aldeia com mulher que tivesse “dote adequado”<sup>582</sup>. Aos excluídos desta sequência de escolhas, dotados – ou não – de uma pequena porcentagem da herança familiar, incentivou-se a partida para outras regiões nacionais a atuarem em diferentes atividades, ou à emigração<sup>583</sup>.

Juridicamente, em 1867 com a promulgação de um novo Código Civil, estas restrições seriam suspensas, promovendo a divisão igualitária da herança entre os herdeiros. No entanto a acomodação da lei nos meios rurais levaria tempo, fazendo com que se perpetuassem os morgadios indivisíveis, inalienáveis e insusceptíveis de partilha por morte do titular, passando ao herdeiro escolhido as mesmas condições<sup>584</sup>.

Em números absolutos, os registros de solteiros correspondem a 6.488 ocorrências, entre a primeira viagem e retornos. Chegar solteiro ao Pará corroborava as estratégias de participação na sociedade receptora as quais consideravam o casamento uma feliz tática à inserção e projeções sociais, sendo os enlaces matrimoniais entre portugueses e paraenses constantes e significativos. Os registros de casamento estudados por Cristina Cancela nas freguesias da Sé (1879-1920) e de Nazaré (1883-1920) mostram que as uniões, em que um dos nubentes tinha origem portuguesa, se mantinham acima de outras nacionalidades, como a espanhola que também manteve expressivas entradas no Pará. A autora ainda concluiu que 48% dos casamentos realizados nas freguesias citadas, corresponderam a união de homens portugueses com paraenses, por outro lado, entre as

---

<sup>582</sup> LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. *Imigração Portuguesa no Brasil*, op. cit., p. 16.

<sup>583</sup> VAQUINHAS, Irene. A família, essa “pátria em miniatura”. In: MATTOSO, José (dir.) & VAQUINHAS, Irene (coord.) *História da Vida Privada em Portugal – A Época Contemporânea*. Portugal: Temas & Debates, 2011, p. 131

<sup>584</sup> Sobre o sistema de sucessão em Portugal e suas implicações no processo migratório, cf. BRANDÃO, Maria de Fátima. Práticas de Herança no Concelho de Vieira do Minho. In: *Les Campagnes Portugaises de 1870 a 1930: Image et Réalité*. Paris: Fondation Calouste Gulbenkian, 1985; MARTINS, Fernando R. Antecedentes históricos do fracionamento da propriedade rústica. In: Revista *GeoInova*, nº 0, p. 146-160, 1999; SCOTT, Ana Silvia Volpi. Uma história de despedidas: a emigração portuguesa para o Brasil (1822 – 1910). *Revista de Ciências Humanas*, Florianópolis: EDUFSC, n.27, pp.29-56, abr. de 2000.

mulheres de origem portuguesa, buscava-se a endogamia, casando-se com portugueses naturais ou cuja família tivesse essa origem, caracterizando a endogamia oculta<sup>585</sup>.

Os solteiros (entre homens e mulheres) apresentam 90 registros de passaportes coletivos – um percentual em torno de 1,3% - dos quais 56 são preenchidos pelos irmãos, um percentual de 62% dos agregados, e dentro desta amostra 96% dos irmãos tinham menos de 21 anos de idade, reforçando não somente a predominância tardia da estrutura do antigo “morgadio” em que os filhos mais novos se viam obrigados a buscar em outros lugares a manutenção de sua subsistência, como também a fuga da burocracia estatal sobre o alistamento militar obrigatório, junto das cobranças de fianças por parte dos que pretendiam se ausentar de Portugal, como se ilustra na trajetória dos irmãos “Oliveira Jorge” e “Henriques Ferreira”.

Rufino Augusto Jorge, emigra em 1886 aos 12 anos de idade, sem ocupação definida, e trazendo o irmão Augusto Rufino Jorge, menor de 11 anos<sup>586</sup>. A história dos irmãos menores confunde-se com a de outros 785 adolescentes emigrados com idade entre 10 e 14 anos, de práxis fugindo das deliberações sobre o alistamento militar obrigatório, e ainda da falta de empregabilidade aos menores naturais – quase sempre – de famílias numerosas ocupadas na terra, e esta com pouca ou nenhuma nova possibilidade de fracionamento. No Pará, especialmente na capital Belém, os irmãos certamente foram facilmente absorvidos pela economia, fosse diretamente nas estruturas terciárias, que empregavam meninos nesta faixa etária nas atividades de aprendiz de caixeiro, ou mesmo de caixeiros de fato, idades que também eram utilizadas como justificativa aos baixos salários, e a suposta “saúde” do adolescente como incentivadora de elevadas horas de trabalho ao dia. Ou ainda absorvidos pelos seringais embrenhados nas matas como bem narra Ferreira de Castro e suas experiências no seringal *Paraíso*, no Rio Madeira em sua prestigiada obra “A Selva”<sup>587</sup>.

Em 1899, portanto passados 13 anos de sua primeira vinda, Rufino torna a pedir passaporte ao Pará, agora com 24 anos e declarando ser comerciante, e nessa ocasião trouxe outro irmão, Isaias de Oliveira Jorge a época com 13 anos<sup>588</sup>. Sua última viagem

---

<sup>585</sup> CANCELA, Cristina Donza. *Casamento e família em uma capital amazônica: (Belém, 1871-1920)*. Belém: Ed. Açai, 2011, p. 164-166.

<sup>586</sup> ADAVR, Registro de Pedido de Passaporte de Rufino Augusto Jorge, 1886. Livro 12, página 385, registro 4106.

<sup>587</sup> CASTRO, José Maria Ferreira. *A Selva*. Guimarães editores: Lisboa, 1976.

<sup>588</sup> ADAVR, Registro de Pedido de Passaporte de Rufino Augusto Jorge, 1899. Livro 22, página 221, registro 1318.

registrada foi em 1906, ainda solteiro, porém sem agregar dependentes em seu passaporte<sup>589</sup>.

A história dos irmãos, menores de idade, que migram chegando um deles a condição de comerciante – posição que dentro do contexto amazônico de 1899 ainda fervilhando com os benefícios da borracha, era vista como uma ocupação promissora –, reforça não somente a demanda por trabalhadores e, por isso, a contínua empregabilidade da mão de obra infantil, também a constituição de uma ocupação que representasse o sucesso da família, o sucesso dos irmãos, com trajetórias instigantes ao imaginário de outros tantos conterrâneos que, inseridos em cenários pouco promissores, recorriam à emigração para o sucesso profissional.

A condição profissional de Rufino Augusto – como comerciante – certamente promoveu confiança em outros dois de seus irmãos, também emigrados com idades inferiores aos 14 anos. Em 1896 o menor Justino de Oliveira Jorge, com 13 anos, viajou com passaporte próprio, no entanto, diferenciou-se dos irmãos ao declarar ter ofício de lavrador<sup>590</sup>, condição que em 22 anos de residência em Belém é alterada para a de empregado comercial, como informa sua habilitação consular feita em março de 1918, aos 35 anos, ainda solteiro e residente na Rua Dr. Assis, nº 51, próxima ao centro comercial da capital<sup>591</sup>.

No alvorecer do século XX seria José de Oliveira Jorge o último dos irmãos a viajar ao Pará, aos 13 anos de idade e sem ocupação<sup>592</sup>. O mesmo José em 1908 torna a pedir passaporte declarando-se lavrador<sup>593</sup>, condição que – como a do irmão Justino – alterou-se para empregado comercial como consta na habilitação consular feita em 12 de novembro de 1917, portanto seis dias depois de chegar à capital em 6 de novembro de 1917, nesta que foi sua última viagem que tivemos registro, vindo no vapor inglês *Aidan*, aos 29 anos, solteiro como os demais irmãos, e residente na Rua Paes de Carvalho nº

---

<sup>589</sup> ADAVR, Registro de Pedido de Passaporte de Rufino Augusto Jorge, 1906. Livro 27, página 266, registro 1587.

<sup>590</sup> ADAVR, Registro de Pedido de Passaporte de Justino de Oliveira Jorge, 1896. Livro 20, página 198v, registro 1202.

<sup>591</sup> CMA, Habilitação Consular de Justino de Oliveira Jorge. Arquivo do Grêmio Literário Português. Banco de dados Grupo de Pesquisa “População, Família e Migração na Amazônia-RUMA” / Centro de Memória da Amazônia-CMA. Código da habilitação: 7363. Registro 2766. Imagem: P1070271.

<sup>592</sup> ADAVR, Registro de Pedido de Passaporte de José de Oliveira Jorge, 1901. Livro 24, página 123, registro 738.

<sup>593</sup> ADAVR, Registro de Pedido de Passaporte de José de Oliveira Jorge, 1908. Livro 30, página 108, registro 643.

38<sup>594</sup>, moradia distinta do irmão Justino, o que nos indica duas condições: ou a de que José fosse residente na casa de seu empregador, ou que os anos de trabalho em Belém lhes tivesse ajudado a dispor de moradia própria. Sobre as habilitações de Justino e José de Oliveira Jorge, novamente, percebemos a volatilidade da documentação e suas possíveis falhas sobre o controle da população lusitana no Pará.

O trabalho infantil e a necessidade de empregabilidade por parte dos menores eram um cenário comum às metrópoles amazônicas nos tempos áureos da borracha. Manaus, crescente também em torno da economia do látex, estampava em seus jornais retratos de uma infância perdida, ocupada com as preocupações do sustento do lar e da própria sobrevivência. As fotografias, comuns em retratar as belezas da *belle époque* manauara também traziam aos leitores dos periódicos elevada quantidade de meninos a porta das casas comerciais possivelmente em busca de serviço, nos bares atendendo as mesas, nas alfaiatarias aguardando pelos clientes, entre outros espaços de ampla circulação de transeuntes e por isso com maior possibilidade de ocupações<sup>595</sup>. E para muitos comerciantes eram preferidos, já que a ampla oferta de menores levava a uma concorrência desleal e justificava os baixos salários e as altas jornadas de trabalho, reforçando diferentes níveis de exploração.

Ainda sobre os solteiros, não podemos fechar os olhos às mulheres que migraram com os filhos, constantes em 12 registros. Embora de incidência mínima – pelo menos na forma legal com os passaportes –, a migração de solteiras com filhos pode além da questão econômica, agregar atributos moralizantes. Mesmo em um contexto contemporâneo, mães solteiras continuavam sendo vistas como a materialização dos valores negativos que as demais deveriam se opor, e a existência prévia de filhos agia, certamente, como elemento inibidor de enlances matrimoniais futuros nas aldeias. Apropriado ao contexto de julgamentos femininos, é o caso de Maria Rosa de Jesus, que solteira, viaja duas vezes ao Pará. Em 1901 Maria Rosa, então com 21 anos, declarou-se ama de leite e trouxe consigo a menor que amamentava de nome Alzira, com apenas 7

---

<sup>594</sup> CMA, Habilitação Consular de José de Oliveira Jorge. Arquivo do Grêmio Literário Português. Banco de dados Grupo de Pesquisa “População, Família e Migração na Amazônia-RUMA” / Centro de Memória da Amazônia-CMA. Código da habilitação: 7514. Registro 2367. Imagem: P1030742.

<sup>595</sup> PESSOA, Alba Barbosa. Trabalho e imprensa: representações da infância na imprensa da Manaus da borracha (1890-1920). In: *I Encontro Estadual da Anpuh – AP/ I Jornada Internacional de Estudos de História da Amazônia “Diásporas, migrações e territorialidades na Pan-Amazônia”*, Macapá, 3 a 5 de dezembro de 2014, p. 6. Disponível em [http://rj.anpuh.org/resources/download/1424387139\\_ARQUIVO\\_AlbaBarbosa.pdf](http://rj.anpuh.org/resources/download/1424387139_ARQUIVO_AlbaBarbosa.pdf).

meses<sup>596</sup>. Três anos depois, a jovem torna viajar, porém sozinha, afirmando ser serviçal<sup>597</sup>. O caso de Maria Rosa chama atenção sobretudo pelo cenário da primeira viagem ao afirmar trazer a criança “a qual amamentava”, sem indicar sua filiação, circunstância incomum, já que como trazer uma criança que não é sua, para o Brasil? Parece-nos que não declarar no passaporte sobre a real condição da menor Alzira fosse mais fácil à Rosa que a indicar como sua filha ilegítima.

A história da serviçal legitima dezenas de outras, nas quais as mulheres eram constrangidas por não terem seguido “à risca” as regras e a ordem “natural” da etiqueta feminina com o nascer, crescer, instruir-se das prendas domésticas, casar-se, ter filhos e morrer. Fugindo a essa sequência e enfrentando cenários de extrema pobreza, muitas buscavam nas instituições de assistências o apoio necessário para reintegrar-se social e profissionalmente, uma vez que a honra feminina estava atrelada à sexualidade, devendo manter-se distante de toda ocasião constrangedora às regras<sup>598</sup>. À outras tantas, a emigração foi a oportunidade de reconstruir suas trajetórias de forma menos condicionada possível. Estas últimas, vindas ao Pará, retrataram a inferioridade feminina também no número de solteiras com filhos que não sabiam ler e escrever, condição em que 10 imigrantes – das 12 mulheres – se encontravam, entre ofícios de domésticas, costureiras, lavadeiras e criadas.

Aos casados uma ligeira superioridade, com 6.192 registros, intriga se considerarmos que os perfis já construídos sobre a imigração de portugueses mostram este grupo sempre abaixo dos solteiros<sup>599</sup>, no entanto, como os passaportes demarcam também as reemigrações, ponderamos que a ligeira diferença entre eles se justifique pela constante movimentação entre os territórios ao longo das distintas etapas de vida. Em outros cenários, como São Paulo, Maria Izilda Santos de Matos acredita que as distintas

---

<sup>596</sup> ADAVR, Registro de Pedido de Passaporte de Maria Rosa de Jesus, 1901. Livro 23, página 339v, registro 2026.

<sup>597</sup> ADAVR, Registro de Pedido de Passaporte de Maria Rosa de Jesus, 1904. Livro 26, página 106, registro 630.

<sup>598</sup> ARAÚJO, Maria Marta Lobo de. A assistência às mulheres nas Misericórdias portuguesas (séculos XVI-XVIII). *Nuevo Mundo Mundos Nuevos*. Colóquios, 2008, p. 2-3. Disponível em <https://journals.openedition.org/nuevomundo/23482>, acessado em 21 de julho de 2020.

<sup>599</sup> Cf. Sobre a constituição familiar dos imigrantes, cf. FONTES, Edilza. *Preferem-se portugueses (as): Trabalho, cultura e movimento social em Belém do Pará (1885-1914)*. Tese de Doutorado, São Paulo, Unicamp, 2002; CARVALHO, Marcos Antônio de. *Bebendo açaí comendo bacalhau: Perfil e práticas da sociabilidade lusa em Belém do Pará entre finais do século XIX e início do XX*. Tese (Doutorado em História) Porto/Portugal, Universidade do Porto/Faculdade de Letras/ Departamento de História e de Estudos Políticos e Internacionais, 2011. Exceto o trabalho de TAVARES, Anndrea Caroliny da Costa. *Em busca das “Patacas”: patrimônio de portugueses na economia da borracha (Belém, 1840-1930)*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, Belém, 2017.

fases da emigração portuguesa tenham apresentado tendências, justificando as oscilações entre os diferentes estágios civis, assim a primeira tendência migratória seria dos jovens solteiros, vindos por conta própria, a segunda com homens adultos, casados, artífices que buscavam fixar-se nas cidades e almejavam retornar com algum pecúlio<sup>600</sup>. Como ao Pará os números entre solteiros e casados se mostram próximos, podemos pensar a existência dessas duas tendências de forma concomitante, sem a predominância de uma ou outra ao longo do período estudado.

Entre os casados, enfatizamos a emigração familiar<sup>601</sup>, que corresponde a 112 registros, onde não constam indicações de qualquer tipo de subsídio, ou abatimento de valores, nada que indique a vinda auxiliada, que para Eulália Lobo é o que garante suprir os gastos da viagem para todos os componentes do núcleo<sup>602</sup>. Partir com toda a família seria uma resposta drástica a situações extremas<sup>603</sup>, sobretudo as de cunho econômico, em que o regresso não fazia parte das projeções futuras, assim os passaportes nos indicam algumas possibilidades de como pensarmos a imigração familiar não subsidiada.

Se formos considerar como indicadores de reemigração os números e letras ao lado dos registros – que analisamos na introdução deste trabalho – entre os 112 titulares que agregam ao passaporte seu núcleo familiar, 80 titulares já haviam realizado a viagem ao Pará ao menos uma vez, podendo indicar e reforçar a ideia de que o pai, o provedor, migra por primeiro, consegue acumular um capital suficiente e traz para junto de si os membros restantes da família. No entanto, filtrando os nomes, localizamos apenas 8 deles com registros duplicados em nossa base de dados, ocupados sobretudo no setor terciário, como comerciantes, negociantes e proprietários. Entre os 8, apenas um indicou mudança no status profissional, foi Domingos da Silva Maia.

Domingos, embora traga o grifo “7” ao lado de seu registro de passaporte, em nossa base localizamos apenas três entradas, na primeira declarando ser proprietário e nas seguintes, comerciante. Todas as viagens foram feitas em companhia da esposa dona Maria de Oliveira Maia e de pelo menos um filho. A primeira, em 1894, o português vem com a esposa e os filhos Alberto de 2 anos e Álvaro de 4 meses<sup>604</sup>. Quatro anos depois, o

---

<sup>600</sup> MATOS, Maria Izilda Santos de. *Portugueses: Deslocamentos, Experiências e Cotidiano*, op. cit., p. 48

<sup>601</sup> Consideramos migração familiar como aquela que envolva o núcleo, pais e filhos, sem nomeação de agregados.

<sup>602</sup> LOBO, Eulália B. *Imigração Portuguesa no Brasil*, op. cit., p. 21.

<sup>603</sup> LEITE, Joaquim da Costa. *O Brasil e a Emigração Portuguesa*, op. cit., p. 194.

<sup>604</sup> ADAVR, Registro de Pedido de Passaporte de Domingos da Silva Maia, 1894. Livro 17, página 302, registro 1873.

titular viajou com a esposa e a filha Cecília de 2 anos<sup>605</sup>. Quando na última viagem registrada, que supostamente seria a 7ª, passados sete anos do último pedido de passaporte, Domingos viajou na companhia das seguintes pessoas: a cômputo dona Maria de Oliveira Maia (6 vezes), filho Álvaro de 11 anos (2 vezes), filhas Aurora, de 2 anos, e Germana, de 8 meses, e a criada Conceição da Cruz de 27 anos<sup>606</sup>.

Sem sabermos se a viagem realizada em 1894 foi de fato a primeira e sem localizarmos fontes posteriores as suas chegadas, não temos como precisar se a trajetória de Domingos foi marcada por ascensão profissional, mas o fato de sempre viajar acompanhado de pelo menos um membro da família indica constantes reagrupamentos familiares, e mesmo se os filhos e a esposa mantivessem residência fixa em Portugal ou no Pará, as viagens transatlânticas pareciam naturais ao grupo, reafirmando a disponibilidade de capital da qual o pai dispunha.

O único que demonstra um potencial câmbio profissional é Venâncio Gomes da Silva, que passa de “trabalhador” no passaporte de 1898, para “negociante” no segundo pedido, embora em ambas as viagens ele esteja acompanhado da esposa e, de pelo menos, um filho. A primeira viagem como trabalhador – que para Jorge Alves corresponde a proletariados sem profissão definida, ocupados em trabalhos braçais, condicionados a conjuntura e sazonalidade, e que por vezes migram as forças de trabalho aos setores urbanos<sup>607</sup> –, foi feita em 1898, junto da esposa Maria Coelho da Conceição e da filha Emília de 9 anos<sup>608</sup>. No ano de 1903, já como negociante, Venâncio chegou acompanhado da cômputo e dos filhos Emília, agora com 13 anos, e Frederico de 3 anos<sup>609</sup>.

Percebemos que o trânsito destes sujeitos entre Pará e Portugal é marcado por uma série de complexidades, e que os movimentos materializam diferentes acionamentos dos sujeitos no processo migratório<sup>610</sup>, e que apesar da sociologia das migrações ter elaborado distintas teorias e enquadramentos aos movimentos dos sujeitos, ao final o que conta aos

---

<sup>605</sup> ADAVR, Registro de Pedido de Passaporte de Domingos da Silva Maia, 1898. Livro 22, página 55v, registro 326.

<sup>606</sup> ADAVR, Registro de Pedido de Passaporte de Domingos da Silva Maia, 1905. Livro 27, página 371, registro 2241.

<sup>607</sup> ALVES, Jorge Fernandes. *Os Brasileiros...*, op. cit., p. 237.

<sup>608</sup> ADAVR, Registro de Pedido de Passaporte de Venâncio Gomes da Silva, 1898. Livro 22, página 7, registro 36.

<sup>609</sup> ADAVR, Registro de Pedido de Passaporte de Venâncio Gomes da Silva, 1905. Livro 25, página 4v, registro 24.

<sup>610</sup> Como a obra, anteriormente apresentada, de PEIXOTO, João. *As teorias explicativas das migrações: teorias micro e macro-sociológicas*. SOCIUS Working Papers, Nº 11/2004, Lisboa.

eventos é a habilidade que os sujeitos tiveram em conciliar suas estratégias, as possibilidades, e aos acasos.

À vista disso, o equilíbrio entre solteiros e casados demonstra o aproveitamento das condições ofertadas, das redes estabelecidas, bem como das estruturas facilitadoras da inserção social dos sujeitos independente de sua organização familiar.

Por fim, gostaríamos de mirar as 27 viúvas emigradas, das quais pouco mais da metade (15 emigrantes) viajaram na companhia dos filhos –, podendo tornar esse um processo de liberdade ou, como uma das poucas oportunidades para reestruturarem-se, um perfil que Hobsbawm chamou de “a nova mulher” à época em que a emancipação feminina foi iniciada, embora modestamente, alcançando com maior força os estratos médios e altos da sociedade, sem desmerecermos o alcance às camadas populares, nas quais a dissolução entre as funções familiares e laborais era quase impossível, especialmente em ambientes rurais, comum à expressiva parcela dos emigrados estudados neste trabalho<sup>611</sup>.

Concentrando a idade dos filhos entre zero anos e 10 anos, os registros das viúvas deixam claro a partida prematura do marido, deixando-a em difíceis contextos de vivência. Nestas condições, quase sempre eram amparadas pela rede familiar ou mesmo de vizinhança a fim de suprir as primeiras necessidades, mas logo passado o luto, articulavam meios à manutenção da casa, especialmente entre aquelas dos estratos sociais mais baixos.

Muitas viúvas retomam as práticas laborais anteriores ao casamento – caso o cônjuge fosse o principal e único provedor da casa – sobretudo com prestações de serviços, como lavadeiras, serviçais, cozinheiras, entre outros, podendo ainda empregarem aos filhos. Em algumas regiões portuguesas, como da Leiria, as viúvas eram figuras conhecidas nos ambientes empresariais, quase sempre por assumirem aos negócios do falecido, concentrando ações na área comercial, com mercearias, lojas de fazendas, drogarias, e afins, porém ainda era um meio limitado a atuação feminina, forçando muitas viúvas entregarem a empregados, ao filho mais velho, ou parente de confiança o manejo do negócio, sustentadas financeiramente pelos rendimentos<sup>612</sup>.

---

<sup>611</sup> HOBBSAWM, Eric. J. *A Era dos Impérios (1875-1914)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, pp. 272-277.

<sup>612</sup> GUIMARÃES, Maria Alice Pinto & VAQUINHAS, Irene. Economia doméstica e governo do lar. Os saberes domésticos e as funções da dona de casa. In: MATTOSO, José & VAQUINHAS, Irene (org.). *História da Vida Privada em Portugal – A Época Contemporânea*. Portugal: Círculo de Leitores e Temas e Debates, 2011, p. 202.

Quanto as aveirenses, um número pequeno, porém importante, fez da emigração a fuga de possíveis condições de miserabilidade ou à pressão social em retornar a casa paterna. São mães cuja idade dos filhos se concentrou entre zero e os 10 anos de idade, portanto inaptos ainda ao trabalho, reforçando a necessidade materna por ocupações. Entre as 27 viúvas emigradas, 15 eram prestadoras de serviços domésticos e de costuras, com uma média de idade em torno dos 34 anos. Idade e habilidades bem quistas no cenário paraense, quando eram comuns em anúncios notas de “preferência” por mulheres de origem portuguesa para se empregarem nas residências, ou com atendimentos em pequenos negócios, como padarias, mercearias, lojas de fazendas, entre outros cargos que são aprofundados no estudo de Edilza Fontes, no qual constata o limitado mercado de trabalho às mulheres, especialmente quando a empregabilidade pouco vinha com salários acertados às trabalhadoras. Aos serviços domésticos, a preferência pelas portuguesas fazia-se nas atividades de criadas, ama de leite, amas secas, cozinheiras e costureiras<sup>613</sup>.

A predileção étnica por portuguesas para determinados trabalhos também foi comum na vizinha Manaus. Como em Belém, a preferência pelas lusitanas vinha estampada nos anúncios de jornais, na busca por domésticas às famílias com maiores posses. Essa seletividade étnica, segundo Maria Luiza Ugarte Pinheiro, não era exclusiva às portuguesas, já que as abastadas famílias de origem inglesa preferiam barbadianas em função do idioma e do baixo custo da mão de obra. Nas demais residências as portuguesas assumiam a governança da casa, eram babás, amas de leite, cozinheiras, passadeiras, arrumadeiras costureiras e lavadeiras. Um outro conjunto de mulheres ocupou-se nos balcões no centro comercial manauara, como vendedoras em lojas de artigos de luxo ou as exclusivas ao consumo feminino, modistas em confecções, além de secretárias, amanuenses e datilógrafas. Uma diversidade de funções que ainda permanecem em silêncio, especialmente documental<sup>614</sup>.

Complexas situações que refletem a emaranhada malha de relações pessoais e profissionais que interligavam os diferentes agentes na Belém da borracha ao longo dos oitocentos e no alvorecer do novo século, cenário para muitas trajetórias de sucesso e, igualmente, de fracassos.

---

<sup>613</sup> FONTES, Edilza Joana de Oliveira, op. cit., pp. 177-180.

<sup>614</sup> PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. Mulheres portuguesas na Belle Époque manauara, 1880-1920. In: MENEZES, Lená Medeiros de & SOUSA, Fernando (org.). *Brasil – Portugal: pontes sobre o Atlântico: múltiplos olhares sobre a emigração*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2017, pp. 137-146, p. 143.

**CAPÍTULO QUARTO:**  
**OS IRMÃOS AMADOR LEITE**

Em 09 de outubro de 2004 inaugurou-se no centro do concelho de Estarreja a nova Biblioteca Municipal. O prédio da instituição – que anteriormente serviu de quartel militar ao longo da Revolução de Traulitânea<sup>615</sup> em 1919, de lugar para o externato Egas Muniz na década de 1930, e casa de apoio aos Trabalhadores do Amoníaco Português – foi descrito como

um palacete romântico em estilo neoclássico, ao gosto da burguesia comercial endinheirada da época, de construção cuidada, embelezada pela sua imponente fachada de oito vãos, sendo os do andar superior em sacada com pequenos frontões triangulares. É por isso, de notar o tratamento dos alçados e em especial, da fachada em cantarias de granito demarcando toda a fenestração, cornijas, cunhais, etc. A porta principal apresenta duas pilastras em cantaria. Interiormente era de destacar a riqueza de execução de tetos e pavimentos, estes últimos em madeiras exóticas diretamente importadas do Brasil<sup>616</sup>.

O disputado prédio é também conhecido como a “casa dos Leite”, pois sua construção, finalizada entre 1904 e 1905, foi obra de Joaquim Maria Leite que, após reunir fortuna na Amazônia nos tempos áureos da borracha, comprou o terreno onde antes era a casa paterna e mandou edificar o palacete, símbolo de sua próspera trajetória como emigrante, ou como o típico *brasileiro*.

E é sobre a trajetória de Joaquim e de seus irmãos que dedicaremos este capítulo, não por ter tido uma história de sucesso, enquanto tantos outros tiveram de miséria, mas porque Joaquim Maria e os irmãos reuniram em suas trajetórias diferentes aspectos comuns ao emigrante português no Brasil, desde a vinda como caixeiro sujeito a um patrão antes conhecido em sua terra natal, à inserção dos demais familiares na sociedade que o recebera, o alinhamento e inclusão em diferentes redes locais, a prosperidade financeira, a desterritorialização da riqueza<sup>617</sup>, a ascensão socioeconômica que também

---

<sup>615</sup> Movimento de cunho monarquista ocorrido ao Norte do país que objetivava a restauração da estrutura monárquica, em plena 1ª República Portuguesa, insuflada pelos políticos monarquistas eleitos no pleito de 1918. Para mais detalhes, cf: COIMBRA, Artur Ferreira. *Piva Couceiro e a Contra-Revolução Monárquica*. (Dissertação de Mestrado), Mestrado em História das Instituições e da Cultura Moderna e Contemporânea, Universidade do Minho, Braga, 2000.

<sup>616</sup> Descrição retirada do site da Biblioteca Municipal de Estarreja, disponível em <https://biblioteca.cm-estarreja.pt/A-Biblioteca/Sobre-a-Biblioteca#slider-1>, consultado em 25 de agosto de 2020.

<sup>617</sup> Concepção elaborada por Pierre Rosanvallon que, baseado nas reflexões de Adam Smith, considera o mercado e a influência dele sobre os modos de ser dos agentes não mais como um lugar limitado por fronteiras e leis, mas sim um sistema de comunicações e localizações humanas que nascem de seu interior, e formulam uma geografia econômica própria desvincilhada da geografia política dos Estados nações. A riqueza produzida e o simbólico ao redor dela transpassam as fronteiras geográficas, constituindo novos espaços de poder – simbólico e material – cujos limites se formulam a partir da amplitude do capital. cf.

foi acompanhada pela queda junto ao declínio da borracha, ou seja, diversas nuances que refletem as múltiplas faces da emigração ao Brasil, e ao Pará, bem como sobre o contexto amazônico ao final do século XIX e início do XX.

Nosso ponto de partida com a família Leite começou com o belo palacete em Estarreja. Desde então, fomos guiados pelos nomes, certidões, recorte de jornais, anúncios, e outra diversidade de fontes que nos aproximaram da micro história a qual, no importante trabalho de Giovanni Levi, é entendida como uma reação a um determinado momento da história social em que se fazia necessário reformular métodos e exigências para se ampliar o campo de visão dos historiadores, confrontando antigas percepções de que os destinos coletivos teriam alcançado maior relevância que os individuais. A redução de escala, auxiliada pelo nome – que guiou todos os esforços deste trabalho – permitiu observar, a partir de um sujeito ou de uma comunidade, sua complexa rede de relações, também a multiplicidade dos espaços e dos tempos pelos quais transita, ao que Carlo Ginzburg e Carlo Poni teriam circunscrito como uma “história total vista de baixo”<sup>618</sup>. Portanto, a família Leite aqui age como o elemento que conduz à redução da escala de análise, e por meio das trajetórias dos irmãos, e suas conexões em Portugal e no Brasil – não restritas ao Pará – refletem as estruturas sociais à época, com as mudanças e constâncias às portas do novo século. A história da emigração portuguesa se reflete e interage no curso de vida da família Leite, do mesmo modo que ela materializou as distintas demandas de seu tempo e de seus espaços de circulação transatlânticas.

Para este fim, o capítulo se divide em quatro sessões. Na primeira “A não pobreza” tratamos dos Leite como emigrantes apartados dos clássicos cenários de miserabilidade em que muitos trabalhadores – especialmente primários – se encontravam anteriormente a emigração, já que o pai possuía um lugar de destaque como professor e músico no concelho dos quais eram naturais. Versaremos também sobre os contatos iniciais entre Joaquim Maria Leite e o futuro Barão de Monte Córdova, seu primeiro empregador logo da chegada em Belém, e sobre a cidade que ambos encontram em meados dos oitocentos. Na sessão seguinte “Um negócio em família” conheceremos o desenrolar das histórias dos irmãos Leite em Belém, explorando as redes pessoais e profissionais estabelecidas, junto a feliz inserção na sociedade como proeminentes comerciantes, junto a constante

---

ROSANVALLON, Pierre. *O Liberalismo Econômico – história da ideia de mercado*. Bauru, SP: EDUCS, 2002.

<sup>618</sup> LEVI, Giovanni. *A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, pp. 7 – 17.

circularidade para outros estados e países. Em “Portugal é bem ali” observamos a intensa circularidade dos irmãos à terra natal, com importantes trocas culturais e desterritorialização da riqueza alcançada no Brasil. Por fim, em “Teria sido esse o momento derradeiro?” veremos os negócios dos irmãos declinarem junto a economia da borracha amazônica, marcando o fim de uma era no Pará e na terra natal, Estarreja.

#### **4.1 – A não pobreza: os Leite em Estarreja e os contatos para além da aldeia**

Em distintos momentos ao longo desse trabalho apontamos que os episódios de miserabilidade das populações – especialmente de raiz rural – impulsionaram diversas levadas migratórias às sociedades economicamente atrativas. Embora o distrito de Aveiro tivesse por grande característica a íntima relação com o trato agrícola e atividades marítimas e, por isso, enfrentasse constantes crises em função das intempéries nestas atividades, a família Leite se manteve distante desses cenários, mesmo vivendo em Estarreja cuja economia, como vimos, girava em torno da agricultura e pesca.

O pai, Agostinho Antônio Leite, nascido em 1831 em Ovar, era um estimado professor de educação primária e um reconhecido violinista no concelho de Estarreja, onde fundou a banda “Estarrejense”<sup>619</sup>. O ensino primário – com referências mais concretas – em Estarreja instalou-se na segunda metade do século XVIII quando a legislação portuguesa, em 1772, passou a prever professores de ensino público para todo o território nacional, e concomitante a estes ainda existiam os educadores particulares. Em 1856 já era mencionada uma escola de latim e latinidade em Estarreja, era uma das cinco instituições existentes no distrito, cuja maior dificuldade girava em torno da ausência dos educandos em função do trabalho ao qual estavam submetidos junto aos familiares nas estruturas agrárias, justificando os maiores índices de presença ao longo dos meses de inverno.

Agostinho Antônio Leite aparece como professor já em 1874 na escola primária da freguesia de Beduído<sup>620</sup>. Enquanto músico e fundador da banda, o pai dos “Leite” era constantemente mencionado com bastante furor nos periódicos, e a “Estarrejense”

---

<sup>619</sup> BNP, *O Jornal de Estarreja*, 04 de janeiro de 1906, nº 348, página 1.

<sup>620</sup> PEREIRA, Marco. História do Ensino Primário no Concelho de Estarreja. In: *Terras de Antuã – Histórias e Memórias do Concelho de Estarreja*. nº 1, ano 1, Estarreja: Câmara Municipal de Estarreja, 2007, p. 173-195, pp. 176-178.

considerada a melhor banda da região. Em reunião a Câmara Municipal de Estarreja em maio de 1870 deliberava que

A música que devia vir à dita Festividade [Corpus Christi] deve ser a do Agostinho Leite **por ser a melhor**, e que encarregavam ao Escrivão da Câmara para prevenir a dita Música. E neste ato também escolheu a mesma música para a Festividade do S. Paio da Torreira.

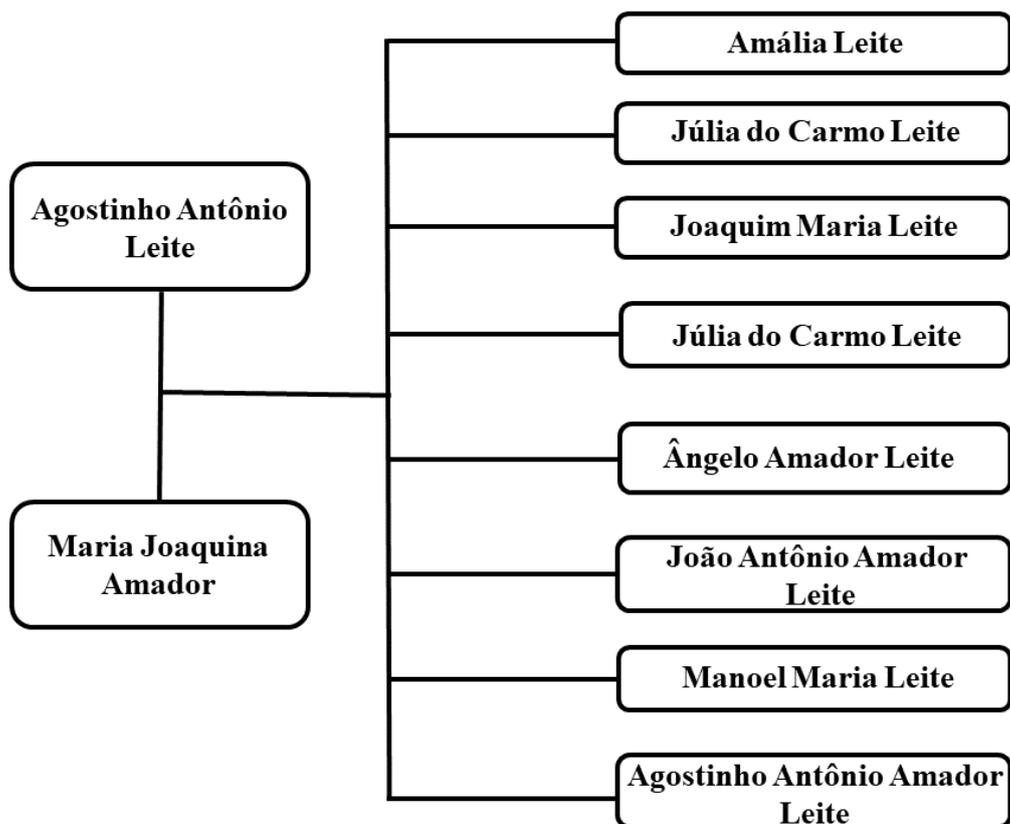
Agostinho casou-se pela primeira vez em agosto de 1856, com Maria Joaquina Amador, também conhecida por Maria Joaquina da Cruz, costureira, com a qual teve sete filhos, foram eles Amália Leite, Júlia do Carmo Leite, Joaquim Maria Leite, Júlia do Carmo Leite (segunda deste nome, tendo a primeira falecido ainda bebê), Ângelo Amador Leite, João Antônio Amador Leite, Manoel Maria Leite e o último Agostinho Antônio Amador Leite que, nascido em 22 de setembro de 1874 na Murtosa, e vindo a óbito quatro dias depois, no mesmo dia que sua mãe, a qual, possivelmente, falecera em função de alguma complicação no instante do parto<sup>621</sup>.

## Genealogia 6

### Núcleo Familiar do 1º casamento de Agostinho Antônio Leite

---

<sup>621</sup> Os detalhes da genealogia dos Leite foram reunidos a partir da árvore genealógica da família, cordialmente cedida por um de seus descendentes, Augusto Leite, residente em Estarreja.



Quatro anos depois de ficar viúvo, Agostinho se casou novamente, desta vez com a cunhada Antônia Joaquina da Cruz, de 35 anos, de prendas domésticas<sup>622</sup>. Com Antônia, Agostinho teve uma única filha, Maria Cândida Amador Leite.

Através de notas em periódicos fica clara a importância da figura de Agostinho Leite para o concelho de Estarreja. Além de sua posição como professor e músico, se manteve próximo dos embates políticos entre Regeneradores e Progressistas em Portugal no início do século XX, estando ao lado dos primeiros<sup>623</sup>. Porém, a circularidade do patriarca começou a diminuir em função de sua saúde debilitada. Em 1903 Agostinho sofreu com um ataque apoplético a caminho de suas propriedades na região litorânea da Torreira<sup>624</sup>, e muito debilitado por conta de um reumatismo, veio a falecer em 27 de dezembro de 1905, no mesmo concelho.

### Imagem 33

<sup>622</sup> ADAVR, Livro de Registros de Casamento, ano de 1878, registro número 8, página 132-133.

<sup>623</sup> BNP, *O Concelho de Estarreja*, 07 de novembro de 1901, página 3.

<sup>624</sup> BNP, *O Concelho de Estarreja*, 05 de setembro de 1903, página 2.

### Ilustração de Agostinho Antônio Leite



Fonte: BNP, *Jornal de Estarreja*, 04 de janeiro de 1906, página 1.

A importância do professor, músico e político foi percebida em seu velório e nas notas fúnebres em diferentes jornais<sup>625</sup>. O *Jornal de Estarreja*, de 04 de janeiro de 1906, dedicou ao personagem a capa e a segunda página de seu exemplar, ressaltando além das qualidades do falecido, a longa lista de presentes no funeral, vindos das diferentes freguesias do concelho. Sob a autoridade dos filhos – já emigrados ao Pará no tempo de sua morte – o óbito de Agostinho Antônio Leite foi notícia até mesmo no *Jornal do Comércio*, do estado do Amazonas, onde os filhos igualmente mantinham empreendimentos<sup>626</sup>.

Entendemos que a circularidade espacial de Agostinho Leite, como consequência do ofício de músico, tenha se estendido aos filhos homens que, possivelmente, o teriam acompanhado em diferentes oportunidades. Talvez em algumas destas tenham contactado com emigrantes vindos do Pará ou mesmo viajantes, que reproduziam em seus ouvidos as riquezas que a Amazônia propagava nos imaginários, especialmente no distrito natal e no vizinho, o Porto, motivando o que Oswaldo Truzzi classificou como migrações em cadeia, grandemente motivadas por uma diversidade de arranjos e informações fornecidas

<sup>625</sup> A morte de Agostinho Antônio Leite foi noticiada no *Jornal de Estarreja* (04 de janeiro de 1906), no *Jornal A Época* (edição de 05 de janeiro de 1906) e no *Mala da Europa* (edição de 07 de janeiro de 1906).

<sup>626</sup> BNDB, *Jornal do Comércio (AM)*, 30 de dezembro de 1905, página 1.

por parentes e conterrâneos instalados no lugar de destino<sup>627</sup>, aspecto comum aos distintos personagens ao longo deste capítulo. Deste último distrito, o Porto, saiu outro importante emigrante que influenciaria diretamente o crescimento econômico dos irmãos Leite no Pará, falamos de José Antônio Martins, o Barão de Monte Córdova, emigrado ao Pará desde 1856, onde amealhou grande fortuna e fundou a destacada firma comercial “Martins & C<sup>aa</sup>”<sup>628</sup>.

### Imagem 34

#### José Antônio Martins – Barão de Monte Córdova



Fonte: CMA, Cartório Odon Rhossard. Inventário de José Antonio Martins, ano 1907. Recorte do Jornal de Santo Tyrso anexo ao inventário.

Nessa firma o terceiro filho e primeiro varão do professor Agostinho Antônio Leite, se empregaria logo da chegada ao Pará em 1882. Foi Joaquim Maria Leite, nascido em 13 de março de 1860 na freguesia da Murtosa, onde recebeu o batismo cristão católico aos 20 dias de vida, na igreja de Santa Maria da Murtosa, sendo afilhado do boticário da freguesia de Pardelhas Bernardino Antônio Leite e de Mairinha Antônia, costureira da

<sup>627</sup> TRUZZI, Oswaldo. Redes em processos migratórios. In: *Tempo Social* (Revista de Sociologia da USP). São Paulo, vol. 20, nº 1., 2008, p. 200.

<sup>628</sup> CANCELA, Cristina Donza. Redes, gerações e negócios: uma família de imigrantes portugueses na Amazônia. *Antíteses*, v. 9, n. 17, p. 136-156, jan/jun. 2016, pp. 137-138.

mesma freguesia da Murtosa<sup>629</sup>. Joaquim teria emigrado ao Pará aos 21 anos como estudante<sup>630</sup>, perfil semelhante ao grosso da emigração portuguesa ao Brasil, e mesmo de Aveiro ao Pará, e pela pouca idade acreditamos que o jovem já tivesse estabelecido contato com seu futuro empregador desde Portugal, acelerando sua integração no destino.

Ao chegar em Belém, se empregou na firma de José Antônio Martins como guarda livros<sup>631</sup>, condição que foi fundamental para o estabelecimento de redes profissionais com comerciantes locais, já que José Antônio já era conhecido e importante comerciante na praça de Belém, estando em 1885 na organização da Praça Comercial do Pará – antes Praça do Comércio – onde compôs a diretoria no mesmo ano, além de importante provedor da Beneficente Portuguesa<sup>632</sup>. Portanto, a interação do jovem Joaquim Maria Leite com os principais nomes do comércio regional e da comunidade portuguesa local – através do trabalho junto ao Barão – foi fundamental para o entendimento dos mecanismos de inserção, bem como das melhores estratégias para tal fim. Tão logo se estabeleceu na capital, Joaquim buscou integrar comissões diretivas do Clube Musical Euterpe<sup>633</sup>, onde demonstrava a musicalidade que herdara do pai violinista.

Joaquim Maria Leite chega em pleno boom da economia extrativa da borracha amazônica. De certo, os anos entre 1870 e 1909 são referidos como o momento de consolidação e expansão da economia gomífera. Com o aumento das exportações de borracha e a alta dependência em que a economia regional mantinha com tais, as receitas públicas eram crescentes e seguiram em ascensão durante os anos de 1890 até 1910, quando começam a sentir, de forma intensa, os sinais de crise. A última década do século XIX, para Bárbara Weinstein, foi a de maior expansão da borracha amazônica para o exterior, novas modas como a da bicicleta criavam inéditas e consistentes demandas pela matéria-prima silvestre, que igualmente refletiram na expansão geográfica dos seringais, sem acionarem, porém, mudanças mais profundas nos meios tradicionais de extração e produção, em maiores escalas e com uso de mão de obra mais qualificada para a extração

---

<sup>629</sup> ADAVR, Livro de Registros de Batismo da Murtosa, ano de 1860, registro número 87, imagem 0067.

<sup>630</sup> TUBBY, Teresa Cruz. Joaquim Maria Leite. In: *Terras de Antuã – Histórias e Memórias do Concelho de Estarreja*. nº 11, ano 11, Estarreja: Câmara Municipal de Estarreja, 2017, p. 162-185, p. 162-165.

<sup>631</sup> Idem, p. 166.

<sup>632</sup> CANCELA, Cristina. *Redes, gerações e negócios...* op. cit., p. 142-143.

<sup>633</sup> BNDB, *A República*, 14 de agosto de 1890, edição 144, página 3. Euterpe era a musa da música entre as nove musas da mitologia grega.

e trato da seringa voltada à exportação, permaneceram métodos primitivos e antiquados que se alastravam aos mais distantes interiores do Pará e do Amazonas<sup>634</sup>.

Ainda em 1870 – momento em que Weinstein considera o início da expansão da borracha regional – o látex alcançava equilíbrio nas pautas de exportação e os preços atingiam estabilidade, junto a isso se observa o crescimento acelerado do comércio, dos bancos e estabelecimentos afins, efeito imediato da expansão natural das urbes, como também resultado das estruturas solicitadas pelas famílias da elite comercial, maiormente, que não só exigiam as mudanças estruturais, como também puderam financia-las junto aos governos municipais e estaduais, que devolviam os favores em forma de subvenções, subsídios e concessões<sup>635</sup>.

Nesse *boom* somamos ainda as linhas de navegação a vapor integrando os interiores às capitais regionais, o surto industrial – é neste contexto que a fábrica de bebidas Simões que vimos no capítulo anterior é fundada –, e as incontáveis novas casas comerciais, cuja maior parte estava empenhada em integrar a rede do sistema de aviamento da borracha. O levantamento feito por Bárbara Weinstein na documentação da Câmara de Comércio do Pará confirma essa remodelação operacional: em 1880 entre os associados da unidade comercial, apenas 18 firmas se cadastraram como aviadoras, na década seguinte o número mais que duplicaria para 42<sup>636</sup>. Sabemos, todavia, que entre a prática e o que se considera oficial existe um hiato, para dizer que mesmo sendo cadastradas como atuantes em outros setores, muitas outras firmas de menor porte poderiam integrar esse sistema e, de modo irregular, servir aos seringais e pequenas casas aviadoras dos interiores sem a obrigação de arcar com gastos administrativos, como os impostos para importação ou de circulação entre as distintas unidades administrativas.

Após quase uma década em Belém, Joaquim Maria Leite, em um possível indicativo de não retorno definitivo à Portugal, contraiu casamento com a jovem Maria Ursulina de Pontes Franco, enlace noticiado no periódico *A República* de 17 de março de 1891<sup>637</sup>, porém sem precisar o dia exato do casamento e as origens de Maria Ursulina, informação que também buscamos em outros fundos cartorários, sem sucesso.

---

<sup>634</sup> WEINSTEIN, Bárbara. *A borracha na Amazônia: expansão e decadência* (1850-1920). São Paulo: HUCITEC/EDUSP, 1993, pp. 189-190.

<sup>635</sup> Idem, p. 105.

<sup>636</sup> WEINSTEIN, Bárbara. *A borracha na Amazônia*, op. cit, p. 92.

<sup>637</sup> BNDB, *A República*, 17 de março de 1891, edição 318, página 3.

Ao que indicam algumas notas aleatórias, porém, Maria Ursulina de Pontes Franco poderia ser natural ou do Rio Grande do Norte ou do Piauí, condição comum se considerarmos o volume expressivo de nordestinos – especialmente cearenses – residentes na capital e interiores, vindos em diferentes intervalos de grande estiagem na região nordeste que, só nos intervalos de 1877-1878 e 1888-1889, expulsou ao Pará 17 mil pessoas<sup>638</sup>. Infelizmente, não alcançamos maiores informações sobre a família de Maria Ursulina, por isso não podemos precisar se este enlace teria configurado um importante elemento propulsor da ascensão social de Joaquim Maria dentro da sociedade paraense. Apesar dessa posição, é importante entendermos que o casamento como um meio de inserção na sociedade receptora foi uma importante estratégia desenvolvida no decorrer das trajetórias imigrantistas, que por meio dos enlaces puderam sustentar uma melhor fixação local, igualmente alcançando projeções em função dos rendimentos e credibilidades que as uniões poderiam garantir, especialmente entre aqueles que alcançaram enlaces com membros das elites locais – fossem da elite tradicional proprietária de terras, ou a emergente envolvida no setor comercial. Assim, o casamento se forjava, dessa maneira, enquanto mediador de relações de parentesco, comerciais ou de apoios políticos<sup>639</sup>.

Do casamento com Maria Ursulina, Joaquim Maria Leite não teve descendência. Após ficar viúvo, em 1912, Joaquim se casou com Elisa Sobreira Cardoso, com quem teve os filhos Sandoval Augusto Leite e Sinval Joaquim Maria Leite<sup>640</sup>.

Os anseios de Joaquim, possivelmente, os fizeram sair do cargo de guarda livros na firma do Barão para ocupar a posição de “interessado”, e posteriormente sócio da mesma, cuja sociedade foi firmada em 1894 seguida a substituição da firma “J. Martins & C<sup>a</sup>” para “Leite & C<sup>a</sup>”<sup>641</sup>, evidente verticalização e ascensão de seus negócios no setor comercial paraense. Um grande passo para o jovem emigrado que, mesmo não estando em posição de miserabilidade, tinha agregado as primeiras condições de emigrante e de empregado, aspectos comuns de subalternidade.

---

<sup>638</sup> SANTOS, Roberto. *História Econômica da Amazônia (1800-1920)*. São Paulo, T.A. Queiroz, 1980, p. 104.

<sup>639</sup> CANCELA, Cristina Donza. *Casamento e família em uma capital amazônica: (Belém 1870- 1920)*. Belém: Ed. Açai, 2011, p. 367.

<sup>640</sup> TUBBY, Tereza. Joaquim Maria Leite...op. cit., p. 184.

<sup>641</sup> BNDB, *Correio Paraense*, ano de 1894, edição 587, página 2.

Agora sócio de seu anterior empregador, Joaquim Maria Leite pôde circular com maior amplitude entre os circuitos comerciais de Belém, frequentando espaços já dominados por uma elite local há muito consolidada, estabelecendo importantes relações profissionais com seus membros.

Em 1896 já aparece como suplente da diretoria eleita para o ano de 1896 do Banco de Belém<sup>642</sup> para onde voltou como suplente na diretoria de 1898<sup>643</sup> – instituição constituída em 1886 como fruto da ampliação e amadurecimento da estrutura financeira e de crédito solicitada pela borracha<sup>644</sup> – junto a importantes nomes como de Domingos José Dias, o Visconde de São Domingos, que por muito tempo foi nomeado como o “decano da colônia portuguesa e seu respeitado mentor, antigo negociante aviador, onde logrou fartos meios de fortuna. Na Beneficente Portuguesa<sup>645</sup>, São Domingos exerceu durante anos a presidência, “sempre útil e aproveitável, com um desinteresse e abnegação inexcusáveis”, fazendo parte do conselho de várias agremiações de beneficência e instrução. O barão também presidiu a Associação Comercial de Belém e foi membro da comissão consultiva do consulado português em Belém até seu falecimento<sup>646</sup>. Dessa maneira, a construção das afinidades dentro dos distintos contextos socioeconômicos ao qual Joaquim Maria Leite se submetia, estes poucos variáveis a curto e médio prazo, facilitaram o estabelecimento das conexões entre os diferentes agentes que, intencionalmente, promoviam sua figura comercial.

---

<sup>642</sup> BNDB, *Folha do Norte*, 21 de fevereiro de 1896, edição 52, página 3.

<sup>643</sup> BNDB, *O Pará*, 22 de fevereiro de 1898, edição 70, página 4.

<sup>644</sup> BARBOSA, Pinto. (Org). *ALMANAK DO PARÁ: Commercial, Industrial e Administrativo*. Pará: Typ. Dos Editores Proprietários Pinto Barbosa & C., 1890, p. 147.

<sup>645</sup> No ano de 1854 surgiu a ideia, entre alguns portugueses residentes em Belém, da criação de uma sociedade beneficente que servisse de amparo aos seus associados nas provações da vida e nos momentos de enfermidade. A frente do projeto estava Francisco Gonçalves de Medeiros Branco, empregado no comércio em Belém. Em setembro do mesmo ano, reuniram-se com Medeiros Branco na sede da firma Vasconcellos & C<sup>a</sup> um grupo de compatriotas, com o objetivo de tratar a instalação da sociedade beneficente. Após dias, foram enfim apresentados os estatutos, e a então sociedade foi nomeada com *Beneficente*, que tinha por fim, essencial, reunir e socorrer fraternalmente os seus sócios, para além de questões de saúde, diárias de 600 a 1.200 réis à sócios desempregados ou doentes, pagamento de passagens para fora da província no caso de moléstia, desemprego ou perseguição, enterro decente aos mortos, entre outros. Mesmo com a escolha anterior de alguns nomes que pudessem dirigir, temporariamente, a recém sociedade, na mesma reunião de apresentação do nome, em 8 de outubro, foi escolhido o primeiro corpo oficial de dirigentes, tendo Medeiros Branco como seu primeiro presidente. A joia de admissão à *Beneficente* era no valor de 20.000 réis e a mensalidade no valor de 1.000 réis. In: *História da Sociedade Portuguesa de Beneficente do Pará*. Pará: Gillet de Torres & C<sup>a</sup>, 1914, pp. 7-22.

<sup>646</sup> MACEDO, Lino de. *Amazônia: Repositório Alfabético de termos, descrições de localidades, homens notáveis, aminaes, aves, peixes, lendas, costumes, clima, população, riquezas, monumentos, progressos, tarifas, indicações úteis, propriedades e curiosidades do grandioso vale do Amazonas*. Lisboa: Typ. Adolpho Mendonça, 1906, p. 269\_2.

Importante frisarmos que a “Leite & C<sup>a</sup>” firmada em 1894 não tinha como sócios apenas o Barão e Joaquim Leite, era sócio também Constantino José Martins, irmão do Barão de Monte Córdova. Em 5 de agosto de 1896, porém, a *Folha do Norte* noticiava a saída do Barão da sociedade mercantil – dissolvida em 31 de julho do referido ano –, embolsado com o capital e lucros devidos, deixando as demais responsabilidades aos outros sócios<sup>647</sup>. Um ano depois, Constantino José Martins oficializava sua saída definitiva da sociedade, deixando a “Leite & C<sup>a</sup>” sob responsabilidade total de Joaquim Maria Leite. A nota reproduzida no *Diário de Notícias* foi clara

“Os abaixo assinados declararam que, por escritura particular desta data, dissolveram a sociedade comercial que nesta praça tem girado sob a firma Leite & C<sup>a</sup>, retirando-se o sócio Constantino José Martins, embolsado de seu capital e lucros, e ficando o ativo e passivo da mesma firma a cargo exclusivamente do sócio Joaquim Maria Leite.  
Pará, 30 de abril de 1897.  
Joaquim Maria Leite e Constantino José Martins”<sup>648</sup>.

No dia seguinte, a nova “Leite & C<sup>a</sup>” já contava com um novo sócio, Ângelo Amador Leite, irmão de Joaquim.

“Os abaixo assinados declaram que nesta data contraíram uma sociedade de responsabilidade solidária para ambos sob a razão de Leite & C<sup>a</sup>, a qual toma a si todos os direitos e encargos da igual firma, extinta ontem, 30 de abril.  
Pará, 01 de maio de 1897.  
Joaquim Maria Leite e Ângelo Amador Leite”<sup>649</sup>.

Mais tarde outro irmão se juntaria aos demais no Pará, e juntos dividiram as responsabilidades de crescimento e fortalecimento da firma em Belém, Amazonas, Acre e, posteriormente, nos Estados Unidos da América. Formando um grande negócio em família.

#### **4.2 – “Um negócio em família” – A nova Leite & Companhia**

Quando estabelecida por José Antônio Martins – o Barão – a Leite & Companhia esteve no ramo de comissões e consignações de mercadorias e valores para os interiores, sobretudo às regiões produtoras de borracha em que a estrutura de exploração do látex

<sup>647</sup> BNDB, *Folha do Norte*, 5 de agosto de 1896, edição 218, página 3.

<sup>648</sup> BNDB, *Diário de Notícias*, 02 de maio de 1897, edição 98, página 2.

<sup>649</sup> BNDB, *Diário de Notícias*, 02 de maio de 1897, edição 98, página 2.

demandava condições básicas de subsistência aos extratores. Atividades que garantiram boa parcela – se não o total – da fortuna de Monte Córdova.

Passando ao controle de Joaquim Maria Leite, a firma continuaria no setor das comissões para o interior, no entanto, estenderia suas estruturas para fora de Belém, um projeto de ampliação capilar de suas armações que solicitou acréscimo também nos modos de direção, talvez por isso a entrada de Ângelo Amador Leite, em 1897, e posteriormente do irmão João Antônio Leite ganharam sentido. A Leite & Companhia não foi apenas uma firma fornecedora de mercadorias e negociadora de borracha, foi a extensão da própria estrutura familiar erradicada no Pará que, mobilizada por determinações modernas do mercado, foi reinserida nas atualizadas demandas do capital da época. Por isso suas trajetórias – da firma comercial e dos irmãos – se confundem e são interdependentes.

Ângelo Amador Leite foi um dos poucos filhos que herdaram o “Amador”, sobrenome da mãe. Nascido em 26 de junho de 1866, era afilhado do clérigo Ildefonso Antônio Tavares de Souza Cirne e da lojista Rosa Bernarda, todos naturais do concelho de Estarreja<sup>650</sup>. O primeiro registro de passaporte que localizamos de Ângelo foi de 1893, ao que tudo indica foi sua primeira viagem, aos 26 anos, solteiro e empregado no comércio<sup>651</sup>. Ângelo tornaria a pedir passaporte ao Pará em 1898, agora 32 anos, comerciante e acompanhado pela cōnjuge, filhos e criada<sup>652</sup>. Depois, não mais registrou pedidos do documento por Aveiro, ilustrando a circularidade possível dos emigrantes no território português, que lhes permitia emigrarem ou mesmo conseguirem os documentos de viagem em distritos dos quais não eram naturais, com prioridade para o Porto e Lisboa.

Como o irmão Joaquim, Ângelo Amador contraiu casamento no Pará, tomando por esposa sua concunhada – irmã da esposa de Joaquim Maria – Ana Urçulina de Pontes Franco. Pediram o registro para o contrato antinupcial em abril de 1895<sup>653</sup>, possivelmente, tendo efetuado o casamento pouco tempo depois. Com Ana Urçulina, Ângelo foi pai de seis filhos: Ângelo, Eurico, Jorge Marcial, Iracema, Joaquim e Lygia.

---

<sup>650</sup> ADAVR, Livro de Registros de Batismo de Beduído, ano de 1866, livro 25, registro número 48, página 131.

<sup>651</sup> ADAVR, Registro de Pedido de Passaporte de Ângelo Amador Leite, 1893. Livro 16, página 331v, registro 1992.

<sup>652</sup> ADAVR, Registro de Pedido de Passaporte de Ângelo Amador Leite, 1898. Livro 22, página 35v, registro 206.

<sup>653</sup> BNDB, *Diário de Notícias*, 19 de abril de 1895, edição n° 87, página 2.

### Imagem 35

#### Família de Ângelo Amador Leite



Fonte: Arquivos pessoais dos descendentes de Ângelo Amador Leite.

Na foto Ângelo Amador Leite, o senhor grisalho com bigodes, entre os filhos Lygia e Joaquim. Abaixo, sentados, ao centro a esposa Ana Urçulina entre os filhos Ângelo e Eurico (no qual deposita a mão no ombro). Em pé, no canto superior direito, a filha Iracema junto do irmão Jorge Marcial<sup>654</sup>. Os filhos Eurico, Iracema e Lygia foram homenageados em diferentes embarcações da firma comercial, emprestando seus nomes às mesmas.

---

<sup>654</sup> A foto da família de Ângelo Amador Leite foi cordialmente enviada por um de seus bisnetos de nome Fernando de Freitas Leite, morador em Belém. Fernando a enviou para Estarreja para o pesquisador António Augusto Silva, que gentilmente nos cedeu uma cópia.

O terceiro sócio da nova Leite & Companhia foi o irmão João Antônio Amador Leite, nascido em 07 de janeiro de 1869, afilhado do avô materno João Antônio Amador – proprietário na freguesia de Beduído –, e Rosália Maria Amador – sua tia materna e costureira<sup>655</sup>. Nos livros de passaportes de Aveiro, João Antônio aparece somente em 1905 – não sabemos precisar se esta foi sua primeira viagem, de fato –, aos 36 anos, viúvo, e acompanhado por um de seus empregados de nome Leandro<sup>656</sup>. Por fim, volta a pedir passaporte ao Pará um ano depois, sendo esse o último pedido registrado por Aveiro.

Mesmo sendo o mais tímido quando tratamos da circularidade dos irmãos por Belém, João Antônio foi o único habilitado no consulado português – talvez porque Joaquim Maria Leite tivesse pedido sua naturalização ainda em 1899 possivelmente inclinado pelas facilidades que a cidadania brasileira proveria aos seus interesses comerciais e pessoais no Pará<sup>657</sup>, e cuja portaria de naturalização foi emitida em 21 de agosto do referido ano<sup>658</sup> – em março de 1913, embora afirmasse ter chegado ao Pará em dezembro de 1905, à época com 44 anos, empregado no comércio, ainda viúvo, residente na Travessa São Mateus n° 69<sup>659</sup>, onde o irmão Joaquim Maria mantinha, além do terreno de n° 67, o mesmo sobrado n° 69 mencionado por João Antônio em sua habilitação<sup>660</sup>, podendo indicar que o mesmo residia na casa do irmão Joaquim, o qual também era proprietário – entre outros tantos imóveis – de um prédio na Rua Arcipreste Manoel Teodoro n° 13<sup>661</sup>, outro no Largo de São José n° 01<sup>662</sup>, um sobrado na Avenida Padre Eutíquio S/N<sup>663</sup>, e um terreno na Travessa São Pedro n° 84<sup>664</sup>.

---

<sup>655</sup> ADAVR, Livro de Registros de Batismo de Beduído, ano de 1869, registro número 04, página 221.

<sup>656</sup> ADAVR, Registro de Pedido de Passaporte de João Antônio Amador Leite, 1905. Livro 27, página 140, registro 831.

<sup>657</sup> A convivência entre brasileiros e portugueses no Pará sempre foi motivo para pequenos conflitos – ou não, como no caso da Cabanagem entre 1835 e 1840 –, especialmente se tratando do controle comercial da região. A diferenciação de quem era brasileiro e português apenas pelo nome ou pelo tipo físico sempre se mostrou um problema, à isso se deviam as diversas restrições de estrangeiros a participação na vida pública brasileira. No entanto, a instalação no regime republicano trouxe a possibilidade da igualdade jurídica a partir da naturalização geral. A partir disso, o título de “brasileiro” ao imigrante português garantia não apenas a vaga na vida pública nacional, mas a possibilidade de ajustar laços sociais mais resistentes com grupos tradicionais, mitigando os mais antigos conflitos.

<sup>658</sup> BNDB, *Relatórios do Ministério da Justiça* (Rio de Janeiro), ano de 1900, edição 1, página 231.

<sup>659</sup> CMA, Habilitação Consular de João Antônio Amador Leite. Arquivo do Grêmio Literário Português, Banco de dados do Grupo de Pesquisa População, Família e Migração na Amazônia (RUMA), Código da habilitação: 10334, Registro 550, Imagem: P1080272.

<sup>660</sup> BNDB, *Estado do Pará*, 23 de dezembro de 1912, edição 622, página 3.

<sup>661</sup> BNDB, *O Pará*, 10 de abril de 1898, edição 107, página 3.

<sup>662</sup> BNDB, *O Pará*, 27 de março de 1899, edição 107, página 5.

<sup>663</sup> BNDB, *Estado do Pará*, 05 de dezembro de 1916, edição 2061, página 7.

<sup>664</sup> BNDB, *Estado do Pará*, 26 de agosto de 1917, edição 2300, página 6.

Os anos seguintes ao estabelecimento da nova “Leite & C<sup>a</sup>” foram os de maior proeminência para os irmãos no Pará, não apenas pelo crescimento da firma e expansão geográfica dos negócios, também pela significativa e eficaz inserção social entre conterrâneos e nacionais de prestígio, figurando importantes personagens do *boom* econômico que acompanharia o Pará ao longo do final dos oitocentos e início do novo século.

Embora administrada pelos três irmãos, dois ganharam maior destaque, e entre eles Ângelo Amador Leite – muitas vezes – forjou um aparente relevo entre os familiares. Visivelmente, veremos que Joaquim Maria Leite aparecerá muito mais envolvido na administração da firma, o que incluía constantes viagens aos seringais nos interiores, enquanto Ângelo se ocupava em estabelecer as redes pessoais e profissionais estratégicas, participando de diferentes eventos da colônia portuguesa e das associações de comércio em Belém, além de viagens constantes a Portugal onde debruçava sua fortuna sobre bens, festejos e socorros à comunidade de Estarreja.

Como comerciantes inseridos em uma Belém internacionalizada e, cada vez mais, encravada nos modernos cenários comerciais e demandas do mercado financeiro, os irmãos não se limitaram à firma de comissões e consignações. Estiveram ocupados a frente da fundação e direção de diferentes instituições comerciais e de seguros – além dos círculos bancários, especialmente o Banco de Belém onde Joaquim Maria compôs distintas diretorias, referenciadas anteriormente –, nas quais além de ampliarem a rede profissional, estabeleceram destacados contatos pessoais.

É importante destacarmos que esse contexto muito mais internacionalizado da capital paraense girou, essencialmente, em função da borracha e os serviços anexos, como as estruturas bancárias e seguradoras, criadas – em grande parte – para atender aos negócios aliados à economia do látex, que contava com um número expressivo de investidores de origem portuguesa. Esses sujeitos estiveram integrados à criação de novas unidades bancárias como comerciantes, aviadores e seringalistas ambiciosos por modernos e diversos padrões de investimento que levassem à ampliação de suas redes de capitais. Assim, não seria exagero de nossa parte acatar que as atividades bancárias e seguradoras no Pará – e porque não na região amazônica – foram financiadas, em grande parte, pelo capital de portugueses.

No mesmo ano de estabelecimento da “Leite & Companhia” com o irmão Ângelo Amador, em 1897, Joaquim Maria esteve à frente da criação de uma nova companhia seguradora de vida, a “Companhia União Paraense”, estabelecida pelo Decreto 434, de 04 de julho de 1891, com inscrição de 10 mil unidades de ação, que trataria exclusivamente de seguros de vida e suas ramificações<sup>665</sup>. A reunião para pensar a nova companhia de seguros feita em 13 de abril de 1897 foi realizada na sede de outra Companhia, a “Previdente”, onde os envolvidos definiram o capital inicial de 1.000.000\$000 réis, dividido em ações de 100\$000 réis cada. Entre os incorporadores do novo estabelecimento, além de Joaquim Maria Leite, estiveram o Visconde de São Domingos, Bernardo Ferreira de Oliveira, Joaquim da Silva Vidinha (importante nome no desenvolvimento da Sociedade Portuguesa de Beneficência e do Grêmio Literário Português, nos quais assumiu diferentes funções ao longo dos anos, desde a presidência de comissões à tesouraria), Luiz Dias da Silva, José Marques Braga, dr. Felipe José de Lima, Joaquim Taveira Lobato, Ricardo Ferreira Lopes, Francisco Antônio Pereira Junior, Cândido José Rodrigues e Manoel T. Souza Vasconcelos<sup>666</sup>. Na primeira assembleia geral, em 30 de maio do mesmo ano, instituíram o primeiro corpo diretivo da Companhia, tendo como presidente o Visconde de São Domingos, e Joaquim Maria Leite como um dos componentes do conselho fiscal<sup>667</sup>.

### **Imagem 36**

#### **Propaganda da União Paraense (1897)**

---

<sup>665</sup> CACCAVONI, Arthur. *Pará Commercial na Exposição de Paris*. Pará, 1900, p. 99.

<sup>666</sup> BNDB, *Folha do Norte*, 14 de abril de 1897, edição 469, página 3.

<sup>667</sup> BNDB, *Folha do Norte*, 30 de maio de 1897, edição 515, página 2.

**União Paraense**  
Séde social :--Pará---(Brazil)

Companhia de Seguros de Vida Capital... Rs. 1.000.000:000

DIRECTORIA—Dr. Antonio Leite Chermont, presidente; Luiz Travassos da Rosa, secretario; Joaquim Taveira Lobato, thesoureiro; Luiz Dias da Silva, Franklin Corrêa d'Albuquerque.

REPRESENTANTE DA DIRECTORIA—Antonio Marques de Carvalho.

SERVIÇO MEDICO—Dr. Luciano C. da Silva Castro, director.

CONSELHO FISCAL.—Ricardo S. Ferreira Lopes, Raymundo Rodrigues Vieira, José F. de Mendonça Sobrinho, Joaquim Maria Leite e Manoel Augusto Marques.

ADVOGADO CONSULTOR—Dr. Philippe José de Lima.

**A UNIÃO PARAENSE** é a primeira Companhia de Seguros de Vida que se fundou no Norte do Brazil, com o capital de mil contos de réis, divididos em acções de cem mil réis—Fundada de accordo com o progresso da sciencia, a UNIÃO PARAENSE cêrca de todas as garantias os seus segurados.

**Emitte todas as formas de Seguros de Vida,  
de accôrdo com as suas tabellas**

Sendo a sua séde na capital do Estado do Pará, abi permanecerão os seus haveres, representados em valores de primeira ordem, e portanto, de inteira garantia.

**Agentes-geraes---Braz Brandi, Manoel Jorge d'Almeida**  
**SÈDE SOCIAL, PARA'--(BRAZIL)**

1. andar --Escritorios Bolevard da Republica n. 30--1. andar.

Fonte: BNDB, *Dário de Notícias*, 19 de agosto de 1897, edição 182, página 2.

Outra importante companhia de seguros na qual Joaquim Maria Leite atuou como diretor foi a “Companhia de Seguros Comercial”, na qual assumiu o cargo em 1899 junto com Bernardo Ferreira de Oliveira<sup>668</sup>. Na mesma seguradora o irmão Ângelo Amador também exerceu o cargo de direção ao longo de diversos anos, como em 1900<sup>669</sup> e 1905, quando a diretoria foi dividida com Antônio de Almeida Faciola e Antônio Barbosa Rodrigues<sup>670</sup>, tríade que retornou à diretoria para o ano de 1921<sup>671</sup>.

<sup>668</sup> BNDB, *A República*, 10 de outubro de 1899, edição 188, página 3.

<sup>669</sup> BNDB, *A República*, 30 de dezembro de 1900, edição 592, página 2.

<sup>670</sup> BNDB, *Anuário de Belém*, edição 01, página 247.

<sup>671</sup> BNDB, *Estado do Pará*, 16 de março de 1921, edição 3594, página 1.

## Imagem 37

## Propaganda da Seguradora “A Comercial” no Anuário de Belém (1915)

<b>A COMMERCIAL</b>		
<b>FUNDADA EM 1882</b> ESCRITORIO RUA 15 DE NOVEMBRO, 54 ———— <b>CARTA PATENTE, N. 34</b> ———— Paga os sinistros á vista e sem desconto		<b>FAZ SEGUROS</b> Mariítimos e terres- tres contra fogo riscos de mar, sobre mercadorias, predios, moveis, cascos de vapor, lanchas, alvarengas, etc.
Capital realizado.....	600:000\$000	
Fundo de reserva.....	518:943\$424	
Deposito de garantia no Thesouro Federal.	200:000\$000	
<b>DIRECTORES:</b> <i>Angelo Amador Leite</i> <i>Antônio de Almeida Faciola</i> <i>Antonio Barbosa Rodrigues</i>		

Fonte: BNDB, *Anuário de Belém*, edição 01, página 247.

A facilidade com que Joaquim Maria Leite tinha em circular entre os grandes nomes do comércio local favorecia a ampliação de suas redes profissionais. Já com um nome recorrente em termos de negócios, buscou unir este prestígio a outra instituição, a Igreja Católica de Belém, ao integrar uma longa comissão constituída por destacados comerciantes para a chegada dos prelados – os arcebispos da Bahia e do Rio de Janeiro, e dos bispos de Petrópolis, Amazonas e do Pará, o último de regresso e os demais em visita.

Com convites dirigidos a distintas autoridades, o Governador do Estado José Paes de Carvalho, e o Intendente de Belém Antônio José de Lemos, junto a outras autoridades estaduais, à imprensa, ao clero municipal e a referida comissão dos membros do comércio, embarcaram no navio “Capitanea” – na realidade nomeado de “Rio Tapajós”, da Amazon Steam Navigation Company – no trapiche da Recebedoria, as 07 horas da manhã, para esperar a chegada do “Rio Amazonas”, navio com os prelados vindos da Europa. Junto ao “Capitanea” esteve uma pequena frota, formada por nove embarcações pertencentes as principais firmas comerciais, cujos proprietários integravam a comissão de recepção, e cujos barcos desejavam-se que estivessem enfeitados com faixas e

bandeiras, igualmente seus estabelecimentos comerciais, por onde a grande comitiva haveria de passar.

Neste evento, Joaquim Maria Leite dividiu espaço com importantes nomes do comércio e outros da comunidade portuguesa, como o tenente-coronel José C. Brazil Montenegro – Barão de Cameté –, o comendador Joaquim da Silva Vidinha – com o qual os caminhos constantemente se entrelaçavam, sobretudo na Companhia de Seguros União Paraense e na Sociedade Portuguesa Beneficente –, Darlindo Rocha, o senador José Marques Braga – Presidente do Tribunal Comercial de Belém –, João Moreira Costa – proprietário da famosa “Casa Pekin” –, entre outra dezena de sujeitos<sup>672</sup>.

Da mesma forma, o irmão Ângelo Amador Leite não esteve apenas nos circuitos comerciais, embora consideremos que ao findar do século XIX em Belém, a nova elite comercial ascendida com a borracha era a mesma que integrava os grupos políticos de influência, as comissões diretivas de importantes grêmios e beneficências, bem como destacados cargos públicos. Em poucos anos erradicado na capital – se considerarmos a primeira viagem no ano de 1893 – Ângelo esteve como primeiro secretário do Conselho Diretivo da Beneficente Portuguesa para o ano de 1896<sup>673</sup>, mesmo ano em que também foi membro do Conselho Fiscal do “Sport Club do Pará”<sup>674</sup>.

A Sociedade Portuguesa Beneficente – instituição sancionada em 29 de agosto de 1863 pelo então chefe da Província Francisco Carlos de Araújo Brusque<sup>675</sup>, embora também se considere o ano de 1854 como o de fundação quando foram realizadas as primeiras reuniões preparatórias da instituição –, ou apenas Beneficente Portuguesa, também se forjou e foi forjada como importante “palco” aos nomes de origem lusitana que ambicionavam um “fazer” para suas gentes, uma propaganda da bondade do imigrante enriquecido, que retornava aos conterrâneos uma parte daquilo que a nova terra lhe provera, não à toa a instituição recebia tantos adjetivos pomposos por parte de seus membros, como “gloriosa” e “troféu de glória”<sup>676</sup>. Como recorrente espaço de relações, também não amistosas, Ângelo Amador não fugiria de conflitos com membros da instituição, cujas agitações estamparam as páginas de periódicos locais, especialmente em conflito com um antigo e renomado benemérito da instituição, Manoel João

<sup>672</sup> BNDB, *O Pará*, 01 de setembro de 1899, edição 525, página 1.

<sup>673</sup> BNDB, *Folha do Norte*, 28 de janeiro de 1896, edição 28, página 2.

<sup>674</sup> BNDN, *Folha do Norte*, 02 de outubro de 1896, edição 276, página 2.

<sup>675</sup> BRASIL, Assis. *O Pará e a Colônia Portuguesa*. Belém: Tipografia da Livraria Gillet, 1920, p. 7.

<sup>676</sup> BRASIL, Assis. *O Pará e a Colônia Portuguesa*, op. cit., p. 6.

Gonçalves, episódios que questionam e ponderam a concepção de harmonia construída em torno de instituições nascidas entre as “colônias” ou “comunidades” imigrantes.

Manoel João Gonçalves, desde 1874, desempenhara diferentes funções na Beneficente, o que garantiu que sua imagem fosse exposta em seu salão nobre, junto a outros grandes nomes da instituição, como Francisco Gonçalves de Medeiros Branco, um de seus idealizadores. Manoel João foi figura constante nos movimentos da Beneficente, como quando da mudança para a nova sede – seu atual endereço – na Avenida Generalíssimo Deodoro, antes Travessa Dois de Dezembro. Na cerimônia de entrega do novo prédio – em 29 de abril de 1877 –, Manoel João Gonçalves era o nome à frente da Beneficente Portuguesa nos agradecimentos, ao lado de autoridades como o cônsul português Joaquim Batista Moreira, e o dr. João Capistrano Bandeira de Melo, magistrado supremo da província e responsável por entregar os diplomas de sócios beneméritos a diferentes membros, entre eles nosso personagem, Manoel João Gonçalves<sup>677</sup>. Isso para justificar, ou mesmo demonstrar, a importância de sua figura e o porquê de suas queixas – que veremos a diante – serem tomadas com grande valor nos jornais, que lhes garantiram segurança e liberdade para expor suas demandas pessoais a respeito do gerenciamento da Beneficente.

Como em toda entidade, filantrópica ou não, a renovação de estatutos é prática comum, especialmente quando se busca adequar a entidade às demandas próprias de seus tempos em acordo com suas necessidades administrativas. Em 1895, quando a Presidência da Assembleia Geral estava com Joaquim Antônio Lopes Martins, e a Presidência da Diretoria com Francisco Augusto de Araújo Viana, se efetuou a reforma dos estatutos. Entre as deliberações estiveram a extinção dos cargos de escrutadores na mesa de Assembleia Geral, e o de procurador na Diretoria, criando nesta o cargo de vice presidente<sup>678</sup>. Neste esforço de reformulação, Manoel João Gonçalves propôs, em Assembleia, diferentes medidas, entre elas a fiscalização sobre os socorros destinados a sócios fora do estado, a qual foi bem aceita pelos companheiros reunidos. Os conflitos entre o primeiro proponente e Ângelo Amador Leite começaram em 1897 quando este, junto a outros membros de uma comissão designada à concretização das alterações

---

<sup>677</sup> Idem, p. 7.

<sup>678</sup> VIANNA, Arthur. *História da Sociedade Portuguesa Beneficente do Pará*, Belém: Livraria Gillet de Torres & C<sup>a</sup>, 1914, p. 159.

estatutárias, apresentaram propostas diferentes das anteriormente definidas na Assembleia de 1895, onde Manoel João Gonçalves esteve como autor de sugestões.

As longas queixas no jornal *O Pará* – ao longo do ano de 1898, demonstrando um prolongado conflito entre os sócios –, de autoria de Manoel João Gonçalves giraram em torno de sua indignação em ver que Ângelo Amador Leite e outro membro da comissão para mudanças no estatuto, Manuel Augusto Marques, “desconsideravam” as reformulações anteriormente propostas, pois interessava-lhes “fazer a sociedade a vossa imagem e semelhança”. E a indignação maior de Manoel João esteve em receber um ofício do primeiro secretário da Assembleia Geral no qual foi nomeado membro da referida comissão composta por Ângelo Amador, cargo para o qual declinou<sup>679</sup>.

Em 24 de abril de 1898 Ângelo Amador Leite e outros comissionados apresentaram à Assembleia Geral a nova proposta de estatutos da Beneficente Portuguesa, chamada por Manoel João Gonçalves de “inepto trabalho, fruto enfezado das vigílias e das lucubrações sábias dos ‘meus’ ridículos detratores”, para a qual – em seguida – apresentou um requerimento subscrito por vários outros sócios para que fosse adiada a discussão da posposta estatutária para data posterior a sua publicação na imprensa, a fim de que o documento pudesse ser atentamente estudado pelos associados”.

Justificando sua posição contrária a proposta de Amador Leite e demais sócios, e o convite a integrar a comissão de modificação do estatuto – em 1897 –, Manoel João afirmou ser princípio corrente e aceito quase que sem discrepância que a estabilidade das leis orgânicas das sociedades era uma condição de ordem, de disciplina e de progresso, e suas frequentes remodelações levavam a desconfiança “ao espírito dos associados, sobre a efetividade e constância dos seus direitos, as desorganizavam e indisciplinavam, porque baralhavam e confundiam no espírito deles as noções dos seus direitos e deveres”. Para o reclamante, as reformas estatutárias só se justificavam por “transformações profundas ao modo de ser social, ou havendo uma diminuição considerável nas receitas compelindo-as a restringir a atuação da instituição, ou ainda quando essas leis fossem de tal modo anacrônicas que estivessem em formal antagonismo com o modo de ver e de sentir da grande maioria de seus associados”<sup>680</sup>.

---

<sup>679</sup> BNDB, *O Pará*, 21 de junho de 1898, edição 168, página 2.

<sup>680</sup> BNDB, *O Pará*, 21 de junho de 1898, edição 168, página 2.

Nesta perspectiva, Manoel João questionava que nenhuma mudança no modo de ser da referida sociedade havia se efetivado, estando ela permanecendo a mesma há época da reforma de 1895, logo se a atual comissão ignorava a anterior reformulação, era porque esta não correspondia as aspirações da instituição, e por isso o convite a ele feito para integrar a comissão em 1897 mostrava-se incoerente, pois convocava ao trabalho “o sócio que tamanha prova dera de sua incompetência para função de tanta ponderação e responsabilidade”<sup>681</sup>. Em claro esforço em seguir confrontando a comissão da qual Ângelo era membro, Manoel solicitava ao presidente da Assembleia Geral que pudesse expor – em reunião diretiva da Beneficente – suas contestações ao novo estatuto proposto antes de ausentar-se do Estado, pedido negado, notadamente porque não estava na reunião nenhum membro da referida comissão que pudesse sair em defesa do projeto<sup>682</sup>.

Distante de um fim, parece-nos que existiram constantes trocas de ofensas entre as partes, frequentemente publicadas em jornais. Infelizmente, as edições em que os posicionamentos de Ângelo Amador foram publicados não estão indisponíveis por meio digital, e em virtude do fechamento das bibliotecas e hemerotecas no contexto pandêmico seu acesso se mostrou impossível. A hipótese da existência destas publicações surgiu depois de novas críticas de Manoel João Gonçalves no periódico de costume, *O Pará*. Na edição de 07 de agosto de 1898, o reclamante argumenta ser mentirosas as acusações de Ângelo Amador que afirmara que as queixas de Manoel eram “em satisfação de mal reprimidos orgulhos e irritantes vaidades, procurando agredir as diretorias envolvidas nas modificações estatutárias”. Os embates seguiram com a acusação da ausência de Ângelo Amador na sessão destinada ao debate em defesa do projeto de estatuto, por ser este “fruto de suas aturadas e fecundantes cogitações”. Para Manoel João Gonçalves a ausência de Ângelo resultava da carência de argumentos e de habilidade com as palavras, acusando-o de “fugir” para sua terra natal, Estarreja, onde “vive se não das letras e da bicicleta”<sup>683</sup>.

No periódico preferido de Manoel João Gonçalves para destilar as críticas sobre a reforma dos estatutos, não localizamos mais artigos após este último datado de agosto. Se a intenção de Manoel era barrar ou mesmo cancelar a proposta da comissão na qual Ângelo Amador Leite integrava – e cujo nome era mais citado nas críticas – ficamos sem saber por falta de fontes, porém o impacto das críticas espalhadas ao longo do ano de

---

<sup>681</sup> BNDB, *O Pará*, 21 de junho de 1898, edição 168, página 2.

<sup>682</sup> Importa destacarmos que todas as críticas assinadas por Manoel João Gonçalves e publicadas no jornal *O Pará*, foram assinadas de Portugal, da cidade do Porto.

<sup>683</sup> BNDB, *O Pará*, 07 de agosto de 1898, edição 207, página 1.

1898 parecem ter recaído sobre o irmão Leite, que logo depois deixou o cargo de Tesoureiro da Diretoria eleita para o ano de 1898, após anos sendo o Primeiro Secretário nas Diretorias de 1896 e 1897, quando as reclamações de Manoel João se tornaram públicas<sup>684</sup>.

Passadas as turbulências, Ângelo Amador Leite retornaria aos quadros administrativos da Beneficente como Vice-presidente para o ano de 1901, e junto a ele como Presidente esteve Manoel Augusto Marques que também integrava a questionada comissão reformista ao findar do século XIX<sup>685</sup>. Considerando o retorno de Ângelo a Beneficente em um importante cargo, e junto dele outro sócio empenhado na reformulação dos estatutos, supomos que as acusações de Manoel João Gonçalves não tenham alcançado coro e menos ainda deformado a imagem dos personagens. Por significativos empenhos em prol da instituição, Ângelo Amador e o irmão Joaquim Maria Leite tiveram seus retratos anexados ao salão nobre da Assembleia Geral<sup>686</sup>.

Os anos de 1900 inauguraram não apenas o novo século, mas uma fase áurea na cadeia produtiva da borracha amazônica, e ainda uma nova e importante etapa na vida profissional e pessoal dos irmãos Leite, que desterritorializaram seu capital material para além do Pará, estabelecendo unidades comerciais e áreas de exploração direta de borracha no estado vizinho do Amazonas e no então território federal do Acre, posteriormente transferindo a matriz da Leite & Companhia para os Estados Unidos da América.

Primeiro, sobre o Amazonas e o Acre não temos como precisar o ano em que os irmãos Leite iniciaram e ampliaram os investimentos em seringais e imóveis, sobretudo na cidade de Rio Branco, no entanto os primeiros registros que encontramos datam de 1905. Mas, por que o Amazonas e o Acre quando o Pará, e Belém, ainda desfrutavam de bons rendimentos sobre a borracha local?

Assim como Belém, a cidade de Manaus era uma pérola da *belle époque* forjada na floresta, e ambas, a partir dos últimos anos do século XIX, eram centros urbanos totalmente diferentes das ricas descrições dos mais famosos viajantes e naturalistas da Amazônia oitocentista, como Henry Bates, Luiz e Elizabeth Agassiz, entre outros. Porém, enquanto Belém, desde a década de 1870, demonstrava avanços significativos na

---

<sup>684</sup>VIANNA, Arthur. *História da Sociedade Portuguesa Beneficente do Pará*, op. cit., pp. 159-161.

<sup>685</sup>BNDB, *O Jornal*, 03 de dezembro de 1900, edição 76, página 2.

<sup>686</sup>BRASIL, Assis. *O Pará e a Colônia Portuguesa*, op. cit, página 15.

estrutura urbana como com calçamentos em paralelepípedo e ampliação do centro urbano, Manaus sofrera seu primeiro grande surto de urbanização somente a partir de 1890 quando, de modo geral na região, os rendimentos advindos da borracha garantiram ao Estado a materialização da modernidade à forma europeia, e a alta nas cotações do látex no mercado internacional fantasiaram um cenário de riqueza inesgotável à elite comercial amazônica, a “ilusão do Fausto”, conhecido termo de Edinea Mascarenhas Dias<sup>687</sup>.

O Amazonas passou a ser um refúgio às casas comerciais paraenses entre as quais o temor de um esgotamento da borracha no Estado era frequente<sup>688</sup>, além do próprio interesse em ampliar as redes de negócios para o novo e promissor centro comercial na floresta. Por isso, é comum encontrarmos firmas que outrora com matrizes em Belém, passaram a administrar os negócios a partir de Manaus, ou nesta última estabeleceram suas filiais, responsáveis em conduzir as mais diversas e longínquas rotas para o abastecimento dos interiores. Era a chamada “Era dos Jotas”, termo desenvolvido por Samuel Benchimol ao referenciar a prevalência da letra nas iniciais das firmas comerciais cujos proprietários tinham origem portuguesa, outro importante símbolo da fase áurea da economia do látex amazônico<sup>689</sup>.

Manaus, a partir de 1900, era uma nova cidade, estampando nos jornais os diferentes anúncios de prestadores de serviços de todos os setores. A variedade profissional na capital amazonense foi explosiva, da mesma forma que cresceram as riquezas particulares, a imigração, o comércio e a indústria, sustentados pela nova infraestrutura urbana, a higiene dos espaços públicos, o saneamento básico, tratamento de esgotos e água, transportes e luz elétrica<sup>690</sup>. O despontar da borracha amazônica no mercado internacional entre 1901 e 1910 viu o Amazonas se converter no mais novo

---

<sup>687</sup> DIAS, Edinea Mascarenhas. *A Ilusão do Fausto (Manaus – 1892-1920)*. 2ª edição – Manaus: Editora Valer, 2007.

<sup>688</sup> Concentrando os maiores volumes de exploração da borracha bruta na região das Ilhas, o Pará foi vendo – ao longo de anos – um esgotamento dos grandes volumes de goma, em função da extração exagerada e exaustão das árvores que não passavam por nenhum tipo de trato ou reflorestamento, para garantir futuras manutenções da exploração. Ao contrário, ao reduzir os volumes de extração, sobretudo no início do século XX quando se pagava caro pela borracha no mercado internacional, dezenas de exploradores e investidores buscaram novas áreas de seringueiras virgens no estado, e as encontraram no Alto Xingu e Tapajós, adiando, não por muito tempo, um novo esgotamento e episódios de crises de produção local. Assim, territórios como do Amazonas e do Acre ganhavam ainda mais sentido na “nova ordem” produtiva e comercial da borracha amazônica.

<sup>689</sup> BENCHIMOL, Samuel. *Amazônia: Formação Social e cultura*. 3ª ed. Manaus: Valer, 2009, p. 70.

<sup>690</sup> DIAS, Edinea Mascarenhas. *A Ilusão do Fausto*, op. cit., pp. 37-38.

paraíso dos seringais aos investidores e aos trabalhadores deslumbrados com a riqueza propagandeada.

Desse modo, a fatura de capitais forjava ao monopólio da borracha bruta amazônica um parecer inabalável. A ação conjugada entre a máquina estatal interessada em criar um distinto espaço urbano e a expansão do negócio da borracha internacionalmente, representaram um avanço impensável sobre a capital Manaus, construída efetivamente sobre os negócios do látex, por isso, afirma Weinstein, quando os romancistas e historiadores se referem a cidade edificada pela borracha, falam de Manaus, e não de Belém<sup>691</sup>.

Embora Manaus tenha desempenhado importante função mercantil, sobretudo de intermediação entre os interiores produtores de borracha e os centros de abastecimento e importação na capital, e por isso tenha atraído a matriz de inúmeras firmas interessadas em uma parcela da riqueza que afluía dos territórios mais extremos do Estado, à outras empresas a capital do Amazonas servia apenas como entreposto, sem solicitar a instalação de filiais, eventualmente com pequenas representações, como entendemos terem feito os irmãos Leite, pois em nenhum instante a Leite & Companhia é mencionada com sede no Amazonas, apenas como proprietária de diversos seringais ao longo de importantes rios, como Purus, Abunã e Juruá. Um exemplo da manutenção de representações ao contrário de instalar filiais no Amazonas, foi o que a Companhia de Seguros “Comercial”, dirigida por Ângelo Amador Leite manteve em Manaus com F. C. Athayde, também representante da “Seguros Paraense” e “Seguros Lealdade”<sup>692</sup>.

Dessa forma, a expansão geográfica dos negócios da Leite & Companhia para o estado vizinho do Amazonas tornou-se estratégica, em resposta às altas cotações da borracha no mercado estrangeiro e a legislação fundiária republicana que facilitara o registro de propriedades rurais nos territórios de maior produção de seringa, nos interiores por desbravar. Junto a isso acrescentamos a propaganda aos moldes do *Far West* norte americano na Amazônia, à conquista do Oeste em referência ao estado do Amazonas, do Acre e os territórios vizinhos do Beni e de Putumayo, na Bolívia e no Peru<sup>693</sup>, cujas áreas de seringais virgens profundas na floresta teciam o paraíso aos negócios dos grandes

---

<sup>691</sup> WEINSTEIN, Bárbara. *A borracha na Amazônia*, op. cit., p. 220.

<sup>692</sup> BNDB, *Correio do Norte: Órgão do Partido Revisionista do Amazonas*, 18 de junho de 1910, nº 467, página 3.

<sup>693</sup> WEINSTEIN, Bárbara. *A borracha na Amazônia*, op. cit., p. 195.

investidores – como os irmãos Amador Leite – e pequenos desbravadores, que se lançavam ao longo do Purus e outros rios, nos quais a navegação fosse acessível e menos onerosa. Foi ao longo das grandes áreas produtoras da seringa virgem amazonense e acreana que os irmãos de Estarreja alargaram seus investimentos, especialmente na forma de seringais e imóveis, como na capital do Acre, Rio Branco, com o prédio nº 82 na Rua J. Luis Alves, em nome de Joaquim Maria Leite<sup>694</sup>.

Existem poucos detalhes disponíveis sobre os seringais administrados pela firma dos irmãos Amador Leite. Todas as informações coletadas sobre as propriedades são oriundas de jornais das três regiões – a paraense, amazonense e acreana –, no entanto continuam sendo imprecisas por não relatarem a localização exata dos bens, mencionando apenas o nome dos rios nos quais estavam localizados. Todavia, o círculo pontilhado que cunhamos na imagem 42 (a diante), projeta a possível área de atuação e exploração natural pela Leite & Companhia, desenvolvida a partir das descrições dos deslocamentos e propriedades ao longo dos rios, e na perspectiva da própria política de expansão “ao Oeste” para o interior do Amazonas e do Acre.

Delimitamos a área de exploração dos irmãos em três grandes regiões: a do Rio Purus que atravessa tanto o Acre quanto o Amazonas, igualmente o Rio Juruá; a capital Rio Branco e os interiores do Acre; e o Amazonas onde diluímos o seringal no Rio Abunã – marcado na imagem – e outro com localização aproximada no Rio Iquiri – em número 1 na referida imagem. Embora tenhamos comprovação da posse de seringais apenas em território acreano, reforçamos que a área de exploração da empresa era ampla e alcançava o território do atual Amazonas, do qual recebiam constantes carregamentos de borracha dos seringais ao longo dos rios Purus e Juruá, pertencentes a terceiros.

Além disso, navegar ao longo do Purus e do Juruá era estratégico para distintas empresas de navegação, igualmente à Leite & Companhia que dispunha de seus próprios vapores e lanchas, entre eles a lancha Adelina, e os vapores Eurico, Iracema, Lygia, e o Veneza, que veremos com detalhes a diante. Essa região era de grande interesse por permitir o livre trânsito de grandes embarcações em boa parte de sua extensão, ao contrário do que ocorria nas rotas pelos seringais nos rios Xingu e Tapajós – no Pará – que a partir de certo ponto fechavam os trajetos com suas cachoeiras e outras quedas d’aguas que prolongavam a viagem e, quase sempre, davam prejuízos as embarcações.

---

<sup>694</sup> BNDB, *O Acre*, 29 de março de 1931, edição 85, página 4.

Os grandes comerciantes de borracha preferiam por fim navegar pelo Purus e Juruá para explorarem os seringais a Oeste<sup>695</sup>.

Quanto ao Acre, embora bem menor em termos de estrutura e rede de serviços em comparação as grandes capitais amazônicas a época – Belém e Manaus –, surgia como grande concorrente delas na exploração de borracha, o “material do progresso”<sup>696</sup>, sobre a qual dedicava, quase que exclusivamente, suas principais estruturas urbanas, comerciais e financeiras. No entanto, embora o Acre e o vizinho Amazonas despontassem no decorrer do século XX como os maiores produtores de borracha bruta da região, especialmente o primeiro, o porto de Belém ainda concentrava as negociações do material, com pouco mais de 95% das importações e exportações regionais, retendo o maior volume de impostos<sup>697</sup>, apesar de muitos comerciantes de borracha interpretarem a parada no porto de Manaus igualmente importante para organização e distribuição do que vinha dos interiores aos comércios locais de menor escala.

O controle sobre a borracha bruta acreana foi acirrado entre Belém e Manaus ao longo de anos, ambiciosas em monopolizar as exportações em função da arrecadação de impostos. Além disso, aquele que conseguisse dominar e ter acesso livre ao território teria garantido uma remessa quase inesgotável de novos fornecedores, bem como de outros elos na cadeia produtiva da borracha, que iam desde o mais empobrecido seringueiro, aos supervisores das estradas, aviadores, exportadores e investidores. Os embates entre Amazonas e Pará sobre o domínio do Acre se agravaram após o Tratado de Petrópolis, quando o Brasil efetiva a compra do referido território pertencente a Bolívia, restando agora a definição sobre a condição acreana dentro do país: o Amazonas se empenhava em anexar o Acre ao seu território – garantindo supremacia sobre a goma produzida –, enquanto o Pará era desejoso de um território federal sobre o qual todos os comerciantes brasileiros tivessem autonomia de exploração e transações comerciais, sabido de que a maior concentração de borracha nativa do Acre seria exportada por seus portos, amparando, por fim, seus cofres públicos e elites comerciais.

A propaganda paraense a favor da federalização do Acre foi intensa, e a própria Associação Comercial Paraense reunira, ainda em 1900, seus membros e uma comissão

---

<sup>695</sup> WEINSTEIN, Bárbara. *A borracha na Amazônia*, op. cit, p. 211.

<sup>696</sup> Termo cunhado por Ana Maria Daou ao referir-se a borracha como partícipe dos mais modernos bens industriais, expressivos dos avanços da técnica e do domínio da natureza pelo homem. cf: DAOU, Ana Maria. *A Belle Époque amazônica*. 3 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2004, p. 21.

<sup>697</sup> Idem, p. 221.

representante dos revolucionários acreanos que estavam naquele instante, segundo a interpretação do senador Marques Braga, com intuítos inteiramente comerciais igualmente de seu interesse. Dando espaço de fala ao membro da comissão acreana, o sr. Rodrigo de Carvalho “leu um manifesto impresso, longo e minucioso, em que se fazia a história do movimento no Acre, e concluía afirmando a obediência de todos os acreanos ao governo brasileiro”, e entre os grandes interessados em solucionar as questões e incrementar o comércio com essa região, estava Joaquim Maria Leite<sup>698</sup>, representando a firma Leite & C<sup>a</sup>, demonstrando que quanto mais o comércio paraense alinhava seus interesses àqueles que poderiam reivindicar de maneira direta a liberdade sobre o Acre, maior a garantia da federalização e, logo, continuação dos rendimentos junto ao porto de Belém.

Weinstein sustenta uma série de outras questões que forçaram a elevação, por fim, do Acre a território federal. Para ela

os próprios acreanos, em grande parte de nordestinos de origem, preferiam uma autonomia, ainda que limitada sob tutela federal, do que a total absorção pelo estado do Amazonas. Finalmente, o mais sério impedimento aos planos do Amazonas de anexação do Acre eram os interesses do próprio governo federal. No processo de aquisição do Acre [da Bolívia], a administração de Rodrigues Alves havia gasto 126.000 libras esterlinas para encampar o “Bolivian Syndicate” e dois milhões para compensar a Bolívia. Naturalmente, o governo brasileiro esperava receber retornos imediatos sobre tão enorme investimento, e a fonte mais óbvia de renda era a receita relativa à exportação que poderia arrecadar, caso o Acre se tornasse território federal<sup>699</sup>.

A federalização do Acre beneficiou ainda mais o Pará, já que sem o mesmo

o Pará, para todos os efeitos, teria sido excluído do comércio de rio acima e acabaria deixando de ser o eixo da rede de aviamento, apesar da vantagem geográfica natural de Belém. O acesso ao território do Acre não só proporcionou aos aviadores paraenses milhares de novos clientes, mas também tornou viável continuar a fornecer aviamentos no Amazonas. Na verdade, esse arranjo acarretava alguns inconvenientes, uma vez que os estabelecimentos comerciais tinham de abrir filiais em Manaus para “receber” a borracha; mas a ampliação das operações compensava o tempo, esforço e capital, na medida em que o negócio importador continuava a ser levado a cabo em Belém<sup>700</sup>.

<sup>698</sup> BNDB, *Gazeta de Notícias (RJ)*, 22 de março de 1900, edição 81, página 2.

<sup>699</sup> WEINSTEIN, Bárbara. *A borracha na Amazônia*, op. cit, p. 235-236.

<sup>700</sup> Idem, p. 237.

Após a federalização do território acreano, uma outra questão se colocava sobre o ele e o futuro estado de Rondônia: a construção da Ferrovia Madeira-Mamoré. Embora a ideia de se construir uma ferrovia que conectasse o território “boliviano do Acre” ao Atlântico fosse antiga – pelo menos desde 1867, quando os bolivianos buscavam o escoamento de sua produção por rotas alternativas aos trechos problemáticos do Rio Madeira cuja nascente se dá na confluência entre os rios Beni e Mamoré, oriundos do interior da Bolívia e onde, pelo menos, 20 cachoeiras ocasionavam numerosos prejuízos materiais e perdas humanas aos comerciantes e atravessadores de borracha – a construção da estrada de ferro foi efetivada em 1907, atingindo a uma diversidade de grupos ocupantes e interessados em explorar a região, entre comunidades indígenas, nordestinos, negociantes estrangeiros, bolivianos e os operários arregimentados às obras da ferrovia<sup>701</sup>, os quais além de demonstrarem a complexidade dos mundos do trabalho no interior da Amazônia, garantiam novos embates e dinamicidade própria à região.

A federalização do território do Acre longe de pôr fim às disputas pelo controle das áreas virgens de borracha, intensificou a antiga disputa entre Belém e Manaus, especialmente com o “salto” na produção da borracha acreana, um movimento inesperado para muitos, e que em poucos anos superaria o vizinho Amazonas, mesmo este dispondo de ampla rede fluvial quase totalmente navegável e áreas virgens para exploração extrativista. Em 1909, às portas da crise do comércio internacional de borracha, os acreanos alcançaram extrair pouco mais de 5 mil toneladas de borracha, atrás apenas do Pará que se manteve na casa das 10 mil toneladas, e muito à frente do Amazonas, como vemos.

**Tabela 9**  
**Exportações de borracha do porto de Belém, por área de origem,**  
**1900-1909 (quilos)**

<b>Ano</b>	<b>Pará</b>	<b>Amazonas</b>	<b>Acre</b>
1900	9.729.576	5.841.735	-

<sup>701</sup> CARDOSO, Antônio Alexandre Isidio. Engenheiros, indígenas e operários: os malfadados caminhos da Estrada de Ferro Madeira Mamoré (1870-1883). In: *Canoa do Tempo*. Revista do Programa de Pós - Graduação em História da Universidade Federal do Amazonas, v. 13. 2021, pp. 01-16, pp. 1-9. Sobre o desenvolvimento e os impactos da construção da Estrada de Ferro Madeira Mamoré, cf: CRAIG, Neville. *A estrada de ferro Madeira-Mamoré: história trágica de uma expedição*. São Paulo, Editora Nacional, 1947;

1901	10.051.599	249.957	-
1902	10.501.437	394.458	-
1903	11.136.813	38.437	-
1904	11.437.480	45.483	462.002
1905	11.333.157	67.520	4.418.013
1906	11.737.788	66.745	4.053.854
1907	10.415.161	61.673	5.232.265
1908	11.016.514	30.405	4.779.395
1909	11.586.109	51.143	5.432.264
<b>Total</b>	<b>108.945.634</b>	<b>6.847.556</b>	<b>24.377.793</b>

Fonte: WEINSTEIN, Bárbara. *A borracha na Amazônia*, op. cit, p. 229 (reduzida por nós)

Para Daniel Klein, a exponencial subida das cifras se deu em função da exploração dos seringais circunscritos no Vale do Rio Acre, principal zona de exploração<sup>702</sup>, e que além de estar próximo da capital Rio Branco, desaguava mais abaixo no Purus, o que facilitava o tráfego da produção. E é próximo a essa abastada concentração de seringueiras que a firma dos irmãos Leite dispunha de seringais, entre os maiores e menores braços de rio. Algumas propriedades estão listadas a seguir, a partir de informações reunidas nos periódicos *O Acre*, *Folha do Acre* e o *Almanak Laemmert*, disponíveis na Biblioteca Nacional Digital do Brasil.

**Tabela 10**  
**Seringais de propriedade da firma Leite & Companhia**

<b>Ano de localização</b>	<b>Denominação</b>	<b>Estradas</b>	<b>Localização</b>
1904 <sup>703</sup>	Catapará	-	Rio Acre
1914	Veneza	-	-
1921	-	-	Acre amazonense
1927	Novo Axioma	-	Acre amazonense
1927	Nova	-	Rio Branco
1930	São José	até 100	Rio Iquiri
1930	Triunfo e Vila Rica	600	Rio Abunã
1932	Andirá	101 a 200	Riozinho do Pontes
1932	Novo Encanto	51 a 100	Rio Iquiri

<sup>702</sup> KLEIN, Daniel da Silva. *A borracha no Acre: Economia, Política e Representações (1904-1945)*. (Tese de Doutorado). Programa de Pós Graduação em História Social – Universidade de São Paulo. São Paulo, 2013, p. 60.

<sup>703</sup> Sobre a posse desse seringal pela Leite & Companhia, não localizamos em periódicos nenhuma menção sobre a propriedade, como temos para as demais listadas, geralmente citadas nos arrolamentos de impostos arrecadados pelo governo do Acre. Neste caso, a posse do seringal pela empresa dos irmãos é mencionada em artigo sobre a Revolução Acreana e seu líder Plácido de Castro que, recolhido após as batalhas, assumiu a administração do seringal Catapará, por ele adquirido em 1904 em sociedade com a firma “P. Braga & Cia”, de Manaus, tendo como vendedora da propriedade a “Leite & Cia”, de Belém. Disponível em <http://www.pnd.org.br/acre.htm>, acessado em 20 de outubro de 2020.

Conforme tratamos anteriormente, não foi possível localizarmos documentos que apontassem, exatamente, a localização das propriedades da empresa na região acreana, assim a relação acima apresentada é fruto de consultas a distintos mapas para lançamentos de impostos sobre indústrias e profissões no território acreano, e a notas de viagem divulgadas em periódicos, ilustradas a seguir.

**Imagem 38**

Chegada de Joaquim Maria Leite ao Acre, com destino ao seringal Venezia.

Esteve entre nós e já regressou ao seringal Venezia, onde está morando actualmente, o capitalista sr. Joaquim Maria Leite, socio da importante firma aviadora do Pará, Leite & C.<sup>a</sup> incorporated.

Fonte: BNDB, *Folha do Acre*, 01 de novembro de 1914, edição 173, página 1.  
página 1.

**Imagem 39**

Parada de Joaquim Maria Leite em Manaus, com destino ao Acre.

◆  
Chegou hontem a esta capital, o sr. Joaquim Maria Leite, chefe da importante casa Leite & C.<sup>a</sup>, do Pará.  
Destina-se ao rio Acre, para onde segue hoje a bordo do *Iracema*, do qual é proprietario.

Fonte: BNDB, *Jornal do Comércio*, 12 de dezembro de 1908,

**Imagem 40**

Joaquim Maria Leite chega à capital Rio Branco, Acre.

①  
Desde ante-hontem acha-se entre nós o sr. Joaquim Maria Leite, abastado proprietario, residente em o seringal Novo Axioma, no Acre amazonense.

Fonte: BNDB, *Folha do Acre*, 28 de agosto de 1927, edição 586, página 4.

Mesmo com os limites sobre as propriedades, é inegável a eficiente inserção dos irmãos em estruturas econômicas e sociais para além do nicho inicial. Aqueles jovens chegados em Belém, sem grandes referências e redes locais, adentram ao século XX como destacados comerciantes de borracha e aviamentos da região, estendendo seu alcance para além do Pará. A ambição que norteia muitos processos migratórios ao longo dos séculos foi encarada pelos irmãos como motor para ascensão na estrutura social não apenas no Pará, também na terra natal, Estarreja, como veremos a diante. A mobilidade social ascendente certamente conduziu muitas de suas escolhas e estratégias, tanto em termos pessoais quanto profissionais, sem desconsiderarmos, claro, os acasos.

Na obra “Álbum do Rio Acre” de autoria de Emílio Falcão, há uma referência a um seringal de nome “Andirá”, sob propriedade de “Anna Umbelina de Pontes”, que segundo o autor, produzia 50 toneladas de borracha em 1906<sup>704</sup>. Embora não possamos confiar absolutamente, acreditamos que este seringal e aquele descrito como propriedade da Leite & Companhia fossem o mesmo, porém, registrado no nome da esposa de Ângelo Amador Leite, Ana Urçulina de Pontes Franco, que, possivelmente, sofrera variação no instante da escrita de Emílio Falcão.

#### **Imagem 41**

#### **Seringal ‘Andirá’ no Acre.**



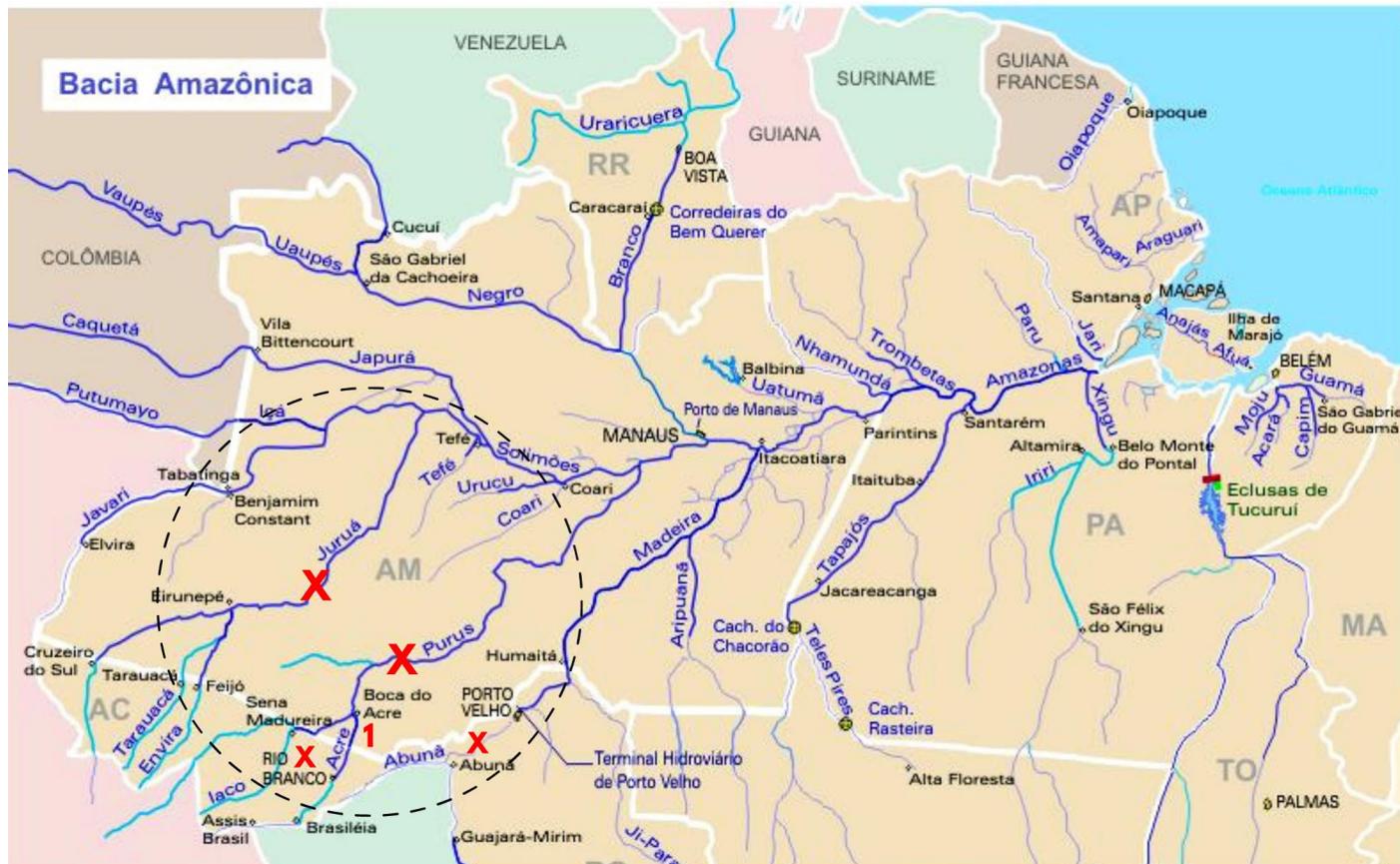
Fonte: FALCÃO, Emílio. *Álbum do Rio Acre*, Pará: Emilio Falcão, 1906-1907.

---

<sup>704</sup> FALCÃO, Emílio. *Álbum do Rio Acre*, Pará: Emilio Falcão, 1906-1907, p. 78.

Imagem 42

## Região dos seringais da Leite &amp; Companhia



Fonte: Disponível em <https://www.infoescola.com/hidrografia/rio-amazonas/>. Consultado em 10 de outubro de 2020. Grifos nossos.

O conhecimento efetivo sobre as incursões comerciais dos irmãos ao Amazonas não veio pelos registros de borracha ou dos seringais em si, mas pelo naufrágio sofrido por Ângelo Leite na embarcação *Cyril* que saíra de Manaus para a capital Belém, em 1905, tragédia também noticiada nos jornais de Estarreja, terra natural dos irmãos.

Na manhã de 05 de outubro de 1905, o *Cyril* partiu de Manaus em direção a Belém com cerca de 82 passageiros, dos quais um grande número embarcaria em seguida para a Europa. Em sentido contrário, estava o vapor inglês *Anselm* – ambos pertenciam a mesma companhia inglesa, Booth Steam Ship Company – e em um breve descuido dos respectivos capitães, apesar das rápidas manobras da tripulação, em poucos minutos estavam em choque a altura da Ilha Inajatuba, no território do Amazonas. O *Cyril* foi o mais atingido, e a água rapidamente tomou conta dos compartimentos, entre camarotes e áreas comuns, e em menos de 40 minutos a embarcação estava submersa, levando consigo uma expressiva quantidade de bagagens que guardavam entre roupas e artigos pessoais, dinheiro, contratos, aparelhos médicos de pesquisadores estrangeiros, ações e economias de toda uma vida de trabalho – como de um passageiro de 3ª classe que seguiria para Portugal depois de longos anos de trabalho em Manaus, com perda de 30:000\$000 réis<sup>705</sup>.

Grande parte dos náufragos chegou à Lisboa a bordo do vapor *Augustine* apenas com a roupa do corpo e solicitando empréstimos no Governo Civil para irem às suas terras, até mesmo um “lord, que teve para desembarcar, pedir uma camisa a um, uma calça a outro e um chapéu a terceiro”<sup>706</sup>, descreveu um correspondente do jornal que estava no porto de Lisboa no desembarque. As diferentes notas sobre o acidente convergem à informação de que não existiu mortos em decorrência do sinistro. A Revista *Ilustração Portuguesa*, de Lisboa, trouxera na edição de 02 de outubro de 1905 fotografias retiradas no instante do sinistro a partir do *Anselm*.

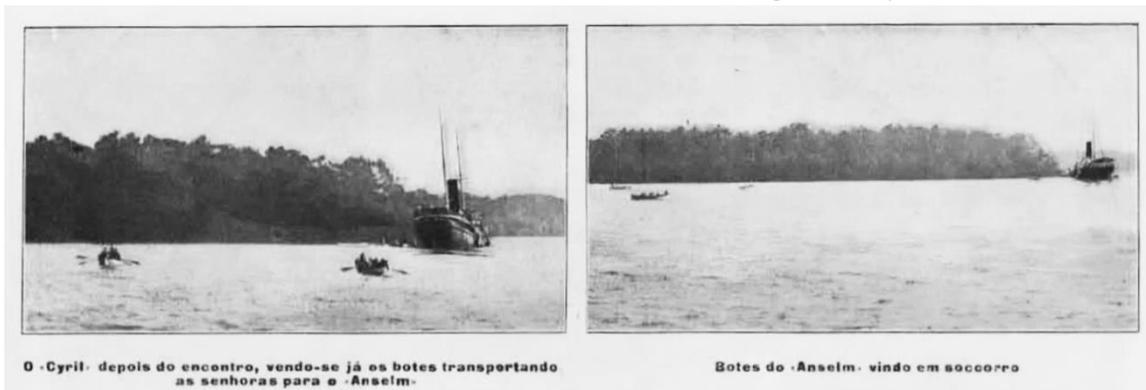
---

<sup>705</sup> BNDB, *Jornal do Comércio*, 16 de setembro de 1905, nº 542, página 1.

<sup>706</sup> BNP, *O Jornal de Estarreja*, 05 de outubro de 1905, página 2.

### Imagem 43<sup>707</sup>

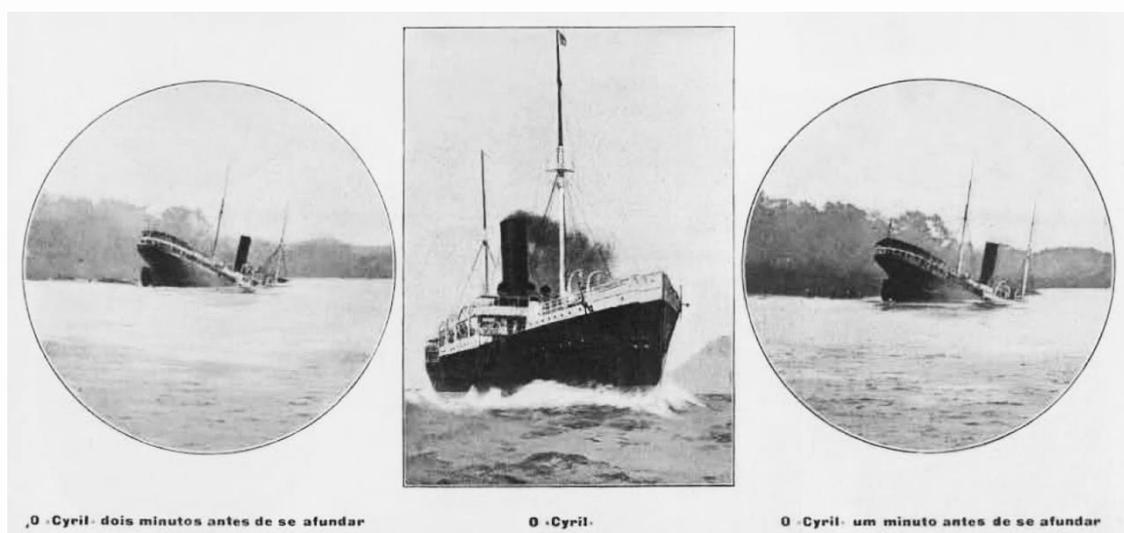
#### Botes do *Anselm* em socorro aos náufragos do *Cyril*



Fonte: Revista *Ilustração Portuguesa*, Lisboa, II Ano, 02 de outubro de 1905, nº 100, página 755.

### Imagem 44

#### O *Cyril* pouco antes de submergir e em alto mar, ao centro



Fonte: Revista *Ilustração Portuguesa*, Lisboa, II Ano, 02 de outubro de 1905, nº 100, página 75

<sup>707</sup> Todas as imagens reproduzidas – segundo a Revista *Ilustração* – foram tiradas pelo cozinheiro do vapor *Cyril* e ampliadas por um dos passageiros do referido navio, de nome Marco de Panigal que perdera no naufrágio muitas fotografias destinadas a um algum do governo do Pará, que seria gravado em Paris.

### Imagem 45

#### Submersão do *Cyrl* e naufragos resgatados a bordo do *Anselm*.



Fonte: Revista *Ilustração Portuguesa*, Lisboa, II Ano, 02 de outubro de 1905, nº 100, página 755.

O nome de Ângelo Amador Leite ganha destaque nas descrições sobre o naufrágio, tanto pelo *Jornal do Comércio* do Amazonas, quanto no *Jornal de Estarreja*, não apenas como “nobre” sobrevivente, mas pela sorte em conseguir salvar a “fortuna” que levava na mala de mão no valor de 70:000\$000 réis em papel moeda<sup>708</sup>, perdendo apenas 35 ações do Banco Amazonense e dois protestos lavrados em Manaus perante as justiças da União e do Estado, por prejuízos sofridos no porto de Belém pelo impedimento ao vapor “Eurico”, de propriedade da Leite & Companhia, no porto daquela capital<sup>709</sup>.

Estes dados foram fundamentais ao nosso entendimento sobre o avanço da Leite & Companhia ao Oeste, a partir de investimentos em serviços bancários e de capitais, da aparente movimentação constante entre as capitais amazônicas e a propriedade de embarcações fundamentais ao desenvolvimento da exploração dos seringais nos interiores, retirando gastos com atravessadores que levavam a borracha dos sertões aos portos de Manaus e Belém. Além do vapor “Eurico” cima citado, e dos vapores “Iracema” e “Lygia”, os irmãos contavam com o icônico “Veneza” descrito no *Jornal do Comércio* do Amazonas, em edição de 1911.

O “Veneza”

Fundeou ontem ao meio-dia na baía do Rio Negro o novo vapor *Veneza*, de propriedade da Leite & C<sup>a</sup>. Incorporate, da praça do Pará.

<sup>708</sup> BNP, *O Jornal de Estarreja*, 28 de setembro de 1905, página 2.

<sup>709</sup> BNDB, *Jornal do Comércio*, 16 de setembro de 1905, nº 542, página 1.

Veio sob comando do hábil piloto Francisco P. de Souza Machado e seu imediato o sr. Cornélio Peralta, antigo chefe de máquinas da casa Leite & C<sup>a</sup>.

O *Veneza* foi construído nos estaleiros de Hull, Inglaterra. Suas máquinas são de quadrupla expansão; desloca 11 milhas e registra 374 toneladas brutas. É iluminado a luz elétrica e tem máquina para fabricar gelo.

No Pará sofreu melhoramentos que o adaptaram a navegação de nossos rios. A sua tripulação é de 42 pessoas<sup>710</sup>.

A nota sobre o *Veneza*, além de destacar o qualificado investimento da firma dos irmãos em uma moderna embarcação, que além do usual objetivo para o transporte de borracha e de pessoas entre os interiores e as capitais, induziu ao uso do mesmo para o transporte de bens perecíveis, especialmente pescado, a partir da existência da máquina de gelo. Assim, a diversificação de produtos e finalidades da empresa ganhava maior forma, levando produtos de primeira necessidade aos seringais e deles trazendo o produto de maior exportação à época: a borracha.

A notícia sobre o “Veneza” também trouxe a firma com nova denominação, se antes era Leite & Companhia agora Leite & Company Incorporadeta, mudança ocasionada pela liquidação da primeira no Brasil, transpassando seus ativos para uma nova empresa com matriz nos Estados Unidos da América, sob a gerência de Joaquim Maria Leite e Ângelo Amador Leite, com representação especial no Brasil na pessoa de Adelino A. Ferreira. A notícia sobre a mudança de firma e de matriz da Leite & Companhia foi transcrita no *Jornal do Comércio* do Amazonas, indicando a importância e representatividade que a empresa dos irmãos já possuía no estado vizinho. Como vemos.

Declarações. Ao comércio.

Declaramos ao respeitável corpo comercial do país e do estrangeiro, que por escritura pública lavrada nesta data em notas do Tabelião Chermont, foi dissolvida, partilhada e liquidada a sociedade mercantil que girava nesta praça sob a firma Leite & C<sup>a</sup>., ficando o seu ativo e passivo a cargo de Leite & Company, Incorporated, sociedade anônima americana autorizada a funcionar no Brasil por decreto do sr. Presidente da República, n. 7.568, de 25 de setembro de 1909, a qual continua, sem interrupção, os negócios da firma extinta sob a gerência dos seus antigos sócios Joaquim Maria Leite e Ângelo Amador Leite e do representante especial daquela corporação, Adelino A. Ferreira.

Belém, 31 de janeiro de 1910.

---

<sup>710</sup> BNDB, *Jornal do Comércio*, 30 de janeiro de 1911, nº 2448<sup>a</sup>, página 4.

Por mim e p.p (por procuração) de Joaquim Maria Leite

*Ângelo Amador Leite* (assina)

P. p. da Leite & Company, Incorporated

*Adelino A. Ferreira* (assina)<sup>711</sup>.

Adelino A. Ferreira, no entanto, não era simplesmente um representante especial da Leite & Company em Belém. Em 1904, Adelino ocupou o cargo de Cônsul de Portugal no Pará, e na ocasião de sua posse como tal recebera na casa de Joaquim Maria Leite um jantar, que contou com a presença de grandes nomes da comunidade portuguesa à época. Entre eles estiveram

Victorino Oliveira presidente da Beneficente Portuguesa; Pires Barreira, presidente do Grêmio Literário Português; comendadores M. A. Marques, Pereira Dias, Joaquim Antônio de Amorim, gerente da Garantia da Amazônia, dr. Luiz Soares, comerciantes Amador Leite, Cunha Cerqueira, Fernando Araújo e outros. *Au dessert* os srs. Joaquim Maria Leite, Pires Barreira, Hanibal Porto e Victorino Oliveira levantaram saudações ao festejado, agradecendo o cônsul que brindou pela prosperidade e progresso dos portugueses residentes em Belém.

A todos os presentes ao ágape sr. dr. Adelino Ferreira manifestou o seu penhor confirmando que se achava profundamente agradecido às provas de distinção de que foi alvo<sup>712</sup>.

Alinhar, ao capital acumulado pelas demandas comerciais, o capital simbólico, sobretudo em torno do nome de Adelino, era uma entre tantas práticas comuns entre a nova elite comercial amazônica tecida e sustentada pela economia da borracha, e condição muito comum entre aqueles cuja trajetória era transpassada pela imigração, como forma de desmistificar a figura do imigrante empobrecido daqueles que alcançavam projeção ascendente. Inserir Adelino Ferreira na reestruturação da firma comercial era uma maneira de acumular credibilidade a ela junto a tantos compatriotas atuantes no comércio local – ou mesmo no estado vizinho do Amazonas.

A confiabilidade atrelada ao nome do cônsul, principalmente, entre sua comunidade correspondente era estratégica em atrelar a mesma confiabilidade a Leite & Company, e à administração dos irmãos de Estarreja, em um possível esforço de misturar-se a comunidade local, maiormente atrelada ao comércio, distinguindo-se entre os locais

<sup>711</sup> BNDB, *Jornal do Comércio*, 14 de fevereiro de 1910, nº 2110, página 8.

<sup>712</sup> BNDB, *Jornal do Comércio*, 05 de julho de 1904, nº 159, página 1.

ao reforçarem atributos de prestígio sobre aqueles de mesma nacionalidade, mobilizando uma imagem “ de si” – os comerciantes portugueses – em contraponto aos “outros” naturais do Pará<sup>713</sup>.

Coincidentemente, o maior volume de notícias sobre a exploração de seringais no Amazonas e no Acre surge a partir da reformulação da firma comercial. Estrategicamente, os irmãos Leite conseguiram adentrar ao mercado norte americano objetivando eliminar todo e qualquer tipo de atravessadores e negociantes terceiros, tomando os negócios pessoalmente, desde a exploração nos sertões à Oeste, ao transporte, beneficiamento e exportação da borracha à sede, nos Estados Unidos, cujo mercado consumidor do látex seguia em amplo crescimento.

Um esforço em resposta a diferentes empresas exportadoras de borracha que excluía os aviadores de participação nas transações no mercado internacional, e cujos interesses sobre os preços eram frequentemente divergentes. Considerando que o exportadores da praça de Belém, por exemplo, eram apenas representantes de firmas importadoras localizadas em Nova York ou Liverpool que, por sua vez mantinham estreitas ligações com os industriais do látex, sua função primordial era assegurar, para os mercados industriais, um suprimento regular de borracha a preços satisfatórios<sup>714</sup>, assim a nova firma dos Leite não precisaria de terceiros para negociar produções e preços, ela mesma trataria de seus processos, assegurando controle e rentabilidade sobre os acordos. A internacionalização da Leite & Company era inegável e inevitável. Em setembro de 1910, por exemplo, embarcara de maneira independente carregamentos de borracha para Liverpool a bordo do *Anselm*, manifestando 5.362 quilos de borracha fina, 1.144 quilos da entrefina, 277 quilos de sernamby e 573 quilos de sernamby de caucho<sup>715</sup>.

Além do mais, estando com sede nos Estados Unidos a empresa estaria próxima a um dos maiores centros de produção industrial da época, polarizador da produção de uma das invenções mais populares do século XX: o automóvel. Antes, um artigo de luxo em substituição aos carros com tração animal, o automóvel era um elemento vital da produção industrial e cultura burguesa. Em constante aperfeiçoamento tecnológico e subsequente queda nos preços, a demanda pelo item parecia infundável, e em 1910 as

---

<sup>713</sup> CANCELA, Cristina Donza & GUIMARÃES, Luiz. Imigração e presença portuguesa em Belém no século XIX: Entre deslocamentos, e pertencimentos (Pará-Brasil). op. cit., p. 23

<sup>714</sup> WEINSTEIN, Bárbara. *A borracha na Amazônia*, op. cit, p. 162.

<sup>715</sup> BNDB, *Jornal do Comércio*, 04 de setembro de 1910, página 4.

fábricas norte-americanas produziram, aproximadamente, 200 mil automóveis ao ano, e cada veículo, independentemente do modelo, tamanho ou preço, sempre exigia pelo menos quatro pneus e um estepe, produzidos, quase que exclusivamente, de borracha vinda da Amazônia<sup>716</sup>, além de outras importantes indústrias, como a da bicicleta. Portanto, um rico mercado a ser explorado e ampliado pela agora Leite & Company, Incorporated, autorizada a funcionar no Brasil em 25 de setembro de 1909, por decreto assinado pelo 21º presidente da República, Nilo Peçanha<sup>717</sup>.

Sediada na cidade de Dover, Condado de Kent, no Estado de Delaware, a empresa dos irmãos Leite – agora de capital aberto – estava autorizada a

- 1) Comprar, vender e negociar em carvão, madeira, óleo, gás e borracha, e gerir e explorar usinas de óleo, gás, eletricidade e outras para fornecer luz e força, e produzir, desenvolver, transmitir, distribuir, comprar e vender força e luz de toda a sorte e qualidade.
- 2) Importar, exportar, construir, comprar e arrendar, manter e explorar estradas de ferro, movidas a vapor ou eletricidade, bem como linhas telegráficas e telefônicas; manter e explorar vapores e navios de toda a natureza, ter negócio de transporte de passageiros e de carga, explorar, manter ou gerir canais, docas, pontes, reservatórios, estações terminais e estradas para vagões e caminhos; explorar propriedades agrícolas, minerais, matas de carvão, óleo, gás e terras com plantações de borracha; fabricar, produzir e vender artigos de todo o gênero e espécie de produtos<sup>718</sup>.

Outras vezes, a Leite & Company também é conhecida, resumidamente, por exportar gêneros e mercadorias para os interiores, em troca recebia a borracha geralmente seria negociada na praça de Belém, contando para o transporte de cargas seus próprios vapores<sup>719</sup>.

O volume de transações e viagens dos irmãos ao Amazonas e ao Acre se tornou expressivo a partir da transferência da matriz para Delaware. Desse modo, podemos precisar que o avanço às terras virgens a Oeste levou à mudança de endereço da matriz para melhor negociar no mercado internacional, demonstrando amplo esforço em

---

<sup>716</sup> Idem, p. 191.

<sup>717</sup> Decreto disponível em meio eletrônico no endereço <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/1717376/pg-2-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-26-09-1909?ref=goto>. Acessado em 14 de outubro de 2020.

<sup>718</sup> TUBBY, Teresa Cruz. Joaquim Maria Leite. In: *Terras de Antuã – Histórias e Memórias do Concelho de Estarreja*. nº 11, ano 11, Estarreja: Câmara Municipal de Estarreja, 2017, p. 162-185, p. 172.

<sup>719</sup> <http://www.novomilenio.inf.br/santos/h0300g43c.htm>. Acessado em 14 de outubro de 2020.

dominar seu espaço em um cenário cada vez mais competitivo em torno da produção e negociação da borracha silvestre amazônica, bem como o abastecimento dos seringais nos sertões amazonenses e acreanos. O intervalo de maior fluxo de viagens dos irmãos para essas regiões foi entre 1910 e 1932, portanto perduraram até pouco antes da morte dos irmãos Joaquim e Ângelo. As notícias levantadas sobre as viagens apontaram – propositalmente ou não – uma divisão de funções entre Joaquim e Ângelo, restando ao primeiro a execução de viagens ao Oeste amazônico, e ao segundo os trâmites em Belém, entre os negócios da firma e outros de projeção social, acumulando capital simbólico em torno de seu sobrenome.

Ao Purus, reunimos nove registros de viagens, entre idas de Joaquim ou apenas menção às embarcações da empresa chegadas, primeiramente, a Manaus. Todavia, é possível que dezenas de outras viagens não tenham sido cobertas pelos periódicos.

A primeira referência que localizamos da firma nessa região foi em 1910, quando o vapor “Eurico” da Leite & Company entrou no porto de Manaus depois de vir do Purus, e em seu manifesto – documento no qual se lista os itens de carga expedidos na embarcação, descrevendo quase sempre as mercadorias, suas quantidades, pesos, destinatários, e informações organizadas pelo armador da embarcação – declarou trazer lotes de borracha fina<sup>720</sup>, sernamby<sup>721</sup> e sernamby de caucho<sup>722</sup> para 17 firmas, entre elas sua reguladora. A Leite & Company receberia 7.379 quilos de borracha fina e 576 quilos de sernamby de caucho, além da carga identificada como “Federal – Pará” em nome da mesma firma – que acreditamos ser proveniente do território federal do Acre – descrita como 49.840 quilos de borracha fina<sup>723</sup>. Portanto, somente para os irmãos Leite, o Purus garantiu 57.519 quilos da cobiçada borracha fina silvestre, certamente direcionada aos centros industriais dos Estados Unidos e Inglaterra, sobretudo Liverpool.

Importante destacarmos também a ampla empregabilidade do “Eurico” para o transporte de mercadorias e passageiros, situação que não apenas assegurava maior rentabilidade pelas tributações cobradas, como ampliava o capital simbólico da empresa e dos irmãos entre suas redes profissionais e pessoais, tornando a Leite & Company uma

---

<sup>720</sup> Látex extraído da hévea e coagulado por defumação, de primeira qualidade.

<sup>721</sup> Conhecido como o “leite de coalha”, ou seja, a substância coagula antes mesmo de ser levada ao processo de defumação.

<sup>722</sup> O caucho é uma planta amazônica também produtora de borracha, porém de qualidade bem inferior da hévea *brasiliensis*, e costumeiramente precisa ser misturado a borracha oriunda da hévea para alcançar qualidade de estabilidade para o uso.

<sup>723</sup> BNDB, *Jornal do Comércio*, 30 de agosto de 1910, nº 2302, página 3.

empresa presente e disponível aos interesses comerciais da região, construindo a imagem de auxiliadora do desenvolvimento local.

Se a Leite & Company, Incorporated – especialmente na figura de Joaquim Maria Leite – sustentava importante status comercial entre o Amazonas e o Acre, na capital do Pará a qualificação do sobrenome “Amador Leite” ficava a cargo de Ângelo que, ao longo da primeira e segunda década de século XX pôde circular entre importantes figuras da sociedade paraense, absorvendo o status de elite comercial e agregando às suas atividades maior capital simbólico.

Em 1904 Ângelo integrava a diretoria da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários do Pará, fundada em 1897, junto a importantes nomes como o Barão de Marajó, José Coelho da Gama e Abreu, e Manoel Augusto Marques – a época vice presidente da Sociedade Portuguesa Beneficente<sup>724</sup>. Ângelo foi um dos diretores da festividade de Nossa Senhora de Nazaré para o ano de 1913<sup>725</sup>, circulou no “Club do Tiro aos Pombos” também no ano de 1913<sup>726</sup>, mesmo ano em que foi qualificado como “infatigável, empreendedor e um dos comerciantes mais antigos e operosos da praça de Belém, e a época um dos diretores da importante companhia *The Leite Rubber Incorporated Company, Limited*” pelo jornal *Estado do Pará*<sup>727</sup>. Como comerciante de prestígio foi eleito para a nova diretoria da Associação Comercial do Pará, em 1915<sup>728</sup>, mesmo ano em que foi “paraninfo” do casamento civil entre João Carlos da Silva – escriturário na casa bancária Santos Sobrinho – e Oman Pinto de Loyola, filha do comerciante Antônio Loyola e irmã do médico Ophir de Loyola<sup>729</sup>.

Esteve entre os iniciadores da “Tuna Luso Comercial”, surgida a partir do interesse em se estabelecer uma sociedade recreativa e musical aos moldes das instituições portuguesas existentes. Entre os nomes que estiveram junto de Ângelo na organização inicial da “Tuna” estava J. C. Rocha Franco – vice-cônsul de Portugal –, o Visconde de São Domingos, entre outros conterrâneos. Ângelo Amador circulou entre as

<sup>724</sup> BNDB, Almanack do Estado do Pará: Indicador para 1904-1905, edição 1, página 691.

<sup>725</sup> BNDB, *Estado do Pará*, edição 566, 28 de outubro de 1912, página 2.

<sup>726</sup> BNDB, *Estado do Pará*, edição 718, 30 de março de 1913, página 4.

<sup>727</sup> BNDB, *Estado do Pará*, edição 807, 27 de junho de 1913, página 2.

<sup>728</sup> BNDB, *Estado do Pará*, edição 1428, 14 de março de 1915, página 2.

<sup>729</sup> BNDB, *Estado do Pará*, edição 1645, 15 de outubro de 1915, página 2.

diretorias da “Tuna” entre 1910, 1916 e 1917 quando assumiu o cargo de presidente da diretoria<sup>730</sup>.

Demonstrando a herança musical que herdara do pai Agostinho Leite, condição também comum ao irmão Joaquim Maria, Ângelo participou tocando viola na Ópera “Lucia de Lammermoor”, de Donizeti, na abertura de um festival artístico no salão nobre da “Tuna Luso Comercial”, em 1917, com as distintas “irmãs Carvalho Teles”, “virtuosas” alunas do conservatório Carlos Gomes em Belém, cuja numerosa plateia contava com distintos nomes, inclusive representantes do governador do Estado, dr. Lauro Sodré<sup>731</sup>.

Ainda em 1917, como presidente da “Tuna Luso Comercial”, participou do júri da grande regata do “Primeiro Encontro Náutico do ano de 1917”, junto do tenente Jair de Albuquerque – presidente da Federação Paraense de Sports Náuticos –, capitão Raul Varela Quadros, e dr. José da Gama Malcher Filho – presidente do Clube do Remo. Em disputa pela taça “Moreira Gomes” estavam as equipes de regatas da Tuna Luso, do Clube do Remo e a Recreativa, mais bem avaliadas equipes náuticas da época<sup>732</sup>, tendo como vencedora a equipe náutica do Clube do Remo<sup>733</sup>.

Embora pareça que Ângelo fosse o irmão com maior popularidade, aparentando facilidade em circular entre diferentes grupos da sociedade belenense – comerciantes, musicistas e esportistas –, Joaquim Maria Leite era igualmente reconhecido como pessoa de prestígio, prova dessa condição foi o fechamento de diversos comércios locais em Belém em condolências pelo falecimento de sua esposa, Maria Ursulina de Pontes Leite, após muitos anos de enfermidade e constantes viagens à Europa – especificamente à Paris – para tratamento, sobre o qual não localizamos maiores detalhes. À época do falecimento de Maria Ursulina, em 1912, Joaquim Maria ocupava a função de direção tanto de sua firma Leite & Company Incorporated, quanto da Companhia de Seguros Comercial<sup>734</sup>. A notícia da morte da esposa do comerciante foi igualmente reproduzida no *Jornal do Comércio* do Rio de Janeiro<sup>735</sup>, mais um indicativo da importância social de Joaquim

<sup>730</sup> BRASIL, Assis. *O Pará e a Colônia Portuguesa*, op. cit., p. 31-35

<sup>731</sup> BNDB, *Estado do Pará*, edição 2135, 13 de março de 1917, página 1.

<sup>732</sup> BNDB, *Estado do Pará*, edição 2194, 12 de maio de 1917, página 2.

<sup>733</sup> BNDB, *Estado do Pará*, edição 2194, 14 de maio de 1917, página 3.

<sup>734</sup> BNDB, *Estado do Pará*, edição 554B, 17 de outubro de 1912, página 4.

<sup>735</sup> BNDB, *Jornal do Comércio (RJ)*, edição 289, 18 de outubro de 1912, página 2.

Maria Leite entre distintos grupos de influência no país, destacando a rede formada em torno dos irmãos.

Voltando às atividades de maior cunho econômico dos irmãos ao Oeste amazônico, o *Jornal do Comércio* do Amazonas, entre 1910 e 1918, registrou em suas edições inúmeras movimentações comerciais no porto de Manaus, quando os carregamentos dos interiores do estado e do vizinho Acre abarrotavam o comércio com borracha, castanhas, peixe seco, entre outros produtos de grande consumo na capital e atraentes à exportação. Nesses demonstrativos conseguimos reunir – mesmo que limitado – o movimento de borracha e outros itens à Leite & Company, cuja representação se mantinha em Belém. Os registros dispostos no periódico também reafirmam a importância que a estrutura portuária de Manaus mantinha, mesmo que a maior parte das exportações ficasse a cargo de Belém. A capital do Amazonas era um nó importante na cadeia do aviamento, o meio termo entre os sertões com seus seringais virgens, barracões e seringueiros, e a urbe moldada à francesa, cujos hábitos e fortunas dependiam do que vinha das mais distantes regiões.

**Tabela 11**  
**Carregamentos para a Leite & Company no Porto de Manaus (1910-1918)**

<b>Data</b>	<b>Origem</b>	<b>Embarcação</b>	<b>Borracha Fina (quilos)</b>	<b>Sernamby (quilos)</b>	<b>Caucho (quilos)</b>	<b>Diversos (quilos)</b>
30/08/1910	Purus	Eurico	57.219		576	
01/12/1910	Acre	Surita	6.835		758	
10/04/1911	Purus	São Luiz	2.884			
25/05/1911	Acre	Eurico	1.689	149		
25/07/1911	Purus	Cearense	3.000			
28/02/1912	Acre	Iracema	16.973	7.295	7.401	
06/05/1912	Acre	Iracema	1.100	1.559		
26/05/1912	Purus	Eurico	1.111	244	15	Peixe seco: 900
19/05/1912	Acre	Nena	420			
03/09/1912	Purus	Iracema	41.548	497	4.385	
25/01/1913	Acre	Eurico	38.420	4.438	9.410	
16/10/1913	Purus	Marieta	14.482			
29/03/1914	Acre	Aymoré	1.973		2.091	
28/05/1914	Acre	Eurico	7.482	2.070	5.523	Castanha: 263
26/06/1914	Acre	Bruxa	1.584			
28/07/1914	Acre	Uruguayana	24.320			
24/09/1914	Madeira	Sapucaia	700			
14/07/1917	Purus	Zola	2.049			

23/08/1917	Acre	Içá	2.091		
29/08/1917	Purus	Aymoré	4.228	130	770
23/10/1917	Madeira	Mato Grosso	5.000		
23/10/1917	Acre	Içá	3.788	522	
27/11/1917	Acre	Curumy	1.638	412	84
<b>Total</b>			<b>240.534</b>	<b>17.316</b>	<b>31.013</b>

Fonte: BNDB, *Jornal do Comércio*, anos de 1910 a 1918.

Embora os carregamentos de borracha destinado a Leite & Company fossem constantes, considerando a frequência dos manifestos no porto, o mesmo não se pode dizer dos preços, problema que acompanhou o comércio regional ao longo de toda primeira metade do século XX quando o assunto era a borracha regional. Antes de abordarmos os detalhes dessa condição, porém, queremos chamar atenção ao hiato que existe nas atuações da Leite & Company na região oeste amazônica entre os anos de 1910 e o findar de 1912, a partir das publicações de manifestos das embarcações aportadas em Manaus, que acreditamos ser resultado da reestruturação da companhia, transpassando os passivos e ativos para os Estados Unidos, e da reconfiguração nos trâmites comerciais locais, como registros na Associação Comercial paraense e demais órgãos de controle e regulação comercial de caráter internacional.

Ainda que contínua e por vezes volumosa, a exportação da borracha, ao findar da primeira década do século XX, seguia em queda, ficando o ano de 1910 conhecido pela crise súbita do produto a nível mundial, condição que afetaria diretamente a firma dos irmãos de Estarreja. No entanto, antes de abordarmos tal situação e o novo cenário ao qual a Leite & Company foi inserida, veremos como no auge das incursões comerciais da empresa, os irmãos fizeram de Portugal um “quintal” de sua casa em Belém, estando lá e cá em constantes travessias, e lá materializando o capital acumulado na exploração dos sertões amazônicos.

#### **4.3 – Portugal é bem ali: entre o estar aqui, mas também estar lá.**

Costumou-se agregar à emigração dos portugueses a ideia do retorno, a fim de ilustrar que, embora os nacionais saíssem em busca de promissoras oportunidades profissionais, muitas além do Atlântico, quase sempre se pensou esta condição como temporária ou, ainda que ganhasse contornos permanentes – com a constituição de família

com cônjuges locais, estabelecimentos profissionais e outras redes pessoais –, aqueles que poderiam dispor de recursos financeiros, viajar a passeio a terra natal era um hábito comum, e construir nela elementos que remetessem à lembrança daqueles que partiram, era uma prática igualmente comum, especialmente entre os que queriam provar o sucesso contraído na empreitada migratória.

Mas, o retorno, ainda que temporário, não era uma fórmula simples. Jorge Alves acredita que nesse instante emergia outro tipo de conflitualidade, não mais com a sociedade receptora, que por vezes tinha o imigrante como intruso, mas na sociedade de origem, onde se criavam expectativas diversas em torno da viagem e da fortuna que o Brasil prometera. Assim, o emigrante retornado seria

ignorado, quando não desprezado, se volta sem riqueza significativa ou pobre como partira, ou seja, na gíria popular, apenas “abrasileirado” pelo clima; adulado no meio popular se retorna “brasileiro”, com riqueza significativa, e ironizado nesta situação pela elite intelectual portuguesa, que faz dele o alvo do seu desdém superior, a partir da sua ambiguidade identitária<sup>736</sup>.

Desse modo, era imperativo que os irmãos não apenas acumulassem capital econômico, mas através dele construíssem imagens sólidas de sua prosperidade, corporificando o prestígio, a influência e o sucesso. E fazer isso em Estarreja era fundamental, pois, sendo a terra natal, era esperado que nela depositassem seus símbolos de autoridade, incorporando o novo *status* que, embora ironizado pelas elites tradicionais – como afirma Jorge Alves – garantia-lhe ainda mais distinção.

Os retornos dos irmãos Amador Leite à Estarreja, centrados em maior número entre os anos de 1903 e 1913 – momento áureo da Leite & Companhia – tiveram diversas justificativas, desde negócios, à educação dos filhos, férias de verão, temporada de caçadas e festas religiosas locais, e em praticamente todos esses momentos, puderam demonstraram seu poder econômico e simbólico, coordenando uma série de atividades que lhes agregavam distinção.

O número de viagens de Joaquim, Ângelo e João Antônio embora expressivo, não pode ser precisado, mesmo porque existe uma lacuna sobre eles nos registros de

---

<sup>736</sup> ALVES, Jorge Fernandes – Variações sobre o “brasileiro” – Tensões na emigração e no retorno do Brasil. In: *Revista Portuguesa de História*, tomo XXXIII (1999), U. Coimbra, pp.191-222, p. 19.

passaportes emitidos pelo Governo Civil de Aveiro, fato que nos leva a crer que os documentos necessários à viagem transatlântica tenham sido dispensados ou na cidade do Porto ou na capital Lisboa. Era, no entanto, muito comum que os jornais das pequenas vilas noticiassem a chegada de seus ilustres naturais, especialmente quando traziam beneficiamentos diversos, como foi comum aos jornais de Estarreja e da Murtosa sobre o “vai e vem” dos irmãos Leite entre Portugal e o Pará. Neles, também, existe um limite, pois os jornais disponíveis à consulta sobre a família são todos do século XX, ou por perdas dos periódicos mais antigos, ou indisponibilizados por sua condição física.

Como em Belém, percebemos que continuava o destaque de Ângelo entre os meios recreativos de Estarreja, envolvido em festejos religiosos, grêmios, caçadas, e outras atividades, enquanto Joaquim e o irmão menor João Antônio foram mais discretos. A discrição de Joaquim Leite, no entanto, não foi prejudicial a imagem de prestígio construída na sociedade de origem, ganhando, inclusive, uma coluna dedicada à sua biografia na revista lisbonense “Portugueses no Brasil”, como “ilustre patricio e distinto conterrâneo”<sup>737</sup>.

Em 1903, às portas da expansão da Leite & Companhia para a região do Amazonas e do Acre, e, portanto, usufruindo de maiores capitais, o nome de Joaquim Maria Leite já estampava os jornais locais pela obra grandiosa que iniciara na antiga propriedade da família, a entrada de importante rua de Estarreja, próxima a praça central do concelho, portanto região principal da vila, a obra correspondia a uma nova moradia completamente remodelada<sup>738</sup>.

O novo palacete construído por Joaquim ao centro da vila foi o “abre alas” de vários investimentos patrimoniais que os irmãos fariam na terra natal, incorporando o discurso do típico *brasileiro* – que tratamos no capítulo anterior –, e o binômio característico deste com a *casa*. A nova residência da família de Joaquim Maria era demarcada pelo novo estilo de vida burguês, se encaixando quase exatamente na definição de Paula Peixoto sobre a conformação preferida dos *brasileiros* ao edificarem suas casas, símbolos de abastança e poder, estando bem alinhada geograficamente, próxima ao centro de poder local – neste caso os Paços do Concelho e Câmara Municipal de Estarreja – e

---

<sup>737</sup> BNP, *Jornal de Estarreja*, 04 de maio de 1905, página 1 e 2.

<sup>738</sup> BNP, *A Murtosa*, 13 de dezembro de 1903, número 15, página 1.

igualmente próxima da praça central, localização que lhe permitia ser avistado com clareza a partir de diferentes pontos da vila<sup>739</sup>.

Finalizada em 1904 – não tivemos a data precisa de entrega do palacete à família, mas possivelmente posterior a abril do mesmo ano, pois neste mês Joaquim Maria Leite esteve em Estarreja em visita aos irmãos, ao pai e as obras do palacete<sup>740</sup> –, a construção contou com o emprego dos melhores materiais, entre eles madeiras naturais da Amazônia<sup>741</sup>, descrito – e em seguida ilustrado – como

Um palacete romântico em estilo neoclássico, ao gosto da burguesia endinheirada da época, de construção cuidada. Neste aspecto é de notar o tratamento dos alçados e, em especial, da fachada em cantarias de granito demarcando toda a fenestração, conijas, cunhais, etc. interiormente é de destacar a riqueza de execução dos tetos e pavimentos, estes últimos em madeiras exóticas diretamente importadas do Brasil. A cobertura, em telha francesa, é rematada por platibandas e compostas de três telhados em duas águas, com mansardas.

Desenvolvendo-se sobre uma planta simétrica em três pisos, dois principais e o vão do telhado destinado a arrumações e alojamento dos criados, o edifício caracteriza-se pela luminosidade e generosidade dos espaços a qual não é estranha a altura do pé direito, como é comum nas construções coloniais. as pinturas e frescos, o trabalho dos tetos em estuque e os “fingidos” das paredes imitando mármore e madeiras, são dignos de menção.

Na parte posterior existe ainda uma varanda corrida em toda a largura do edifício, suportada por pilares em ferro fundido<sup>742</sup>.

### **Imagem 46**

#### **Planta do palacete de Joaquim Maria Leite, em Estarreja.**

---

<sup>739</sup> PEIXOTO, Paula Torres. *Palacetes de brasileiros no Porto (1850-1930) – Do estereótipo à realidade*, op. cit.

<sup>740</sup> BNP, *Mala da Europa*, 24 de abril de 1904.

<sup>741</sup> BNP, *Jornal de Estarreja*, 13 de dezembro de 1938.

<sup>742</sup> Câmara Municipal de Estarreja/, setor de Serviços Técnicos.



Fonte: Câmara Municipal de Estarreja, setor técnico.

A casa de Joaquim – predominantemente em *Art Nouveau* – acompanhava a tendência da construção civil daqueles retornados endinheirados, especialmente do Brasil, que buscavam inspirações arquitetônicas fora do ambiente português, na perspectiva de diferenciação. Fosse para instalação permanente ou temporária – como era o caso dos Leite – buscou-se com a construção alcançar uma posição de prestígio junto ao conjunto social circundante, na qual transluzisse os usufrutos dos proprietários<sup>743</sup>.

À vista disso, a ideia de ostentação transpassada sobre a casa, foi fortalecida pelo desejo de modernização dos seus entornos. Em nota no *Jornal de Estarreja*, o redator tomava a residência edificada por Joaquim como importante fator de progresso, e sua morada – mesmo que temporária naquela vila – criava expectativas sobre a aplicabilidade de sua fortuna em prol de empresas e obras de caridade<sup>744</sup>. Era, no entanto, um ideal há muito difundido em torno do *brasileiro* de torna viagem, os quais para Jorge Alves, no

<sup>743</sup> Para uma leitura mais ampla sobre as construções de *brasileiros*, a partir do olhar da Arquitetura, Cf. TAVARES, Domingos. *Casas de Brasileiros – Erudito e popular na arquitectura dos torna-viagem*. Porto: Dafne Editora, 2015.

<sup>744</sup> BNP, *Jornal da Murtosa*, 07 de maio de 1904.

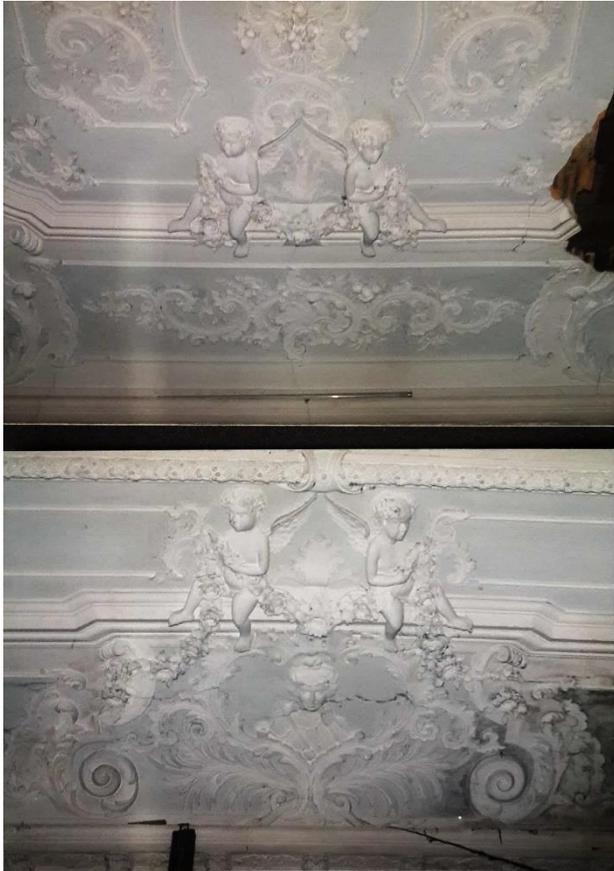
instante em que rompiam com o horizonte paroquial e em contato com novas paisagens, tornaram-se “construtores de modernidade”<sup>745</sup>, que para nós se concretizava tanto na mudança dos costumes, quanto na arquitetura da moradia.

---

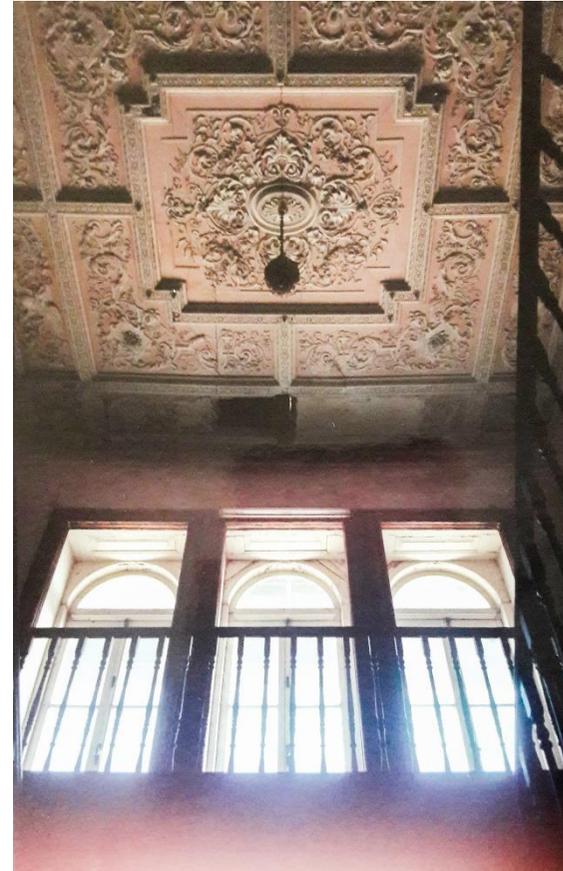
<sup>745</sup> Alves, Jorge Fernandes. *Variações sobre o “brasileiro” – Tensões na emigração e no retorno do Brasil*, op. cit., p. 21.

**Imagens internas do palacete, anteriores a reforma atual**

**Imagem 47**



**Imagem 48**



Fonte: acervo pessoal de António Augusto Silva, pesquisador e escritor de Estarreja.

**Imagem 49**



Fonte: Acervo pessoal de António Augusto Silva, pesquisador e escritor de Estarreja.

**Imagem 50**

**“Palacete dos Leite”, atual Biblioteca Municipal de Estarreja**



Fonte: a autora (2017).

Demonstrar a riqueza em forma de imóveis não foi exclusivo de Joaquim Maria, seu irmão Ângelo Amador Leite também possuía uma opulenta construção chamada “Quinta de São Gonçalo”. Comuns à região Norte de Portugal, estas construções não somente transformaram a paisagem social regional, como também apregoaram os novos horizontes vividos e as novas fronteiras<sup>746</sup>.

### Imagem 51

#### Quinta de São Gonçalo, de Ângelo Amador Leite



Fonte: acervo pessoal de António Augusto Silva, pesquisador e escritor de Estarreja.

Embora tenha demonstrado maior circularidade e engajamento na sociedade de origem, o que poderia indicar maior interesse ostentatório, Ângelo escolhera um lugar mais simples para habitação. Sobre esse habitar, é importante destacarmos que as casas somente serviam de

---

<sup>746</sup> MONTEIRO, Miguel. “O Público e o Privado”. In: *O Brasileiro de Torna Viagem*, Lisboa, CNCDP – Portugal, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2000, p. 1.

moradia aos proprietários em suas visitas a Estarreja, já que a residência fixa dos irmãos continuava ser no Pará, oscilando também no território do Acre.

As viagens de Joaquim Maria Leite à Portugal parecem ter sido pontuais, especialmente entre 1904 e 1905, quando a maior parte das movimentações estava atrelada ao tratamento de saúde de Maria Ursulina de Pontes Leite, sua esposa. Ao longo de várias edições os periódicos *Jornal de Estarreja*, *Jornal da Murtosa*, *Povo da Murtosa* e *Mala da Europa* noticiavam a chegada de Joaquim e da esposa que, tão logo chegavam a Portugal, partiam para Paris onde Maria Ursulina realizava o tratamento de doença não mencionada em nenhum dos registros.

Acreditamos que o ano de 1904 tenha sido um dos mais intensos para Joaquim e Maria Ursulina, que chegados a Estarreja em maio de 1904, logo partiram à Paris. Em agosto é registrado que Joaquim voltara em Estarreja para visitas à família, porém logo regressou à capital francesa onde a esposa havia permanecido em tratamento médico<sup>747</sup>. Ao que tudo indica, apenas Joaquim teria retornado ao Pará em novembro de 1904, na companhia de seu cunhado Manoel Valente de Almeida, saindo por Lisboa<sup>748</sup>. Em rara menção, chegado em Estarreja em maio de 1910, Joaquim e a esposa vieram acompanhados do irmão mais novo João Antônio Amador Leite<sup>749</sup>, que não retorna ao Pará junto deles, pois em nota do *Concelho de Estarreja*, apenas Joaquim e a esposa embarcaram no *Anselm* com destino a Belém<sup>750</sup>.

As viagens de Joaquim que já eram discretas, ficaram ainda mais espaçadas após o falecimento de Maria Ursulina em outubro de 1912 no Pará, fato que teria causado grande desgosto ao comerciante e teria interferido em suas viagens, tanto para Portugal quanto para os sertões amazônicos, talvez esse espírito de tristeza justifique os hiatos no nome de Joaquim entre as atividades sociais da colônia e entre os grupos de comerciários locais. Comportamento distinto ao do irmão Ângelo.

As chegadas de Ângelo em Estarreja se agruparam entre 1903 e 1915, concentrando as estadias entre os meses de verão – nos quais realizava várias atividades recreativas típicas do concelho – e o início do outono, também oportuno momento para estar com os filhos que estudavam em Portugal e que, costumeiramente, eram parabenizados nos jornais de Estarreja por suas aprovações, como quando Eurico e Jorge foram abonados no exame do 2º grau de instrução primária na Escola Nacional de Lisboa, e Ângelo foi nomeado como “pai extremoso

---

<sup>747</sup> BNP, *Jornal da Murtosa*, 27 de agosto de 1904.

<sup>748</sup> BNP, *Jornal da Murtosa*, 26 de novembro de 1904.

<sup>749</sup> BNP, *Jornal de Estarreja*, 14 de maio de 1910.

<sup>750</sup> BNP, *Concelho de Estarreja*, 12 de novembro de 1910.

e amigo do progresso intelectual dos filhos<sup>751</sup>. Todavia, o empenho dos pais em garantirem educação qualificada aos filhos era comum entre muitos retornados, entre os quais muitos eram analfabetos ou tinham apenas a instrução primária. Desse modo, ao emigrante dotado de capital econômico o financiamento dos estudos, preferencialmente na Europa, era estratégico para igualmente aglutinar em torno do nome de sua família ainda mais símbolos de distinção, superando cenários de miserabilidade e exclusão nas sociedades de origem.

Essa disposição temporal das viagens não era uma peculiaridade de Ângelo, ao contrário, estes meses eram ideais ao retorno temporário dos emigrados, em grande medida dos endinheirados, pois eram nestes dias que as maiores festas religiosas dos concelhos se realizavam – como dos Santos Populares Antônio, João e Pedro, além de outros de cultos mais locais, porém igualmente importantes –, e com elas a oportunidade destes retornados demonstrarem seus capitais econômicos como patronos dos festejos.

Entre os diversos registros em periódicos, encontramos Ângelo Amador financiando importantes festejos religiosos em Estarreja, precisamente na região litorânea da Torreira – atualmente uma das freguesias que compõem o concelho da Murtosa – com culto a São Paio, e na freguesia de Salreu com as comemorações em honra a São Sebastião e Santo Antônio. Como ilustramos nas notas seguintes.

- Também está naquela aprazível praia o ilustre comerciante paraense e respeitabilíssimo filho deste concelho, sr. Ângelo Amador Leite, que muito contribuiu para que os festejos ao popular S. Paio da Torreira<sup>752</sup> atingissem neste ano um brilho desusado<sup>753</sup>.

- Salreu, 21-6-911.

As festas do mártir S. Sebastião e Santo Antônio, decorreram brilhantíssimas. A “União Salreu – Estarrejense”, houve-se distintamente. Esta filarmônica muito tem progredido ultimamente, devido aos valiosos auxílios do ilustre estarrejense sr. Ângelo Amador Leite, a quem o povo nessas festas saudou entusiasticamente<sup>754</sup>.

---

<sup>751</sup> BNP, *O Jornal de Estarreja*, 21 de agosto de 1909, página 2.

<sup>752</sup> As comemorações a São Paio na Torreira é uma das mais antigas manifestações religiosas da região, e tradicionalmente a romaria é feita por via aquática, cujas águas são coloridas pelos tradicionais barcos moliceiros distribuídos em regatas. As comemorações ao jovem mártir ainda incluem um concurso de painéis dos barcos moliceiros, uma corrida de “bateiras” uma embarcação típica de pesca e uma bonita contemplação de fogos de artifícios. Uma das razões que terá contribuído para a popularidade da festa é o facto de o Santo ser molhado em vinho: no passado, por altura da festa, a imagem do Santo era colocada ao lado de uma tina de vinho na qual eram depositadas oferendas (tudo aquilo que os pescadores consideravam de valor). Após isto, banhavam a imagem com esse vinho, provavelmente como resultado da embriaguez dos crentes nestes dias festivos. Apesar deste ritual já não se realizar, o Santo continua a ser visto pela população como o *Santo Bêbado*. Para mais detalhes sobre a tradição, cf. [http://www2.dlc.ua.pt/etnografia/sao\\_paio\\_da\\_torreira.htm](http://www2.dlc.ua.pt/etnografia/sao_paio_da_torreira.htm), acessado em 30 de outubro de 2020.

<sup>753</sup> BNP, *O Jornal de Estarreja*, 11 de setembro de 1909, página 2.

<sup>754</sup> BNP, *O Jornal de Estarreja*, 24 de junho de 1911, página 2.

Estas ocasiões festivas de cunho religioso costumavam solicitar aos emigrantes, providos de mais recursos, um expressivo investimento suficiente para sustentar não apenas as viagens em si, mas as manifestações locais que lhes agregassem símbolos de riqueza e ostentação junto à comunidade.

Para muitos retornados estes episódios de financiamento das solenidades religiosas – além da perspectiva da evidência pessoal ou familiar – era igualmente caracterizada pela ideia de retribuição, condição alinhada a concepção de *dádivas*, sustentada sobre três princípios essenciais: o de *dar, receber e retribuir*<sup>755</sup>, do mesmo modo alinhada a ideia da reciprocidade, lógica que, embora tenha sido elaborada sobre observações pontuais em sociedades ditas arcaicas, abrem margem à reflexões atemporais, inclusive nas sociedades ocidentais contemporâneas. Embora o *dar* por parte de Ângelo estivesse atrelado essencialmente a um capital econômico, pelo financiamento total ou parcial dos festejos religiosos em sua terra natal, a retribuição desta não viria da mesma forma com que foi aplicada, ou seja, não havia um retorno econômico, mas sim de cunho simbólico, cuja dependência se tornara mais duradoura que a material, sustentada sobre a ideia do *favor*, pago em diversas notas de agradecimento nos periódicos locais, uma exposição pública dos apoios recebidos do retornado agradecido. Dessa forma, é possível pensarmos que por parte do doador era indispensável despender gratuitamente de certa quantia para que, em troca, a revesse simbolicamente, podendo forjar, inclusive, relações de dependência por parte das comunidades religiosas locais<sup>756</sup>.

O suporte financeiro – na perspectiva do retribuir à comunidade de nascimento uma parcela da riqueza alcançada – a partir de Ângelo não se limitou direta e somente aos festejos. Indiretamente, dispensou parcela de seu capital à construção e remodelação de estruturas igualmente necessárias, entre a construção de logradouros, capelas, e torres, como realizou na Capela de São Lourenço de Pardelhas, na freguesia da Murtosa. Prestações igualmente divulgadas nos periódicos mais importantes de Estarreja, abaixo.

**Ângelo Amador Leite.** Já começaram os trabalhos de construção da torre para relógio junto à capela de S. Lourenço de Pardelhas, a expensas desse ilustre patricio comerciante no Pará, ela sua dedicação à grande terra da Murtosa, onde nasceu. Esse melhoramento era muito sentido ali, naquele importante centro comercial. Parabéns, pois ao povo da Murtosa, que deve congratular-se com o ter um amigo de tão bela ação<sup>757</sup>.

<sup>755</sup> MAUSS, Marcel, *Essai sur le don. Forme et raison de l'échange dans les sociétés archaïques*, Paris, PUF, 2007 (Trad. Bras. Paulo Neves. São Paulo, Cosac Naify, 2003).

<sup>756</sup> COSTA, Joaquim. Festas religiosas, emigração e ostentação no Alto Minho. Évora, 1990, página 20.

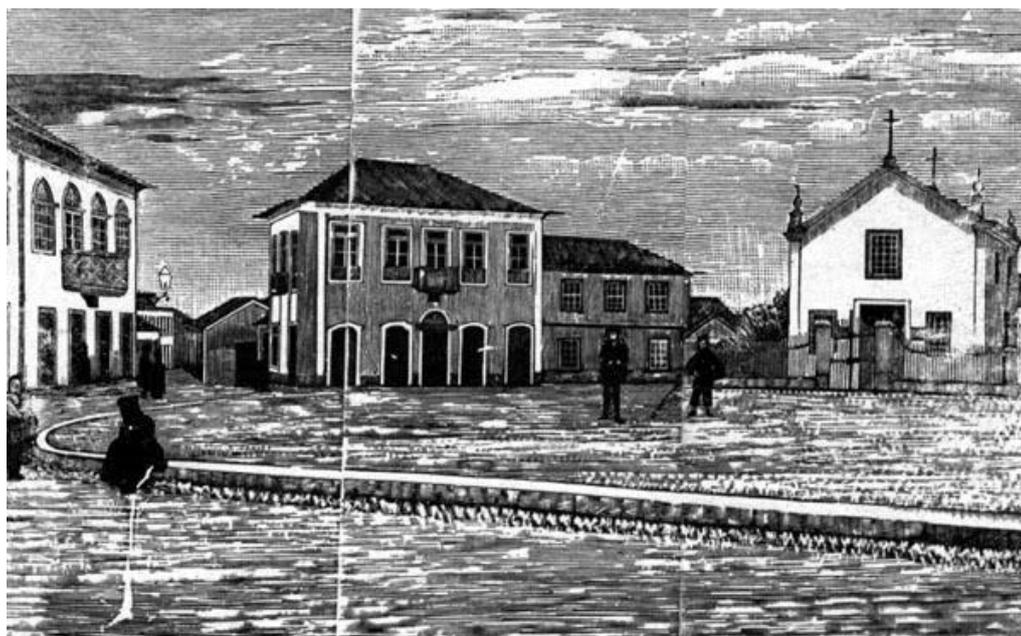
<sup>757</sup> BNP, *O Jornal de Estarreja*, 12 de janeiro de 1905, página 2.

Ilustrou-se o 1º número de *O Povo da Murtosa* com retrato de nosso simpático patricio senhor Ângelo Amador Leite, a propósito não só do melhoramento que ele deu à Murtosa – a linda torre com relógio na praça de Pardelhas, mas a propósito também de que Ângelo Amador Leite é um dos espíritos que melhor tem sabido honrar o nome português no Brasil. justo início de homenagem, pois teve o “*Povo da Murtosa*”<sup>758</sup>.

### Imagem 52

**Capela de São Lourenço de Pardelhas anterior a edificação da torre**

**(edifício branco à direita da imagem)**



Fonte: <http://historia-estareja-murtosa.blogspot.com/2009/11/pequeno-apontamento-sobre-capela-de-s.html>

---

<sup>758</sup> BNP, *O Jornal de Estareja*, 10 de agosto de 1905, página 2.

### Imagem 53

#### Capela de São Lourenço de Pardelhas edificada a torre (1909)



Fonte: <http://historia-estarreja-murtosa.blogspot.com/2009/11/pequeno-apontamento-sobre-capela-de-s.html>

Assim sendo, a construção da torre junto ao importante patrimônio religioso e moral da comunidade de Pardelhas, na Murtosa, avultou mais ainda a facilidade com que Ângelo Leite deslocava a riqueza acumulada para elementos visuais, que da mesma forma agregavam ao sujeito e ao sobrenome, destacada posição de ostentação e influência. Materialmente, também obteve autorização do governo municipal para construção de uma “doca de alvenaria na Ria d’Aveiro, próximo à Torreira a fim de servir de porto abrigo duma lancha a vapor adquirida no estrangeiro”<sup>759</sup>, estrutura para seu próprio usufruto.

As intervenções de Ângelo foram além. Nos meses de verão, além de ir aos banhos na praia da Torreira<sup>760</sup> com a família<sup>761</sup>, onde possuíam – pelo menos – uma quinta e uma casa<sup>762</sup>, em um extenso terreno e pinhal, que ao Norte confrontava com terras de João Antônio Leite; ao Sul com a mata de São Jacinto; ao nascente para a Ria; e o poente para o areal público<sup>763</sup>,

<sup>759</sup> BNP, *O Concelho de Estarreja*, 14 de julho de 1906, página 3.

<sup>760</sup> Outras fontes indicam que nos verões, os Leite passavam férias no palacete da família Sebolões, importantes agentes da pesca na região litorânea da Torreira, propriedade que foi destruída pelo mar em 1908, In: PEREIRA, Marco. *Breve História...* op. cit., p. 36.

<sup>761</sup> BNP, *O Jornal de Estarreja*, 17 de setembro de 1903, página 3.

<sup>762</sup> BNP, *O Jornal de Estarreja*, 30 de junho de 1932.

<sup>763</sup> Informações avulsas dispostas no acervo pessoal de Antônio Augusto Silva, pesquisador e escritor de Estarreja.

Ângelo era responsável por organizar caçadas nas áreas circundantes a Estarreja e fora do distrito. Em agosto de 1903, passado o defeso das espécies silvestres, promoveu uma caçada para Leirosa – área pertencente a Figueira da Foz, Coimbra – onde abateu 77 codornizes<sup>764</sup>. Às vésperas de retornar ao Brasil, em novembro do mesmo ano, lhe foi oferecida uma excursão venatória nos montes de Santo Amaro, Beduído e Loureiro, por ser o comerciante um “distinto aficionado desse gênero de esporte”, onde foi acompanhado por uma dezena de outros caçadores e amadores, junto de suas matilhas. Em retribuição, ao fim da caçada, Ângelo ainda oferecera um jantar a “todos esses seus amigos em Santo Amaro”<sup>765</sup>.

A espetacularização engendrada sobre o capital econômico da Leite & Companhia na Amazônia alcançou, decerto, grande vulto no financiamento dos populares festejos de Carnaval e da Batalha das Flores<sup>766</sup> nos meses de março em Estarreja, onde tanto Ângelo Amador quanto Joaquim seguiram amealhando prestígio. Festejos que ainda hoje colocam Estarreja como importante centro social e cultural das celebrações de Carnaval – também chamado de “entrudo” –, reunindo milhares de participantes anualmente, com escolas de samba/músicas, desfiles e feiras locais.

A história dessa famosa festa estarrejense circunscreve o início do século XX, quando grupos de populares saíam às ruas timidamente, com intuito de denunciarem as adversidades sociais, para outros mais abastados restavam desfiles mais luxuosos com bailarinos profissionais. Para Andreia Tavares, os primeiros cortejos documentados em Estarreja são de 1900, quando os cortejos saíam de Fermelã até a Torreia, à beira mar<sup>767</sup>. Dentro dos tradicionais festejos, existia um desfile de grande aparato chamado “Batalha das Flores”, no qual carros alegóricos com grandes e luxuosas ornamentações desfilavam nas ruas, e nestas as janelas das casas também recebiam adornos floridos, e quanto mais cores e brilhos as janelas apresentavam, maior era o prestígio daquela residência. Todavia, após os festejos de 1903, em resposta a

---

<sup>764</sup> BNP, *O Jornal de Estarreja*, 20 de agosto de 1903, página 2.

<sup>765</sup> BNP, *O Jornal de Estarreja*, 05 de novembro de 1903, página 2 e 3.

<sup>766</sup> Segundo relatos pessoais do pesquisador e escritor de Estarreja António Augusto Silva, as Batalhas de Flores eram uma forma diferente de celebrar o carnaval, por vezes os Administradores do Concelho proibiam as formas menos corretas e excessivas de festejar o mesmo, como sujar as pessoas atirando as mais diversas coisas, e daí esta forma diferente e mais limpa de brincar. O administrador chegava a dar ordem para que as lojas de bebidas não abrissem nesses dias, ou tivessem horário limitado.

Tratava-se de um desfile com carros puxados a cavalos, bois e posteriormente automóveis. Os carros eram decorados ao gosto de cada grupo e encima iam jovens - principalmente meninas - bem vestidas e até mascaradas. As flores eram o objeto de arremesso dos carros e para os carros.

<sup>767</sup> TAVARES, Andreia. Carnaval de Estarreja: das comemorações populares às Batalhas das Flores. In: *Terras de Antuã – Histórias e Memórias do Concelho de Estarreja*. Nº 9, ano 9, 2015, pp. 67-78, p. 67.

alguns excessos nas comemorações e menções à Igreja Católica em forma de crítica social, a Batalha das Flores foi suspensa do calendário carnavalesco de Estarreja.

Retomada em 1911, pelo presidente do Clube Pardilhoense, Antônio Joaquim de Rezende, a Batalha das Flores “em força”, contou com uma “figura distinta”, a de Ângelo Leite, a época proprietário, possivelmente, do único automóvel em Estarreja. Para assistir a Batalha das Flores de 1911, promovida pelo “Grêmio de Estarreja”, que tinha como presidente nosso personagem em questão, Ângelo,

Veio gente de todas as freguesias deste concelho. Dois automóveis, um apresentado pelo sr. Ângelo Leite, a **alma desta diversão**, e outro pelo sr. administrador do concelho, sr. Alberto Souto, e alguns carros [movidos a tração animal], fizeram uma figura distinta. Enfim, a época carnavalesca entre nós correu muito animada e dentro da lei, da prudência e da civilidade, imposta pelo ilustre administrador do concelho<sup>768</sup>.

No ano seguinte, também organizada pelo “Grêmio de Estarreja” a Batalha das Flores,

Excedeu toda a expectativa, tal o valor que a refrega atingiu. De muitas janelas desciam nuvens de flores a que correspondiam com intrepidez os fornecimentos dos carros, alguns dos quais pareceram artisticamente enfeitados, salientando-se a charrete do sr. dr. Ernesto Carrão, ornamentada a crisântemos verdes e amarelos, e o automóvel do sr. Ângelo Leite engalanado a rosas e verdura<sup>769</sup>.

Era inevitável que tanto o Carnaval quanto a Batalha das Flores, não agregasse maior visibilidade a Ângelo Leite, à sua trajetória e projeção social. Mais ainda, sendo Ângelo – em 1911 – presidente do “Grêmio de Estarreja” mesmo não mantendo residência fixa em Estarreja, demonstra o quanto, simbolicamente, o comerciante garantia contorno de autoridade na comunidade natal, a partir do capital econômico acumulado. No mesmo ano, o comerciante ainda financiou todas as despesas da comemoração do 1º aniversário de implantação da República em Portugal, organizada por uma “comissão de patriotas de Estarreja”, que na ocasião distribuíram a 30 pobres “um bodo com meio quilo de arroz, meio quilo de bacalhau, meio quilo de pão, meio de batatas e 40 réis cada um”<sup>770</sup>.

---

<sup>768</sup> BNP, *O Jornal de Estarreja*, 04 de março de 1911, página 2.

<sup>769</sup> BNP, *O Povo da Murtosa*, 19 de fevereiro de 1912, sem paginação.

<sup>770</sup> BNP, *Concelho de Estarreja*, 07 de outubro de 1911.

Operações que permitiam conciliar tanto estratégias individuais, quanto coletivas, fosse em nome da família ou das instituições que passaram a representar.

Depois de anos viajando anualmente à Estarreja, onde permaneciam por meses em visita, as excursões dos irmãos passaram a registrar menos frequência nas notas de chegada, decréscimo sentido a partir de 1910. Para Joaquim Maria Leite, notadamente 1912 foi um ano de desgosto pelo falecimento da esposa, o que pode ter influenciado na redução das viagens à Portugal. Quanto a Ângelo Amador a redução nas viagens à Estarreja, provavelmente, não se devia a questões pessoais, mais sim a instabilidade do mercado internacional da borracha silvestre amazônica que dava sinais de desgaste.

Era o início de um estado extremo que afetaria toda a cadeia produtiva amazônica, em escala maior aqueles em que os negócios eram integralmente dependentes da borracha. Um período em que os irmãos Amador Leite “sumiram” dos espaços habituais, reaparecendo em poucos momentos, de maneira pontual.

#### **4.4 – Teria sido esse o momento derradeiro?**

Com seguidos anos de valorização firme e gradativa nas cifras de negociação, se esperava que a borracha adentrasse ao novo século alcançando uma das maiores altas no mercado internacional, estimulando ainda mais investimentos em sua cadeia produtiva, desde os grandes capitalistas aos pequenos comerciantes. Entretanto, em maio de 1910, segundo Bárbara Weinstein, a febre pela borracha estagnou, e o que parecia ser temporário como todos os episódios passados de crises pontuais da economia gomífera, se estendeu ao longo de meses, atingindo a menor cotação já vista no mês de novembro do referido ano, num total de um dólar e vinte centavos o quilo.

O motivo maior do estancamento era o mesmo que levaria ao colapso da borracha amazônica nos anos seguintes: os investimentos asiáticos na pesquisa e implantação da espécie em seu território estavam dando resultados, e as plantações da *hévea* no referido continente começavam a fornecer borracha ao mercado internacional, por fim consolidando as bases financeiras deste novo modelo de cultivo, concomitante ao enfraquecimento da economia da borracha silvestre<sup>771</sup>. Essa condição foi agravada pela rudimentar cadeia de aviamentos em torno da borracha silvestre, controlada por elites talvez pouco interessadas em implementar

---

<sup>771</sup> WEINSTEIN, Bárbara. *A Borracha na Amazônia*, op. cit., pp. 241 – 243.

modernos métodos de produção e tratamento dos trabalhadores nos sertões, os seringueiros. A crise da borracha, por fim, teria sido desencadeada pela aliança indissociável entre as contradições internas e externas ao sistema clássico de aviamento<sup>772</sup>.

Empresários e botânicos britânicos há tempos estavam dedicando trabalhos a plantações da seringueira na Ásia e, por fim, tiveram êxito não apenas na domesticação do cultivo das árvores de borracha, também no aparelhamento de um plantio em larga escala. De imediato muitos foram os interessados em garantir prosperidade com a goma, fato que elevou seus valores em todo o setor industrial, e provocou a consolidação de novas bases financeiras à nova economia de cultivo, abatendo os negócios na Amazônia<sup>773</sup>. O clássico escrito sob encomenda de Epaminondas Jácome, prefeito do Vale do Rio Acre em 1911, a ser enviado em formato de relatório ao governo federal no Rio de Janeiro, já alertava sobre a necessidade dos coronéis e dos respectivos governos amazônicos mudarem a organização da cadeia de aviamento da borracha, sustentada sobre um formato caro, muitas vezes pouco lucrativo, enfraquecido ainda mais pelo excessivo endividamento de seus agentes.

Em contrapartida, a capacidade produtiva dos asiáticos era impressionante, resultado de processos avançados de cultivo que envolviam a aclimatização, a plantação em série e finalmente a exploração, etapas que remetiam aos avançados processos fabris da Europa, Japão e EUA. Epaminondas Jácome acreditava que ao adentrar 1910 o volume de seringueiras cultivadas na Ásia superava as silvestres, e por isso numerosos investidores estrangeiros retiraram seus investimentos da Amazônia, desencadeando escassez de recursos e fuga de capitais dos centros de Manaus e Belém. O autor afirmou ainda que só em 1910, 160 firmas internacionais tinham deixado Belém e Manaus<sup>774</sup>.

Esse “sistema fabril das seringueiras” célere e eficiente superou facilmente outro grande empecilho da produção de borracha silvestre: as difíceis navegações na bacia dos rios Purus e Acre, principais rotas do grande centro produtor acreano para os núcleos comerciais de Manaus e Belém. Os agentes das casas de aviamento reclamavam constantemente dos altos fretes pagos entre o Acre e os centros comerciais ao Leste. Os aluguéis de vapores incluíam desde a navegação com mais de mil quilômetros em rios caudalosos, até as constantes ameaças por piratas. Transportes caros e ainda mais deficientes no verão, quando naturalmente as bacias do Purus e Acre secavam, e no lugar dos vapores, os seringalistas eram obrigados a providenciar

---

<sup>772</sup> KLEIN, Daniel da Silva. *A borracha no Acre: Economia, Política e Representações (1904-1945)*, op. cit., p. 115.

<sup>773</sup> WEINSTEIN, Bárbara. *A Borracha na Amazônia*, op. cit., p. 243.

<sup>774</sup> KLEIN, Daniel da Silva. *A borracha no Acre...*, op. cit., p. 109-112.

balsas para o transporte da borracha dos sertões, cuja força motriz era apenas a correnteza. Especialmente sobre as balsas, o custo da produção de borracha se tonava ainda mais caro, com lenta execução e demandando um número elevado de trabalhadores para o abastecimento da embarcação<sup>775</sup>. Estas limitantes ao longo do Purus e do Acre já haviam sido exploradas por Euclides da Cunha em 1907, tratando especialmente do Purus como o “rio abandonado”, remetendo-o as

“terras caídas” das quais resultam sempre duas sortes de obstáculos: de um lato, o inextricável acervo de galhadas e troncos que se entrecruzam à superfície d’água, ou irrompem em pontas ameaçadoras, do fundo, e de outro as malhas argilosas, ou agilo arenosas, que a corrente pouco veloz não dissolve, permitindo-lhes acumularem-se nas minúsculas ilhotas dos “torrões”, ou, mais prejudiciais, nos rasos bancos compactos dos “salões”, apropriando a passagem dos mais diminutos calados<sup>776</sup>.

Embora a crise fosse ameaçadora, poucas medidas se mostraram eficazes à contenção ou, pelo menos, amenização do desastre maior. Em mensagem enviada ao Congresso Legislativo do Pará, em 1910, o governador dr. João Antônio Luiz Coelho conta de uma convocação feita pela nascente Associação Comercial do Amazonas aos diversos governos amazônicos, com objetivo de trocaram ideias a respeito das medidas a adotar para o desenvolvimento e favorecimento das suas indústrias, entre as quais a da borracha, que ocupava lugar culminante entre aquelas. Enviando os representantes do Pará, a principal nota em discussão foi sobre quais decisões tomar em face do perigo ameaçador à indústria da borracha, sobretudo pela plantação de seringueiras do Oriente<sup>777</sup>. Apesar dos esforços, a convocação não alcançou êxitos aparentes.

Com baixa competitividade no mercado internacional e drástica queda nas cotações, o passo seguinte a derrocada da economia amazônica foram as falências, que alcançaram maior índice em 1913, após prejuízos atribuídos a infeliz safra de 1912. Ainda ao longo de todo ano de 1914 se apresentaram falências grandiosas de firmas nunca imaginadas nesta conjuntura, como a renomada B. A. Antunes – propriedade do português Bernardo Antônio Antunes, o Visconde de Nazaré – que junto de Melo & Cia., Cerqueira Lima & Cia., Martins & Abreu, e Pereira Bessa & Cia., forçaram o Banco Comercial do Pará a interromper a distribuição de

---

<sup>775</sup> Idem, p. 121-126.

<sup>776</sup> CUNHA, Euclides da. Rio Abandonado (O Purus). In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, Tomo LXVIII, parte II, 1907, p. 386. Disponível em [https://drive.google.com/file/d/0B\\_G9pg7CxKSseV9CQTVVMHRqZGs/view](https://drive.google.com/file/d/0B_G9pg7CxKSseV9CQTVVMHRqZGs/view).

<sup>777</sup> PARÁ – Mensagem dirigida em 7 de setembro de 1910 ao Congresso Legislativo do Pará pelo dr. João Antônio Luiz Coelho, Governador do Estado. Belém, Imprensa Oficial do Estado, 1910, pp. 37-38.

dividendos, já que tais bancarrotas deixavam um arrombo de 4.000\$000 contos (249.781 £) em seus cofres<sup>778</sup>.

Os maiores empresários da borracha regional experimentaram quedas dramáticas em seus capitais, e páginas inteiras com anúncios de leilões de joias, junto de seringais e vapores se tornaram habituais<sup>779</sup>. Em mensagem dirigida ao Congresso Legislativo do Estado do Pará, em 1913, o governador Éneas Martins enfatizava o sofrimento do comércio local em função da baixa no principal produto de exportação e do regime de desequilíbrios que vinham acumulando, destacando, porém, que nenhuma providência a tempo havia sido tomada para remediar os déficits. No ano anterior, a borracha fina de maior qualidade rendia em números 5:000\$050 réis/kg (333 £), no mesmo mês em 1913 rendia 4:000\$275 réis/kg (266£). O sernamby que no mesmo mês em 1912 foi cotado a 3:000\$510 réis/kg (200 £), em 1913 não rendeu mais de 2:000\$190 réis/kg (133 £)<sup>780</sup>. Dessa forma, mesmo com significativos carregamentos vindos dos sertões amazônicos – vejamos que só em fevereiro de 1912 o acumulado de borracha vinda à Leite & Company chegou a mais de 44 mil quilos – os valores com que era negociada se mantiveram em queda. A maior alta nas cotações médias anuais da borracha em Belém foi a mesma em 1910, quando marcou 10\$050 mil réis por quilo. Desde então a média da borracha fina não ultrapassou os 5\$705 mil réis por quilo, valor alcançado em 1911, chegando à infeliz marca de 2\$400 mil réis por quilo, em 1920<sup>781</sup>.

Considerando os volumes de produção no quase romper da década de 1920, enquanto o Brasil, subentende-se a Amazônia, produzia 34.285 toneladas da borracha silvestre, a Ásia produzia 381.860 toneladas da cultivada. Uma infeliz comparação entre o sistema extrativista e mercantil da atividade gomífera amazônica, de base empírica, contra os processos científicos, com moderno ordenamento e estilos avançados da heveicultura asiática. O despencar dos números também foi visto nas receitas provinciais, cuja média anual decresceu em menos de cinco anos, passando de 72.771 contos de réis em 1910, para somente 29.332 contos de réis no ano de 1915, regredindo ainda mais em 1920 para 19.720 contos de réis<sup>782</sup>.

O desabar da economia regional assentada na borracha igualmente refletiu nos envolvidos no sistema de exploração silvestre, muitos destes ainda crentes na superação de mais

---

<sup>778</sup> WEINSTEIN, *A Borracha na Amazônia*, op. cit., p. 263.

<sup>779</sup> Idem, p. 261-263.

<sup>780</sup> Mensagem dirigida ao Congresso Legislativo do Pará, pelo governador Éneas Martins. Belém: Imprensa Oficial do Estado do Pará, 1913, p. 41-43.

<sup>781</sup> SANTOS, Roberto. *História Econômica da Amazônia, (1800-1920)*. São Paulo, T.A. Queiroz, 1980, p. 214.

<sup>782</sup> Idem, pp. 193-237.

uma crise. No caso dos irmãos Leite foi notória a lacuna nos jornais de Estarreja sobre a comum visita anual dos ilustres conterrâneos, bem como o financiamento de obras e festejos.

Com o esgotamento ainda se estendendo ao longo da década de 1920, medidas trágicas foram tomadas para que a empresa pudesse honrar com suas dívidas, e garantir o funcionamento – mesmo em menor escala – visto que seguia atuando nos territórios do Acre e do Amazonas, ainda que com reduzida lucratividade. Talvez a ação mais dolorida para os comerciantes naturais de Estarreja tenha sido a venda de algumas das propriedades na vila natal, que não apenas expressavam a reconfiguração do urbanismo português a partir do século XX, também falavam da vida e reputação construída pela família Amador Leite em Belém, provavelmente saídos sob o estigma de emigrantes, aquele de terceira classe, empregado, com poucas expectativas reais de sucesso, que finalmente tinham alcançado um êxito pouco visto nos arredores, e melhor, levaram à terra natal parte de toda essa prosperidade. O famigerado palacete de Joaquim Maria Leite, ao centro de Estarreja e geograficamente imponente aos arredores, precisou ser vendido em setembro de 1921, tendo como comprador o advogado, Jaime Duarte Silva, do concelho de Aveiro, que também arrematou o terreno com pinhais na costa da Torreira, compras no valor de 6.900 escudos.

A esta altura, embora os irmãos tivessem reduzido drasticamente suas circulações entre os meios sociais da capital do Pará – reduzindo também nosso acesso a novas informações sobre suas trajetórias inter-regionais e transatlânticas –, seguiram mantendo certo prestígio, prova disso foi o título de “comendador” concedido a Joaquim Maria Leite, que tomamos conhecimento em ocasião de uma visita à Rio Branco em março de 1920, registrada no jornal *Folha do Acre*, onde também é identificado como proprietário no “Acre amazonense” e sócio da Leite & Company Incorporated<sup>783</sup>. Em Belém, Ângelo Amador, em 1921, ocupava novamente a diretoria da Companhia de Seguros Comercial, junto de Antônio Faciola e Antônio Barbosa Rodrigues<sup>784</sup>. E foram esses os últimos registros públicos sobre os irmãos no Pará que localizamos nos periódicos, e em virtude dos episódios descritos de crise, ao longo de muitos anos lhes foi atribuída a falência da Leite & Company. No entanto, existem outras hipóteses.

Derradeiramente, Joaquim Maria Leite e Ângelo Amador Leite retornaram as páginas dos jornais locais e de sua terra natal a data de seus respectivos falecimentos. Ângelo falecera em 11 de novembro de 1931, aos 65 anos, fato noticiado pelo jornal *Progresso da Murtosa*,

---

<sup>783</sup> BNDB, *Folha do Acre*, 27 de março de 1920, edição nº 306, página 2.

<sup>784</sup> BNDB, *Estado do Pará*, 16 de março de 1921, edição nº 3594, página 1.

como segue, e igualmente no *Concelho de Estarreja*, edição de 21 de novembro, e no *Jornal de Estarreja*, em 27 de novembro.

O telégrafo comunicava-nos há dias <faleceu Ângelo Leite>. [...] Mais um murtoseiro ilustre e benemérito que a morte rouba a uma Terra que tanto precisa de filhos que lhes deem prestígio e renome! Ângelo Leite era realmente um homem que amava sinceramente o torrão natal. Ainda há meses nos escrevia: “Que pena eu tenho de **não estar agora em condições financeiras de auxiliar as obras** de que a Murtosa precisa e tu advogas e reclamas com tanto ardor e ...”. [...], mas a **má fortuna** não conseguiu roubar-lhe o afeto filial que consagrara à sua terra<sup>785</sup>.

Passagens como as que grifamos acima tendem a remeter a ideia de falência dos irmãos no Pará. Os grandes comerciantes enriquecidos com a borracha amazônica, *status* advogado por centenas de milhares de emigrantes portugueses à essas terras, agora não passavam de lembranças, memórias de um tempo áureo, um *Fausto*, que ironicamente não pôde sustentar todos os prestígios usufruídos por décadas. Todavia, embora marcado pela “má sorte” e a ausência de recursos financeiros suficientes, restava a gratidão da terra natal pelos beneficiamentos erguidos pelo capital multiplicado no Brasil, demonstrando, por fim, que o capital simbólico acumulado garantiu ao comerciante uma positiva recordação de seus atos.

No entanto, o inventário de Ângelo não indicava tanta má sorte em termos de patrimônio, já que a altura da abertura do documento em abril de 1932, o inventariante e filho do casal, Jorge Marcial de Pontes Leite, declarou como bens a inventariar em Belém: três terrenos com edificações e outro sem – apenas cercado – na Arcipreste Manoel Teodoro, outro terreno sem edificação a Rua de Santo Amaro medindo 31 x 58 metros, 213 ações da Companhia de Seguros Comercial, 50 ações da Fábrica de Cerveja Paraense, e saldos em poupanças no Banco do Brasil e no Banco Nacional Ultramarino<sup>786</sup>, não indicando, porém, a propriedade e nem participação na afamada empresa Leite & Company Incorporated. Igualmente não foram arrolados nos autos de inventário realizado no Brasil os bens em Estarreja, postos à venda em junho de 1932 pelo herdeiro Jorge de Pontes Leite, que correspondiam a duas terras lavradas e pinhais na Breja Longa, dois outros pinhas em Cardoso

---

<sup>785</sup> *Progresso da Murtosa*, 22 de novembro de 1931, informação acessada a partir do acervo pessoal de António Augusto Silva, pesquisador e escritor de Estarreja.

<sup>786</sup> CMA, Inventário de Ângelo Amador Leite, ano de 1932. Centro de Memória da Amazônia. 4º Ofício Civil – Cartório Ruy Barata.

e Barreiras, uma casa na Rua das Amoreiras, a casa e quinta de São Gonçalo, uma quinta e uma outra casa na Torreira<sup>787</sup>.

Três meses depois, era Joaquim Maria Leite que falecera, também em Belém, aos 70 anos de idade, como noticiado pelo *Jornal de Estarreja*.

**Joaquim Maria Leite.** Por lapso não temos dado a notícia da morte deste saudoso estarrejense, antigo comerciante no Pará, onde conquistou um alto nome, que honrava sobremaneira, a nossa colônia naquele Estado. Contava com 70 anos de idade. Sobreviveu apenas 3 meses de seu digno irmão Ângelo. O seu enterro foi uma grandiosa manifestação de pesar, a que se associaram todas as classes, principalmente a comercial, da qual ele era elemento de distinção<sup>788</sup>.

Após a morte de Joaquim, surgem as hipóteses sobre a aparente falência em torno de seu nome e de Ângelo. A altura de sua morte, Joaquim Maria Leite deixara dois filhos menores, frutos de seu segundo casamento no Pará. Segundo informações levantadas pela historiadora Tereza Tubby, e publicadas em seu artigo intitulado “Joaquim Maia Leite” na *Revista Terras de Antuã – Histórias e Memórias do Concelho de Estarreja de 2017* – a partir de relatos contados por um descendente direto da família –, a crise da borracha não levou os irmãos, e neste caso Joaquim à falência, pois seu importante patrimônio foi “roubado, no dia a seguir ao seu falecimento, ocorrido em 13 de fevereiro de 1932, por um sócio e familiar, que entrou em sua casa e levou todos os pertences de valor, entre eles escrituras e documentos de posse”<sup>789</sup>. A partir disso, os filhos menores de Joaquim teriam ficado sem parcela alguma das propriedades. A autora igualmente trouxe informações sobre a posse do seringal “Novo Encanto” as margens do rio Iquirí, ainda em nome de Joaquim Maria Leite, em junho de 1932<sup>790</sup>, e outras propriedades que embora fossem citados como propriedade dos “herdeiros” de Joaquim Maria Leite, que não correspondiam aos seus “descendentes”, seus filhos.

A história dos jovens irmãos na Amazônia brasileira, saídos de Estarreja em busca das aventuras e fortunas que o comércio da borracha prometia, parecia ter chegado ao fim, depois de uma longa jornada de experiências que permitiram agregar às suas trajetórias quase todas as

<sup>787</sup> BNP, *Jornal de Estarreja*, 30 de junho de 1932, informação acessada a partir do acervo pessoal de António Augusto Silva, pesquisador e escritor de Estarreja.

<sup>788</sup> BNP, *Jornal de Estarreja*, 03 de março de 1932, informação acessada a partir do acervo pessoal de António Augusto Silva, pesquisador e escritor de Estarreja.

<sup>789</sup> TUBBY, Teresa Cruz. Joaquim Maria Leite. In: *Terras de Antuã*, op. cit., p. 181.

<sup>790</sup> Idem, p. 181.

etapas da emigração, desde a saída simples e desimpedida da terra natal, ao sucesso profissional no país de acolhimento, os pomposos retornos marcados por grandes financiamentos locais, as edificações de patrimônios que exprimiam o êxito profissional transatlântico, e— como coube a tantos portugueses emigrados – chegar ao fim da vida de forma não tão exitosa, porém sem perder o prestígio, os símbolos de poder e influência construídos ao longo de seu curso.

Com a trajetória dos irmãos Amador Leite na Amazônia, buscamos demonstrar as diversas faces que demarcam a complexidade do processo imigratório, essencialmente de portugueses ao Pará. Uma série de solidariedades e animosidades que não apenas distinguem a história da imigração, como também reforçam a pluralidade dos eventos e a riqueza trazida pelas histórias pessoais e familiares daqueles que tanto acreditaram na prosperidade que a Amazônia poderia lhes oferecer. Os quais se fazem presentes na memória dos estarrejenses todas as vezes que alguém passa em frente ao faustoso palacete branco no centro do concelho, e escuta dos locais a história de orgulho dos filhos de Estarreja – e de Agostinho Leite – que trouxeram o Pará para mais perto deles, e que auxiliaram a pequena cidade a ser grande, de suas gentes e de suas memórias.

## Considerações Finais

Ao longo da produção desse trabalho, inúmeras vezes recorri as fotografias tiradas em Aveiro para recordar sobre os espaços mencionados nos inúmeros jornais consultados. Entre uma busca e outra, ver as fotografias da “Rua Belém do Pará” na cidade de Aveiro, ou receber um e-mail dos amigos pesquisadores residentes em Estarreja e Murtosa com curiosidades sobre o Pará, e em busca de informações sobre um nome e outro surgido entre as pesquisas, bem como mirando outros volumes de fontes que não couberam a esta tese, posso concluir que a pesquisa sobre a emigração de portugueses – sejam de Aveiro ou de distritos – corresponde a uma produção em longa duração, no instante em que sobre antigas e novas fontes, debruçamos nossos olhares, e acionamos questionamento ainda inéditos.

Recordando o relato de Augusto Carlos Leite à esposa Emília logo da chegada em Belém, em 1896, aportando as 2 horas da manhã, junto de 140 companheiros, após uma viagem desgraçada, é impraticável não nos perguntarmos, isso tudo a troco de quê? Emigrar para tão longe, por quê? Como estudiosos da temática, podemos levantar diversas hipóteses, estabelecer comparativos, mas, provavelmente, jamais conseguiremos sondar a coragem e as motivações às desgraçadas travessias transatlânticas de portugueses aos rincões da Amazônia, em específico de Aveiro, esforçados em tornar esse fluxo o mais independente possível, apartados das grandes dependências para com entidades engajadoras e igualmente exploradoras de sua força de trabalho. Portanto, protagonizando suas mobilidades.

Entre uma decisão pessoal ou coletiva, emigrar de Portugal para o Brasil era mais um entre tantos rearranjos globais, nos quais muitas populações foram apresentadas à emigração como uma fórmula rápida e eficiente de solucionar males comuns e que ganhavam espaço entre as crescentes nações industriais, como o desemprego, a ampliação dos domínios capitalistas sobre estruturas tradicionais – e talvez arcaicas – de organização socioeconômica, a defasagem dos trabalhos manuais frente a nova mecanização, esgotamento da cultura e das propriedades rurais, e outras tantas problemáticas que – para muitos – poderiam ser amenizadas ou encerradas a partir dos movimentos de desterritorialização das populações, resultando em um reordenamento populacional mundial.

O trabalho com os passaportes foi fundamental como ponto de partida a compreensão desse reordenamento demográfico português, não apenas pelo seu caráter quantitativo, mas por nos trazerem – de modo mais aproximado – os sujeitos e suas características pessoais e profissionais no exato instante da migração – com exceção aos registros dos reemigrados –, da decisão tomada em instantes de crise. Sabíamos que o grosso da emigração, a partir da

historiografia especializada, para o Brasil havia sido prioritariamente das populações de hábitos rurais, mas como conhecermos esse grupo – especialmente os que vieram para o Pará – se nos apoiávamos em fontes que nos mostravam os sujeitos distanciados de suas características primeiras? Questão comum a diversos trabalhos contemporâneos que ainda sustentam suas análises sobre documentações posteriores a chegada dos imigrantes, sejam essas inventários *post mortem*, habilitações consulares, registros de casamento, entre outros, em função, sobretudo, das facilidades de acesso ou manuseio da documentação em arquivos físicos e virtuais, e aqui destacamos o quanto o trabalho dos arquivos portugueses, através da Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas – DGLAB – foi fundamental, pois possibilitou a digitalização e disponibilização dos arquivos distritais portugueses em plataformas virtuais, encurtando as distâncias entre o Pará e os arquivos de Aveiro, a exemplo. Portanto, em um exercício de cooperação, os arquivos portugueses e suas recentes documentações disponibilizadas, como os passaportes, nos auxiliaram a avançar na produção historiográfica regional, trazendo à tona uma nova caracterização dos sujeitos – entre pescadores, marítimos e outras classificações ocupacionais atuantes nos serviços das águas – levando os pesquisadores locais ao levantamento de novos questionamentos e conclusões em torno da imigração lusitana no Pará.

Do mesmo modo, foi fundamental o entendimento dos fluxos de Aveiro a partir do conhecimento das demandas preliminares, em torno tanto do Distrito, conhecendo sua formação sociopolítica-econômica, disposição geográfica, peculiaridades, e como estas questões dialogaram com as percepções pessoais de cada candidato a emigração, observando de que modo o espaço fomentou a decisão do migrar. Sem, no entanto, perdermos de vista a posição do Distrito dentro dos diferentes processos nacionais e continentais, marcados por reestruturações intensas, que tornaram o século XIX não só como o dos “grandes deslocamentos”, como também das grandes transformações.

Com esse novo corpo documental, portanto, não apenas trouxemos a população não apartada de suas características preliminares à emigração, como também destacamos a representatividade dos fluxos ao Pará frente a destinos consagrados da historiografia como preferenciais, permitindo ainda padrões de comparação entre o Brasil e outros destinos internacionais. Colocar o Pará – a partir dos emigrados de Aveiro – em proximidade quantitativa à imigração nos grandes centros, nomeadamente São Paulo e Rio de Janeiro, é dar um importante passo à construção e revisão de uma historiografia que durante décadas cerrou os olhares sobre zonas ditas periféricas, onde podemos incluir a região Norte.

Era sabido que para cá a borracha havia atraído uma grande população estrangeira, mas não tínhamos como mensurar a representatividade desse fluxo diante daqueles dirigidos aos grandes centros econômicos à época. Bem como estávamos distantes de comparativos entre o Brasil e demais países que naquele instante apresentavam igual, ou superior, desenvolvimento econômico, e por isso entendidos como zonas de grande atração das populações desenraizadas, entre eles os Estados Unidos e a Argentina. Importante destacarmos também que a conformação dos fluxos em relação aos destinos dentro e fora do Brasil foram orientados pelos padrões jurídicos de cada região, a exemplo dos emigrados à África, possuidora de políticas migratórias específicas, estabelecidas dentro da lógica colonial, para onde a suspensão da obrigatoriedade do passaporte foi pensada como a “peça-chave” à atração de colonos, todavia, na prática, os números nos apresentaram diferentes conformações, mantendo o Brasil como a grande preferência entre os emigrados.

Igualmente, nos foi permitido destacar – especialmente – uma nova percepção ocupacional dos imigrantes, superando as tradicionais esferas do comércio, diretamente alinhado a economia extrativa da seringueira silvestre, a borracha, principal item de exportação da Amazônia ao findar dos oitocentos e início do novo século. A mesma sociedade forjada pelo látex foi, na verdade, sustentada por uma diversidade de relações socioprofissionais mais discretas, que movimentavam a base da economia, especialmente ao longo dos rios amazônicos, caminhos característicos da região, de onde surgiram vários nomes e trajetórias, que não falaram apenas de si, como também refletiram a sociedade em que agiam e a importância da diversidade produtiva regional à manutenção da economia cotidiana junto às camadas mais populares, não inseridas – diretamente – nas redes de exploração e negociação da borracha silvestre.

Pudemos descortinar inúmeros trabalhadores das águas, imersos em uma complexa teia de relacionamentos, que ultrapassavam suas origens étnicas e ocupacionais, e singravam entre arranjos familiares e socorros mútuos em torno de redes especificamente estabelecidas, tais como as diferentes associações esforçadas em dar suporte à pescadores e marítimos atuantes entre os rios. Às ocupações marítimas, também destacamos a ampla percepção da reemigração e como, através dela, não só entendemos a representatividades das mudanças de status profissional, como também as permanências, condição talvez – para alguns – incomum na emigração, sobre a qual é comum o vislumbre de uma mudança no status socioprofissional dentro de uma perspectiva de ascensão. Mirar os inúmeros trabalhadores, marítimos, pescadores e afins que permaneceram nos mesmos ofícios anteriores a migração é compreender a habilidade alcançada por eles para adequar seus saberes às necessidades e oportunidades

locais, desmistificando, talvez, o recorrente mito da mudança socioprofissional através da emigração.

Reduzindo o olhar, alcançamos uma diversidade de trajetórias. Porém, mesmo descobrindo novos sujeitos com histórias igualmente cativantes, entendemos a trajetória dos irmãos Amador Leite como a mais emblemática, não pela distinção com que até hoje são lembrados em sua terra natal, mas por terem reunido em torno de si, ao longo das décadas no Pará e estados vizinhos, muitos dos aspectos comuns à emigração, e mesmo que distanciados da pobreza, tiveram suas trajetórias alinhadas à ascensão profissional, aos retornos espetaculosos, a eficiente inserção nas tramas socioeconômicas dos lugares de moradia, e outras conformações que revelam a intrincada teia sobre a qual os sujeitos constroem suas histórias. Revelando nessa trama a diversidade da “colônia portuguesa” no Pará, e suas redes de solidariedades, que igualmente envolviam disputas e tensões.

Desse modo, nesta tese, com o auxílio dos registros de passaportes, avultamos a importância do Pará – especialmente a capital, Belém – frente à imigração de caráter nacional, colocando - a em pé de igualdade em termos de atração de portugueses, com grandes centros econômicos à época. Isso demonstra que não apenas a promissora economia e nascente industrialização foram atrativos suficientes às viagens, mas também as redes familiares e de conterrâneos previamente estabelecidas entre os territórios do Pará e Aveiro, que foram permissivas e concretas o suficiente para que quase 14 mil emigrantes legais naturais daquele distrito realizassem a travessia atlântica, ressignificando o status da emigração, não apenas como elemento de ascensão socioprofissional, como também de manutenção dos ofícios e condições familiares, qualidades que nem sempre podem ser compreendidas como sinônimo de pobreza.

A diversidade entre os sujeitos componentes da “colônia portuguesa” no Pará, entre as facetas dos Amador Leite e de tantos outros sujeitos conhecidos e desconhecidos ao longo deste trabalho, reforça não apenas a riqueza dos estudos migratórios – de portugueses ou não – à região, também apresenta o rico mosaico que – constantemente – demanda novas peças, traduzindo-se em um contínuo processo de bricolagem sobre a história das populações na Amazônia.

## Fontes Documentais

### Fontes Manuscritas

#### 1 – Arquivo Distrital de Aveiro

Registros de Processos de Emissão de Passaportes, 1882-1918.

Registros de Batismo da Freguesia de Beduído, livro de 1896.

#### 2 – Centro de Memória da Amazônia

Autos Cíveis de Inventário *Post Mortem*, 2ª Vara Cível da Capital – Cartório Odon Rhossard, 1903-1907.

Autos Cíveis de Inventário *Post Mortem*, 4ª Vara Cível da Capital – Cartório Ruy Barata, 1932.

Livros de Registro das Habilitações Consulares Portuguesas no Pará (Base de Dados/CMA/GP Ruma).

Livro Rol dos Culpados, Sessão Criminal, anos de 1905 - 1923.

### Fontes Impressas

#### 1 – Arquivo da Câmara Municipal de Estarreja

##### a) Jornais

*Concelho de Estarreja*, 1902-1913.

##### b) Setor Técnico de Obras

Planta do Palacete da Família Leite, século XX.

#### 2 – Biblioteca Nacional de Portugal

##### a) Jornais

*A Murtosa*, 1903.

*Jornal de Estarreja*, 1902-1932.

*Jornal da Murtosa*, 1904.

*Mala da Europa*, 1904.

*O Povo da Murtoza*, 1905-1912.  
*Progresso de Aveiro*, 1903-1908.

### **3- Biblioteca Municipal de Aveiro**

Almanaque Ilustrado de *A Liberdade* para o ano de 1913.

### **4 – Biblioteca Nacional Digital – Brasil**

#### **a) Almanques**

Almanack do Estado do Pará, 1904-1905.

#### **b) Anuários**

Anuário de Belém para o ano de 1905.

#### **c) Jornais do Estado do Pará**

*A Constituição*, 1884.

*A República*, 1890-1900.

*Correio Paraense*, 1894.

*Diário de Belém*, 1886-1887.

*Diário de Notícias*, 1883-1897.

*Estado do Pará*, 1912-1924.

*Folha do Norte*, 1896-1897.

*O Jornal*, 1900.

*O Liberal do Pará*, 1886-1871.

*O Pará*, 1898-1899.

#### **d) Jornais do Estado do Acre**

*Folha do Acre*, 1914-1927.

*O Acre*, 1931.

#### **e) Jornais do Estado do Amazonas**

*Jornal do Comércio*, 1904-1918.

*Correio do Norte: Órgão do Partido Revisionista do Amazonas*, 1910.

#### **f) Jornais do Estado do Rio de Janeiro**

*Gazeta de Notícias*, 1900.

*Jornal do Comércio*, 1912.

#### **g) Relatórios**

*Relatórios do Ministério da Justiça do Rio de Janeiro*, 1900.

## 5 – Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados – Brasil

### a) Decretos

*Decreto nº 528 de 28 de junho de 1890.*

*Decreto nº 6455 de 19 de abril de 1917.*

### b) Leis

*Coleção das Leis do Império do Brasil, 1822-1889.*

## 6 - Center for Research Libraries – Global Resources Network

PARÁ - Falla que o exm. Snr. Conselheiro Sebastião do Rego Barros, presidente desta província, dirigiu à Assmbleia Legislativa provinial na abertura da mesma Assembleia no dia 15 de agosto de 1854. Pará, Typ. Da Aurora Paraense, 1854, p. 32.

PARÁ - Relatorio lido pelo exmo. sr vise-presidente da província, dr. Ambrósio Leitão da Cunha, na abertura da primeira sessão ordinária da XI legislatura da Assembleia Legislativa Provincial no dia 15 de agosto de 1858. Pará, Typ. Commercial de Antonio José Rabello Guimarães, 1858, p. 30.

PARÁ - Falla dirigida a Assembleia Legislativa da Província do Pará na segunda sessão da XI legislatura pelo Exmo. sr. tenente coronel Manoel de Frias e Vasconcellos, presidente da mesma província, em 1 de outubro de 1859. Pará, Typ. Commercial de A.J.R. Guimarães, [n.d.], p. 57.

PARÁ - Relatorio apresentado á Assembléa Legislativa da provincia do Pará na segunda sessão da XIII legislatura pelo excellentissimo senhor presidente da provincia, doutor Francisco Carlos de Araujo Brusque, em 1.º de novembro de 1863. Pará, Typ. de Frederico Carlos Rhossard, 1863, p. 10.

PARÁ - Fala com que o Exm. Sr. Desembargador Joaquim da Costa Barradas abriu a sessão extraordinária da Assembleia Legislativa da Provincial do Pará em 20 de novembro de 1886. Pará, Tipografia do Diário de Notícias, 1887, p. 51- 54.

PARÁ - Falla com que o exc. Sr. Conselheiro Tristão de Alencar Araripe, presidente da província do Pará, abriu a 1ª sessão da 25ª legislatura da Assembleia Provincial no dia 25 de março de 1886, p. 59 – 60.

PARÁ - Mensagem dirigida em 07 de setembro de 1910 ao Congresso Legislativo do Pará pelo dr. João Antônio Luiz Coelho, governador do Estado. Belém: Imprensa Oficial do Estado, 1910.

PARÁ – Mensagem dirigida em 7 de setembro de 1910 ao Congresso Legislativo do Pará pelo dr. João Antônio Luiz Coelho, Governador do Estado. Belém, Imprensa Oficial do Estado, 1910, p. 37-38.

PARÁ - Mensagem dirigida ao Congresso Legislativo do Pará, pelo governador Éneas Martins. Belém: Imprensa Official do Estado do Pará, 1913, p. 41-43.

## **7 - Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade – CEPESSE**

Colleção de Leis e outros Documentos Officiaes, Imprensa Nacional.

## **8 – Centro de Memória da Amazônia – Série Estatutos**

*Associação de Socorros Mútuos dos Pescadores no Pará*, 1916.

## **9 – Diário da República Portuguesa Eletrônico**

### **a) Decretos**

*Decreto n° 978 de 27 de outubro de 1914.*

*Decreto n° 5624 de 10 de maio de 1919.*

### **b) Portarias**

*Portaria n° 613 de 14 de março de 1916.*

*Portaria n° 614 de 14 de março de 1916.*

## **10 – Grêmio Literário e Recreativo Português – Pará**

BARBOSA, Pinto. (Org). ALMANAK DO PARÁ: Commercial, Industrial e Administrativo. Pará: Typ. Dos Editores Proprietários Pinto Barbosa & C., 1890.

BRASIL, Assis. *O Pará e a Colônia Portuguesa*. Belém: Tipografia da Livraria Gillet, 1920.

CACCAVONI, Arthur. *Pará Commercial na Exposição de Paris*. Pará, 1900.

CARINHAS, Teófilo. *Álbum da Colônia Portuguesa no Brasil*, Lisboa: Carinhas & Cia Lta., 1929.

MACEDO, Lino de. *Amazônia: Repositório Alfabético de termos, descrições de localidades, homens notáveis, aminaes, aves, peixes, lendas, costumes, clima, população, riquezas, monumentos, progressos, tarifas, indicações úteis, propriedades e curiosidades do grandioso vale do Amazonas*. Lisboa: Typ. Adolpho Mendonça, 1906.

VIANNA, Arthur. *História da Sociedade Portuguesa Beneficente do Pará*, Belém: Livraria Gillet de Torres & C<sup>a</sup>, 1914.

## **11 – Hemeroteca Digital Municipal de Lisboa**

*Revista Ilustração Portuguesa*, edição 100 de 1905.

## 12 – Sites e Blogs

PEREIRA, Marco. *Pequeno apontamento sobre a Capela de São Lourenço*. Estarreja, 20 de novembro de 2009. Disponível em: < <http://historia-estarreja-murtosa.blogspot.com/2009/11/pequeno-apontamento-sobre-capela-de-s.html> >. Acessado em 20 de outubro de 2020.

PEREIRA, Marco. *Domingos Joaquim da Silva [1º Visconde de Salreu]*. Estarreja, 04 de dezembro de 2010. Disponível em: < <http://historia-estarreja-murtosa.blogspot.com/2010/12/domingos-joaquim-da-silva-1-visconde-de.html> >. Acessado em 10 de setembro de 2019.

## Referências Bibliográficas

ALBERDI, Juan Bautista. *Bases y putos de partida para la organización política de la República Argentina*. Buenos Aires, 1852.

ALEXANDRE, Valentim. O Império. In: LAINS, Pedro & SILVA, Álvaro Ferreira da (orgs.). *História Econômica de Portugal, 1700 – 2000*. Lisboa: ICS. Imprensa de Ciências Sociais, 2005, pp. 372-373.

ALMEIDA, Cristina Matos; JERÓNIMO, Helena Mateus; LOPES, José Carvalho; ROVISCO, Maria Luís. A Emigração Portuguesa: uma breve introdução. In: GARCIA, José Luiz (orgs.). *Portugal Migrante – Emigrantes e Imigrados, dois estudos introdutório*. Oeiras: Editora Celta, 2000.

ALMEIDA, Maria Antônia Pires de. As epidemias nas notícias em Portugal: cólera, peste, tifo, gripe e varíola, 1854-1918. In: *História, Ciências e Saúde*. V. 21, n. 2, abr.-jun. 2014, pp. 687-708.

ALVES, Francisco das Neves. *A colônia portuguesa na cidade do Rio Grande: fragmentos de uma identidade*. Revista Estudos Ibero-Americanos. PUCRGS, v. XXVI, nº 1, pp. 107-130, julho de 2000.

ALVES, Jorge Fernandes. Lógicas migratórias no Porto oitocentista. In: SILVA, Maria Beatriz Nizza da; BAGANHA, Maria Ioannis; MARANHAO, Maria José; PEREIRA, Miriam Halpern. *Emigração/ Imigração em Portugal*. Actas do Colóquio Internacional Emigração/Imigração em Portugal (séc. XIX e XX). Lisboa: Fragmentos, 1993.

ALVES, Jorge Fernandes. *Os brasileiros: emigração e retorno no Porto Oitocentista*. (Dissertação). Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1993.

ALVES, Jorge Fernandes. *Os brasileiros: Emigração e retorno no Porto oitocentista*. Gráficas reunidas: Porto, 1994.

ALVES, Jorge Fernandes – Variações sobre o “brasileiro” – Tensões na emigração e no retorno do Brasil. In: *Revista Portuguesa de História*, tomo XXXIII (1999), U. Coimbra, pp.191-222.

AMORIM, Inês. Mulheres no sector da pesca na viragem do século XIX – Formas de participação na organização do trabalho. Revista *Arquipélago*. Vol. 9. Ponta Delgada: Universidade dos Açores, 2006.

AMORIM, Inês. *Da pesca a salga da sardinha: Recursos, tecnologia da pesca e tecnologia da conservação, na costa de Aveiro (2ª metade do século XVIII a inícios de XIX)*. Livro de Atas de Conferência Nacional. Repositório Aberto da Universidade do Porto: Faculdade de Letras, 2014.

ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas: reflexões sobre a origem do nacionalismo*. Tradução Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ARAÚJO, Maria Marta Lobo de. A assistência às mulheres nas Misericórdias portuguesas (séculos XVI-XVIII). *Nuevo Mundo Mundos Nuevos*. Colóquios, 2008, p. 2-3. Disponível em <https://journals.openedition.org/nuevomundo/23482>, acessado em 21 de julho de 2020.

ARROTEIA, Jorge de Carvalho. *A população portuguesa: memória e contexto para a acção educativa*. Aveiro: Universidade de Aveiro, 1947.

ARROTEIA, Jorge de Carvalho. *Os Ílhavos e os Murtoseiros na emigração portuguesa*. Universidade de Aveiro (Tese de Doutorado). Aveiro: 1982.

ARRUDA, José Jobson de Andrade. A expansão europeia oitocentista: Emigração e colonização. In: SOUSA, Fernando de [et. all]. *A Emigração Portuguesa para o Brasil*, Porto: CEPESE, 2007.

ARRUDA, José Jobson de Andrade. *Uma colônia entre dois impérios: a abertura dos portos brasileiros 1800 – 1808*. Bauru, SP: EDUSC, 2008.

BAGANHA, Maria Ioanni *apud* MONTEIRO, Paulo Filipe. *Emigração: o eterno mito do retorno*. Oeiras: Celta Editora, 1994.

BARBOSA, Pinto. (Org). *ALMANAK DO PARÁ: Commercial, Industrial e Administrativo*. Pará: Typ. Dos Editores Proprietários Pinto Barbosa & C., 1890.

BARROSO, Daniel Souza & VIEIRA JUNIOR, Antonio Otaviano. Um estudo sobre a migração portuguesa para a Amazônia Joanina (Pará, 1808-1821). In: *Entre Mares – O Brasil dos Portugueses*. Belém: Editora Paka-Tatu, 2010, pp. 64-74.

BASTOS, Sênia. Na cidade de São Paulo em meados do século 19. In: MATOS, Maria Izilda S. de [et at.]. *Deslocamentos e Histórias: os Portugueses*. Bauru/SP: Edusp, 2008, pp. 133-137.

BATISTA, Luciana Marinho. *Muito além dos seringais: elites, fortunas e hierarquias no Grão-Pará, c. 1850-c. 1870*. (Dissertação de Mestrado em História Social). Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2004.

BECKER, Gary. S. *Investment in human capital: theoretical analysis*. The Journal of Political Economy. Vol. 70., Nº 5, part. 2 (Supplement), pp. 9-49.

BENCHIMOL, Samuel. *Amazônia: Formação Social e cultura*. 3º ed. Manaus: Valer, 2009.

BIARD, Auguste François. *Deux années au Brésil*. Paris: Librairie de L. Hachettwe et C<sup>a</sup>, 1862.

BORGES, Marcelo J. Muitas américas: padrões de migração transatlântica e escolha do destino no sul de portugal (séculos XIX e XX). *Ler História* [Online], 56 | 2009, posto online no dia 15 outubro 2016, consultado no dia 19 julho 2021. Disponível em: <http://journals.openedition.org/lerhistoria/1957>.

BRANDÃO, Maria de Fátima. Práticas de Herança no Concelho de Vieira do Minho. In: *Les Campagnes Portugaises de 1870 a 1930: Image et Réalité*. Paris: Fondation Calouste Gulbenkian, 1985.

BRETTELL, Caroline B. *Homens que partem, mulheres que esperam – Consequências da emigração numa freguesia minhota*. Lisboa: Publicação Dom Quixote, 1991.

BULAMARQUI, Ruth. *Transformações demográficas numa economia extrativa: Pará (1872-1920)*. (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Paraná. Curitiba, 1984.

BULST, Neithard. *Sobre o objeto e o método da prosopografia*. In: POLITEIA: Hist. E Soc. Vitória da Conquista, v. 5, n. 1, 2005, pp. 47-67.

CACCAVONI, Arthur. *Pará Commercial na Exposição de Paris*. Pará, 1900.

CANCELA, Cristina Donza & BARROSO, Daniel Souza. Imigração portuguesa e Casamento: Um olhar a partir do gênero, da geração e da atividade (Belém, 1908-1920). In: *Entre Mares: O Brasil dos Portugueses*. SARGES, Maria de Nazaré [et al.] – Belém: Editora Paka-Tatu, 2010.

CANCELA, Cristina Donza. *Casamento e família em uma capital amazônica: (Belém, 1871-1920)*. Belém: Ed. Açai, 2011.

CANCELA, Cristina Donza & BARROSO, Daniel Souza. *Casamentos portugueses em uma capital da Amazônia. Perfil demográfico, normas e redes sociais*. Belém (1891-1920). *História*, v.15, n.01, Unisinos, jan-abril/2011.

CANCELA, Cristina Donza. *Os portugueses em Belém: imigração, patrimônio, alianças e sociabilidade (1850-1920)*. 2012. Projeto de pesquisa, Universidade Federal do Pará, Belém & Universidade de Lisboa, Lisboa. CNPQ/CAPES, 2012.

CANCELA, Cristina Donza & COSME, João Santos Ramalho. Entre fluxos, fontes e trajetórias: imigração portuguesa para uma capital da Amazônia (1850-1920). *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, v. 42, n. 1, p. 232-254, jan.-abr. 2016.

CANCELA, Cristina Donza. Redes, gerações e negócios: uma família de imigrantes portugueses na Amazônia. *Antíteses*, v. 9, n. 17, p. 136-156, jan/jun. 2016.

CANCELA, Cristina Donza & GUIMARÃES, Luiz. Imigração e presença portuguesa em Belém no século XIX: Entre deslocamentos, e pertencimentos (Pará-Brasil). *História & Perspectivas*, Uberlândia (59); 22-35, jul./dez. 2018.

CANCELA, Cristina Donza. O fluxo migratório do distrito do Porto para o estado do Pará: borracha, conflitos, epidemias e gênero (1834-1930). *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*, v. 36, 1-22, 2019.

CARDOSO, N. D; CIRNE, T.; SOUSA, F. A Companhia do Alto Douro e a emissão de passaportes para o Brasil. In: SOUSA, Fernando de. (org.) *O Vinho do Porto em Gaia & Companhia*, Porto: CEPESE/Edições Afrontamento, 2005, pp. 71-110.

CARDOSO, Antônio Alexandre Isidio. Engenheiros, indígenas e operários: os malfadados caminhos da Estrada de Ferro Madeira Mamoré (1870-1883). In: *Canoa do Tempo*. Revista do Programa de Pós - Graduação em História da Universidade Federal do Amazonas, v. 13. 2021, pp. 01-16.

CARDUA, Angelitas. *As três graças – Deusas da Felicidade*. Os sentidos da felicidade, 25 de setembro de 2008. Disponível em: <https://angelitascardua.wordpress.com/2008/09/25/as-tres-gracas-deusas-da-felicidade/>. Acesso em 20 de maio de 2020.

CARINHAS, Teófilo. *Álbum da Colônia Portuguesa no Brasil*, Lisboa: Carinhas & Cia Lta., 1929.

CARVALHO, João Vasco de. *Boletim da Direção Geral da Agricultura*. N. 11, ano 5º, 1912.

CARVALHO, Marcos Antônio de. *Bebendo açaí comendo bacalhau: Perfil e práticas da sociabilidade lusa em Belém do Pará entre finais do século XIX e início do XX*. Tese (Doutorado em História) Porto/Portugal, Universidade do Porto/Faculdade de Letras/ Departamento de História e de Estudos Políticos e Internacionais, 2011.

CARVALHO, Marcos Antônio de. Os caixeiros e a imprensa lusa em Belém do Pará. In: MENEZES, Lená Medeiros de & SUSA, Fernando (orgs.). *Brasil-Portugal: pontes sobre o Atlântico – múltiplos olhares sobre a e/migração*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2017, pp. 95-107.

CASCÃO, Rui. Em casa: o quotidiano familiar. In: MATTOSO, José (dir.) & VAQUINHAS, Irene (coord.) *História da Vida Privada em Portugal – A Época Contemporânea*. Portugal: Temas & Debates, 2011.

CASTELO BRANCO, Camilo. *Eusébio Macário*, 7ª ed., Porto, Liv. Chardon, s/d; CASTRO, José Maria Ferreira de. *A Selva*. Guimarães editores: Lisboa, 1976.

CASTRO, José Maria Ferreira. *A Selva*. Guimarães editores: Lisboa, 1976.

CASTRO, Celeste. *A emigração na freguesia de Santo André da Campeã (1848-1900)*. Porto: Edições Afrontamento/CEPESE, 2010.

CASTRO, D. José de. *Pescadores*. (Estudos Etnográficos). Ovar: Museu de Ovar, 1999.

CHAMBOULEYRON, Rafael. *Povoamento, ocupação e agricultura na Amazônia colonial (1640-1706)*. Belém: Editora Açaí, 2010.

CIRNE, Teresa. A emigração para o Brasil: Famílias de Vila Nova de Gaia (1834-1900). In: SOUSA, Fernando de [et. all]. *A Emigração Portuguesa para o Brasil*, Porto/CEPESE & Rio de Janeiro/ FAPERJ, 2007.

COELHO, Geraldo Martirez. Na Belém da *belle époque* da borracha (1890-1910): dirigindo os olhares. *Revista Escritos*, Revista da Fundação Casa de Rui Barbosa, Rio de Janeiro, Ano 5, nº 5, pp. 141 – 168, 2011.

COIMBRA, Artur Ferreira. *Piva Couceiro e a Contra-Revolução Monárquica*. (Dissertação de Mestrado), Mestrado em História das Instituições e da Cultura Moderna e Contemporânea, Universidade do Minho, Braga, 2000.

COGGIOLA, Oswaldo. *As Grandes Depressões (1873-1896 e 1929-1939) – Fundamentos econômicos, consequências, geopolítica e lições para o presente*. São Paulo: Alameda, 2009.

COSME, João. "Quadros da emigração portuguesa para o Pará (Brasil): 1886-1900". In: *População e Sociedade*, 24, pp. 75-91. Porto: CEPESE, 2015, p. 81-82.

COSTA, Emilia Viotti. *Da Senzala à Colônia*. 3ª. ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.

COSTA, Joaquim. *Festas religiosas, emigração e ostentação no Alto Minho*. Évora, 1990.

CRAIG, Neville. *A estrada de ferro Madeira-Mamoré: história trágica de uma expedição*. São Paulo, Editora Nacional, 1947.

CRUZ, Ernesto. *História de Belém*. Belém: Universidade Federal do Pará, 1973.

CUNHA, Euclides da. Rio Abandonado (O Purus). In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, Tomo LXVIII, parte II, 1907, p. 386. Disponível em [https://drive.google.com/file/d/0B\\_G9pg7CxKSseV9CQTVVMHRqZGs/view](https://drive.google.com/file/d/0B_G9pg7CxKSseV9CQTVVMHRqZGs/view).

CUNHA, Silvério Rocha e. *Notícias sobre as Indústrias Marítimas na Área da Jurisdição da Capitania do Porto de Aveiro*. Aveiro: Gráfica Aveirense, 1939.

DAOU, Ana Maria. *A Belle Époque amazônica*. 3 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2004.

DAVIS, Mike. *Holocaustos Coloniais*. São Paulo: Editora Record, 2002.

DEVOTO, Fernando. Imigração Europeia e Identidade Nacional nas Imagens das Elites Argentinas (1850-1914). In: FAUSTO, Boris (org.). *Fazer a América*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000.

DIAS, Edinea Mascarenhas. *A Ilusão do Fausto (Manaus – 1892-1920)*. 2ª edição – Manaus: Editora Valer, 2007.

EMMI, Marília Ferreira. *Italianos na Amazônia (1870-1950): pioneirismo econômico e identidade*. Belém: NAEA, 2008.

EMMI, Marília Ferreira. *A Amazônia como destino das migrações internacionais do final do século XIX ao início do século XX: o caso dos portugueses*. XVII Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP Caxambú-MG. [http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2010/docs\\_pdf/tema\\_1/abep2010\\_2086.pdf](http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2010/docs_pdf/tema_1/abep2010_2086.pdf).

EMMI, Marília Ferreira. *Um século de migrações internacionais na Amazônia brasileira (1850-1950)*. Belém: NAEA, 2013.

FALCÃO, Emílio. *Álbum do Rio Acre*, Pará: Emilio Falcão, 1906-1907.

FAZITO, Dimitri. *A análise de Redes Sociais (ARS) e a Migração: mito ou realidade*. Anais do XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais-ABEP. Ouro Preto/Minas Gerais, 2002.

FERNANDES, J. A. F. & VACA, L. E. A. “Uma casa portuguesa com certeza”: Um estudo sobre a influência do Grêmio Literário e Recreativo Português na inserção produtiva de migrantes portugueses em Belém, Pa. *Papers do NAEA*. Nº 336, 2014.

FERREIRA, Diogo & ROCHA, Ricardo. A emigração do distrito do Porto para o Brasil durante a I República Portuguesa (1910-1926). In: *De colonos a imigrantes: I(E)migração portuguesa para o Brasil*. ARRUDA, José Jobson de Andrade et. at. São Paulo: Alameda, 2011.

FERREIRA, Diogo. *A Emigração do Norte de Portugal para o Brasil: Uma primeira Abordagem (1918-1931)*. In: *Entre Mares – O Brasil dos Portugueses*. Belém: Editora Paka-Tatu, 2010, pp. 145-160.

FIGUEIREDO, Aldrin Moura de. “Uma história impressa: os jornais paraenses, 1822-1922 (parte final)”. *Revista ZYG360.com*, v. 2, n. 5, 2009, pp. 40-45.

FONSECA, Helder Adegar. A ocupação da terra. In: LAINS, Pedro & SILVA, Álvaro Ferreira da (orgs.). *História Econômica de Portugal, 1700 – 2000*. Lisboa: ICS. Imprensa de Ciências Sociais, 2005.

FONTES, Edilza Joana de Oliveira. *Preferem-se portugueses (as): Trabalho, cultura e movimento social em Belém do Pará (1885-1914)*. Tese de Doutorado, São Paulo, Unicamp, 2002.

FONTES, Edilza Joana de Oliveira. *O pão nosso de cada dia: trabalhadores e indústria da panificação e a legislação trabalhista (Belém, 1940-1945)*. Belém: Paka -Tatu, 2002.

FORD, Reuben. *Migration and Stress Among Corporate Employees*. Thesis submitted for the degree of Doctor of Philosophy in the University of London, 1992.

FREITAS, Nelly de. *Des vignes aux caféiers: étude socio-économique et statistique sur l’émigration de l’archipel de Madère vers São Paulo à la fin du XIX siècle*. (Tese). Université Paris-Sorbone, 2013.

FRUTUOSO, Maria Suzel Gil. A presença portuguesa no comércio em Santos. In: MATOS, Maria Izilda S. de [et at.]. *Deslocamentos e Histórias: os Portugueses*. Bauru/SP: Edusp, 2008.

GALEANO, Diego. *Criminosos Viajantes: circulações transnacionais entre Rio de Janeiro e Buenos Aires (1890-1930)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2016.

GARCIA, José Luiz (orgs.). *Portugal Migrante – Emigrantes e Imigrados: Dois estudos introdutórios*. Oeiras: Editora Celta, 2000.

GINZBURG, Carlo. O nome e o como: Troca desigual e mercado historiográfico. In: *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa: DIFEL, 1991.

GIRÃO, Aristides de Amorim. *A Bacia do Vouga*. Coimbra, Imprensa da Universidade, 1922.

GONÇALVES, Paulo César. *Mercadores de braços: Riqueza e Acumulação na Organização da Emigração Europeia para o Novo Mundo*. (Tese de Doutorado). Programa de Pós-Graduação em História Econômica – Universidade de São Paulo. São Paulo, 2008.

GONÇALVES, Paulo Cesar. Presença portuguesa no Brasil: uma abordagem histórica dos conceitos de colono, imigrante e emigrante. In: MATOS, Maria Izilda Santos de; AVELINO, Yvone Dias (orgs.). *Deslocamentos e Histórias: desafios territórios e tensões*. São Paulo: e-Manuscrito: PIPEq, 2018, p. 41-66.

GUIMARÃES, Luiz Valente. *De chegadas e partidas – Migrações portuguesas no Pará (1800-1850)*. (Tese de Doutorado). Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia. Universidade Federal do Pará, 2016.

GUIMARÃES, Maria Alice Pinto & VAQUINHAS, Irene. Economia doméstica e governo do lar. Os saberes domésticos e as funções da dona de casa. In: MATTOSO, José & VAQUINHAS, Irene (org.). *História da Vida Privada em Portugal – A Época Contemporânea*. Portugal: Círculo de Leitores e Temas e Debates, 2011.

HALL, Stuart apud MONDARDO, Leandro Marcos. *Estudos Migratórios na Modernidade e na Pós-Modernidade: Do Econômico ao Cultural*. Revista Terra Livre, Ano 23, v.2, n. 29, Ago-Dez/2007, p. 51-74.

HARNEY, Robert. “Portuguese and other caucasians: Portuguese migrants and the radicalismo f the English-speaking world”. In: HIGGS, David. *Portuguese Migration in Global Perspective*. Toronto, 1990.

HEINZ, Flávio(org). *Por outra história das elites*. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

HIDAKA, Ana Tereza Tomiko Vicente. “Os infortúnios da imigração portuguesa: A benemérita liga portuguesa de repatriação (1908-1949)”. 2013. (Dissertação de Mestrado), Universidade Federal do Pará, Belém, UFPA, 2013.

HOBBSAWM, Eric. J. *A Era dos Impérios (1875-1914)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

HOBBSAWM, Erick J. *A Era do Capital (1848-1875)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

HOLLOWAY, Thomas H. *Imigrantes para o café: café e sociedade em São Paulo (1886-1934)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

IMÍZCOZ, José Maria. “Actores, redes, processos: reflexiones para uma historia más global. In: *Revista da Faculdade de Letras*. História. Porto, III série vol 5. 2004. pp. 115-140.

KING, Russell. *Theories and typologies of migration: an overview and a primer. Working Paper*. Malmö University, Malmö, 2012.

KLEIN, Daniel da Silva. *A borracha no Acre: Economia, Política e Representações (1904-1945)*. (Tese de Doutorado). Programa de Pós Graduação em História Social – Universidade de São Paulo. São Paulo, 2013.

KLEIN, Herbert S. Migração Internacional na História das Américas. In: FAUSTO, Boris (org.) *Fazer a América*. 2 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000, p. 13-32.

KLEIN, Herbert. A integração social e econômica dos imigrantes portugueses no Brasil nos finais do século XIX e no século XX. *Análise Social*, vol. XXVIII (121), 1993, p. 235-265.

KUSHNIR, Beatriz. A Hospedaria Central: a Ilha das Flores como ante-sala do Paraíso. In: MATOS, Maria Izilda S. de [at. eat]. *Deslocamentos e histórias: os Portugueses*. Bauru, SP: Edusc, 2008.

LACERDA, Franciane Gama. *Migrantes Cearenses no Pará: faces da sobrevivência (1889-1916)*. Belém: Ed. Açáí/Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia (UFPA)/Centro de Memória da Amazônia (UFPA), 2010.

LAIS, Pedro & SILVA, Álvaro Ferreira da (orgs.) *História Económica de Portugal (1700-2000)*. Vol. II – O século XIX. Lisboa: ICS. Imprensa de Ciências Sociais, 2005.

LAMY, Alberto Sousa. *Dicionário da História de Ovar*. Vol. 1., Ovar: Câmara Municipal de Ovar, 2009.

LAMY, Alberto Sousa. *Monografia de Ovar – Freguesias de São Cristóvão e de São João de Ovar (1865-1916)*. Vol. 2. Ovar: Câmara Municipal de Ovar.

LAURINDO Junior, Luiz Carlos. *A Cidade de Camilo: escravidão urbana em Belém do Grão-Pará (1871-1888)*. (Dissertação) Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia – Universidade Federal do Pará, 2012.

LEE, Everett S. (1969), “A theory of migration”, in J.A. Jackson (Ed.), *Migration*, Cambridge, Cambridge University Press, pp. 282-297 (originalmente publicado em *Demography*, Vol. 3, 1966).

LEITE, Joaquim da Costa. A Emigração portuguesa: a lei e os números. *Análise Social*, v. XXIII, n. 3, p. 463-480, 1987.

LEITE, Joaquim da Costa. O Brasil e a emigração portuguesa (1855-1914). In: FAUSTO, Boris (org.). *Fazer a América*. 2.ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000.

LEITE, Joaquim da Costa. População e crescimento económico. In: LAIS, Pedro & SILVA, Álvaro Ferreira da (orgs.) *História Económica de Portugal (1700-2000)*. Vol. II – O século XIX. Lisboa: ICS. Imprensa de Ciências Sociais, 2005.

LEIVA, Pilar Ponce & AMADORI, Arrigo. Redes sociales y ejercicio del poder em la América Hispana: consideraciones teóricas y propuestas de análisis. *Revista Complutense de História da América*, vol. 32, 15-24, 2008.

LESSER, Joffrey. *A invenção da brasilidade – Identidade nacional, etnicidade e políticas de imigração*. I. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2015.

LEVI, Giovanni. *A herança imaterial: trajetória d um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

LOBO, Eulália M. L. *Imigração Portuguesa no Brasil*. São Paulo: Editora HUCITEC, 2001.

LOPES, Maria Tereza Braga Soares. *A emigração legal do distrito de Aveiro, 1882-1894*. Faculdade de Letras da Universidade do Porto (Dissertação de Mestrado). Porto: 1993.

LOPES, Maria Tereza Braga Soares. *Correntes de opinião pública e emigração legal no Distrito de Aveiro (1882-1894)*. CEPESSE/Publicações, 1995.

MACEDO, Lino de. *Amazônia: Repositório Alfabético de termos, descrições de localidades, homens notáveis, aminaes, aves, peixes, lendas, costumes, clima, população, riquezas, monumentos, progressos, tarifas, indicações úteis, propriedades e curiosidades do grandioso vale do Amazonas*. Lisboa: Typ. Adolpho Mendonça, 1906.

MACEDO, Miguel. Os Governos Civis de Portugal e a Estruturação Político-Administrativa do Estado no Ocidente. In: SOUSA, Fernando (org.). *Os Governos Civis de Portugal e a Estruturação Político-Administrativa do Estado no Ocidente*. Porto: CEPESSE, 2014.

MACÊDO, Sidiana da Consolação Ferreira de. *Daquilo que se come: uma história do abastecimento e da alimentação em Belém (1850- 1900)*. (Dissertação de Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, Belém, 2009.

MACHADO, Igor José de Renó. Ressentimentos e estereótipos: ensaios sobre as representações a respeito do português no Brasil (século XIX). *Topoi*. Rio de Janeiro, v. 19, n. 37, p. 125-143, jan./abr. 2008.

MAIA, Fernanda Paula Sousa. A emigração para o Brasil no discurso parlamentar oitocentista. In: SOUSA, F.; MARTINS, I.; PEREIRA, C. (coords.) *A Emigração Portuguesa para o Brasil*. Porto: CEPESSE/Edições Afrontamento, 2007.

MARQUES, A. H. de Oliveira. *A Primeira República Portuguesa*. Alfragide: Textos Editores, 2010.

MARQUES, Maria Ana Rendeiro. *O Livro de Agosto – Recordações de uma família da Murtosa*. Torreira, 2017.

MARTINS, Fernando R. Antecedentes históricos do fraccionamento da propriedade rústica. In: Revista *GeoInova*, nº 0, p. 146-160, 1999.

MARTINS, Oliveira. "Exportação de gado humano para o Brasil". In: *Dispersos*, 1924.

Massey, Douglas S., et al. "Theories of International Migration: A Review and Appraisal." *Population and Development Review*, vol. 19, no. 3, 1993, pp. 431-466. *JSTOR*, [www.jstor.org/stable/2938462](http://www.jstor.org/stable/2938462).

MASSEY, Douglas S. Patterns and Processes of International Migration in the 21st Century. *Paper prepared for Conference on African Migration in Comparative Perspective*, Johannesburg, South Africa, 4-7 June, 2003.

MATA, Maria Eugénia. O capital. In: LAINS, Pedro & SILVA, Álvaro Ferreira da (orgs.). *História Econômica de Portugal, 1700 – 2000*. Lisboa: ICS. Imprensa de Ciências Sociais, 2005.

MATOS et al. (org). *Deslocamentos & Histórias: Os portugueses*. Bauru/São Paulo: EDUSC, 2008.

MATOS, Maria Izilda Santos de. Mobilidades e Escritos: mensagens trocadas (São Paulo – Portugal 1890-1950). In: *Histórias: Questões & Debates*, Curitiba, n. 56, p. 113-136, jan./jun. 2012. Editora UFPR.

MATOS, Maria Izilda Santos de. Mulheres imigrantes portuguesas: Ações, resistências e lutas – São Paulo 1870-1945. In: BOSCHILIA, Roseli & ANDREAZZA, Maria Luiza (org.). *Portuguesas na Diáspora: Histórias e Sensibilidades*. Curitiba: Ed. UFPR, 2011.

MATOS, Maria Izilda Santos de. *Portugueses: Deslocamentos, Experiências e Cotidiano – São Paulo séculos XIX e XX*. Bauru,SP: Edusc, 2013.

MATOS, Maria Izilda Santos de. Travessias e Cartas: Viagem e mala do imigrante. *Revista de História e Estudos Culturais*. Vol. 12, Ano XII. nº 2, jul./dez. 2015.

MAUSS, Marcel, *Essai sur le don. Forme et raison de l'échange dans les sociétés archaïques*, Paris, PUF, 2007 (Trad. Bras. Paulo Neves. São Paulo, Cosac Naify, 2003).

MELO, Hildete Pereira de. O Café e a Economia Fluminense: 1889-1920. In. *História Econômica da Primeira República*. Silva & Szmrecsányi (orgs). 2ª Ed. São Paulo: HUCITEC/Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica/EDUSP/ Imprensa Oficial, 2002.

MENDES, José Sacchetta Ramos. *Laços de Sangue: Privilégios e Intolerâncias à Imigração Portuguesa no Brasil (1822-1945)*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fapesp, 2011.

MENEZES, Lená Medeiros de. A presença portuguesa no Rio de Janeiro segundo os censos de 1872, 1890, 1906 e 1920: Dos números às trajetórias de vida. In. SARGES, Maria de Nazaré [et al.] *Entre Mares – O Brasil dos Portugueses*. Belém: Editora Paka-Tatu, 2010, p. 103 – 119.

MENEZES, Lená Medeiros de. Jovens portugueses: histórias de trabalho, história de sucesso, histórias de fracassos. In: GOMES, Ângela de Castro (org.). *Histórias de imigrantes e de imigração no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2000.

MICAELO, Ana Luisa Martins. *Identidade, território e práticas familiares: a relação com a terra e a emigração em Sever do Vouga*. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, Lisboa, 2008, p. 13.

MONBEIG, Pierre. *Pioneiros e fazendeiros de São Paulo*. São Paulo: Hucitec, 1984.

MONTEIRO, Isilda Braga da Costa. *A Emigração do Distrito de Vila Real para o Brasil (1901-1930) – Realidade e Percepções*. In; *Entre Mares – O Brasil dos Portugueses*. Belém: Editora Paka-Tatu, 2010, p. 161-172.

MONTEIRO, Isilda. Os passaportes – Do enquadramento legal à prática (1855-1926). In: SOUSA, Fernando [et. Alt.] *Um Passaporte para a Terra Prometida*. Porto: CEPES/Edições Afrontamento, 2011, p. 117-135.

MONTEIRO, MIGUEL. “O Público e o Privado”. In: *O Brasileiro de Torna Viagem*, Lisboa, CNCDP – Portugal, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 2000.

MONTEIRO, Miguel. *Migrante, Emigrantes e “brasileiros”: territórios, itinerários, trajectórias (834-1926)*. Fafe, 2000.

MONTEIRO, Norberto. Frente Lagunar de Estarreja e os seus Tesouros. In: *Terras de Antuã – Histórias e Memórias do Concelho de Estarreja*. n. 9, Ano 9, Estarreja: Câmara Municipal de Estarreja, 2015.

NUNES, Francivaldo Alves. *A Semente da Colonização: Um estudo sobre a Colônia Agrícola Benevides (Pará, 1870-1889)*. (Dissertação de Mestrado) Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia – Universidade Federal do Pará, 2008.

NUNES, Francivaldo Alves. *Terras de Colonização: agricultura e vida rural ao norte do império brasileiro*. São Paulo: Scortecci, 2016.

OLIVEIRA, Carla Mary S. O Rio de Janeiro da Primeira República e a imigração portuguesa: panorama histórico. *Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro*, n. 3, 2009, p. 149-168.

OLIVEIRA, Márcio. Políticas de imigração na Argentina e no Brasil, 1886-1924: semelhanças e diferenças. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*, São Paulo, julho 2011.

OLIVEIRA, Martins. *Fomento Rural e Emigração*. Lisboa: Guimarães Editores, 1994.

OLIVEIRA, Mons. Miguel de. *O Furadouro e sua história antiga*. Ovar: Museu de Ovar, 2007.

PASCKER, Maria Luisa Nabinger de Almeida. Notas sobre os imigrantes portugueses no Brasil (Sécs. XIX e XX). *Revista História*, São Paulo, n. 123-124, p. 35-70, ago/jul, 1990/1991.

PEIXOTO, João. As teorias explicativas das migrações: teorias micro e macrosociológicas. *SOCIUS Working Papers*, Nº 11, Lisboa, 2004.

PEIXOTO, Paula Torres. *Palacetes de brasileiros no Porto (1850-1930) – Do estereótipo à realidade*. Edições Afrontamento, 2013.

PEREIRA, Marco Paulo Marques. *Migrações Portuguesas: O caso dos concelhos de Estarreja e Murtosa*. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2017.

PEREIRA, Marco. História do Ensino Primário no Concelho de Estarreja. In: *Terras de Antuã – Histórias e Memórias do Concelho de Estarreja*. n. 1, Ano 1, Estarreja: Câmara Municipal de Estarreja, 2007.

PEREIRA, Marco. Casa de Arte Nova. In: *Salreu – Patrimônio Construído*, Ovar: Tipoarte – Tipografia, Lda., 2009.

PEREIRA, Marco. *Breve História do Concelho da Murtosa*. Murtosa: Câmara Municipal da Murtosa, 2016.

PEREIRA, Maria da Conceição Meireles & SANTOS, Paula Marques dos. Legislação sobre emigração para o Brasil na I República. In: SOUSA, Fernando de (org.). *Nas duas Margens: Os Portugueses no Brasil*. Porto: CEPESE/Edições Afrontamento, pp. 307-327, 2009.

PEREIRA, Maria da Conceição Meireles. Legislação sobre emigração para o Brasil na Monarquia Constitucional. In: MATOS, Maria Izilda Santos; SOUSA, Fernando de; HECKER, Alexandre (orgs.). *Deslocamentos e histórias: os portugueses*. Bauru, SP: Edusc, pp. 35-47, 2008.

PEREIRA, Mirian Halpern. *Livre – Câmbio e Desenvolvimento Económico*. 2ª Ed. Lisboa: Editora Sá da Costa, 1983.

PEREIRA, Mirian Halpern. Diversidade de Crescimento Industrial. In: TENGARRILHA, José (org.). *História de Portugal*. Bauru, SP: EDUSP; São Paulo: UNESP; Portugal: Instituto Camões, 2000.

PEREIRA, Mirian Halpern. Diversidade e crescimento industrial. In: TENGARRINHA, José (org.) *História de Portugal*. Bauru: SP; São Paulo, SP:UNESP; Portugal, PO: Instituto Camões, 2000.

PEREIRA, Mirian Halpern. *Diversidade e Assimetrias: Portugal nos séculos XIX e XX*. Lisboa: ICS, 2001.

PEREIRA, Mirian Halpern. “A emigração portuguesa para o Brasil e a geo-estratégia do desenvolvimento euro-americano”. In: *Ler História*, nº 56, 2009, pp. 15-25.

PESSOA, Alba Barbosa. Trabalho e imprensa: representações da infância na imprensa da Manaus da borracha (1890-1920). In: *I Encontro Estadual da Anpuh – AP/ I Jornada Internacional de Estudos de História da Amazônia “Diásporas, migrações e territorialidades na Pan-Amazônia”*, Macapá, 3 a 5 de dezembro de 2014, p. 6. Disponível em [http://rj.anpuh.org/resources/download/1424387139\\_ARQUIVO\\_AlbaBarbosa.pdf](http://rj.anpuh.org/resources/download/1424387139_ARQUIVO_AlbaBarbosa.pdf).

PETRI, Kátia Cristina. “Braços para a lavoura”: a subvenção paulista para imigração (1886-1896). *Revista Cordis: Revista Eletrônica de História Social da Cidade*. N. 3-4, ano 2009/2010.

PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. Migração, trabalho e etnicidade: portugueses e ingleses no porto de Manaus, 1880-1920. *Varia História*. vol.30 n.54, Belo Horizonte, set./dez. 2014, pp. 57-58.

PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. Mulheres portuguesas na Belle Époque manauara, 1880-1920. In: MENEZES, Lená Medeiros de & SOUSA, Fernando (org.). *Brasil – Portugal: pontes sobre o Atlântico: múltiplos olhares sobre a e/migração*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2017, pp. 137-146.

PINHO, Manoel Cascais de. *A pesca no Furadouro – Ensaio, trabalho para ampliar*. 3ª ed., Ovar: Museu de Ovar, 2004.

PONTES, David. *O cerco da peste do Porto – Cidade, imprensa e saúde pública na crise sanitária de 1899*. (Dissertação de Mestrado em História Contemporânea). Faculdade de Letras, Universidade do Porto, 2012.

QUEIROZ, Jonas Marçal de. *Artífices do Próspero Mundo Novo: colonos, migrantes e imigrantes em São Paulo e no Pará (1868-1889)*. (Tese de Doutorado). Programa de Pós-Graduação em História Social – Universidade de São Paulo. São Paulo, 2005.

RAVENSTEIN, Ernest G. (1885), "The laws of migration", *Journal of the Royal Statistical Society*, Vol. 48, Part II, pp. 167-227.

REIS, Jaime. Causas históricas do atraso econômico português. In: TENGARRINHA, José (org.) *História de Portugal*. Bauru: SP; São Paulo, SP:UNESP; Portugal, PO: Instituto Camões, 2000, p. 241-261.

RIBEIRO, Gladys Sabina. "Por que você veio encher o pandulho aqui" – Os portugueses, o antilusitanismo e a exploração das moradias populares no Rio de Janeiro da República Velha. *Análise Social*, vol. Xxix (127), 1994 (3º), 631-654.

RICCI, Magda. História Amotinada: Memórias da Cabanagem. In: *Cadernos do CFCH*, Belém: v. 12, n. 1/2, p.13-28, jan.-dez. 1993.

ROCHA, Ricardo. *A emigração do Norte de Portugal para o Brasil em 1912: o caso de todas as partidas*. In: SARGES, Maria de Nazaré [et al.] *Entre Mares – O Brasil dos Portugueses*. Belém: Editora Paka-Tatu, 2010.

ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz. *Das migrações às interculturalidades*. Porto: Edições Afrontamento, 2014.

RODRIGUES, Henrique. *Emigração e Alfabetização – O Alto Minho e a Miragem do Brasil*. Viana do Castelo: Governo Civil, 1995.

RODRIGUES, Manoel Ferreira. O associativismo agrário na sub-região de Aveiro, 1854 – 1923, contributo ao seu estudo. In. *Terras de Antuã – Histórias e Memórias do Concelho de Estarreja*, nº 2, ano 2, 2008.

ROSANVALLON, Pierre. *O Liberalismo Econômico – história da ideia de mercado*. Bauru, SP: EDUCS, 2002.

SALGADO, Conceição. O Inquérito Parlamentar de 1885 e o Discurso sobre a Emigração. In: SOUSA, Fernando [et. Alt.] *Um Passaporte para a Terra Prometida*. Porto: CEPSE, 2011, p. 219-232.

SALGADO, Maria da Conceição Cordeiro. *A Emigração do Distrito de Bragança para o Brasil no século XIX (1844-1890)*. In: SARGES, Maria de Nazaré [et al.] *Entre Mares – O Brasil dos Portugueses*. Belém: Editora Paka-Tatu, 2010, p. 130-144.

- SALLES, Iraci G. *Trabalho, progresso e a sociedade civilizadora*. São Paulo: Hucitec, 1986.
- SAMER, M. apud KING, Russell. Theories and typologies of migration: na overview and primer. In: *Willy Series Working Papers in Internacional Migration and Ethnic Relations*. Malmö University, Malmö, 2013.
- SANTOS, Iverson Poletto. A Sociedade Promotora de Imigração: formação e influência, 1886 - 1895. *Histórica- Revista online do Arquivo Público do Estado de São Paulo*. nº 25, ano 3, setembro de 2007, pp.10-16.
- SANTOS, Roberto. *História Econômica da Amazônia (1800-1920)*. São Paulo, T.A. Queiroz, 1980.
- SARGES, Maria de Nazaré dos Santos. A árvore das patacas secou: o comércio português em Belém no primeiro quartel do século XX. In: MENEZES, Lená Medeiros de & SOUSA, Fernando. *Brasil – Portugal: pontes sobre o Atlântico: múltiplos olhares sobre a e/imigração*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2007, pp. 73-80.
- SARMENTO, Clara. O espaço e a economia da Ria de Aveiro: Pescas, agricultura e extração de moliço. In: *Revista de Ciências Empresariais e Jurídicas*. (5), 2005, pp. 207-254.
- SAYAD, Abdelmalek. *A imigração ou os paradoxos da alteridade*. São Paulo: EDUSP, 1998.
- SCOTT, Ana Silvia Volpi. Uma história de despedidas: a emigração portuguesa para o Brasil (1822 – 1910). *Revista de Ciências Humanas*, Florianópolis: EDUFSC, n.27, pp.29-56, abr. de 2000.
- SERRÃO, Joel. *A emigração portuguesa: sondagem histórica*. Coleção horizonte, n.12, Lisboa/Portugal, Livros Horizonte, 1974.
- SILVA, Álvaro Ferreira da. O Processo econômico. In: TEIXEIRA, Nuno Severiano (coord.) *História Contemporânea de Portugal, 1808-2010*. Vol. 3 – A Crise do Liberalismo, 1890-1930. Lisboa: Objectiva, 2014.
- SILVA, Maria de Jesus Sousa de Oliveira e. As elites locais e sua influência nos fins do século XIX e primeiras décadas do século XX – Um exemplo: Domingos Joaquim da Silva, Visconde de Salreu (1854-1936) – Parte I. In. *Terras de Antuã – Histórias e Memórias do Concelho de Estarreja*, nº4, ano 4, novembro de 2010.
- SILVA, Susana Serpa. O Distrito da Horta no contexto da emigração açoriana: uma análise com base nos registros de passaportes (1836-1839). In: SARGES, Maria de Nazaré [et al.] *Entre Mares – O Brasil dos Portugueses*. Belém: Editora Paka-Tatu, 2010, pp. 335-346.
- SMITH, H. *Brazil. The Amazons and the Coast*. New York: Charles Scribners Sons, 1879.
- SOARES, Karol Gilet. *Formas de morar na Belém da Belle Époque (1870-19010)*. (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, Universidade Federal do Pará, Belém, 2008.

SOUSA, Fernando de & MARTINS, Ismênia. *A emigração portuguesa para o Brasil*. Porto/CEPESE & Rio de Janeiro/ FAPERJ, 2007.

SOUSA, Fernando de et al. *Um passaporte para a terra prometida*. Porto: Fronteira do Caos editores/ CEPESE, 2011.

SOUSA, Fernando de. A emigração do norte de Portugal para o Brasil: uma primeira abordagem (1834-1950). In: MATOS, Maria Izilda Santos de; SOUSA, Fernando de; HECKER, Alexandre (org.). *Deslocamentos e Histórias: Os Portugueses*. Bauru, SP: Edusc, 2008.

SOUSA, Fernando de; MARTINS, Ismênia & MATOS, Maria Izilda (org.). *Nas duas margens: Os portugueses no Brasil*, Porto/Portugal, Afrontamento, 2009.

SOUZA, Lorena & FONSECA, Regina Vitoria (orgs.). *Marcas do Tempo: registros das marcas comerciais do Pará (1895-1922)*. Belém: Secult, Jucepa, 2015.

STONE, Lawrence. Prosopografia. *Revista de Sociologia Política*, v.19; n.39, p. 115 – 137. Curitiba, 2011.

TAVARES, Andreia. Carnaval de Estarreja: das comemorações populares às Batalhas das Flores. In: *Terras de Antuã – Histórias e Memórias do Concelho de Estarreja*. Nº 9, ano 9, 2015, pp. 67-78.

TAVARES, Anndrea Caroliny da Costa. *Em busca das “Patacas”: patrimônio de portugueses na economia da borracha (Belém, 1840-1930)*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, Belém, 2017.

TAVARES, Domingos. *Casas de Brasileiros – Erudito e popular na arquitectura dos torna-viagem*. Porto: Dafne Editora, 2015.

TEIXEIRA, Nuno Severiano. Portugal no Mundo. In: TEIXEIRA, Nuno Severiano (coord.) *História Contemporânea de Portugal, 1808-2010*. Vol. 3 – A Crise do Liberalismo, 1890-1930. Lisboa: Objectiva, 2014.

TELO, António José. *População e Sociedade*, op. cit., p. 160.

THOMSON, Alistair. Histórias (co) movedoras: História Oral e estudos de migração. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 22, nº 44, pp. 341-364, 2002.

TILLY, Charles. Migration in Modern European History. In: McNeill, William H. & ADAMS, Ruth S. (orgs.) *Human migration, patterns and policies*. Indiana University Press, 1978, p. 48-72.

TRUZZI, Oswaldo & SCOTT, Ana Silvia Volpi. Pioneirismo, disciplina e paternalismo nas relações de trabalho entre proprietário e imigrantes no século XIX: o caso da colônia de Nova Lousã, em São Paulo. In: *Revista da Faculdade de Letras – História*. Porto, III Série, vol. 6, 2005, pp. 339-354.

TRUZZI, Oswaldo. “Redes em processos migratórios”. In: *Tempo Social* (Revista de Sociologia da USP). São Paulo, vol. 20, nº 1. 2004.

TRUZZI, Oswaldo. *Italianidade no interior paulista: percursos e descaminhos de uma identidade étnica (1880-1950)*. 1º ed. – São Paulo: Editora Unesp, 2016.

TUBBY, Teresa Cruz. Joaquim Maria Leite. In: *Terras de Antuã – Histórias e Memórias do Concelho de Estarreja*. nº 11, ano 11, Estarreja: Câmara Municipal de Estarreja, 2017, pp. 162-185.

VAQUINHAS, Irene. A família, essa “pátria em miniatura”. In: MATTOSO, José (dir.) & VAQUINHAS, Irene (coord.) *História da Vida Privada em Portugal – A Época Contemporânea*. Portugal: Temas & Debates, 2011.

VERÍSSIMO, José. *A pesca na Amazônia*. Monographias Brasileiras. Rio de Janeiro/São Paulo. Livraria Clássica de Alves & C., 1895.

VIANNA, Arthur. *História da Sociedade Portuguesa Beneficente do Pará*, Belém: Livraria Gillet de Torres & Cª, 1914.

VIANNA, Arthur. *História da Sociedade Portuguesa Beneficente do Pará*. Pará: Gillet de Torres & Cª, 1914.

VIEIRA JUNIOR, Antônio Otaviano. Migração Açoriana na Amazônia: conexões entre a Ilha Graciosa, Lisboa e Grão-Pará (1751-1754). *Revista Territórios e Fronteiras*, v. 10, n. 2, 2017, ago.- dez., p. 342-367.

VIEIRA, Joana Tavares. *Interpretação e Representação da Inconstância do entre terra-água em Ovar*. (Tese de Mestrado). Escola de Arquitetura, Universidade do Minho, 2016.

VILHENA, Sandra Helena Ferreira. *Belém: o abastecimento de gêneros alimentícios, através das mercearias (1890-1900)*. (Monografia) – Universidade Federal do Pará, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de História e Antropologia, 1990.

WEINSTEIN, Bárbara. *A borracha na Amazônia: expansão e decadência (1850-1920)*. São Paulo: HUCITEC/EDUSP, 1993.